

3. Palavras prévias	Santiago Macías
5. Montinho das Laranjeiras (Alcoutim). Escavações de 1955	M. Justino Maciel
11. Sobre o epitáfio de Juliano, Bispo (Cacela, 987 d.C.)	Maria Manuela Alves Dias
19. Cerro Salomón e la minería hispanomusulmana en Garg-Al-Andalus	Juan Aurelio Pérez Macías
39. Uma fortificação islâmica do termo de Silves: o Castelo Belinho	Luís Filipe Oliveira
47. Osma, una aldea de Niebla en el camino de la raya	J. Aurelio Pérez Macías / Miguel López Domínguez / J. Manuel Beltrán Pizón
59. A alcáçova da cidade da Guarda — proposta de reconstituição	Lídia Fernandes / Emanuel Carvalho / Teresa Julião
73. Poder e poderes nas comunas muçulmanas	Maria Filomena Lopes de Barros
79. Uma taça islâmica com decoração antropomórfica proveniente do Castelo de Palmela	Isabel Cristina Ferreira Fernandes
101. Estudio de las producciones postcalifales del alfar de la Casa de Los Tiros (Granada). Siglos XI-XII	Ángel Rodríguez Aguilera
123. Estudo do armamento islâmico procedente da escavação na encosta do castelo e na alcáçova de Mértola	Lígia Rafael
133. Restos de tesouro de moedas islâmicas nas imediações de Azóia (Sesimbra)	Miguel Telles Antunes
139. Intervención arqueológica en el Cuartel del Carmen. Sevilla (1990-1994)	Rosario Huarte Cambra / Pilar Lafuente Ibañez / Pilar somé Muñoz
183. Notícia sobre as peças pedradas do galeão «San Diego» (1600)	Olinda Sardinha
193. Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais	Guilherme Cardoso / Severino Rodrigues
213. <i>Azenhas e moinhos</i> no Algarve. Segunda metade do século XIII e século XIV	Teresa Rebelo da Silva
227. Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das Inquirições de 1258	Iria Gonçalves
247. Fuentes olvidadas para la historia de la alimentación: crónicas, libros de viaje y biografías	Teresa de Castro Martinez
257. Documentos para a história da mina de S. Domingos — o relatório do geólogo Carlos Ribeiro	Jorge Custódio
269. La casa rurale nel territorio di Mértola	Ilaria Agostini / Daniele Vannetiello
279. La colección antropológica del Campo Arqueológico de Mértola (s. II-XVI)	Alicia Candón Morales

Director: Cláudio Torres ■ **Coordenador:** Santiago Macías ■ **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real ■ **Conselho de Redacção:** Abdallah Khawli, Artur Goulart, Carlos Manuel Pedro, Fernando Branco Correia, João Carlos Garcia, Joaquim Manuel Boiça, José Carlos Oliveira, Manuel Passinhas da Palma, Maria de Fátima Barros, Miguel Rego, Rui Mateus, Virgílio Lopes ■ **Apoios:** Câmara Municipal de Mértola, JNICT, Associação de Defesa do Património de Mértola, Comissão de Coordenação da Região Alentejo



**EDIÇÃO APOIADA PELO
FEDER/PORA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO**

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa: Lamparina, pormenor — National Museum, Manila. Foto: Joaquín Cortéz Noriega

Fotografia da contracapa: Beco dos inválidos. Foto: Guilherme Cardoso

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — Telefax: (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Outubro de 1999

PALAVRAS PRÉVIAS

SANTIAGO MACÍAS

3

Reduzida até há alguns anos a uma situação de marginalidade, e frequentemente vista quase como um objecto exótico, a arqueologia medieval tem vindo a conhecer um assinalável impulso no decorrer dos últimos anos. A nossa revista deixou, felizmente, de estar só no terreno. Em sítios tão afastados geograficamente como Tondeia, Silves ou Palmeia multiplicam-se as iniciativas, as publicações ou os colóquios tendo como pano de fundo a cultura material da Idade Média.

Se alguns grupos de investigação se dedicam em particular ao estudo das cerâmicas ou à análise de um determinado território, outros imprimem um carácter monográfico às suas iniciativas. Todos estes esforços para um melhor conhecimento da Idade Média são, afinal, complementares e têm vindo a contribuir: para um alargamento de perspectivas e horizontes e relação a estes domínios.

A pluralidade de experiências e de áreas do conhecimento são também a imagem de marca deste sexto número da «Arqueologia Medieval», organizado, como vem sendo hábito, em torno de blocos temáticos.

Uma primeira área prende-se quase exclusivamente com a análise de sítios, feitas a partir de intervenções arqueológicas (Montinho das Laranjeiras, Corro Salomón e Guarda) ou usadas como ponto de partida para o estudo de territórios (como nos casos da Castelo Belinho e de Osma). Apenas dois deles não têm origem no período Islâmico: o Montinho das Laranjeiras, cujos começos datam da época romana, e a Guarda, cidade que desempenhou um papel de grande importância na Baixa Idade Média portuguesa. Ainda neste sector se inclui um trabalho sobre o poder nas comunas muçulmanas medievais.

Aos objectos arqueológicos se dedica um conjunto de outros trabalhos. Um deles «recupera» a lápide funerária do bispo Julião, uma peça de finais do século X d.C. há muito dada como perdida e que é agora de novo lida e alvo de um estudo aprofundado. Ao período islâmico reportam-se quatro outros artigos: dois sobre cerâmicas encontradas em Palmela e em Granada, um sobre restos da armamento islâmico de Mértola e um último sobre uma colecção de numismas proveniente da região de Sesimbra.

O texto sobre os trabalhos arqueológicos no Cuartel del Carmen, em Sevilha, tem o particular interesse de nos apresentar as diferentes fases de ocupação (bem como os respectivos espólios) de um único sítio ao longo de muitas centenas de anos. O ênfase posto nos materiais do período moderno tem continuidade em dois outros trabalhos, um sobre peças pedradas, outro sobre tipologias e cronologias de cerâmicas encontradas em Cascais. Qualquer delas constitui um contributo importante para domínios sobre os quais as dúvidas ultrapassam em muito as certezas.

Os textos em volta da história da alimentação voltam a ocupar destaque neste número da «A. M.» e as fontes escritas usadas nestes estudos as azenhas do Algarve medieval e o pão medieval minhoto dão corpo a um pequeno bloco de trabalhos de grande interesse para os arqueólogos.

Encerram esse número três artigos de características bem diversas. O estudo sobre o relatório do geólogo Carlos Ribeiro constitui um contributo inédito para a história da Mina de S. Domingos e entra já nos domínios da Arqueologia Industrial. Num outro registo se coloca o levantamento sobre a casa mural no território de Mértola, elaborado por dois arquitectos mas que pode despertar o maior interesse entre historiadores, antropólogos e arqueólogos. Refira-se finalmente a proposta metodológica elaborada a partir da colecção antropológica que o Campo Arqueológico de Mértola tem vindo a recolher nas escavações desde 1978.

A diversidade dos textos que agora se apresentam reflecte bem algumas das temáticas em estudo nos domínios da arqueologia medieval (com destaque para a que se dedica ao período islâmico) assim como um conjunto de perspectivas e metodologias que, apesar de nem sempre serem coincidentes, se enriquecem mutuamente.

Irá, de alguma forma, contrabalançar esta disparidade de temas o próximo número da revista, o qual incluirá as comunicações apresentadas no colóquio «Lisboa – encruzilhada de cristãos, judeus e muçulmanos», celebrado em Outubro de 1997, por ocasião do aniversário da reconquista da cidade.

MONTINHO DAS LARANJEIRAS (ALCOUTIM). ESCAVAÇÕES DE 1995

M. JUSTINO MACIEL*

O complexo arqueológico do Montinho das Laranjeiras, na margem direita do Guadiana, Concelho de Alcoutim, tem vindo a ser estudado por nós desde 1990. Conhecido desde o século XIX como *Villa Romana*, o trabalho de reescavação que temos desenvolvido vem mostrando que, de facto, corresponde a uma construção dos primeiros tempos da colonização romana que foi evoluindo continuamente até à Idade Média, destacando-se no período da Antiguidade Tardia a implantação de uma *ecclesia* cruciforme e *baptisterium* revestidos a *opus tessellatum* e no período islâmico o desenvolvimento e instalação de novas estruturas em que teria predominado a técnica de construção em taipa, estruturas essas que actualmente se estudam numa perspectiva de percepção das continuidades entre a Antiguidade Tardia e a Época Islâmica. Em todas estas fases, algo está sempre presente neste local: a relação com o rio Guadiana como via de comunicação.

Os objectivos da escavação de 1995¹ continuaram os das intervenções anteriores, tendendo progressivamente para um mais directo e melhor esclarecimento das estruturas, procurando respostas para as questões que se vão levantando, nomeadamente, sobre a evolução do espaço construído, aferição de cronologias, classificação do espólio cerâmico e museologização do local.

Mais concretamente, e numa perspectiva metodológica, pretendia-se continuar a estudar a inserção do Monumento Cruciforme/*Ecclesia* no contexto da *Villa* tardia — estrutura escavada nas campanhas de 1990 e 1991 — no conjunto global do complexo arqueológico e perceber o papel que o mesmo desempenhou na evolução arquitectónica da *Villa Romana* na Antiguidade Tardia e transição para a época islâmica e medieval.

Continuou-se o trabalho de escavação nas quadrículas B-12, B-11, A-12 e A-13 até à estrada alcatroada e até ao declive para o Esteiro das Laranjeiras, onde as estruturas parecem ter sido já totalmente arrancadas pelos trabalhos agrícolas.

Neste sector do extremo sudeste do complexo arqueológico, as camadas estratigráficas, se assim as podemos chamar no contexto da evolução do solo no local, continuamente agricultado desde as esca-

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

vações do século XIX, revelam o mesmo tipo de sedimentações intramuros, onde as máquinas menos fizeram sentir o revolvimento de terras, estratificação esta que só se revela no interior das quadrículas B-12 e B-11, aliás numa zona onde a planta de Estácio da Veiga não é clara (Vd. plantas 1, 3 e 5):

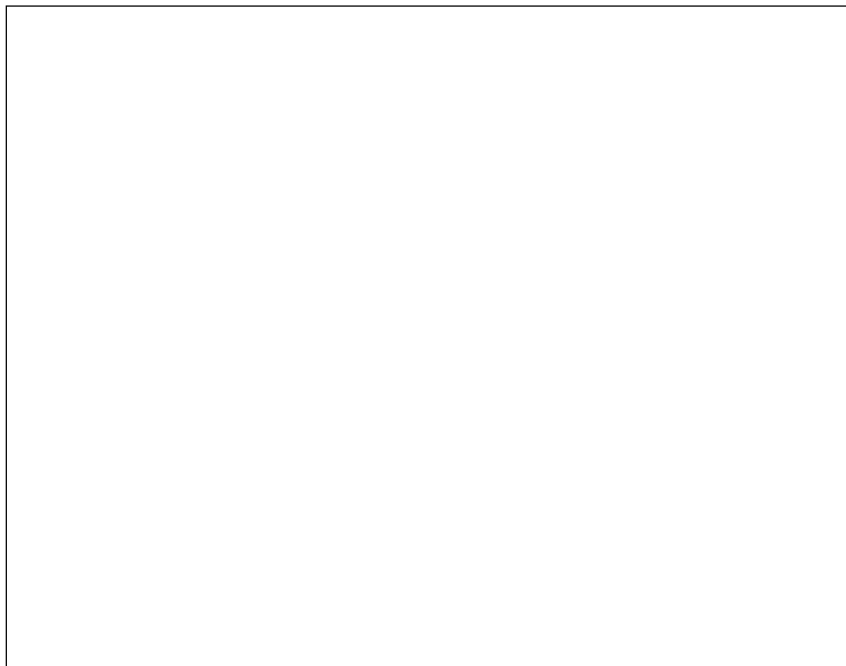
- A. Solo arável.
- B. Terra com rebocos, cal, cerâmica, pedras.
- C. Terra com lascas de xisto, fragmentos de cerâmica de construção e muita cinza.
- D. Terra, *tegulae* e *imbrices* partidas, *lateres* fragmentados e cal.



Fig. 1 — Montinho das Laranjeiras, 1995. Visão de conjunto do Sector Sudeste. Em primeiro plano, a parte escavada em 1994. Em segundo plano, a parte escavada em 1995. (Foto Sandra Vieira).



Fig. 2 — Montinho das Laranjeiras, 1995. Comparimento intramuros no Sector Sudeste em que se abriu uma porta e se construiu um muro enviezado numa última fase. (Foto Sandra Vieira).



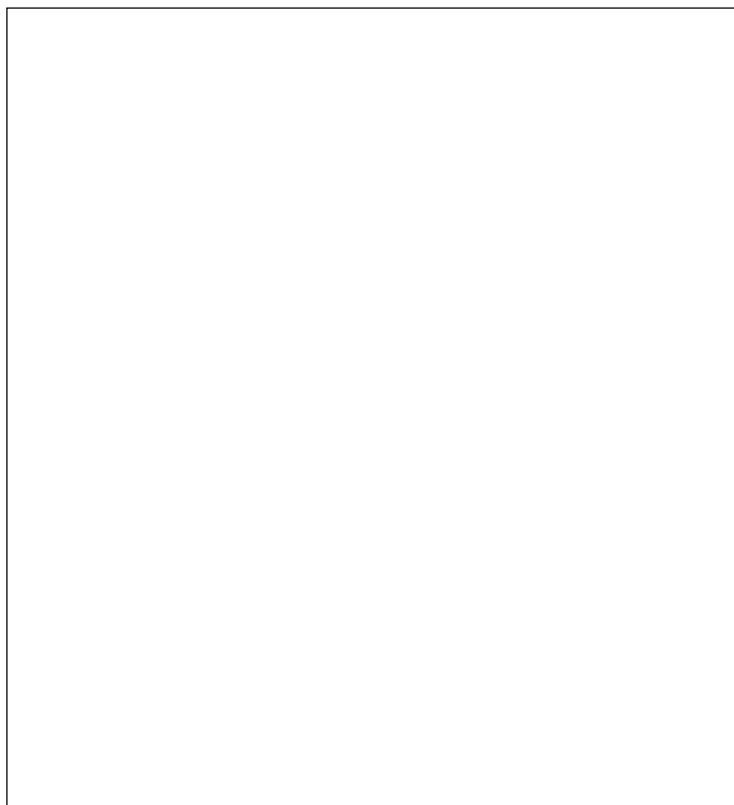
Gravura 1 — Planta das estruturas escavadas por E. da Veiga.



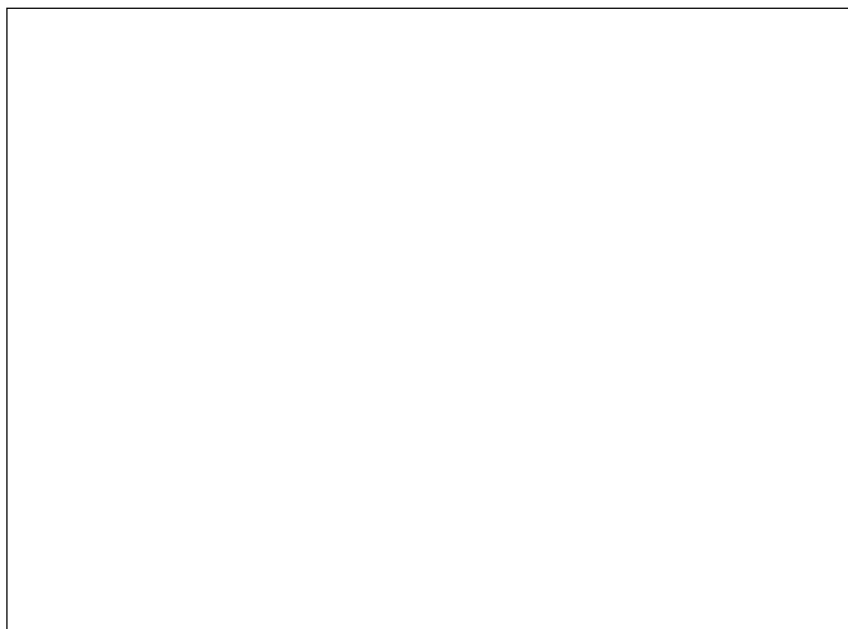
Gravura 2 — Mesma planta com indicação da parte já reescavada.

Dados a registar:

1. Verificação de que as estruturas escavadas em 1994 continuam para SE.
2. Colocação da hipótese de que o espaço interior intramuros da ponta SE da quadrícula B-12 teve uma funcionalidade que se relacionará com a grande quantidade de cinza e restos de carvões encontrados sobre a camada de *tegulae* e de *imbrices* partidas. Base de um forno aí colocado nas épocas visigótica, islâmica ou medieval? Algumas pedras maiores niveladas lembram



Gravura 3 — Planta das estruturas escavadas em 1995 no Sector Sudeste (acabamento de Sandra Vieira).



Grav. 4 — Planta das estruturas escavadas em 1995, no Sector Noroeste (acabamento de Sandra Vieira).

um possível lastro acondicionado por estreitos muros de argamassa de terra, enviezados em relação à ortogonalidade dos muros de pedra e cal da antiga *Villa*. A existência de parte de uma antiga mó, com 27 cm de raio, e de restos de uma possível «caixa» limitada por estreitas placas de xisto dispostas na vertical poderão reforçar esta hipótese. Na próxima campanha pensamos desmontar o enchimento do suporte desse possível «forno», tentando clarificar estes dados.

3. Descoberta de uma passagem entre este espaço intramurário e a «galeria» de que fala Estácio da Veiga.



Fig. 3 — Montinho das Laranjeira, 1995. Enchimento intramurário no Sector Sudeste com muros enviezados argamassados com terra envolvendo uma possível estrutura com pedras niveladas, restos de uma pequena mó e de uma cavidade delimitada por finas placas de xisto dispostas na vertical. (Foto Sandra Vieira).

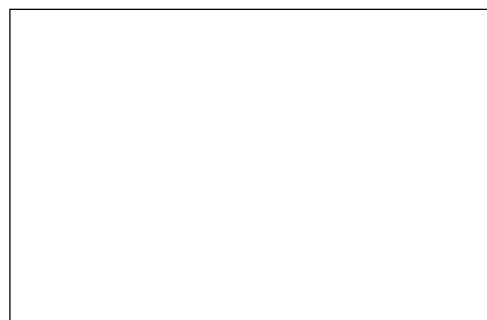


Fig. 4 — Montinho das Laranjeiras, 1995. Estruturas escavadas no Sector Noroeste, do lado mais próximo ao Monumento Cruciforme. Em segundo plano, pavimento em lageado. (Foto Sandra Vieira).

Gravura 5 — Corte estratigráfico B B' intra-muros no sector sudeste, onde se interromperam as escavações de 1994 e se iniciaram as de 1995 (acabamento de Sandra Vieira).

4. Possível identificação do Ponto D da planta, de Estácio da Veiga.

5. Maior espessura do muro exterior da «galeria» de Estácio da Veiga do que as que efectivamente indica na sua planta, o que leva a pensar que, apesar da sua presente quase total destruição, mercê de um maior isolamento e consequente maior exposição aos ferros das máquinas agrícolas, a parede que nascia deste alicerce se levantava mais alta, robusta e forte na parte mais baixa da *Villa* romana contra as periódicas grandes cheias do rio. A espessura média desta *solidatio* é de 120 cm, enquanto as dos restantes muros com argamassa de cal é apenas de 75 cm.

6. Remodelação contínua do espaço arquitectónico, com sobreposição de muros, estreitamentos e aberturas de portas, assim como acrescentamento de pilares interiores,

constatação que permitirá, uma vez concluída a escavação, propor o levantamento de diferentes fases de utilização com redistribuição de espaços.

7. Aqui e ali, sobre a camada mais baixa de *imbrices* e de *tegulae*, alguns seixos, como já se verificou nas estruturas próximas, escavadas no ano transacto. Possível utilização de parte destes espaços como cortes de gado, em determinadas épocas?

8. Achados relevantes:

- Duas moedas do século IV, em fase de limpeza no Campo Arqueológico de Mértola. Encontradas sem contexto específico, nos níveis inferiores.
- Descoberta contínua, nos níveis mais baixos, de *tegulae* e *imbrices* de tipologias variáveis.
- Reduzido aparecimento de *sigillata* e de alguma cerâmica comum, num ou noutro caso já da época muçulmana.
- Raríssimos fragmentos de vidro.

As escavações continuaram, também, no outro extremo do complexo arqueológico, no sector noroeste. Também aqui os resultados ultrapassaram



Fig. 5 — Montinho das Laranjeiras, 1995. Sector Noroeste. Pormenor das estruturas. (Foto Sandra Vieira).



Fig. 6 — Montinho das Laranjeiras, 1995. Sector Noroeste. Pormenor de estreito "corredor" pavimentado e de recesso em L. (Foto Sandra Vieira).

as expectativas, tendo presente que, não estando plantadas árvores na área das quadrículas escavadas e tendo havido intenso remeximento agrícola do local, não esperávamos descobrir já estruturas significativas, uma vez que os poucos alicerces que encontráramos nos anos anteriores eram suporte de uma arquitectura de terra. Praticamente o que foi solo arável repousa directamente sobre a camada de *imbrices* e estes directamente sobre as lajes do pavimento. Daí que não seja significativo proceder à representação gráfica do seu corte estratigráfico até ao momento presente.

Na Campanha deste ano foi possível, neste sector noroeste:

1. Aprofundar a escavação nas quadrículas G-20 e G-19 e iniciar a escavação na quadrícula H-20.
2. Descortinar uma ambiência nova, diferente do que se observa normalmente numa *Villa* romana, seja na pouca espessura das paredes, cerca de 50 cm, seja na exclusividade da utilização do *mortarium* de terra que denuncia a técnica de construção em *opus craticium* ou, o mais provável, em taipa, seja ainda numa disposição e vivência diferente dos espaços.
3. Constatar espaços interiores que comunicam em cotovelo e se dispõem em pequenos socacos com ligeira inclinação, onde pequenos degraus surgem como solução de continuidade.
4. Verificar uma tipologia de pavimentação sobre terra argamassada com pequenas lajes de xisto.
5. Descobrir um pequeno recesso com disposição em L, que lembra o suporte de uma esteira numa alcova.
6. Contrastando com o que sucede no outro Sector, no Sector Noroeste, salvo um ou outro fragmento de *tegula*, quase só se encontram *imbrices* partidas, mais tardias e diferentes, *in genere*, das encontradas no Sector Sudeste. Mas num e noutro caso parecem indiciar que a ruína dos telhados terá

ocorrido após um período de abandono, dado que quase nenhuma documentação nos surge entre as *imbrices* e o pavimento.

7. A cerâmica identificável é sobretudo da época muçulmana. Torna-se, assim, evidente a ocupação neste período mas mantém-se a interrogação: casa rural, *monasterium* ou simples entreposto fluvial?

8. Achados relevantes:

- Parte de uma base de talha com rebordos vidrados onde se lêem duas inscrições árabes estampilhadas (G-19).
- Uma ponta de ferro (de lança?) (H-20).
- Uma ponta de pinça de pavio (?) (H-20).

NOTAS

- 1 Reiteramos aqui o nosso reconhecimento aos proprietários dos terrenos desta estação arqueológica, Senhor Carlos Francisco, do Montinho das Laranjeiras, Senhor José Galrito, de Guerreiros do Rio, e Senhor Eduardo Faustino, de Balurcos de Baixo.

Os trabalhos tiveram o apoio logístico e financeiro da Câmara Municipal de Alcoutim e um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Participaram nas escavações os Mestres Drs. Licínia Correia Wrench e Helder Coutinho, a Dr.ª Vitória Antunes e os alunos da Universidade Nova

Sandra Vieira, Teresa Castro, Susana Maia e Silva, Sandra Simões, Purificação Coelho, bem como os alunos da Escola Secundária da Amadora Vassili Barros, Ricardo Gaspar, Carla Silva, Mónica Gomes, Filomena Maia, Mónica Santos e Filipa Coutinho. Pagos à hora, contratados no local, Luís António dos Santos, João Paulo Costa e Marco Jorge Ribeiros.

BIBLIOGRAFIA

- COUTINHO, H — «Cerâmica Muçulmana do Montinho das Laranjeiras», in *Arqueologia Medieval* (Mértola), 2 (1993), 39-54.
- «*Sigillata* clara do Montinho das Laranjeiras (Escavações de 1990)», in *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (Lisboa, 1992), Barcelona, 1995, pp. 507-514.
- MACIEL, M. J. — «Reescavações na *Villa* romana do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim)», in *Arqueologia Medieval* (Mértola), 2 (1993), 31-38.
- «A *Villa* romana fluvial do Montinho das Laranjeiras, junto ao Guadiana (Algarve). Escavações de 1991», in *Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste, Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, 1994, pp. 469-484.
- «Trois églises de plan cruciforme au Portugal et les trajects méditerranéens des VI^e et VII^e Siècles», in *Actes du XIII Congrès d'Archéologie Chrétienne* (Split/Porec, 1994), Split/Vaticano, 1998.
- «Suevos, bizantinos e visigodos no sul da Bética e da Lusitânia. Arte, percursos e fronteiras», comunicação às *I Jornadas Transfronteiriças*, Aroche, 1995 (no prelo).
- «L'Art paléochrétien au Portugal à l'époque justinienne», in *International Conference Early Christianity and Albania*, Tirana, 1995 (no prelo).
- «Do romano ao medieval. A *Villa* do Montinho das Laranjeiras (Algarve). Escavações de 1994», in *Livro de Homenagem a Flório de Vasconcelos* (no prelo).
- «A Época Clássica e a Antiguidade Tardia», in *História da Arte Portuguesa* (Dir. Paulo Pereira), 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 76-149.
- *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, 1996.
- SANTOS, M. L. E. V. A. — *Arqueologia Romana do Algarve*, II, Lisboa, 1972.
- VEIGA, S. P. M. E. — *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, II, Lisboa, 1887.

SOBRE O EPITÁFIO DE JULIANO, BISPO (CACELA, 987 d.C.)

MARIA MANUELA ALVES DIAS*

A primeira notícia desta inscrição de Tavira foi publicada, nos fins do século passado, nas *Inscriptiones Hispaniae Christianae* 210 **. De facto, uma cópia da inscrição tinha sido mandada por S. P. M. Estácio da Veiga a E. Hübner a quem também informou do local de achado: um sítio que se chamava, na altura da descoberta, «Fonte Salgada», e que a lápide tinha sido «guardada, em Tavira, em casa de José Francisco Marques Freire»¹.

De J. Leite de Vasconcellos vê-se que, quando foram recolhidos os materiais que viriam a formar a sua *Etnografia portuguesa — tentame de sistematização*, Lisboa, 1933 e ss., tinha aproveitado este epitáfio para, no Algarve, documentar a existência de comunidades de moçarâbes².

Um desenho, a lápis, da inscrição, feito por Francisco Rafael da Paz Furtado que, em 1877 ou 1878, o ofereceu ao museu de arqueologia do Instituto, de Coimbra, indica-a como «descoberta em um terreno despovoado da

freguesia de Cacella»³. Mais tarde, em 1948, J. M. Cordeiro de Sousa refere--a a partir da bibliografia publicada até à data⁴. Em 1995, é inventariada, na base dos estudos anteriores, no trabalho de M. J. Barroca⁵. Recentemente, foi publicada a primeira fotografia da inscrição, cremos, e atribuído o achado ao sítio da «Fonte Sagrada», freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António⁶. De facto, ela foi reencontrada, há pouco tempo, o que nos permitiu fazer uma observação directa da peça, de que resultaram — a proposta de caracterização estilística da decoração do suporte, a análise paleográfica e a revisão crítica das leituras anteriores que, agora, se publicam⁷.

DESCRIÇÃO

Trata-se de uma placa de mármore branco, de recorte rectangular (37,5 cm alt. x 30 cm

* UCEH da Universidade do Algarve. Resid. part. Av. de Madrid, 24-2.º, 1000 Lisboa.

** Abreviaturas usadas neste artigo:

ICERV = J. Vives, *Inscriptiones cristianas de la España romana y visigoda*, Barcelona, 1969.

ICVR = *Inscriptiones Christianae Verbis Romae*, Roma, 1857-1992.

IHC = Bibliografia indicada na nota 1.

J. C. Ayres de Campos = Bibliografia indicada na nota 3.

M. J. Barroca = Bibliografia indicada na nota 3.

J. M. Cordeiro de Sousa = Bibliografia indicada na nota 4.

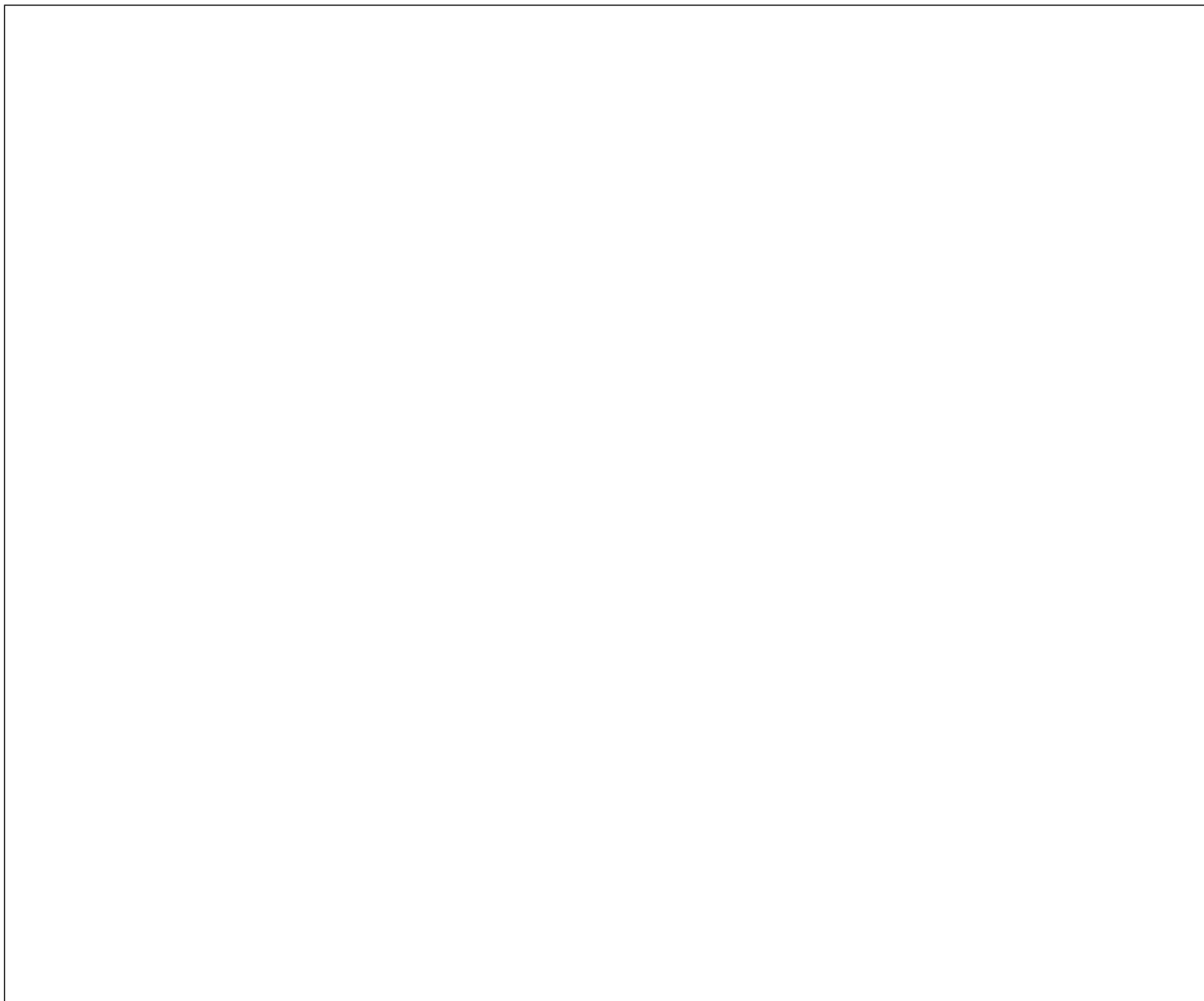


Fig. 1 — Epitáfio de *Iulianus*, bispo.

larg. x e 4,2 cm espess.), apresentando uma moldura cordada⁸, de $\pm 2,2$ cm que bordeia, limitando e definindo, um campo epigráfico de 30 cm alt. x 25,5 cm larg.; esta moldura cordada, sobre pedra, tem paralelo na da inscrição funerária de *Speciosa* e *Tranquilla*, proveniente de Lucena⁹, e coeva

desta, de *Iulianus*. Vemos que apresenta uma fractura, no canto superior direito, que, no final da primeira linha do texto, danificou as duas últimas letras — assim, ficou-nos, em relação à primeira transcrição do texto, metade do *n* e perdeu-se o *t*.

O texto distribui-se por sete linhas, de ± 3 a 4 cm de alt., e mostra vestígios claros de finos traços horizontais, de orientação de escrita, que definem espaços interlineares de 1 cm aproximadamente.

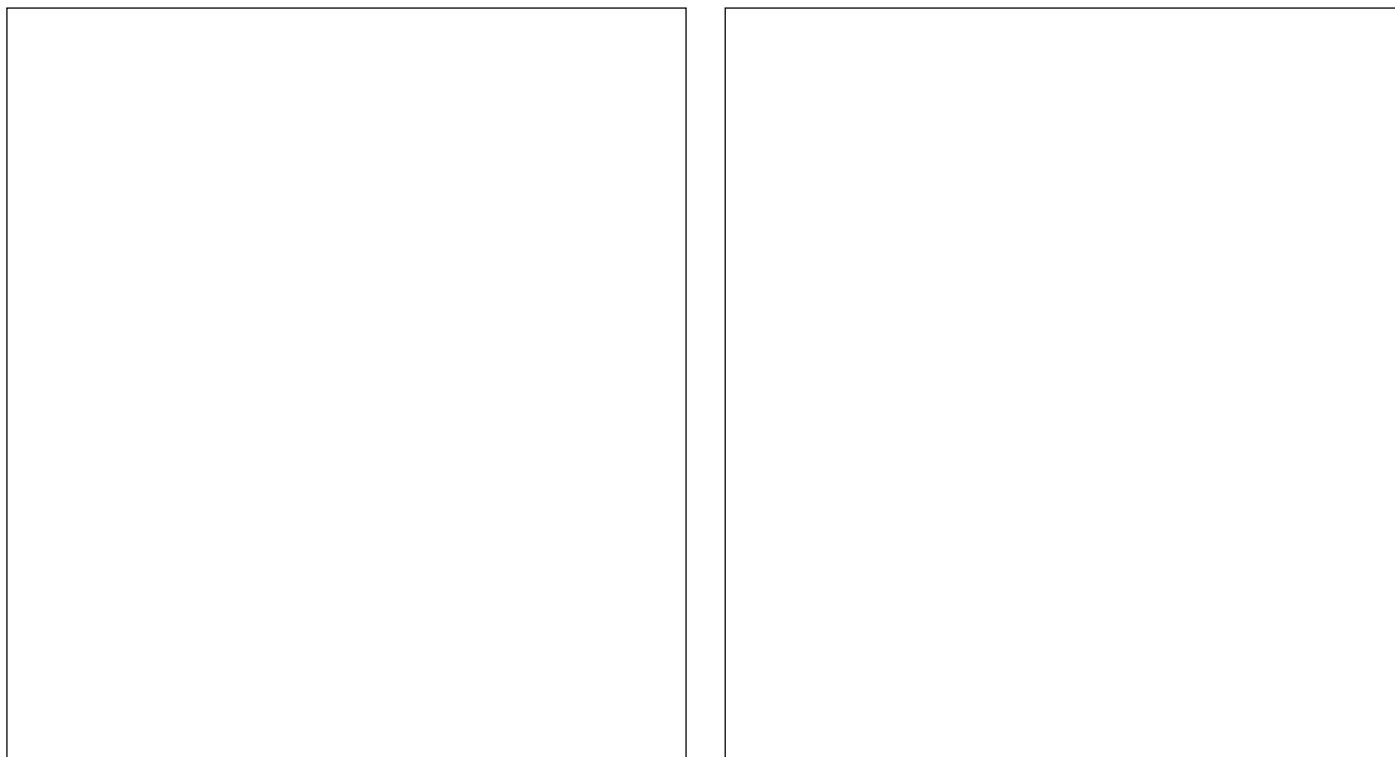


Fig. 2 — Epitáfio de *Speciosa* e *Tranquilla* (Lucena, Córdoba).

Transcrição:

- 1 (*crux*) HIC REQVIESCVN[T]
- 2 MĒBRA IVLIANI EPISCOPI
- 3 QVI OBIIT DIE XII KLES APRLS
- 4 ERA XX-III^{II} POST ·T^a
- 5 QVESO LECTOR PRO EO ORARE
- 6 NON ABNVAS·SIC XPM DNM
- 7 PROTECTORE HABEAS

Variantes de edição:

Na l. 1 — J. M. Barroca, *requ(i)escunt*.

Na l. 3 — IHC desenvolve *Apr(i)l(e)s*; J. C. Ayres de Campos, *kls Aprilis*; J. M. Cordeiro de Sousa *kls apris* (sem desenvolvimento das abreviaturas); J. M.

Barroca propõe *k(a)l(end)ss [sic]*, e, a seguir, o desenvolvimento *Aprls = Aprilis*.

Na l.4, — IHC transcreve correctamente a data *XX-III^{II}*, mas na leitura omite um *I* e depois do *T* anota uma *hedera* a cursivo; J. C. Ayres de Campos lê *XXVIII^{II} post. M.^a*, no que foi seguido por J. M. Cordeiro de Sousa; J. M. Barroca, *XXVIII^{II}* (seguindo J. C. Ayres de Campos e J. M. Cordeiro de Sousa) e *post T^a [hedera]*.

Na l.5 — IHC esquece *pro* na transcrição mas admite-o na leitura; J. C. Ayres de Campos e J. M. Cordeiro de Sousa indicam *pro eo orare*; e J. M. Barroca, *eo orare*.

Das versões existentes parece-nos ser a cópia que S. P. M. Estácio da Veiga enviou a E. Hübner a melhor de todas; a de J. M. Cordeiro de Sousa apenas não coincide com

a de J. C. Ayres de Campos porque admite, seguindo E. Hübner, que o nome do mês está abreviado; J. M. Barroca segue mais de perto a cópia de J. C. Ayres de Campos com algumas alterações que podem ter tido influência de E. Hübner (l.5) e outras, ainda, de que não é possível determinar a origem (l.3 *k(a)l(enda)ss [sic]*).

Leitura:

(*crux*) *Hic requiescun[t] l me(m)bra luliani
episcopi l qui obiit die XII k(a)le(nda)s
Apr(i)l(e)s l era [*](millesima) XXIIII post
t(empor)a l queso lector pro eo orare l non
abnuas sic Chr(istu)m D(omi)n(u)m l pro-
tecto(re)m habeas.*

O * assinala a abreviatura constituída por dois traços horizontais supralineares que correspondem ao *m* de *m(illesima)*, confirmando a quantidade de anos (*XXIIII* = 25) indicados antes da locução de fecho, *post t(empor)a*, cf. IHC 475 (do ano de 998)¹⁰, e, entre nós, J. S. R. Viterbo¹¹, onde o valor quantitativo da contagem do tempo tomou, por translação de significado do *T* ou de *Ta*, o valor de *millesima*, variante de uma prática de datação bem documentada nas suas formas hispânicas, cf. IHC 456 (do ano de 1002), 470 (do ano de 1040) e 474 (dos anos de 1063 e 1065).

Justificação da leitura:

A recuperação da inscrição veio pôr fim às dúvidas de transcrição, mas quanto à interpretação e leitura que propomos devemos, no entanto, fazer algumas observações. Quanto aos numerais da datação, o que alguns autores tomaram por um *V* é o desenho aparente que resultou da união das terminações inferiores de dois *II*. No desenvol-

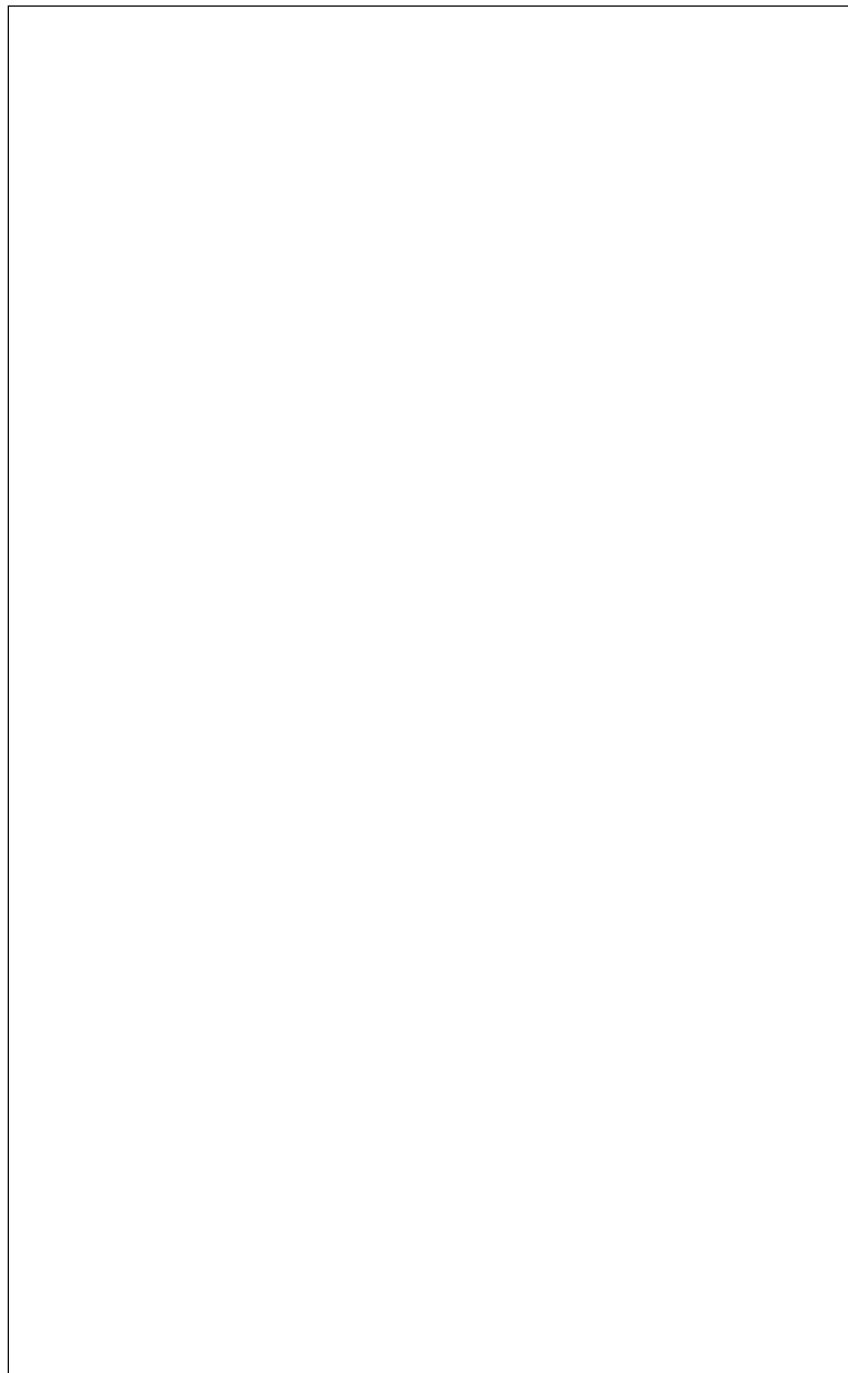


Fig. 3 — Epitáfio do bispo *Martinus* (Monedero, Córdoba).

vimento das abreviaturas, e porque penso que esta inscrição segue a tradição das inscrições cristãs do período visigótico, optei por *Apriles* a concordar com *kalendas* e desempenhando a função de adjectivo¹² em vez de *Aprilis* em

genitivo, tomado como um substantivo¹³, como será uso, mais tarde, nas inscrições portuguesas e nos manuscritos; esta prática tardia poderia, assim, justificar a versão de J. C. Ayres de Campos, e as dos que dele dependem. A opção de leitura da data pode ser polémica, pois se admite que o sinal de abreviatura sobre a datação querera indicar igualmente a falta de um *M* que, na datação, se leria como abreviatura de *millesima*; a fórmula proposta tem paralelos próximos no epitáfio de *Ciprianus*, de *Iliberris*, onde se lê *quadrageni in milleni tempor[is era]*¹⁴. Existem também paralelos para a colocação em posição exponencial de vogais que formam parte de palavras em inscrições desta época, e que será uma prática vulgarizada mais tarde; assim se entendeu o *T^a* numa inscrição de Córdova, IHC 226 (do ano de 987)¹⁵.

A inscrição está, portanto, datada da era de mil e vinte e cinco, o que equivale ao ano 987 da nossa era.

A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E O ALFABETO

A inscrição é muito cuidada. Pela *ordinatio* vemos que houve a intenção de respeitar um alinhamento do texto, primeiro à esquerda e depois à direita, o que foi conseguido, nas ll.4 e 5, através do prolongamento dos traços do *a* cursivo e do *e*, respectivamente. Por necessidade da *ordinatio*, foram utilizadas letras inclusas, de menor tamanho; assim, na l.2, o segundo *i* de *Iuliani* acomoda-se no espaço do *I*, e, depois, na palavra *episcopi*, os dois *ii*, de menor tamanho que as restantes letras, estão arrumados por debaixo da barriga dos *pp* que os antecedem; na l.3 acontece o mesmo com os dois *ii* de *obiit* que foram colocados no espaço que fica por debaixo do traço horizontal do *t*; na l.5, na palavra *lector*, o *c* está incluso no *e* anterior, bem como o *o* de *pro* e o *a* de *orare*, que se encaixam debaixo da barriga dos *rr* que os antecedem. Existem três nexos neste epitáfio, na l.3, *le* da abreviatura de *k(a)le(nda)s*, na l.5, *to* em *lector*¹⁶, e na l.6, *mn* na abreviatura de *D(o)m(i)n(um)*.

Os sinais de abreviatura são de dois tipos: a) dois riscos paralelos (=), nas ll. 2 e 7, por cima do *e* de *me(m)bra* e do *e* final de *protectore(m)*, indicam a falta do *m*, e, por cima da datação, suponho que quererão indicar igualmente a falta de um *m* que, na datação, se leria como abreviatura de *m(illesima)*; b) um só risco (em ómega em forma estirada) sobre as palavras (—), nas ll.3 e 6, em *Aprls* (*Apr(i)l(e)s*), *Xpm* (*Chr(istu)m*) e *Dmn* (*D(o)m(i)n(um)*) indicam outras abreviaturas. Note-se que sobre *k(a)le(nda)s* não existe sinal de abreviatura, o que é um pouco intrigante uma vez que, nesta inscrição, os locais, onde deviam colocar-se os sinais de abreviatura, foram previamente marcados por pequenos pontos (ainda visíveis sobre as ll.2, 4 e 7) donde ficar a ideia que o sinal de abreviatura seria representado por um traço oblíquo, aqui presente no recurvamento da barra mediana do *e* ou que se poderia tratar de um grupo de letras tão conhecido que dispensava sinal de abreviatura. Sobre

o último *t*, na l.4, existem três pontos, e mais dois a um terço da altura da haste vertical da letra, os quais, pelo cuidado com que foram feitos, devem ter um significado simbólico que não consimos ver qual seja.

As letras inscrevem-se num módulo rectangular, em que a altura é duas vezes e meia a largura e, geralmente, apresentam terminações patadas. No desenho deste alfabeto utilizaram-se letras de traçado claramente curvo a par de traçados, das mesmas letras, de desenho recto como é o caso dos *cc* e dos *ee*; assim, na l. 1, o *c* de *hic* é recto, bem como o *c* de *lector*; na l.5, enquanto que os restantes são curvos; e, na l.2, o *e* de *episcopi* é curvo, bem como o de *orare*, na l.5, enquanto que todos os restantes são de traçado recto. A ocorrência simultânea destes dois tipos de letra numa inscrição não é novidade nem inédita, e aparece, já no ano de 737, numa inscrição de Cangas de Onís e, também, numa outra encontrada na serra de Córdova e datada de 962¹⁷. Os *hh* desta inscrição são cursivos como se pode ver em *hic* e *habeas*, nas ll.1 e 7 respectivamente¹⁸; os *aa* apresentam um traço horizontal com excepção do de *orare* que é de pequeno tamanho; os *bb* são de duas panças afastadas, à excepção do *b* de *me(m)bra*, na l.2; os *mm*, de pernas verticais, prolongam, num só traço, a junção das barras interiores oblíquas sem no entanto tocarem a linha inferior de orientação de escrita; os *nn* ainda não são claramente coxos, mas a segunda perna da letra é sensivelmente mais curta que a primeira; os *oo* são bastante esguios mas de traçado curvo; os *tt* apresentam três traçados: o de *obiit*, na l.3, tem a barra horizontal recta, bem como, na l.5, o de *lector*, mas, na l.4, em *post*, a metade esquerda da barra horizontal de corte do *t*, prolonga--se para baixo, enquanto que o *t* de *t(empor)a* apresenta dois triângulos suspensos dos braços¹⁹, e,

finalmente, na l.7, em *protectore(m)* o lado esquerdo da haste horizontal dos *tt*, prolonga-se em curva em direcção às hastes verticais das letras.

No que respeita à expressão *hic requiescunt membra*²⁰, pouco documentada na Hispânia, o texto apresenta paralelos formulares com o de uma inscrição de Córdoba, datada do ano de 982; no que respeita ao apelo ao leitor para que reze, feito, aqui, pela negativa e pela voz activa de alguém que não é o morto, quando se diz *queso lector pro eo orare non abnuas sic Christum Dominum protectorem habeas* tratar-se-à certamente de uma prática que, sob a forma de apelo directo, já tinha raízes na epigrafia pagã, e que, aqui, explicitando a vantagem que o eventual leitor obterá da prece pela alma de outrém, radica nas concepções de troca de favores estabelecida entre os homens e Deus ou entre os homens e os santos; há paralelos para fórmulas idênticas que datam de meados do séc.VII a finais do VIII, e que se encontram, sobretudo, nos locais de peregrinação²¹.

Pelas características paleográficas e decorativas, o epitáfio de *Iulianus* parece, quanto a nós, filiar-se no que poderíamos chamar o “atelier” de Córdoba. Ao estudar as comunidades moçárabes, F. J. Simonet assinalou uma série de inscrições desta época, provenientes de Córdoba e dos arredores, tendo-as como provas do prestígio social e político das comunidades moçárabes da segunda metade do século X, período em que alguns cristãos chegaram mesmo a ter importância junto da corte, como é o caso de Recesmundo²². Foi certamente neste ambiente de tolerância, e mesmo, por vezes, de cumplicidade, que as comunidades moçárabes viveram e se desenvolveram, e, talvez, assim a hegemonia política e cultural de Córdoba, sobre o território que é hoje o Algarve se terá prolongado até aos primeiros anos do século XI.

Seja-nos permitida uma conjectura sobre este Juliano, bispo que não se sabe donde.

F. J. Simonet, com base no local do achado da inscrição funerária de *Iulianus* atribui-lhe a sede episcopal de *Ossonoba*, a actual Faro, que dista cerca de 30 km do local de achado e, assim, justifica a vitalidade de uma sede episcopal de que, há muito não se tinha notícia²³, e que, para este autor, devia ter reflorescido como consequência lógica da revolta de Yahya, filho de Becer, chefe muladi de linhagem goda que se declarou independente, na região algarvia, nos últimos anos do reinado de Mohámmmed (morto em 886), na “província” de *Ossonoba*. Escreve F. J. Simonet:

«Es de presumir que esta iglésia de santa Maria de Ossonoba haría de Catedral, y más estando en la capital de la comarca y donde, bajo la denominación visigoda, hubo silla episcopal sufragánea de Mérida. Es asimismo de suponer que en todas las comarcas que por este tiempo se fueron emancipando del yugo sarraceno bajo jefes españoles, aunque muladíes, volvería á florecer el culto católico, se restaurarían las sedes é iglésias destruídas y se crearían acaso otras nuevas, floreciendo las conservadas desde los tiempos antiguos»²⁴.

Assim, é pois para justificar a existência duma catedral (=sede episcopal) em Faro que F. J. Simonet refere a inscrição de *Iulianus, episcopus*, sugerindo implicitamente que a revitalização da sede ossonobense poderia ter ocorrido desde finais do século IX.

E. Hübner tinha dito a respeito desta inscrição: «Parece-me que *Iulianus* fosse bispo de *Hispalis* (Sevilha), na verdade o seu nome não é conhecido entre os dos Portucalen-ses»²⁵, isto sem mais justificações. F. J. Simonet não se acorda com a sugestão de E. Hübner, pois admite que a data 987 não se encaixa nas falhas que existem nas listas dos bispos desconhecidos de Sevilha²⁶; ele admite, isso sim, que Sevilha teria sido, por volta 937, governada por um possível Juliano baseando-se no facto das listas conhecidas dos bispos, logo a seguir a Recafredo, terem ficado interrompidas e, ainda no facto de, no “código Emilianense” e nos “dípticos da Missa moçárabe”, se referirem dois nomes *David* e *Iulianus* que seriam dois dos que se teriam seguido a Meudulano na gestão da sede episcopal de Sevilha; contudo, as falhas das fontes ao fim e ao cabo, não lhe permitiram²⁷ a ele, Simonet, nem nos permitem hoje, a nós, produzir afirmações mais conclusivas.

A hipótese de E. Hübner que admitiu implicitamente que um bispo de Sevilha tivesse sido sepultado perto de Tavira, fora da sua sede episcopal, tem paralelos numa prática contemporânea; de facto, *Martinus*, bispo de *Astigi*, foi sepultado em 931, em Monedero, na serra a norte de Córdoba, num mosteiro aí existente²⁸, mas, ao contrário da inscrição funerária de *Iulianus*, na desse *Martinus* claramente se afirma que ele foi bispo de *Astigi*. Este argumento, da deslocação da sepultura dum bispo, para fora da sua igreja episcopal, pode supôr também a existência, perto de Tavira, de um importante núcleo moçárabe

que justificasse, assim, a inumação daquele que tinha sido a cabeça da sede episcopal de *Ossonoba*. O silêncio textual da inscrição sobre a sede de que *Iulianus* foi bispo pode explicar-se por na região não existir, além de *Ossonoba*, notícia sobre qualquer outra sede episcopal, enquanto que, no caso de *Martinus* que foi sepultado perto da sede episcopal de Córdoba, com o qual fazemos esta sugestão comparatista, nada teria sido claro se não tivesse ficado exarado que ele tinha sido bispo de *Astigi*.

Com os dados de que dispomos, se podemos ter a certeza quanto à clara influência dos prestigiados artífices de Córdoba na feitura da inscrição de *Iulianus* não podemos saber, ao certo, qual foi a sua sede episcopal. É evidente que as maiores probabilidades vão para *Ossonoba*, mas nada garante que no caso de *Iulianus* não se tenha repetido o caso de *Martinus* de *Astigi*, com a agravante, para o nosso conhecimento, de estarmos diante da possibilidade duma inumação, por hipotéticas razões de fé, origem ou propriedade, bastante distante da sede episcopal a que o nosso *Iulianus, episcopus* presidiu. As rápidas mutações políticas da época parecem aconselhar-nos esta reserva.

NOTAS

- 1 E. Hübner — *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, Berlin, 1871, p. 69, n. 210.
- 2 J. Leite de Vasconcellos — *Etnografia portuguesa, IV* (ed. M.V. Guerreiro e O. Ribeiro, Lisboa, 1958) pp. 254-298 («Focos de moçarabismo em território que veio a ser de Portugal»), especialmente pp. 271-272, onde transcreve a leitura epigráfica de E. Hübner.
- 3 J. C. Ayres de Campos — «Catálogo dos objectos existentes no Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra (suplemento)», *O Instituto*, XXVIII, 2ª sér., 1880-1881, p. 391. Sobre a actividade deste arqueólogo do séc. XIX, tão intimamente ligado ao *O Instituto*, cf. o *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio F. da Silva, III, p. 352, X, p. 227, XI, p. 286, e, ainda, de A. G. Ribeiro de Vasconcellos, *Ayres de Campos - Elogio histórico lido em sessão solene na noite de 2 de Junho de 1895*, Coimbra, 1895.
- 4 J. M. Cordeiro de Sousa — «Relação das inscrições dos séculos VIII a XIII existentes em Portugal», *Ethnos*, III, Lisboa, 1948, p. 115.
- 5 M. J. Barroca — *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, II, Porto, 1995 (dissertação de doutoramento, policopiada), pp. 41-43.
- 6 C. Torres — «O Al Garbe», in *Noventa séculos entre a serra e o mar*, Lisboa, 1997, pp. 431-447, esp., p. 433. Existindo os dois topónimos, Fonte Salgada (concelho de Tavira) e Fonte Santa, ou Sagrada (concelho de Vila Real de Santo António), distando as duas localizações muito pouco entre si e ficando ambas muito próximas de Cacela. Visitámos recentemente os dois lugares e na Fonte Salgada, junto da capela do santuário aí existente, encontrámos vestígios de cerâmica árabe.
- 7 Agradeço a Francisco Serpa (de Portimão) e ao Dr. Rui Parreira (de Évora) pela informação da recente recuperação deste epitáfio e por me terem confiado o seu estudo.
- 8 Moldurações cordadas, semelhantes a esta, a envolverem laudas funerárias, são vulgares nos textos em mosaico na *Hispania*, desde meados do séc. IV, cf. J. Gómez Pallarès; M. Mayer — «Aproximación a un inventario de los mosaicos funerarios de época paleocristiana de Hispania», *Cahiers des Études Anciennes*, (Université du Québec à Trois-Rivières), XXI (1996), pp. 49-96, especialmente, pp. 61-62 e 65-66. Na inscrição

funerária de *Speciosa* e *Tranquilla*, proveniente de Lucena, e coetânea desta de *Iulianus*, encontramos a mesma molduração cordada.

- 9 Cf. E. Serrano Ramos; R. Atencia Paez — *Inscripciones latinas del Museo de Malaga*, Madrid, 1981, p. 58, n. 62, e fig. lxxxv (= IHC 222).
- 10 Onde a datação é assim indicada: *era mil(esima) T XXXVI*.
- 11 Cf. J. de Santa Rosa Viterbo — *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, 1798-99, I e II, (3ª ed. crítica de M. Fiúza, Porto, 1965-66) p. 575 - Tª. Nas suas *Etimologias*, Santo Isidoro de Sevilha escreveu por três vezes, pelo menos, sobre os valores simbólicos do *T* (*Et*, I, 3,4,5 e 24), mas nunca o indicou como uma abreviatura cronométrica; ora como Santo Isidoro terá morrido, segundo a *Carta de Redempto*, aos 4 de Abril de 636 e como, até hoje, o *T* como indicativo cronométrico de era, só tem aparecido, em material epigráfico, em datas bastante posteriores a essa, parece ser legítimo admitir que a introdução da moda do seu uso, nos epitáfios de Hispânia, lhe foi, porque mais tardia, posterior.
- 12 Cf. A. Carnoy — *Le latin d'Espagne d'après les inscriptions*, Bruxelles, 1906, p. 271 e ICERV, pp. 260-261. IHC, p. 155, refere, na indicação do mês, três ocorrências de terminação em *-is*, que interpreta como acusativos do plural de *-is* pro *-es*: IHC 155 (*Aprilis*, ano 589, falsa?), 136 e 396 (*Novembris*, anos 486 e 579, respectivamente).
- 13 Na inscrição funerária do bispo *Martinus*, encontrada em Monedero, datada do ano de 931, e infelizmente incompleta, lê-se, na l.8, *sexagesim[a nona Ma]jar(um) III id(u)s*, onde talvez também se pudesse restituir *sexagesim[a nona M]jar(tias) III id(u)s*, cf. E. Serrano Ramos; R. Atencia Paez, *op. cit.*, *supra*, nota 9, n. 59, pp. 56-57 e fig. lxxxv (= IHC 223).
- 14 IHC 456 (= 291), proveniente de *Iliberris*.
- 15 Onde se lê: *era Tª vicesim(a) Vª*, (a. 1025 = 998), cf. IHC, p. 144.
- 16 Este nexos em *lector* tem paralelos estreitos no da inscrição do bispo *Martinus*, datada do ano de 931, e proveniente de Monedero, a norte de Córdoba cf. IHC 223 (= E. Serrano Ramos; R. Atencia Paez, *op. cit.*, *supra*, nota 9, n. 59, pp. 56-57, fig. lxxx, p. 147.

- 17 Cf. IHC 284 = 149 (do ano de 737), e 224 (datada de 962).
- 18 Paralelos em E. Serrano Ramos; R. Atencia Paez, *op. cit.*, *supra*, nota 9, n. 59 (epitáfio do bispo *Martinus*, encontrada em Monedero, datada do ano 931), n.62 (epitáfio de *Speciosa* e *Tranquilla*, acima referido, encontrado em Lucena e datado do ano 966), n. 63 (epitáfio, em acróstico, de um bispo, sem data) e n. 64 (epitáfio, do 'senhor' Teudefredo, encontrado em Córdoba, também sem data) cf., tb., J. Mallon, *L'Écriture de la chancellerie impériale romaine*, Salamanca, 1948, quadros A e B, A. Millares Carlo, *Consideraciones sobre la escritura visigótica cursiva*, León, 1973, p. 25 e B. Bischoff, *Latin Palaeography*, Cambridge, 1990, pp. 96-100.
- 19 Este traçado tem paralelos em IHC 457 (= 290) proveniente de Mesas de Villaverde, junto a Málaga.
- 20 Cf. IHC 464, inscrição funerária de *Salvatus*, encontrada próximo de Córdoba, junto da linha do caminho-de-ferro.
- 21 Cf., *v.g.*, C. Carletti — «Viatores ad martyres. Testimonianze scritte alto-medievali nelle catacombe romane», *Epigrafia medievale greca e latina. Ideologia e funzione*, (ed. G. Cavallo; C. Mango), Spoleto, 1995, pp. 197-225, referindo ICVR II 4533b, um esgrafito traçado sobre a imagem de S. Marcelino, referente ao presbítero Eustáquio, quando este foi em visita piedosa à catacumba de Ponciano, onde se lê: *tu qui legis ora pro me et abeas d(eu)m protectorem*.
- 22 Cf. F. J. Simonet — *Historia de los Mozárabes de España*, Madrid, 1903, p. 624 para as inscrições. Recesmundo, que os árabes conheciam por Rabi ben Zaid, tinha sido nomeado, primeiramente para um cargo palatino e, depois, foi indigitado bispo de *Iliberris* por Abderrahman III, em 958; continuou na corte depois da morte deste, sendo apoiado pelo seu filho e sucessor no califado, Alháquen II (961-976), *Id.*, *ibid.*, pp. 606 e ss.
- 23 A propósito, cf. J. A. Pinheiro e Rosa — «A catedral do Algarve e o seu cabido. Tempos de Ossonoba», e J. Ferreiro Alemparte — «A cidade Moçárabe de Santa Maria de Faro e o milagre da cantiga CLXXXIII, em fontes anteriores ao Rei Sábio», *Anais do Município de Faro*, 6 (1976), pp. 43-50 (com reservas para muita da documentação aduzida), e pp. 51-61, respectivamente.
- 24 Cf. F. J. Simonet, *op. cit.*, *supra*, nota 22, pp. 524-525.
- 25 IHC 210.
- 26 F. J. Simonet, *op. cit.*, *supra*, nota 22, p. 524, nota 3.
- 27 *Id.*, *ibid.*, p. 604, nota 3.
- 28 *Id.*, *ibid.*, p. 605, onde se refere a inscrição funerária do bispo *Martinus* (IHC 223). Cf. tb., a propósito, L. A. García Moreno — «Los monjes y monasterios en las ciudades de las Españas tardorromanas y visigodas», *Habis*, 24 (1993), pp. 179-192.

CERRO SALOMÓN Y LA MINERÍA HISPANOMUSULMANA EN GARB-AL-ANDALUS

JUAN AURELIO PÉREZ MACÍAS*

Aunque en obras de carácter general se indique la producción de cobre en Riotinto en época musulmana (Levi Provençal, 1987), la historiografía sobre la minería en el Cinturón Ibérico de Piritas señala repetidamente que durante la época medieval ésta quedó relegada al olvido en la mayor parte de los yacimientos minerales. Tan sólo se manifiesta que durante el Califato, en el reinado de Alhaken, se explotaron algunas minas del distrito de Aroche; ésta es una referencia sin ningún fundamento, que se inicia en Gonzalo y Tarín (1886) y se repite en otros autores como Pinedo Vara (1963). Deligny (1863) es el único autor que reseña una explotación medieval en la mina de Cueva de la Mora, aunque sin ninguna justificación desde el punto de vista arqueológico o metalúrgico. El único elemento metalúrgico relacionado con el laboreo de metales es el crisol de plata procedente de niveles islámicos de Mértola, cercana la mina de San Domingos, pero este crisol debe relacionarse más con trabajos de orfebrería que con la metalurgia extractiva de la plata (Da Silva, 1992).

Esta ausencia de materiales hispanomusulmanes traducen un escaso interés en la metalurgia extractiva en el Cinturón Ibérico de Piritas. Pero la ausencia de yacimientos arqueológicos con materiales metalúrgicos no implica un desinterés por el laboreo de minerales. Algunos yacimientos islámicos de las minas, como el Cerro Salomón (Blanco, Luzón y Ruiz, 1970), están indicando una presencia

de poblaciones en el territorio minero que no puede ser obviada por la falta de materiales metalúrgicos. Después de algunos trabajos de prospección, hemos comprobado que el caso de Cerro Salomón no era una excepción que confirmara la regla, sino un enclave más de otros conocidos, a los que hay que dar una explicación desde el punto de vista de la relación de estas poblaciones con las masas de minerales, en proximidad a las cuales se establecen.

Antes de comentar estos yacimientos, conviene que anotemos lo que las fuentes escritas nos indican sobre las minas y minerales de Al-Andalus. Este tema ha sido tratado de forma monográfica por Vallve Bermejo (1980) y de este trabajo extractamos las notas que siguen.

El aspecto más interesante radica en que las fuentes escritas nos informan sobre la forma de explotación de los yacimientos mineros y las técnicas introducidas en el campo de la metalurgia.

* Universidad de Huelva.

Con respecto a los minerales se cita la recogida de oro aluvial en las arenas de los ríos Segre, Tajo y Darro. En el caso de minerales de oro, la fundición se realizaba con la adición de borax y plomo, que oxidaba los minerales y dejaba libre el oro.

La plata se explotaba en las regiones de Sevilla, Almería, Murcia y Granada, tal como nos señalan Al-Bakri, Ibn Galib, Idrisi y Qazwini. Según Al-Udri, las minas de la región de Murcia explotaban venas de plata nativa, pero la mayoría de los yacimientos eran de galenas argentíferas, lo que suponía la desplatación de los plomos argentíferos mediante la copelación. Según Al-Dawha, el método más empleado consistía en mezclar el mineral de plomo-plata con plomo y borax para obtener un buen régulo de plomo argentífero, que podría ser refinado posteriormente por copelación para separar la plata. Se señala que estas copelas o crisoles estaban fabricados con un tercio de huesos calcinados y dos tercios de yeso (Vallve Bermejo, 1980), aunque este extremo no tiene una referencia precisa en las fuentes y su realidad no está confirmada.

El plomo se explotaba en la región de Murcia, como producto o subproducto del tratamiento de galenas argentíferas. Otras regiones importantes en la explotación de las galenas eran las de Baza (Granada), cuya producción se destinaba a la producción de plomo y azufre.

Las minas de hierro más importantes estaban situadas en Constantina del Hierro (Sevilla), Alquife (Guadix, Granada), Onda (Castellón), Almería y Montes de Toledo. Importantes fargas estaban situadas en Huesca, Sevilla, Córdoba y Saltés. Sólo en Saltes se han encontrado residuos de estas fundiciones, aun cuando carecemos de la analítica de las mismas (Bazzana y Cresier, 1989). Estas fraguas estaban especializadas

en la elaboración de acero indio o alfinje, cuyo método de fabricación consistía en recocer el hierro y enfriarlo varias veces para que adquiriera dureza y temple. La aleación de estaño y hierro conseguía una especie de hojalata, que se empleaba en el forrado de las puertas como señala Ibn Galib.

Según Qazwini y Al-Zuhri el cobre se obtenía en la zona de Granada, Almería y Montes de Toledo.

Otras explotaciones famosas eran las de mercurio y cinabrio, muy utilizados como colorante en las tinturas. Al-Idrisi cita estas minas en Almadén (Ciudad Real) y en Ovejo (Hornachuelos, Córdoba).

Además de la industria metalúrgica, la minería sirvió para obtener toda una serie de variedades minerales utilizados en la industria textil, cerámica, construcción, etc. De los criaderos de la zona de Huelva se citan constantemente en relación a la Kura de Niebla los tres fuentes del río Tinto, una de ellas de agua dulce, otra con alumbre — sulfato de alúmina — y otra con caparrosa o aceche -sulfato ferroso (Roldan Castro, 1993). La caparrosa era muy utilizada en las industrias tintoreras como colorante. Otra fuente para la obtención de colorantes sería el almagre, que se obtenía según Al-Udri en la zona de Mazarrón de Lorca y en la Sierra de Córdoba. Para la industria cerámica se empleaba el óxido de zinc, abundante en Salobreña (Granada) y Sierra de Córdoba, y el óxido de cobalto de la provincia de Granada. Entre las rocas de empleo industrial se citan el mármol, cal, yeso, piedra sanguínea o hematites, jacinto, magnetita o piedra imán, marcasita, lapislázuli, rubíes y talco.

Toda esta información carece hoy en día de una confirmación arqueológica, y según los datos que aporta Carbonell y Trillo Figueroa (1929) sólo puede sostenerse una explotación altomedieval en la mina de Mirabuenos (Villaviciosa, Córdoba), sobre un yacimiento de galena argentífera, aunque existen indicios en otras, como la Dehesa de la Plata en Posadas, Ingertal en Almodóvar del Río y Cerro Muriano.

La pericia demostrada en las explotaciones de galena argentífera de Mirabuenos no desmerece de la desarrollada por los romanos en otras minas de la Península Ibérica. La profundidad alcanzada por los trabajos llegó a los 102 metros y la longitud de las galerías a más de 300 metros. En estos trabajos se encontraron herramientas de hierro en forma de martillos, punterolas, cuñas, azadas y toneles de madera con cinchos formados por aros de hierro. Dentro de estas labores eran tan abundantes los candiles, redomas y arcaduces que se le llamó Mina de los Cacharros.

Otra mina en la que abundaban los candiles era la de La Tercera, en Belalcázar, en el valle de los Pedroches (Carbonell y Trillo Figueroa, 1929).

Las minas de Posadas se completaban con gran cantidad de escoriales en sus alrededores. Estos escoriales se extienden a zonas al Sur del Guadalquivir, donde no existen yacimientos mineros, pero donde el mineral llegaría en bruto para fundirse (Carbonell y Trillo Figueroa, 1929).

En la mina de Ingertal se han descubierto también escoriales y entre sus restos destacaban los fragmentos de copelas (Carbonell y Trillo Figueroa, 1929).

El hierro también fue objeto de producción en las minas de Córdoba. Prueba de ello es el escorial que dio nombre a la aldea de Herrerías, al Sur de Posadas, donde también se han encontrado cerámicas islámicas (Carbonell y Trillo Figueroa, 1929).

Este mismo autor nos indica explotación medieval en la mina de Monte Romero-Cueva de la Mora (Huelva), donde el tipo de entibación, que utilizó gruesos troncos de encina entallados unos con otros, podría corresponder a época árabe (Carbonell y Trillo Figueroa, 1929).

EL ASENTAMIENTO ALMOHADE EN CERRO SALOMÓN

Desde la rehabilitación de las minas de Riotinto en el siglo XVI, las alusiones a los restos arqueológicos en Cerro Salomón fueron una constante. La importancia de este yacimiento, con dos ocupaciones, una protohistórica y otra medieval, lo convertían en un elemento clave en el análisis de la historia de la minería de Riotinto y prueba de las posibilidades económicas que aún contenían estos yacimientos minerales.

La primera referencia moderna sobre el yacimiento de Cerro Salomón se encuentra en el informe del clérigo Diego Delgado de 1556. Este clérigo viajó a las minas de Riotinto y otras de la actual provincia de Huelva por orden de Felipe II tras el descubrimiento de la mina de plata de Guadalcanal en 1555:

«... Ansimesmo, andando en el dicho descubrimiento desta como de otras, vimos muy grandes asientos y edificios de fundiciones y escuriales de las venas y metales que los antiguos labraban y se aprovechaban, los cuales escurialés son tan grandes que parecen ser muy grandes montañas y cerros; serán estos escuriales que vimos tenían más de 8 leguas de largo.

Asimesmo fuimos a ver otra cueva, la cual está llena de agua y salía de debajo della un río, el cual se dice río Tinto; la causa por qué nace por veneros de caparrosa, que por otras partes se dice aceche, de lo que sirve para tinta; y ansi todas las orillas de este río están llenas de aceche, principalmente en el mes de agosto, y ansi todos los lugares por donde pasa este río, o cercanos son obligados cada concejo a enviar sus cuadrillas de mujeres y mozos e mozas, en todo el mes de agosto, a coger este aceche, y con este aceche pagan al Arzobispo de Sevilla ciertos tributos de los cuales ellos están obligados; los concejos y otras personas no lo pueden coger en ningún tiempo, porque es suyo, del Arzobispo, so pena de graves penas.

Acá no sabían la causa por qué este río iba teñido, hasta que se lo di a sentir y conocer como nacía por veneros de caparrosa, aunque hay otro secreto en ello, lo cual no se lo daré porque le guardé; y como le veían y ven ir este río teñido, no se dice de otra manera sino río Tinto.

En este río no se cría ningún género de pescado, ni cosa viva, ni las gentes las beben, ni las alimañas, ni se sirve de esta agua en ninguna cosa. Tiene una propiedad esta agua, que cualquier persona que tiene en el cuerpo cosa viva como bebe de ella, se lo mata y le echa del cuerpo; otra propiedad les dije que tiene, de lo cual ellos se holgaron de saber, y es que ninguna persona que tuviese mal de ojos, que como se lavase con aquella agua, que luego sanaría; y esto les di por medicina en aquella tierra, de lo cual ellos quedaron muy contentos, porque lo vieron luego por experiencia. Tiene otra propiedad, que sí le echan un hierro en el agua, en pocos días se consume; esto yo lo probé y tomé una rana viva y la eche al río, y luego murió sin poder salir del agua. En todo este río no se halla arena en él ni cosa suelta, porque todas las piedras que hay están presas y pegadas al suelo con las otras.

Ansimesmo, andando buscando donde los antiguos tuvieran sus afinaciones para ver si podíamos descubrir alguna que nos diese luz para ver si sacaban plata o algún otro metal, los cuales pudimos no descubrir por los montes estar muy cerrados. Recogiéndonos a nuestro cuartel, hallamos en un cerro, en lo más alto, una señal de edificio; allí mandamos cavar y a más de un estado hallóse cierto plomo, que su fin era aprovecharse en plata.

Preguntando a muchas gentes viejas que habían oído decir de aquellos edificios, respondieron que habían oído decir que España solía antiguamente dar a los romanos ciertos talentos de plata y oro en tributo, y

que de allí lo llevaban y no sabían más (Pinedo Vara, 1963: 47).

Sobre este interesante texto volveremos más tarde, pues nos aporta las claves de lo que pudo ser la explotación medieval de los criaderos minerales de Riotinto.

A mediados del siglo XVII, Rodrigo Caro nos dejó esta narración en su descripción de las minas de Riotinto:

«... La villa de Zalamea del Arçobispo está seis leguas de Aracena, en lo muy fragoso de Sierra Morena. Pareciome lugar antiguo, y vi en el una inscripción de Romanos, pero no tocante a este intento. Los moradorés de allí tienen la tradición (así lo dicen) que las gentes que el rey Salomón embiaba por oro, y plata a aquella tierra, la edificaron, y le llamaron del nombre de Salomón, Salamea. En prueba desto alegan, que un castillo muy antiguo, que cerca de allí está, desde aquel tiempo, hasta el presente, le llaman el castillo viejo de Salomón, y una de las aldeas, que este lugar tiene, se llama Abiud, y un río no lexos de aquí, Odiel, y todos estos nombres son hebreos, impuestos por aquellas gentes; esto es lo que oí decir allí a los clérigos, y hombres ancianos». (Caro, 1634: 210-211).

Los restos de fundiciones antiguas catapultan la petición de licencias para explotar los minerales.

La mina sería finalmente puesta en explotación por el sueco L. Wolters. A su muerte su sobrino Samuel Tiquet se haría cargo de los trabajos. Uno de sus empleados españoles, Francisco Tomás Sanz, se convertiría en su mano derecha y juntos iniciarían la verdadera producción de cobre a través de la fundición de partidas de mineral cobrizo y la precipitación de las aguas ácidas de la mina en cubetas con hierro. Tomás Sanz seguiría

como gerente de las minas después de la muerte de Tiquet y de hecho sería el verdadero dueño de ella, que debido a su auge originó un nuevo pueblo minero, Riotinto, construido en la falda meridional de Cerro Salomón. En una de sus visitas subterráneas en busca de nuevas mineralizaciones, en Julio de 1762, en la llamada Cañería de Nerva, próxima al Filón de los Planes, descubrió una placa de metal erigida en honor del emperador Nerva. En la exploración de esta galería se produjo un repentino derrumbamiento y murieron algunos mineros. En un escrito publicado ese mismo año en Sevilla da cuenta del descubrimiento, y en él vuelven a encontrarse algunas referencias al yacimiento de Cerro Salomón:

«Como aquel antiquísimo conducto tira de Sur a Norte, se cree, nos descubrirá el secreto, hasta ahora ignorado, de la entrada, y desagüe de la Mina Principal, que cae debaxo del antiquísimo Castillo, que las corona, y se llama de Salomón.

No carecen de fundamentos lo que enseñan graves autores que de este sitio se sacaron metales, que se llevaban para el templo de Salomón, tan famoso en la escritura Santa. Fuera de las razones en que se fundan, se comprueba esta opinión con no leves conjeturas del sitio, donde se conservan rastros de antigüedad hebrea. Salamea del Arzobispo villa la más cercana de las minas, se piensa tomó su nombre de Salomón. Tiene dicha villa una aldea, que con nombre hebreo se llama Abiud. También lo es el nombre Odiel de un río, que nace allí junto, y últimamente al enmarrarse mezcla sus aguas con el Tinto. Un antiquísimo castillo oy arruinado corona las minas, al que llaman Castillo de Salomón». (Sanz, 1762).

Todos estos autores que se habían ocupado de Riotinto siempre hacían mención a las ruinas del castillo de Salomón como el elemento más destacable de la historia de estas minas, pero la verdadera naturaleza de este yacimiento todavía tardaría en conocerse.

A finales del siglo XIX una compañía británica se haría cargo de la explotación. Con la Rio Tinto Company Limited comenzó la extracción industrial de minerales por medio de grandes cortas (opencast), y una de ellas afectaría sensiblemente al yacimiento de Castillo de Salomón. El Cerro de Salomón se encontraba en el centro de las mineralizaciones de Filón Sur y Filón Norte (figura 1). La corta de Filón Sur seccionó su falda meridional, y de las tres cortas de Filón Norte, Corta Salomón, Corta Lago y Corta Dehesa, la primera afectaría particularmente a los restos arqueológicos. La propia compañía minera creó un museo en el barrio victoriano de Bellavista, donde se fueron depositando los objetos que aparecían en la ampliación de los trabajos mineros. Algunos de estos elementos arqueológicos pasaron con el tiempo al Museo Minero de Riotinto, y a ellos dedicaremos nuestra atención, pues son los únicos que ayudan a otorgar una cronología a la ocupación medieval del yacimiento.

Fig. 1 — Yacimientos medievales minero-metalúrgicos en Huelva.

Habría que esperar a la década de los años 70 para que se realicen trabajos arqueológicos en lo que quedaba aún del primitivo asentamiento de Cerro Salomón. Algunos objetos depositados en el museito de compañía minera delataban la entidad del yacimiento, y A. Blanco Freijeiro dedicó a ellos una primera publicación (Blanco Freijeiro, 1962), aunque, sin embargo, en ella no se recogen ninguna referencia a la ocupación medieval del yacimiento, pues la mayor abundancia de material protohistórico y las evidencias claras de metalurgia de la plata en esta fase (escorias, vasijas con adherencias de óxido de plomo, etc) despertaron un mayor interés por este momento, claramente relacionado con la cultura tartésica. Aunque se hacía notar en todos los casos la existencia de una ocupación medieval, en ninguno se prestó interés a estos restos ante la falta de evidencias metalúrgicas relacionadas con ellos.

El yacimiento sería finalmente excavado a causa de la ampliación de las operaciones mineras, que si bien anteriormente habían destruido las faldas norte y sur, ahora se extenderían sobre toda la superficie del cerro, donde estaba proyectada la realización de la gran corta de Cerro Colorado, que uniría todas las extracciones al aire libre en Filón Norte y Sur para la producción de oro y plata (Rio Tinto Patiño S.A.). La compañía minera permitió que la Universidad de Sevilla desarrollara dos campañas de excavaciones en el yacimiento, aunque éstas se concentraron en los

restos protohistóricos (Blanco, Luzón y Ruiz, 1970).

En la publicación de los resultados de esta investigación se dibujaron también algunas cerámicas medievales recógidas en superficie, entre ellas como más significativas fragmentos de un ataífor carenado, una cazuela de costillas con vedrio melado y algunas asas con vidriado verde (figura 2). Sirvieron para fechar los restos del castillo en época almohade, pero no se realizaron plantas o croquis de la construcción medieval que coronaba el cerro, que no obstante fue identificada con el Castillo de Salomón de la literatura del renacimiento (Blanco, Luzón y Ruiz, 1970). En la publicación se acompaña una fotografía de la construcción medieval, un muro de mampostería que acaso no pueda corresponder a la ocupación medieval, sino a los restos de un santuario de época romana que puede relacionarse con otros restos aparecidos anteriormente en este yacimiento. Por ello, no creemos que el denominado Castillo de Salomón sea una fortificación medieval, sino el nombre que dio la fantasía popular a todos los restos arqueológicos que coronaban el cerro. No he encontrado ninguna referencia a muros de tapial como era de esperar en una construcción defensiva de época almohade, y me inclino a considerar que el poblado medieval era un hábitat abierto y disperso por toda la cumbre del cerro.

Después de estas excavaciones el yacimiento desapareció a consecuencia de las operaciones mineras, pero en el transcurso de ellas se recogieron algunos materiales arqueológicos que se depositaron en el museo de la compañía minera. La cronología almohade del yacimiento pudo ser confirmada por un pequeño tesorillo de dirhems almohades, del cual se conservan hoy cuatro monedas en el Museo Minero de Riotinto; las restantes se repartieron entre los ingenieros

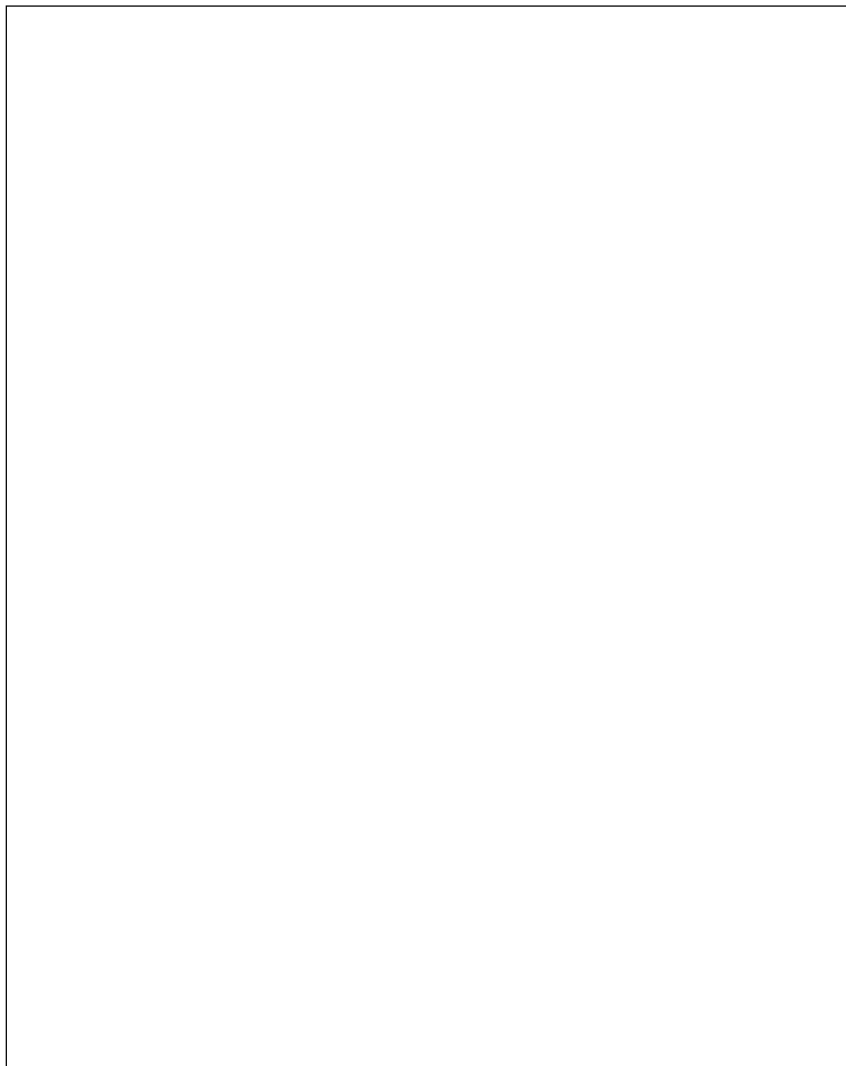


Fig. 2 — Materiales islámicos de Cerro Salomón. (Según Blanco, Luzón y Ruiz).

responsables de las operaciones de minería. Entre las cerámicas que se encuentran en este museo corresponden a este yacimiento tres candiles de cazuela carenada, una embocadura de jarra con filtro, y cuatro fragmentos de cerámica estampillada, dos con motivos epigráficos en cúfico y otros dos con motivos fitomorfos (figuras 3 y 4). No existen materiales que indiquen una ocupación anterior del periodo del Califato o época de las Taifas.

El interés que me ha llevado a comentar detalladamente las noticias y elementos arqueológicos conocidos de este yacimiento, no era valorar su cronología, ya suficiente detallada por autores anteriores (Blanco, Luzón y Ruiz, 1970), sino indagar en la finalidad de este asentamiento medieval en un lugar carente de toda posibilidad de desarrollo en una economía agroganadera.

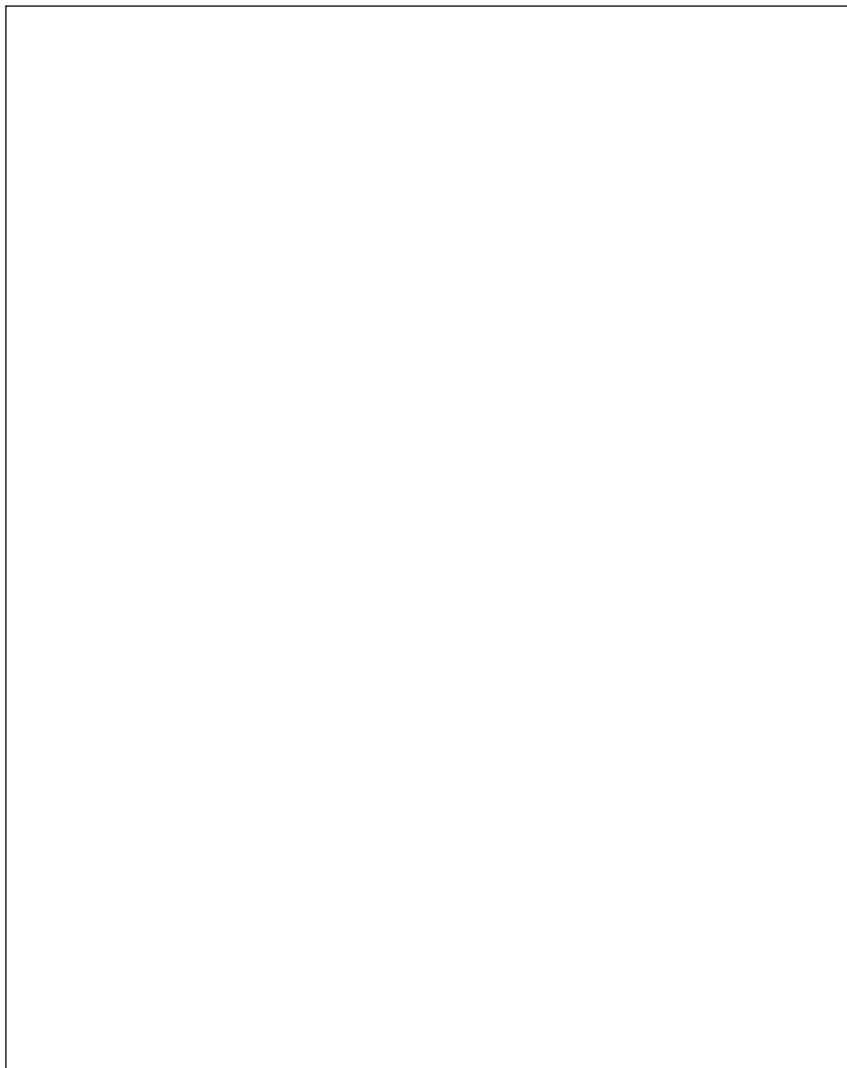


Fig. 3 — Cerámicas islámicas de Cerro Salomón. (Museo Minero de Riotinto).

Es decir, la especial situación del yacimiento debió estar relacionada de alguna forma con el trabajo de los minerales, pues el yacimiento se situó sobre ellos. De haber primado otro tipo de actividad, la población habría buscado otro lugar fuera del entorno minero de Riotinto, una tierra yerma ocupada por escoriales, escombreras romanas, y el río Tinto, que como exponía Diego Delgado mata y abrasa todo lo que se sumerge en su cauce.

Pero ninguno de los autores que se han ocupado de la historia de Riotinto, tanto desde el punto de vista arqueológico como metalúrgico, ha creído en una explotación medieval de los depósitos minerales. La razón es bien sencilla, faltan restos de fundiciones o escoriales asociados a materiales medievales. Por su tecnología, las escorias de Cerro Salomón, de sílice libre, no se pueden

relacionar con los restos medievales (Blanco y Rothenberg, 1980; Pérez Macías, 1996a). Tampoco en la zona de escoriales ha aparecido un nivel medieval, ni restos medievales, que hagan pensar en una fundición de los minerales de Riotinto (Blanco y Rothenberg, 1980; Pérez Macías, 1996b). Si no se dedicaron a la explotación y fundición de minerales, qué relación tenía esta población medieval con ellos? A esta pregunta intentaremos responder al final de este trabajo, antes vamos describir qué mineralizaciones y minerales se encuentran en las minas de sulfuros del Cinturón Ibérico de Piratas.

LOS RECURSOS MINERALES DEL SUROESTE IBERICO

Se conoce por Cinturón Ibérico de Piratas (Faixa Piritosa) a un grupo de mineralizaciones de sulfuros polimetálicos y yacimientos de manganeso, de origen común, que se extienden por todo el Suroeste Ibérico, desde la mina de Aznalcóllar en la provincia de Sevilla hasta la mina de la Sierra de Caveira en Portugal. La provincia de Huelva engloba la mayor parte de los yacimientos minerales, con tres hitos importantes en las minas de Riotinto, Tharsis y Sotiel Coronada.

El Cinturón Ibérico de Piratas se encuentra inmerso en la Zona Surportuguesa, limitada al norte por los materiales más antiguos de la Zona Ossa Morena. La Zona Surportuguesa constituye la mayor parte del sector centro-meridional de la provincia de Huelva (Andévalo), así como el Este de la provincia de Sevilla, y linda al norte con la Sierra de Aracena. La Zona Ossa Morena constituye el sector noroeste de la región andaluza, y ocupa el norte de las provincias de Huelva (Sierra de Aracena), Sevilla, Córdoba y Jaén.

Las mineralizaciones están íntimamente ligadas con el fenómeno de vulcanismo submarino que las provocó. En este vulcanismo se producen manifestaciones finales de tipo fumarólico que emiten azufre y metales en el fondo marino, donde precipitarían en forma de sulfuros, que son el origen de los Sulfuros Masivos. En las grietas de acceso fumarólico también precipitaron sulfuros produciendo mineralizaciones de tipo stockwork. Tanto las emisiones fumarólicas (Sulfuros Masivos) como la precipitación de sulfuros en los canales fumarólicos (Sulfuros de Stockwork) son contemporáneos, y existe relación estratigráfica entre ambas mineralizaciones. Los sulfuros masivos presentan una posición suprayacente con respecto a los stockwork. La mineralización de tipo stockwork sufrió alteraciones relacionadas con el proceso fumarólico: cloritización, silicificación y sericitización. Cuando una masa de sulfuros masivos no se encuentra sobre una mineralización de tipo stockwork, se supone que la deposición de los sulfuros masivos se produjo en taludes submarinos con cierta pendiente, donde pudo sufrir desplazamientos por gravedad que los alejó de su relación genética con el stockwork (García Palomero, 1980).

Las mineralizaciones a que dieron lugar las emisiones fumarológicas son las siguientes:

- Mineralización diseminada. Está formada por cristales de sulfuro dentro de las lavas ácidas y básicas. Se interpreta como formada a partir de los fluidos que acompañan a las lavas y que quedaron retenidos en ellas durante la consolidación.
- Mineralización en vetas (Stockwork). Consiste en una trama de vetas de sulfuros relacionados con los centros de actividad fumarólica. Es muy irre-

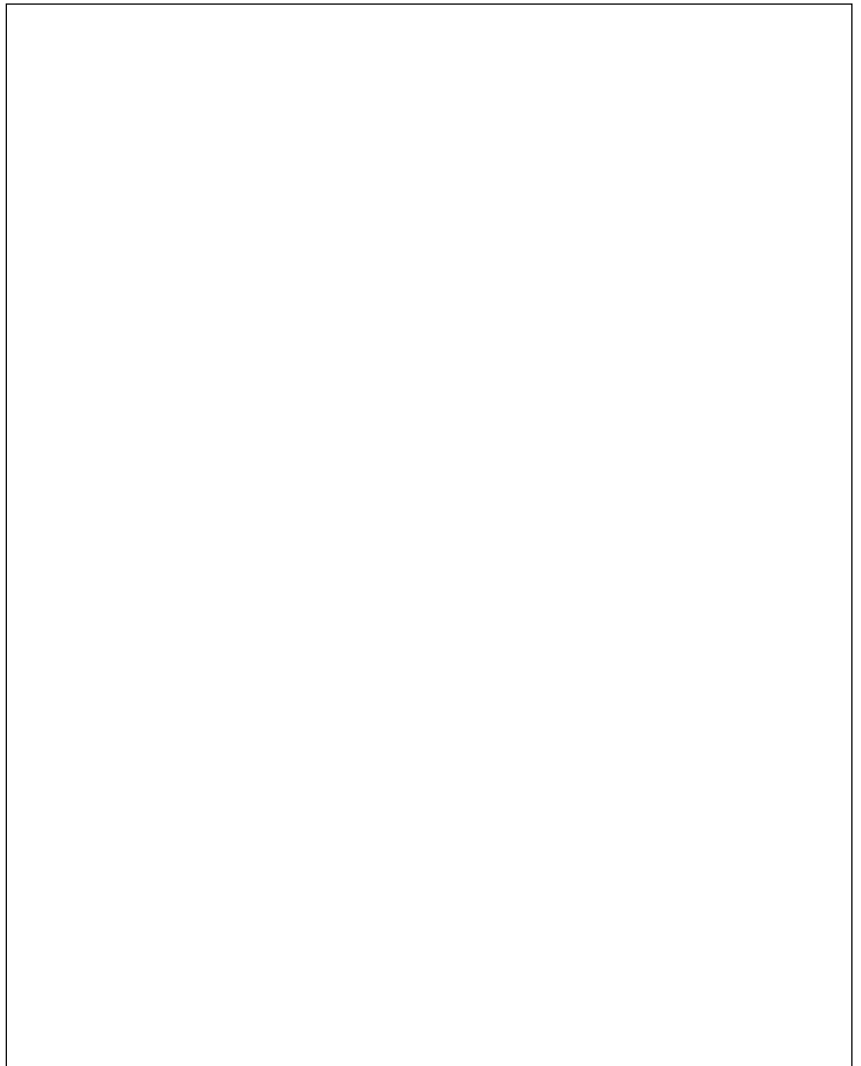


Fig. 4 — Cerámicas islámicas de Cerro Salomón. (Museo Minero de Riotinto).

gular ya que puede ser desde mineralización diseminada hasta una falta total de la roca encajante y sólo sulfuros.

- Mineralización sedimentaria (Sulfuros Masivos). Se forma en el fondo marino por la cristalización de los componentes minerales existentes en ellas. Tienen estructura estratiforme y se presentan bajo la forma de grandes lentejones o en forma de niveles poco potentes. La cristalización no siempre se produjo de manera paralela con la deposición de las rocas volcánicas, y pudo originarse posteriormente a partir de los elementos contenidos en las aguas y los sedimentos, ocasionando de esa forma una mineralización diseminada.
- Mineralización en fracturas tectónicas. Se produce cuando una mineralización ya formada sufre las consecuencias del plegamiento

hercínico con removilización hacia zonas de fractura. Esta removilización puede determinar microrremovilizaciones en las vetas ya formadas y recrystalizaciones, particularmente en el cuarzo, galena, calcopirita, barita, calcita, cobres grises y arsenopirita.

Las masas de piratas han sido clasificadas en tres grupos por I. Pinedo Vara (1963). Partiendo del hecho de que las piratas, bisulfuros de hierro, pueden presentar otros elementos importantes como el arsénico (piratas arsenicales), el cobre (piratas ferrocobrizas), etc, estas masas pueden ser de piratas normales, piratas marginales y piratas magnéticas.

Las piratas normales son las más comunes. Se caracterizan por los altos contenidos de azufre, de arsénico y leyes no constantes de cobre. Una composición aproximada de estas piratas aportaría la siguiente proporción de elementos minerales:

S	47,82%
Fe	45,01%
Cu	0,38%
Pb	0,13%
Zn	0,48%
As	0,23%
Sílice	5,70%

Las piratas marginales presentan llamativos afloramientos de óxidos de hierro. Se caracterizan por su escaso contenido de impurezas metálicas, como el cobre, arsénico, plomo o zinc. Un análisis aproximado arrojaría esta composición:

S	38,65%
Fe	40,45%
Cu	0,08%
Pb	0,02%
Zn	0,04%
As	0,06%
Sílice	11,24%

En su mayoría se asocian a mineralizaciones discontinuas, con mezclas de bisulfuro de hierro y óxido de hierro.

Se entiende por piratas magnéticas aquellas en las que el contenido en hierro no aparece en forma de bisulfuro sino de Pirrotina (sulfuro de hierro) o Magnetita (óxido de hierro). Tienen proporción variable de arsénico, alta en

cobre e inferiores en azufre que las normales. Las leyes aproximadas en estas piratas son:

S	36,29%
Fe	41,66%
Cu	4,09%
Pb	0,70%
zn	1,53%
As	0,34%
Sílice	1,46%

Dentro de las piratas los elementos principales son el hierro y el azufre, que suponen casi el 91 por ciento de la masa mineral. La sílice alcanza proporciones de un 4 por ciento del total y el 5 por ciento restante corresponde a elementos minoritarios, entre los que se encuentran el plomo, zinc, arsénico, oro, plata, cobalto, selenio, cadmio, talio, indio, germanio, níquel, manganeso, titanio, bismuto y antimonio. Los más frecuentes son el cobre, con 0,3% a 1,5% aproximadamente, plomo, con 0,2% a 0,7%, zinc, con 0,4% a 2,00%, y el arsénico, con 0,2% a 0,7%. Los otros componentes se encuentran en leyes tan bajas que sus porcentajes deben expresarse, salvo acumulaciones en zonas de enriquecimiento secundario, en gramos por tonelada (ppm).

Dentro de las minas de piratas se encuentran también mineralizaciones de sulfuros con proporciones importantes de galena, blenda o calcopirita. Estos son los Sulfuros Complejos.

La característica más notoria al llegar a estos yacimientos es la montera ferruginosa (gossan). Las minas antiguas, o los restos de minas, se encuentran en su mayoría en el nivel inferior de la zona gossanizada, incluso alguna en el propio contacto. El desarrollo de las mismas se produce, sin embargo, dentro del gossan, abandonándose la galería al encontrar roca infrayacente, no gossanizada.

Qué minerales de interés pueden encontrarse en estas monteras de óxidos? Por qué se concentran las minas en las zonas más bajas del gossan?

A continuación vamos a desarrollar una serie de conceptos que nos sirvan de orientación para intentar aclarar esos planteamientos. Comenzaremos describiendo el concepto de gossan.

Se entiende como gossan una roca formada por óxidos e hidróxidos de hierro, solos o mezclados con otras rocas, y que directa o indirectamente proceden de la meteorización de yacimientos próximos de sulfuros. La gossanización es un proceso de meteorización que, en función de que afecte a un tipo determinado de roca u otro, originará distintas variedades de gossan:

— Gossan Masivo.

Originado en las masas de sulfuros masivos. Normalmente ha sido dismantelado con objeto de extraer los sulfuros masivos que se encuentran por debajo.

— Pórfido Gossanizado.

Se produce con la gossanización de stockworks de sulfuros. En el gossan de stockworks la roca de caja es material volcánico (tobas, lavas brechadas, etc).

— Rocas piroclásticas y pizarras gossanizadas.

Se origina por la impregnación de óxidos de hierro en las rocas piroclásticas y pizarras, sin contenidos iniciales de azufre.

— Gossan Transportado

Consiste en la precipitación de óxidos de hierro a partir de aguas superficiales.

El gossan masivo está constituido por concreciones limoníticas, incluidas también en una matriz limonítica, mientras en el

gossan a partir de stockworks, aun presentando iguales características que el gossan masivo, sus proporciones respecto a las rocas de caja son pequeñas.

El hecho de que las minas se encuentren en el contacto de una zona que viene determinada por un proceso de meteorización, nos induce a pensar que las extracciones de estas minas, no son de mineralización primaria sino, más bien, de minerales que han sufrido un cierto proceso de transformación derivado de la propia meteorización. Por tanto, a continuación analizaremos los procesos mineralógicos que se produce durante la meteorización.

Dejando al margen las alteraciones derivadas de los originales procesos volcánicos y fumarólicos, el fenómeno que está actuando, desde los tiempos geológicos recientes, es debido a la acción de las aguas meteóricas, y consiste especialmente en Hematización y Caolinización de gran intensidad.

Han sido descritos en estos yacimientos tres niveles de alteración. De ellos el que más nos interesa es el que ocupa la posición más superficial, que recibe la denominación de zona de oxidación o de infiltración, y se sitúa entre la superficie topográfica y el nivel freático subterráneo. Viene directamente influido por la infiltración de las aguas meteóricas en estos yacimientos de sulfuros.

Las características de esta zona son:

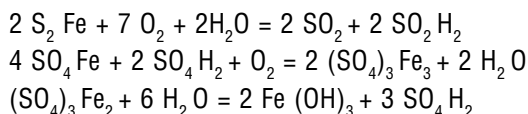
- Formación de minerales oxidados.
- Movimiento vertical de las aguas de superficie.
- Fenómenos típicos:
 - Desaparición del azufre.
 - Dispersión de ciertos elementos minerales.
 - Formación de minerales oxidados.

En las relaciones que se verifican intervienen fundamentalmente el agua superficial que, al llevar oxígeno disuelto, resulta un reactivo oxidante.

Esta zona de oxidación es de gran magnitud, y presentaba en Cerro Colorado (Riotinto) unos ochenta metros de potencia. Teniendo en cuenta que nos estamos refiriendo a una zona con cierta actividad química y que esta actividad puede favorecer procesos mineralógicos de interés, describiremos a continuación el comportamiento de algunos metales originales en esta zona de oxidación (Martín González, 1981):

— Hierro.

La pirita en estas condiciones y en presencia de oxígeno y humedad, reaccionará y dará finalmente hidróxido de hierro:



Este hidróxido de hierro formado es poco soluble y se separa en forma de gel, que se deshidrata y se transforma en limonita.

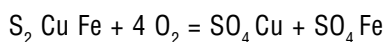
El hidróxido férrico final es considerado como el productor de una serie de variedades de minerales surgidos por diferencia de grados de hidratación y de aspecto.

La mayor parte de la limonita de estos afloramientos es hematites (Fe_2O_3) y goethita (Fe_2O), junto a cantidades variables de jarosita $[(\text{SO}_4)_2\text{KFe}_3(\text{OH})_6]$.

El gossan se va formando como consecuencia de la gran insolubilidad de los hidróxidos, que se depositan y permanecen en la zona de oxidación, con lo cual al ser eliminada la mayor parte de los otros constituyentes de los sulfuros férricos se produce un considerable aumento del contenido de hierro.

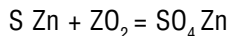
— Cobre.

Al contrario de lo que sucede con el hierro, el contenido de cobre desciende en la zona de oxidación. La calcopirita se oxida y da sulfato de cobre, que es soluble y emigra hacia abajo, y el sulfato de hierro pasa a limonita y a azufre, que a su vez puede pasar a formar ácido sulfúrico.



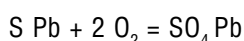
— Zinc.

El sulfato de zinc también se disuelve fácilmente y emigra con facilidad.



— Plomo.

El sulfato de plomo, sin embargo, reacciona con gran dificultad con las aguas de superficie, haciéndolo muy lentamente. Pero presenta cierta tendencia a pasar a carbonato de plomo. Por esto y por la baja capacidad de reacción se puede encontrar, a veces, algo de galéna en la zona de oxidación, ya que los sulfatos o los carbonatos que se forman ofrecen una película que impide la penetración del oxígeno hacia el resto del mineral.



Con cierta frecuencia aparecen en esta zona de infiltración ciertos minerales de plomo oxidado, como la plumbojarosita $-(\text{SO}_4)_2\text{PbFe}_6(\text{OH})_4-$ o la beudantita $-(50_4/\text{AsO}_4)\text{PbFe}_2(\text{OH})_6-$.

— Bario.

Su comportamiento es similar al del plomo. El sulfato de bario (baritina) es poco soluble, y se puede acumular en ciertas cantidades en la zona de oxidación.

— Oro.

El oro resiste la disolución y permanece en la zona de oxidación, induciendo una concentración residual por pérdida de otros elementos más móviles. De todas formas, algo de oro es lentamente transportado a través de la zona de

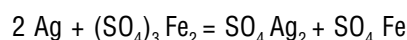
oxidación, llegando a concentrarse relativamente en los lugares más bajos.

El movimiento del oro se puede justificar por varios procesos: emigración mecánica de partículas, o en soluciones acuosas coloidales según procesos de sulfatación o halogenación. El oro transportado coloidalmente puede quedar depositado con la acción de electrólitos, y bajo la influencia de ciertos minerales como la baritina, caolinita y el cuarzo, que lo pueden extraer de las soluciones.

— Plata.

Se presenta más abundante que el oro, y también manifiesta un enriquecimiento relativo en la zona de oxidación por eliminación de otros elementos.

Parte de la plata puede reaccionar con el sulfato férrico según:



El sulfato de plata, e incluso la plata, son muy inestables en la zona de oxidación, lo que permite que ésta sea a veces extraída de las soluciones y depositada como ClAg , o bien como plata nativa. Sin embargo, son más frecuentes las acumulaciones terrosas de color amarillento de argentojarosita $-(\text{SO}_4)_2\text{AgFe}(\text{OH})_2-$ (Martín González, 1981).

En el caso de la plata, las condiciones de emigración son algo más favorables que para el oro, lo que permite mayores desplazamientos.

Dentro de esta zona de oxidación se han descrito tres subzonas sucesivas en profundidad, aunque no siempre se presentan (Martín González, 1981). De hecho la más habitual y la que presenta mayor interés para este estudio es la superior, denominada subzona superficial de minerales oxidados o gossan (cobertera o montera de hierro). Es

la más extendida, y puede ser la única en ciertas áreas, llegando hasta potencias de 70 metros. Está caracterizada por el gossan, que se presentará en cierta cantidad, derivada de la cantidad original de sulfuros.

La subzona del gossan es meteorizada con más intensidad que las demás y es la que sufre mayores modificaciones. Su importancia se centra en el gossan, por las posibilidades derivadas de la concentración de elementos metálicos como el oro y la plata.

En lo referente a la composición resemos a continuación una tabla de valores esenciales referidos a valores medios en masas de sulfuros relacionándolos con valores en el gossan masivo (García, Bedia, García y Sides, 1986).

	Sulfuros Masivos	Gossan Masivo
S	45-50%	
Fe	35-45%	
Cu	1%	Trazas.
Zn	2%	Trazas.
Au	0,3-0,5 ppm	1,6-2,5 ppm
Ag	30-40 ppm	40-50 ppm
Pb	Trazas	1-2%

Williams (1950) investigó una capa de tierras que, con variado colorido y poca potencia, se hallaba en la base del gossan de Cerro Salomón. Los análisis de composición realizados detectaron, entre otros minerales, la presencia de:

- Jarosita.
- Plumbojarosita.
- Querargirita — Cl Ag .
- Argentojarosita.
- Argentita — S Ag_2 .
- Estembergita — $\text{S}_3 \text{Fe}_2 \text{Ag}$.
- Estromeyerita — S (Cu Ag)_2 .
- Proustita — $\text{As S}_3 \text{Ag}_3$.
- Plata nativa.
- Oro nativo.

La presencia de sulfuros, como podrá suponerse por propia génesis, es escasa en el gossan. Su permanencia se debe a la ocupación de ciertos lugares que los han protegido de la oxidación.

Como resumen, deben destacarse algunos de los puntos anteriores:

- El entorno de las minas, como integrante de la zona surportuguesa, ha sufrido etapas de tensiones que se han manifestado entre otros hechos estructurales, en forma de alineaciones como zonas de fracturas o bien orientación de las rocas brechoides (stockworks).
- La meteorización produce en los sulfuros una zona oxidada, que es más abundante cuando se desarrolla sobre sulfuros masivos que cuando lo hace sobre stockworks.
- En ciertos lugares del stockwork la densidad de vetillas es tan alta que prácticamente desaparece la roca.
- Minerales terrosos típicos como la limonita o la jarosita, enriquecida en metales preciosos se presentan acumulados en zonas trampa.
- Estos lugares trampa vienen determinados bien en zonas de fracturas estructurales, o bien por huecos derivados de la oxidación de los sulfuros, tanto sulfuro masivo como en conjunto de vetas de stockworks. Ambos procesos favorecen la formación de huecos.
- La acumulación de materiales terrosos se produce mayoritariamente hacia niveles más bajos de estas rocas fisuradas y oquerosas.
- El depósito se producirá por razones químicas de precipitación, o por razones mecánicas de arrastre y colmatación de huecos, ya que generalmente el tipo de roca infrayacente y menos meteorizada es más densa.
- Los puntos de acumulación, por sus características litológicas y estructurales, son de menor consistencia que el entorno.

La existencia en los niveles más bajos del gossan de acumulaciones terrosas con potencia rentable de metales preciosos en unas localizaciones mecánicamente debilitadas y de relativa continuidad, han inducido a los mineros antiguos a su extracción a lo largo de galerías que iban recorriendo estas zonas de acumulación terrosa enriquecidas en plata y oro.

LA MINERÍA HISPANOMUSULMANA EN EL SUROESTE.

De esta forma, el minero antiguo tuvo a su disposición en las minas del suroeste la posibilidad de conseguir hierro, cobre y plata. El hierro, como sucedió en época romana, era fácilmente obtenible del tratamiento de la montera de gossan; aunque el hierro no fuera de calidad, la proporción de arsénico en estas monteras, de complicada eliminación en las operaciones de tundición,

proporcionaba una mayor dureza al metal y le prevenía de la herrumbre (Hunt Ortiz, 1988).

La plata se encontraba en niveles rentables en la zona jarositica, donde se acumularon minerales de plata como la plumbojarosita, jarosita, argentita, querargirita, etc. Existen evidencias de que en época romana estos niveles de minerales de plata fueron intensamente explotados en todos los cotos mineros del suroeste, y fue el principal sostén de la producción metálica.

El cobre se encontraba en la zona de enriquecimiento secundario, por debajo del nivel jarositico, bajo la forma de sulfatos como los famosos «negrillos» y «cobres grises» de la bibliografía minera de la provincia de Huelva (Pinedo Vara, 1963).

Aunque se repite en algunas ocasiones que en la antigüedad estas minas produjeron oro, los valores de este mineral en los depósitos de suroeste, unos 2 gramos por tonelada de mineral, impedían su aprovechamiento. Su explotación no se ha iniciado hasta la década de los años ochenta de este siglo, merced a la depuración de técnicas mineralúrgicas como la cianuración. Todas las referencias a la producción de oro carecen, pues, de argumentos arqueológicos, metalúrgicos y geológicos.

Los datos aportados por recientes trabajos de prospección en las minas de Huelva, han revelado la inexistencia de elementos que puedan relacionarse con una minería extractiva medieval (Pérez, Gómez, Álvarez y Flores, 1991). Tampoco en la bibliografía de la zona minera se encuentran referencias a la restos mineros medievales (Pinedo Vara, 1963; Gonzalo y Tarín, 1886). En la zona portuguesa también se testifica la inexistencia de labores mineras medievales, como en San Domingos (Aldana, 1864), en Aljustrel (Viana, Freire y Veiga, 1956; Freire d'Andrade, 1967; Almeida, 1970; Domergue, 1987; Estorninho, Martins, Ramos y Muralha, 1994), o en otros cotos mineros (Flores y Araujo, 1945; Domergue, 1987).

La falta de restos metalúrgicos que puedan relacionarse con una explotación medieval de las minas (Salkield, 1970) confirman esta ausencia de prácticas metalúrgicas en la mayor parte de las minas del suroeste. No obstante, es conclusión puede ser explicada con los datos aportados por las investigaciones en estas minas. Sabemos que ya durante el siglo II d.C. los niveles jarositicos estaban prácticamente agotados en todos los yacimientos, y ésta sería la causa principal del receso de la minería en época del Bajo Imperio. Por otra parte, los sulfatos de cobre fueron sistemáticamente rapiñados por medio de pequeñas galerías. Sólo existieron posibilidades de aprovechamiento metalúrgico de la montera de gossan, que como hemos comentado contaba con grandes reservas, pero su calidad era baja en relación a la metalurgia del hierro. No extraña así que en los grandes depósitos de piritas no se encuentren señales de producción metalúrgica de época medieval. La minería moderna comenzaría con la explotación de los sulfuros primarios, no explotados anteriormente, mediante de nuevas técnicas hidromineralúrgicas como la Cementación.

Volviendo al tema que nos ocupa, qué explicación pueden tener entonces yacimientos como Cerro Salomón? Creo que la respuesta se encuentra en los informes de los primeros exploradores de siglo XVI como Diego Delgado. Este autor nos señalaba que los habitantes de la Aldea de Riotinto, actual Nerva, se dedicaban a recoger la Caparrosa (sulfato de hierro) para pagar el diezmo al Arzobispo de Sevilla, bajo cuya jurisdicción se encontraban al pertenecer al término de Zalamea del Arzobispo. Este residuo es muy abundante en las minas, y en el mes de agosto se podía recoger fácilmente en las orillas del río Tinto, que nacía en las masas minerales «por veneros de Caparrosa». Su color rojo se utilizaba como tintura y colorante, y era tan apreciado que servía para pagar el diezmo.

Esta explotación de la Caparrosa, muy abundante en todas las minas del Suroeste, a quien se debe el color rojizo de todas las aguas que salen de las minas, pudo iniciarse en época islámica y perdurar, como en el caso de Riotinto, en la Baja Edad Media. Era un producto descubierto desde la época del Califato, tal como indica su alusión con respecto a la Kura de Niebla (Vallve Bermejo, 1980), de la que en un principio dependería este coto minero. Sin embargo, a partir del siglo XI d.C. es posible que la zona de Riotinto pasara a la jurisdicción de Sevilla, y así tras la conquista pasó, como otras zonas de la Kora de Sevilla (Almonaster) a manos del Arzobispo de Sevilla, mientras el Reino de Niebla fue cedido a Doña Beatriz, hija de Alfonso X el Sabio (Ladero Quesada, 1992). El repartimiento de la tierra de Niebla se realizaría con «moros sabidores del terreno» (Anasagasti y Rodríguez, 1984), y en él están perfectamente delimitados sus límites, que no incluían la zona de Riotinto.

Esta actividad de explotación de la Caparrosa con destino a la industria tintorera

no sería exclusiva de Cerro Salomón. Ya hace algunos años dimos a conocer algunos recintos fortificados en el Andévalo, situados algunos de ellos sobre las monteras de gossan de algunas minas (Pérez, Roldán, Funes y Lorca, 1987). De ellos el Castillo de Almonago, sobre la mina de La Mimbrera (Zalamea Copper Mining), y Castillo de Buitrón, sobre los criaderos del Barranco de los Bueyes, pudieron estar dedicados a esta misma producción, pues, como en Riotinto, de las labores romanas abandonadas salía agua cargada de sulfato de hierro (Caparrosa), que en verano, en el receso de agosto, se depositaba sobre los léchos de los arroyos.

Pero a pesar de que en los principales cotos mineros del suroeste no existan huellas de explotación metalúrgica en época medieval, la fundición de minerales de hierro está documentada, como señalamos en la introducción, en yacimientos como Saltés (Bazzana y Cressier, 1987). Existiendo a corta distancia gran cantidad de yacimientos mineros, en los que el mineral más abundante es hierro bajo la forma de óxido, hidróxido y sulfato, resulta dificultoso plantear que el mineral vendría de otras zonas mineras. Si en la mayor parte de los yacimientos mineros no existen huellas de fundiciones medievales, de qué yacimientos procedería el mineral fundido en Saltés?

No es fácil responder a esta pregunta, pero la investigación arqueológica llevada a cabo en las minas de Huelva puede contribuir a solucionar este problema. Uno de los yacimientos en los que se ha documentado fehacientemente esta minería y metalurgia del hierro es el yacimiento del Llano de la Torre de Aroche. Las prospecciones y excavaciones que hemos realizado en él en los últimos años aclaran en cierta forma esta contradicción.

Sobre el yacimiento alto-medieval de El Llano de la Torre se han realizado varios trabajos arqueológico de urgencia debido a

las construcciones planificadas en el mismo por el Ayuntamiento de la localidad, que lo han afectado y destruido en buena parte.

Recientemente se utilizó el yacimiento para la construcción de una pista polideportiva, que desfondó parte del yacimiento. Del primer rebaje de tierras se recogió también una buena cantidad de fragmentos cerámicos, publicados como primera valoración del yacimiento por Susana Fernández Gabaldón (1989 y 1992).

Durante el verano de 1987 se nos encomendó la dirección de los trabajos, cuya finalidad debería centrarse en el levantamiento topográfico y delimitación del área de extensión del yacimiento mediante prospección superficial, en la que mediante la dispersión de los restos se definiera de forma provisional la extensión espacial del yacimiento. La valoración cronológica que nos aportó el estudio de la cerámica quedaron reflejadas en el informe que se presentó a la Delegación Provincial de Cultura de Huelva (Pérez Macías, 1990).

Según la cerámica puede suponerse una continuidad de población entre el mundo tardorromano y el hispanomusulmán. Este carácter indígena de la población del Llano de la Torre es destacado por Fernández Gabaldón (1989). Su cronología sólo pudo establecerse en función de la cerámica de importación, candiles y ataífores con decoración en verde y manganeso, que no nos permiten llevar el yacimiento más allá de la primera mitad del siglo XI d.C. La ausencia de otras cerámicas, como la cuerda seca, indicaría que cuando comienza su producción el yacimiento debía estar ya abandonado (Pérez Macías, 1996b).

Durante la prospección se recogieron escorias en todo el perímetro del yacimiento. Creíamos que estos restos podrían corresponder a los actuales hornos de ladrillos dado el silencio de las fuentes sobre actividades minero-metalúrgicas (Carbonell y Trillo Figueroa, 1929). Las muestras analizadas en los laboratorios de Río Tinto Minera S.A. las identifica como escorias metalúrgicas (ferrosilicatos). La composición de dos de ellas es la siguiente:

Si	12,15%	21,37%
Fe	59,00%	45,50%
Cu	0,06%	0,01%
Pb	0,01%	0,01%
Ag	13,00	10,00 ppm.

Los bajos contenidos de cobre, plomo y plata en las dos muestras nos indican que la fundición estuvo dedicada al beneficio de minerales de hierro (Salkield, 1970). La buena proporción de hierro, superior al contenido de este elemento en la escorias de cobre o plomo-plata, sugiere la producción de hierro.

Aunque existe una confusa referencia a una posible mina de cobre en los alrededores de Aroche (De Burgos, 1832), resulta difícil explicar el origen de este taller metalúrgico cuando en esta comarca no se han detectado depósitos minerales de importancia (Pinedo Vara, 1963) y los más cercanos se encuentran en la zona de la Contienda (Jubes y Carbonell, 1920). Gonzalo y Tarín (1886)

nos informa que en los términos municipales de Aroche y Cortegana se encuentran afloramientos de magnetita (piritas magnéticas) y este mineral se encontraba presente en la escoria.

La prospección de los alrededores de Aroche nos ha permitido encontrar labores mineras en varios lugares. El más cercano al Llano de la Torre se encuentra en el lugar conocido como Malbán, unos 5 kilómetros al Oeste, donde se ven restos de un adit parcialmente atorado por los dueños de la finca. Junto a un arroyo cercano localizamos un pequeño escorial con algunos bordes de tinajas similares las encontradas en el Llano de la Torre. Estas escorias también son de hierro:

Si	14,02%	15,30%
Fe	51,40%	53,10%
Cu	0,01%	0,02%
Pb	0,01%	0,01%
Ag	9,00	11,00 ppm.

En otros lugares próximos, algunos con topónimos claramente mineros, como el Barranco del Cañuelo, junto a la Casa de la Mezquita, también se encuentran este tipo de escorias:

Si	13,20%	12,01%
Fe	50,10%	51,50%
Cu	0,01%	0,01%
Pb	0,01%	0,01%
Ag	5,20	6,30 ppm.

Así mismo, ya en termino municipal de Cortegana, en la zona de Navarroyos (51% Fe) y El Pontón (37% Fe):

Si	14,18%	13,42%
Fe	37,00%	51,50%
Cu	0,01%	0,02%
Pb	0,01%	0,03%
Ag	7,00	5,50 ppm.

En el hábitat islámico de las Peñas, en el denominado Cerro del Castillo (Pérez Macías, 1987), de cronología paralela al Llano de la Torre, las escorias son también de hierro:

Si	21,98%
Fe	12,00%
Cu	0,01%
Pb	0,01%
Ag	6,50 ppm.

En las Grajas Altas, dentro de la Contienda de Aroche, se encuentran también escoriales y cerámicas similares al Llano de la Torre:

Si	13,40%
Fe	51,10%
Cu	0,01%
Pb	0,01%
Ag	9,00 ppm.

En todos esos lugares se encuentran yacimientos mineros en los que domina la magnetita. Estos filones son apreciables por afloramientos de óxidos en Malbán y Mezquita en término municipal de Aroche, y Tejadilla en Cortegana. La zona de la Contienda, más alejada, contiene mayor número de yacimientos, donde el hierro se presenta bajo la forma de oligisto, pero sólo hemos encontrado escoriales encuadrables en este momento en las Grajas Altas; la mayor parte de los escoriales de la Contienda son bajomedievales según las cerámicas encontradas.

En 1992 realicé una excavación de urgencia en este yacimiento que ha aportado más elementos de juicio para valorar esta minería y metalurgia hispanomusulmana. Según los sondeos practicados, se evidenciaba que el caserío urbano del Llano de Torre se encontraba disperso por toda la extensión del yacimiento, con zonas libres que pudieron estar dedicadas a actividades agrícolas (huertos) o industriales (fundiciones).

Por debajo de la zona acotada por la excavación detectamos un pequeño muro de hormigón con buena conservación. Para comprobar la contemporaneidad de esta construcción con el yacimiento medieval, donde hasta el momento no se habían constatado elementos edilicios, decidimos abrir una nueva cuadrícula que denominados E.

La excavación de esta cuadrícula nos permitió descubrir una pequeña habitación rectangular, excavada en el terreno, delimitada por muros de buena calidad con argamasa y piedras, pavimento latericio, y compartimentación interna por medio de un tabique construido con ladrillos a soga y tizón.

Para completar la excavación de esta habitación rectangular, tuvimos que trazar otra cuadrícula al Oeste (cuadro 1). Además de definirnos claramente la estructura aparecida en el cuadro E, esta nueva ampliación puso al descubierto unos rebajes realizados en la roca base, con forma de pocillos geminados de contornos ovales. En sección estos pocillos aprovechan la pendiente del terreno. En el segundo de ellos, el interior aparecía cubierto de escorias y paredes de hornos (fragmentos de adobe con escorificación). Conservaba incluso los cimientos de piedra que delimitaban el perímetro oval en el superior, lo que contribuiría a resaltar aún más la diferencia de cota entre un hueco y otro.

El parecido de estas pequeñas estructuras excavadas en la piedra y algunos restos de hornos romanos conocidos en la Faja Pirítica de Huelva (Gonzalo y Tarin, 1886), nos lleva a considerarlos como bases de hornos para la fundición y tratamiento de minerales de hierro. Según el funcionamiento de este tipo de horno, la oquedad superior en cota albergaría al horno propiamente dicho, la cámara de fusión. Los restos conservados de las paredes inducen a pensar que se construirían con arcilla refractaria. El segundo hueco, excavado a un nivel inferior aprovechando la pendiente del terreno, permitiría la evacuación de la escoria por un agujero practicado en la zona inferior del horno. Probablemente, el horno debería ser destruido para recuperar la esponja de hierro. Y la infraestructura excavada en la roca podía ser utilizada para la construcción de un nuevo horno.

Las escorias de estos hornos son de parecida composición que las encontradas en la superficie del yacimiento:

Si	15,58%	12,20%
Fe	51,10%	49,02%
Cu	0,01%	0,03%
Pb	0,01%	0,01%
Ag	6,30	6,10 ppm.

No sólo es en Aroche donde se desarrolló esta producción de hierro. En la zona de Andévalo la industria siderúrgica estaría centralizada en Alfayt (García, 1984; Roldán y Pérez, 1991), pues en el área de dispersión de este yacimiento aparecen escorias de hierro:

Si	28,86%
Fe	46,62%
Cu	0,004%
Pb	0,098%
Ag	33,3 ppm.

Este despoblado se encuentra a escasa distancia de la mina de Lagunazo (Pinedo Vara, 1963), y en ella hemos prospectado un despoblado islámico en el lugar conocido como Campo del Moro, con escorias en superficie, que pudo abastecer de mineral a Alfayt.

Como ocurrió con la obtención de la Caparrosa en las minas de la zona Surportuguesa, en estas minas de la zona Ossa Morena la producción de hierro continuó en época bajomedieval. De los datos más interesantes de la Exploración Arqueometalúrgica de Huelva (Blanco y Rothenberg, 1980), puede destacarse la recogida de escorias de hierro en el Castillo de Aracena. La abundancia de escorias en el interior de la fortaleza y en las laderas donde se ubica, supone que la producción de hierro fue una actividad esencial de estas primeras repoblaciones cristianas en la zona de la Sierra de Huelva, que no se menciona, sin embargo, en el diplomático que se conserva de estos castillos en el archivo del Concejo de Sevilla, de quien dependían administrativamente (Collantes de Terán, 1953; Casquete del Prado, 1993).

Las escorias del castillo de Aracena analizadas por la E.A.H. (Blanco y Rothenberg, 1980), ofrecieron la siguiente composición:

Cu	0,19%
Fe	45,4%
Pb	0,01%
Ag	2,6 ppm
Si	25,7%
S	0,1%

Al	0,96%
Sb	0,045%
As	60 ppm
Bi	0,012%
Ca	1,38%
Co	0,006%
Mn	3,2%
Ni	0,003%
Na	0,087%
Zn	0,058%

Esta escoria, con alto índice de manganeso, debe relacionarse con la mina de Valdelechos, a un kilómetro de este yacimiento, donde se da asociación de depósitos piriticos con monteras de hematites parda y filones de manganeso (Pinedo Vara, 1963).

En la mayoría de los castillos de la Banda Gallega (Collantes de Terán, 1953; Casquete del Prado, 1993) hemos encontrado este tipo de escorias. Por lo tanto, en la segunda mitad del siglo XIII suponemos que se inicia una nueva época de la metalurgia extractiva dedicada a la producción de hierro. Curiosamente, como ocurrió en época islámica, esta actividad no aparece en las masas de piritas de la zona central del Cinturón Ibérico de Piritas (Riotinto, Sotiel Coronada, Tharsis, San Domingos, Aljustrel, etc), sino sobre una serie de mineralizaciones situadas en la zona Ossa Morena. Entre los castillos en los que son abundantes las escorias de hierro se encuentran:

— Castillo de Cortegana.

La escoria ofrece una composición:

Cu	0,01%
Pb	-0,01%
Si	19,75%
Fe	55,00%
Ag	1,50 g/T.

En otros escoriales que aparecen en los alrededores de Cortegana dominan las ceramias con cubiertas vitreas meladas, que deben corresponder a esta época. Los dos escoriales más importantes se sitúan en el Cabezo del Cojo y El Picadero.

Las escorias del Cabezo del Cojo tienen los baremos de escorias de hierro:

Si	19,75%
Fe	55,00%
Cu	0,01%
Pb	-0,01%
Ag	1,50 g/T.

Las escorias de El Picadero son igualmente de hierro y de idénticos porcentajes:

Si	20,70%
Fe	52,80%
Cu	0,01%
Pb	-0,01%
Ag	5,50 g/T.

— Castillo de Almonaster.

Aunque este yacimiento tiene ocupación desde época califal hasta la Baja Edad Media (Jiménez Martín, 1975), sin su excavación no se puede contextualizar las escorias que aparecen en la superficie del yacimiento:

Si	15,58%
Fe	49,00%
Pb	0,01%
Cu	0,01%
Ag	6,00 g/T.

— Castillo de Torres (Cumbres de San Bartolomé).

Existen escorias tanto en el castillo como en una mina cercana, localizada en el lugar conocido como el Boquerón, donde predominan las mineralizaciones de hierro oligisto (Jubes y Carbonell, 1920). Las escorias se mantienen en las constantes de las fayalitas de hierro:

Si	14,18%
Fe	51,50%
Cu	0,02%
Pb	0,03%
Ag	5,50 g/T.

— Castillo de Cala.

Las escorias del Castillo de Cala indicarían una explotación medieval de los yacimientos mineros de Cala:

Si	24,00%
Fe	50,70%

Cu	0,01%
Pb	0,01%
Ag	1,00 g/T.

En otros castillos, como el de Encinasola y Cumbres de San Bartolomé, también existen escorias, pero la ubicación de éstos en pleno casco urbano y la existencia de escoriales en los alrededores, donde hemos recogido ochavos que indicarían que la producción de hierro perduró hasta el siglo XVII, no ofrecen garantías para que estas escorias sean consideradas bajomedievales. Entre estos escoriales pueden citarse el Cerro de la Monea en Cumbres de San Bartolomé, los de Ermita de Rocamador, Palomar del Bravo, Caserío del Bravo y Ejido Cansado en Encinasola, y los de Naranjero y Casa de la Chaparrita en Aroche.

La composición de estas escorias corresponden a metalurgia extractiva (fundición) y no a fargas o herrerías como pudiera pensarse en primera instancia por su situación en lugares de habitación y no en las propias minas.

CONCLUSIONES

Dentro de los yacimientos minerales del suroeste pueden distinguirse el Cinturón Ibérico de Piritas (zona Surportuguesa), con grandes depósitos de sulfuros de hierro y cobre, aunque en menor proporción aparecen minerales de plata, plomo, zinc, oro, y otros, concentrados en determinadas zonas de las mineralizaciones por fenómenos de meteorización y lixiviación; y la zona geológica Ossa Morena (Encinasola, Aroche, Cala, Barrancos, Moura, etc), donde se formaron pequeños campos filonianos de sulfuros de cobre y hierro, de menor envergadura que los anteriores.

La explotación romana de los grandes depósitos del Cinturón Ibérico de Piritas (Riotinto, Sotiel Coronada, Buitrón, Tharsis, San Domingos, Aljustrel, etc), dejó agotados los niveles de concentración de minerales de plata (jarositas) y de cobre (sulfatos del enriquecimiento secundario), y la producción no se volvería a iniciar hasta el siglo XVIII con la explotación de los Sulfuros Primarios (sulfuros masivos) gracias a las nuevas técnicas mineras, que facilitaron la profundidad de los trabajos, y mineralúrgicas, como la cementación. Dada su escasa proporción en las masas, la producción de plata y oro no fue posible hasta este siglo por la aparición de nuevas técnicas mineralúrgicas como la cianuración.

Por ello en la Edad Media el minero sólo encontró posibilidades de explotación de la montera de gossan (óxidos e hidróxidos de hierro) para la explotación de hierro, pero la alta proporción de arsénico en estos minerales impedía la fabricación de hierro de calidad. Por ello, los poblados islámicos en las minas, como Castillo de Salomón, Castillo de Almonago y Castillo de Buitrón, deben relacionarse con la explotación de la Caparrosa, cuya producción se exportaba a otros países islámicos. Como nos comentan las fuentes del siglo XVI, su producción continuó en la Edad Moderna.

Por el contrario, en algunos de los pequeños campos filonianos de la zona Ossa Morena el hierro se presentaba bajo la forma de magnetita y oligisto, de fácil tratamiento para la fabricación de hierro. Esta comenzó en época califal, como ocurre en Aroche y, probablemente, en Alfayt, y se generalizó en la Baja Edad Media, en que la mayoría de los castillos de la Banda Gallega (Aracena, Caía, Almonaster, Cortegana, etc) explotaron sistemáticamente este tipo de yacimientos mineros.

BIBLIOGRAFÍA

- ALDANA, L. (1864) — «La mina cobriza de Santo Domingo en Portugal». *Revista Minera*, XV. Madrid.
- ALMEIDA, F. (1970) — «Mineração romana em Portugal». *Minería hispana é Iberoamericana*. León.
- ANASAGASTI, A. y RODRÍGUEZ, L. (1984) — *Niebla en la época de Alfonso X*. Huelva.
- BAZZANA, A. y CRESSIER, P. (1989) — *Saltés (Huelva). Une ville médiévale d'Al-Andalus*. Madrid.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1962) — «Antigüedades de Río Tinto». *Zephyrus*, XIII. Salamanca.
- BLANCO, A., LUZÓN, J. M. y RUIZ, D. (1970) — *Excavaciones arqueológicas en el Cerro Salomón (Riotinto, Huelva)*. Sevilla.
- BLANCO, A. y ROTHENBERG, B. (1981) — *Exploración Arqueometalúrgica de la provincia de Huelva*. Barcelona.
- CARBONELL y TRILLO FIGUEROA, A. (1929) — «La minería y la metalurgia entre los musulmanes en España». *Boletín de la Real Academia de Córdoba*, XXV. Córdoba.
- CARO, R. (1634) — *Antigüedades y Principado de la Ilustrísima ciudad de Sevilla y Chorografía de su convento jurídico, o antigua Chancillería*. Sevilla.

- CASQUETE DEL PRADO, N. (1993) — *Los castillos de la Sierra Norte de Sevilla en la Baja Edad Media. Aproximación Histórica*. Sevilla.
- COLLANTES DE TERÁN, F. (1953) — «Los castillos del Reino de Sevilla». *Archivo Hispalense*, XVIII. Sevilla.
- DA SILVA, L. (1992) — «O cadinho de ourives de prata do silo n° 5 de Mértola». *Arqueologia Medieval*, 1. Porto.
- DE BURGOS, M. (1832) — *Registro y relación de las minas de la corona de Castilla*. Madrid.
- DELIGNY, E. (1863) — «Apuntes históricos sobre las minas cobrizas de la Sierra de Tharsis (Tharsis Boetica)». *Revista Minera*, XIV. Madrid.
- DOMERGUE, C. (1987) — «Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Peninsule Ibérique». *Serie Archaeologie*, VIII. Madrid.
- ESTORNINHO, A., MARTINS, A., RAMOS, C. y MURALHA, J. (1994) — «O povoamento da área de Aljustrel. Seu enquadramento na Faixa Piritosa Alentejana». *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, S. (1989) — «Estudio arqueológico de las cerámicas del despoblado hispanomusulmán de Awrus (Aroche, Huelva). Valoración del substrato indígena». *III Jornadas de Patrimonio de la Sierra de Huelva*. Huelva.
- (1992) — «Primeros datos arqueológicos acerca del Aroche hispanomusulmán (Aroche, Huelva). Estudio de los materiales cerámicos recogidos en superficie». *Huelva Arqueológica*, XII. Huelva.
- FLORES, F. A. y ARAUJO, C. (1945) — «Historia da explotacao da mina de Ruy Gomes». *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 1. Lisboa.
- FREIRE D'ANDRADE, R. (1967) — «Documentos inéditos para a historia das minas de Aljustrel no século XIX». *Archivo de Beja*, XXIII-XXIV. Beja.
- GARCÍA, J. C. (1984) — «Alfajar de Pena. Reconquista e Repovoamento no Andévalo do século XIII». *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto.
- GARCÍA PALOMERO, F. (1980) — *Caracteres geológicos y relaciones morfológicas y genéticas de los yacimientos del Anticlinal de Riotinto*. Huelva.
- GARCÍA, F., BEDIA, J. L., GARCÍA, M. y SIDES, E. J. (1986) — «Nuevas investigaciones y trabajos de evaluación de reservas de gossan en Minas de Riotinto». *Boletín Geológico y Minero*, V. Madrid.
- GONZALO y TARÍN, I. (1886) — «Descripción física, geológica y minera de la provincia de Huelva». *Memorias de la Comisión del Mapa Geológico de España*. Madrid.
- HUNT ORTIZ, M. (1988) — «Consideraciones sobre la metalurgia del cobre y del hierro en época romana en la provincia de Huelva, con especial referendaia a las minas de Rio Tinto». *Habis*, 18-19. Sevilla.
- JIMÉNEZ MARTÍN, A. (1975) — *La Mezquita de Almonaster*. Huelva.
- JUBES, E. y CARBONELL, A. (1920) — «Estudio geológico industrial de los yacimientos minerales del término de Encinasola y la Contienda de Moura». *Boletín Oficial de Minas y Metalurgia*, 34-39. Madrid.
- KHAWLI, A. (1992) — «Lote de cerámica epigrafada em estampilhagem de Mértola». *Arqueologia Medieval*, 1. Porto.
- LADERO QUESADA, M. (1992) — *Niebla, de Reino a Condado*. Huelva.
- LEVI PROVENÇAL, E. (1987) — «Instituciones y Cultura». *España Musulmana, Historia de España fundada por Ramón Menéndez Pidal*, V. Madrid.
- MARTÍN GONZÁLEZ, E. (1981) — *Minería y génesis de Cerro Colorado (Riotinto)*. Madrid.
- PÉREZ MACÍAS, J. A. (1987) — *Carta Arqueológica de los Picos de Aroche*. Huelva.
- (1990) — «Prospección arqueológica superficial del yacimiento hispanomusulmán de El Ladrillero (Aroche)». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987*, III, Sevilla.
- (1996a) — *La producción de metales en el Cinturón Ibérico de Piritas durante la Prehistoria y Antigüedad*. Huelva.
- (1996b) — «Excavación de urgencia en el Llano de la Torre (Aroche, Huelva)». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1992*, III. Cádiz.
- PÉREZ, J. A., ROLDÁN, F., LORCA, J.A. y FUNES, A. (1987) — «Avance al estudio de los recintos fortificados islámicos del Andévalo onubense y su origen norteafricano». *I Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*, II. Ceuta.
- PÉREZ, J. A., GÓMEZ, F., ÁLVAREZ, G. y FLORES, E. (1991) — *Documentación de la minería antigua en las minas de Riotinto*. Nerva.
- PINEDO VARA, I. (1963) — *Piritas de Huelva. Su historia, minería y aprovechamiento*. Madrid.
- ROLDÁN CASTRO, F. (1993) — *Niebla musulmana (s. VIII-XIII)*. Huelva.
- ROLDÁN, F. y PÉREZ, J. A. (1991) — «En torno a la ubicación de Alfayt de la Peña». *Homenaje al Prof. Jacinto Bosch Vila*. Granada.
- RUA FIGUEROA, R. (1859) — *Ensayo sobre la historia de las minas de Riotinto*. Madrid.
- SALKIELD, L. V. (1970) — «Ancient slag in the south west of the Iberian Peninsula». *Minería Hispana e Iberoamericana*. León.
- SANZ, T. F. (1762) — *Memoria Antigua de Romanos nuevamente descubierta en las Minas de Riotinto*. Sevilla.
- VALLVE BERMEJO, J. (1980) — «La industria en Al-Andalus». *AlQantara*, 1. Cáceres.
- VIANA, A., FREIRE, R. y VEIGA, O. (1956) — «Explotação das minas de Aljustrel pelos Romanos». *Archivo de Beja*, XIII. Beja.
- WILLIAMS, D. (1950) — «Gossanized breccia-ores, jarosites and jaspers at Rio Tinto, Spain». *Transaction of the Institution of mining and metallurgy*, 52. London.

UMA FORTIFICAÇÃO ISLÂMICA DO TERMO DE SILVES: O CASTELO BELINHO*

LUÍS FILIPE OLIVEIRA**

Entre os vestígios conhecidos da época islâmica no Algarve¹, não são muitos os que aparecem mencionados nas obras de biógrafos, geógrafos e historiadores árabes da idade média². Esta ausência de referências textuais, mais evidente no mundo rural, explica-se, em parte, pelo carácter marginal da região³, afastada dos centros políticos e culturais do Al-Andaluz, mas também deriva do desinteresse daqueles autores por tudo o que não respeita às cidades, às suas gentes e à sua cultura. As raras referências aos termos rurais surgem, por isso, de forma accidental, por ocasião da notícia de uma revolta local, quando se pretende nomear a alcaria natal de um poeta, ou quando se evocam as iniciativas de qualquer outra individualidade urbana⁴. Os muitos castelos e alcarias do distrito de Ossónoba durante o domínio islâmico, a que aludem os textos de Al-Razi e de Almacari⁵, encontram-se condenados, assim, ao mais completo anonimato, a menos que possam vir a ser revelados e identificados pela investigação arqueológica, ou a partir da consulta das fontes cristãs posteriores à Reconquista⁶.

Um desses vestígios sem referências textuais, e, portanto, sem história, o que os transforma, também, por vezes, num dos palcos privilegiados das lendas de mouras encantadas⁷, são as ruínas que hoje se erguem no sítio do Castelo Belinho, pertencente à freguesia da Mexilhoeira Grande, no actual concelho de Portimão. Noticiadas, desde 1910, por Estácio da Veiga, que nelas

reconheceu uma antiga fortificação islâmica⁸, além de lhes ter feito levantar a planta respectiva⁹, ainda não foram objecto de qualquer estudo monográfico sério, embora sejam conhecidas dos investigadores que examinaram a arquitectura e o património islâmico do Algarve¹⁰. De resto, o próprio nome original da fortificação permanece desconhecido, tendo sido referenciada de formas diferentes ao longo dos tempos: «Castelo do Ninho» durante a época medieval, «Castelo Lindo» em finais do século passado, como o atesta Estácio da Veiga, e «Castelo Belinho» na actualidade¹¹. Três designações diferentes, que talvez escondam e revelem, em simultâneo, a designação primitiva.

O aspecto geral de ruína deste monumento, com a vegetação a cobrir-lhe algumas secções dos muros, a que se juntou, neste século, um imponente marco geodésico a decorar-lhe a entrada (Foto 1), não impede, contudo, o reconhecimento de um pequeno fortim de planta rectangular, ocupando uma

* Comunicação apresentada às *III Jornadas de Silves*, Silves, Outubro de 1995.

** Universidade do Algarve.



Fig. 1 — Aspecto da provável entrada da fortaleza.



Fig. 2 — Secção do muro sul, mostrando uma taipa de boa qualidade, onde são visíveis as linhas de separação das cofragens.

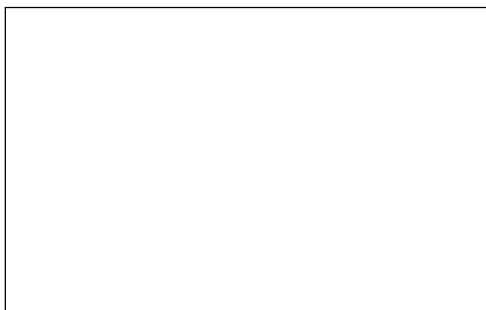


Fig. 3 — Grande fragmento de taipa pertencente ao muro oeste, onde se observa um dos orifícios deixados pelos tirantes das cofragens.

área próxima aos 800 m². Além da espessura dos muros, não se observam outros meios de defesa passiva, como as torres adossadas, ainda que os muros sul e este estejam quebrados, em ângulo recto, para defender a entrada¹², virada a sul. No interior do recinto, além de uma cisterna completamente atulhada (Fig. 5), e que poderá fornecer, se escavada,

uma cronologia do abandono, encontra-se alguma cerâmica, e, sobretudo, vários fragmentos de telha de meia cana, bastante decorada. Tais vestígios podem traduzir, assim, a existência de um habitat permanente, talvez destinado a albergar a pequena guarnição do fortim¹³.

Os muros em taipa fornecem um outro indício do carácter islâmico desta construção, já que foram erguidos segundo a técnica do *luh*¹⁴. De facto, são ainda bem visíveis as linhas de separação das cofragens de madeira (Fig. 2), ou mesmo os buracos deixados pelos tirantes de madeira que as suportavam (Fig. 3). E embora já não seja possível medir a altura das cofragens usadas, a largura dos muros (1, 24 m) sugere a utilização do côvado geométrico (0,413 m)¹⁵, que parece ter sido, de resto, um dos padrões mais frequentes nas construções em taipa militar do Algarve¹⁶.

A taipa dos muros não apresenta, no entanto, uma composição homogénea, sendo as diferenças bem evidentes através de uma análise superficial. Enquanto o muro sul e algumas secções dos muros este e oeste apresentam uma forte taipa de cal, com uma coloração acinzentada (Figs. 2 e 4), as restantes muralhas, hoje cobertas por uma vegetação mais densa, mostram uma taipa terrosa¹⁷, mais friável, de tons ocres ou alanrajados (Fig. 3). Esta disparidade não traduz necessariamente a presença de duas fases de construção, podendo evidenciar apenas um maior cuidado com as zonas mais expostas do edifício, ou mesmo a necessidade de apressar a conclusão dos trabalhos.

A identificação da técnica usada na construção do Castelo Belinho permite aceitar, como já foi sugerido, a sua atribuição ao período almóada, época a que pertencem muitas das fortificações em taipa do Algarve¹⁸. Isso não implica, porém, que este fortim tenha sido levantado durante a segunda metade do século XII. Há, aliás, alguns indícios que apontam para uma cronologia mais tardia, talvez correspondente ao primeiro quartel do século XIII.

Entre as fortificações abandonadas por ocasião da primeira conquista de Silves, em 1189, que aparecem discriminadas no relato que dessa conquista deixou um cruzado nórdico¹⁹, não figura nenhuma que possa ser identificada com o Castelo Belinho. É certo que aquela listagem coloca alguns problemas de interpretação, que ainda não foram completamente resolvidos²⁰, e que, por outro lado, nela não figuram todas as construções militares do termo de Silves, pois aí não aparece a torre ou castelo de Estômbar, que já existia, ao que parece, em 1191²¹. No entanto, atendendo a que aquelas fortalezas são aí apresentadas seguindo de oeste para este, e que após citar os castelos de *Alvor* e de *Porcimunt*, passa-se directamente para os de *Munchite* e de *Montagut* (Alferce?)²², pode admitir-se a inexistência de qualquer estrutura intermédia, que se podesse fazer corresponder ao pequeno fortim do Castelo Belinho.

É possível relacionar, contudo, a construção do Castelo Belinho com o contexto criado pela primeira conquista cristã de Silves e situá-la, sobretudo, na sequência da reconquista almóada daquela cidade, talvez numa tentativa de reorganizar o sistema defensivo de Silves, que se tinha revelado inoperante

para conter as forças conjuntas dos cruzados e de Sancho I. Esta última hipótese encontra, pelo menos, algum apoio nas importantes campanhas então realizadas no restauro e no reforço das muralhas de Silves, e que se encontram documentadas numa inscrição de 1227²³. Outras iniciativas semelhantes, que não deixaram testemunho documental, podem ter-se desenvolvido nas torres e fortins dos arredores, naquelas que asseguravam a defesa imediata da cidade²⁴.

Aceitando estas observações, o pequeno fortim do Castelo Belinho não parece ter usufruído de uma história muito longa, pois não é provável que tenha sobrevivido à reconquista definitiva do Algarve em meados do século XIII. De facto, em 1275, naquela que é a primeira referência textual a esta fortificação, então designado *Castelo do Ninho*²⁵, já nada indica que continuasse a albergar uma guarnição militar. Nessa data, dela restava talvez uma memória indirecta, transferida para a designação de um território agrícola²⁶, então escambado entre Afonso III e o concelho de Silves.

A localização do Castelo Belinho, à cota de 105 metros, no ponto mais elevado de uma zona planáltica com bons acessos, conferia-lhe um excelente campo de visão, dominando um vasto território entre a foz do Arade e as serranias de Monchique. Estava, portanto, bem posicionado para constituir uma das defesas avançadas da cidade de Silves, protegendo-lhe o flanco oeste, ao mesmo tempo que defendia e vigiava as vias de comunicação que atravessavam aquele espaço. Tais preocupações devem ter presidido, de resto, à escolha do local e à própria decisão de aí erguer uma estrutura defensiva.

A partir do Castelo Belinho, podia-se controlar, de facto, qualquer investida, que, vinda do mar, subisse a ribeira de Boina, que então ainda era navegável, por certo, muito além da sua foz, assegurando, em simultâneo, a protecção dos homens e das mercadorias que por ali saíssem em direcção ao mar²⁷. A guarnição do fortim²⁸ também conseguiria fiscalizar, por outro lado, todo o movimento que transitava pelas duas estradas que lhe passavam próximas. Uma delas, documentada em 1383, unia Silves a Lagos, e, depois de transpor a ponte de Odelouca²⁹, descia ao longo da ribeira de Boina até ao barranco da Tramagueira (Mapa 1), inflectindo para oeste, em direcção à Mexilhoeira Grande³⁰. A segunda estrada, que talvez corresponda a uma via islâmica³¹, saía da anterior com rumo a Monchique, devendo acompanhar igualmente a ribeira de Boina, onde se documentam alguns topónimos relacionados com vias de comunicação, por finais da época medieval³². Um tal enlace do Castelo Belinho com as vias de comunicação, muito frequente no mundo medieval³³, materializava-se ainda a outro nível, já que as suas dimensões (800 m²) são muito próximas às áreas fortificadas de outros castelos de itinerário do território português, como é o caso das fortificações islâmicas de Mesas do Castelhinho, em Almodôvar, e de Casal do Bispo, no concelho de Sesimbra³⁴.

Uma fortificação rural, mesmo quando custeada pelos dinheiros estatais para vigiar um itinerário, podia estar e estava, com frequência, sob o controlo



Fig. 4 — Secção do muro este, vendo-se uma estrutura de escoamento de águas pluviais.



Fig. 5 — Boca da cisterna.

simultâneo das autoridades públicas e das comunidades locais, que aí encontravam um refúgio indispensável em caso de perigo³⁵. Muitas vezes, ela servia ainda como pólo de organização do espaço e do povoamento rural, definindo um território castral, nomeado a partir da fortificação que o presidia, e onde se localizavam várias alcarias, que geriam os seus próprios espaços agrícolas, mas que podiam partilhar outras estruturas de carácter colectivo, como o sistema de irrigação, as covas de pão, ou as mesquitas³⁶. Este esquema organizativo, já bem conhecido no país vizinho, particularmente nas terras do levante e do sul, ainda não foi referenciado no território português.

As fontes cristãs mais antigas são, no entanto, muito escassas para permitirem uma reconstituição do território castral do Castelo Belinho, ainda que assinalem, desde o século XIII, a sua associação com o espaço adja-

cente³⁷. Um documento mais tardio, o Livro do Almojarifado de Silves³⁸, elaborado em meados do século XV, com o objectivo de cadastrar a propriedade régia no termo da cidade, vem oferecer, contudo, algumas informações susceptíveis de levarem ao conhecimento desse território. Entre os bens aí referidos, encontram-se os reguengos do Castelo do Ninho e de Arje e Boina, os quais, como a fonte reconhece, costumavam «em outro tempo dandar misticamente»³⁹. Quer isto dizer que eram bens anexos, misturados, sugerindo, assim, a possibilidade de terem formado um único conjunto territorial.

A partir das indicações da fonte e das notas que lhe anexou José Garcia Domingues, é possível ensaiar, com alguma segurança, a sua respectiva delimitação (Mapa 1). O reguengo de Arje e Boina ocupava o espaço definido pela confluência das ribeiras de Boina e de Odelouca com o rio Arade. A norte, o termo passava pelas cumeadas de Vale de Parra, seguia em direcção à entrada do Vale de Chão Frio, dirigindo-se depois para os cumes de Boina, por onde descia até à foz do barranco da Tramagueira. Quanto aos limites do outro reguengo, o do Castelo do Ninho, depois de incluírem, a norte, os sítios dos Guenos e de Santa Maria do Verde, seguiam em direcção ao Rio de Mouro, que Garcia Dominguez identificou com a ribeira do Farelo⁴⁰, para descender depois o curso desta ribeira até ao porto de Alvor. Desde esse ponto, as confrontações do reguengo são mais incertas, pois surgiam definidas por um conjunto de micro-topónimos que não foi possível identificar. De qualquer modo, sabe-se que não incluía o esteiro da Baralha⁴¹, e que descia o vale da Tramagueira em direcção à ribeira de Boina, depois de atravessar a estrada de Lagos para Silves.

A cartografia dos limites destes reguengos define, assim, dois espaços contíguos

MAPA 1

(Mapa 2), conjugando terras com diferentes aptidões agrícolas, desde terrenos irrigados, de sequeiro e de monte, onde é tentador reconhecer o espaço ocupado pelo antigo território castral do Castelo Belinho. Esta junção dos dois reguengos, embora seja sugerida pela própria fonte, não é totalmente segura, dado que Arje e Boina aparece claramente autonomizado, na documentação cristã, desde o século XIII⁴². A posição central que a fortificação ocupa naquele território conjunto, assim como o facto de este apresentar uma dimensão

MAPA 2

(55 km²) próxima à de outros territórios castrais ⁴³, constituem, no entanto, indícios suficientes para considerar a proposta apresentada.

Os elementos disponíveis não são, infelizmente, muito abundantes para caracterizar a geografia do povoamento, ou a natureza da ocupação humana deste território durante a época islâmica. As raras notícias arqueológicas, que dificilmente ultrapassam, para esta área, as observações deixadas por Estácio da Veiga no início do século ⁴⁴, não autorizam, de facto, qualquer panorama de

conjunto. Em contrapartida, as fontes cristãs, e, em particular, o citado Livro do Almoarifado de Silves proporcionam informações mais completas, a partir das quais talvez se possam vislumbrar algumas das linhas de força da organização social deste território durante o período islâmico, ou até avaliar o impacto que nela teve a reconquista cristã ⁴⁵.

A conjugação destes dados (Cf. Mapa 2), apesar de escassos e dispersos, deixa antever uma ocupação privilegiada dos vales formados pelos cursos de água, talvez bastante intensa, dado os vários topónimos que não foram cartografados, e numa linha que parece continuar as tradições da época islâmica. É aí que se situam, pelo menos, as duas aldeias e as duas alcarias conhecidas, ou mesmo os dois povoados abandonados ⁴⁶, embora estes não possam atribuir-se aos tempos árabes, pois podem ter resultado da retracção do povoamento observada durante o século XIV ⁴⁷. A mesma continuidade com a época anterior constata-se, ainda, na importância das produções hortícolas e frutícolas ⁴⁸, a par das indispensáveis culturas de sequeiro, senão mesmo na existência de estruturas de hidráulica agrícola, sugerida por uma referência documental pouco clara ⁴⁹.

Num sentido inverso, em ruptura, portanto, com a época islâmica, constata-se uma crescente concentração do povoamento em redor de Aldeia Nova e de Almadanim, os únicos locais que a fonte claramente identifica como aldeias ⁵⁰. Este reordenamento do povoamento rural, por certo obtido à custa da dispersão verificada em épocas anteriores, encontra-se, no entanto, longe de estar concluído, já que o território continua a polarizar-se entre o centro religioso, a igreja de Santa Maria do Verde ⁵¹ e os centros populacionais, ao contrário do que ocorre na maior parte das aldeias da Europa cristã ⁵². E quanto à antiga fortificação, agora abandonada, depois

de perdas as funções que a transformaram no centro deste espaço, talvez já só lhe restasse povoar-se de mouras encantadas, com ténues promessas de muitas riquezas por conquistar.

NOTAS

- 1 Cf. Estácio da Veiga «Antiguidades Monumentais do Algarve. Cap. V. Tempos Históricos», *Archeologo Português*, vol. XV, 1910, pp. 209-233, sobretudo a Planta nº 1; *Carta Arqueológica de Portugal. Concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e S. Brás de Alportel*, Lisboa, 1992; *Carta Arqueológica de Portugal. Concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real, Castro Marim, Alcoutim*, Lisboa, 1995. Alguns dados parcelares, mas mais completos, podem ver-se em H. Catarino, *Para um Estudo da Ocupação Muçulmana no Algarve Oriental*, Coimbra, 1985, sobretudo as pp. 20-43; M^a da Graça Marques, «Vestígios arqueológicos no concelho de Portimão», in *4º Congresso do Algarve*, Faro, 1986, 1º vol., pp. 55-60; e Teresa J. Gamito, «O povoamento islâmico da serra do Caldeirão — O caso da Aldeia dos Mouros (Vaqueiros, Alcoutim)», in *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, 1994, pp. 545-563.
- 2 Cf. J. Garcia Domingues, «O Garb Extremo do Andaluz e «Bortuqal» nos Historiadores e Geógrafos Árabes», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Dezembro de 1960, pp. 327-362; *idem*, *Ossónoba na Epoca Árabe*, sep. dos *Anais do Município de Faro*, 1972, sobretudo as pp. 9-25; *idem*, «Presença Árabe no Algarve», in *Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos (1982)*, Évora, 1986, pp. 113-130. Note-se que há, porém, muitos topónimos islâmicos do algarve que ainda não foram identificados. Já depois de redigido este texto, tive acesso a um importante trabalho de Ch. Picard, *L'Evolution des Localités de L'Algarve du XIème au XIIIème Siècles*, sep. dos *Cahiers D'Histoire*, Lyon, tomo XXXVII, nº 1, 1992, pp. 3-21.
- 3 Cf. J. Garcia Domingues, «O Garb Extremo...» cit., p. 328; David Lopes, «Os Arabes nas Obras de Alexandre Herculano», in *Nomes Arabes de Terras Portuguesas*, Lisboa, 1968, p. 106; Cláudio Torres, «O Garb- Al-Andaluz», in *História de Portugal*, dir. de J. Mattoso, Lisboa, vol. I, 1992, p. 364.
- 4 A maior parte destas referências foram comodamente reunidas por J. Garcia Domingues, «Homens Célebres e Famílias Ilustres do Algarve na Epoca Árabe», *3º Congresso Sobre o Algarve*, Faro, 1984, 1º vol., pp. 77-89.
- 5 Cf. A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, 1972, 1º vol., pp. 42, 82.
- 6 Os resultados ficam normalmente aquém das expectativas. As fontes cristãs são, por exemplo, quase omissas sobre a toponímia islâmica da mouraria de Lisboa (Cf. Luis Filipe Oliveira e Mário Viana, «A Mouraria de Lisboa no século XV», *Arqueologia Medieval*, nº 2, 1993, pp. 191-209), embora este bairro só tenha desaparecido no século XVI.
- 7 Uma rápida sondagem neste domínio, realizada sobre as lendas do concelho de Alcoutim (cf. F. Ataíde de Oliveira, *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve*, Tavira, 1898, pp. 195-218), revelou uma estreita associação com os vestígios arqueológicos da época islâmica (cf. H. Catarino, *op. cit.*, pp. 22, 24 e 27). Sobre esta apropriação camponesa do tempo dos mouros, veja-se Luis Krus, «Tempo de Godos e Tempo de Mouros. As memórias da Reconquista», in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo, 1994, pp. 103-127.
- 8 Cf. Estácio Veiga, «Antiguidades... cit., planta nº 1.
- 9 Cf. J. L. S. Machado, «Documentos de Estácio da Veiga para o Estudo da Arqueologia do Algarve. I — Catálogo de Plantas, Desenhos e Mosaicos», *Actas das I Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1970, vol. I, p. 340, planta nº 14. Esta planta desapareceu das colecções do Museu Nacional de Arqueologia.
- 10 M^a da Graça Marques, *op. cit.*, p. 58.; R. V. Gomes, «A arquitectura militar muçulmana», in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. de R. Moreira, Lisboa, 1989, p. 33; H. Catarino, «Fortificações do período Almoadas no sul de Portugal», in *Arquitecturas de Terra*, Conimbriga, 1992, p. 17.
- 11 A variabilidade e a própria ambiguidade que resulta destas designações era ainda maior, pois, no século passado, a fortificação também era conhecida como «Castelo Tinto», enquanto uma carta topográfica de 1775, depositada no Instituto Geográfico e Cadastral, referencia-a como «Castelo de Linho». Devo estas informações à amabilidade do Sr^º Engenheiro Jaime Palhinha, de Portimão.
- 12 A entrada era sempre a zona mais sensível, sendo, por isso, aquela que concentrava as atenções dos construtores. Veja-se, por todos, J. Miquel, «L'attaque et la défense des portes au Moyen-Age à travers les miniatures et les récits des chroniqueurs», in *Aux Portes du Chateau. Actes du troisième colloque de castellologie*, Flaran, 1989, pp. 33-49.
- 13 Numa visita posterior ao sítio, mas sem qualquer prospeção sistemática, detectou-se uma mó manual (dormente) nas proximidades, descoberta que poderá confirmar a hipótese avançada no texto.
- 14 Cf. B. Pavón Maldonado, «Crónica Arqueológica de La Espana Musulmana», *Al-Andalus*, vol. XLII, 1977, sobretudo as pp. 218-222; A. Bazzana, «Elements d'archeologie musulmane dans Al-Andalus: Caractères spécifiques de l'architecture militaire arabe de la région valencienne», *Al-Qantara*, vol. I, 1980, pp. 339-363; *idem*, *Maisons D'Al-Andalus. Habitat Médiéval et Structures du Peuplement dans L'Espane Orientale*, Madrid, 1992, 1º vol., pp. 76-82.
- 15 A largura dos muros correspondia, portanto, a 3 côvados. Sobre as medidas lineares no Al-Andalus, veja-se J. Vallvé Bermejo, «El Codo en la Espana Musulmana», *Al-Andalus*, vol. XLI, 1976, pp. 339-354.; A. Bazzana, *op. cit.*, pp. 99-102.
- 16 As medidas conhecidas para a altura das cofragens (Cf. F. B. Correia, «Fortificações Muçulmanas no Algarve. Estado da questão e perspectivas», *4º Congresso do Algarve*, Montechoro, 1986, 1º vol., p. 98) situam-se entre os 0,76 e 0,86 m, ou seja, demasiado baixos para corresponderem a 2 côvados mamumi (0,47 m), mas dentro dos valores

- previstos para o côvado geométrico. No levante espanhol, as medidas mais frequentes vão de 0,92 a 0,94 m, Cf. A. Bazzana, *op. cit.*, pp. 81, 100.
- 17 Sobre as diferentes qualidades de taipa, veja-se A. Bazzana, *op. cit.*, pp. 78-9; H. Catarino, *op. cit.*, p.17; F. B. Correia e Ch. Picard, «Intervenção arqueológica no castelo de Juromenha. Primeiros resultados», *Arqueologia Medieval*, nº 1, 1992, pp. 75-6. Nenhum destes autores parece ter detectado, no entanto, a presença de taipas diferentes num mesmo edifício.
 - 18 Cf. H. Catarino, *op. cit.*, p. 15 e *passim*.
 - 19 Cf. *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa*, tradução e notas de J. B. Silva Lopes, Lisboa, 1844, pp. 42, 105 e n. 24
 - 20 Apesar dos esforços de Silva Lopes (*op. cit.*, pp. 105-8), nem todos os locais mencionados na fonte ficaram devidamente identificados. F. Ataíde de Oliveira (*A Monografia de Alvor*, reimp. da ed. de 1907, Faro, s.d., pp.43-4, 68), Alberto Iria (*O Algarve e os Descobrimentos*, Lisboa, 1956, vol. II, t. I, pp. 263-5, 411) e J. Garcia Domingues (*Ossónoba...* cit., pp. 21-2) retomaram o assunto, mas sem terem avançado muito mais.
 - 21 Cf. F. Ataíde de Oliveira (*Monografia de Estômbar*, reimp. da ed. de 1911, Faro, s.d., pp. 59-60, 227), que, sem qualquer explicação, situa em Estômbar o castelo chamado «abenabeci», doado por Sancho I ao mosteiro de Alcobaça. Esta doação fora publicada por Fr. António Brandão (*Monarquia Lusitana*, IV parte, Lisboa, 1974, pp. 15-16 e doc. nº 2 do Apêndice), sem qualquer indicação sobre a sua localização exacta no território algarvio. Note-se, por fim, que o castelo de Estômbar foi, por certo, erguido em taipa, pois, como diz Henrique Sarrão («História do Reino do Algarve», in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, leitura e notas de J. Romero de Magalhães e M. Viegas Guerreiro, Lisboa, 1983, p. 157) «era de ua só pedra talhado».
 - 22 A localização exacta de Montagut permanece desconhecida, mas talvez corresponda ao actual castelo de Alferce, já que o documento refere, em seguida, outras fortificações pertencentes à área da freguesia de S. Bartolomeu de Messines (cf. *op. cit.*, pp. 42, 106-7). Quanto a Porcimunt, é possível que o topónimo se identifique com Porches e não com Portimão, como foi sugerido por Ataíde de Oliveira e por Alberto Iria. Vejam-se as referências citadas na nota 20.
 - 23 Cf. J. Garcia Domingues, *Novos Aspectos da Silves Árábica. Documentos e Comentários*, sep. da revista *Gil Vicente*, Guimarães, 1956, p. 33-5; R. V. Gomes, *op. cit.*, p. 36.
 - 24 Um panorama incompleto encontra-se em J. de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1948, 3º vol., pp. 506-7. Sobre o sistema defensivo das cidades, veja-se A. Bazzana e P. Guichard, «La conquête de la région valencienne d'après la Chronique de Jacques 1^{er} et les donnees archéologiques», in *Castrum 3. Guerre, Fortification et Habitat dans le Monde Méditerranéen au Moyen Age*, Madrid, 1988, pp. 21-31; J. Navarro Palazon e P. Jimenez Castillo, «Una nueva propuesta de investigación y gestion de yacimientos urbanos: La ciudad de Murcia», in *Paisajes Rurales y Urbanos: Metodos de Analisis en Historia Medieval*, Saragoça, 1994, sobretudo as pp. 188-192.
 - 25 Cf. M^a de Fátima Botão, *Silves, Capital de um Reino Medieval*, Silves, 1992, p. 60.
 - 26 A designação de um território a partir do castelo que o protegia era um fenómeno frequente em toda a península, sob domínio cristão, ou islâmico. Cf. Mário Barroca, *Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc IX a XII)*, Lisboa, 1994, p. 52 e ss.; A. Bazzana, P. Cressier, P. Guichard, *Les Châteaux Ruraux D'Al-Andalus. Histoire et Archéologie des Husun du Sud Est de L'Espagne*, Madrid, 1988, sobretudo as pp. 124-139, 259-275.
 - 27 No século passado, esta ribeira ainda era navegável, para pequenas lanchas, até à foz do barranco da Tramagueira, sendo sendo por essa via que se escoavam as produções agrícolas de Monchique. Cf. J. Silva Lopes, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do reino do Algarve*, reimp. da ed. de 1841, Faro, 1988, 1º vol., pp. 261-2.
 - 28 A guarnição dos castelos rurais era, por vezes, diminuta, da ordem dos 4 a 10 homens. Cf. P. Guichard, «La garnison des châteaux ruraux valenciens au début du XIV siècle», in J. Poisson (dir.), *Le Château médiéval, forteresse habitée (XI-XVI s.)*. *Archéologie et histoire: perspectives de la recherche en Rhône-Alpes*, Paris, 1992, pp. 153-6.
 - 29 Cf. *História Florestal, Aquícola e Cinagética*, Lisboa, 1989, 1º vol., doc. nº 182. Trata-se, por certo, de uma antiga estrada romana, cf. C. Torres, «Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica», *Arqueologia Medieval*, nº 1, 1992, fig. 2.
 - 30 Cf. *Livro do Almoxarifado de Silves (Século XV)*, prefácio de H. B. Moreno, transcrição de M^a J. Leal, notas e comentários de J. G. Domingues, Silves, 1984, p. 71; J. B. Silva Lopes, *op. cit.*, p. 262.
 - 31 Cf. J. Garcia Domingues, «O Garb Extremo do Andaluz...» cit., p. 353 e mapa à p. 355
 - 32 Cf. *Livro do Almoxarifado de Silves*, p. 70. Os topónimos em causa são umas «Partelas» e um «Vale de Carreira».
 - 33 Cf. A. Bazzana, P. Cressier, P. Guichard, *Les Châteaux Ruraux ...* cit., pp.110, 126; R. Azuar Ruiz, «El Sur del País Velenciano. Una Possible Frontera en Epoca Almohade», in *Castrum 4. Frontière et Peuplement dans le Monde Méditerranéen au Moyen Age*, Madrid, 1992, pp. 102-3.
 - 34 Cf., respectivamente, A. Guerra e C. Fabião, «Uma Fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar)», *Arqueologia Medieval*, nº 2, 1993, p.89 e J. Rasteiro, «Notícias Arqueológicas da Península da Arrábida», *O Archeologo Português*, vol. III, 1897, pp. 33-36.
 - 35 Cf. A. Bazzana, P. Cressier, P. Guichard, *Les Châteaux Ruraux ...* cit., p. 128; P. Guichard, *Al-Andalus. Estructura Antropológica de una Sociedad Islámica en Occidente*, ed. facsímil com estudo introdutório da A. Malpica Cuello, Granada, 1995, p. 435; P. Cressier, «Fonction et Evolution du Réseau Castral en Andalousie Orientale: Le cas de L'Alpujarra», in *Castrum 3...* cit., pp. 126, 134.
 - 36 Cf. A. Bazzana, P. Cressier, P. Guichard, *op. cit.*, sobretudo as pp. 259-298; A. Bazzana, *Maisons D'Al-Andalus ...* cit., pp. 218-223; 325-336; idem, «Arqueologia Extensiva. Metodos y algunos resultados», in *Paisajes Rurales...* cit., pp. 12-23.
 - 37 Cf. M^a de Fátima Botão, *op. cit.*, p. 60.

- 38 *Livro do Almojarifado de Silves...* cit., pp. 70-73.
- 39 *Idem*, p. 70.
- 40 *Idem*, p. 103.
- 41 Cf. M^a de Fátima Botão, *op. cit.*, apêndice documental II, doc. de 1478, p. 177.
- 42 Cf. M^a de Fátima Botão, *op. cit.*, p. 60. O destino autónomo deste reguengo manteve-se nos séculos seguintes, cf. A. Iria, *O Algarve...* cit., tomo I, p. 392.
- 43 Cf. A. Bazzana, P. Cressier, P. Guichard, *op. e loc. cit.*; A. Bazzana, *Maisons D'Al-Andalus...* cit., p. 222.
- 44 Vejam-se as referências citadas na nota 1. Numa visita recente a esta área, acompanhado do engenheiro Jaime Palhinha, identificou-se um sítio inédito, próximo a Fonte Coberta, com vestígios islâmicos, entre os quais se destaca uma cova de pão.
- 45 Esta problemática tem suscitado as reflexões de vários investigadores, sobretudo no que respeita à reorganização dos espaços do sul. Veja-se, por todos, J. Garcia de Cortázar, *Organización social del espacio en la Espana medieval. La corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, 1985, particularmente os caps. IV e V; A. Bazzana, *Maisons D'Al-Andalus...* cit., pp. 355-376; J. Navarro Palazon, «La conquista Castellana y sus consecuencias: La despoblacion de Siyasa», in *Castrum 3...* cit., pp. 207-214.
- 46 Cf. *Livro do Almojarifado ...* cit., p. 71.
- 47 Um bom panorama da recessão demográfica do século XIV encontra-se em A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da Nova História de Portugal, dir. por J. Serrão e Oliveira Marques, Lisboa, 1987, pp. 20-30.
- 48 Cf. M^a de Fátima Botão, *op. cit.*, apêndice doc. I, doc. n^o 4, p. 135; A. Iria, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XV. (Subsídios para a sua história). I — 1404-1449*, Lisboa, 1990, p. 33, n. 30.
- 49 No Livro do Almojarifado de Silves (*op. cit.*, p.70), ao registar os bens do reguengo de Arje e Boina, refere-se, sem qualquer explicação adicional, a existência de obreiros e de governos, pagos antes de satisfeita a renda ao donatário. Aquele último termo, que tem um significado muito preciso na linguagem das marinhas, designando os tanques de abastecimento dos talhos de sal (cf. V. Rau, *Estudos sobre a História do Sal Português*, Lisboa, 1984, pp. 42-6), talvez traduza a existência de albercas para irrigação, bem como a necessidade de as manter e reparar. Sobre a importância da hidráulica agrícola na Espanha muçulmana, veja-se M. Barcelo, *Les Aigues Cercades (Els qanat(s) de l'illa de Mallorca*, Palma de Maiorca, 1986; J. González Alcantud, A. Malpica Cuello (coords.), *El Agua. Mitos, ritos y realidades* (Colóquio Internacional, Granada, Novembro 1992), Granada, 1995; C. Navarro, «Los Espacios Irrigados y el Tamano de sus Poblaciones Constructoras en Al-Andalus: Liétor, un Ejemplo», *Arqueologia Medieval*, n^o 3, 1994, pp. 171- 186.
- 50 Cf. *Livro do Almojarifado...* cit., p. 71. Sobre as diferenças entre aldeias e alcarias, veja-se P. Guichard, *Al-Andalus...* cit. p. 413, n. 510; A. Bazzana, «Les Structures: Fortification et Habitat», in *Habitats Fortifiés et Organisation de L'Espace en Méditerranée Médiévale*, Lyon, 1983, pp. 163-4. Aldeia Nova corresponde provavelmente à actual Quinta de Boina, onde existiu uma pequena capela, durante a época moderna. Mais uma vez, agradeço esta informação ao Sr^o Engenheiro Jaime Palhinha.
- 51 Cf. *Livro do Almojarifado*, p. 72. Sobre esta igreja, veja-se F. Ataíde de Oliveira, *A Monografia de Alvor...* cit., p. 170.
- 52 Acerca da organização espacial das aldeias medievais europeias, veja-se, entre outros, R. Fossier, *Historia del Campesinado en el Occidente Medieval*, Barcelona, 1985, cap. 2 e 5; M. Bourrin, R. Durand, *Vivre au Village au Moyen Age. Les solidarités paysannes du 11^e au 13^e siècles*, Paris, 1984, sobretudo as pp. 15-29; J. Garcia de Cortazar, *La Sociedad Rural en la Espana Medieval*, Madrid, 1988, pp. 82-90.

OSMA, UNA ALDEA DE NIEBLA EN EL CAMINO DE LA RAYA

J. AURELIO PÉREZ MACÍAS*

MIGUEL LÓPEZ DOMÍNGUEZ*

J. MANUEL BELTRÁN PIZÓN*

En un trabajo anterior dabamos a conocer los restos conservados de Osma, antigua aldea del alfoz de Niebla en los siglos XIV y XV, cuyo traslado de población junto a la Fuente del Almendro es el origen del actual El Almendro (Bendala, Collantes, Falcón y Jiménez, 1992). Este trabajo, que realizamos por encargo de D. Diego Ferreira Limón, alcalde de El Almendro, nos obligó a recopilar la documentación textual y arqueológica que envuelve la breve historia de este asentamiento, e indagar en los motivos reales del cambio de ubicación.

Las páginas que siguen son una propuesta que la justifica por los intereses de las casas nobiliarias de los Stuñiga y Guzmanes en el comercio con Portugal.

LOS PRECEDENTES

Salvo el **Alto de Alfayate**, un pequeño asentamiento rural romano del siglo IV d.C. en los alrededores de El Granado, los pormenores de la ocupación romana del Andévalo occidental está por investigar. Si parece que la zona fue de vital importancia para comunicar la desembocadura del Guadiana (*Ab ostio Fluminis Anae*) con los cotos mineros del Andévalo occidental (*Ad Rubras*), aunque el itinerario de este camino en los términos de El Granado y El Almendro

está por definir exactamente (Bendala, 1987; Bendala, Gómez y Campos, 1997).

Pero si escaso es el poblamiento en época romana, más lo es aún en época islámica. Nosotros hemos localizado un pequeño asentamiento en la **Cabeza del Buey**, en término municipal de El Almendro, de segura cronología medieval a juzgar por la falta de elementos de construcción romanos y la abundancia de tejas medievales de bordes digitados, pero el material recogido en la prospección es tan atípico que impide definir una cronología más ajustada, aunque por su proximidad a Osma sospechamos que pueda corresponder a un precedente medieval de ella, un asentamiento musulmán que fue suplantado por la aldea cristiana. Por lo menos, el origen toponímico así lo sugiere (Hernández, 1963).

Las fuentes musulmanas tampoco hacen referencia a ningún asentamiento, aunque aceptamos su pertenencia al distrito (*Kura*) de Niebla (Roldan Castro, 1993). La inclusión

* Universidad de Huelva.

de esta zona en la comarca (*Iqlim*) de *Al-Yabal* (Gibraleón) parece no estar en concordancia con la separación de límites entre Niebla y Gibraleón realizada en tiempos de Alfonso X, cuando parece que se respetaron los límites anteriores de estas dos ciudades al participar en la segregación de ambas «*consejos de moros sabidores de la tierra e de los términos*» (Anasagasti y Rodríguez, 1984). Si la zona que fue posterior término de Osma hubiera pertenecido a Gibraleón, según la norma de esta segregación la aldea de Osma se hubiera encontrado en terrenos de Gibraleón. Lo mas probable es que toda esta zona estuviese sujeta a la jurisdicción de la ciudad de Niebla (*Iqlim Madina Labla*).

Se acepta también generalmente que a la altura del Andévalo la línea de separación de los distritos de Niebla y la de Beja debería ser la Rivera de Chança, y así siguió siendo sin mayores disputas en época bajomedieval la separación del Reino de Niebla y Portugal, una vez superado el denominado Conflicto del Algarbe (Pérez Embid, 1975).

En realidad, esta carencia de información se hace extensiva a todo el Andévalo, donde no sólo existe inseguridad en cuanto a su adscripción jurisdiccional, sino incluso un total vacío de asentamientos que no es tal. El asentamiento de Alfayat de la Peña (Virgen de la Peña, Puebla de Guzmán), no citado en época islámica, pero con importantes restos de este periodo (Roldán y Pérez, 1991), es un ejemplo de lo que puede ocurrir en todo el Andévalo. Otro caso es el de Ayamonte, citado por primera a raíz de su conquista cristiana (Pérez Embid, 1975).

Es posible que la antigua calzada romana siguiera vertebrando el territorio y su explotación. Al menos así puede deducirse de la existencia de yacimientos en relación a la misma. Aunque no hay pruebas de la explotación de Tharsis en época medieval (Pérez

Macías, 1997), si se encuentran en el yacimiento de Alfayat de la Peña, donde al menos desde el siglo XI puede detectarse producción de hierro, y a esta explotación quizás haya que relacionar la presencia de los Bakries que se documentan en los epígrafes funerarios que procedentes de este yacimiento se encuentran en el Museo Arqueológico de Sevilla. Pero Alfayat de la Peña no fue un enclave minero, el poblado minero estuvo situado en la mina Lagunazo, ya explotada en época protohistórica y romana (Domergue, 1987) para la producción de plata y cobre, y vuelta a socavar en época islámica y bajomedieval para la producción de hierro. A este momento corresponde el asentamiento de **Campo del Moro**, directamente relacionado y posiblemente supeditado a Alfayat de la Peña.

El interés de los Bakries onubenses en Alfayat de la Peña puede explicarse por la construcción de barcos en las atarazanas (Dar-al-Saniya) de la isla de Saltes, donde se ha documentado producción de hierro para abastecerlas (Bazzana y Cresier, 1989), tal como ya apuntaban las fuentes islámicas (Roldán Castro, 1993).

Si esta calzada hubo de seguir en uso entre Alfayat de la Peña y Huelva, el tramo hasta la desembocadura del Guadiana también hubo de estar en uso. Así se desprende de la conquista portuguesa en tiempos de Sancho II Capelo, cuando la Orden de Santiago al mando de Fray Pelay Pérez Correa penetró desde Mértola en la Cora de Niebla y tomó Alfayat de la Peña y Ayamonte (Pérez Embid, 1975; Mattoso, 1986 y 1993). El camino de esta conquista de 1239-1240 sigue en líneas generales la dirección de la calzada romana. Según las crónicas de esta conquista sólo eran lugares de interés los asentamientos de Alfayat de la Peña y Ayamonte, pues probablemente la zona sólo contaba con un poblamiento disperso de tipo rural formado por pequeñas aldeas o mezquitas, tal como se las denomina en la documentación cristiana.

La prospección arqueológica del Andévalo nos ha permitido conocer otros yacimientos islámicos no citados en la crónica de la conquista de la Orden de Santiago, porque ésta posiblemente no se separó mucho de esta vía de comunicación. Este tipo de yacimientos se extienden por todo el Andévalo y seguramente corresponden a los distintos Alfayat citados en la documentación castellana de la segunda mitad del siglo XIII, debido a que muchas de ellos perduraron como aldeas mudejares en tiempos de Alfonso X el Sabio, como ocurrió con Alfayat de la Peña, antes de que pudiera efectuarse la repoblación cristiana del alfoz de Niebla a fines del siglo XIII.

Estos yacimientos, entre los que se pueden citar los de **Cerro de la Castillejita** (Sotiel Coronada, Calañas), *La Cerca Alta* (El Cerro de Andévalo) y la **Cabeza de Andévalo** (El Cerro de Andévalo), de origen islámico, se extendieron hasta la segunda mitad del siglo XIII (Pérez, Roldán, Funes y Lorca, 1987). Como ya hemos apuntado, el yacimiento de la **Cabeza del Buey**, muy próximo a Osma pudo corresponder a este mismo momento, pues cumple unas características similares en cuanto al tipo de poblamiento en altura

dotado de muro defensivo, pero, como en los yacimientos anteriores, la escasez de materiales de superficie y la preponderancia de cerámicas comunes impide, por ahora, definir su inicio y, a veces, incluso su perduración en época cristiana.

En definitiva, es difícil pronunciarse todavía sobre lo que ocurrió en esta zona andevala durante el dominio islámico, siendo problemático su adscripción a algunas de las comarcas de Niebla. Se ha propuesto que esta zona, Alfayát de la Peña como cabecera, pertenecía a la comarca de Mértola (Macías, 1996), aunque creemos que en la configuración del Reino de Niebla jugó una baza importante sus límites territoriales en época islámica, y si sus límites se respetaron en la zona del Campo de Tejada, lo mismo debió ocurrir en el Campo de Andévalo. M. González Jiménez (1977) ha apuntado a la mentalidad historicista de Alfonso X el Sabio y al perfecto conocimiento de anteriores tratados como uno de los pilares fundamentales de la exigencia de sus derechos de conquista sobre el Algarbe, y esta misma línea de explicación es válida para las tierras al Este del Guadiana, pues tras las primeras acometidas portuguesas sobre la tierra de Niebla y una vez que Ibn Mahfoth, rey de Niebla, se declara vasallo de Castilla tras la conquista de Sevilla (1248), Alfonso X exigiría esos territorios del Este del Guadiana por su pertenencia jurisdiccional a Niebla, siendo incorporados al alfoz de Sevilla incluso antes de la conquista de Niebla (Pérez Embid, 1975).

CONQUISTA Y REPOBLACION DEL ANDEVALO. LA FUNDACION DE OSMA

Como hemos indicado, son pocos los datos sobre la población islámica del Andévalo y nuestras notas anteriores son más bien una reflexión que una convicción, pues ni las fuentes documentales ni las arqueológicas arrojan una definición del territorio más detallada.

A partir del siglo XIII las referencias textuales a esta zona se van a hacer más abundantes y mejor conocidas, aunque no por ello están ausentes de controversias.

Las primeras acometidas cristianas serias se produjeron a partir de fines del siglo XII. Ya en 1178 D. Sancho de Portugal realiza una razia en el territorio de Niebla, pero más peligrosa fue la toma de Niebla por el Arzobispo de Toledo D. Rodrigo Jiménez de Rada en 1233, síntoma de la debilidad del imperio almohade después del quebranto de las Navas de Tolosa (1212) y de la rebelión de Ibn Hud.

Estas primeras incursiones portuguesas y castellanas continuarían años más tarde, a pesar de que 1234 Ibn Mahfoh convirtiera a Niebla en reino independiente y pomposamente se autotitulara «Emir del Algarbe», reclamando una soberanía sobre los distritos de *Ocsonoba* (Faro) y Beja que nunca fue capaz de sostener.

El empuje vendría del lado portugués, cuando Sancho II toma en 1239 con la ayuda de la Orden de Santiago Mértola y Alfayát de la Peña, y Ayamonte en 1240. Esta vez Niebla perdió parte de su territorio, pues en estas fechas el mismo Sancho II donó a la Orden de Santiago y a su comendador D. Pelay Pérez Correa los castillos de Alfayát de la Peña y Ayamonte (Anasagasti y Rodríguez, 1984).

Desconocemos la extensión de la soberanía de la Orden de Santiago, pero es muy probable que ésta alcanzara a buena parte del Andévalo occidental (Santa Bárbara de Casa, Cabezas Rubias, Puebla de Guzmán, El Almendro, Paymogo, Alosno, El Granado, y el territorio costero hasta la desembocadura del río Piedras). Quizás esté detrás de esta encomienda santiaguista la abundante toponimia referida a Pelay Pérez Correa por todos estos municipios. La preocupación de Ibn Mahfoth no sería la pérdida de lugares al otro lado del Guadiana, sino naturalmente la conquista de la tierra de Niebla y la proximidad de la misma a sus ciudades, Gibraleón, Huelva y la propia Niebla.

La situación interna del reino portugués vendría a dar un respiro a Niebla, aunque bien es cierto que por poco tiempo, pues por el lado contrario los castellanos conquistan Jaén e inician la ocupación del valle del Guadalquivir, lo que convertirá a Niebla en un estado tapón sujeto ya sólo a las apetencias y discordias de las coronas castellana y portuguesa, sin posibilidades de supervivencia a largo tiempo.

Las relaciones entre Castilla y Portugal se enturbiarían cuando Sancho II fue destronado por el Papa debido a sus malas relaciones con la Iglesia, y se abrió un periodo de guerra civil entre éste y su hermano, Alfonso III (1245). Falto de apoyos, Sancho II solicita la ayuda castellana para recuperar el trono, y Fernando III, preocupado por la conquista de

Jaén, delega el apoyo a su hijo Alfonso. A pesar de esto, Sancho II morirá exilado en Toledo en 1248, no sin antes haber premiado la ayuda castellana con la cesión de Mértola, Alfayate de la Peña y Ayamonte. Por esta razón Fernando III confirma en 1248 la posesión de Mértola, Alfayate de la Peña y Ayamonte a la Orden de Santiago (Anasagasti y Rodríguez, 1984).

Es decir, la zona que estamos estudiando se mantuvo en manos de la Orden de Santiago desde 1240 a 1248 y bajo soberanía portuguesa. Pero muerto Sancho II, Alfonso III intenta recuperar las plazas cedidas por su hermano, y como consecuencia de esto vuelve a ocupar Ayamonte en 1250, iniciándose a partir de este momento el denominado Conflicto del Algarbe sobre el dominio de las villas conquistadas por los portugueses y pertenecientes teóricamente al Reino de Niebla, vasallo de la corona castellana desde 1251. Pero la disputa se centró sólo en los territorios al Oeste del Guadiana y el Chançá.

Gracias a los acuerdos suscritos entre Alfonso X y Alfonso III en 1253 con la intervención del Papa Inocencio IV, Alfonso X cede a su hija Doña Beatriz la zona Oeste del Guadiana como dote por su casamiento con Alfonso III de Portugal. La zona Este, todavía reino musulmán de Niebla, se incorpora al concejo de Sevilla (Pérez Embid, 1975).

No conocemos si los terrenos cedidos por Sancho II de Portugal a la Orden de Santiago, y después confirmados por Fernando III de Castilla, pasaron al alfoz de Sevilla, o si, por el contrario, permanecieron en manos de la Orden de Santiago. Ayamonte estaría en manos de la Orden de Santiago hasta fines del siglo XIII (Ladero Quesada, 1976), y es posible que Alfayate de la Peña se incorporara al concejo de Sevilla.

A pesar de los acuerdos, Alfonso III potenció Mértola y Ayamonte, y quizás Alfayate

de la Peña. Según Anasagasti y Rodríguez estas amenazas portuguesas al recuperar sus conquistas llevarían a Alfonso X de Castilla a la conquista de Niebla «...*con el fin de potenciar la presencia castellana al Este del Guadiana.*» (Anasagasti y Rodríguez, 1984:13).

La conquista definitiva de Niebla por Alfonso X en 1262 originó un pacto entre ambos monarcas, y en el acuerdo de 1264 Alfonso X renunció a sus derechos sobre las tierras al Oeste del Guadiana. Estas cesiones se harían definitivas en el Tratado de Badajoz de 1267 (Pérez Embid, 1975).

Por lo que respecta a la zona de El Almendro/Villanueva de los Castillejos/El Granado, su población en época islámica hubo de ser escasa y gravitaba alrededor de dos núcleos de mayor importancia, como debieron ser Ayamonte y Alfayate de la Peña. Es posible que perteneciera al término de esta última. Desde 1240 a 1253 estaría en manos de la Orden de Santiago, que habría de conformarse con la custodia de los castillos de Alfayate de la Peña y Ayamonte, mientras que la población rural sería musulmana (mudejar). Con la concesión de ese territorio al concejo de Sevilla hubo de cambiar únicamente la tenencia del castillo de Alfayate de la Peña, pues Ayamonte estuvo ligado a la Orden de Santiago hasta fines del siglo XIII, momento en que lo venden a la casa de los Guzmanes (Ladero Quesada, 1976). En nada afectaría a la población musulmana, vasallos de Alfonso X por los acuerdos suscritos entre éste e Ibn Mahfoh. No creemos que en estos momentos se iniciara ningún tipo de repoblación cristiana.

A partir de la conquista de Niebla en 1262, la situación no cambiaría sustancialmente. No obstante, la documentación sobre la creación del Concejo de Niebla y la concesión del Fuero Real no ofrecen más datos sobre las aldeas de su término (Anasagasti y Rodríguez, 1984), salvo la de **Cambas**. Ello no supone lógicamente el inicio de la repoblación del ámbito rural, sino la organización de su territorio por el Fuero Real, «... *porque se yuzguen en todas las cosas todos comunalmente.*».

Es a este momento cuando Delgado Hernández (1891) asigna la repoblación de las aldeas de Palos, Moguer, Lucena, Bonares, Villarrasa, Rociana, Alfayate de la Peña, Alfayate de Sete, Portichuelo, Osma, Aldea Pintada, Pero Caro, Beas, San Benito del Alamo, Alcaría, Calañas, Villanueva de las Cruces, Paymogo, Alosno y otras. Estas aldeas formaron el territorio de Niebla en el siglo XIV, y el término que definen debe corresponder al territorio otorgado por Alfonso X a Niebla, pero es bastante dudoso que algunas de estas aldeas se fundaran tan temprano, pues no se vuelven a citar en documentos posteriores de la segunda mitad del siglo XIII, y si se citan, sin embargo, otras. Por otro lado, algunas de estas aldeas eran núcleos de población islámica, caso de Alfayate de la Peña (Roldán y Pérez, 1991) o Moguer (Valencia, 1993). Otras incluso no tenían ese nombre en la primera mitad del siglo XIV, como ocurre con Villarrasa, cuyo primitivo nombre fue La Torrecilla (Ladero Quesada, 1992). Lo más probable es que Delgado Hernández haya extendido atrás en el tiempo una situación de poblamiento propia de la Niebla de la segunda mitad del siglo XIV. La repoblación

rural de la tierra de Niebla con contingentes cristianos, a la que obedece Osma y otras aldeas, sería posterior, y en estos primeros momentos la población rural seguiría siendo musulmana, repartida, como nos comentan las fuentes, en alcárías, heredamientos y mezquitas.

El mantenimiento de la población musulmana pudo originarse por las dificultades demográficas, pues en el Repartimiento de Niebla, al otorgársele el fuero y la seña, el rey obligaba a los nuevos vecinos a una residencia en la villa (Niebla) de dos años como mínimo, pero en Julio de 1263 se vió obligado a reducir el plazo y autorizar a los nuevos pobladores la venta y compra libre de heredamientos, salvo a gentes de algunos puntos de Andalucía que estaban también repoblándose (Sevilla, Carmona, Morón, etc), para no detener de esta forma la repoblación de esos lugares (Ladero Quesada, 1992).

La repoblación de la propia villa ofrecía problemas, y no se comenta nada de su amplio territorio.

Un hecho de interés para la futura aldea de Osma fue la separación de Huelva y Gibraleón del termino de Niebla en 1264. El amojonamiento de las tres villas se llevó a cabo en 1267. En la división de los términos entre Niebla y Huelva, realizada con consejo de moros sabidores de la tierra y de los términos, se recogen topónimos claramente islámicos, como *mezquita Cabrera*, *mezquita de Bolumalia*, *mezquita de Abar*, *figuera de Alcabab*, etc. Anasagasti y Rodríguez (1984) piensan que de este documento se desprende la presencia de población musulmana en la zona rural, sin que esta población hubiera participado en la revuelta mudejar de 1264. Por el contrario, Ladero Quesada (1992) es de la opinión de que la dilatación de la separación de los términos entre las tres villas, desde 1264 a 1267, se debió a que tras la expulsión de la población musulmana fue necesario delimitar los concejos para favorecer la repoblación. Sin embargo, todavía en 1267 había moros conocedores del terreno.

Es muy posible que la población mudéjar permaneciera en las zonas rurales de Niebla después de 1264, habida cuenta de los problemas de repoblación. Así como continuaron existiendo algunos enclaves musulmanes, como Alfayat de la Peña y Ayamonte, otros lugares de origen musulmán pueden rastrearse en el documento de 1283, el privilegio otorgado por Alfonso X a favor de su hija Doña Beatriz de Guzmán haciéndole donación del señorío de Niebla y sus dominios (Amador de los Ríos, 1983). En él se nos dice: «...*Damosle por heredad después de nuestros días para en toda su vida la villa de Niebla con todo su regnado que es Gibraleón, Huelva, Saltes, Ayamonte, Alfayat de la Pena, Alfayat de Lete, con los otros lugares que son sus términos y lo fueron antiguamente...*».

Eran momentos ya en los que se había consumado la rebelión de su hijo Sancho, futuro Sancho IV, y la concesión de señorío a su hija Beatriz venía a ser un regalo en prueba de su lealtad, «...*catando el gran amor y verdadero, que fallamos en nuestra hija la muy honrada Doña Beatriz...*» (Amador de los Ríos, 1893).

Hasta ese momento la política desarrollada por Alfonso X en la tierra de Niebla se había centrado en favorecer la comunidad de pastos entre Niebla, Huelva, Gibraleón y Ayamonte, la reconstrucción de las fortalezas con el importe del montazgo, como ocurrió en Gibraleón en 1267, o las exenciones de portazgos a Niebla, Huelva y Gibraleón entre 1265 y 1266 (Ladero Quesada, 1992), medidas todas ellas encaminadas a favorecer la repoblación de estas villas. En este mismo sentido debe entenderse también la exención de montazgo, portazgo y el derecho de tránsito de ganados de los vecinos de Niebla y sus aldeas (Ladero Quesada, 1992).

Entre estas aldeas no se citan todavía ninguna de las que consideraba Delgado Hernández que habían sido fundadas por Alfonso X, entre ellas Osma. Todos los lugares y villas de Niebla, Gibraleón, Huelva, Alfayat de la Peña, Alfayat de Lete, y Ayamonte, eran asentamientos de origen islámico o anterior. Entre ellos no está situado Alfayat de Lete, nombre de origen musulmán como Alfayat de la Peña, pero este topónimo se encuentra dentro del término de El Granado como **Cabezo de Lete**, donde se encuentran los restos de una pequeña aldea medieval que acaso se correspondan con este despoblado.

Esta concesión vitalicia de la tierra de Niebla a Doña Beatriz no debió ser aceptada por Sancho IV, pues en 1284 confirmaba su pertenencia al concejo de Sevilla y reafirmaba los privilegios concedidos por Fernando III y Alfonso X, «...*y además de esto, como les da y otorga, por honra de la muy noble ciudad de Sevilla por términos.....y corro corre el agua del Guadalcarraque, y entra en Fraga-Muñoz, y como corre de Fraga-Muñoz, y entra en Guadiana, Quentos, Xerez y Badajoz, Monasterio de Solivar, Nedar, Torres, Castillo de Valera, Verganza, Cuerva, Montemoli,*

Sufre, Aracina, Alfayar del Campo, Almonaster, Cortegana, Aroche, Mora, Serpa, Ayamonte, Alfayar de la Peña, Andebalo, Castilrubio, Sobiel, Andadela, Castilmontegiel, Constantina, Tejada, Sanlúcar, Aznalcázar, Triana, Alcalá del Río, Guillena, Gerena, Alcalá de Guadaira, Alocaz, Villa Martín ...» (Amador de los Ríos, 1983).

De estas poblaciones y castillos nos interesa la existencia de otra Alfayat, Alfayat del Campo, que por el orden geográfico que sigue el texto sugerimos su situación e identificación con el despoblado de origen islámico de la Cerca Alta, en las inmediaciones del actual El Cerro de Andevalo (Pérez, Roldán, Funes y Lorca, 1987). El mantenimiento de aldeas de origen musulmán también podría confirmarse, además de los casos de los distintos Alfayat, en Andebalo, que aparece en otros documentos como Cabeza de Andévalo (Ladero Quesada, 1992), que debe corresponder al despoblado de origen islámico de **Cabeza de Andévalo** (Pérez, Roldán, Funes y Lorca, 1987), cuya dehesa boyal se delimitó en 1309 (Ladero Quesada, 1992). Otro tanto parece demostrarse en el lugar de Sobiel, que podría identificarse con el despoblado de **Cerro de la Castillejita**, junto al embalse del Calabazar y la mina de Sotiel, en término municipal de Calañas (Pérez, Roldán, Funes y Lorca, 1987).

No es en tiempos de Alfonso X cuando el concejo de Niebla prestó atención a la repoblación de su alfoz. Esta se llevaría a efecto sobre todo con la confirmación de los términos por Sancho IV en 1284, después de la cesión nominal de Niebla a Doña Beatriz. Testimonios de este afán repoblador de la tierra de Niebla se recogen en el minucioso trabajo de Ladero Quesada (1992), citándose entre otros Alcaría de Juan Pérez, Villanueva de Alfayat, Cabeza de Andévalo y Facanías. Estos intentos de repoblación los fomenta el

concejo de Niebla concediendo la exención de pechos concejiles durante diez años «...*porque ellos y ayan mayor sabor de venir y la sierra sea guardada y poblada...*» (Ladero Quesada, 1992).

Punto destacado de estos primeros ensayos de repoblación del ámbito rural de Niebla fue el intento de afianzamiento de la aldea de Los Castillejos, a la que se concedió dehesa en 1290. Ladero Quesada (1992) piensa que esta aldea puede tratarse de la futura Villanueva de los Castillejos, próxima a Osma, y cuya consolidación a lo largo del siglo XIV será un factor desencadenante del cambio de ubicación de Osma a El Almendro, por el proceso de señorialización de la zona onubense y a las aperturas territoriales de algunos señores.

Los esfuerzos de Alfonso X se centrarían particularmente en el repartimiento y repoblación de la villa de Niebla. Las aldeas de Niebla que se citan en este tiempo, Alfayat de la Peña, Alfayat de Lete, Alfayat del Campo, Sobiel, etc, serían pequeñas aldeas (qaryas) donde debió permanecer la población musulmana.

La repoblación de las tierras arrayanas del Andévalo y la *sierra de Niebla*, se iniciaría a partir de 1284 y se extendería hasta los primeros años del siglo XIV. Un reflejo de esta política auspiciada por Sancho IV puede encontrarse en la Banda Gallega, donde apoyó la repoblación con la construcción de castillos para ofrecer seguridad a los nuevos pobladores (Casquete del Prado, 1993; García Fitz, 1992).

Es en este momento cuando debe surgir Osma, aunque no se conozca ningún documento que lo confirme. Contemporánea debe ser también la repoblación de Palos, Lucena, Bonares, La Torrecilla (Villarrasa), Rociana, Portichuelo (Siete Barrios, Alosno), Pero Caro (término de Tigueros), Trigueros, Alcaría de Juan Pérez (Puebla de Guzmán), Villanueva de Alfayat, Facanías (Valverde del Camino), Calañas, Beas, San Benito del Alamo (término de Beas), Los Castillejos (Villanueva de los Castillejos), Cabeza de Andévalo (término de El Cerro de Andévalo) y Alcaría de la Vaca (término de Puebla de Guzmán).

Con respecto a Osma, como a otros lugares se le concedería dehesa boyal y término, que según el documento ordenando el traslado de la población a El Almendro coincidiría con el de éste, pues en el mismo se nos aclara «...*Otrosí, quiero e he por bien que los vezinos que poblaren e moraren en el dicho lugar de El Almendro ayan e tengan por suyos los términos e montes e pastos e cotos e dehesas e exidos e abrevaderos e todas las otras aguas manantes e corrientes y estantes e todas cosas yncluyan dentro de los límites e mojones de los términos del dicho lugar de Osma, e asy gozen e se aprovechen de todo ello los vezinos que fueron del dicho mi lugar de almendro, como gozavan e gozan e se aprovechan los vezinos que han ido e son del dicho lugar de Osma...*» (Bendala, Collantes, Falcón y Jiménez, 1992).

Este primer intento serio de repoblación de la tierra de Niebla tuvo sus fracasos. Si bien en el caso de Osma el enclave tuvo éxito y pervivió, no ocurrió

lo mismo con Portichuelo, Cabeza de Andévalo o Los Castillejos. Un intento de repoblación de los primeros daría lugar a nuevas pueblas en sus alrededores, Alosno y Cabezas Rubias, a fines del siglo XIV o principios del XV, bajo las nuevas condiciones jurisdiccionales del señorío de los Guzmanes sobre Niebla. En otro caso, como la Alcaría de Juan Pérez, la situación era tan precaria en el siglo XV que los Condes de Niebla hubieron de otorgarle una nueva carta puebla que originaría Puebla de Guzmán (Núñez Roldán, 1985).

La repoblación de Los Castillejos fracasaría, pero se volvería a repoblar en el siglo XIV merced a la política expansionista del señorío de Gibrleón, que fagocitó una parte de la tierra de Niebla ante la impotencia de su concejo. Este es un hecho clave para la futura historia de Osma y merece ser analizado con más detalle.

La vida económica de los primeros años de Osma giraría en torno al aprovechamiento pastoril de sus dehesas, y a tenor del nombre de la población esta procedería de tierras castellano-sorianas, coincidiendo en este caso el origen de la población con lo conocido en los repartimientos de Sevilla (González, González, 1951) y Jerez de la Frontera (González Jiménez y González Gómez, 1990). Al éxito de esta repoblación contribuiría especialmente su situación aneja al llamado Camino de la Raya, eje de comunicación de Niebla y la Tierra Llana de Huelva con la vecina Portugal a través de Mértola; el origen medieval de este camino está asegurado por una serie de fortalezas que jalonan su recorrido hasta la misma Rivera de Chança. Así en el siglo XVIII la relación y proximidad con Portugal era un factor determinante en la vida económica de El Almendro, «...la principal entrada es el tráfico de harriería, especialmente con Portugal, trayendo pieles y cera para labrarla y conducir a venderla a otras partes...» (Bendala, Collantes, Falcón y Jiménez, 1992).

Aunque en época islámica las relaciones entre Alfayt de la Peña y Mértola fueron intensas (Macías, 1996), parece ser que en época bajomedieval la creación de Osma y el nacimiento de este nuevo camino, pudo perjudicar a Alfayt de la Peña y de ahí su precaria situación y despoblación a lo largo del siglo XV.

Son insuficientes, por no decir inexistentes, los datos documentales sobre Osma a lo largo de los siglos XIV y XV. Su fundación tampoco aparecía de manera expresa en la documentación publicada, pero a través de la confrontación de la documentación conocida, es posible aventurar el surgimiento de este enclave a fines del siglo XIII, entre los años 1284-1290. Las conclusiones que se desprenden de nuestros trabajos arqueológicos tampoco ayudan a confirmar esta cuestión, a la que sólo podremos contribuir con la excavación del yacimiento, labor imprescindible para solventar el escaso ruido que produjo este asentamiento a fines del siglo XIII en los inicios de su repoblación.

Pero lo cierto y verdad, tal como hemos señalado, es que fue uno de los enclaves que remontó la crisis poblacional y los problemas de repoblación que afectaron al concejo de Niebla desde su misma fundación.

OSMA Y EL CAMINO DE LA RAYA

A comienzos del siglo XIV el concejo de Niebla había repoblado la Sierra de Niebla con la creación de dos aldeas, Osma y Los Castillejos. Ambas se situaban sobre el **Camino de la Raya**, y este sería con toda probabilidad el motivo de sus localizaciones.

El proceso de señorialización de la Tierra Llana de Huelva fue gravoso para el débil concejo de Niebla. Y con relación a la Sierra de Niebla un hecho de capital importancia para Osma fue la concesión del señorío de Gibrleón a D. Alfonso de la Cerda. La donación de Gibrleón como señorío tuvo su origen en que D. Alfonso de la Cerda era hijo mayor del infante D. Fernando, primogénito de Alfonso X, muerto prematuramente. En el periodo de la minoría de Fernando IV obtuvo una donación de señoríos y bienes raíces por valor 400.000 marcos plata a cambio de su renuncia a los derechos al trono. La entrega del señorío de Gibrleón se cifró en 20.000 marcos y se hizo efectiva en 1306 (Ladero Quesada, 1992).

La presencia de los Cerda en Gibrleón ha sido comentada de una forma realista por Ladero Quesada: «...el poder señorial del de la Cerda era más amplio de lo habitual en estos casos, lo que no dejaría de manifestarse en sus actuaciones y en las de su hijo Juan o Juan Alonso, a quien cedió el señorío de Gibrleón en 1320...» (Ladero Quesada, 1992:38).

A los problemas de repoblación de la Sierra de Niebla se unía ahora la presión de los señores de Gibrleón, cuyo poder aprovecharía esta debilidad económica y demográfica del concejo de Niebla para apoderarse de parte de sus tierras. Los intereses de los nuevos señores de Gibrleón por favorecer la repoblación y riqueza de Gibrleón se manifiestan claramente en las disposiciones sobre la misma, concesión de feria, renuncia

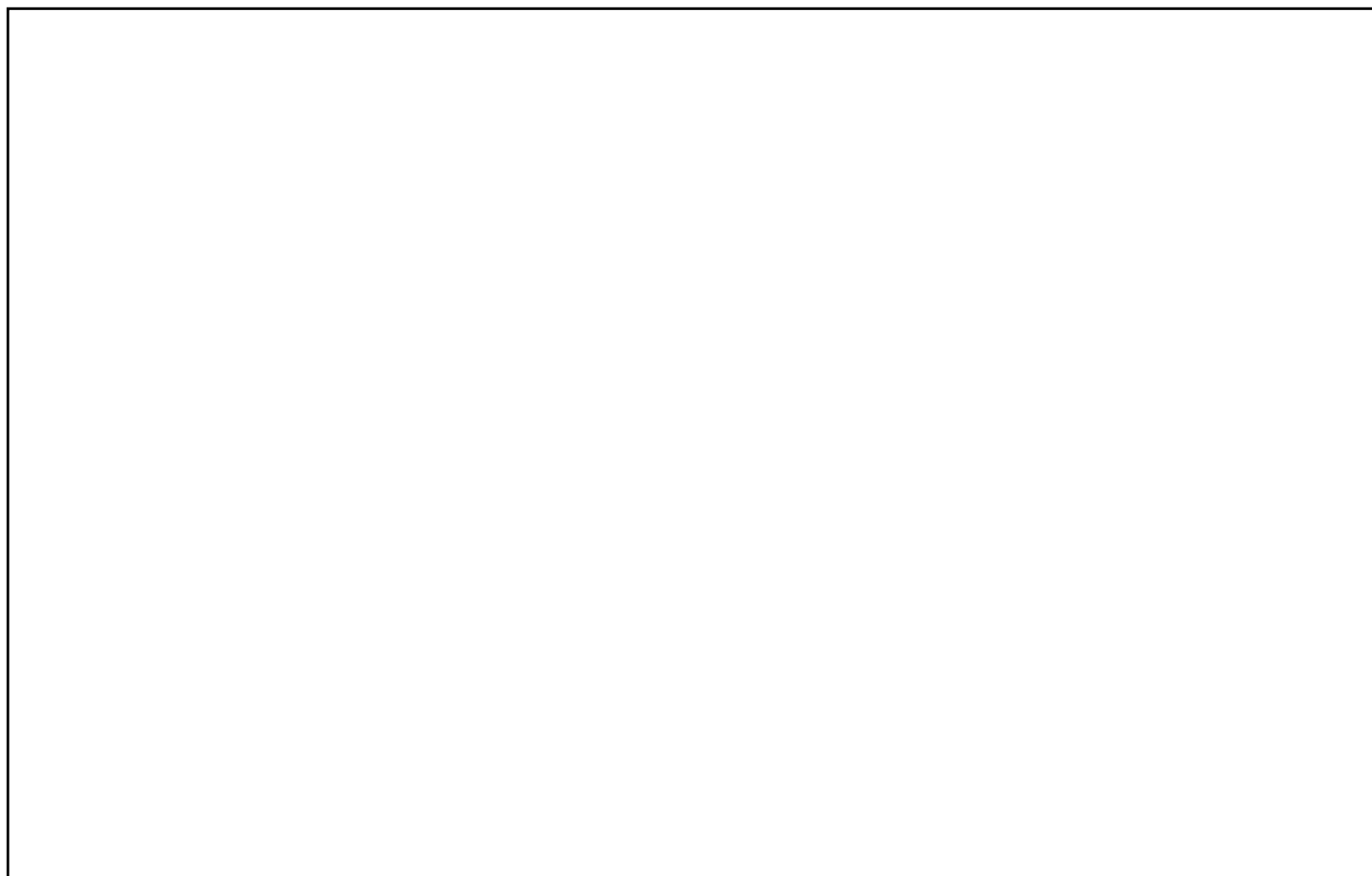


Fig. 1 — Camino de la Raya y Camino del Duque.

al monopolio señorial sobre molinos y azeñas, etc. (Ladero Quesada, 1992).

La presencia de Juan Alonso de la Cerda en Gibraleón supuso una política de consolidación y expansión del señorío. Uno de los puntos de conflicto con el concejo de Niebla se refiere a los lugares relacionados con el Camino de la Raya, una importante fuente de ingresos que no escapó a las apetencias de los señores de Gibraleón. D. Juan Alonso de la Cerda se apoderó del *Puerto de Angalame*, donde estableció casa — ¿ fuerte ? — y barca, y requisaba las acémilas de los vecinos de Niebla y Portugal, justificándolo por el impago de la Roda de Gibraleón (Ladero Quesada, 1992).

Ladero Quesada (1992), quien nos informa de este conflicto, cree que este Puerto de Angalame debe referirse a la futura Sanlúcar de Gadiana. De la prospección que nosotros hemos realizado del Camino de la Raya, tal punto debe corresponder con el paso del Chanza a la altura del **Castelo de Malpianes** y **Castelo Chico**, dos fortalezas del siglo XIV y XV, que harían las funciones de aduana en la misma frontera con Portugal. El valor estratégico de este punto y este camino hubo de mantenerse hasta bien entrado el siglo XX, pues junto a esos castillos se construyó a principios de siglo una pequeña Caseta de Carabineros (figura 1).

Nuestras razones para proponer que Angalame pueda corresponder a ese lugar se cifran sobre todo en la constatación de la política defensiva desarrollada por Juan Alonso de la Cerda a lo largo de todo este camino, pues conocemos que por su iniciativa se construyó el **Castillo del Castro**, próximo a Villanueva de los Castillejos/El Almendro, en el **Cerro Pie del Castillo**, donde acertadamente lo localiza Ladero Quesada (1992:55). A estos mismos propósitos debe responder la torre-atalaya bajo-medieval que se encuentra en el **Cerro de la**

Atalaya, sobre el mismo Camino de la Raya, en término municipal de El Granado (figura 1).

El castillo de Pie del Castillo, en término municipal de El Almendro, debe corresponder a esta época e identificarse con el Castillo del Castro, pues en las Ordenanzas de 1504 para el Condado de Niebla, Osma no tenía fortaleza, ya que contribuía al mantenimiento del Castillo del Aguila en Alfayat de la Peña (Galán Parra, 1986 y 1990).

Las quejas del concejo de Niebla no se hicieron esperar y en 1339 se aviene a la realización de nuevos amojonamientos con Niebla en la zona más cercana a la raya con Portugal. Pero no hubo acuerdo, pues el señor de Gibrleón no estaba dispuesto a perder los puertos por los que efectuaba el comercio con Portugal (Ladero Quesada, 1992).

La repoblación de las nuevas tierras requisadas al alfoz de Niebla tuvo su punto culminante en la aldea de Los Castillejos, donde D. Juan Alonso de la Cerda aplicó por propia autoridad el derecho de asilo a delincuentes (homiciados) para poblarlo, y en 1336 nombra ya alcaldes y alguacil. Las reclamaciones de Niebla resultaron infructuosas, y Los Castillejos permanecerían en término del señorío de Gibrleón (Ladero Quesada, 1992). D. Juan Alonso de la Cerda no se contentó con controlar el Camino de la Raya en zona más cercana a Portugal, sino de otros puntos estratégicos en este camino, como **La Alcolea**, **Fuente Gonzalo** y **Fuente del Tejar** (Ladero Quesada, 1992).

Ante este conflicto, el rey Alfonso XI ordenó un nuevo amojonamiento entre ambas villas en 1337, pero los desacuerdos continuaron hasta que el propio rey resolvió la entrega de Beas y Trigueros a Gibrleón en 1342 (Ladero Quesada, 1992).

Niebla sólo pudo recuperar los términos de Beas y Trigueros cuando al morir D. Juan Alonso de la Cerda sin herederos, Alfonso XI ordenó a sus albaceas la venta de Beas y Trigueros, y el concejo de Niebla, también por iniciativa de Alfonso XI, se apresuró a comprarlas en 1246, pagando en dos plazos su valor (García Fernández, 1986).

Sólo ya en tiempos de Pedro I pudo recuperar el cobro del almojarifazgo en el Puerto de Angalame (Ladero Quesada, 1992). Esta sentencia puede explicar la existencia de dos castillos en el puerto del Chança, donde hemos reducido su emplazamiento. Puede interpretarse que el primero de ellos, el denominado Castelo Chico, debe corresponder a la casa mandada construir por D. Juan Alonso de la Cerda, mientras el otro, Castelo de Malpianes, apenas cien metros separado del anterior, pudo ser erigido por el concejo de Niebla después de la recuperación de las tasas que se pagaban en el puerto. De otra manera no puede entenderse la construcción de dos fortalezas tan cercanas.

Con la confirmación final de los privilegios de Gibrleón en 1348, la aldea de Osma veía definitivamente cercenado una parte sustancial de su término, aunque, al menos, recuperó parte del control sobre el Camino de la Raya, que de ahora en adelante serviría de límite divisorio de las tierras de Niebla y

Gibrleón en esta parte de la sierra. Más peligroso sería no obstante la consolidación de una antigua aldea de Niebla, Los Castillejos, que ahora en manos de Gibrleón, cuya repoblación había fomentado, le disputaría los beneficios económicos que reportaba el tráfico por este camino. Era si cabe más grave, por cuanto a partir de Osma este camino era controlado militarmente por Gibrleón con las torres de **La Atalaya**, **la Alcolea**, etc.

De tal manera que Niebla pudo conjurar las anexiones de Beas y Trigueros, e incluso volver a disputar a Gibrleón el aprovechamiento del Camino de la Raya, pero en realidad, salvo el cobro de la roda en el Puerto de Angalame, Niebla perdió toda posibilidad de fiscalización sobre el camino.

Estas disputas entre los señores de Gibrleón y el concejo de Niebla afectarían en gran manera a la aldea de Osma, que además de perder parte de su término, se encontraría rodeada de fortalezas pertenecientes a los señores de Gibrleón, como el ya señalado Castillo del Castro. Y en consecuencia Osma hubo de buscar apoyo en las vecinas aldeas de Niebla, entre ellas la mejor protegida Alfayat de la Peña, donde se encontraba el Castillo del Aguila (Roldán y Pérez, 1991), a cuyo mantenimiento todavía contribuía en los inicios del siglo XVI (Galán Parra, 1986). Sobre el transcurso de estas buenas relaciones mutuas de protección debió surgir la leyenda que emparenta a la Virgen de Piedras Albas, patrona de Osma, y la Virgen de la Peña, «...*De Ayamonte somos, en la pérdida de España nos pusieron aquí unos devotos, toma una de estas imágenes y llévala al Castillo del Aguila y otra déjala para amparo de esta tierra...*» (González y Carrasco, 1992:446).

No podemos conocer la verdadera envergadura del impacto que sobre la economía de Osma tendrían estos hechos, aunque cabe

sospechar que no serían demasiado dramáticas, pues la aldea no se despobló. Es de suponer que por su situación como primera y última mansión en el camino de salida y entrada en Portugal, todavía pudiera optar a una parte de la riqueza generada por el camino. De igual forma, sería también un aliciente para Los Castillejos, que se consolidó en unos momentos de graves recesos demográficos ocasionados por las frecuentes epidemias de peste.

EL CONDADO DE NIEBLA Y EL TRASLADO DE OSMA

En la segunda mitad del siglo XIV Niebla dejó de ser tierra realenga para convertirse en un poderoso Condado perteneciente a la familia de los Guzmanes, antiguos señores de Sanlúcar de Barrameda, Vejer, Ayamonte, Lepe, La Algaba y las Almadrabas (Barrantes Maldonado, 1857).

A resultas de la guerra civil entre Pedro I y su hermano Enrique se produjo el triunfo del segundo, coronado como Enrique II, favorecido por el apoyo de una parte importante de la nobleza. Las relaciones familiares y los servicios prestados a la causa de Enrique II por Juan Alonso de Guzmán, «... *considerando el deudo grande que nos tenemos...*» (Barrantes Maldonado, 1857), estuvieron en el origen de esta donación.

Los nuevos Condes de Niebla intentaron relanzar la maltrecha economía de Niebla y favorecer una mejor explotación de sus territorios. Para conseguirlo promovieron una segunda fase de repoblación de la tierra de Niebla, promoviendo la consolidación de sus aldeas más que de la villa misma (Ladero Quesada, 1992). Así sucedió con la Torrecilla, que paso a denominarse Villarrasa, y Rociana. En el Andévalo son significativos los casos

de Fuentecubierta, El Hornillo y los Palacios, en los alrededores de Santa Bárbara de Casa y Cabezas Rubias (Collantes de Terán, 1987). A la Alquería de Juan Pérez se le otorgó nueva carta puebla y privilegios en un intento de repoblarla, tomando desde entonces el nombre de Puebla de Guzmán, y se abandonó definitivamente Alfayat de la Peña a mediados del siglo XIV (Collantes de Terán, 1987; Núñez Roldán, 1985). Una circunstancia similar debió ocurrir con la consolidación del Alosno y el abandono de Portichuelo.

Los intereses de los Condes de Niebla en el tráfico con Portugal quizás están detrás de la compra del pequeño señorío de la Alquería de la Vaca, un pequeño núcleo en pleno corazón del territorio de Alfayat de la Peña, cuyo origen se desconoce (Ladero Quesada, 1992), acaso surgido en la primera mitad del siglo XIV, en el momento de mayor presión señorial sobre la tierra realenga de Niebla.

Otras aldeas que se vieron favorecidas por la nueva política señorial fueron Villanueva de las Cruces y Facanías, que pasaría a llamarse Valverde del Camino (Ladero Quesada, 1992).

Nuevos tiempos para la tierra de Niebla, que bajo el dominio de los Condes de Niebla viviría un nuevo impulso repoblador y una mayor seguridad de sus términos de la que había podido conseguir el concejo de Niebla, agobiado e impotente antes las apetencias de los señores de Gibrleón.

Pero la segunda mitad del siglo XIV no sólo significó un cambio para la tierra de Niebla. Su enemigo poderoso, el señorío de Gibrleón, experimentará cambios que seguirán afectando al normal desarrollo de la Sierra de Niebla. Después de la muerte de Juan Alonso de la Cerda, Enrique II cedió Gibrleón a Alvar Pérez de Guzmán, pero en tiempos de Juan I Isabel, heredera de los de la Cerda, hizo valer sus derechos y se le concedió Huelva y Gibrleón. A partir de este momento se inició un contencioso con los Guzmanes que terminaría a comienzos del siglo XV con un nuevo reparto, Huelva para los de la Cerda y Gibrleón para Isabel de Guzmán, mujer de Pedro de Stuñiga. Gibrleón se incorporaría así a las tierras señoriales de los Stuñigas, que suponía, como en el caso de la Niebla de los Guzmanes, una nueva época, cuya política se dirigió a la repoblación de aldeas y a la fundación de nuevos lugares (Ladero Quesada, 1976). El señorío de Gibrleón se preocupó por el fomento de los puertos y de las actividades relacionadas con el mar, a las que se relacionan las fundaciones de San Miguel de Arca de Buey (El Rompido), Cartaya y Sanlúcar de Alcázar (Sanlúcar del Guadiana), y, de nuevo, a la recuperación del control del Camino de la Raya, favoreciendo a la aldea de Los Castillejos, llamada a partir de ahora Villanueva de los Castillejos, y fundando el nuevo lugar de El Granado a comienzos de la segunda mitad del siglo XV (Collantes de Terán, 1987).

A pesar de los beneficios de la nueva política de los Guzmanes, Osma veía peligrar otra vez el escaso dominio que aún mantenía sobre el Camino de la Raya, pues a pesar de mantener Niebla los derechos de almorjafazgo sobre el puerto del Chança, la nueva creación de El Granado venía a significar la pérdida

total de control sobre el mismo. Si Osma era la primera localidad y última de este camino con Portugal, la ubicación de la nueva aldea de El Granado, sobre el mismo Camino de la Raya e incluyendo las casas-fuertes del mismo en su territorio, era un duro golpe a su economía. Por otro lado, tampoco se nos escapa que la promoción de Villanueva de los Castillejos iba dirigida a asegurar el control sobre el camino. En este sentido, los Stuñiga no hicieron sino consolidar y afianzar las mejoras conseguidas por los de La Cerda en el siglo XIV.

No consta, pero no sería extraño que la atención dedicada por los Guzmanes a la Puebla de Guzmán (Núñez Roldán, 1985), tuviera alguna relación con esta nueva situación, en un intento de controlar las relaciones con Portugal. Aunque debería existir un camino entre Alfayt de la Peña y Mértola, a partir de este momento se incrementarían las comunicaciones de Niebla con Mértola a través de Puebla de Guzmán en detrimento del Camino de la Raya que pasaba por Osma. Este camino de Puebla de Guzmán a Mértola aparece con el topónimo de **Camino del Duque**, nombre que nos informa que la atención sobre él no se produjo con los primeros Condes de Niebla, sino cuando los Guzmanes añadieron a sus títulos el de Duques de Medina Sidonia, a partir de mediados del siglo XV, fecha que coincide con todos los hechos narrados anteriormente.

No parece que hubiera disputas entre los señores de Gibraleón y los Condes de Niebla por el Camino de la Raya. El interés mostrado por los Guzmanes en la Alcaría de Juan Pérez quizás se explique por un intento de consolidar y favorecer un nuevo camino con Portugal que atravesará por tierras que controlaban, y el desinterés por el Camino de la Raya pudo mover a los Stuñigas a intentar un mayor control sobre el mismo con la creación de El Granado y la promoción de Villanueva de los Castillejos.

Estos nuevos avatares de la segunda mitad del siglo XV venían a continuar la evolución que se inició en la zona en el siglo XIV, dividicando los poderosos señoríos de Stuñigas y Guzmanes sus intereses en relación al comercio con Portugal, evitando de este modo la larga confrontación entre los primeros señores de Gibraleón, los de la Cerda, y el concejo de Niebla. Cada señorío tenía ahora su propia línea de comunicación con Portugal, el Camino de la Raya para Gibraleón y el Camino del Duque para Niebla.

Solucionado de este modo, por la fuerza de los hechos, el viejo problema del Camino de la Raya, las posibilidades económicas de Osma se vieron sensiblemente reducidas. Su posición se encontraba excéntrica a la comunicación entre Puebla de Guzmán y Niebla, mientras Villanueva de los Castillejos se había convertido en el verdadero nudo de esos dos caminos.

Es este panorama en el que a nuestro juicio hay que encuadrar el traslado de la población desde Osma al lugar de El Almendro, sitio donde esta nueva población podía contrarrestar al enclave de Villanueva de los Castillejos. Si el traslado de la población se hubiera producido por la insalubridad del lugar de Osma, como nos comenta la carta del Conde de Niebla al ordenar el traslado, entendemos que ese traslado hubiera sido paulatino y por propia iniciativa de

los pobladores de Osma, y no por imposición ducal. No se habría producido tampoco el preciso lugar aldeaño a Villanueva de los Castillejos, en el lugar por donde pasaba el Camino de Puebla de Guzmán a Niebla, que contribuiría al aumento de roces con Villanueva de los Castillejos, de la que lo separaba una calle, el Camino de la Raya.

Estas intenciones del Conde Niebla y Duque de Medina Sidonia se traslucen en la carta ordenando el traslado de la población, «...*Por quanto soy ynformado que el mi lugar de Osma, que es en el mi Campo de Andévalo, término y jurisdicción de la mi villa de Niebla, no está bien fundado en el sitio donde está, asy para la salud de los vezinos como para el aprovechamiento e acrecentamiento del, e que estará muy mejor en el sitio do dizen el agua del Almendro, que es término de la mi dicha villa de Niebla, cerca del camino real por donde van los recuerdos desde mi lugar de Puebla de Guzmán al lugar del Castillejo, que es término de la villa de Gibraleón. Por ende, es mi voluntad que la población que agora está en el dicho lugar de Osma se mude o pase al dicho sitio de Almendro, e por esta mi carta doy licencia para ello...*» (Bendala, Collantes, Falcón y Jiménez, 1992).

Pero lo que era una licencia se convertía unos parrafos más adelante en una exigencia y obligación: «...*Otrosi, es mi voluntad que los vezinos que al presente biven en el dicho lugar de Osma se muden e pasen con sus casas a bevir al dicho lugar de Almendro dentro de un año de la fecha desta mi carta, e los que en el dicho tiempo no se mudaren como dicho es, mando que no gozen de las libertades ni franquicias que fasta aquí gozavan por razón de ser vezinos del dicho lugar de Osma, porque mi voluntad es que en él no hay poblazon alguna, e que se pasen todos a bevir al dicho lugar de Almendro...*» (Bendala, Collantes, Falcón y Jiménez, 1992).

La supuesta filantropía del duque escondía intereses no reconocidos.

El cambio de ubicación no sólo era beneficioso para los intereses de la Casa de Medina Sidonia. Los habitantes de Osma podrían volver a recuperar los beneficios de la relación con Portugal, y muestra de esto es que la población de El Almendro tuvo en la Edad Moderna como uno de sus principales sostenes económicos la transformación de productos llegados de Portugal (cera) y el tráfico con ésta (Bendala, Collantes, Falcón y Jiménez, 1992).

En resumen, si Osma nació y se sostuvo gracias a su inmejorable situación en el Camino de la Raya, mientras en otros lugares de Niebla los intentos de repoblación vivieron momentos críticos, la pérdida del control de este camino por parte del débil concejo de Niebla frente al señorío de los de la Cerda de Gibrleón, un nuevo impulso dado a las relaciones con Portugal por los Condes de Niebla y Duques de Medina Sidonia, y el potenciamiento de Puebla de Guzmán y el Camino del Duque, motivó su cambio de ubicación para hacer frente a la privilegiada situación de Villanueva de los Castillejos.

BIBLIOGRAFIA

- AMADOR DE LOS RIOS, R. (1983) — *Huelva*. Barcelona.
- ANASAGASTI, A. Y RODRIGUEZ, L. (1984) — *Niebla en la época de Alfonso X*. Huelva.
- BARRANTES MALDONADO, P. (1857) — «Ilustraciones de la Casa de Niebla». *Memorial Histórico Español*, IX y X. Madrid.
- BAZZANA, A. y CRESIER, P. (1989) — *Saltés (Huelva). Une ville médiévale d'Al-Andalus*. Madrid.
- BENDALA GALAN, M. (1987) — «Ab ostio fluminis Anae...». *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*, 13/14, vol. II. Madrid.
- BENDALA, M., COLLANTES DE TERAN, A., FALCON, T. y JIMENEZ, A. (1992) — *El Almendro*. Huelva.
- BENDALA, M., GOMEZ, F. y CAMPOS, J. M. (1997) — «El tramo de la calzada Praesidio-Ad Rubras del I.A. 23». *II Congreso de Arqueología Peninsular*. Zamora.
- CASQUETE DEL PRADO, N. (1993) — *Los castillos de la Sierra Norte de Sevilla en la Baja Edad Media. Aproximación Histórica*. Sevilla.
- COLLANTES DE TERAN, A. (1977) — «Nuevas poblaciones del siglo XV en el Reino de Sevilla». *Cuadernos de Historia*, 7. Madrid.
- DELGADO HERNANDEZ, A. (1891) — «Bosquejo histórico de Niebla». *Boletín de la Real Academia de la Historia*, XVIII. Madrid.
- DOMERGUE, C. (1987) — «Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique». *Serie Archaeologie*, VIII. Madrid.
- GALAN PARRA, I. (1986) — «Regímenes municipales y poder señorial. Las ordenanzas de 1504 para el Condado de Niebla y el Ducado de Medina Sidonia». *Huelva en su Historia*, 1. Sevilla.
- (1990) — «Las ordenanzas de 1504 para Huelva y el Condado de Niebla». *Huelva en su Historia*, 3. Huelva.
- GARCIA, J. C. (1984) — «Alfajar de Pena. Reconquista e Repovoamento no Andévalo do século XIII». *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto.
- GARCIA FERNANDEZ, M. (1986):» Breves notas sobre el Concejo de Niebla en tiempos de Alfonso XI». *Huelva en su Historia*, 1. Sevilla.
- GARCIA FITZ, F. (1992):» Conflictos jurisdiccionales, articulación territorial y construcciones militares a fines del siglo XIII en el alfoz de Sevilla. La Sierra de Aroche». *Archivo Hispalense*, 230. Sevilla.
- GONZALEZ GOMEZ, J. M. y CARRASCO TERRIZA, M. J. (1992) — *Escultura mariana onubense*. Huelva.
- GONZALEZ Y GONZALEZ, J. (1951) — *El Repartimiento de Sevilla*. Madrid.
- GONZALEZ JIMENEZ, M. (1997) — «Repoblación y frontera en la zona onubense. Siglos XIII-XV». *Huelva en el siglo XV. Veinte años después*. Huelva.
- GONZALEZ JIMENEZ, M. y GONZALEZ GOMEZ, A. (1990) — *El libro de repartimiento de Jerez de la Frontera. Estudio y edición*. Cádiz.
- HERNANDEZ, F. (1963) — «Buwayb=bued=Cabeza del Buey». *Al-Andalus*, 28. Madrid.
- LADERO QUESADA, M. (1976) — «Los señoríos medievales onubenses». *Huelva en la Andalucía del siglo XV*. Huelva.
- (1977) — «Los señores de Gibrleón». *Cuadernos de Historia*, 7. Madrid.
- (1992) — *Niebla, de Reino a Condado*. Huelva.
- MATTOSO, J. (1986) — «As relações de Portugal com Castela no Reinado de Alfonso X o Sabio». *Estudes Medievais*. Porto.
- (1993) — «A monarquia feudal (1096-1480)». *Historia de Portugal*, II. Lisboa.
- MACIAS, S. (1996) — *Mertola Islámica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcázoba (séculos XII-XIII)*. Mértola.
- NUÑEZ ROLDAN, F. (1985) — *La vida rural en un lugar del señorío de Niebla. La Puebla de Guzmán (siglos XVI al XVIII)*. Huelva.
- PEREZ EMBID, F. (1975) — *La frontera entre los Reinos de Sevilla y Portugal*. Sevilla.
- PEREZ MACIAS, J. A. (1997) — *La producción de metales en el Cinturón Ibérico de Piritas durante la Prehistoria y la Antigüedad*. Huelva.
- PEREZ, J. A., ROLDAN, F., LORCA, J. A. y FUNES, A. (1987) — «Avance al estudio de los recintos fortificados islámicos del Andévalo onubense y su origen norteafricano». *Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*, II. Ceuta.
- ROLDAN CASTRO, F. (1993) — *Niebla musulmana (s. VIII-XIII)*. Huelva.
- ROLDAN, F. y PEREZ, J. A. (1991) — «En torno a la ubicación de Alfayate de la Peña». *Homenaje al Prof. Jacinto Bosch Vila*. Granada.
- VALENCIA, R. (1993) — *La Huelva Árabe. Antología de Textos*. Huelva.

A ALCÁÇOVA DA CIDADE DA GUARDA — PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO

LÍDIA FERNANDES*

EMANUEL CARVALHO**

TERESA JULIÃO**

Os resultados que agora apresentamos são consequência da intervenção arqueológica realizada na cidade da Guarda durante o mês de Outubro de 1995. Dos trabalhos então realizados circunscrevemo-nos, no presente texto, aos dados respeitantes ao antigo traçado da alcáçova do castelo, traçado esse que se encontrava, até ao momento, totalmente desconhecido. Estas novas informações foram obtidas quer através de sondagens arqueológicas, quer através de uma limpeza da área envolvente da Torre de Menagem, tal como indicaremos em texto no que respeita à metodologia adoptada¹.

1. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

O «Projecto de Recuperação e Valorização da Torre de Menagem e Envolvente» da cidade da Guarda, solicitado pela Câmara Municipal, deu origem a um projecto de arquitectura que procurou, mais do que uma alteração e introdução de novos elementos, a valorização do património construído e o recurso às potencialidades, arquitectónicas e naturais, pré-existentes.

Foi dentro destes parâmetros, que se entendeu a introdução da componente arqueológica no próprio projecto de arquitectura. Funcionando como salvaguarda

legal para possíveis vestígios a surgirem em áreas de protecção de edifícios classificados, a importância da vertente arqueológica insidiu, essencialmente, no facto de o achado de testemunhos importantes, tratando-se de estruturas, poderem sofrer um aproveitamento museológico de forma a integrar projecto de arquitectura.

O passado pouco conhecido da Guarda, se bem que esclarecido documentalmente em relação a algumas épocas, completar-se-á, seguramente, por uma intervenção arqueológica programada. A inexistência de intervenções deste tipo, consideradas enquanto intervenções em área, dentro do antigo perímetro citadino, tornam ainda mais aliciante esta investigação, a qual, no entanto, deu já frutos no que respeita à bem conhecida estação arqueológica da Póvoa do Mileu, também ela classificada², ou ainda em relação a algumas intervenções pontuais que o I.P.P.A.R. tem vindo a realizar³. O projecto de salvaguarda e valorização da área do Castelo pressupõe, essencialmente, uma

* Arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa (Divisão de Museus — Museu da Cidade).
Directora do Projecto Arqueológico da Área Envolvente da Torre de Menagem da Guarda.

** Técnicos de Arqueologia do I.P.P.A.R. Elementos da equipa do P.A.A.E.T.M.G.

requalificação de toda a zona, com vista a um aproveitamento múltiplo do próprio espaço existente.

A intervenção até agora realizada, levada a cabo durante o mês de Outubro de 1995, integrou-se numa fase preliminar dos trabalhos de arqueologia, tal como definido no projecto de arquitectura relativo à valorização e salvaguarda da Torre de Menagem e área envolvente. Os trabalhos até agora efectuados corresponderam a um levantamento preliminar em algumas das áreas que, pelo estabelecido no projecto mencionado, incluíam alteração do subsolo. A sua localização em zona de protecção, abrangida pela existência de um monumento classificado, como o é a Torre de Menagem (M.N., Decreto de 16/6/1910; Decreto nº 38 147 de 5/1/1951), obrigou a que a intervenção arqueológica se debruçasse, preferencialmente, em áreas onde a alteração do terreno pudesse colidir com a existência de vestígios arqueológicos.

O estado de abandono e de degradação em que se encontrava o local, obrigou a uma limpeza e, pontualmente, a um desentulhamento de algumas zonas, a fim de restituir a paisagem ao seu estado original.

Essa limpeza e desentulhamento implicaram uma prospecção arqueológica, uma vez que, e apesar de o afloramento rochoso se encontrar praticamente à superfície, a área junto à Torre de Menagem, bem como junto a alguns troços da muralha, dita Fernandina (parte Sul do Jardim Telles Vasconcelos), poder ocultar, subterrâneamente, alguns vestígios arqueológicos.

O objectivo era, pois, a realização de sondagens de prospecção, as quais permitissem efectuar um levantamento rápido da ocupação do local, de modo a permitir uma leitura coerente da possível existência de vestígios arqueológicos no espaço envolvente da Torre de Menagem.

2. METODOLOGIA ADOPTADA

A metodologia adoptada na intervenção arqueológica pautou-se essencialmente, por três parâmetros:

- 1 — por um lado procurou-se que a intervenção se realizasse o mais rapidamente possível, uma vez que qualquer vestígio arqueológico que surgisse, e caso o seu interesse justificasse uma integração museológica, pudesse ser contemplado no próprio projecto de arquitectura. Integrado neste objectivo, a área junto à Torre de Menagem era o local prioritário a intervencionar, ainda que outros suscitasse também o mesmo tipo de actuação, como seria o caso do Largo das Freiras.
- 2 — a realização de valas de sondagem, localizadas em locais onde o projecto de arquitectura implicasse a remoção de terras.
- 3 — o acompanhamento dos trabalhos de arquitectura, programados para uma fase posterior, já que os mesmos somente se processarão quando se der início aos trabalhos de remoção de terras e realização concreta do projecto global de valorização da área em causa.

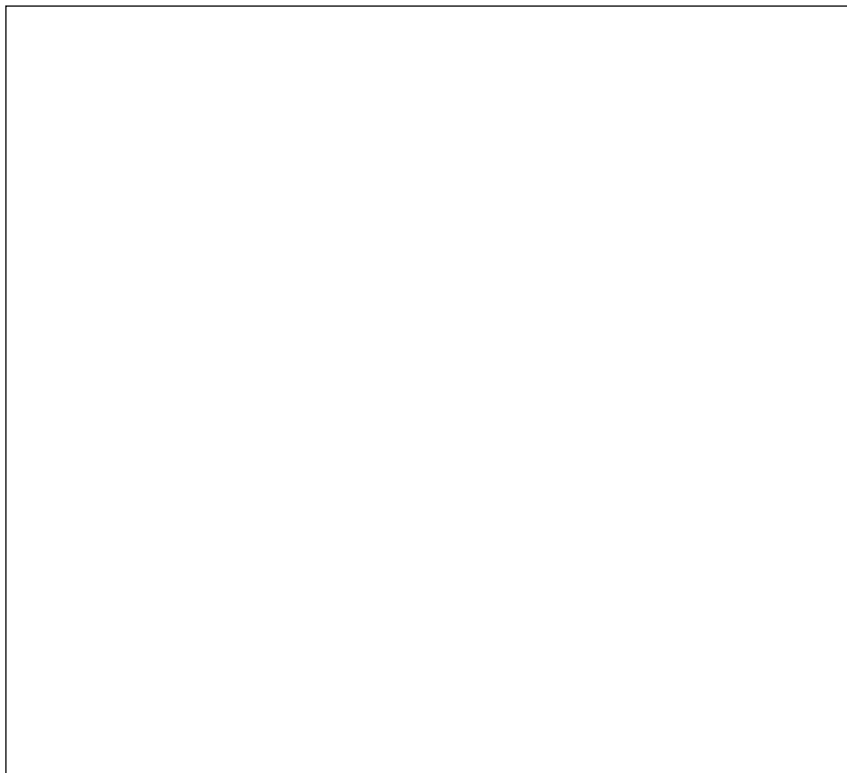
A intervenção arqueológica até agora realizada somente contemplou os dois primeiros *itens* acima referidos, uma vez que o acompanhamento arqueológico dos trabalhos apenas se efectuará posteriormente, uma vez que se encontra dependente do início dos trabalhos de arquitectura.

De sublinhar, no entanto, que nenhuma das alíneas se encontra ainda concluída dado que o próprio projecto de arquitectura poderá sofrer alterações, ou implicar novas áreas de prospecção obrigando, deste modo, à realização de novas valas de sondagem.

Locais houve que, por falta de tempo, não foram prospectados. Incluem-se neste campo o Largo das Freiras, as áreas junto à escadaria da Escola Preparatória e o caminho de acesso à Torre de Menagem (junto ao limite superior do Jardim Telles Vasconcelos). Quanto a este último, é de referir que a realização neste local de valas de sondagem apenas poderá ser concretizada quando se proceder ao desentulhamento da zona, já que a mesma se encontra, actualmente, transformada em depósito de entulho de obras.

Por último, é de sublinhar a importância que revestiu a intervenção arqueológica junto à Torre de Menagem, tendo-se colocado a descoberto estruturas arqueológicas de várias épocas. O resultado final dos trabalhos será objecto de uma outra publicação quando se encontrar finalizada a intervenção arqueológica no local.

A quantidade de estruturas encontradas e o número surpreendente de vestígios, surgidos num local onde o afloramento rochoso superficial não mostrava sinais de conservar grandes segredos, levou a que se alterasse o tipo



Gravura 1 — Localização da cidade da Guarda. (in *Património Classificado*, 1993, p. 2).

de intervenção arqueológica anteriormente projectado. Desta forma, a realização de um número restrito de valas de sondagem, também elas projectadas para esta área, alterou-se, iniciando-se uma escavação em área, a qual, no entanto, não ficou concluída, dada a extensão do local a intervencionar.

É pois nossa intenção, a escavação integral de todo o planalto sobranceiro à Torre de Menagem, de modo a conseguir uma leitura integral do espaço construído, o qual faria parte da designação geral de Castelo, do qual apenas restou, nos nossos dias, a bem conhecida Torre, que marca, pelo seu volume e localização, a própria imagem da cidade.

3. BREVE MEMÓRIA DESCRITIVA

A cidade da Guarda insere-se na zona montanhosa da Beira Interior (Gravura 1), situando-se nas abas da Serra da Estrela. O espaço ocupado oferece uma configuração alongada que se estende numa colina de declive acentuado. A sua posição estratégica é de realçar, sendo a cidade portuguesa que apresenta uma maior altitude (1056 m). De encosta mais suave para oriente, a sua vertente ocidental mostra-se mais agreste, tendo sido sobre a primeira que a

cidade se estendeu. A cidade era, pelo lado Oeste, delimitada pelo Mondego que ocupava o vale sobranceiro «...e por causa deste valle fica o assento da cidade superior a todas as terras circunvizinhas...» (Castro, tomo 1, partes I e II, 1762, p. 117).

A história da cidade é antiga, não sendo poucos os vestígios arqueológicos que, ao longo dos tempos, têm sido encontrados reportando-se, os mais antigos, à Pré-História.

Alguns materiais líticos terão sido encontrados perto do Outeiro de S. Miguel e junto à Ribeira da Guarda. Do período neolítico alguns dólmens, próximo da cidade, atestam a presença deste horizonte cultural sendo, no entanto, a exploração estanífera, no que respeita ao aproveitamento de recursos económicos, o factor principal para uma intensificação do assentamento populacional já na Idade do Bronze.

Do período castrejo atestam, as suas vizinhanças, bastantes estações (algumas, inclusivamente, já sujeitas a intervenção arqueológica), das quais é de destacar o castro do Tintinholho, a cerca de 2 Km para NE, ou ainda o castro do Cabeço das Fráguas. As condições geográficas favoreciam este tipo de povoamento, não sendo de afastar a hipótese de a própria cidade ter tido origem num estabelecimento análogo, ainda que falte comprovação material para tal facto certamente, também, porque poucas têm sido as intervenções efectuadas no perímetro urbano.

As mesmas dúvidas se colocam em relação ao domínio romano. Certamente que uma área como esta, difícil de conquistar mas fácil de defender, não seria estranha aos novos interesses colonizadores. A comprovar tal facto, bastará referenciar o importante *oppidum* de *Egitania*, o qual, veio a ser mais tarde elevado a *municipium*. Integrada na província da Lusitânia pela divisão administrativa do

século I a.C., a cidade da Guarda não se encontrava esquecida dos novos donos do poder.

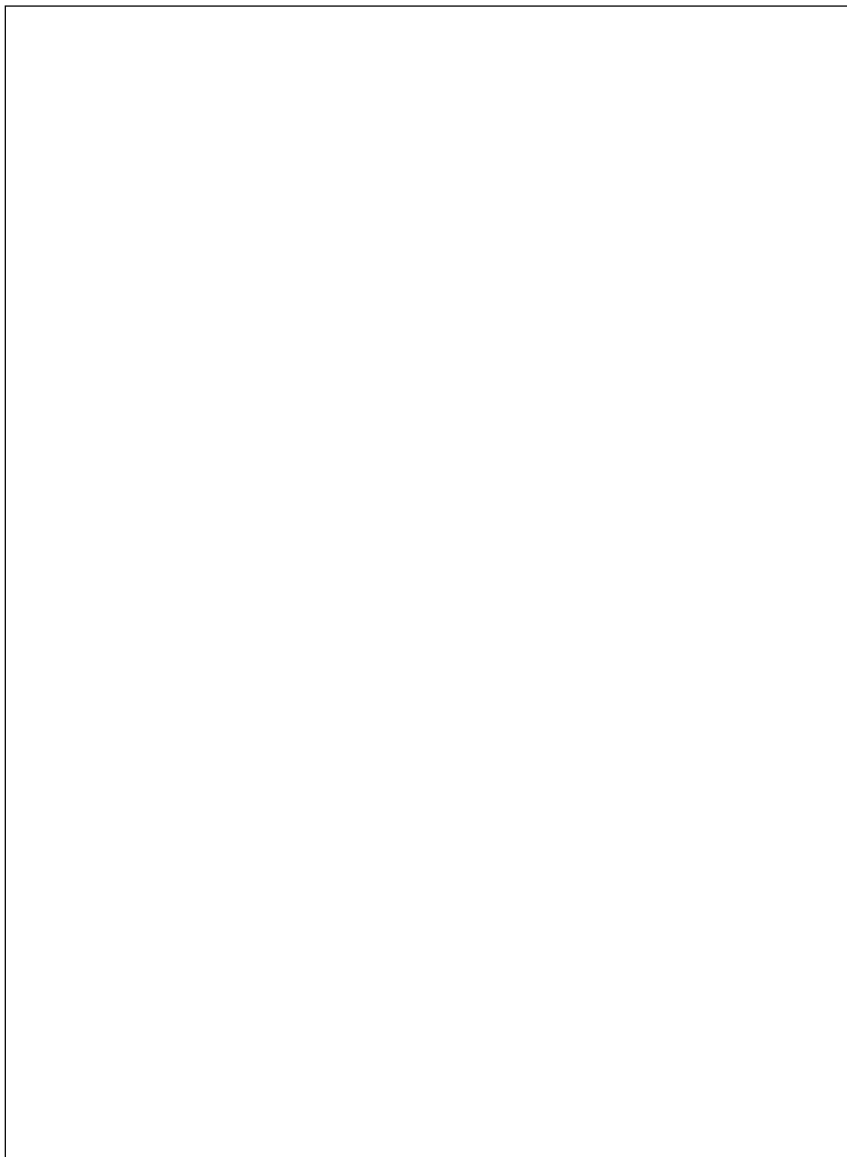
A estação romana de Mileu, continua a ser a intervenção arqueológica mais importante e mais próxima, que na cidade se realizou, a qual permitiu recolher um conjunto deveras relevante de testemunhos materiais que atestam o valor da cidade, confirmando uma ocupação intensa desde épocas antigas e sublinhando a sua importância durante o período romano ⁴.

O período tardo romano e épocas posteriores encontram-se também representados, o que pode ser comprovado pelas espécies numismáticas encontradas nesta área, ainda que seja de destacar, para o caso concreto do concelho da Guarda, uma quantidade apreciável de espécimes datáveis do período republicano (Faria, 1985, pp. 681 e 683).

A região foi ocupada no século XI aquando da Reconquista Cristã, altura em que a linha de conquista do território avançou até ao Mondego, apesar da ausência de fontes documentais suficientes para definir com rigor o tipo de ocupação pré-existente.

No século XII, no entanto, a região era quase erma, tendo sido D. Sancho I, a realizar o processo de povoamento da mesma, altura em que o monarca dotou, em 1199, a cidade de foral. Também pela mesma altura era transferida para o novo burgo a sede episcopal da Egitânia. O nome da cidade e o seu relevo acentuado certamente indicarão um local privilegiado para observação, «...no local onde hoje se encontra a cidade existiria, portanto, uma vigia ou torre [talvez aquela que, no século XIV, era ainda designada por Torre Velha (...)], e, já na segunda metade do século XII, um pequeno núcleo de povoadores a quem é outorgado o foral» (Gomes, 1987, p. 26).

É bem compreensível a decisão do monarca ao dotar a cidade da Guarda de foral



Gravura 2 — Planta da cidade medieval (segundo Mattoso, s/d, vol. 2, p. 246).

em detrimento da antiga sede de bispado situada na Egitânia, constituindo-se como a maior diocese do Reino. De facto, o novo perigo vinha agora de novas regiões, podendo-se dizer que «...a fundação da Guarda é o resultado da necessidade do planeamento de uma vasta faixa de território junto à fronteira compreendida entre o Tejo e o Douro» (Pereira, 1995, p. 21).

A erecção dos grandes panos de muralha, dos quais ainda hoje podemos observar alguns troços, dever-se-á, certamente, a fases distintas. Apesar de bem preservadas em algumas partes o traçado original perdeu-se em alguns locais, devido à demolição das mesmas, facto que se encontra atestado desde

inícios do século XVIII, e que se tornará efectivo a partir da centúria seguinte (Gomes, 1987, p. 35).

Uma importante parte das muralhas datará do século XIII, altura em que, em 1221, já se encontravam iniciadas as obras de construção do castelo e das muralhas adjacentes (*ibidem*, p. 36, n. 5).

Temos, deste modo, uma primeira grande fase de construção consubstanciada imediatamente pelo cognominado povoador, D. Sancho I, a qual abrangerá todo o século XIII, pelo impulso particularmente importante dado por alguns monarcas, como seja o caso de D. Afonso II, D. Afonso III e de D. Dinis.

Os trabalhos de construção de novas muralhas ou, porventura a melhoria ou construção de alguns novos troços serão continuados por D. Fernando, os quais se prolongarão posteriormente sendo, talvez, de atribuir esta última fase a D. João I, em face dos novos perigos advindos da guerra de sucessão ao trono de Castela.

Chegados ao século XV temos, deste modo, um perímetro urbano totalmente delineado, intramuros, do qual, ainda hoje, podemos observar alguns troços (Gravura 2).

A atribuição cronológica de tais troços é, no entanto e actualmente, difícil. Os panos de muralha conservados não são suficientes, por si só, para definição de datações absolutas. Para além disso, áreas há que, certamente, deverão ter sido refeitas ao longo dos tempos⁵, dificultando, por tal facto, uma leitura linear dos sistemas construtivos que hoje ainda podemos analisar.

Se observarmos a cidade actual é possível reconhecer alguns troços da muralha, a qual mantém, em termos de planta, ainda muito do que terá sido nos finais do século XV, e obedecendo as principais vias actuais ao grande perímetro muralhado quatrocentista. As portas da cidade, algumas delas ainda mantidas, definem o limite do espaço urbano o qual se articula ao longo de uma plataforma plana cortada por dois eixos principais — a rua direita e a rua que une a porta da Erva à Porta d'El Rei⁶.

A cidade actual mantém ainda, como se pode ver, muito do que foi durante o período medieval. O granito das suas casas e o traçado curvilíneo das suas ruas, bem como os panos de muralha que se dão a ver ao passeante, introduzem o simples espectador num mundo adormecido que somente o barulho dos carros o vem acordar. «Desde os primórdios dos tempos medievais até ao nosso século, a cidade mostra uma estabilidade, uma resistência a modas que, se concorrem para o seu «carácter», são igualmente sinal da sua inexorável posição na beira ou na margem» (Pereira, 1995, p. 14).

A Torre de Menagem (Fig. 1), alcantilada no cimo de um penedo escarpado, mostra-se como um *ex-libris* da cidade. Abandonada da sua envolvente, ela continua inalterável mostrando o seu perfil esguio. Do castelo ou alcáçova, ela é o único testemunho do último reduto defensivo destas terras agrestes.

Será exactamente deste marco simbólico, e deste volume poderoso que corta a paisagem que nos iremos debruçar.

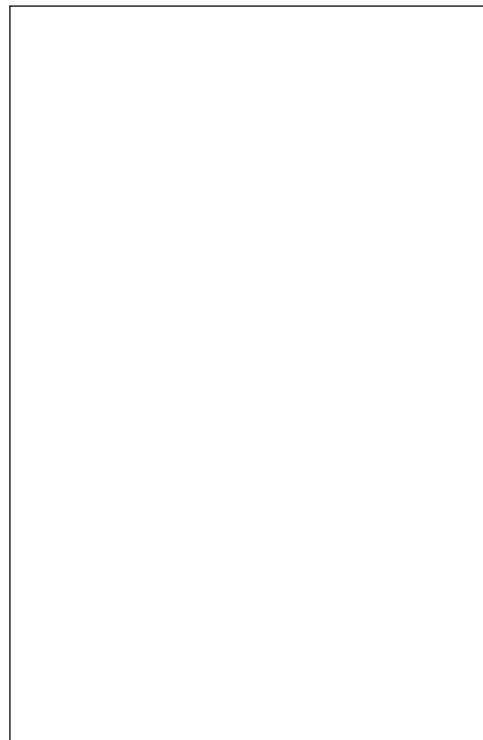


Fig. 1 — Torre de Menagem, face Sul e parte da face Norte.

4. O CASTELO E A TORRE DE MENAGEM

Do Castelo da Guarda pouco resta actualmente. A Torre de Menagem, a par com as portas e parte do recinto muralhado, são as únicas construções que persistem do sistema fortificado medieval.

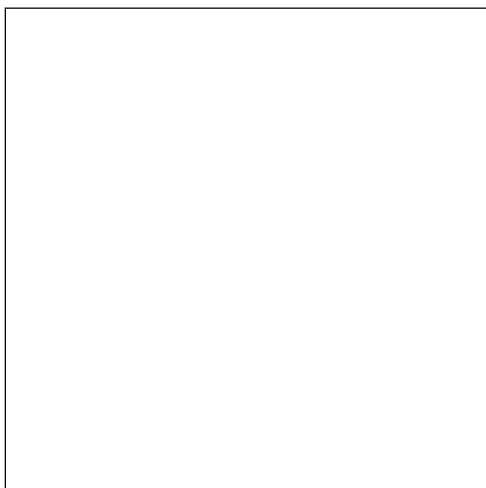
A Torre de Menagem, com a sua posição privilegiada nos seus 1056m de altitude, continua a ser, ainda hoje, o ponto mais alto da cidade. Dela se vislumbram todos os montes circundantes, percebendo-se bem a sua função de vigia da cidade, a qual se estende, a seus pés, pela encosta sobranceira.

O que terá sido o castelo da Guarda, hoje pouco podemos dizer. A Torre de Menagem, único edifício existente dessa construção, é o testemunho vivo, ainda que isolado e descontextualizado, do que foi o último reduto

defensável da cidade, a par do que encontramos em inúmeras cidades desta região. Bastará para tal, lembrarmo-nos dos exemplos numerosos que nos oferece a linha defensiva constituída pelos castelos de Riba-Côa.

Esta construção imponente é constituída por aparelho isódomo em cantaria granítica, que aproveita o afloramento natural para a sua construção. Apresenta uma planta pentagonal a qual lhe é conferida por três paredes rectas (faces Norte, Este e Sul) e por uma que, a meio, possui uma marcação de ângulo (face Oeste). Apoia-se directamente no afloramento rochoso aproveitando, para a sua erecção, os pontos mais altos do mesmo, ligeiramente talhados para o assentamento do conjunto.

A face Norte da Torre apresenta uma abertura, «... uma porta a meia altura, isto é, ao nível do 2º piso, constituída por arco abatido, impostas biseladas e triplo arco quebrado de descarga» (Conceição, 1995, p. 15). Na face Este uma outra porta, não original do edifício permite, actualmente, a entrada para o seu interior o qual é constituído por dois pisos com pavimento intermédio em madeira,



Gravura 3 — Localização das sondagens realizadas junto à Torre de Menagem. Observar a implantação da sondagem 1.

construído este, bem como a cobertura que hoje apresenta (telhado de duas águas) em 1947, aquando dos trabalhos de restauro efectuados pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

As restantes paredes são cegas, apresentando a parte superior um pequeno parapeito que tem o seu prolongamento interno, a um nível inferior, num adarve pouco largo, também em granito.

O espaço à volta da Torre não possui qualquer construção. Sendo constituída por um enorme afloramento rochoso (onde a torre assenta) de contornos pouco homogêneos e recortes marcados. Em volta, o solo é plano até atingir o limite do planalto, de forma oblonga, altura em que desce repentinamente por declive abrupto até ao sopé. A parte NO apresenta, no entanto, uma descida mais suave, sendo o local, actualmente, por onde se efectua o acesso viário à torre.

Isolada no cimo do planalto, a torre impõe-se, altiva, áqueles que a olham. Elevando-se do afloramento, como que dele nascendo, continua a ser, ainda hoje, uma imagem marcante na cidade. Daí que a sua significação simbólica, uma vez perdida a sua função original, continue a ser tão importante para os egitanenses. «Atendendo á demolição da cidadela, é óbvio que a Catedral inserida na Praça Velha e caracterizada por uma densa massa construída tende a polarizar as atenções. Contudo, o sentido matricial e essencial da Torre não foi totalmente destruído: a colina de barrocais graníticos e escarpados é coroada pela presença vertical da Torre, constituindo o ponto de fuga ou de chegada do percurso induzido pela Rua Direita. A este propósito importa ainda sublinhar a continuidade de materiais entre os afloramentos rochosos e a torre, acentuando a noção de fusão ou continuidade terra-céu, natural-artificial» (*ibidem*, p. 20).

5. A ALCÁÇOVA

Como já referimos, nada resta da antiga alcáçova da cidade. Nenhuma documentação, de igual modo, nos elucida acerca da mesma, desconhecendo-se qual o perímetro que atingia ou, inclusivamente, qual a articulação entre torre/castelo e a primeira linha de muralhas correspondentes à alcáçova.

A topografia do local certamente não permitiria um estabelecimento de panos cegos de muralha a meio da encosta abrupta, sem que esse estabelecimento não permanecesse visível até aos nossos dias, já que a sua construção nessas condições obrigaria, decerto, à realização de um alicerce de alguma dimensão. Desta forma, restava analisar a área anexa à plataforma horizontal onde se eleva a Torre de Menagem. Para tal, procedeu-se à limpeza quase integral de toda a área circundante, repleta, na altura, de lixo vário, de arbustos e de terra⁷.

A parte SW foi sujeita a uma actuação distinta uma vez que era visível, desde o início, um alinhamento de pedras o qual foi intervencionado arqueologicamente. Desta forma, estabelecemos uma pequena sondagem no local — Sondagem 1 — (Gravura 3), limpando toda a restante área a fim de observar se eram visíveis outros alinhamentos.

Sondagem 1

Localização:

Zona Sudoeste da Torre de Menagem, na base do afloramento rochoso que serve de embasamento à própria torre.

Metodologia empregue:

Antes de se iniciar a intervenção arqueológica era já evidente, como já referimos, um alinhamento no solo, constituído por grandes pedras facetadas. A metodologia empregue foi a de colocar à vista as pedras constituintes do próprio alinhamento, seguindo a estratigrafia natural do local. Pretendeu-se, dada a pouca potência estratigráfica, obter perfis que procurassem elucidar acerca do tipo de ocupação existente. Estabeleceram-se, deste modo, dois cortes — um a Norte e outro a Sul — perpendiculares ao alinhamento. A área interna, escavada, acompanhou o declive do afloramento, de modo a colocá-lo à vista e a fim de permitir, quer uma escavação integral da área, quer uma limpeza global dessa parte da encosta granítica.

Estatigrafia:

Toda esta Sondagem apenas revelou duas camadas, não tendo sido considerada, dada a sua prática inexistência, a camada superficial (com algumas erva e, sobretudo, com lixo superficial).

Camada 0 — camada superficial. Terra vegetal escura, medianamente compacta. Muito pouco espessa.

Camada 1 — terra castanha escura, muito uniforme, solta, com muita cerâmica e pedras soltas.

Camada 2 — terra castanha, uniforme, solta. Praticamente sem materiais.

Materiais:

Esta sondagem permitiu recolher um numeroso conjunto de materiais, essencialmente cerâmicos. Destes destacam-se as cerâmicas comuns, numa enorme profusão, essencialmente de fabricos locais, ainda que não tenha sido iniciado o estudo pormenorizado dos mesmos. De salientar alguns fragmentos de cerâmica vidrada (século XVII). Em metal, dois pregos em ferro. Quanto ao material lítico, apenas foi recolhido um elemento, trata-se de um fragmento de colunelo em granito (provavelmente século XV/XVI).

Estas camadas, no entanto, não deverão ser coevas da estrutura não tendo sido encontrado material significativo (e perfeitamente datável) no interior da mesma.

Estruturas:

Os trabalhos levados a cabo na Sondagem 1 colocaram à vista praticamente toda a estrutura artificial subsistente (Fig. 2). Na área limítrofe o solo superfi-



Fig. 2 — Vista superior do alinhamento de pedras após a escavação do local.

cial foi limpo a fim de se observar se possuía ainda alguns vestígios da estrutura, observando-se que todas as pedras constituintes do muro assinalado, caso tenham existido, terão sido removidas em época indeterminada, ainda que restem alguns vestígios no solo.

O muro escavado é constituído por grandes pedras graníticas facetadas (Fig. 2), colocadas lado a lado sem possuírem qualquer ligante entre si. O afloramento rochoso foi aproveitado, quer como assentamento para a estrutura a erigir, quer como parte integrante do próprio muro, uma vez que o afloramento foi aproveitado para, nas partes que se encontravam mais altas, funcionar como elemento estruturante da construção.

Após a escavação foi observado que as pedras do referido alinhamento, ao invés de assentarem directamente no solo rochoso,

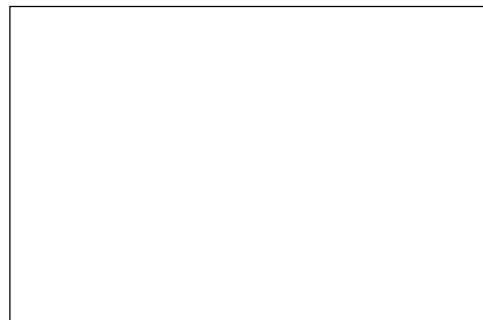


Fig. 3 — Vista Oeste do alinhamento observado na Fig. 2.

antes foram implantadas no mesmo sendo o seu nivelamento realizado através de pequenas cunhas em pedra colocadas por baixo (Fig. 3). Obviava-se deste modo a que as pedras, na sua parte inferior, fossem facetadas (o que, no entanto, por vezes acontece) e que, por outro lado, se tivesse que desbastar a rocha base a fim de permitir o assentamento (ainda que tal procedimento também tenha sido realizado em alguns locais).

A área interna — situada entre a face interior das pedras do alinhamento e o afloramento rochoso — foi preenchida por pequenas pedras, soltas, e por terra. Trata-se pois de um enchimento muito simples, unicamente feito de modo a tornar mais resistente a obra, de forma a não incluir áreas vazias, estabelecendo-se, assim, uma união uniforme e contínua entre o afloramento rochoso, desnivelado naturalmente, e a estrutura artificial a erigir.

Relativamente à cronologia desta construção só a poderemos definir mais seguramente, em termos absolutos, quando se proceder ao estudo dos materiais exumados. A grande quantidade de cerâmica comum que foi recolhida, certamente poderá definir com algum rigor a datação desta construção, ainda que, como acima referimos, as camadas correspondam a uma deposição bastante mais recente que a da estrutura que agora tratamos.

As grandes pedras facetadas deverão, certamente, pertencer a uma estrutura amuralhada a qual, no seu sentido NE, se orienta para a parede W. da Torre de Menagem. Desta forma, o ângulo obtuso que hoje ainda podemos observar na Torre, funcionará, ao mesmo tempo que um dos primeiros ensaios de defesa estrutural da nova era pirobalística, também como marca simétrica para apoio da muralha que então se erigia.

A face Oeste da Torre de Menagem é, pelas condições naturais do terreno, uma das

faces mais vulneráveis da mesma, devido ao declive suave que a vertente sobranceira apresenta.

A solução encontrada foi dupla: por um lado o de reforçar a parede através de um ângulo, marcado exteriormente, ainda que o mesmo, por uma questão de tradição e de funcionalidade, não o seja na parte interna. O «espaço morto» assim criado foi preenchido por enchimento compacto que reforça, em termos construtivos, toda a face da estrutura. Ao mesmo tempo, a criação de um ângulo aumenta as possibilidades de ataque, solução que, posteriormente, será amplamente desenvolvida com a invenção do baluarte⁸.

Toda a construção se completa com a colocação, de forma sábia, de um circuito amuralhado que envolve a Torre de Menagem, e que dela sabe tirar o melhor partido, valorizando os seus expedientes defensivos pelo sublinhar da face angular através da construção de um muro, também ele com marcação de ângulo.

Desta forma, podemos definir a estrutura encontrada na Sondagem 1 como um troço da muralha da alcáçova, a qual, será completada na restante área pelo achado de novos troços encontrados em vários locais junto à Torre de Menagem.

6. PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO

As áreas intervencionadas, sete em número de sondagens (Gravura 3), permitiram, desde já, aportar alguns novos dados quanto ao tipo e forma de ocupação de que este local foi palco.

Se bem que não possamos, actualmente, estabelecer teorias conclusivas acerca da história do castelo da Guarda e sua área circundante, os vestígios postos a descoberto permitem, no entanto, a inclusão de dados materiais, numa história até agora apenas elaborada por informações documentais, a maior parte das vezes omissas quanto a aspectos arquitecturais de maior pormenor.

Se os vestígios, pela pobreza dos materiais construtivos, e pela singeleza do espólio material, não se nos deparam de grande importância, eles tornam-se preciosos exactamente por essa razão⁹.

A modéstia dos muros em pedra vã, contrasta com a imponente Torre a eles sobranceira, reduzindo-os afinal áquilo que eles na realidade foram. Estruturas de apoio, pequenos armazéns de material bélico, ou simplesmente dormitórios da guarnição, local de descanso e de recolhimento, albergando ocupantes prontos a entrar em acção quando o perigo espreitasse.

O local escolhido para a erecção da Torre de Menagem, foi o factor principal para a boa defesa da mesma. O penhasco onde ela se eleva, altivo e de relevo agreste, difícil de vencer mesmo que num passo de veraneio, é um dos mais altos da cidade, sendo fácil, do seu alto, avistar toda a região em redor.

O pequeno planalto onde a Torre assenta, certamente aplanado para a construção da mesma, foi assim, o local ideal para o controlo de toda a região. O afloramento rochoso, desbastado em alguns locais foi, em outros, utilizado como embasamento da própria Torre, encaixando-se esta por entre os altos e baixos das formas graníticas, sinuosas e reentrantes que, tão comumente, nestes locais decoram a paisagem.

Ponto estratégico como este haveria que aproveitar e dele saber tirar partido. Deste modo, foi erigida a Torre de Menagem num dos extremos do planalto, a Sul, em local onde a largura do sítio praticamente coincide com a largura da construção.

A área oposta, a Norte, foi deixada livre, a fim de permitir uma maior mobilidade das guarnições, em caso de ataque, ou para outras construções que, como temos vindo a encontrar na escavação, tivessem que ser levantadas no local.

A disposição do esporão, de forma alongada e estreita, orientando-se longitudinalmente na direcção N/S, foi aproveitado da melhor forma como elemento base da defesa. Haveria pois, que sublinhar esse carácter naturalmente defensivo, através da erecção de muralhas que aproveitassem os degraus já previamente esboçados pela rocha base.

É desta forma que os vestígios por nós encontrados na área circundante da Torre permitiram elaborar um traçado da linha de muralhas que, originalmente, deveria envolver a mesma. Os troços encontrados integram-se numa outra componente do projecto de arqueologia a que nos referimos inicialmente. Tratou-se de fazer um levantamento pormenorizado dos afloramentos rochosos onde se encontra a Torre, a fim de tentar descobrir algum vestígio do traçado original que as mesmas apresentariam.

Este levantamento obrigou a uma limpeza dos afloramentos contíguos, quer à Torre quer à plataforma oblonga onde ela se instala, obrigando a um desentulhamento pontual onde o imbrincado do relevo favorecia o acumular de terras e de lixo. A limpeza de toda esta área não foi concluída nesta primeira fase da intervenção, dada a extensão do local. Limitámo-nos a a um desentulhamento da área circundante do planalto, junto à parte superior da colina nas vertentes Norte, Sul e Este, esperando, para uma segunda campanha, a conclusão dos trabalhos.

O espaço, desta forma liberto de terras e de entulhos, permitiu, desde logo, colocar a descoberto aquilo que identificamos como sendo os vestígios da muralha circundante da Torre, ou seja, o perímetro da alcáçova.

Se bem que em alguns locais ainda se conservem algumas pedras pertencentes à muralha, a maior parte das vezes elas já se encontram removidas sendo possível, no entanto, observar o negativo das mesmas, extremamente bem conservado em alguns locais, como se pode observar na Fig. 4.

Desta forma, foi-nos possível reconstituir o traçado da cidadela baseando-nos para tal, quer nos negativos deixados pela colocação das pedras (Fig. 5),



Fig. 4 — Negativo da muralha da alcáçova talhado no afloramento rochoso. Zona Este da Torre de Menagem.



Fig. 5 — Negativo, talhado no afloramento rochoso, da muralha da alcáçova. Zona Sul da Torre de Menagem.



Fig. 6 — Zona Este da Torre de Menagem. Pedra ainda *in situ*.

quer pelas pedras ainda *in situ* que, actualmente, ainda se podem observar (Fig. 6).

Somente no lado NW do esporão não nos foi possível detectar elementos. Isso deve-se ao desbastamento do terreno para a construção da estrada que hoje serve de acesso à Torre, e também ao declive pouco acentuado

que esse lado do afloramento, certamente, originalmente apresentaria (*vide* n. 7).

A união dos diversos vestígios observados, bem como a adição de novas informações aportadas pela intervenção arqueológica, permitiram a elaboração de um traçado que, em nossa opinião, deverá ser muito próximo ao do traçado original da muralha da alcáçova.



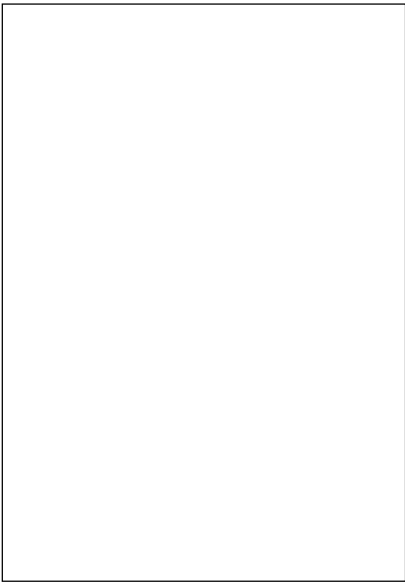
Fig. 7 — Embasamento do torreão NE da muralha da alcáçova.



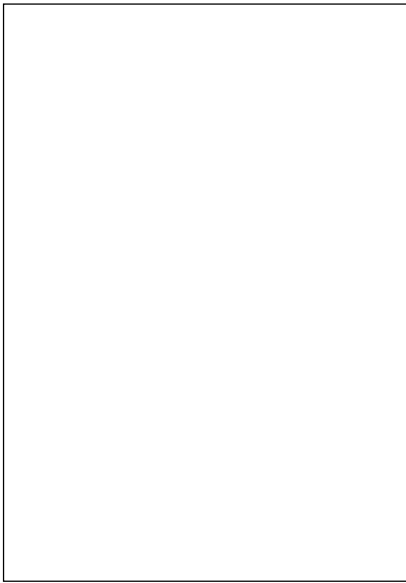
Fig. 8 — Embasamento do torreão NW da muralha da alcáçova.



Fig. 9 — Localização dos dois torreões — NE e NW (no meio a Sondagem 7 já depois da escavação).



Gravura 4 — Localização dos negativos da muralha da alcáçova.



Gravura 5 — Proposta de reconstituição do recinto muralhado da cidade da Guarda.

Assim, como podemos observar na Gravura 4, obtemos um alinhamento de traçado quase rectilíneo que aproveita a delimitação da plataforma superior da colina. O único pano de muralha que nos merece mais dúvidas por falta de dados é, precisamente e como já referimos, a área NW.

As marcações de ângulo, ponto mais vulnerável na defesa de qualquer local, parece ter sido aqui resolvido pela construção de pequenos bastiões, maciços, provavelmente de formato quadrangular.

Alguns vestígios ainda visíveis em três locais apresentam-se como maciços rochosos, um pouco sobreelevados e avançados para o exterior. São igualmente visíveis vários negativos de cantarias, dispostas estas quer paralela quer perpendicularmente, o que demonstra a tentativa de criar uma área com enchimento compacto, constituído este por pedras rudemente facetadas e de formato subrectangular, de feição distinta à que encontramos na parte restante da muralha onde esta se resume a cortina simples.

Nas Figs. 7 e 8, pode-se observar a localização dos dois possíveis torreões, a NE e a NW, os quais defenderiam, a Norte, o Castelo. Apesar de o primeiro local não se encontrar ainda totalmente limpo, e apesar de o segundo ter sido parcialmente destruído pela construção de dois depósitos de água, é ainda possível observar, mesmo de longe, a existência dos referidos maciços compactos, colocados entre si quase em linha recta (Fig. 9).

Obtemos, deste modo, pela união dos diversos negativos e pelas pedras ainda *in situ*, uma planta da alcáçova do castelo da cidade da Guarda que, certamente não será muito distinta da que propomos na Gravura 5.

A reconstituição agora proposta poderá, eventualmente, sofrer alterações com a continuação dos trabalhos de arqueologia, uma vez que esperamos vir a encontrar mais vestígios de negativos de implantação da muralha, ainda que qualquer alteração a incluir seja, a nosso vêr, de pormenor. Torna-se, no entanto, num dado tanto mais valioso quanto totalmente desconhecidos, até agora, os limites que o castelo e a muralha próxima envolvente apresentariam.

A planta assim conseguida permite-nos estabelecer paralelos com outras plantas de alcáçovas quer no Norte de Portugal, quer em outras regiões, tal como seja o caso de Pinhel, Sabugal, Sortelha, Castelo Mendo, Marialva, Trancoso, etc. (Gravura 6). De salientar a semelhança existente entre as alcáçovas de Pombal, Trancoso e de Sesimbra com o traçado que agora propomos para a cidade da Guarda.

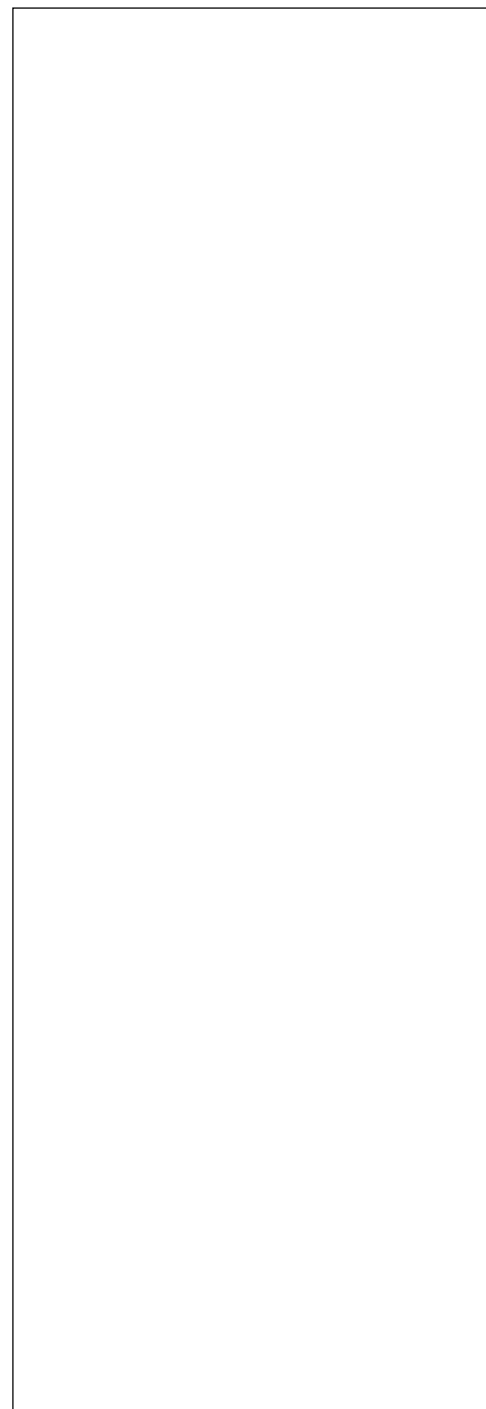
7. CONCLUSÃO

Os dados fornecidos pela Sondagem 1 mostraram-se de extrema importância para esta reconstituição. Com efeito, a área escavada permitiu colocar a descoberto uma parte importante da base da muralha, entendendo-se assim, dadas as suas características, quer o tipo de construção então utilizada, quer a orientação que a muralha neste preciso local apresentaria. Tais dados são de realçar em face da pouca potência estratigráfica que esta zona possui e da dificuldade em rectificar o traçado deste pano de muralha em conciliação com o perfil angular da face Oeste da Torre de Menagem.

As restantes sondagens dão-nos informações de uma outra natureza. Na verdade, quer a Sondagem 2 quer a Sondagem 7, elucidam-nos acerca do tipo de construções existentes dentro do perímetro amuralhado numa franja cronológica de cerca de dois séculos. Se bem que em alguns casos a sua qualidade construtiva não seja de remarcar, elas são preciosas pelas informações que nos fornecem no que respeita ao quotidiano de uma área forte de defesa, último reduto de uma povoação em guerra. Os resultados destas informações serão, no entanto, objecto de um estudo posterior.

A Sondagem 2, no entanto, pode-nos esclarecer quanto à localização da entrada original da Torre de Menagem. Se a entrada que hoje podemos vêr, localizada na face Este da Torre, não é, definitivamente, a entrada original da mesma, coloca-se a questão de saber onde ela se encontraria.

Se observarmos a Fig. 10, podemos vêr assinaladas algumas pedras facetadas pertencentes a alinhamentos, alguns deles já visíveis anteriormente à intervenção arqueológica. Pensamos que tal concentração de estruturas, circunscritas a área tão reduzida, deverá estar relacionada com a entrada original da própria torre. Tal conclusão poderá ser entendida se observarmos a «porta ajanelada» que a torre conserva na sua face Norte ao nível do 2º andar, a qual se encontra orientada com os alinhamentos acima referidos.



Gravura 6 — Planta de algumas alcáçovas de Castelos portugueses: 1. Castelo de Pombal; 2. Trancoso; 3. Belver; 4. Melgaço; 5. Montalegre; 6. Vila Nova de Cerveira; 7. Santiago do Cacém; 8. Sesimbra; 9. Belmonte; 10. Sabugal; 11. Freixo de Espada à Cinta; 12. Mogadouro.

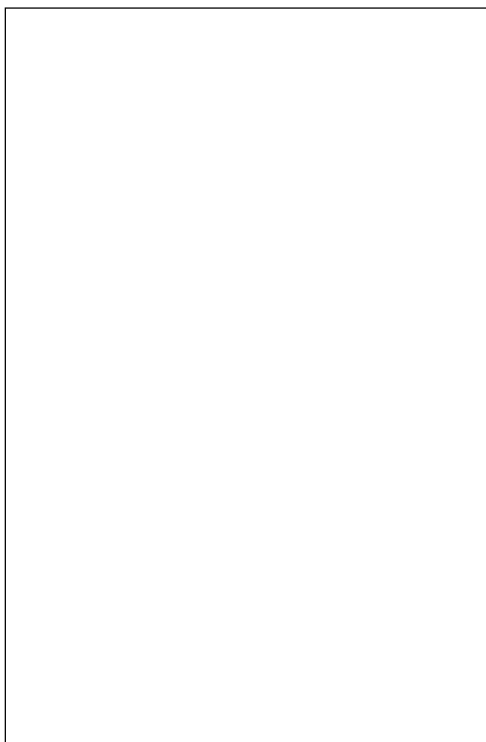


Fig. 10 — Sondagem 2. Ao fundo, alinhamento de pedras junto à face Norte da Torre de Menagem e seguindo a mesma orientação.

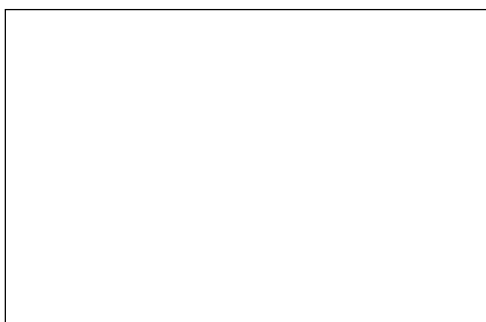


Fig. 11 — Sondagem 2. Alinhamento de pedras da fotografia anterior. Em primeiro plano o negativo de encaixe de mais uma pedra em cantaria.

Deste modo, a concentração, por baixo da porta do andar superior, de pedras facetadas que se organizam escalonadamente a cotas distintas, poderá corresponder a uma sobrevivência de um maciço o qual, em termos de volume, certamente terá sido

importante ainda que (e não esqueçamos o carácter primordialmente defensivo) tal maciço apenas atingisse uma determinada altura, já que a parte superior de acesso à Torre — a escada —, fosse uma construção em madeira, facilmente amovível em caso de ataque.

Estes alinhamentos, seguindo a orientação da face Norte da Torre, teriam, no entanto, e talvez a partir de um certo momento, uma altura considerável. Disso são prova alguns negativos de encaixe que o afloramento junto a esse local apresenta (Fig. 11).

A Sondagem 1 permitiu esclarecer uma das características mais curiosas da Torre de Menagem. A face Oeste com a marcação de ângulo no seu centro poderá de facto corresponder a uma insipiente tentativa do que poderemos designar por «construção abaluartada».

A união que estabelecemos entre este pano da torre e a muralha que certamente a ela adossaria permite inferir de uma continuidade construtiva onde a Torre de Menagem não já se define como construção isolada no centro de um espaço amuralhado, antes se integra na própria cortina defensiva dela fazendo parte integrante.

Esta solução iremos encontrá-la em alguns exemplos do período de transição do século XI para o século XII, ainda que tal não signifique «...que a torre defensiva isolada não se documente já no decurso do século XI mas parece certo que a sua associação sistemática com a cerca do castelo não se vulgariza antes dos finais do século XI. O castelo do século XII caracteriza-se, pois, por uma ou duas cercas que defendem a torre de menagem, central, símbolo da senhoria e seu último reduto. Embora ela possa já permitir, assim como as cortinas com adarve e ameias, uma relativa melhoria na defesa mais activa do recinto, não há dúvida de que o castelo românico está ainda dominado pela ideia de uma defesa passiva, de resistência, visando, sobretudo, dificultar a aproximação e a entrada na torre de menagem». (Almeida, 1989, pp. 53 e 54).

A Torre de Menagem da Guarda parece situar-se precisamente numa nova fase tipológica onde os princípios de defesa, ensaiados alguns deles em época anterior, são aproveitados e desdobradas as suas potencialidades. É o caso da localização da Torre que agora tratamos, «Se antes no período românico ela se situava no interior da cerca, erguendo-se isolada como último refúgio dos seus defensores, nas fortificações góticas a torre de menagem é inserida na própria cortina defensiva, ao meio de um dos panos das muralhas ou, mais frequentemente, num dos ângulos.» (Silva, 1989, p. 55).

O aparelho utilizado, o reforço do ângulo da face Oeste, o qual não se encontra marcado interiormente apresentado a torre uma planta quadrada, e a união por nós estabelecida entre uma das faces e a cortina da alcáçova, apontam-nos para um sistema defensivo já distinto do utilizado nos tradicionais castelos românicos.

Os dados agora apresentados resumem-se, e queremos sublinhar, a uma primeira fase da intervenção arqueológica. As conclusões definitivas a reiterar

somente o poderão ser quando a intervenção arqueológica e a investigação subsequente se concluírem. Esperamos, neste sentido, que setecentos anos de história não tenham apagado em definitivo um passado anterior, certamente laboriosa e hábilmente construído, que hoje nos é traduzido pela que é considerada como sendo a cidade mais Forte, Farta e Fria do nosso país.

NOTAS

- 1 Os resultados globais da intervenção arqueológica serão publicados oportunamente quando for finalizado o projecto de arqueologia. Novas campanhas serão realizadas em 1996 e 1997 projectando-se, para essa ocasião, uma apresentação exaustiva dos trabalhos levados a efeito.
- 2 Decreto nº 37728 de 5/1/1950, Z.E.P., D.G., 2ª Série, nº 221 de 21/9/1972, Boletim nº 78, da D.G.E.M.N. — Capela de Nossa Senhora do Mileu e estação arqueológica.
- 3 Como será de salientar a escavação de um forno que, recentemente, foi fruto de uma exemplar integração num espaço destinado a um bar.
- 4 O espólio encontra-se hoje no Museu da Guarda, o qual comprova a importância da *villa* romana, sendo de destacar um torso de coluna «loricata» (provavelmente de Adriano), uma inscrição funerária e objectos vários (ALARCÃO (b), 1988, vol. II, p. 63 e 64).
- 5 Como é o caso da Porta da Covilhã que terá sido alterada com D. João I passando a designar-se Porta Nova.
- 6 As cinco portas são: Porta da Erva, Porta d'El Rei, Porta dos Ferreiros, Porta da Covilhã (depois também chamada Porta Nova), e a Porta do Curro. Actualmente mantêm-se sómente as três primeiras. Por volta de 1847 terá sido demolida a Porta do Curro estando nessa ocasião já por terra a Porta da Covilhã.
- 7 A zona NO não foi sujeita a tal procedimento, já que se encontrava totalmente cheia de entulhos de construção, tendo nós optado pelo início dos trabalhos de arquitectura, altura em que se procederá a uma limpeza do local.
- 8 Pode-se, literalmente, considerar a criação do baluarte como uma invenção, opinião que, desde há bastante tempo, os investigadores sobre o tema têm partilhado. Esta alteração do sistema defensivo «... vai ser o elemento central do novo tipo de fortificação, e a única criação arquitectónica absolutamente nova desde a Antiguidade ...» (Moreira, 1989, p. 144).
- 9 As sondagens 2 e 7 foram aquelas que, neste local, mais informações aportaram. As cronologias para as construções encontradas apontam para um leque cronológico de cerca de três séculos balizados por estruturas entre os século XV/XVI — sondagem 2 — e os séculos XVII/XVIII — sondagem 7.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de — *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Publ. Europa-América, col. Forum da História, 1988 (a).
- ALARCÃO, Jorge de — *Roman Portugal*, Warminster, Publ. Aris & Phillips L^a, vol. II, fasc. 1, 1988 (b).

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — «Castelos e Cercas Medievais», *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (dir. R. Moreira), Lisboa, Publ. Alfa, pp. 38-54.
- ALMEIDA, João de — *Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*, Lisboa, Editorial Império, 1945.
- CASTRO, João Baptista de — *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo Primeiro, Partes I e II, Lisboa, 1762.
- CASTRO, José Osório da Gama e — *Diocese e Distrito da Guarda*, Porto, Ed. do A., 1902.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da — *Torre de Menagem da Guarda — Projecto Museológico*, trabalho apresentado no Mestrado de História de Arte na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995 (policopiado).
- FARIA, António — «Subsídios para um Inventário dos Achados Monetários no Distrito da Guarda», *Rev. Bibliotecas Arquivos e Museus*, vol. I, Tomo II, Lisboa, Ministério da Cultura, I.P.P.C., 1985, pp. 679-689.
- FARIA, Maria Alice *et alli* — *Museu da Guarda*, s/l, Publ. Instituto Português do Património Cultural, s/d.
- GOMES, Rita Costa — *A Guarda Medieval, 1200-1500*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.
- MATTOSO, José — *História de Portugal*, vol. II, s/l, Ed. Círculo de Leitores, 1993, pp. 243-309.
- MOREIRA, Rafael — «Arquitectura Militar do Renascimento», *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (dir. R. Moreira), Lisboa, Publ. Alfa, 1989, pp. 143-158.
- PEREIRA, José Fernandes — *Guarda*, Lisboa, Publ. Editorial Presença, Col. Cidades e Vilas de Portugal, 1995.
- RODRIGUES, Adriano Vasco — *Monografia Artística da Guarda*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 1984.
- SILVA, José Custódio Vieira da — «Séculos XIV e XV», *História das Fortificações portuguesas no Mundo* (dir. R. Moreira), Lisboa, Publ. Alfa, pp. 55-90.
- Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado — Inventário*, (Coord. Geral do Projecto Flávio Lopes), Lisboa, Publ. I.P.P.A.R., Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

PODER E PODERES NAS COMUNAS MUÇULMANAS

MARIA FILOMENA LOPES DE BARROS*

Dentro do quadro do mudejarismo¹ português, ou seja da permanência muçulmana sob domínio cristão, são as comunas que, com o seu conjunto de órgãos administrativos, religiosos e legais, melhor protagonizam a expressão da identidade islâmica, assim como o diálogo político com as demais instituições do reino. Diálogo tanto mais profícuo, quanto é apenas através da sua análise que se torna possível reconstituir as linhas gerais da vivência desta minoria, cujos testemunhos directos parecem ter sido deliberadamente apagados após o édito decretado por D. Manuel em 1496.

Neste aspecto, o dismantelamento das mourarias é paradigmático, na subversão de valores que implica a transferência de edifícios públicos para o foro privado e a dessacralização dos seus espaços sagrados, nomeadamente funerários, cujas lápides, com as inscrições árabes ocultas, passaram a incorporar muros anónimos de uma *urbs* cristã, que, como eles, apenas exteriormente se revela homogénea.

Trata-se, pois, de silenciar deliberadamente todo um passado incómodo, na afirmação de uma nova realidade, expurgada de valores estranhos aos da maioria, cujo propósito, curiosamente, foi amplamente conseguido no referente à minoria islâmica, objecto de um imobilismo histórico que, salvo raras excepções, se prolonga ainda em finais do século XX.

Em Dezembro de 1996 comemoraram-se os 500 anos do édito de expulsão, solenidade que mereceu a atenção do poder político e, como tal, cobertura por

parte dos meios de comunicação social. A mensagem propagada, no caso dos mudéjares portugueses, não podia ser mais consentânea com a do próprio édito: expulsos em 1496, uma vez mais o foram em 1996, desta vez (e por sorte!) apenas de um discurso político, que consignou o seu banimento do tecido social português, como corolário da acção empreendida por D. Manuel.

Parafraseando Jacques LeGoff, esta concepção não é inócua; fruto de uma montagem da sociedade da época, cuidadosamente preservada nos períodos sucessivos, representa uma manipulação histórica que urge desmontar, acabando de vez com a invisibilidade do «mouro».

A conquista cristã do território incorporou, de facto, uma vasta camada de população islamizada, dando continuidade a uma vivência religioso-cultural, que apenas se extingue (pelo menos exteriormente) com a proclamação do édito de 1496. A permanência destes «mouros», como eram designados

* Investigadora.

pela sociedade envolvente, não se revela, no entanto, homogénea, apresentando todo um matiz de situações que justifica uma pluralização do vocábulo: «permanências» quanto ao estatuto, imposto pelos vencedores ou com eles pactuado, projectando uma primeira divisão entre «mouros cativos» e «mouros forros», mas também, entre estes últimos, uma «permanência rural», expressa em comunidades organizadas de cariz agrícola (como se encontram em Sintra e Colares) e uma «permanência urbana», que se estrutura justamente nas entidades comunais.

Pretende-se neste artigo abordar apenas um dos aspectos desta última realidade, o referente ao dos múltiplos poderes que se entrecruzam nas comunas muçulmanas, como resultado dos elos forjados com a sociedade envolvente, num processo dialéctico que justifica a própria evolução das instituições comunais e a sua adaptabilidade ao processo político e social em curso.

Uma primeira relação, indubitavelmente a que dá origem ao estabelecimento de grande parte das comunas, é a que as liga directamente ao poder central. Embora a documentação seja omissa quanto à procedência da maioria destas instituições, os dados disponíveis indicam a sua formação através da concessão régia de cartas de foral, datando a primeira de 1170, outorgada por D. Afonso Henriques aos «mouros forros» de Lisboa, Alcácer, Almada e Palmela. Este diploma é posteriormente aplicado à população muçulmana do Algarve (Silves, Tavira, Loulé e Faro), em 1269, de Évora, em 1273 e de Moura, em 1296, e, previsivelmente, às demais comunas do país.

Para além destes diplomas, surge ainda uma referência tardia ao foral de Elvas, cujo traslado é solicitado pela respectiva comuna, no reinado de D. Afonso V, mas que entretanto

já se extraviara da Torre do Tombo². O pedido da comuna implica, necessariamente, a origem régia dessa concessão, o que é atestado nas sucessivas confirmações, pelos soberanos, dos seus privilégios, usos e costumes. Em todas as outras comunas se verifica, de uma maneira ou de outra, a ligação ao poder central³, com excepção de Leiria, detectada por Saul António Gomes, e referida em apenas algumas linhas, num documento da Sé de Coimbra, de 1303⁴. Noutra perspectiva, Avis surge como a única comuna que, comprovadamente, foi criada por outro poder, justamente pela Ordem de Avis, tendo recebido «foros e husos [e costum]es que aujam os Mouros d'eluas», pelo mestre Gil Martins⁵, sendo-lhe, no entanto, confirmados os seus privilégios por D. Pedro I⁶.

Pelas cartas de foral preenche-se o vazio de poder numa base de reciprocidade, assumindo-se o soberano como o legítimo sucessor temporal dos dirigentes islâmicos, e, como tal, protector do comum, e correspondendo aos súbditos muçulmanos o reconhecimento implícito do seu papel, como natural depositário das exações fiscais em que anteriormente eram onerados, acrescidas, evidentemente, de novas obrigações, inerentes ao seu estatuto de vencidos.

Semanticamente, este entendimento enuncia-se, por parte do soberano, na expressão «os meus mouros», encontrando o seu correspondente mais completo na definição que de si fazem, já no século XV, os muçulmanos da comuna de Évora, ao referir que «sam nossos (do rei) e da nossa camara asy os corpos como os aueres»⁷. Fórmula que, aliás, revela, por parte dos mudéjares, uma percepção da realidade que exclui qualquer vínculo a uma unidade política, remetendo-se a uma «pertença» pessoal do soberano, como resultado da sua consciência de minoria tolerada.

As comunas encontram-se, pois, à «guarda e encomenda» do rei, competindo-lhe evitar «que lhes seja feito roubo, nem dapno, nem ofensa ou injuria em seos corpos, ou em seus bees»⁸, o que não obsta a que, em alguns casos, dada a distanciação do poder central e as condições locais específicas em que as comunas se inserem, algumas delas tenham que recorrer à protecção de um senhor, que se encontre geograficamente mais próximo, e cuja resposta às suas necessidades seja, assim, mais efectiva.

Em 1399, a comuna de Loulé, segundo seu costume, elege «por sua guarda e encomenda», o cavaleiro Lopes Esteves de Saria, «morador no dicto logo», o que lhe é confirmado pelo soberano⁹. Na comuna de Évora, um diploma régio de 1434 atesta igualmente a antiguidade desta prática: os muçulmanos da cidade, dada a morte de Martim Afonso de Melo, do conselho do rei e seu guarda-mor, a quem o soberano os tinha encomendado, «consijrando elles antre ssy a que caualeiro e notauel pessoa melhor podessem sseer rrecomendados que fosse natural e vizinho da cidade de que de sseus fectos teuesse carrego sse acordarom todos juntamente segundo sseu huso e custume (...) em Nuno martijnz da silueira», do conselho do rei e escrivão da puridade. Justificam ainda esta escolha, pelo facto de ele descender de Martim Gonçalves

da Silveira, que fora encarregue do mesmo cargo no reinado de D. Afonso IV, sendo a sua opção ratificada pelo soberano ¹⁰.

Uma primeira consequência a reter deste documento, é que, apesar da transferência de competências do rei para um senhor local, mantém-se sempre o elo de ligação, ao serem escolhidos apenas fidalgos do conselho real, numa tentativa de prolongamento da ligação ao soberano e à sua câmara.

Um problema se levanta, no entanto, nesta perspectiva, já que os muçulmanos de Évora referem muito claramente que o objectivo desta nomeação seria o de responder à necessidade de justiça dentro da comuna, o que corresponderia ao papel de alcaide. De facto, as cartas de foral consignam a jurisdição do alcaide (*al - qadi*), eleito pelo comum ¹¹, acrescentando-se, no foral de Moura, a necessidade de confirmação régia dessa eleição ¹². Mais ainda, esses feitos deveriam ser julgados por direito muçulmano, ficando a apelação resguardada para o rei e seus oficiais, exceptuando os pleitos referentes aos direitos régios, em que se aplicava o direito comum ¹³.

Como conciliar estes factos com a intromissão de um senhor cristão, certamente ignorante da lei islâmica e, para mais, eleito pela própria comunidade? A resposta leva-nos, em primeiro lugar, à questão da diversidade evolutiva das comunas muçulmanas, cujos padrões comportamentais, definidos por um modelo comum, não deixaram de divergir ao longo do período em análise. As condições locais em que se implantaram e desenvolveram estas instituições revelam-se determinantes para explicar tal diferenciação, condicionando uma maior ou menor abertura às pressões da maioria e, conseqüentemente, às infiltrações do direito comum e mesmo de oficiais cristãos no seu aparelho administrativo.

Neste aspecto, há que salientar o protagonismo da comuna lisboeta, cujo foro é constantemente referenciado como modelo das demais entidades comunais, quer já nas cartas de foral, quer ao longo de todo o período posterior. Mais ainda, compete ao alcaide e legistas desta comuna a formulação de uma jurisprudência, baseada no direito islâmico e consuetudinário dessas comunidades, oportunamente aplicada a toda a estrutura comunal do território.

Este ascendente não se deve a uma preponderância económica (à data da expulsão os direitos régios sobre Lisboa orçavam em apenas 9,7% do rendimento do total das comunas, contra, por exemplo, 57% de Loulé ¹⁴), mas é antes imputável a todo um outro conjunto de factores. A organização precoce da sua estrutura administrativa (o foral desta comuna data de 1170, enquanto que os restantes só foram concedidos no século XIII) e a sua localização na principal cidade do reino, geograficamente próxima dos centros de decisão, faz da comuna lisboeta um interlocutor privilegiado do poder central. Deste modo, se explicará o seu dinamismo e a maior resistência às pressões do exterior, que se traduzem pela persistência do símbolo da sua autonomia judicial, a cadeia da mouraria, e pela existência de um coudel da comuna, aspectos esses que, no século XV, já tinham sido assimilados pelo poder concelhio nas demais entidades comunais do país.

No supra referido caso de Évora, o contexto é distinto, sendo notório desde cedo o intento da supremacia do concelho sobre a comuna, com evidentes vantagens para o primeiro. Esta situação espelha-se claramente numa carta de 1 de Agosto de 1449, escrita justamente por Nuno Martins da Silveira aos vereadores, procurador e homens bons da cidade, pedindo «por bondades», que usassem com os muçulmanos «como amigamente em os tempos dos Rex passados (...) sem lhes de presente sseer fecto outro emnouamento Em seu dapno» ¹⁵.

O ascendente da estrutura cristã tolhe, neste caso, muita da autonomia comunal, explicando a necessidade de recorrer a uma protecção exterior, mas por si só não a justifica inteiramente. De facto, Baquero Moreno chamou já a atenção para as situações de conflito verificadas entre os mudéjares de Évora ¹⁶, que se traduzem necessariamente no funcionamento das instituições. Em 1362 o soberano é obrigado a intervir, a pedido do procurador «e outros muito mouros» do comum, que se queixam de abuso de poder por parte do seu alcaide e do facto de o mesmo não saber ler nem escrever, ignorando portanto o direito muçulmano, «o que lhes era defeso por sua ley que nom seja alcaide se nom aquel que for sabedor». D. Pedro acede à petição de que este cargo fosse apenas ocupado anualmente, como se verificava para os oficiais do concelho, encarregando o corregedor da comarca de inquirir sobre a figura eleita e de supervisionar o seu desempenho ¹⁷.

Trata-se, neste caso concreto, de uma intromissão no funcionamento comunal, provocada pela própria comunidade, cujos problemas, no entanto, se arrastam. Posteriormente, em 1445, surgem novos indícios desta situação, quando os muçulmanos da comuna, evocando o facto de se encontrarem «desRegidos e em ponto de sse perder por

nom terem alcaide», solicitam ao soberano a indigitação, por três anos, de Ali Caeiro, o moço, apesar de este «nom chegar aquella conthia que he ordenado que aja de teer os que o dicto ofício ouuerem»¹⁸.

Parece pois que, a fragilidade institucional da comuna de Évora a torna demasiado permissível à infiltração de outros poderes, minando a sua autonomia e conduzindo frequentemente à intervenção do soberano, solicitada pela própria comunidade. Consubstancia-se, deste modo, o esvair das competências do alcaide (de uma forma mais acelerada que em outras comunas do país), e a sua transferência para mãos dos cristãos, indubitavelmente acompanhada pela correlativa aplicação do direito comum em detrimento do islâmico.

Situação, que, aliás, conhecerá o seu corolário no último quartel do século XV. Em Março de 1476 o rei escreve ao concelho, em resposta às suas queixas ou às da comuna (a primeira parte da missiva desapareceu), ordenando submissão total a Fernão de Melo no referente aos feitos entre mudéjares, e concedendo-lhe «todo o nosso comprido poder» para punir os que se intrometerem na respectiva jurisdição. As recomendações são especialmente dirigidas ao escrivão da comuna e aos escrivães e tabeliães «que effectos dos dictos mouros teuerem em agrauos»¹⁹.

A esta personagem, do conselho do rei e alcaide-mor de Évora, tinha D. Afonso V, no ano anterior, feito doação dos direitos régios da comuna, prática normal dos soberanos, que sempre englobou apenas o rendimento dessas comunidades; este facto encontra-se claramente expresso no diploma, referindo-se a renda, direitos e tributos pagos anualmente pela comunidade²⁰. Se a jurisdição lhe foi outorgada ou se dela se apoderou, numa interpretação abusiva da noção de

direitos régios, é irrelevante, já que a sua posição obtém a ratificação do poder central.

No entanto, os protestos continuam, dado a sua tendência para alargar as respectivas competências. Em Março de 1486, o concelho insurge-se contra o facto de Fernão de Melo usurpar direitos do concelho, ao julgar também os casos mistos em que os réus eram muçulmanos (acusados por cristãos ou judeus), o que competiria aos juizes ordinários²¹, repetindo esta queixa nas cortes de Évora de 1490. Os argumentos encontram-se aqui mais elaborados, num discurso que se pretende convincente, invocando-se mesmo o facto desta situação ir contra os privilégios da comuna, simples peão num jogo de paciência entre as autoridades concelhias e um poderoso do reino, que, finalmente, é ganho pelas primeiras. De facto, o rei decide a seu favor, determinando que Fernão de Melo «Nom use Mais da dita correição assy apartada Amtes ho corregedor da comarca emtre emde ha dita mouraria e use em todo do que a ssua Correicam pertemce assy Como se ao dito ffernam de mello nunca fora dada»²².

Outras realidades, no entanto, se perspectivam para as comunas muçulmanas, algumas delas bastante mais difíceis de detectar dado o laconismo ou inexistência da documentação. Projectam-se assim silêncios, fruto do exercício de um poder, que se pretende hermético e impermeável à protecção e intervenção régias.

Neste sentido, o caso da comuna de Avis é paradigmático. Originada, como já foi referido, por carta de foral outorgada por Gil Martins, mestre da Ordem de Avis, segundo o modelo de Elvas, recebe confirmação geral dos seus privilégios por D. Pedro, sendo problemática a sua existência como tal no século XV, embora aí continuem a viver muçulmanos²³. A sua fragilidade institucional estrutura-se a partir da primeira metade do século XIV, devendo-se à incapacidade demonstrada pelo comum em fazer face à própria Ordem.

Em 1331 o rei julga um caso entre D. Gil Peres, mestre da Ordem de Avis, e Mafamede Francelho, alcaide da comuna, acusado de ter sido ratificado no cargo por carta régia, que «ganhara calada a uerdade e como nom deuja». Uma primeira quebra de solidariedade entre a comunidade muçulmana (que, de resto, o elegera e à qual o diploma régio era dirigido), verifica-se no facto de, citado o alcaide e representantes do comum para a corte de mestre, os últimos não terem comparecido e, mais, de se terem mesmo negado a outorgar ao seu alcaide o poder de representar a comuna.

Mafamede Francelho responde à acusação, invocando que, pelo foro de Elvas, os mudéjares poderiam eleger o respectivo alcaide «e que asij o husarom senpre fazer», contrapondo o mestre que tal se deveria entender apenas no referente aos preitos entre muçulmanos, pois «senpre da pobraça da terra foram fectos os alcaijdes pelos Meestres e que el e os seus antecessores sempre asij husaram de fazerem qual alcaide eles por bem teuessem». Perguntadas as partes se poderiam dar prova do que afirmavam, D. Gil Peres respondeu afirmativamente, limitando-

-se o alcaide muçulmano, apesar de instado duas vezes, a afirmar que não o queria fazer, pois não desejava preito com o mestre «maijs que o fecto como iazia», deixando o caso nas mãos do rei.

Apenas cinco dias passados sob o início do pleito, chegou à corte o procurador da comuna, Bochechas (pelo que é designado por «mau procurador»), ao qual é facultado o processo e pedido «que Mostrasse com este Alguem direito se os Mouros aujam e que lho (o rei) guardaria». O mudéjar responde como o havia feito o alcaide, acrescentando também que os muçulmanos da comuna «nom queriam outro preito com o Meestre e que asij lho mandarom dizer».

Face a este desenvolvimento, ao soberano não se apresentava outro recurso se não o de apoiar as pretensões da Ordem, decretando a invalidade da eleição de Mafamede Francelho como alcaide da comuna, e ratificando a posterior intervenção dos mestres no indigitamento para este cargo²⁴.

O diploma presta-se a várias inferências. Um primeiro aspecto refere-se ao afastamento da comunidade que, apesar de ter eleito o seu alcaide, o deixa sózinho e lhe retira qualquer legitimidade de representante da comuna, face às pressões da Ordem e, só muito tardiamente, acorre ao processo legal conduzido pelo rei. Tal facto poderá denotar duas leituras: ou divergências internas no seio da própria comunidade quanto à figura de Mafamede Francelho, em que acaba por triunfar a facção que lhe era oposta, ou a demonstração de uma profunda submissão ao poder da Ordem que, de facto, dominava em Avis.

Esta hipótese parece a mais provável. Realmente, infere-se um consenso absoluto na comunidade, desde o início do processo, que a faz recuar em unísono quando, logo após a confirmação régia da eleição do alcaide, conhece a tomada de posição da Ordem. Por outro lado, não se detecta qualquer divergência entre o discurso de Mafamede Francelho e do procurador Bochechas: ambos se recusam a apresentar provas da legitimidade da sua pretensão, confiando ao rei a solução do caso, e alegando não desejar outro afrontamento com o mestre.

O epílogo era o único possível face a esta desistência anunciada, pese os esforços do soberano em inverter as posições, ao insistir reiteradamente na apresentação de provas por parte do alcaide, e, mais tarde, do procurador, e ao garantir mesmo a sua aceitação, caso estas lhes lhe fossem apresentadas. Neste contexto específico, interessava ao poder central apoiar a comuna contra os interesses do mestre, o que lhe não foi facultado pela própria comunidade que, ao proceder a esta eleição, devia procurar justamente escapar ao controlo da Ordem e passar para a do soberano, não esperando de certo uma reação tão imediata e determinada, que a levou imediatamente a recuar.

As comunas muçulmanas constituem-se, pois, como objecto do exercício de poder da maioria cristã. Objecto não passivo, é certo, porquanto a intervenção dos vários poderes se estrutura em função da maior ou menor coesão dessas

comunidades, dos laços de solidariedade ou conflituosidade que nelas se geram. Tece-se, deste modo, uma teia de relações complexas, que determina uma profunda divergência evolutiva (justificando, igualmente, a expressão «permanências comunais»), testando permanentemente a capacidade de adaptação de cada uma delas ao meio específico em que se insere.

A necessidade de sobrevivência implica compromissos, na estrutura administrativa mas também nas vivências comunitárias, explicando a permeabilidade aos valores da maioria, que nomeadamente se verificam na coexistência da aplicação do direito comum e do direito islâmico.

Algumas destas instituições não mostraram a flexibilidade necessária, o que determinou o seu desaparecimento na passagem dos séculos XIV para o XV, como é o caso de Leiria, Alenquer, Estremoz e, provavelmente, Avis.

É preciso não esquecer ainda que, neste artigo, se pretendeu apenas dar uma perspectiva do poder no sentido de uma hegemonia sobre a entidade comunal, entendida como um todo. De facto, ela resulta da actuação de indivíduos singulares, cujas alianças e relações pessoais inevitavelmente projectam todo um outro tipo de poderes na estrutura administrativa. Relativamente comuns são os fenómenos de clientelismo, que levam senhores cristãos a interceder, junto ao poder central, para a investidura dos seus protegidos em cargos comunais ou, ao invés, solicitam a sua isenção desses mesmos cargos, o que não deixa de ser igualmente perturbador para o normal funcionamento dessas instituições.

Paralelamente, existe um poder muçulmano, consubstanciado numa elite comunal que domina o aparelho administrativo, o que não é isento de conflitos entre os «melhores» da comunidade e a restante população.

Poder e poderes que se entrecruzam, aliam ou confrontam, mas cujo equilíbrio permite a sobrevivência das comunas muçulmanas até finais do século XV.

ABREVIATURAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.)
Arquivo Distrital de Évora (A.D.E.)

NOTAS

- 1 Do árabe *mudajan*, «aquele que permanece (sob domínio cristão)».
- 2 A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 16.
- 3 Sobre esta problemática ver: Barros, 1990.
- 4 Gomes, 1991: 155-177.
- 5 A.N.T.T., Ordem de Avis, doc. 379.
- 6 Chancelaria Portuguesa — D. Pedro I: 35.
- 7 A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 10 v.
- 8 Ordenações Afonsinas, livro 2, tit. 120: 563.
- 9 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, livro 2, fl. 116 v.
- 10 A.N.T.T., Chancelaria de D. Duarte, livro 3, fl. 58 v.
- 11 «(...) que nenhuu Chrisptão, nem Judeu sobre vos nom aja poder de vos empecer, mais aquelle, que de vós (...) por Alquaide enlegerdes, esse medês vos julgue» — Ordenações Afonsinas, livro 2: 529.
- 12 «e aquele que eles [os muçulmanos] elegerem devo lho eu [o rei] a outorgar», A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, livro 2, fl. 124.
- 13 Ordenações Afonsinas, livro II, tit. 101: 532-535.
- 14 Barros, 1998: 26.
- 15 A.D.E., nº 72, Colecção de Originais da Câmara, vol. 2, fl. 8.
- 16 Baquero Moreno, 1996: 13.
- 17 Chancelarias Portuguesas — D. Pedro I: 344-345.
- 18 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 104 v.
- 19 A.D.E., nº 66, Livro Pequeno de Pergaminhos, fl. 67.
- 20 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fl. 16.
- 21 A.D.E., nº 71, Originais da Câmara, livro 1, fl. 204 v.

22 A.D.E., nº 70, Quarto Livro de Pergaminhos, fls. 31 v.-32 v.

23 Barros, 1990: 93.

24 A.N.T.T., Ordem de Avis, doc. 379.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelarias Régias.

Ordem de Avis (documentos vindos da Repartição das Finanças de Portalegre).

Arquivo Distrital de Évora

Livros de Pergaminhos.

Colecção de Originais da Câmara.

Livros de Posturas Antigas.

Impressas

MARQUES, A. H. de Oliveira (ed. 1984) — Chancelarias Portuguesas — D. Pedro I, Lisboa I.N.I.C.

Ordenações Afonsinas (ed. 1984), Livro 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

ESTUDOS

BAQUERO MORENO, H. C. (1994) — *Os Mudéjares no Portugal Medieval*, Porto, Conselho Directivo da F.L.U.P.

BARROS, Henrique da Gama (1936-1937) — «Judeus e mouros em Portugal em tempos passados», in *Revista Lusitana*, vols. 34 -35, Lisboa, pp. 165-265 e 161-338.

BARROS, M^a Filomena Lopes de (1990) — «As comunas muçulmanas em Portugal», in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII, Porto, pp. 85-100.

— (1996) — «Os mudéjares portugueses e a afirmação da identidade nacional: da invisibilidade ao exotismo», in *A Construção Linguística da Identidade Social e Individual*, Évora, C.I.D.E.H.U.S. - U.E., pp. 107-110.

— (1998) — *A comuna muçulmana de Lisboa (sécs. XIV-XV)*. Lisboa, Hugin.

GOMES, Saul António (1991) — «A mouraria de Leiria. Problemas sobre a presença moura no centro do país», in *Estudos Orientais*, Lisboa, pp. 155-177.

GUERREIRO, Manuel Viegas (1991) — «Mouros», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 352-354.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1988) — «A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a Reconquista. O exemplo da cidade de Lisboa», in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 106-107.

— (1988) — *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença.

TAVARES, M^a José Ferro (1982) — «Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV», in *Revista de História Económica e Social*, nº 9, Lisboa, Ed. Sá da Costa.

VASCONCELOS, J. Leite de; GUERREIRO, M. Viegas (1984) — *Etnografia Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional.

VITERBO, F. de Sousa (1907) — «Ocorrências da vida mourisca», in *Arquivo Histórico Português*, vol. V, pp. 81-93, 161-170 e 247-265

UMA TAÇA ISLÂMICA COM DECORAÇÃO ANTROPOMÓRFICA PROVENIENTE DO CASTELO DE PALMELA

ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES*

1. INTRODUÇÃO

O projecto de investigação arqueológica que decorre desde 1992 no castelo de Palmela insere-se num programa alargado de recuperação do conjunto monumental e prossegue uma harmoniosa articulação com as propostas de intervenção ditadas pela arquitectura. Esta busca de equilíbrio viria a demonstrar-se eficaz e frutuosa, cumprindo-se os objectivos de abrangência disciplinar e de integração global que norteiam o programa.

A primeira fase das investigações arqueológicas desenvolveu-se em espaços distintos do castelo mas teve a sua maior incidência nas denominadas galerias da praça de armas. Foi numa dessas salas, a quatro, que se recolheram os fragmentos da taça islâmica em estudo. Trata-se de uma peça de forte originalidade iconográfica, não se conhecendo paralelos precisos nas colecções de ceramologia islâmica divulgadas, nem em representações congêneres sobre outros suportes. No ponto de vista formal é um recipiente relativamente comum, característico das produções *verde e manganés* dos séculos IX a XI, tanto do al-Andalus como de Ifríqya, da Sicília e do Maghreb.

As raízes técnico-decorativas remetem para influências do Médio-Oriente, próximas das produções sassânidas primitivas dos séculos VII-VIII, depois desenvolvidas durante o califado de Córdoba.

No território do Garb al-Andalus conhecem-se exemplares *verde e manganés* provenientes de Lisboa, de Silves, de Mértola, nos quais predominam a decoração vegetalista e geométrica, alguns apontamentos epigráficos e representações animais. O exemplar de Palmela oferece um campo de investigação complexo e alargado, ao pretendermos elucidar sobre a origem da peça, o seu enquadramento crono-estratigráfico, as possibilidades de integração cultural e artística, ao ensaiarmos descodificar, interpretar o simbolismo da invulgar imagética que o oleiro traçou, ao tentarmos analisar as técnicas de fabrico e decorativas, auxiliando-nos de pesquisas laboratoriais.

* Arqueóloga. Museu Municipal de Palmela.



Fig. 1 — Localização de Palmela na região inter-estuarina do Sado e do Tejo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Nos últimos anos, o incremento das investigações arqueológicas e da pesquisa das fontes escritas referentes ao domínio islâmico peninsular, tem trazido alguma luz sobre a organização espacial e administrativa durante esse período.

Perante a escassez de referências das fontes islâmicas a *Balmâlla*, o estudo da região envolvente, das urbes e das vias de comunicação mais significativas, pode no entanto fornecer uma visão global da estruturação da península de Setúbal (Fig. 1). Esta região era dominada pela zona estuarina do Sado e relacionava-se, pela facilidade dos acessos, com a bacia do Tejo e com *Balata*, território entre Lisboa e Santarém (Coelho, 1989, 54 e 70), que deve corresponder sensivelmente ao Ribatejo actual. O castelo de Palmela permitia o domínio estratégico de uma vasta área inter-estuários, da maior relevância em termos militares, estabelecendo ligação com Almada, Coina e Lisboa (Fernandes e Picard, 1999). Um pouco mais a sul, Alcácer do Sal (*Qsar Abî Dânis*), a partir de finais do século IX-inícios do século X assume-se como um núcleo urbano de importância fulcral. Para além de

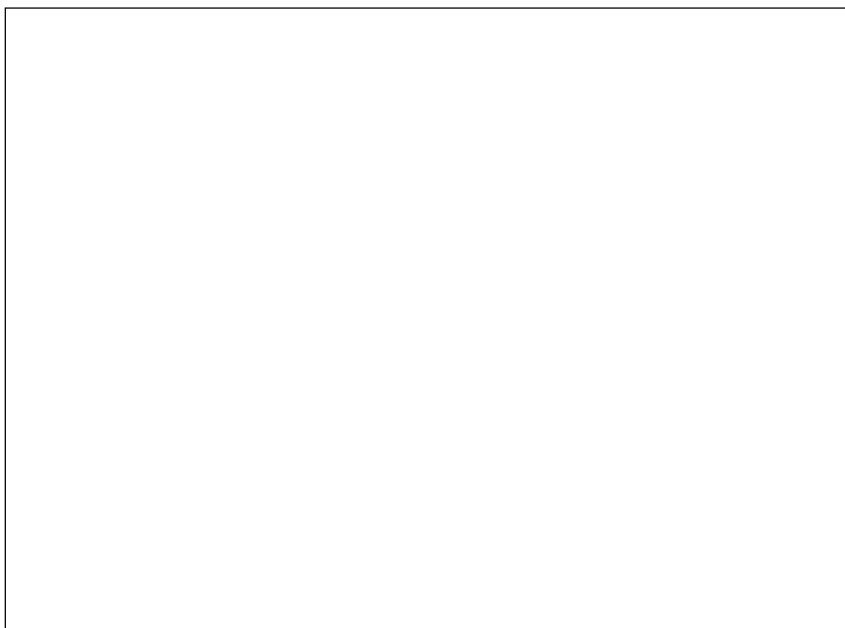


Fig. 2 — Planta das galerias escavadas na Pç. de Armas.

estaleiro naval, representa um posto de vigilância marítima, juntamente com Lisboa, relativamente à costa sudoeste Atlântica (Picard, 1997, 27-28). A zona de influência dos Banû Dânis, a família berbere fundadora da cidade, alargava-se certamente à zona de Setúbal-Palmela-serra da Arrábida, então chamada de *montes dos Banu Benamocer ou al-Rabita* (Lévi-Provençal, 1953, 90).

A arqueologia pôde já comprovar a presença islâmica no castelo de Palmela desde a fase omíada até à reconquista. Na região rural envolvente constatarem-se outros vestígios que igualmente ilustram uma continuidade ocupacional alargada desde a fase tardo-romana até, pelo menos, ao período almorávida, verificando-se claras afinidades morfológicas entre as peças de cerâmica recolhidas em contexto rural e as provenientes do castelo. Outros povoados, ao longo das cumeadas que dominam a Arrábida, parecem estruturar-se na influência tripartida dos castelos de Palmela, de Coina-a-Velha e de Sesimbra (Fernandes, 1997).

As três salas do lado norte da praça de armas do castelo de Palmela (Fig. 2) foram escavadas na totalidade, tendo-se atingido o afloramento rochoso em boa parte da sua extensão. Em todas elas foi possível trazer à descoberto estruturas de habitat e restos das muralhas que legendam as sucessivas ocupações humanas do castelo, desde a fase tardo-romana/visigótica (séculos VI-VIII) até ao presente.

São particularmente notáveis os registos estratigráficos e os testemunhos estruturais da época islâmica, autêntico arquivo material das várias fases de controlo e de gestão do espaço ao longo de mais de quatro séculos.

Fig. 3 — Plano da Galeria 4, ao nível da camada 10.

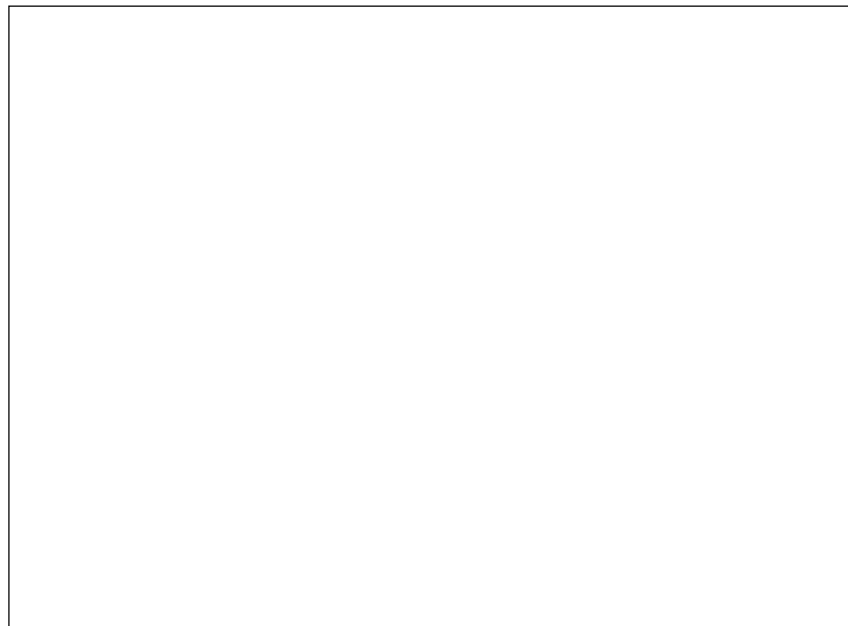
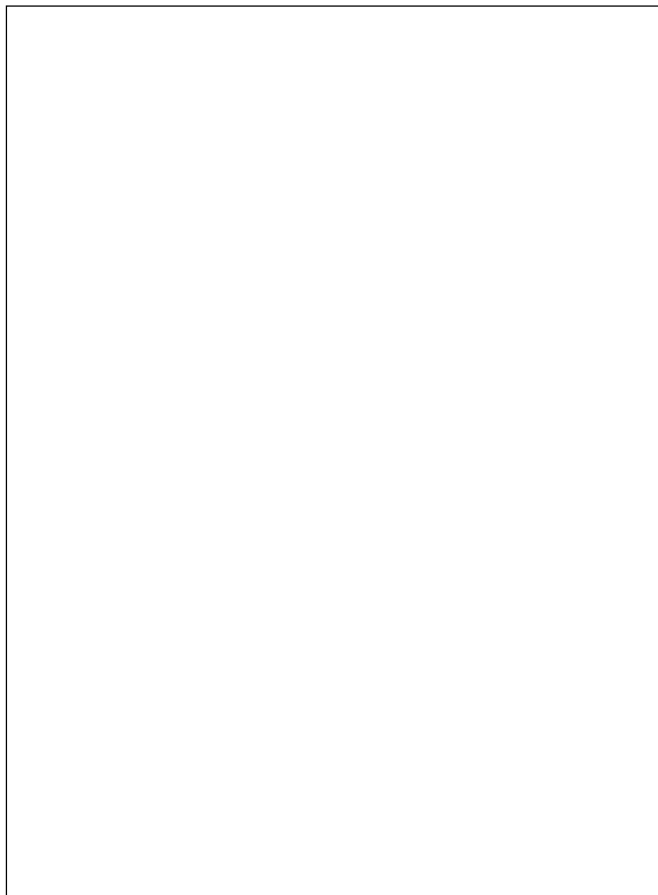


Fig. 4 — Gal. 4: perfil estratigráfico SE-NW.

A taça islâmica foi encontrada na denominada galeria 4, no cruzamento dos quadradados N17-O17 com N18-O18. O estrato foi designado por camada 10 (Figs. 3 e 4) ¹ e situa-se entre as cotas 247,6 m e 248,7 m.

Trata-se de um nível bastante complexo, composto por entulhos de pedras, envolvidas por terra negra de tonalidade e de consistência variadas. Alterna com outro sedimento, fino e arenoso, argiloso, de cor vermelha. Continha bastante fauna, muita dela calcinada, fragmentos de cerâmica, escassos com revestimento vidrado, dois decorados com a técnica da *corda seca* e alguma de pasta creme com pintura a ocre. A leitura da organização do depósito revela-nos sinais de incêndio e de destruição. Devemos estar perante o registo de um momento de conflito ocorrido provavelmente no século XI, que terá perturbado e destruído estruturas e espaços contemporâneos e alguns anteriores. Este nível 10 é precedido por um piso 9 (Fig. 4) que o isola, ainda que o não faça completamente. É um estrato de altimetria variável, formado por argamassa de areia e cal junto à muralha, passando a definir-se por um pequeno empedrado de arenito local ligado por terra escura. O muro 9B deverá situar-se cronologicamente no século XI, construído depois do episódio de destruição atrás assinalado.

Este nível estratigráfico apresenta alguns problemas. Os materiais arqueológicos que continha eram essencialmente restos de cerâmica, de materiais de construção e de fauna (ossos de mamíferos, de aves e conchas de moluscos). Da análise dos fragmentos exumados, nos seus aspectos formais e decorativos, concluímos pela predominância de cerâmicas islâmicas de feição arcaica (séculos IX-X), algumas utilizando a pintura geométrica a vermelho-ocre, de tradição berbere, sobre pastas creme, depuradas e que não constituem elementos residuais. Os

fragmentos vidrados escasseavam. São contudo registados alguns tipos de bordo que surgem com maior abundância em períodos mais tardios e outros pertencentes a categorias mais ou menos híbridas, cuja presença ocorre durante praticamente todo o período de ocupação islâmica.

As camadas seguintes, cronologicamente anteriores, evidenciam características de espólio idênticas, mas sem percepção de contaminações e com a presença de formas de tradição visigótica. Os níveis que cobrem a camada 10, acima do piso 9, desenhavam mais coerentemente ocupações dos séculos XI e XII.

As perturbações na camada 10 devem estar relacionadas com a destruição que ela própria documenta. O estrato original parece integrar-se no século X, com uma longevidade de ocupação até finais do século, podendo atingir os primeiros anos do século XI. Algumas infiltrações poderão ter ocorrido, denunciando artefactos com datações algo posteriores, na sequência de movimentos descendentes provocados pelo episódio de incêndio citado e pela acção humana decorrente.

Para tentar obviar à problemática da cronologia estratigráfica submetemos duas amostras a análise para datação por radio-carbono (^{14}C), no ITN².

A amostra A era constituída por um conjunto de ossos de animais e a amostra B por conchas de vários tipos. Ambas foram recolhidas no estrato acima referido — camada 10, no mesmo contexto da taça em estudo.

Um dos problemas das nossas amostras, sobretudo no caso dos ossos, prendia-se com a pequena quantidade recolhida e o seu fraco estado de conservação, o que, à partida, daria poucas garantias de detecção da suficiente quantidade de colagénio, a matéria proteica

neles contida, a datar. Os resultados obtidos pelo laboratório apontam, após calibração, para a amostra A, uma intersecção em 1195 cal. A.D., com intervalos entre 1036 e 1295². Para a amostra B, verifica-se uma intersecção em 610 cal. A.D., com intervalos entre 541 e 686.

Constata-se, pois, que existe uma disparidade significativa entre as datações das duas amostras. Segundo o laboratório de isótopos ambientais do ITN, o grau de fiabilidade dos resultados de ambas as amostras é baixo, sendo o da amostra B o mais improvável. Os limites da datação da amostra B — séculos VI e VII — são inaceitáveis face à leitura arqueológica do contexto estratigráfico da amostra e da taça.

Neste pressuposto, as balizas 1004/1036-1276/1295, resultantes da calibração da datação ^{14}C da amostra A (ossos), afiguram-se-nos próximas de uma hipótese correcta apenas nos seus valores mais antigos (século XI). Pesem embora algumas dificuldades de medição devidas à reduzida presença de colagénio, esta será, segundo o laboratório, a análise cujas conclusões devem merecer maior confiança.

Dos dados obtidos com as amostras A e B infere-se portanto que, por si só, não é possível, através deles, obter conclusões muito seguras. Por um lado, pelos problemas que a qualidade e a quantidade da amostragem colocaram, por outro pelos erros aleatórios e/ou sistemáticos que sempre podem ocorrer. Como afirmam os investigadores desta matéria (Cabral e Soares, 1982, p. 92) *as conclusões que podem obter-se num processo de inferência indutiva são sempre incertas, e o melhor que pode conseguir-se é medir o grau dessa incerteza em termos de probabilidade.*

O estudo dos materiais associados à taça decorada, as características geo-estratigráficas do nível de depósito respectivo, são fundamentais para se aferirem resultados. A conjugação destes dados com os do laboratório conduz-nos a uma interpretação que limita a cronologia do ambiente arqueológico da peça, com forte probabilidade, aos séculos X-inícios do XI.

3. REGISTO DESCRITIVO

Apesar das limitações que uma peça arqueológica fragmentada, como esta, oferece, foi possível reconstituir através do desenho todo o perfil, graças à existência de fragmentos do bordo, da parede e do pé (Fig. 5)³.

A taça islâmica de Palmela é uma forma aberta, com 232 mm de diâmetro, carena baixa, bem demarcada. O pé, curto, em anel, define-se quase verticalmente em relação à linha de base. O fundo apresenta uma convexidade central. O bordo é extrovertido mostrando um lábio tendencialmente semi-circular.

A pasta é rosada (Munsell, 5YR.7/3), bastante depurada e, duma forma geral, com desengordurantes pouco perceptíveis, notando-se a presença de



Fig. 5 — Desenho arqueológico da taça islâmica de Palmela: perfil e plano da face interna.

partículas micáceas e quartzíticas. Contudo, ocasionalmente, ocorrem elementos não plásticos bem visíveis, que variam entre os 2 e os 3 mm (Fig. 6) ⁴. A espessura da parede situa-se entre os 4 e os 7 mm. Externamente está revestida a vitrado de chumbo, amarelo melado, esverdeado (Muns. 5Y.7/4). A face interna apresenta-se esmaltada a branco (Muns.5YR.8/1). Esta cobertura



Fig. 6 — Taça Islâmica de Palmela: pasta observável em corte vertical da parede, à lupa binocular (6X).

branca assemelha-se a um engobe sobre a pasta, sem brilho, com disseminação de manchas amareladas, o que manifestamente se deve à deterioração sofrida durante o longo período de deposição, em meio sedimentar argilo-arenoso e húmido. Na verdade, trata-se de um vitrado opacificado bem perceptível à lupa binocular, obtido através da adição de estanho, como o comprovaram as análises laboratoriais efectuadas.

A estratificação deste revestimento interno, observado à lupa binocular com ampliações de 6 e 12 vezes (Figs. 7 e 8) ⁴, confirmou a técnica utilizada pelo artista: sobre a cobertura branca, aplicou soluções vitrificantes de verde e negro-violeta (Muns. 10R.4/4 a 10R. 2,5/2), traçando o desenho pretendido.

Um dos aspectos observados respeita à cor castanha/negra do traço exterior do desenho. As tonalidades que assume ao longo do traçado vão do castanho ao negro e ao violeta. É visível a frequente mistura do verde e do castanho nas margens em que se tocam. Registaram-se também algumas lacunas nas camadas do revestimento cromático, em ambas as faces, deixando a descoberto a pasta. No entanto, numa forma geral e considerando o historial decerto acidentado da longa deposição de peça, o seu estado de conservação pode considerar-se satisfatório.



Fig. 7 — Taça Islâmica de Palmela: observação à lupa binocular (12X). Aspecto da decoração policroma — branco, verde e castanho/negro.



Fig. 8 — Taça Islâmica de Palmela: observação à lupa binocular (6X). Traço a manganés definindo o dedo que aponta.

Com a radiografia da taça (Fig. 9) ⁵ foi possível, com maior precisão, delimitar e analisar a extensão e a qualidade das fracturas e das colagens, melhorando assim o conhecimento do seu estado de conservação. Em termos do estudo do suporte, colocou em evidência alguns detalhes da execução ou da cozedura que deixaram marcas (lacunas, bolhas de ar). O ressaltado da parede, acima da base, é demarcado com nitidez, deixando perceber os sinais da intervenção do artífice ao defini-lo, tal como no anel que forma o pé. A possibilidade de visionar o desenho através da face externa permite situá-lo exactamente em relação à estrutura formal, ao perfil da peça.

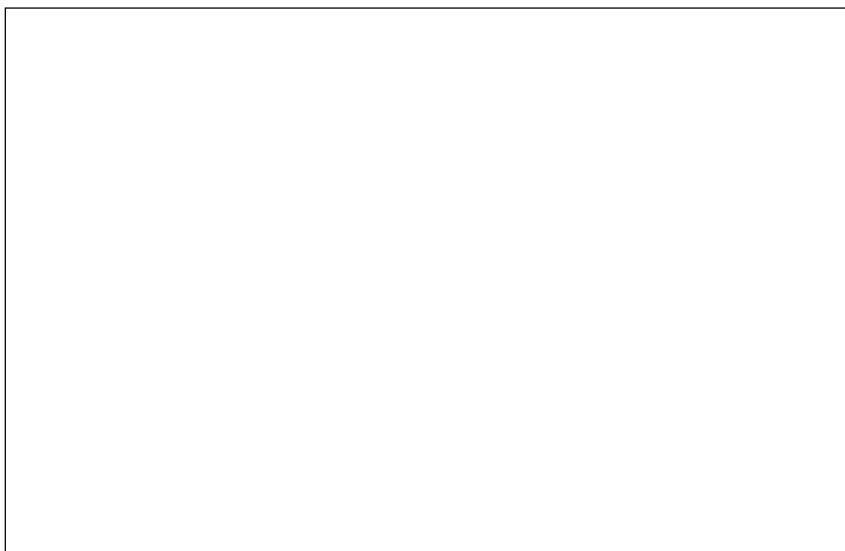


Fig. 9 — Taça Islâmica de Palmela: radiografia.

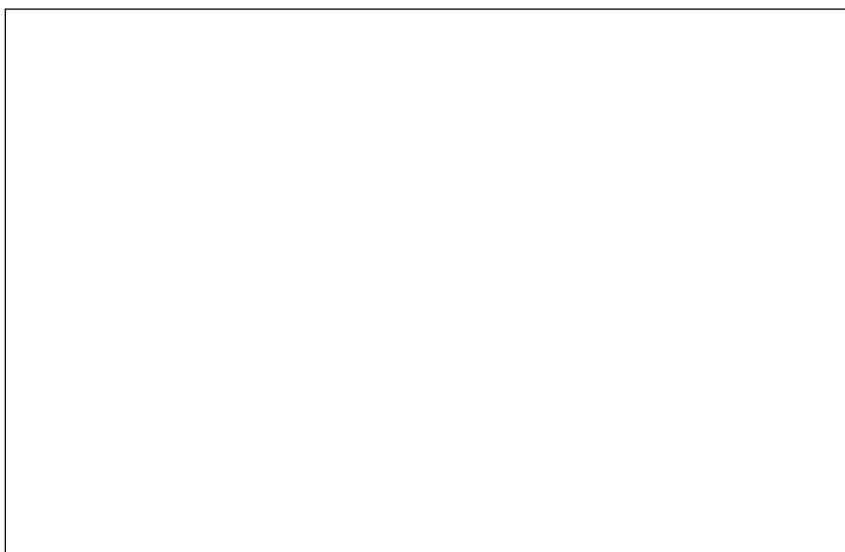


Fig. 10 — Fotografia da face interna da Taça Islâmica de Palmela.

A taça actual, resultado da colagem de cinco fragmentos, possibilita ao olhar do observador a leitura de um repertório iconográfico que representa, genericamente, uma figura humana de longas vestes, sentada de perfil, a mão direita (?) em relevância, o indicador apontado. É ladeada por um cantil e uma jarra ou gomil. Uma haste rectangular, junto à jarra, torna-se de difícil interpretação por se encontrar incompleta. No bordo, sobre o lábio, foram aplicados pingos de vidrado negro-violeta (Fig. 10).

4. MORFOLOGIA

Segundo Rosselló Bordoy (1986-87, 281) a taça islâmica, utilizada como loiça de mesa no al-Andalus é uma sobrevivência da patera tardo-romana, provavelmente por razões que se prendem unicamente à funcionalidade. Partilhando a opinião de Zozaya (1978, 311-315), acrescenta no entanto que, para a forma I da sua tipologia (1978 e 1980a, 299, 305, 307), se bem que se possam encontrar filiações próximas da forma Hayes 46, os antecedentes devem procurar-se preferencialmente na taça T'ang chinesa, que se expande para Ocidente nos séculos VIII-IX (Idem, 1986-87, 282, 283). Referimo-nos ao *Ataífor 1* por ser o tipo em que a taça de Palmela se insere.

Zozaya (1980 a, 276) chama a atenção para a variedade de pés e de perfis das paredes, acentuando a relação destas cerâmicas com protótipos romanos tardios, visigóticos, persas, iraquianos e egípcios.

Na síntese crono-tipológica de Almansa e outros (1995, 126), que se refere ao sudeste do al-Andalus (Málaga, Granada, Almería), é difícil encontrar paralelos. A taça de maiores semelhanças é a 122 pela dimensão e pela existência de pé baixo, mas revela diferenças no bordo, no ângulo de abertura das paredes e na carena baixa. O bordo extravasado e a moldura acima do pé são para o autor indicadores para um enquadramento no século XI, relacionados com taças de maiores dimensões e decoração *verde e manganés* mais elaborada. No Garb al-Andalus, porém, este tipo de características não são exclusivas do período das taifas.

Claras analogias, no quadro morfológico das cerâmicas islâmicas da Meseta, apresentado por Retuerce Velasco (1998, Tomo I, pp. 105-106; Tomo II — Forma A), podem encontrar-se no n.º 13B da forma A, que o autor situa nos séculos X-XI. Refere especificamente a carena na parte baixa da parede e o exvasamento, por vezes acentuado, do bordo.

Na evolução formal das cerâmicas sicilianas com revestimento, o tipo 3, datado da segunda metade do século X, evidencia a calote hemisférica, o pé curto, o bordo extravasado (Molinari, 1995 b, 192).

O paralelo mais próximo que conhecemos para a peça de Palmela, em termos formais (bordo, pé, carena e dimensão) encontra-se na taça Q3/C8-40 de Silves, recolhida em níveis atribuídos aos séculos VIII-IX (Gomes, 1991, 21, 23, 26; Gomes, 1995, 20-21). É esmaltada a branco em ambas as faces e os motivos decorativos são vegetalistas, de traço fino, características estas distintas das observadas no exemplar em estudo.

Também em Silves (Gomes, 1998, 48) a peça Q5/E15/C2-30, enquadrada nos séculos X-XI, apresenta aspectos formais e decorativos comuns à taça em estudo, na policromia a verde e castanho, no pé baixo anelar, na linha de desenvolvimento do bordo e da parede (ainda que sem carena).

Em Mértola as afinidades situam-se nas peças classificadas em *Ataífor 1* e 2, séculos X e XI (Gomez Martinez, 1993, 119-122), com revestimento exterior

melado esverdeado, transparente e decoração a verde e castanho sobre fundo branco na face interna. Nalgumas aparece o mesmo ressalto que define a carena acima da base.

Estes pontos de contacto reafirmam-se nos fragmentos de taças verde e manganés n.ºs 2 e 4 do Castro da Cola (Gómez Martinez, 1998, pp. 61 e 62), a presença do ressalto, o bordo dobrado para fora, o revestimento melado exterior no n.º 4.

Pela proposta de distribuição cronológica e formal de Zozaya (1991, 315-316, est. 4), a taça de Palmela insere-se nas fases califal/epi-califal, no tipo 5A, com maior semelhança aos n.ºs 42 e 43.

Nas peças *verde e manganés* são as formas abertas que predominam, principalmente as taças e os pratos (Bazzana, 1991, 351).

5. ANÁLISES QUÍMICA ELEMENTAR E MINERALÓGICA

O estudo laboratorial da peça incluiu análises químicas através de Microscópio Electrónico de Varrimento (MEV)⁶, por Espectrometria de Fluorescência de Raios X (EFRX)⁷⁻⁸ e por Difracção de Raios X⁷.

Embora conhecendo à partida as limitações de uma investigação não alargada a um universo significativo de amostras, pareceu-nos ainda assim útil proceder a análises laboratoriais com vista a identificar os elementos constituintes da pasta, dos vidrados da peça e de alguns outros fragmentos do mesmo contexto, os óxidos utilizados na pigmentação, a composição mineralógica da argila-base da taça, de outros fragmentos do mesmo contexto e de amostras de argila da região.

Das informações obtidas, dos estudos comparativos dos resultados das várias amostras, das analogias com outras pes-

quisas divulgadas, sobre peças de origem conhecida, pretender-se-ia inferir, ainda que com um grau de probabilidade previsivelmente limitado, sobre a proveniência da taça e acrescentar dados sobre a sua classificação e a tecnologia de fabrico.

As análises através do *MEV* foram efectuadas na *FCT/UNL*⁶ e incidiram sobre as seguintes amostras: a pasta, o vidro melado, a cobertura branca, o castanho e o verde da taça islâmica; a cobertura de um fragmento de vidro; a cobertura vidrada de um fragmento de cerâmica decorada com a técnica da *corda seca*, a pasta de um fragmento de cerâmica rosada.

Observando o Quadro 1, síntese dos gráficos individuais de cada amostra, verifica-se que os elementos constituintes das coberturas-decorações da taça são, basicamente, o silício e o chumbo. Na pasta predominam o silício e o cálcio, com algum ferro, potássio e alumínio.

A cor verde da decoração vidrada é obtida pela adição de óxido de cobre, registando-se também algum estanho e manganés. Neste último estão patentes o óxido de manganés e o óxido de ferro e uma percentagem muito alta (66,09%) de óxido de chumbo.

No vidro que reveste a face externa da taça predomina o chumbo (70,98% como elemento, 59,15% como óxido de chumbo), que lhe dá a tonalidade amarela melada. A análise da cobertura branca revelou que se trata de um vidro opacificado a branco através da adição de estanho. O fragmento decorado a corda seca é também coberto exteriormente por um vidro amarelado que acusa muito chumbo (43,77%), cálcio (40,11%) e fósforo (10,21%).

A pasta desta amostra tem uma composição muito idêntica à da taça islâmica, mesmo na relação percentual dos elementos químicos e dos óxidos. De referir apenas a

QUADRO COMPARATIVO DE ELEMENTOS — 1 (MEV) — Níveis Percentuais

Elaborado a partir dos resultados das análises MEV realizadas na FCT-UNL

	Al	Si	Pb	K	Ca	Fe	Cu	Sn	Mn
Pasta Taça	9,76	38,13		5,85	34,47	11,8			
Pasta C.Seca	8,12	33,12	2,97	6,65	35,09	14,06			
Pasta Rosa	9,75	30,11		8,88	45,83	5,43			
Taça-V.Melado	2,14	15,74	70,98	2,22	5,78	3,15			
C.Seca-V.Melado	0,68	3,01	43,77	0,82	40,11	1,4			
F.Vid.-V.Melado	2,67	13,54	74,67	2,4	1,45	3,88	0,97		
Taça-Verde	3,73	25,71	33,26	4,21	6,62	2,33	16,33	4,95	2,87
Taça-Castanho	2,09	23,97	66,09	2,2	3,67	0,87			1,12
Taça-Branco	6,23	39,06	24,8	8,21	7,15	4,13		10,42	

presença de algum chumbo neste fragmento, que não se encontra na pasta da taça decorada e que poderá dever-se a intrusões do revestimento.

O vidro melado do fragmento apresenta um nível inferior de silício e um valor mais alto de chumbo, que lhe acentua a tonalidade do amarelo. Apresenta menos cálcio, ferro, algum fósforo e vestígios de cobre.

Na pasta do fragmento rosado a composição elementar é igualmente similar à da taça. Distinguem-se, com algum significado, o maior valor percentual de cálcio e o menor de ferro, no fragmento rosado. O índice de silício está dentro dos 30%.

QUADRO COMPARATIVO DE ELEMENTOS — 2 (EFRX)

Elaborado a partir dos resultados das análises EFRX-DCO realizadas no IST

	Taça	Corda Seca	Frg. Vidrado
Vid.Melado	chumbo cálcio silício potássio ferro alumínio manganés magnésio titânio	chumbo cálcio silício potássio ferro cobre alumínio manganés magnésio titânio estanho bário	chumbo cálcio silício potássio ferro alumínio magnésio titânio
Castanho	chumbo cálcio silício potássio ferro cobre alumínio manganés	chumbo cálcio silício potássio ferro cobre alumínio manganés titânio estanho bário	

QUADRO COMPARATIVO DE ELEMENTOS — 3 (EFRX)

Elaborado a partir dos resultados das análises EFRX-DCO realizadas no IST

	Tigela	Fg. Vidrado	Frag Rosa	Argila
Pasta	chumbo cálcio silício potássio ferro alumínio manganês magnésio titânio	chumbo cálcio silício potássio ferro alumínio manganês magnésio titânio	chumbo cálcio silício potássio ferro alumínio manganês magnésio titânio estrôncio rubídio bário	cálcio silício potássio ferro alumínio manganês magnésio titânio estrôncio rubídio

Das três pastas analisadas ressalta com maior evidência o equilíbrio de valores percentuais entre a taça e o fragmento de *corda-seca*. Da análise das três coberturas vidradas meladas, por sua vez, a coerência estabelece-se entre a taça e o fragmento vidrado, com valores extremamente próximos para o chumbo, o alumínio, o silício e o ferro. Na amostra da *corda seca* surge fósforo, ausente nas outras duas, e um teor de cálcio muito elevado (40,11%), completamente diverso das outras amostras (1,45% e 5,7%)

O outro método utilizado na análise da composição química da peça de cerâmica em estudo — a Espectrometria de Fluorescência de Raios X em Dispersão de Comprimentos de Onda (EFRX-DCO) — foi desenvolvido no IST⁷, com resultados não quantitativos. Além da pasta, do vidrado melado, da cobertura branca, do castanho e do verde da taça islâmica; estas análises incidiram também sobre a pasta e a cobertura do fragmento vidrado, sobre o vidrado melado e o castanho do fragmento de *corda seca*, sobre a pasta do fragmento de cerâmica rosada e sobre uma amostra de argila do Vale dos Barris, Palmela.

Confirmámos alguns dados fornecidos pelas análises SEM mas passámos a dispor de uma informação acrescida sobre os elementos constituintes da amostra, graças à maior resolução deste método de análise (Quadros 2 e 3).

Para a pasta da taça foram identificados silício, cálcio, potássio, manganês, ferro e algum chumbo. É idêntica a composição dos fragmentos de vidrado

melado e do rosado, variando, ao que parece, a relação quantitativa. Em todos eles estão presentes o titânio e o alumínio e o fósforo em quantidades vestigiais. A amostra de argila revelou igualmente todos estes elementos e ainda estrôncio e rubídio, que foram também detectados na pasta do fragmento rosa.

A cobertura de vidrado melado, presente na taça, no frag. vidrado e no frag. de *corda seca* oferece uma composição em que predomina o chumbo, o cálcio e o silício. O manganês aparece nos dois primeiros mas não está presente na *corda seca*. No vidrado castanho aplicado na taça e na *corda seca* predominam o chumbo, o manganês, o cálcio e o silício. O potássio, o ferro e o alumínio são outros elementos presentes. A leitura dos espectros destes vidrados, nos elementos base, corresponde aos resultados obtidos através do MEV.

O revestimento branco da taça revela chumbo, cálcio, estanho, ferro, manganês, titânio, potássio, fósforo, silício e alumínio. No vidrado verde a presença do cobre é evidente, associada aos elementos presentes nas restantes amostras.

Para uma tentativa de avaliação mais ajustada da composição das argilas do Vale dos Barris, realizaram-se ainda análises pelo mesmo método EFRX na Tecminho⁸ a três amostras do mesmo barreiro mas recolhidas em pontos distintos. Os resultados, quantificados (Quadro 4), mostram a prevalência do silício (55% a 70%) e do alumínio (14%

QUADRO COMPARATIVO DE ELEMENTOS — 4 (EFRX) — NÍVEIS PERCENTUAIS

Transcrição dos resultados das análises EFRX realizadas na Tecminho

	SiO2	Al2O3	K2O	Fe2O3	MgO	CaO	TiO2	Na2O	Zr (ppm)	Sr (ppm)	Rb (ppm)	Mn (ppm)	Cr (ppm)
Argila 1	67.3	15.1	3.3	5.9	1.6	5.1	0.64	1.0	170	90	150	1650	80
Argila 1a	54.8	14.4	3.5	5.0	1.7	18.8	0.64	1.1	130	110	140	790	80
Argila 1b	69.9	14.8	3.2	4.7	1.8	3.3	0.64	1.4	120	100	160	1000	130

a 15%), com alguma quantidade de ferro (5% a 6%), de cálcio (3% a 18%) e de potássio (3%).

Os exames através da difracção de raios X foram também efectuados no *IST*⁷, aplicando-se o método de Debye-Scherrer, devido à reduzida quantidade da amostra. Incidiram sobre o castanho, o verde, o branco, o vidrado melado e a pasta da taça e sobre a argila do Vale dos Barris (a sul de Palmela).

A conclusão que foi possível obter refere-se à presença de gehlenite e akermanite em todas as amostras. A gehlenite é um silicato de alumínio e sódio ($\text{Ca}_2\text{Al}_2\text{SiO}_7$) e a akermanite um silicato de magnésio e cálcio ($\text{Ca}_2\text{MgSi}_2\text{O}_7$), (Fichas ASTM, 1980, 10-391 e 25-123).

Para a argila vermelha do Vale dos Barris foram identificados os seguintes minerais: caulinite, ilite e quartzo.

Em síntese, as análises destas amostras permitiram as seguintes conclusões relativamente à taça em estudo:

Revestimento da Face Interna a Branco: presença de dióxido de estanho e de dióxido de chumbo leva-nos a interpretá-la como uma cobertura de vidrado plumbeo-silicatado em que o dióxido de estanho foi utilizado como opacificante. O estanho e o chumbo são transformados em óxidos (PbO e SnO_2), em simultâneo, no forno. A baixa percentagem de estanho (8% neste caso) é normalmente atribuída à maior raridade do metal e proporcionou-lhe um aspecto leitoso, branco-sujo, com manchas amareladas da deterioração, apresentando-se à vista desarmada mais como um engobe do que como um revestimento vítreo.

Decoração a Castanho/Negro/Violeta e Verde: a decoração *verde e manganés*, característica das produções califais do tipo Madinat al-Zahra, foi conseguida pela adição

de óxidos metálicos: óxido cúprico para o verde e óxidos de manganés e de ferro para o castanho/negro/violeta, numa mistura de alto teor plumbífero. A mistura do óxido cúprico com a tonalidade amarela do vidrado resulta na cor verde.

A variação da tonalidade do castanho, que ora se apresenta quase negro, ora violeta, tem a ver com a concentração maior ou menor de MnO_2 não dissolvido. Se a sua dispersão no vidrado se faz, assume uma tonalidade violeta. É pelo facto de o manganés não se dissolver facilmente no vidrado que é usado para execução dos traços que limitam e definem o desenho. O CuO , mais sensível, serve para o preenchimento dos espaços vazios. Segundo as observações de Picon et alii (1996, 50) as decorações deste tipo devem ter sido cozidas em simultâneo com o esmalte, aplicadas sobre este. A esta cozedura chamou-se de *grande fogo*, pelas elevadas temperaturas atingidas. As concentrações ferro-manganés para colorações negro/violeta são conhecidas em faianças egípcias vidradas (Hedges, 1976, 210). Mas já no 7º milénio, no próximo-orient e nos Balcãs, esta combinação era conhecida, bem como em peças etruscas (Rinuy, 1982, 118).

Pasta e Revestimento da Superfície Externa: estamos perante uma pasta rosada clara, calcária, com elevada percentagem de silício e cálcio, o suporte ideal para uma boa aderência do vidrado plumbífero. É revestida externamente por esse vidrado, obtido a partir de óxido de chumbo (PbO , 59, 15%) e de areia siliciosa (SiO_2 -26, 41%), identificando-se também a presença de cálcio, de ferro, de potássio e de alumínio, entre outros. O óxido de chumbo terá funcionado como um pigmento para coloração do vidrado, mantendo-o tendencialmente transparente.

Deve ter exigido uma temperatura de cozedura à volta dos 1000°.

Para a identificação do meio geológico de origem das argilas seriam necessárias amostragens representativas de pastas cerâmicas e de argilas-base da região. No nosso estudo, com as limitações referidas, foi apenas possível definir genericamente a composição geo-química da fonte argilosa mais próxima do castelo de Palmela e compará-la com os dados obtidos para as pastas cerâmicas. No entanto, a marca geológica e química da região de origem das argilas não é fácil de obter através da análise das pastas, devido às alterações produzidas no processo de fabrico (temperaturas, aditivos), durante o seu uso ou mesmo durante o período em que estiveram enterradas. Alguns minerais, que podem ter estado inicialmente presentes na argila da taça, ter-se-ão transformado em óxidos por acção do aquecimento. Parte-se do princípio que, de qualquer modo, existem elementos persistentes, perceptíveis, entre a matéria-prima e o produto final. Infelizmente, a ausência de dados quantitativos nalgumas análises condiciona as elacções a tirar por diferenciação.

Através da análise dos revestimentos é difícil conseguir obter dados de proveniência devido à pouca uniformidade dos seus elementos químicos e ao reduzido número de exemplares analisados.

Na argila do Vale dos Barris identificaram-se caulinite, ilite e quartzo. Como em todas as outras pastas analisadas foram identificados pela difracção X os minerais gehlenite e akermanite na taça islâmica, já referidos nos resultados do método. Comparativamente (*EFRX*), a composição elementar das pastas da taça, do fragmento vidrado, do fragmento rosa e da argila é idêntica, com predominância de silício, ferro, cálcio, alumínio e potássio. Os resultados quantitativos obtidos pela espectrometria de fluorescência X⁸, para as três amostras de argila, confirmam o que ficou dito atrás em relação à classificação elementar. No entanto, se compararmos os valores das análises *MEV* da pasta da tigela e os das três amostras de argila (Quadros 1 e 4) verificar-se-à uma divergência percentual significativa para os quatro principais elementos. Os dados disponíveis permanecem, pois, insuficientes para arriscar conclusões precisas de proveniência.

Através das análises *MEV* verificamos que a semelhança percentual dos elementos e dos óxidos das pastas da taça e da *corda seca* é fortíssima e diferencia-se da pasta do fragmento rosa, uma produção decerto local, em que o pico do cálcio se eleva aos 45,83% e se mantém alto como óxido. Nas outras duas, a relação SiO₂-CaO é muito próxima, de 43,56%-29,03% para a *corda seca* e de 48,29%-27,3% para a taça. Poder-se-à tratar de peças importadas de regiões levantinas al-Andalus ou provenientes de olarias ligadas aos maiores centros do Garb, convicção que parece encontrar eco nas características estilísticas e técnico-formais.

Comparativamente às produções califais de Madīnat al-Zahrā (Córdova), as particularidades técnicas do fabrico da peça são muito idênticas (Aranda, 1988-90, 135): usa-se o revestimento plumbífero na face externa, com os mesmos elementos químicos mas em proporções que diferem significativamente, com valores de chumbo entre os 20 e os 42% que, na taça de Palmela, atingem os 59%. A proporção do opacificante de estanho na cobertura branca é de 10% contra 15% em al-Zahrā. A argila da pasta é de natureza ílítica. A obtenção da cobertura-base da face interna deve ter seguido a mesma técnica, ou seja, o uso do vidrado de chumbo com dióxido de estanho.

O procedimento de revestir as cerâmicas dum modo distinto, interna e externamente, é característico das formas abertas dos século X-inícios do XI, decoradas a *verde e manganés*, do sul de Espanha e de Marrocos, o que já não acontece nas peças Sicilianas e de Ifrīqiya (Berti et Gelichi, 1996, 132).

6. ASPECTOS ICONOGRÁFICOS

Interpretar os registos iconográficos de uma taça islâmica de que possuímos apenas alguns fragmentos não é tarefa fácil. A expressão simbólica na arte islâmica está longe de ser devidamente estudada e reflectida. Um ensaio de decifração do pensamento dum artífice do século X é, decerto, limitativo pela

vastidão de culturas que a civilização islâmica na altura congregava, pela nossa inconsciência do verdadeiro encontro e da mescla das tradições e das técnicas orientais e ocidentais.

Nestes moldes, a interpretação é apenas uma via aberta no enigmatismo do imaginário. Arriscamos o estímulo excessivo da leitura pessoal, a fragilidade da adopção de receitas estereotipadas e de vocabulário impróprio, o esvaziamento do símbolo. E, no entanto, é a possibilidade de conhecer um pouco da consciência artística, estética e religiosa do obreiro e do encomendador da peça, de desvendar alguns dos caminhos conceptuais da simbologia islâmica, transportada para uma arte dita menor, que nos estimula.

6.1. O tema, os elementos decorativos

Como podemos observar através da fotografia (Fig. 10) e da radiografia (Fig. 9) a composição desenvolve-se a partir do centro da taça, preenchendo as paredes internas sem uma preocupação excessiva de domínio dos vazios.

A cabeça da figura devia ocupar uma posição centrada e, à medida que o pintor foi descendo, na execução do corpo perfilado à esquerda, a representação principal passou a estender-se nessa direcção. A fragmentação da peça não permite avaliar as soluções de preenchimento do espaço entre o cantil e o bordo mas, presumindo algum estudo de equilíbrio do conjunto, supomos que um outro elemento decorativo terá existido e atenuado o descentramento do personagem.

A disposição do tronco e dos membros superiores desta figura masculina sentada oferece-nos algumas reservas, pelo que admitimos duas possibilidades de leitura. Na primeira, consideramos o tronco e os membros com ligeira abertura para a direita, numa

perspectiva que nos permite visualizar a concepção frontal do corpo. A debilidade do traço negro do braço esquerdo, na direcção da perna correspondente, torna-o quase imperceptível e pode levar o observador a identificar o direito com o esquerdo, supondo este escondido pelo tronco. Uma atenta leitura do percurso dos contornos parece deixar perceber a intenção do artista na definição do braço esquerdo e do antebraço, dobrado, terminando numa mão deliberadamente estilizada, sem relevância, que se confunde com o padrão do manto. A manga apresenta fundo branco, distinto do resto da veste, tal como a faixa que envolve a cintura. Aparentemente parece ter havido um descuido no enchimento a verde, talvez atribuível a uma execução de equipa, em que o traço a manganés coube a um artífice e o preenchimento a verde a outro companheiro, conduzindo a imperfeições e a um afastamento do plano original. A hipótese de o braço melhor definido, com a mão que aponta, ser o direito, produz alguma insolubilidade no registo dos dedos. Se o dedo que aponta é o indicador direito, o polegar deveria estar visível, o que pode acontecer, uma vez que a fractura ocorre nessa área. Uma segunda abordagem da imagem encara a hipótese de o braço de linhas mais vincadas ser o esquerdo, o que resolveria a questão dos dedos, com expressão anatómica correcta, fazendo supor a presença do braço direito a partir de uma linha de arranque a manganés, que se distingue um pouco acima, cortada pela fractura. Assim sendo, o corpo do indivíduo teria de ser visto numa posição contorcida, o tronco em rotação relativamente às pernas, as costas mal equacionadas, mostrando ou a inaptidão do artesão ou um arrependimento de execução, dificilmente disfarçado.

Inclinamo-nos para a primeira versão, do braço direito bem pronunciado, a linha manganés intensa, delimitando a mão. O remate da manga regista um punho que pode igual-

mente sugerir o uso de luvas. A estilização da mão esquerda encontraria também aqui um dos justificativos.

O indicador assume proeminentemente a sua função e numa desproporção plena de simbolismo. Na verdade esta mão impõe-se na orgânica do conjunto, emblematiza a mensagem do autor. O protagonismo da mão direita é geralmente sinónimo de poder, de eficácia, de acção. Neste caso acrescenta-se a significância da linguagem gestual do indicador estendido, «o dedo da vida, do mestre da palavra» (Chevalier e Gheerbrandt, 1982, 362). O uso de luvas em figuras islâmicas do século X encontra-se documentado no retrato de Mu'awiyya, que curiosamente apresenta a mão esquerda com o indicador claramente apontado algures (Casamar y Zozaya, 1991, 50). Com a outra mão segura uma taça. Esta figura, bordada a seda sobre linho, é interpretada como um *Senhor da Vida*, que enche e esvazia a taça (Casamar y Zozaya, 1991, 54). Parecem existir analogias iconográficas entre ambas as representações: o dedo apontado, a jarra e a taça, a túnica elaborada.

O expressivo código das mãos e dos dedos é um recurso que irá ser amplamente utilizado pela arte românica e se acha patente em múltiplas ilustrações primitivas.

As pernas desenhavam-se por detrás da ampla túnica, os joelhos afastados, desigualmente flectidos. A esquerda, no exacto prolongamento do braço correspondente, descai levemente em relação à outra, numa atitude de descontração permitida à honorabilidade do personagem. Este desnivelamento das coxas acentua a gradação dos planos de perspectiva, beneficiando a volumetria.

Na representação do hábito longo, tipo *kaftan*, pretendeu-se mostrar a utilização de um mesmo tecido cujo estampado é marcado pela repetição de pequenos traços paralelos em grupos de dois ou três. Exprime uma qualidade de requinte, de refinamento, ligada decerto à individualização social e espiritual do personagem. A túnica, no Islão, era um símbolo exterior da natureza divina, militar ou sacerdotal do seu portador. Na impossibilidade de recorrer à policromia, o artista vai expressando a riqueza do tecido através dos apontamentos decorativos.

A preocupação em definir o estampado da roupagem das figuras ornamentais dominantes numa composição, em cerâmica ou noutros suportes, observa-se em variadíssimos exemplos, como em Nichapur, século X (Rice, 1965, 51) e em muitos outros locais, entre os séculos X e XIII (Rice, Figs. 82, 83, 91, 102, 139, 140, 141).

A sacralização do conjunto, a transmissão da consciência e da autoridade espirituais do Islão, enfatizam-se na entronização simbólica proporcionada pela inserção, por detrás da figura, do que parece ser um mihrab. Trono e poder estão interligados e associados ao directo domínio de príncipes e soberanos (Chevalier e Gheerbrandt, 1982, 978). O *Senhor do Trono* é um dos nomes dados mais vezes a Alá no Corão (Chev. e G., 1982, 997).

O personagem da taça islâmica de Palmela senta-se num banco ou tamborete mas é emoldurado por um traçado ondulado que pode corresponder à linha

arquitectónica de um mihrab, imbuída dos desvios pessoais que a sensibilidade do artesão ditou. Poderá tratar-se da simulação de um arco lobulado do tipo dos representados na pia de abluções de al-Zâhira, Córdoba, do final do século X, exposta no Museu Arqueológico Nacional de Madrid ou do mihrab da mesquita de Córdoba. É comum a representação de altos dignatários, cristãos ou pagãos, sob o enquadramento de um nicho abobadado. A religião islâmica adapta o nicho ao mihrâb, local de oração. A própria palavra mihrâb encerra o significado e a simbologia do nicho com o trono de um príncipe ou o palácio de um rei (Balbás, 1956, XXI, 157). Essa mesma teoria é expressa por O. Grabar (1978, 132) que também apresenta as opiniões que a refutam, apontando para o mihrab uma carga litúrgica e simbólica, o que justificaria a sua contínua presença nas mesquitas.

No códice ilustrado de Skylitzes (Dubler, 1946, Lam. 13 e 14) a representação de califas e imperadores bizantinos em cenas de recepção de embaixadas entre Córdoba e Constantinopla (séculos IX-X) adopta sempre um grande cuidado na entronização. À relevância decorativa do assento, quase sempre um banco adornado, acrescenta-se o emolduramento da figura num ou mais arcos que acentuam a sua distinção ou veneração.

No quadro dos contactos entre a Síria, Bizâncio e o al-Andalus, transportam-se influências para a corte omíada e para o fausto da corte de Córdoba, que se expressaram no vestuário, nos hábitos palacianos, na arte.

À direita foi pintado um cantil de forma original, identificável com as cabaças ou botelhas naturais, para cuja designação Bordoy não encontrou nome árabe no al-Andalus (1991, 165). R. Velasco integra-as nos tipos B9, B10 e B11 (1998, Tomo II). Os tipos 5a, 5b e 6, jarras de corpo globular e uma asa, são de referenciar para a leitura da curiosa forma representada, decerto marcada pela criatividade do artífice. O bojo anelar inferior mostra uma almofada circular em reticulado, motivo ornamental aplicado em manganês com algum pingado verde. O colo, o anel superior e a boca são assimétricos, pela imprecisão do traço. Não é vulgar a representação de cantis com boca larga, extrovertida e com uma asa lateral, pelo que a peça é um misto de jarra e de âmbula. A matéria-prima do original representado poderia talvez ser um metal ou o vidro, proporcionando modelagens rebuscadas e originais. É provável que o artista quisesse, uma vez mais, diferenciar o objecto, pertença de alguém igualmente incomparável e único. A forma acantilada de imediato percebida pelas linhas circulares e pela ausência de fundo, conduz-nos à convicção de que se terá pretendido pintar um cantil de peregrino, evocador dos rituais de Meca. A ideia de peregrinação parece estar patente neste motivo decorativo e na linguagem purificadora da água que se adivinha nele contida. Num exemplar proveniente do Irão, do fim do período sassânida (Soustiel, 1985, 26), em cerâmica vidrada a verde e decorada a molde, o círculo central do anel encontra-se partido mas definem-se os arranques do que seria um rendilhado ou reticulado fino. Nesta peça o contentor do líquido era constituído apenas pelo tubo circular, sendo a

almofada central meramente decorativa, o que poderia ser o caso do cantil da taça de Palmela. Em Marrocos foram estudados cantis de formas afins, com bojo globular, colo direito e duas asas (Cardenal, 238, 9).

O reticulado que preenche o bojo é um recurso estilístico de longa perduração, vulgarizado no Norte de África e que Bordoy filia em antecedentes berberes (1985, 194). Aparece em peças iranianas — Sari, século X (Soustiel, 1985, 59), da Tunísia, séculos IX a XI (Daoulatli, 1995, 68, 83, 85; Soustiel, 1985, 155), de Pisa, séculos X-XI (Molinari, 1995a, 118), de Mértola, século XI (Torres, 1987, nº 79).

O objecto que interpretamos como uma jarra, à esquerda (Redûma ou Kûz, segundo Bordoy, 1991, 166), inclinada para a figura, na direcção da qual se insinua o dedo indicador, mostra uma elegância de linhas, uma delicadeza de pé e um tipo de asa finamente relacionáveis com o fabrico em cerâmica. Terá sido intenção do autor levar-nos à identificação de um recipiente metálico, adornado, atributos que lhe conferem maiores dignidade e valor real. A relação directa do personagem com a peça assim o exigiu. Ela encerra o líquido da vida, fonte secreta da força anímica do homem. Evoca-nos ainda a limpeza ritual, as abluções.

Um gomil de bronze e cobre, proveniente do Irão, século X, reproduz formas de pé, corpo e asa similares (Ettinghausen e O. Grabar, 1987, p. 261). Dessa mesma proveniência, para os séculos VIII-IX, é comum este tipo de gomil, em bronze ou latão.

Junto à jarra, resta por interpretar a haste, levemente curva, que se abre na zona onde o corte do fragmento impede outras leituras. Hipoteticamente podemos admitir a presença de um ceptro floral, de uma planta estilizada ou de um instrumento musical. Repare-se que a haste é ladeada de pequenos pontos, alguns dos quais não a tocam.

Os pingos ovalados sobre o lábio, em manganés, na linha dos semi-círculos aplicados em formas abertas califais, recolhem influências orientais e, conforme se constata em taças dessa proveniência, influências pré-islâmicas. Vejam-se exemplos de Nichapur, Samarcanda e Sari, século X (Soustiel, 1985, n^{os} 28, 29, 32 e Bernus-Taylor, 65, n^o 3), do Egito, séculos IX-X (n^o 125), da Tunísia, séculos IX-X (n^o 188).

6.2. A representação humana

A representação humana em peças islâmicas mantém-se no Califado, congregando a mensagem do divino poder. Nos séculos VIII, IX e X a figuração como recurso decorativo era frequente, particularmente nas regiões dos actuais Irão e Jordânia. Peças de prata dessa origem (O. Grabar, 1973, figs. 98-99) exibem elementos iconográficos semelhantes à figura sentada, com roupagem rica rematada na cintura e a presença de uma jarra. Produções tardo-bizantinas de Gerasa, Jordânia (séculos VI e VII) foram decoradas com figuras pintadas sobre engobe (Barron, 1992, 361). São pratos ou taças que usam várias técnicas decorativas, sendo uma delas a pintura a vermelho sobre engobe branco, com representações animais e humanas que mostram ligações à arte persa e mesopotâmica. Apesar de se tratar de iconografia cristã arcaica, as raízes convergem e ajudam, de algum modo, a justificar a temática antropomórfica na arte islâmica.

A convicção generalizada e vulgarmente veiculada da proibição de representação da figura humana pelo Islão não é aplicável em absoluto e muito menos o é à decoração sobre cerâmica, talvez por se considerar uma arte pouco erudita. As restrições a este nível não provêm dos textos corânicos mas das orientações pos-

teriormente estabelecidas, baseadas nos *hadiths* ou textos legais e na tradição, adversa às imagens (Palazon, 1986a, 66). O Corão é omissivo em relação às artes decorativas, aludindo apenas a estruturas edificadas, o que seria aproveitado na arquitectura. No entanto, algumas passagens do livro sagrado foram interpretadas como interdições à representação figurativa, como sejam a condenação da idolatria ou a ideia de competição com Deus-criador. Uma explícita antagonização aos procedimentos iconoclastas cristãos ajudaria também à radicação deste preconceito.

Uma das lendas atribuídas a Maomé diz, a dada altura: «(...) O autor de imagens ou pinturas é o inimigo de Deus». O. Grabar (1978, 94) faz notar que, curiosamente, é o autor da obra que merece a condenação e não a obra em si. Desconhece-se o momento em que provérbios como este foram postos a circular e é evidente a violação desta prescrição em inúmeras obras, inclusivamente em círculos ligados ao profeta (Ibidem, 1978, 94).

Mas, se na arte religiosa se respeitava esta pretensa impossibilidade da representação de seres vivos ou de seres humanos, não se passava o mesmo na arte civil (Ettinghausen e Grabar, 1996, 28). Janson (1989, 250) transmite a ideia de que nas cortes se terá generalizado a convicção de uma certa permissividade legal na representação de seres vivos desde que não projectassem sombra e fossem reproduzidos em objectos de uso quotidiano como as cerâmicas ou os tecidos.

Tanto no Iraque abássida, por exemplo em Samarra, como no Irão (Samarcanda, Nichapur), os motivos figurativos humanos são utilizados, ainda que com diferentes temáticas e organizações decorativas.

As cerâmicas califais do al-Andalus utilizam com alguma frequência a decoração antropomórfica, que se difundirá em períodos seguintes, principalmente nas cerâmicas trecentistas e posteriores da região de Paterna-Valência (Garcia, 1989), de Teruel (Gutiérrez, 1995) e de Murcia (Palazon, 1986b). De referir, para esta fase, pela expressiva semelhança da representação, um azulejo granadino dos séculos XIII-XIV, apresentado por Torres Balbas [1981, 422(32)], com uma figura masculina sentada de lado, o braço esquerdo elevado, o indicador estendido. Também a eboraria califal se socorreu de um repertório figurativo com animais e cenas de corte, revelando a mestria numa arte que é vista como radicular de alguma escultura românica (Gualis, 1994, 76).

7. INFLUÊNCIAS E AFINIDADES TÉCNICAS E DECORATIVAS

A cerâmica califal atingiu um estágio evolucionado de grande raridade em Córdoba e na região de influência da corte de 'Abd-Al-Rahmân III. Madīnat Ilbira e Madīnat al-Zahrâ forneceram a maior abundância de formas cerâmicas deste período, cobertas no exterior a vidro amarelo melado, transparente e decoração interior a verde e manganés sobre fundo branco. Este fundo branco

é interpretado por alguns autores como engobe e como esmalte por outros. No caso do engobe é referido que toda a pintura era coberta por um revestimento vítreo transparente. No caso do esmalte, os traços a verde e manganés ocorriam efectivamente sobre o mesmo.

A cerâmica de reflexos metálicos da cidade palatina de Madīnat al-Zahrā irá influenciar o fabrico das cerâmicas do al-Andalus, segundo Zozaya, tanto na forma como nos aspectos técnico-decorativos (1980b, 313).

Em Madīnat Ilbīra os motivos zoomórficos e antropomórficos estão associados ao revestimento branco (Piedra, 1993, 280). Constata-se a presença de elementos decorativos sobre o bordo interno, a negro ou a duas cores.

A grande expansão deste tipo de loiça por todo o al-Andalus levou R. Velasco (1984, 129) a recusar-lhe o epíteto de cerâmica de luxo. Oficinas andaluzes seguem as produções de Córdoba, sucedendo-se as imitações regionais e as originalidades um pouco por todo o ocidente islamizado.

Barceló (1993, 295) considera as produções cerâmicas de Madīnat al-Zahrā coincidentes com a transferência da corte para a nova cidade, em 935. Nesse contexto, são encaradas como símbolos prestigiados do poder, constituindo objectos de oferta do califa. Relativamente à simbologia das cores, entende que intencionalmente se utilizavam o branco e o verde; o branco como cor dos Omíadas; o verde ligado ao profeta Maomé. O castanho ou negro serviria tão somente para delimitar as outras duas cores, interpretando-o portanto como mero recurso técnico (Barceló, 1993, 294). R. Bordoy refere-se também ao valor simbólico das cores na civilização islâmica (1995, 105 e 106) identificando o branco com a realeza, a claridade, a lealdade, o negro com o poder e a dignidade, o verde com a alegria. Partilha a opinião de que o califado de Córdoba terá individualizado estas produções ao ponto de as usar como recompensa ou presente (Bordoy, 1995, 107).

Zozaya inclina-se a procurar a origem da decoração em verde, castanho e branco e do melado exterior em peças chinesas da dinastia T'ang (1991, 110), influência introduzida através dos contactos com a China. As cerâmicas chinesas chegam ao Médio Oriente islamizado em meados do século VIII e vão determinar uma revolução nas formas e nas soluções decorativas das peças abássidas (Ettinghausen e Grabar, 1996, 122). Citem-se a cobertura branca de vidrado estanhado, a aplicação de decoração a azul, a experiência do reflexo metálico e algumas representações antropomórficas de cariz primitivo.

A decoração das cerâmicas *verde e manganés* de al-Zahrā é caracterizada pela clareza do traço, pela simplicidade e pela permanência de espaços significativos não decorados, em oposição às produções de Ilbīra ou de épocas posteriores (Aranda, 1990, 134), que revelam uma preocupação de maior abrangência decorativa que pode chegar ao total preenchimento da face interna. A representação de figuras humanas e animais era frequente, predominando no entanto os elementos vegetais, fitomórficos e cúficos. Os bordos das taças aparecem por vezes marcados, como a de Palmela, com meias luas a manganés,

mais perfeitas e melhor definidas. O traço manganés de contorno das figuras é mais fino e o desenho tecnicamente mais apurado (Gomez-Moreno, 1951, II, figs. 374, 375, 378, 379).

Proveniente do Irão, Nichapur, século X, a taça dos dançarinos (Grube, 1976, nº 42) mostra um vocabulário iconográfico associável à taça de Palmela: uso de longos *kaftans* ornamentados, com cinto, os dedos enfatizados. Grube sublinha a preponderância, neste tipo de formas de Nichapur, de programas com figuras únicas, sentadas ou de pé, segurando taças de bebida, ceptros florais e armas (1976, 82). Outro exemplo de Nichapur é a taça de engobes policromos com personagem de pé, bebendo (Soustiel, 1985, 57).

Num prato igualmente iraniano, do século XII, inícios do XIII, representando o *Mestre rodeado dos seus alunos* (Unesco, 1984, 14), uma jarra com similitudes à da peça de Palmela faz parte do conjunto. O temário iconográfico de tipo Fatimida, pintado num tecto da capela palatina de Palermo (Rice, 1965, 84), de meados do século XII, repete outros elementos análogos: o indivíduo sentado, a larga túnica estampada, a jarra, a mão direita com dedo apontado.

Em manuscritos do século XIII, como o *Assemblies* de Hairiri, Sírio (Rice, 1965, 142), constata-se a presença da figura masculina sentada, bebendo, a jarra e o indicador direccionando a atenção para o recipiente cheio que simboliza a plenitude da vida. Nas pinturas do solo do palácio omíada de Qasr el-Heir (Grabar, 1968, 238), de novo o recipiente de linhas alongadas.

Na cidade islâmica de Gurgan (SE do mar Cáspio), as taças decoradas com elementos humanos apresentam, para os séculos IX-X, as mesmas técnicas decorativas de Nichapur, em que a diferença fundamental das taças califais verde e manganés de al-Zahrā é a

ausência de vidro melado na cobertura exterior. As peças são revestidas a vidro branco em ambas as faces (Kiani, 1984, 50).

Em peças de Fustât (Egipto), dos séculos XI-XII, em cerâmica decorada a reflexos metálicos, a simbologia dos dedos volta a aparecer (Brish et alli, 1971, nº 275). Taças fatimidas também de origem egípcia (Caviró, 1975, fig. 33; Lane, 1947, figs. 26 e 27) exibem analogias ao nível do indicador apontado (1947, 26B e 27A) e da jarra entre figuras (27B). No exemplar 27A, encontrado no interior da igreja de S. Sisto, em Pisa, o personagem sentado parece segurar na mão direita um ceptro floral. É a forma mais próxima que podemos identificar para a haste ou caule incompleto da taça de Palmela. Das igrejas de S. Andrea e Sta. Cecília de Pisa estudou-se um conjunto de taças islâmicas do século XII, esmaltadas a branco ou com cobertura vítrea incolor, decoração a verde e castanho ou amarelo (Berti e Tongiorgi, 1978, 112-116). No entanto, o perfil das peças diverge da de Palmela na carena e no lábio.

O prato da Dama de Sabra, século X, Kairouan (Daoulatti, 1995, 75 e 85) mostra a figura perfilada à esquerda, as vestes compridas e ornamentadas, um copo na mão direita, uma flor de lotus na esquerda. Trata-se de uma taça vidrada a amarelo esverdeado no exterior e no interior, com decoração *verde e manganés* sobre fundo branco-creme de esmalte estanífero. Em Ifríqiya o *verde e manganés* começa a ser usado no século IX sobre fundo amarelo melado e posteriormente também sobre esmalte estanífero. Daoulatti encontra influências berberes nestas cerâmicas, nomeadamente nas decorações figurativas, como acontece em Raqqada (1980, 200), denunciando produções locais. São, no entanto, evidentes as características médio-orientais, seja por se tratar de peças de importação, seja por terem sido executadas

localmente por oleiros dessa proveniência que, segundo o mesmo autor, circulariam com frequência (1980, 199). São da mesquita de Kairouan os exemplares mais antigos com esmalte estanífero de Ifríqiya.

Para o al-Andalus, além da região de Córdoba largamente citada, são múltiplos os registos de produções *verde e manganés* feitos até ao momento em jazidas arqueológicas espanholas e portuguesas de diversas localizações, com maior incidência para a região sul.

Entre as taças deste tipo recolhidas em Benetusser (Escribà, 1990, 62, Cat. nº 8) figura uma peça da 2ª metade do século X representando um homem sentado bebendo ou tocando. A autora hesita entre interpretar o objecto como jarra ou instrumento de sopro. Na verdade, a definição linear é algo idêntica à das vasilhas da taça em estudo, na forma do pé, no bojo hemisférico, na boca extravasada, como o cantil. O bordo é emoldurado por semi-círculos de manganés. Estas meias-luas aparecem também em exemplares com decoração vegetalista e fitomórfica do cemitério de San Nicolas de Murcia (Palazon, 1986a, 36).

No território do Garb al-Andalus estas cerâmicas estão presentes em vários locais. De Mértola é a célebre taça com corço, falcão e galgo, atribuída ao século XI (Torres, 1987, nº 79) e outras (nºs 5 e 77) com a mesma policromia sobre fundo branco e revestimento externo a vidro plumbífero melado. Os desenhos são definidos, como é habitual, pelo traço manganés e o enchimento feito a verde. Os motivos são vegetais, fitomórficos, geométricos e zoomórficos. A variedade técnico-decorativa em *verde e manganés* de Mértola é grande. Inclui peças datadas dos séculos X, XI e XII (Macias, 1991; Gomez Martinez, 1993).

Encontrou-se *verde e manganés* em Mesas do Castelinho, Almodôvar (Guerra e Fabião, 1993, 98), no Cerro da Vila, Vilamoura (Matos, 1991b, 436 e 452), em Alcoutim e Relíquias (Catarino, 1992 e 1997), em Moura (Macias, 1993, 130), em Silves (Varela Gomes, 1988), em Sintra (Coelho, 1996), em Lisboa (Amaro et alli, 1995, 56) e noutras localidades do sul do país.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte islâmica desenvolveu-se a par da formação do estado islâmico e é fruto da intensa actividade política, religiosa e militar que marcou os séculos de expansão desde o Médio Oriente, a partir de 622.

As tradições culturais pré-islâmicas e as dos povos que vão conquistar, herdeiros das correntes artísticas greco-romanas, não podem deixar de desempenhar o seu papel na definição de novas formas de expressão arquitectónica, por sua vez profundamente comprometida com os princípios doutrinários do profeta. Particularmente influentes foram as civilizações bizantina e sassânida, tão distintas quanto ricas nos seus vocabulários artísticos. O

mundo omíada absorveu muito destas culturas mas não deixou de impregnar os novos modelos com o seu próprio contributo criativo e original, concordante com a juventude do vasto império islâmico.

Os condicionalismos históricos garantiram ao reino omíada novecentista de Córdoba a proximidade da região iraniana, do ponto de vista artístico. Os interfaces, as confluências de gostos manifestam-se nos objectos produzidos ainda que sempre imbuídos dos particularismos regionais, eles também miscelânea de tradições e de criações anteriores, geograficamente delimitadas.

É preciso não esquecer que boa parte das populações locais do al-Andalus, cristãs e judias, arabizam-se voluntariamente, até pela oportunidade económica do acto, que lhes alivia o peso dos impostos. Esta mescla assumida fornece influxos recíprocos ao nível das memórias culturais e artísticas.

Na impossibilidade de definir uma arte islâmica pura, há que procurar nos contextos históricos, político-religiosos, nas tradições e nos rasgos individuais, ditados por toda uma envolvência que já reflecte outros contributos, a razão de ser de um novo sentido estético, de uma necessidade de formalizar para o exterior as crenças, as convicções, os valores, as ideias de poder e do saber, mais ou menos conscientes.

Ao compromisso moral da peregrinação, o código religioso maometano acrescenta obrigações de oração, algumas das quais deviam ter lugar em espaços próprios, o que incentivou a necessidade de construir edifícios destinados a esse fim, dentro de grandes simplicidade e funcionalidade. Nesses edifícios os locais de oração eram especificamente assinalados, primeiro um simples muro, depois um nicho, um mihrâb.

Em relação às artes decorativas, a já falada incomodidade na representação figurativa, uma *atitude anicónica*, no dizer de Ettinghausen e Grabar (1996, 28), leva ao emprego de outros recursos como a epigrafia, a partir de citações corânicas.

No decurso das suas interessantes reflexões sobre a génese da arte islâmica, O. Grabar (1973, 89 e 106) conclui que não há na cultura tradicional muçulmana uma base doutrinal direccionada às artes mas sim atitudes, algumas desenvolvidas ou copiadas a partir das regiões dominadas. Outros autores, não negando o sentido do simbólico da arte islâmica, advogam o seu carácter pouco naturalista e a tendência para um certo abstraccionismo e para a simplificação. Bazzana (1991, 352) defende a função inegável dos princípios corânicos que norteiam o dia-a-dia dos crentes nas concepções artísticas, realçando o papel afectivo da unidade num mesmo credo, que se traduz numa sensibilidade comum.

O valor estético da taça califal com personagem sentado, de Palmela, é indissociável do contexto político-religioso do Islão peninsular.

Ao classificá-la como peça califal, conotamo-la com a singularidade do reino omíada independente que se desenvolveu em Córdoba, então um dos focos principais de irradiação cultural do mundo islâmico. Nessa fase de

prosperidade económica e de relativa paz assumem particular destaque as produções cerâmicas decoradas a *verde e manganés* que, como referimos, chegam a converter-se em oferendas do soberano, a título de recompensa ou de afabilidade, expressão de um poder centralizado que divulga uma imagem de opulência e de ostentação.

O carácter narrativo da cena deixa transparecer a facies religiosa presente no programa iconográfico da taça. Uma das cinco obrigações da religião islâmica parece perceptível nesse programa: a peregrinação, princípio sagrado e pressuposto de acção, de ligação entre a fé e o quotidiano que aqui se exprime no simbolismo gestual e das formas dos objectos que compõem a decoração.

A selecção dos elementos representados comporta uma mensagem que pode não ser a que veiculámos mas que se mostra intencional em cada detalhe. Não nos parece uma composição espontânea, antes um trabalho artesanal de encomenda para uma clientela decerto urbana, plausivelmente culta e de um *status* social elevado, que aprecia decorações de qualidade, mesmo em artigos utilitários como este. Ao gosto do comprador atraem as alusões ao sagrado e ao poder, através de um desenho invulgar, evocador de antigas tradições orientais e do efeito estético do *verde e manganés*, a moda palaciana de grande expansão desde o centro cordovês.

Nesta dualidade cliente-artesão, o oleiro não deixará de imprimir à obra o seu cunho pessoal, eivado das suas próprias concepções espirituais e das suas visões do mundo.

A taça de Palmela, de iconografia única, mostra-nos um traço bastante rudimentar e pouco preciso na definição das formas. Não se trata de uma mão hesitante, mas a delineação, tal como o enchimento a verde, têm um sabor popular, um jeito pouco cuidado, uma pressa rústica na obtenção do resultado

final. Os pontos ovalados que demarcam o bordo revelam o mesmo descuido, com escorrimientos de manganés na parte externa do lábio.

A peça foi encontrada num compartimento da alcáçova do castelo de Palmela, onde se terão instalado os representantes do poder político-militar local. Os registos materiais de um certo requinte doméstico não se restringem a este exemplar. Outros fragmentos vidrados com decoração policroma, utilizando a técnica da *corda seca total*, acrescentam-se ao espólio recolhido na camada 10 da galeria 4.

As conclusões das análises químicas revelaram, para um desses fragmentos, fortes afinidades de composição, ao nível das pastas e dos pigmentos, com a taça verde e manganés. Algumas similaridades alargam-se à pasta depurada do fragmento rosa e ao vidrado melado da cobertura de outro fragmento. Na ausência de dados quantitativos mais completos, os resultados obtidos para os fragmentos das várias cerâmicas do nível 10 admitem grupos com uniformidade na composição elementar e, nalguns casos, convergentes em termos percentuais. O número reduzido de amostras e o tipo de análises, condicionado pela ínfima quantidade disponível de produto a analisar, não pôde permitir um tratamento estatístico dos dados nem o estabelecimento de conclusões precisas. A análise das argilas do Vale dos Barris, a sul do castelo, revelou no entanto elementos identificáveis com os das restantes amostras.

Os fragmentos não decorados são naturalmente de proveniência local. Quanto à taça e ao fragmento de *corda seca*, acreditamos estar perante produções regionais do Garb al-Andalus. As hipóteses de importação de regiões mais longínquas, próximas de Córdova ou do Maghreb não deixam porém de ser plausíveis se considerarmos a situação

estratégica do castelo de Palmela, as facilidades de contacto terrestre, fluvial e marítimo com os estuários do Tejo e do Sado, a documentada navegabilidade da costa Atlântica até ao norte de África. Poderá mesmo considerar-se a possibilidade de ter servido de oferta palaciana. Mas os indicadores estilísticos e técnicos da peça não parecem conduzir-nos por essa via.

O desconhecimento sobre a localização de centros oleiros islâmicos no território mais ocidental da península [falha que esperamos ver atenuada com a recente descoberta dos fornos da baixa de Lisboa (Bugalhão e Folgado, 1977)] e, consequentemente, a ausência de estudos neste domínio, limitam as possibilidades comparativas e dedutivas. No entanto, face ao registo crescente de vidrados policromos dos tipos *verde e manganés* e *corda seca* em sítios arqueológicos urbanos de época islâmica a sul da linha do Tejo, é de admitir a existência de uma capacidade local de fabrico destes produtos, a que não será alheia a itinerância dos artesãos, documentada nas fontes escritas.

OBSERVAÇÕES

Este estudo foi desenvolvido no âmbito dos seminários de História da Arte em Portugal (Dir. do Prof. Dr. Vitor Serrão) e de Métodos Laboratoriais Aplicados ao Estudo e Restauro de Obras de Arte (Dir. Prof. Dr.^a Ana Isabel Seruya), do mestrado de Arte, Património e Restauro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

AGRADECIMENTOS

A todos os que acompanharam e apoiaram este estudo, indicados nas *Notas* e ainda a: Eng.^a Ana Amélia Dionísio; Eng.^a Isabel Ribeiro; Prof. Dr. João Luis Cardoso.

NOTAS

- 1 Desenhos de campo: Francisco Cebola e A. Rafael Carvalho.
- 2 As análises de radiocarbono foram realizadas no Laboratório de Isótopos Ambientais do Instituto de Tecnologia Nuclear, sob a direcção do Eng. Monge Soares. Os resultados foram os seguintes:
 Amostra A:
 Ossos (ITN — SAC 1445).
 Idade (anos BP): 870 ± 90 .
 Calibração (Curva Stuiver e Pearson, Radiocarbon, 35(1), 1993, pp. 1-23):
 Intersecção em 1195 cal A.D.;
 Intervalos: para 1 sigma — 1036-1276;
 para 2 sigma — 1004-1295

Amostra B:

Conchas marinhas (ITN — SAC 1444).

Idade (anos BP): 1850 ± 70 B.P.

Calibração (*Curva Stuiver e Pearson, Radiocarbon, 35(1), 1993, pp. 1-23*):

Intersecção em 610 cal A.D.;

Intervalos: para 1 sigma — 541-657;

para 2 sigma — 422-686.

- 3 Desenho de A. Rafael Carvalho.
- 4 Fotografia à lupa binocular: Eng.^a Maria João Oliveira Basto, Laboratório de Mineralogia e de Petrologia do Instituto Superior Técnico.
- 5 A fotografia da peça e a radiografia são da autoria de Manuel José Palma, realizadas graciosamente no Instituto José de Figueiredo, por autorização da Directora, Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Seruya.
- 6 As análises por Microscópio Electrónico de Varrimento foram realizadas graciosamente no Departamento de Ciências da Terra- Centro de Estudos Geológicos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pelo Prof. Dr. João Pais.
- 7 As análises por Espectrometria Fluorescência de Raios X (EFRX-DCO) e por Difracção de Raios X foram realizadas graciosamente no Laboratório de Mineralogia e de Petrologia do Instituto Superior Técnico, por autorização do Prof. Eng. Aires de Barros, sob a direcção da Eng.^a Maria João Oliveira Basto e com o apoio em laboratório dos alunos Ana Luis e Fernando Cartaxo.
- 8 As análise de três amostras de argila do Vale dos Barris (EFRX), foram encomendadas à Tecminho- Universidade do Minho e realizadas sob a direcção do Eng. Fernando Castro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMANSA, Manuel Acien (1990) — «Hornos Alfareros de Epoca Califal en el Yacimiento de Bezmiliana», in *Fours de Potiers et Testares Medievales en Mediterranée Occidentale — Méthodes et Résultats*, Pub. Casa Velazquez, Madrid, pp. 13-27.
- ALMANSA, Manuel Acien et alli (1995) — «Evolucion de los Tipos Cerámicos en el S.E. de Al-Andalus», in *Actes du Ve Colloque International: La Céramique Médiévale en Mediterranée Occidentale*, Rabat, pp. 125-139.
- AMARO, Clementino et alli (1995) — *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*, Fundação B.C.P., Lisboa.
- ARANDA, José Escudero (1988-90) — «La Ceramica Decorada en Verde y Manganese de Madinat Al-Zahra», *Cuadernos de Madinat al Zahra*, vol. 2, Cordoba, pp. 127-161.
- ARIAS, C.; BERTI, G.; LIVERANI, G. (1973) — «Analisi con Fluorescenza a Raggi X dei Rivestimenti Vetrosi Monocromi nelle Ceramiche Egiziana dei Secoli XI-XIII», in *Faenza*, 59, fasc. II-V, Faenza, pp. 33-44.
- BARCELÓ, Miquel (1993) — «Al-Mulk, El Verde y El Blanco, La Vajilla Califal Omeya de Madint Al-Zahra», in *La Ceramica Altomedieval en el Sur de Al-Andalus*, Granada, pp. 291-299.
- BARRON, Alexandre Uscatescu (1992) — «Los platos de Gerasa (I): Decoraciones y Iconografia», in *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia*, 19, Univ. Aut. Madrid, Madrid, pp. 361-379.
- BAZL, Farajollah (1939) — *The Ceramic Art in Islamic Times. A Survey of Persian Art*, vol. II, London and New York.
- BAZZANA, André (1991) — «La Céramique Verte y Morado Califale à Valence: Problèmes Morphologiques et Stylistiques», in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 349-358.
- Benaki Museum Athens (1980) — *Early Islamic Ceramics. Ninth to Late Twelfth Centuries*, vol. I, Islamic art Publications, Atenas.
- BERNUS-TAYLOR, Marthe (1995) — «La Céramique de l' Orient Musulman des Premiers Siècles de l'Islam», in *Le Vert et Le Brun, Céramique du X^e au XV^e siècle*, Marseille, pp. 59-66.
- BERTI, Graziella; TONGIORGI, Liana (1978) — «Interventi Recenti Per Ricostituire la Decorazione a Bacini su Alcune Chiese Medievali Pisane», *Faenza*, 64(5), Faenza, pp. 112-116.
- BORGES COELHO, A. (1989) — *Portugal na Espanha Árabe*, vol. 1 e 2, Ed. Caminho, Lisboa.
- BRISH, Klaus et Talli (1971) — *Museum Fur Islamische Kunst Berlin*, Katalog, Berlin.
- BUGALHÃO, Jacinto; FOLGADO, Deolinda (1977) — «Urbanismo e Presença Oleira na Baixa de Lisboa Muçulmana», in *Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos*, Colóquio — Out. 97 (no prelo).
- CABRAL, J. M. Peixoto (1981) — «Determinação da Proveniência das Cerâmicas», in *Arqueologia*, nº 4, Dezembro, Porto, pp. 74-82.
- CABRAL, J. M. Peixoto; SOARES, António Monge (1984) — «Datação pelo Radiocarbono II — Sobre a Estimação do Verdadeiro Valor das Datas Convencionais de Radiocarbono e a Comparação de Duas Datas», in *Arqueologia*, nº 10, pp. 89-99.
- CARDENAL, Micheline Grenier de (1980) — «Recherches Sur la Ceramique Médiévale Marocaine», in *La Céramique Médiévale en Mediterranée Occidentale — X^e-XV^e siècles*, Editions CNRS, Paris, pp. 227-250.
- CASAMAR, Manuel y ZOYAYA, Juan (1991) — «Apuntes Sobre La Yuba Funeraria de la Colegiata de Oña (Burgos)», in *Boletín de Arqueologia Medieval*, nº 5, A.E.A.M., Madrid, pp. 39-60.
- CATARINO, Helena (1992) — «Os Sistemas Defensivos Muçulmanos do Algarve Oriental e o Castelo Velho de Alcoutim», in *III Congresso de Arq. Med. Esp.*, vol. II, Oviedo, pp. 296-305.
- (1997) — «Cerâmicas Omíadas do Garb al-Andalus: Resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim)», in «Actas del Coloquio La Cerámica Andalusí. 20 años de investigación», Jaén, 15-17 Octubre 1997, *Arqueologia y Territorio Medieval*, 6, Jaén.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain (1982) — *Dictionnaire des Symboles*, Paris.
- COELHO, Catarina (1996) — «A Ocupação Islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra) — Interpretação

- Comparada», comunicação ao *II Congresso de Arqueologia Peninsular*, Zamora (actas no prelo).
- CRESSIER, Patrice; Picon, Maurice — «Céramique Médiéval d' Importation à Azelik-Takkada (République du Niger)», in *Actes du V^e Colloque International: La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*, Rabat, pp. 390-398.
- DAOULATLI, Abdelaziz (1980) — «La Céramique Ifriqiyenne du IX^e au XV^e Siècle», in *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale — X^e-XV^e siècles*, Editions CNRS, Paris, pp. 197-202.
- (1995) — «La Production Vert et Brun en Tunisie du IX^e au XII^e siècles — Étude Historique et Stylistique», in *Le Vert et Le Brun, Céramique du X^e au XV^e siècle*, Marseille, pp. 69-89.
- DUBLER, César G. (1946) — «La Cronica Árábigo-Bizantina de 741», in *Al-Andalus*, XI, 2, Madrid-Granada, pp. 287-349.
- ESCRIBÀ, Felisa (1990) — *La Ceràmica Califal de Benetússer*, Min. Cultura, València.
- ETTINGHAUSEN, Richard y GRABAR, Oleg (1996) — *Arte y Arquitectura del Islam (650-1250)*, Ediciones Cátedra, Madrid.
- FERNANDES, Isabel Cristina F. (1994) — *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos no Castelo de Palmela — 1992-1994*, C. M. Palmela, Palmela (policopiado).
- (1997) — «A Península de Setúbal em Época Islâmica», in *Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos*, Colóquio-Out. 97 (no prelo).
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1993) — *Arqueologia em Palmela (1988/92)*, Palmela.
- (1995) — «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Palmela», in *La Céramique Médiévale en Méditerranée*, Actes du VI^e Congrès de l' AIECM2, 13-18 Nov. 1995, Narration Éditions, Aix-en-Provence, pp. 327-335.
- FERNANDES, Isabel Cristina F. e PICARD, Christophe (1999) — «La défense côtière à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal», in *Archéologie Islamique*, 8, Paris (no prelo).
- GARCIA, Mercedes Mesquida (1989) — *La Ceràmica de Paterna al Segle XIII*, Ajunt. de Paterna, Paterna.
- GAUTIER, Jeanne (1980) — «Céramique», in *La Vie Mystérieuse des Chefs-d'Oeuvre, La Science au Service de l'Art*, Paris, pp. 141-172.
- GUALIS, Gonzalo M. Borrás (1994) — *El Islam — De Córdoba al Mudéjar*, ed. Sílex, Madrid.
- GOMES, Rosa Varela (1988) — «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves», *Xelb*, vol. 1, Silves.
- (1991) — *Cerâmicas Muçulmanas, Orientais e Orientalizantes, do Castelo de Silves, Estudos Orientais II — O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Lisboa, pp. 13-39.
- (1995) — «Cerâmicas Muçulmanas, de Silves, dos Séculos VII e IX», *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câ. Mun. Tondela, Porto, pp. 19-32.
- (1998) — «Contributo para o estudo das cerâmicas com decoração a verde e castanho de Silves», *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câ. Mun. Tondela, Porto, pp. 43-55.
- GOMEZ-MARTINEZ, Susana (1993) — «La Cerámica Verde y Morado de Mértola (Portugal)», *Arqueologia Medieval*, nº 3, C. A. Mértola, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 113-132.
- (1998) — «A Cerâmica Verde e Manganés do Castro da Cola (Ourique)», *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câ. Mun. Tondela, Porto, pp. 57-65.
- GÓMEZ-MORENO, Manuel (1951) — *El Arte Árabe Español Hasta Los Almohades, Arte Mozárabe, Ars Hispaniae*, vol. III, Madrid, 421 p.
- GRABAR, André (1968) — *L'Art de la Fin de l'Antiquité et du Moyen Age*, vol. II, Paris.
- GRABAR, Oleg (1973) — *La Formación del Arte Islámico*, Ed. Catedra de 1996, Madrid.
- GRUBE, Ernst J. (1976) — *Islamic Pottery of the Fifteenth Century in the Keir Collection*, London.
- GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1993) — «Uma Fortificação Omíada em Mesas do Castelhinho (Almodôvar)», in *Arqueologia Medieval*, nº 2, C. A. Mértola, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 85-102.
- GUTIÉRREZ, Alejandra (1995) — «La Cerámica Aragonesa de los Siglos XII al XVII», in *Spanish Medieval Ceramics in Spain and British Isles*, BAR international series 610, pp. 101-109.
- HEDGES, R. E. M. (1976) — «Research Notes and Application Reports — Pre-Islamic Glazes in Mesopotamia-Nippur», in *Archaeometry*, 18, 2 (1976), Oxford, pp. 209-213.
- ICPDS (International Centre for Diffraction Data) (1980) — *Mineral Powder Diffraction File — Data Book*, U.S.A.
- JANSON, H. W. (1989) — *História da Arte*, F.C.G., Lisboa.
- KIANI, M. Y. (1984) — *The Islamic City of Gurgan*, Berlim.
- KJELLBERG, Pierre (1976) — «Toute La Céramique Islamique Réportoriée par Familles de Décors», *Connaissance des Arts*, 287, Jan., Paris, pp. 28-39.
- LANE, Arthur (1947) — *Early Islamic Pottery — Mesopotamia, Egypt and Persia*, London.
- LILLO, Sergio Martinez (1990) — Hornos Califales de Toledo, in *Fours de Potiers et Testares Médiévaux en Méditerranée Occidentale — Méthodes et Résultats*, pub. Casa Velazquez, Madrid, pp. 45-61.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1953) — «La Description de l'Espagne d'Ahmad Al-Râzi», in *Al-Andalus*, XVIII, Madrid-Granada, pp. 51-108.
- MACIAS, Santiago (1991) — «Um Conjunto Cerâmico de Mértola — Silos 4 e 5», in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, C. A. Mértola, Mértola, pp. 405-427.
- (1993) — «Moura na Baixa Idade Média: Elementos Para Um Estudo Histórico e Arqueológico», in *Arqueologia Medieval*, 2, C. A. Mértola, Edições Afrontamento, Porto, pp. 127-157.
- MALDONADO, Basilio Pavon (1967) — «Notas Sobre la Ceramica Hispanomusulmana», in *Cronica Arq. Esp. Musulmana*, LX, *Al-Andalus*, XXXII, 1, Madrid-Granada, pp. 415-438.
- (1972) — «La Loza Doméstica de Madinat Al-Zahra», in *Cronica Arq. Esp. Musulmana*, LXIX, *Al-Andalus*, XXXVII, 1, Madrid-Granada, pp. 191-224.
- MARÇAIS, George (1991) — *El Arte Musulmán*, Ed. Cátedra, Madrid.
- MARTÍ, Josefa Pascual-Javier (1986) — *La Ceramica Verde-Manganeso Bajomedieval Valenciana*.

- MARTINEZ CAVIRÓ, Balbina (1975) — «Sobre La Loza Primitiva de Reflejo Metálico», *Archivo Español de Arte*, Tomo XLVIII, nº 189, Jan.-Mar., Madrid, pp. 57-82.
- MATOS, José Luis (1991a) — «Influencias Orientais na Cerâmica Muçulmana do Sul de Portugal», in *Estudos Orientais II — O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, Lisboa, pp. 75-83.
- MATOS, Luis de (1991b) — «Cerâmica Muçulmana do Cerro da Vila», in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 429-456.
- MICHEL, H. V.; FRIERMAN, J. D.; ASARO, F. (1976) — «Chemical Composition Patterns of Ceramic Wares from Fustat, Egypt», in *Archaeometry*, 18, 1, Oxford, pp. 85-82.
- MOLINARI, Alessandra (1995a) — «L'Italie du Sud», in *Le Vert et Le Brun, Céramique du X^e au XV^e siècle*, Marseille, pp. 118-125.
- (1995b) — «La Produzione e la Circolazione delle Ceramiche Siciliane nei Secoli X-XIII», in *Actes du V^e Colloque International: La Céramique Médiéval en Méditerranée Occidentale*, Rabat, pp. 191-198.
- Munsell Soil Color Chart*, Baltimore, U.S.A.
- PALAZON, Julio Navarro (1980) — «Cerámica Musulmana de Murcia (España) con Representaciones Humanas», in *La Céramique Médiéval en Méditerranée Occidentale — X^e-XV^e siècles*, Editions CNRS, Paris, pp. 317-320.
- (1986a) — «El Cementerio Islámico de San Nicolás de Murcia. Memoria Preliminar», *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Zaragoza, pp. 7-38.
- (1986b) — *La Cerámica Esgrafiada Andalusí de Murcia*, Pub. Casa Velazquez, Madrid.
- (1990) — «Los Materiales Islámicos de San Nicolás de Murcia», in *Fours de Potiers et Testares Médiévaux en Méditerranée Occidentale — Méthodes et Résultats*, pub. Casa Velazquez, Madrid, pp. 30-43.
- PALOL, Pedro de; HIMER, Max (1967) — *Early Medieval Art in Spain*, London.
- PÉREZ-RIOJA, J. A. (1994) — *Diccionario de Símbolos y Mitos*, Madrid.
- PICARD, Christophe (1997) — *La Mer et les Musulmans d'Occident au Moyen Age (VIII^e-XIII^e siècle)*, col. Islamiques, P.U.F., Paris.
- PICON, Maurice; THIRIOT, Jacques et VALLAURI, Lucy (1995) — «Techniques, Evolutions et Mutations», in *Le Vert et Le Brun, De Kairouan a Avignon, Ceramiques du X^e au XV^e Siècle*, Marseille, pp. 41-50.
- PIEDRA, Carlos Cano (1993) — «La Cerámica de Madinat Ilbira», in *La Cerámica Altomedieval en el Sur de Al-Andalus*, Univ. Granada, Granada, pp. 273-284.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1984) — «La Cerámica Islámica de Calatalifa. Apuntes Sobre Los Grupos Ceramicos De La Marca Media», *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 11, Madrid, pp. 118-136.
- (1998) — *La Cerámica Andalusí de la Meseta*, Tomos I e II, Madrid.
- RETUERCE VELASCO, M. e ZOZAYA, Juan (1991) — «Variantes y Constantes en la Cerámica Andalusí», in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 315-324.
- REVILHA, Frederico (1995) — *Diccionario de Iconografía y Simbología*, Madrid.
- RICE, David Talbot (1991) — *Islamic Art*, Thames and Hudson, Spain.
- ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (1978) — *Ensayo de Sistematización de la Cerámica Árabe de Mallorca*, Palma de Mallorca.
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1980) — «La Céramique Arabe à Majorque (Problèmes Chronologiques)», in *La Céramique Médiéval en Méditerranée Occidentale — X^e-XV^e siècles*, Editions CNRS, Paris, pp. 297-309.
- (1986-87) — «Algunas Puntualizaciones sobre El Ataífor Andalusí: Tipología y Cronología», in *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*, 13-14, vol. II, Univ. Aut. Madrid, Madrid, pp. 281-290.
- (1991) — *Palma de Mallorca. El Nombre de las Cosas en Al-Andalus: Una Propuesta de Terminología Cerámica*, Palma de Mallorca.
- (1995) — «La Céramique Vert et Brune en Al-Andalus du X^e au XIII^e Siècle», in *Le Vert et Le Brun, Céramique du X^e au XV^e siècle*, Marseille, pp. 104-117.
- SANTOS, Samuel dos (1952) — «Botella de Cerámica Hispanomusulmana», in *Cronica Arq. Esp. Musulmana*, XXXI, *Al-Andalus*, XVII, Madrid-Granada, pp. 401-402.
- Soustiel, Jean (1985) — *La Céramique Islamique, Le Guide du Connaissieur*, Office du Livre, Suisse.
- TORRES BALBÀS, Leopoldo (1946) — «Las Ruinas de las Mesas de Asta (Cádiz)», in *Cronica Arq. Esp. Musulmana*, XVIII, *Al-Andalus*, XI, 1, Madrid-Granada, pp. 210-214.
- (1956) — «Nichos y Arcos Lobulados», in *Cronica Arq. Esp. Musulmana*, XXXVIII, *Al-Andalus*, XXI, Madrid-Granada, pp. 147-171.
- (1981) — «De Céramica Hispano-Musulmana», in *Cronica Arq. Esp. Musulmana*, V, Obra Dispersa I, *Al-Andalus*, Instituto España, Madrid.
- TORRES, Cláudio (1987) — *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.
- TORRES, Cláudio e GOMEZ, Susana (1995) — «Le Vert et le Brun au Portugal», in *Le Vert et Le Brun, Céramique du X^e au XV^e siècle*, Marseille, pp. 99-103.
- UNESCO (1984) — *L'Art de L' Islam*, Paris.
- Vários Autores (1980) — «Répertoire des Méthodes Scientifiques», *La Vie Mystérieuse des Chefs-d'Oeuvre, La Science au Service de l'Art*, Paris, pp. 295-328.
- (1985) — *Treasures of Islam*, Artline Editions, Singapore.
- (1992) — «Nos Confins da Idade Média – Arte Portuguesa nos Séculos XII a XV», Catálogo de Exposição, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto.
- ZOZAYA, Juan (1980a) — «Aperçu Général Sur La Céramique Espagnole», *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale X^e-XV^e Siècles*, Ed. C.N.R.S., Paris, pp. 265-296.
- (1980b) — «Essai de Chronologie Pour Certains Types de Ceramique Califale Andalouse», in *La Céramique Médiéval en Méditerranée Occidentale — X^e-XV^e siècles*, Editions CNRS, Paris, pp. 311-316.
- (1991) — «Influos Orientales en Al-Andalus», *Rev. Estudos Orientais II — O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Lisboa, pp. 103-115.

ESTUDIO DE LAS PRODUCCIONES POSTCALIFALES DEL ALFAR DE LA CASA DE LOS TIROS (GRANADA). SIGLOS XI-XII

ÁNGEL RODRÍGUEZ AGUILERA*

I — INTRODUCCIÓN

El estudio de las producciones postcalifales del alfar de la Casa de los Tiros es el resultado de un trabajo de investigación desarrollado entre los años 1993-94¹, del cual se presentó un avance en el VI Congreso Internacional de Cerámica Medieval, celebrado durante el mes de noviembre de 1995 en Aix-en-Provence (Francia). Se basa en el estudio de la cerámica de los estratos superficiales de dicha excavación y de la existente en los fondos del Museo de la Alhambra, procedente de la misma Casa de los Tiros, materiales aparecidos y depositados en el año 1964. Sin embargo, la mayor parte de la cerámica pertenece a la excavación realizada durante el mes de mayo de 1992.

Las circunstancias que rodearon la intervención arqueológica, que serán expuestas posteriormente, aconsejaban un primer análisis de esta cerámica para tener una hipótesis de trabajo sobre la producción y distribución en Granada de productos cerámicos elaborados en la misma ciudad durante el siglo XI y principios del XII, momento a partir del cual se desarrolla Madīnat Garnāṭa. En consecuencia, se ha realizado una amplia selección entre todo el material de los primeros niveles arqueológicos y de algunos números concretos del registro, a modo de columna estratigráfica, para conocer de forma clara la diversidad productiva y cronológica, con lo que sus resultados

respecto a lo primero son todavía provisionales, aunque en relación a la cronología podemos ajustarnos con bastante precisión tanto al momento inicial de producción como al momento de su abandono. Por lo tanto el objetivo de este trabajo no es el estudio de la totalidad del material exhumado tras la intervención arqueológica, sino que pretende ser una primera aproximación para su elaboración posterior.

La cronología que establecemos como punto de partida es el siglo XI, con un periodo de máxima actividad hasta principios del siglo XII. La *fundación* de la ciudad de Granada por los ziríes (Lévi-Provençal, E. y García Gómez, E., 1980: 88) implica una nueva articulación de este espacio con la creación de una trama urbanística y la ubicación en este entorno de toda una serie de industrias necesarias para la población, dentro del núcleo urbano o en su área periurbana, aunque el análisis de la cerámica podrá aclarar si estos alfares se encontraban en uso con anterioridad a este

* Este trabajo fue redactado en 1996.

momento o si por el contrario son contemporáneos pues también conocemos por medio de fuentes escritas la existencia de un poblamiento anterior, destacando los datos aportados por Ibn Ḥayyān en el Muqtabis III para finales del siglo IX y principio del X², y los de las *Memorias de Abd AlḤ* (Lévi-Provençal, E. y García Gómez, E., 1980) ya en el XI, referencias documentales apoyadas por los restos aparecidos tanto en el sondeo arqueológico realizado en la Catedral (Gómez Becerra, A., ep) como por otras excavaciones de la ciudad (María de la Miel).

El gran volumen de cerámica recogido nos induce a pensar que se trata de unos alfares que presentan un gran nivel productivo situados en un entorno urbano capaz de demandar tanta cantidad de cerámica y tan variada, por tanto, aceptando la hipótesis de trabajo de A. Malpica (Malpica, A., 1992, 1994) creemos que podemos mantener el siglo XI como fecha de su construcción y de inicio de la producción en estrecha vinculación con la «refundación» de la ciudad. Por otra parte proponemos el siglo XII como momento final del alfar, tanto por el estudio de la cerámica como por el propio desarrollo urbanístico de la ciudad. En el siglo XIII la zona en la que actualmente se ubica la Casa de los Tiros se encontraría parcialmente remodelada, apuntando el inicio de su transformación por lo menos en el siglo XII (Malpica, A., 1992: 18; 1994: 202).



II — PLANTEAMIENTO DE LA EXCAVACIÓN DE LA CASA DE LOS TIROS

La intervención arqueológica efectuada se inició cuando ya se había producido una gran alteración en los niveles arqueológicos del alfar, habiendo sido practicada una gran fosa para la construcción de una planta sótano de la actual biblioteca en lo que hasta el momento era el jardín de dicha casa, colindante con la c/ Santa Escolástica.

Se realizaron cuatro sondeos (López López, M. *et alii*, ep.), siendo el sondeo I el que menos alteraciones presentaba en los niveles del alfar, ya que el sondeo II correspondía a otra zona del patio en la que las construcciones y modificaciones realizadas desde el siglo XVI afectaron sensiblemente la estratigrafía anterior. El sondeo III se corresponde en gran parte con la fosa aludida anteriormente, y el sondeo IV a la única parrilla de horno que se conservó en un estado relativamente aceptable.

III — LOS HORNOS

El estudio de los hornos para la producción de cerámica y de la técnica empleada es uno de los aspectos más interesantes que podemos abordar ya que son los únicos excavados en la ciudad de Granada de época medieval, excluyendo los del recinto de la Alhambra correspondientes a otro periodo cronológico y con una problemática distinta. Por tanto, su interés aumenta considerablemente al ser una fuente de información de primera mano para conocer los aspectos tecnológicos de la producción de cerámica en época postcalifal en un centro urbano.

No se ha documentado ningún horno completo, destacando únicamente la parrilla del sondeo IV. Tanto su tecnología como los materiales empleados en su construcción son muy sencillos, enlazando con la tradición romana, común de forma general a todos los alfares medievales andalusíes (Martínez Lillo, S., 1990; Gisbert Santonja, J. A., 1990) y cristianos (Millán Crespo, J. A., 1986; Riu Riu, M., 1990).

Los elementos indispensables de un horno cerámico son: la cámara de combustión, la parrilla y la cámara de cocción. Éstos, más una serie de estructuras anexas (piletas de decantación, de almacenamiento del barro, almacén de piezas terminadas etc.) conforman el conjunto del alfar.

Las cámaras de combustión son subterráneas, excavadas en los niveles de limos y gravas, estériles arqueológicamente, lo que evidencia que son la primera ocupación de este espacio. Sus paredes se encuentran recubiertas de una gruesa capa de arcilla cocida. La parrilla es de planta circular, aunque irregular, de adobe y con una serie de 17 perforaciones concéntricas distribuidas en dos hiladas, la primera con 8 perforaciones *thad*, y la segunda con 9 perforaciones *minra*. Presenta una leve inclinación ascendente en dirección

norte, para lograr una corriente térmica interior que posibilite la evacuación de los gases derivados de la combustión y cocción de la cerámica.

La cámara de cocción se desarrolla desde la parrilla y normalmente suele ser abovedada, como lo demuestra el estudio de los distintos alfares romanos y medievales que se conocen.

En las inmediaciones de los hornos se documentó una gran acumulación de cerámica de deshecho, los testares, e incluso cuando se inutilizan las cámaras de combustión éstas son empleadas con dicha función. Del resto de estructuras necesarias en un alfar y que fueron referidas anteriormente, no se ha conservado ninguna muestra, salvo dos muros paralelos rellenos y colmatados de cerámica que muy bien pudieran ser piletas de decantación reutilizadas como testar.

Un aspecto interesante es el material empleado como combustible ya que el análisis antracológico (Rodríguez Ariza, M^a. O., 1993) del carbón recogido en el interior de las cámaras de combustión ha puesto de manifiesto el uso de pequeños matorrales fruticosos (jaras, romeros, retamas y leguminosas arbustivas) junto con arbustos y encina/coscoja (Rodríguez Ariza, M^a. O., 1993: 673) lo que implica un conocimiento preciso del poder calorífico de cada una de estas especies vegetales para controlar de esta forma todo el proceso de combustión y cocción.

IV — LA PRODUCCIÓN. ESTUDIO DE LA CERÁMICA.

El estudio de la cerámica producida en estos alfares se presenta como el primer intento de sistematizar la cerámica postcalifal de la ciudad de Granada, y por tanto su utilidad queda fuera de toda duda ya que son abundantes las intervenciones arqueológicas que muestran niveles de ocupación del siglo XI, como en el Mercado de San Agustín, la necrópolis de la Puerta de Elvira, la Casa de Zayas, o la Cuesta de la Victoria por citar sólo algunos ejemplos. Su análisis se ha dividido en varios apartados: por un lado el estudio de los aspectos tecnológicos, especialmente las pastas y vidriados, por otro el de las series tipológicas y finalmente las técnicas decorativas, aunque haremos especial hincapié en los aspectos tipológicos, dadas las características de este trabajo.

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE LA CERÁMICA: PASTAS Y VIDRIADOS

El estudio de pastas sólo pretende ser una aproximación basada en la observación directa del material, por lo tanto es de carácter muy general ya que no hemos realizado análisis químicos de las mismas. Las pastas son de distintos tipos según la función de la pieza y los procesos finales de la cocción (Bazzana, A., 1979) por lo que puede presentar distintas tonalidades en inte-

rior-exterior y en el centro. Se diferencian de forma general tres grandes grupos y que son los siguientes:

- a) La primera se trata de una pasta naranja, con intrusiones de grano medio de mica y cuarzo principalmente, de cocción oxidante y textura compacta. Se encuentra asociada a las formas de cocina (marmitas y cazuelas) y a algunas formas de agua (jarras). En algunos casos la cochura ha sido reductora y sus tonalidades varían en algunas zonas del naranja al gris, producto de cocciones defectuosas.
- b) En segundo lugar destaca por su abundancia una pasta rojiza, de arcilla muy bien decantada, con poco desgrasante de grano fino, principalmente de mica, cocción oxidante y textura compacta pero muy porosa. Se utiliza en la elaboración de formas destinadas a contener líquidos (jarritas, jarritos y jarros) lo cual permite una transpiración constante.
- c) Un tercer grupo incluye las pastas con tonalidades que oscilan entre el marrón claro y el beige, con poco desgrasante, cocción oxidante y textura compacta. Es la pasta usada en la cerámica vidriada, especialmente en la serie

ataifor-jofaina, y en la cerámica de usos múltiples.

En cuanto a la cuestión de los vidriados poco podemos aportar que sea novedoso ya que se mantienen las mismas características generales para todo al-Andalus en el siglo XI. Su función, como ya es de todos bien conocido, es la de impermeabilizar la pieza que presenta este acabado al recibir una mezcla de sulfuro de plomo, sílice, cloruro de sodio y óxidos metálicos que dan una coloración específica, todo ello disuelto en agua. Una vez que es expuesto a temperaturas que oscilan entre los 900 °C generadas en el interior de la cámara de cocción, vitrifica (Aguado Villalba, J., 1983) adquiriendo unas características de impermeabilidad, brillo y dureza.

Esta mezcla líquida se aplica a la cerámica y se introduce en el horno para que en una cochura se pueda obtener el producto acabado, como pone de manifiesto el estudio de los fragmentos que muestran defectos de cocción, ya sea por falta de temperatura o por exceso de la misma pues observamos que la pasta no se encuentra totalmente cocida.

Los vidriados que se producen en el alfar no suponen ninguna innovación con respecto a otros de la misma época, es más, si destaca algo son la ausencia de algunas técnicas como la del *verde y manganeso*. Así, con óxido de

cobre se obtiene vidriado verde en distintas tonalidades; y con óxido de hierro se produce el melado, que mezclado con porciones de bióxido de manganeso permite obtener tonalidades que oscilan entre el amarillo y el marrón en función de los porcentajes de ambos productos.

Junto a éstos se sigue elaborando engalba blanca de tradición califal que se aplica en la superficie interior de ataifores-jofainas y en algunas redomas.

2. ESTUDIO TIPOLÓGICO

El estudio de la producción requiere una sistematización y clasificación para su mayor utilidad. Las series básicas establecidas, siguiendo un criterio funcional, en las que hemos clasificado la producción del alfar incluyendo las series tipológicas de G. Rosselló (Rosselló Bordoy, G. 1978) son las que siguen:

- 1 — VAJILLA DE COCINA: **Marmita y Cazuela.**
- 2 — VAJILLA PARA TRANSPORTE Y ALMACENAMIENTO DE PRODUCTOS SÓLIDOS Y LÍQUIDOS: **Tinaja, Jarra y Jarro.**
- 3 — VAJILLA DE SERVICIO Y PRESENTACIÓN DE ALIMENTOS: **Ataifor, Jofaina, Redoma, Jarrita, Jarrito, Taza**
- 4 — OBJETOS DE USO MÚLTIPLE: **Alcadafe.**
- 5 — OBJETOS ADICIONALES: **Tapadera.**
- 6 — CONTENEDORES DE FUEGO: **Candil, Anafre y Tannūr.**
- 7 — OBJETOS DE USO ARTESANAL: **Atifle, barra de ahornar.**

Dada la fragmentación de la cerámica, en algunas piezas no queda claro de qué tipo y formas se trata y cuál es su función. Por tanto hemos optado por no incluirlas en este esquema, pues aparecen en el lugar de elaboración, no en el de uso lo que podría apuntar ciertos indicios funcionales, aunque un estudio que incluya un mayor volumen de material podrá conseguir perfiles completos para definir las tipologías que podrán ser adscritas en estas series funcionales.

2.1. VAJILLA DE COCINA

2.1.1. Marmita

Es uno de los tipos más significativos de todos los producidos en el alfar, tanto por sus características como por su abundancia, correspondiendo con la serie 11 de Rosselló (Rosselló, G., 1978: 66) de forma cerrada y con una funcionalidad bien definida por lo que no nos detendremos en este aspecto.



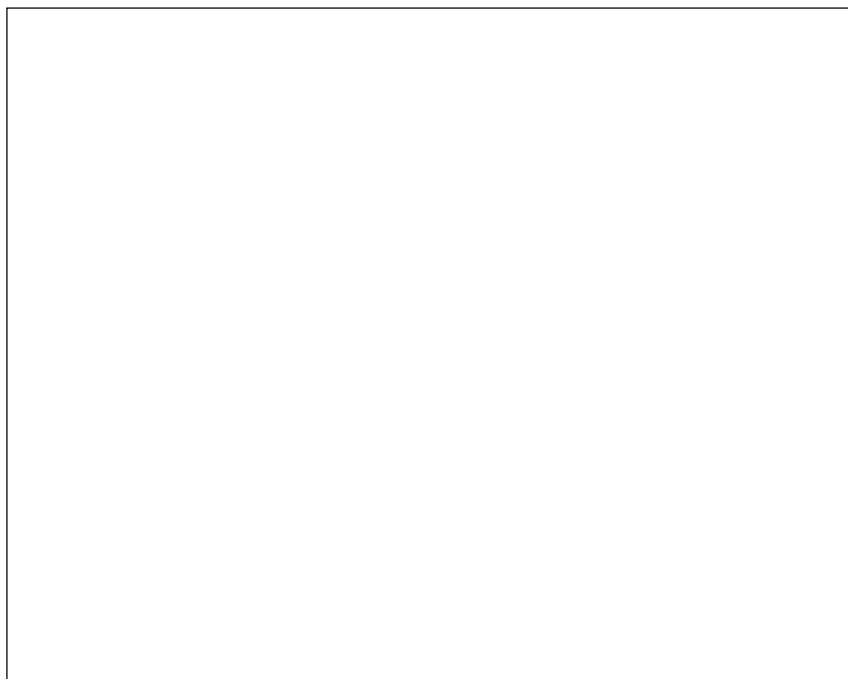


Lámina 1 — Cerámica de Cocina. Marmitas.

El abundante número de fragmentos estudiados nos permite trazar las líneas tipológicas y morfológicas de forma clara, presentando pocas variantes tanto en este sentido como en las pastas empleadas que son del primer tipo, de cocción oxidante y con tonalidades anaranjadas exterior-interiormente, aunque en el centro suele presentar tonos grises.

Hay dos tipos de marmita, que muestran algunas variantes, sobre todo el primero de ellos, que a su vez es el más abundante y que ha sido definido como **TIPO I** (lám. 1, nºs 1 al 6), manifestando siempre las siguientes características: el cuerpo es globular, con la base plana o ligeramente convexa en algunos casos, con cuello diferenciado y borde redondeado o biselado, de forma triangular, hacia el exterior. Tiene dos asas de puente que van desde el borde hasta casi la mitad del cuerpo, y en cuanto a su acabado, exteriormente presenta agrupaciones de líneas (de tres a cinco) de engobe o pintura blanca, marrón o rojiza que se sitúan en la unión del cuerpo con el cuello, otro inmediatamente posterior y un tercero junto al arranque de las asas. En algunos casos sólo lo presentan en la primera zona.

En ningún caso se encuentran vidriadas, aunque hemos encontrado pruebas de vidriado y por tanto se podría pensar que, como deshechos de alfar, se encuentran sin este acabado pero la presencia de piezas similares sin vidriar tanto en las excavaciones urbanas de Granada como en otros yacimientos (Gómez Becerra, A., 1992), nos permite asegurar que esta era su forma final.

Las variantes son pocas y están en función de aspectos como la forma del borde, cuello o la inclinación de las paredes, pudiendo diferenciar por el momento tres:

1. La primera variante está definida por el cuello diferenciado, cilíndrico y recto con borde redondeado, presentando unas estrías exteriores en la parte inferior del cuerpo, cerca de la conexión con la base, ligeramente convexa. Sin duda es la más común y abundante de todas (lám. 1, nº 2) las producidas en el alfar, presente en numerosos yacimientos de la provincia y dentro de la ciudad (Gómez Becerra, A., 1992; e.p.).
2. La segunda variante presenta una escotadura en la unión del cuerpo globular con el cuello. Su borde siempre es cuadrado o ligeramente biselado exteriormente (lám. 1, nºs 4, 5 y 6). Existen paralelos similares con una cronología anterior en Bayyāna (Castillo Galdeano, F. y Martínez Madrid, R., 1993), Vascos (Izquierdo Benito, R., 1986) o en la región de Alicante (Gutiérrez Lloret, S., 1988); y contemporáneos a este alfar en Málaga (Perdiguer López, M., 1985), Granada (Gómez Becerra, A., ep.) y en la costa de Granada, concretamente en el yacimiento de El Maraute (Gómez Becerra, A., 1992).
3. Una tercera variante se caracteriza por la tendencia periforme de su cuerpo, es decir, siendo muy estrecha por la base y más ancha en la parte superior (lám. 1, nº 3). Es poco frecuente pero también aparece en otros yacimientos, como por ejemplo en Bezmiliana (Acién Almansa, M., 1986).

En cuanto a sus dimensiones, para las tres variantes descritas su altura media es de 140 mm., con un diámetro de apertura en el borde que oscila entre los 100 mm. para las piezas más pequeñas y los 142 mm. para las grandes.

El **TIPO II** es de paredes rectas, ligeramente entrantes, sin cuello y con borde redondeado, con dos pequeñas asas y base plana, sin vidriar (lám. 1, nº 7). Técnicamente se encuentra realizada a torno y formalmente recuerda a producciones más antiguas (Navarro Palazón, J., 1990). Entre todo el material que hemos estudiado hasta el momento este tipo es poco frecuente frente al anterior que predomina de forma clara como muestra el elevado número de fragmentos recogidos.

2.1.2. Cazuela

El tipo *cazuela* se encuentra bien representado en las producciones del alfar y se puede seguir con cierta claridad su evolución tipológica. El término utilizado proviene del árabe *qas'a*, que posteriormente originó los términos *cazuela* en castellano y *casola* en catalán (Rosselló Bordoy, G., 1991: 148) y hace referencia a una pieza de cerámica común de cocina que sirve para cocinar a fuego lento con poco líquido.

Es una de las piezas más características, junto a la marmita y el candil, de todo el ajuar cerámico, desarrollándose por completo durante toda la Edad Media ya que aunque algunas piezas de cerámica común de cocina bajoimperiales pueden recordarnos este tipo, y de hecho se clasifican como cazuelas (una muestra de esto la podemos ver en Vegas, M., 1973), las cazuelas medievales se diferencian de aquellas tanto por la forma como por otros aspectos técnicos, por ejemplo el uso del vidriado interior que se generaliza desde el siglo XII.



Lámina 2 — Cerámica de Cocina. Cazuelas.

Durante el periodo Altomedieval y Califal (ver Gutiérrez Lloret, S., 1988, 1993) hay un tipo cerámico clasificado como cazuela, que se caracteriza por su poca variedad formal y técnica realizado a torneta, de pasta con gran cantidad de desgrasante. Desde el siglo XI se produce un desarrollo progresivo de este tipo, siendo en los siglos XII y XIII cuando su uso se generaliza y tipológicamente se diversifica, coincidiendo con el cambio cultural propiciado en al-Andalus desde la llegada de los Almorávides y Almohades.

Las cazuelas que se producen en los alfares postcalifales granadinos presentan algunas variantes, diferenciándose dos tipos que corresponden a la evolución dentro de la producción que fue referida anteriormente. En primer lugar hemos de apuntar que son unos tipos que se producen de forma muy minoritaria con respecto a la marmita, pudiendo establecer una diversificación tipológica, tecnológica y cronológica de cierto interés.

De forma general, la cazuela elaborada es de paredes cortas, gruesas y divergentes con borde diferenciado, base ligeramente convexa y dos asas de puente que van desde el borde hasta la unión de las paredes con la base. Este esquema se mantiene en los dos tipos identificados, existiendo variantes en los bordes y diferencias mucho más acusadas en cuanto a aspectos morfológicos o tecnológicos. Así, los tipos identificados hasta el momento son:

TIPO I: se caracteriza por tener paredes divergentes, entre 60mm. y 70 mm. de altura, con perfil curvado, presentando una gran variedad de bordes, siempre exvasados y muy marcados exteriormente, oscilando su diámetro entre los 200 mm. y los 210 mm. La base es ligeramente convexa, presentando una arista poco marcada en el enlace de las paredes con la base, salvo en una variante de este tipo que presenta un perfil continuo (lám. 2, nºs 1, 2 y 3).

Técnicamente se encuentra realizada siempre a torno y su cocción es oxidante. Las pastas también se corresponden al primer tipo, muy bien decantadas, con desgrasante fino o a lo sumo medio de mica, cuarzo y sílice.



Lámina 3 — Figuras 1 y 2: Jarras o cántaros. Figuras 3 y 4: Jarros de asa dorsal. En estos fragmentos sólo se documenta el arranque.

Normalmente no presenta ningún tipo de decoración, salvo algunas piezas que exteriormente muestran unas bandas paralelas pintadas con pintura blanca en sus paredes y en el borde (lám. 2, nº 2) siguiendo un esquema similar al de las marmitas.

Existen paralelos en Granada (Gómez Becerra, A., ep.; Roca Roumens M. *et alii.*, 1988: 123), en Bezmiliana (Acién Almansa, M., 1990), en Toledo (Martínez Lillo, S., 1986) y en otros yacimientos de la Marca Media (AA.VV., 1990) con una cronología siempre centrada en torno al siglo XI.

TIPO II: son cazuelas de paredes más cortas que las anteriores, aunque siguen manteniendo la misma orientación y su borde es recto o ligeramente biselado hacia el interior, con un diámetro que oscila entre los 155 mm. y los 165 mm. Las asas, que siguen siendo dos en todos los casos, mantienen las mismas características que en el TIPO I. La base es convexa, más acusada que

en el tipo anterior, presentando una arista muy marcada que une base y paredes laterales (lám. 2, nºs 4 y 5).

Técnicamente también se encuentran realizadas a torno, con pastas anaranjadas y su cocción es oxidante. La principal diferencia es que se encuentran vidriadas interiormente, predominando los melados en distintas tonalidades, con muchos grumos e impurezas. Este hecho es el que determina que sea fechada en un momento productivo posterior (principios del siglo XII) al de las de tipo I.

2.2. VAJILLA PARA TRANSPORTE Y ALMACENAMIENTO DE PRODUCTOS SÓLIDOS Y LÍQUIDOS

2.2.1. Tinaja

Hasta el momento no hemos podido documentar ninguna tinaja completa, pero por los fragmentos existentes podemos comenzar a describir sus líneas generales ya que se corresponde con la serie 15 de Rosselló, tipo C (Rosselló Bordoy, G., 1978: 78).

Son piezas de gran tamaño, con un grosor medio de 20 mm., de cuerpo globular decorado con cordones que no presentan digitaciones, sino motivos realizados a peine o incisiones a cuchillo oblícuas. El cuello es de poca altura, con bordes triangulares o redondeados, similares a las piezas aparecidas en Vascos (Izquierdo Benito, R., 1986), y que supone una importante diferencia con las tinajas altomedievales que carecen de esta prolongación del cuello.

2.2.2. Jarra

La serie JARRA (Rosselló Bordoy, G., 1978: 29) que aparece en la Casa de los Tiros

se caracteriza por ser una pieza de gran tamaño, con base plana, cuerpo abombado, cuello alto troncocónico invertido de 160 mm. de altura y 140 mm. de diámetro, y dos asas, muy similar al cántaro actual (lám. 3).

Su número es relativamente abundante entre todo el material estudiado hasta el momento, presentando algunas variedades en los bordes, pero siempre dentro de las características definidas anteriormente.

A esta serie se encuentran asociadas dos de los tipos de pastas definidos con anterioridad, las series A y B. La segunda, más porosa, permite una mejor transpiración del agua para mantenerla fresca y es más abundante y común que la primera.

Existen piezas similares en Valencia (Bazzana, A., 1983) con una cronología califal y postcalifal.

2.2.3. Jarro

Esta serie presenta unas características propias que la diferencian de la anterior no sólo por el uso de una sola asa, pudiendo distinguirse varios tipos, sino que su tamaño por encima de los 15 cm. es lo que lo diferencia de los *jarritos*. Se han documentado dos tipos diferentes, aunque ninguno está completo:

- 1 — El primero de éstos viene definido por la boca trilobulada, con antecedentes en yacimientos de cronología anterior, como en Bayyāna (Castillo Galdeano, F. y Martínez Madrid, R., 1993), el «Castillón» de Montefrío (Motos Guirao, E., 1991, 1993), en el Castellar de Alcoy (Azuar, R., 1989: 259), Mértola (Torres, C., 1987) y en El Maraute (Gómez Becerra, A., 1992) entre otros, y con una cronología similar a la de este alfar en Almería (Duda, D., 1972).

- 2 — Un segundo tipo, más abundante, es de gran tamaño, con base plana y cuerpo alto, ligeramente abombado (lám. 3, nºs 3 y 4). El cuello se encuentra diferenciado y es de forma cilíndrica o ligeramente troncocónico de 102 mm. de altura y 50 mm. de diámetro, con borde redondeado y con una asa dorsal. Exteriormente presenta decoración pintada a base de líneas blancas o rojas. Es muy frecuente en las excavaciones de Granada en donde aparecen niveles de ocupación de los siglos XI y XII.

2.3. VAJILLA DE SERVICIO Y PRESENTACIÓN DE ALIMENTOS

2.3.1. Ataífor

Sin duda la serie ATAIFOR es la más representativa de este conjunto funcional, definido como *plato de servicio* (Rosselló Bordoy, G., 1991: 167), producido siempre vidriado en monocromo, con tonalidades interior/exterior distintas o decorado con la técnica de cuerda seca.

Predominan las formas de tradición califal, pero también encontramos algunas que apuntan las tendencias que se desarrollan en el siglo XII. En este sentido, las características morfológicas se encuentran bien definidas ya que todos los ejemplares de ataífor presentan pie anular o anillo en el solero de perfil cuadrado, ligeramente biselado en su esquina exterior, bajo y ancho, muy similar al de época califal aunque en algunas ocasiones es ligeramente más alto y de menor diámetro que éste. Un segundo tipo de pie es de perfil quebrado o doble. Las paredes son altas, abiertas y con borde normalmente vuelto hacia fuera o simplemente engrosado. En los ataífores de principios del siglo XII el borde es triangular y las paredes presentan una carena muy marcada tanto interior como exteriormente.

Utilizando la clasificación tipológica de Rosselló (Rosselló Bordoy, G., 1978: 15-24), podemos concluir que en este alfar se producen los tipos I y III, muy similares a los de Shadhilah (Kirchner, H., 1986) para el siglo XI, y en menor medida el tipo II para principios del siglo XII.

En cuanto a su acabado, normalmente se encuentran vidriados en melado, que oscila entre el melado amarillento hasta el marrón, decorados con trazos de manganeso. El vidriado melado exterior y engalba blanca, cubierta por una capa de vidriado plumbífero interior, es muy frecuente asociado a todas las formas, salvo al tipo II que aparece vidriado en verde exterior y melado interior.

El tipo I, tan frecuente en época califal (Cano Piedra, C., 1990), perdura de forma importante durante todo el siglo XI en gran parte de al-Andalus (Kirchner, H., 1986: 153; Torres, C., 1986, 1987; Martins de Matos, J. L., 1986; Azuar, R., 1989) y aparece de forma abundante en este alfar. Se caracteriza por su borde exvasado, ligeramente proyectado hacia el exterior o engrosado, vidriado en verde monocromo, en melado decorado con trazos en manganeso que se



Lámina 4 — Vajilla de servicio y presentación de alimentos: Ataífor.

cruzan en el centro de su superficie interior, y en algunas ocasiones en blanco interior/exterior como principal novedad. Sus dimensiones son de unos 100-112 mm. para el anillo de solero con 13 mm. de altura y 243-278 mm. de diámetro (lám. 4, nºs 2-5).

Menos común es el tipo III, que también aparece en época califal (Castillo Galdeano, F. y Martínez Madrid, R., 1993: 106; Cano Piedra, C., 1990: 58),

definido como una pieza de paredes abiertas, altas y con borde redondeado o apuntado, siempre vidriado en todas las tonalidades definidas, pero predominando el verde monocromo interior/exterior (lám. 4, nº 1). El anillo de solero es similar al de todos los tipos, con las mismas dimensiones y 242 mm. de diámetro.

Finalmente, el tipo II, de perfil quebrado, tiene paralelos importantes en Mértola (Torres, C., 1986, 1987), en Denia (Azuar, R., 1989), y en la costa granadina (Gómez Becerra, A., 1992) apareciendo en ocasiones con dos asas horizontales (Torres, C., 1987), con una cronología que oscila entre finales del XI y principios del siglo XII, coincidiendo con el inicio de la influencia cultural norteafricana (Rosselló Bordoy, G., 1978), ya que esta forma se desarrollará posteriormente en la cerámica almorávide-almoahade.

Se caracteriza por tener borde de sección triangular, biselado hacia el exterior y de 270 mm de diámetro, la carena presenta en numerosas ocasiones un remaque interior (lám. 4, nºs 6-8), y el anillo de solero es más alto que en los tipos anteriores (17-18 mm.) y más estrecho, alrededor de los 80-90 mm. (lám. 4, nº 14).

2.3.2. Jofaina

Según Rosselló es un «*platito de servicio, generalmente reducción del ataífor*» (Rosselló Bordoy, G., 1991: 167), y por tanto es una serie relacionada morfológicamente con éste, pero de menores dimensiones (no supera los 200 mm. de diámetro) y con menos variantes tipológicas. La jofaina del alfar de la Casa de los Tiros se ajusta al tipo B de Rosselló (Rosselló Bordoy, G., 1978: 57), aunque su perfil varía un poco (lám. 5).

Presenta anillo de solero de sección cuadrada, con un diámetro medio de 60 mm., sus paredes son altas y abiertas o de perfil

ligeramente quebrado, con dos tipos de bordes: uno es proyectado ligeramente hacia el exterior y otro es simplemente redondeado, con un diámetro que oscila entre los 120 mm. y los 195 mm.

Siempre aparece vidriado en melado interior y exterior o decorado con *cuerda seca* desarrollando unos motivos característicos de finales del siglo XI (Torres, C., 1987: 198).

2.3.3. Redoma

La serie redoma, cuya función es contenedor de líquidos y de servicio de los mismos, es del tipo I definido por Rosselló (Rosselló Bordoy, G., 1978: 25-28) aunque presenta dos variantes:

- 1 — La primera variante enlaza con la tradición califal, tanto por la forma de su cuerpo, casi periforme de 194 mm. de altura, con base plana, como por la del cuello, cilíndrico con borde redondeado con o sin moldura de 99 mm. de diámetro (Azuar, R. 1986b), y asa dorsal muy estilizada, similar a las redomas procedentes de Madinat Ilbīra (Cano Piedra, C. 1990: 28), Mértola (Torres, C. 1987), el Castellar de Alcoy (Azuar, R. 1989) y Ceuta (Fernandez Sotelo, E. 1988), entre otros. Se encuentra siempre vidriada interior y exteriormente, predominando el melado de una tonalidad amarillenta o recubiertas de engalba blanca con una capa de vidriado plumbífero (lám. 6, n^{os} 1, 4 y 6).
- 2 — La segunda variante se caracteriza por la forma casi esférica del cuerpo, con estrías de torno marcadas exteriormente, con cuello cilíndrico diferenciado presentando gran variedad formal y moldura central desde la

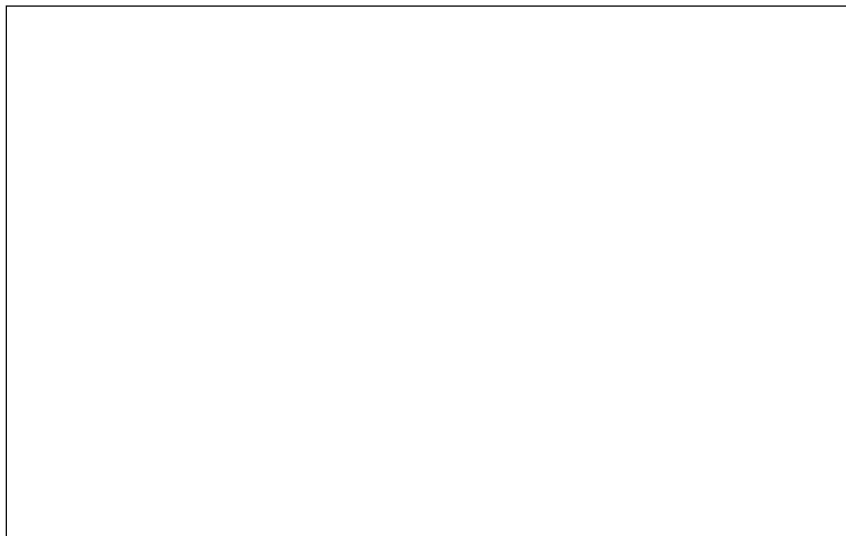


Lámina 5 — Vajilla de servicio y presentación de alimentos: Jofaina.

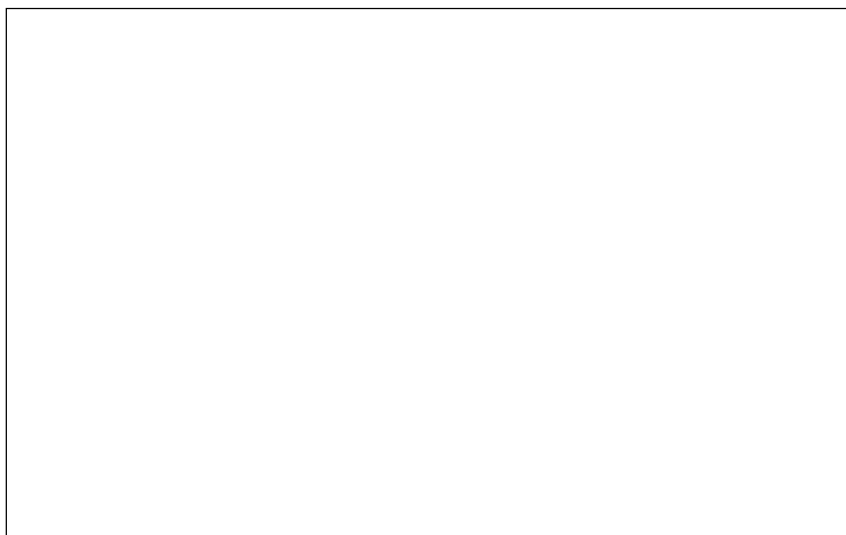


Lámina 6 — Vajilla de servicio y presentación de alimentos: Redoma.

que arranca el asa dorsal. Su base es muy gruesa, casi maciza (lám. 6, n^{os} 2, 5 y 6). La existencia de esta moldura central en el cuello es el indicativo más claro de su cronología de finales del siglo XI y principios del XII (Azuar, R., 1986b: 186).

2.3.4. Jarrita/Jarrito

Hasta el momento no hemos documentado estas series de forma completa, pero al igual que sucedía con otras, podemos definir sus principales características en función de los distintos fragmentos recogidos.



Lámina 7 — Figs. 1-4, fragmentos de jarritas y jarrita. Figs. 5 y 6, fragmentos de jarritos o botellas.

En este sentido, podemos decir que las jarritas son del tipo Bba y Bbb de la clasificación de Rosselló (Rosselló Bordoy, G., 1978: 32), de base plana o ligeramente convexa, con cuello diferenciado recto, borde engrosado interiormente y dos asas que van desde el borde hasta el cuerpo (lám. 7, n^{os} 1 a 5).

Son piezas que suelen estar decoradas con trazos de pintura blanca o de óxido de hierro en el cuerpo, y en el cuello con líneas horizontales o fileteado. Por lo fragmentado del material son pocos los paralelos que podemos establecer con exactitud aunque son unos tipos frecuentes desde época califal (Motos Guirao, E., 1993; Bazzana, A.-Lerma, V. *et alii*, 1983).

Los jarritos presentan unas características parecidas, con cuello diferenciado de grandes proporciones y un asa, similares a los aparecidos en estratos

prealmohades de Mértola (Macías, S., 1996), decorados exteriormente con bandas de fileteado (lám. 7, n^o 6).

2.3.5. Taza

Es una forma que aparece ya en época califal (Zozaya, J., 1978) aunque esta serie no se encuentra definida como tal en la sistematización de Rosselló, pero ya se recoge en la de J. Navarro Palazón para la cerámica almohade murciana (Navarro Palazón, J., 1991), aunque posteriormente el mismo Rosselló la define como «*vaso para beber, con asas o sin ellas*» (Rosselló, G., 1991: 168).

En este sentido, aparece con dos formas, una vidriada y otra sin vidriar similares a otras producidas en alfares o aparecidas en yacimientos califales, como Madīnat Ilbīra (Cano Piedra, C., 1990: 29) o del siglo XI (Aguado Villalba, J., 1986; Navarro Palazón, J., 1990: 41) perviviendo en el siglo XII (Torres, C., 1987; Duda, D., 1970) con asa en forma de pestaña horizontal con decoración estampillada y vidriada en verde, elemento fechado por otros autores como característico de la primera fase del califato (Zozaya, J., 1978) pero que se mantiene hasta por lo menos finales del siglo XI al aparecer en este alfar.

Hasta el momento sólo atestigua su presencia fragmentos de asas sin que tengamos un perfil completo. La segunda forma no presenta asa y es más parecido a un pequeño vaso, de base maciza (lám. 12, n^o 1).

2.4. OBJETOS DE USO MÚLTIPLE

2.4.1. Alcadafe

Aunque todas las series anteriores pueden ser útiles para desempeñar varias funciones, por ejemplo una cazuela no sólo es para

cocinar sino que también puede servir de recipiente para comer, la serie alcadafe es la única que se incluye en este apartado ya que su uso puede ser diverso sin que exista uno que predomine de forma clara. Presenta dos variantes tipológicas.

La primera, realizada a torno, tiene paredes rectas decoradas con incisiones a peine y borde engrosado con un diámetro que oscila entre los 276 mm. y los 175 mm. (lám. 8, n^{os} 1-3), siguiendo formas califales de otros yacimientos como las aparecidas en el segundo nivel de Bayyāna (Castillo Galdeano, F.-Martínez Madrid, R., 1993: 112). Estas formas y las decoraciones a peine también aparecen en Murcia, manteniéndose hasta el siglo XIII (Navarro Palazón, J., 1991).

La segunda es más común, de base plana, paredes rectas divergentes dando un perfil troncocónico invertido con gran variedad de bordes, redondeados o rectos llegando a tener un diámetro de más de 400 mm. y 100 mm. de altura, que presentan en algunos casos como decoración la impronta de una cuerda. Se corresponde con el tipo A de Rosselló (Rosselló Bordoy, G., 1978: 60) y es sin duda uno de los elementos del ajuar cerámico que menos variaciones presenta a lo largo de toda la historia siendo muy similar al lebrillo moderno (lám. 8, n^o 4).

2.5. OBJETOS ADICIONALES

2.5.1. Tapadera

Este elemento aparece siempre sin vidriar y pertenece al tipo A definido por Rosselló para esta serie (Rosselló Bordoy, G., 1978: 58-59) con dos variantes: la primera se caracteriza por tener asiento plano, de forma convexa y borde exvasado con pedúnculo central, siendo esta forma muy común en

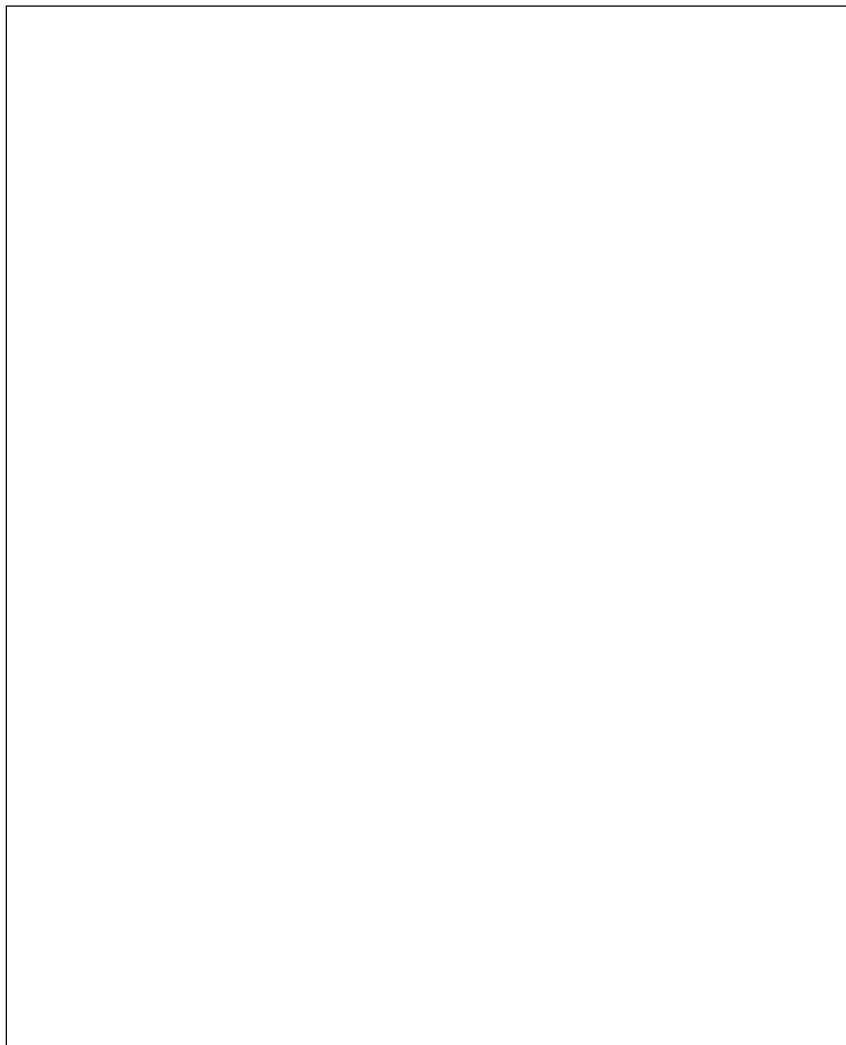


Lámina 8 — Alcadafe: figs. 1-3, tipo 1; fig. 4, tipo 2.

todas las épocas; la segunda mantiene las mismas características pero su forma es troncocónica con perfil ligeramente quebrado o casi esférico, también con pedúnculo central. Sus diámetros oscilan entre los 120 mm. aproximadamente, ajustándose perfectamente a la boca de las jarritas, por lo que podemos intuir que estarían relacionadas con aquéllas (lám. 12, n^o 2).

2.6. CONTENEDORES DE FUEGO

2.6.1. Candel

La serie candel permite un encuadre cronológico con mayor precisión y por tanto puede actuar en cierto sentido como fósil guía de amplios periodos



Lámina 9 — Contenedores de fuego: Candiles.

cronológicos gracias a sus características morfológicas y sus variantes tipológicas bien definidas, muy semejantes en todo al-Andalus.

El término utilizado para su descripción tiene su origen en *qandil*, helenismo muy utilizado en la Península Ibérica, a diferencia del Norte de África en donde predomina *manar* (Rosselló Bordoy, G., 1991: 149). Su función es la iluminación con la posibilidad de su transporte por medio del asa dorsal presente en todos los tipos. Morfológicamente sus partes se encuentran bien definidas desde

hace tiempo (Rosselló, G., Camps, J., Cantarellas, C., 1971; Posac Mon, C., 1981) y son las siguientes:

- 1) *Cazoleta*: que oscila entre las cazoletas cerradas con distintas formas y la cazoleta abierta de los tipos I y V. Entre las primeras podemos distinguir las de forma lenticular (Figura 12, nº 2), casi esférica, las troncocónicas y las periformes (Figura 12, nº 8). Las segundas se producen de forma minoritaria ya que corresponden al momento final del alfar (tipo V).
- 2) *Piquera*: que puede ser simple, o de pellizco, o alargada con una serie de variantes. La primera forma se asocia a los tipos I y V, y la segunda al II, III y IV.
- 3) *Gollete*: sólo presente en las formas II, III y IV aunque con gran variedad de formas, siempre recto o troncocónico invertido (Figura 12, nº 9).
- 4) *Asa*: normalmente de puente y que aparece en todos, sin presentar muchas variantes morfológicas y tipológicas.
- 5) *Enlace Cazoleta/Piquera*: consiste en el orificio practicado en la pared de la cazoleta una vez que se ha aplicado la piquera para comunicarla con ésta y permitir el paso del combustible. Su elaboración suele dejar una rebaba interior y la forma del orificio practicado indica instrumentos distintos para su ejecución.

En el alfar de la Casa de los Tiros (lám. 9) tenemos constancia de la producción de todos los tipos, salvo el tipo I que aparece en estratos posteriores pertenecientes a los siglos XIV y XV. Optamos por la clasificación elaborada en 1971 por Rosselló, Camps y

Cantarellas, más completa aunque menos sencilla que la de Carlos Posac con sólo tres tipos.

- A) **Tipo II:** candil de cazoleta de forma troncocónica, con gollete de igual forma y base maciza (lám. 9, nºs 5 y 7). Perfil en forma de S y puede presentar decoración con trazos en man-ganoso. La piquera es recta, y está cortada a cuchillo, siendo una forma característica de principios del XII
- B) **Tipo III:** cazoleta casi esférica, exteriormente decorada con una serie de incisiones y asiento plano (lám. 9, nº 3). No conserva piquera.
- C) **Tipo IV:** cazoleta bitroncocónica con la base plana o ligeramente convexa, gollete de grandes dimensiones y piquera en forma de uso, siempre en la variante B de Rosselló (Rosselló, G., 1978), con algunos ejemplares decorados con goterones de vedrio (lám. 9, nºs 1 y 4) con numerosos paralelos fechados en el siglo XI. Existe una variante de forma lenticular, con carena muy baja y gollete macizo de grandes dimensiones.
- D) **Tipo V:** candil de cazoleta abierta y piquera de pellizco, de gran diámetro y pellizco poco marcado. Su número es muy reducido pero tenemos constancia de que es el último tipo producido en el alfar y que no se trata de elementos pertenecientes a una ocupación posterior de la zona del alfar por algunas piezas de deshecho de cocción y con una cronología que podemos centrarla a principios del siglo XII.

Dentro de este tipo incluimos una pieza que destaca sobre el resto por su forma, a

caballo entre los tipos anteriores y éste, ya que se trata de un candil de cazoleta abierto, con arranque de asa en la parte posterior, con piquera alargada pero sin cerrar, también abierta (lám. 9, nº 6) y se encuentra sin vidriar tratándose de una pieza sin terminar ya que la pasta no está bien cocida, para la cual no hemos encontrado paralelos.

El tipo I pertenece a un momento cronológico muy posterior, coincidiendo con las remodelaciones nazaríes del solar del alfar y según su estudio, en base a la sistematización realizada con los candiles de pie alto del Museo de la Alhambra (Rodríguez Aguilera, A. y Revilla Negro, L., 1993), los ejemplares que tenemos pueden adscribirse a los siglos XIV y XV. El resto de candiles pertenecen al siglo XI y principios del XII, pudiendo establecer una cronología precisa para el tipo IV (siglo XI) y los tipos II y V (siglo XII).

2.6.2. Anafe

Definido como «*hornillo portatil para trabajos culinarios o calefacción doméstica*» (Rosselló Bordoy, G., 1991: 171) es una pieza que podría incluirse dentro del apartado de usos múltiples pero damos preferencia a su carácter de contenedor de fuego. Al igual que en otras series por el momento no contamos con piezas completas, pero podemos definir el tipo fundamental producido y sus variantes (lám. 10).

Técnicamente se encuentran realizados a torneta y su cocción es tanto oxidante como reductora. Su base siempre es plana, de unos 150 mm. de diámetro y las paredes son rectas, dando una forma casi cilíndrica con

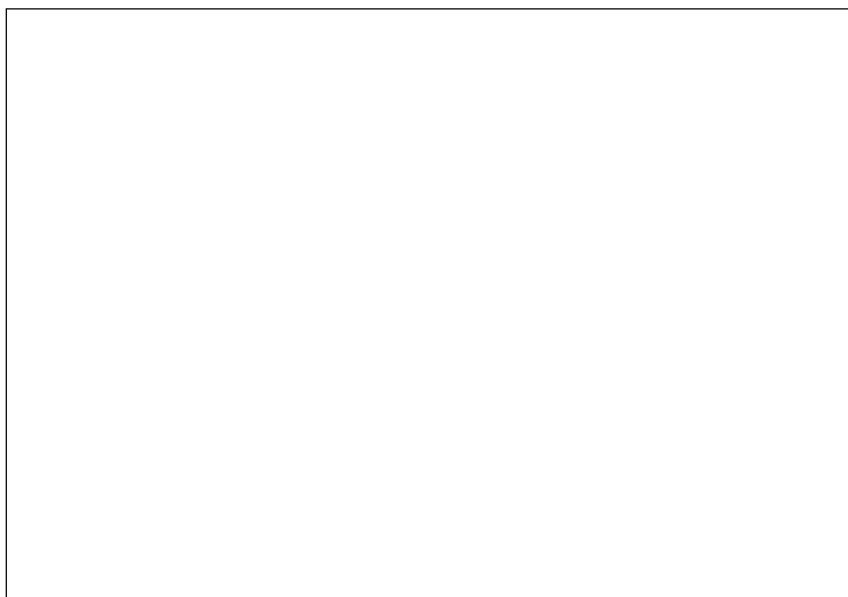


Lámina 10 — Contenedores de fuego: anafe.

perforaciones circulares en las mismas, presentando mayor variedad en los bordes que suelen ser engrosados o triangulares con un resalte interior y apéndices tanto exteriores como interiores que permiten de esta manera acoplar distintas piezas. La parrilla es el lugar destinado para depositar las brasas o el combustible y se convierte en el elemento que nos permite establecer diferencias para poder hablar de variantes. En efecto, por un lado existe una parrilla realizada por medio de perforaciones, y otras que se desarrollan apoyándose en un fuste central. Finalmente, no presenta ningún tipo de decoración salvo en algunas ocasiones, en donde una banda ondulada realizada a peine recorre todo el perímetro de su parte superior, similar a algunas piezas de Toledo (Bosch Ferro, C. y Chichilla Gómez, M., 1987).

2.6.3. Tannūr

Esta es una pieza muy característica de todo el periodo altomedieval, con una gran dispersión geográfica por todo el sureste peninsular y que aparece en contextos arqueológicos anteriores a los del XI, especialmente emirales y califales (Gutiérrez Lloret, S., 1993), siendo asociada su aparición a los asentamientos yundíes en la cora de Tudmīr (Gutiérrez Lloret, S., 1996: 244), y que pervive en el ajuar cerámico hasta el siglo XIII (Azuar Ruiz, R., 1989: 112). Su función puede ser múltiple ya que aunque tradicionalmente se asocia a la cocción del pan (Rosselló Bordoy, G., 1991: 175) es posible intuir otros, como el de anafe, es decir de hornillo portátil, y apto para la elaboración de otros alimentos o para calentarlos (lám. 11).

La forma que presenta es troncocónica, de paredes ligeramente curvadas con perforaciones circulares y se encuentra abierto por ambos extremos. El

extremo inferior, el de mayor diámetro (entre 240 mm. y 250 mm.), es el que se apoyaría sobre las ascuas y está cortado a cuchillo formando un bisel interior que puede ser de distintas dimensiones. Por otra parte, el extremo superior presenta siempre borde moldurado con escotadura interior, con un diámetro de unos 180 mm. aproximadamente y varios apéndices en la misma, además de tener otros exteriores. La presencia de estos apéndices estaría justificada por la función de anafe que hemos indicado anteriormente y es uno de los elementos más característicos ya que no están presentes en las formas anteriores al siglo XI de la región alicantina y murciana (Gutiérrez Lloret, S., 1988; 1993), mientras que sí lo hacen en la zona granadina (Gómez Becerra, A., e.p.).

Es una pieza que requiere un estudio más cuidadoso ya que puede ser identificado como un elemento anterior al siglo XI, pero su inequívoca presencia en los alfares de la Casa de los Tiros nos hace cuestionar posibles cronologías, aunque deberá ser analizado siempre en su contexto estratigráfico y material.

2.7. OBJETOS DE USO ARTESANAL

En la excavación se recogió una gran cantidad de material clasificado como utillaje de alfarero que a grandes rasgos coincide con el de otros alfares contemporáneos y de forma general con todos los preindustriales: atifles, muriles y cajas o gacetas.

La función de los dos primeros es separar las piezas en la colocación de las mismas dentro de la cámara de cocción y su forma está estrechamente vinculada a su cometido. En este sentido, los atifles son unos trípodes con dos apéndices en cada extremo, y los muriles son barras de barro cocido de grandes dimensiones que ocasionalmente presentan

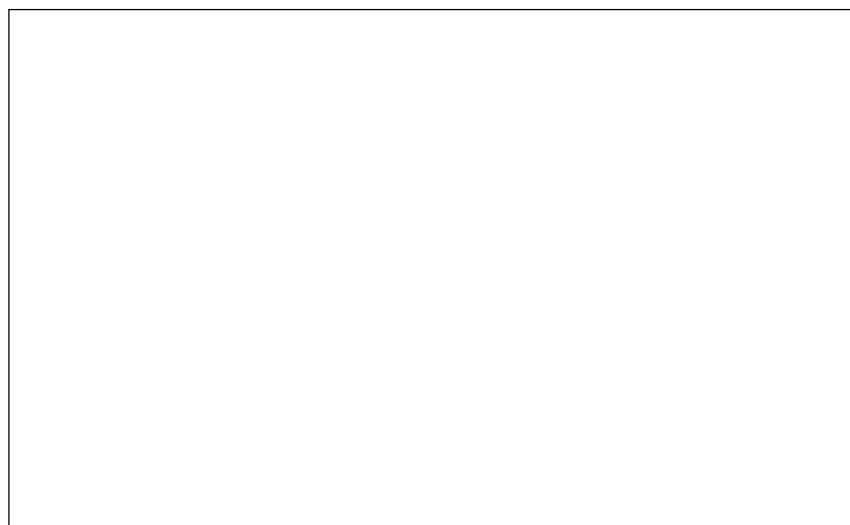


Lámina 11 — Contenedores de fuego: tannur.

digitaciones y uno de sus extremos torcidos, recibiendo entonces el nombre de clavos. Cajas o gacetas se han recogido en menor proporción con respecto a los anteriores pero su función es similar.

3. TÉCNICAS DECORATIVAS

Todas las series cerámicas documentadas en este primer estudio ya han sido analizadas desde el punto de vista tipológico quedando únicamente por referir las técnicas decorativas que en unos casos se encuentran asociadas a tipos concretos, como por ejemplo, la *cuerda seca* con respecto al ataífor y la jofaina, y en otros pueden aparecer asociadas a distintas series funcionales, como el fileteado que se utiliza tanto en cerámica de cocina como de transporte y almacenamiento.

Siguiendo un esquema coherente, primero diferenciaremos las técnicas usadas en las piezas únicamente bizcochadas y después las que se usan en la cerámica vidriada.

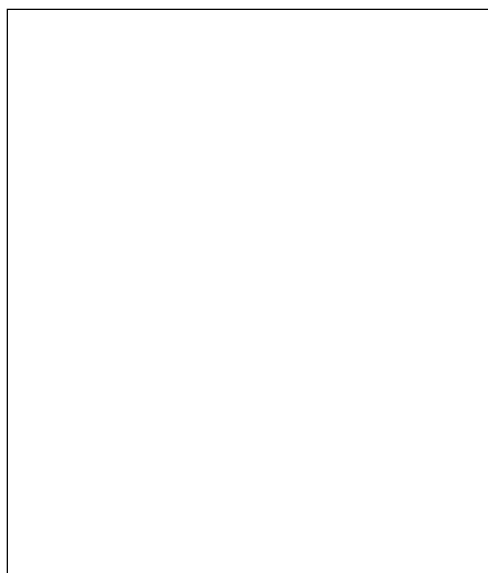


Lámina 12 — Fig. 1: tapadera; fig. 2: taza; figs. 3 y 4: fragmentos de tinajas.

3.1. CERÁMICA BIZCOCHADA

En la cerámica bizcochada son poco frecuentes las huellas digitales y las aplicaciones plásticas, y las existentes aparecen en las series tinaja, anafe y tannūr con un carácter más funcional que decorativo como son los apéndices y los cordones. Éstos últimos presentan decoración de acanaladuras realizadas a cuchillo y digitaciones. Más común es la realización de motivos decorativos incisos, a peine, y acanaladuras como por ejemplo en los alcadafes.

En cuanto a la decoración pintada destaca en primer lugar en la cerámica de cocina y en la mayor parte de las jarritas y jarritos *fileteado*, tanto blanco como rojizo que contrasta con la tonalidad de la pasta; en el cuerpo y cuello de las jarras son frecuentes los trazos gruesos verticales de pintura blanca, y algunos fragmentos de pasta muy roja presentan composiciones vegetales de tradición califal, muy similares a algunas piezas de Madīnat al-Zahrā' (Pavón Maldonado, B., 1967). Algunos tipos de candiles, como ya vimos anteriormente, también están pintados con óxido de manganeso, formando trazos verticales en la cazoleta y horizontales en el gollete.

3.2. CERÁMICA VIDRIADA

Las cerámicas vidriadas muestran una mayor diversidad y riqueza ornamental, sobre todo las formas abiertas de mesa que se prestan mejor al desarrollo de temas iconográficos más complejos aunque, como ya apuntábamos al inicio de nuestro trabajo, es significativa la ausencia de cerámica decorada con *verde y manganeso*.

La cubierta vítrea coloreada por la acción de ciertos óxidos es lo más frecuente, predominando el vidriado verde y el melado monocromos, aunque también están presentes en las formas abiertas el vidriado verde exterior y melado interior, y el melado exterior con engalba blanca en su interior.

Por otra parte, también es frecuente que en la superficie interior de éstas se desarrollen dos técnicas que combinan distintos vidriados y que son:

3.2.1. Decoración con trazos de manganeso

Utilizados tanto con vidriado verde como melado aparece en piezas de distinta funcionalidad, como algunas tapaderas o en piezas en las que su funcionalidad no queda muy clara aunque predominan en las formas de presentación de alimentos, desarrollándose por toda la superficie interior de ataífores, desde el borde hasta el fondo cruzándose en esta zona y formando un espacio central cuadrangular.

3.2.2. Decoración de cuerda seca

La técnica de la *cuerda seca*, definida ya en numerosas ocasiones (Aguado, J., 1983, 1986; Casamar, M. y Valdés, F., 1984) se produce de forma abundante

en estos alfares y se nos presenta como una de sus producciones más significativas y con unas características propias de la cuerda seca del siglo XI, conocida como *cuerda seca total*, similar a la producida en otros centros alfareros contemporáneos, pasando a ser uno de los elementos más importantes para la datación del alfar de la Casa de los Tiros y para centrar su periodo de máxima actividad.

Aparece asociada a formas de servicio y presentación de alimentos, concretamente a los ataifores de gran tamaño y vidriados exteriormente en melado amarillento, y jofainas, destacando las composiciones que presentan, más complejas y con una policromía más variada. Algunos fragmentos amorfos pertenecientes a formas cerradas también presentan este tipo de decoración aunque por el momento no tenemos más datos, ni de su tipología ni de la iconografía desarrollada.

Desde el punto de vista técnico, constatamos que se trata de piezas elaboradas en una sola cocción, siendo abundantes los defectos por un exceso de temperatura que afecta a determinados óxidos, o el corrimiento de los vidriados, tanto por la aplicación incorrecta del manganeso que se mezcla con el propio vidriado como por la colocación incorrecta de las piezas dentro de la cámara de cocción.

A pesar de no disponer de fragmentos completos, la decoración que desarrolla es muy variada, pero siempre en la línea iconográfica de las representaciones del XI hasta el punto que hemos documentado todas las variantes de cuerda seca total definida por J. Aguado en Toledo (Aguado, J., 1983: 43-7) formando composiciones que alternan los vidriados verde, melado y la engalba blanca. Los motivos se desarrollan indistintamente sobre fondo de engalba blanca, fondo melado o sin mostrar fondo alguno cuando la cuerda seca lo cubre todo. Así, de forma esquemática, podemos establecer unos cinco grupos de motivos que se repiten de forma abundante:

- 1 — Cadenas o *cordón de la eternidad*, que se desarrolla tanto en el borde como en la unión de las paredes con el solero, tanto con líneas que se entrecruzan como con formas similares a corazones, que se introducen unas en otras y para las que tenemos paralelos similares en Málaga (Puertas Tricas, R., 1989).
- 2 — Motivos vegetales individuales, como palmetas de tradición califal y otros formados por tres hojas abiertas, cada una con vidriados distintos: melado, verde y fondo blanco.
- 3 — Tema del árbol central, formado por el cruce de cuatro líneas y que termina en palmetas, vidriado en verde y melado sobre fondo de engalba blanca. Es un tema que ocupa mucho espacio y por tanto se desarrolla en el fondo de los grandes ataifores.
- 4 — Tema central, que posiblemente se trate de epigrafía cúfica ya que el no contar con ningún motivo completo y el hecho de que los fragmentos

estudiados están muy alterados por exceso de temperatura nos impiden asegurarlo. También se ubican en la parte central de ataifores y jofainas.

- 5 — Composiciones geométricas de distinto carácter, destacando las de carácter radial que se desarrollan desde el borde, cruzándose en el centro para formar otro motivo que normalmente es un rosetón. Se trata de un motivo muy frecuente en las jofainas aunque también aparece en ataifores, como se ha constatado en otros estudios (Puertas Tricas, R., 1989; Torres, C., 1987).
- 6 — Campos de puntos, realizados en manganeso sobre fondo de engalba blanca o en melado que se incluirían en composiciones más complejas, pero que hasta el momento no hemos identificado por lo fragmentado que se encuentran las piezas

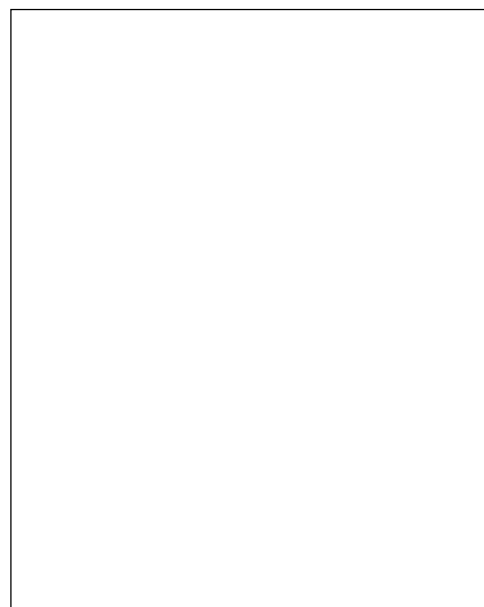


Lámina 13 — Ataifor vidriado en melado con al-mulk en manganeso. Alcazaba de la Alhambra. Museo de la Alhambra.

recogidas, aunque por algunos paralelos malagueños (Puertas Tricas, R., 1989) y ceutíes (Posac Mon, C., 1960) suponemos que podían formar parte tanto de composiciones vegetales como geométricas.

Como vemos, son producciones muy similares a otras dispersas por todo al-Andalus que cronológicamente pertenecen al mismo momento para las que disponemos de numerosos paralelos en Mértola (Torres, C., 1986), Toledo (Aguado, J., 1983), Denia (Azuar, R., 1989), en toda la Marca Media (VV.AA., 1990), Mallorca (Rosselló, G., 1978), Málaga (Puertas Tricas, R., 1989) y Murcia (Navarro Palazón, J., 1990), además de las aparecidas en los últimos años en las excavaciones urbanas de Granada (como por ejemplo, la del Mercado de San Agustín) que posiblemente procedan de este mismo alfar ya que las formas y los motivos decorativos son los mismos.

IV — CONCLUSIONES

Una vez analizado todo el material que habíamos seleccionado para apuntar las características generales de la cerámica postcalifal producida en Granada, que en líneas generales se corresponde con otras producciones contemporáneas, vemos que se encuentra dentro del marco de la cultura material andalusí del siglo XI en la que la tradición del califato, recientemente desaparecido, y del que se declaran herederos algunos de los *mul.k al-“awāif* que surgen tras la *fitna*, tiene un gran peso específico comenzando en estos momentos a apuntarse algunas de las características que se desarrollarán en la cerámica de los siglos XII-XIII.

Esta concordancia con la cerámica producida en otros centros de al-Andalus por las

mismas fechas queda puesta de manifiesto si comparamos los textos que disponemos para esta época, como son los *documentos notariales del siglo XI* (Rosselló Bordoy, G., 1991), de Toledo y Valencia, que hacen mención a la cerámica o algunas cuestiones técnicas. Nos muestran una diversidad productiva que coincide en gran medida con la documentada en el alfar de la Casa de los Tiros. En este sentido, las series referidas en el texto del valenciano ‘Abd al-Wāhid al-Buntī son la jarra y jarrita, orza, alcuza, olla, lebrillo, marmita, anafe, tinaja, ataífor, candil y arcaduz; en el texto de Ibn Mugi de Toledo se mencionan las mismas series, aunque es más interesante en cuanto a los vedríos utilizados que son el amarillo o verde, el dorado o melado (Rosselló Bordoy, G., 1991: 21).

En el alfar de la Casa de los Tiros aparecen documentadas arqueológicamente todas las series mencionadas, salvo el arcaduz y la orza ya que la función de alcuza puede ser realizada por otra serie, como la redoma, y añadimos la taza con o sin asidero, la tapadera, la cazuela, la jofaina y la redoma.

Pero no sólo existe una concordancia con la documentación escrita, sino que también los resultados de intervenciones arqueológicas en alfares contemporáneos muestran una diversidad similar como en Toledo (Martínez Lillo, S., 1990) o en Zaragoza (Mostalac Carrillo, A., 1990), siendo sin duda lo más significativo la ausencia de producciones de *verde y manganeso* mientras que en algunos de los centros productores citados se sigue elaborando y que podría estar relacionado con el proceso de formación de madīnat Garnāṭa de mano de los ziríes frente a otras ciudades que ya existían como tales durante el califato y en las que sin duda su influencia sería mucho más fuerte. En este sentido cabe preguntarse el por qué si existían talleres productores de verde y manganeso en Madīnat Ilbīra, en los alfares postcalifales de Granada deja de producirse y es sustituido por la cuerda seca total como técnica decorativa más característica.

Podemos plantear como hipótesis, y de momento únicamente de esta manera, que si parte de la producción de cerámica *verde y manganeso* se identifica con la presencia del poder califal (Barceló, M., 1993: 294), ya sea tanto por piezas producidas en Madīnat al-Zahrā como en talleres periféricos (Cano, C., 1996) y Granada es una *fundación zirí*, los cuales nunca se atribuyeron el título de califa sino de hāyib, éstos no demandan cerámica verde y manganeso y recurren a la técnica de la cuerda seca repitiendo algunos de los motivos más frecuentes de la iconografía de la cerámica califal. Los fragmentos de verde y manganeso documentados en la ciudad deben corresponder o bien a un asentamiento anterior o a importaciones de otros centros productores de los siglos XI-XII. Esto solo podrá ser contrastado cuando se estudien distintos centros productores de cerámica postcalifal en al-Andalus, cada uno en su contexto histórico para posteriormente establecer conclusiones.

Finalmente, en la misma ciudad de Granada son ya numerosas las intervenciones arqueológicas que arrojan datos sobre niveles del siglo XI con

Lámina 14 — Localización del alfar de la Casa de los Tiros y distribución espacial de su producción. 0 - Alfar de la Casa de los Tiros; 1 - Alcazaba de la Alhambra; 2 - Mercado de San Agustín; 3 - Casa de Zayas; 4 - Cuesta de la Victoria; 5 - Carmen de la Muralla; 6 - Palacio de los Duques de Gor; 7 - Santa Escolástica.

lo que podemos empezar a elaborar un mapa de dispersión de la cerámica producida en el alfar en función de los resultados obtenidos, centrados casi en su totalidad en lo que era la madīna y su periferia. Destaca en primer lugar los restos de cerámica del XI hallados en la alcazaba de la Alhambra y que se encuentran depositados en los fondos del museo de la Alhambra, formados por candiles del tipo IV y atafiores vidriados en melado con decoración epigráfica en manganeso con *al-mulk*.

En cuanto a la ciudad, aparecen tanto en la margen izquierda como derecha del río Darro. En la primera orilla destaca la ladera sureste del Albaicín, zona que se encontraría extramuros de la muralla zirí en un primer momento y que como hemos podido comprobar en la excavación arqueológica de urgencia realizada en la Cuesta de la Victoria muestra un desarrollo urbano temprano que se realiza directamente sobre niveles estériles arqueológicamente y sobre niveles ibéricos separados de los medievales por un nivel de abandono. La cerámica recuperada en la excavación es muy similar a la que hemos estudiado aquí, tanto en los tipos como en las pastas y aunque falte un análisis químico de las mismas, podemos suponer que proceden del mismo centro productor.

En la zona que posteriormente ocupará la madīna, la excavación efectuada en el antiguo Mercado de San Agustín y en la Casa de Zayas también permitió documentar una primera ocupación correspondiente al siglo XI con unas cerámicas muy parecidas, destacando los fragmentos de atafior melados con trazos de manganeso, un posible pebetero y algunos candiles (López López, M. et alii 1993: 136).

Por otra parte, en la orilla izquierda del Darro, muestran una ocupación similar, ya no sólo por encontrarse en ésta los alfares de la Casa de los Tiros, sino porque también se han documentado en excavaciones como en el palacio de los Duques de Gor o en Santa Escolástica³.

En todas estas intervenciones la cerámica recuperada presenta las mismas características que la de los materiales procedentes de la Cuesta de la Victoria y por tanto podemos hacer extensible su origen completando por el momento según el desarrollo de las intervenciones arqueológicas y de la investigación el mapa de dispersión de la cerámica del alfar de la Casa de los Tiros por la ciudad de Granada al mismo tiempo que puede ser un indicativo, entre otros, del desarrollo urbano en el siglo XI.

NOTAS

- 1 Este trabajo se realizó con una beca de Iniciación a la Investigación, del Plan Propio de Investigación de la Universidad de Granada, bajo la dirección del profesor D. Antonio Malpica Cuello.
- 2 Nos referimos al pasaje que hace referencia a los sucesos del año 897 (275 de la Hégira): «*Sawwāq, ebrio de gloria ante tan magistral triunfo, reanudó sus ataques y asaltos, conquistó nuevas comarcas y ensanchó su dominio fijando su cuartel en el castillo de Granada, cerca de Elvira*» trad. Por Guraieb, J., *C.H.E.* XVII, 1952, p. 161, o más adelante, al relatar las causas de la guerra: «*confiaron el mando a Sawwāq, quien sin pérdida*

de tiempo los llevó al castillo de Granada, que se hallaba en ruinas. De inmediato ordenó la reconstrucción de la parte más vulnerable, tomándolo por base de sus acciones bélicas» C.H.E. XVIII, 1952 p. 154.

- 3 Todas estas excavaciones han sido efectuadas por los miembros del Proyecto de Arqueología Urbana de Granada. He tenido acceso a esta información gracias a algunas personas que han trabajado en el mismo, a las cuales debo agradecer su colaboración.

BIBLIOGRAFÍA

- AA.VV. (1990) — *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid.
- ACIÉN ALMANSA, M. (1986) — «Cerámica a torno lento en Bezmiliana, Cronología, tipos y difusión», *I C.A.M.E.*, t.IV, pp. 243-267, Zaragoza.
- (1990) — «Hornos alfareros de época califal en el yacimiento de Bezmiliana», en *Fours de Potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale. Méthodes et résultats (Colloque organisé par la Casa de Velázquez, Madrid 8-10 janvier, 1987)*, pp. 13-27, Madrid.
- AGUADO VILLALBA, J. (1983): *La Cerámica Hispanomusulmana de Toledo*, Madrid.
- (1986) — «Cerámica hispanomusulmana de Toledo», en *II C.I.C.M.M.O.*, pp. 127-134, Madrid.
- AZUAR RUIZ, R. (1986a) — «Algunas notas sobre el candil de cazoleta abierta y de pellizco hispanomusulmán», en *II C.I.C.M.M.O.*, pp. 179-183, Madrid.
- (1986b) — «Apunte para un ensayo de evolución crono-tipológica de la redoma hispanomusulmana», en *II C.I.C.M.M.O.*, pp. 185-187, Madrid.
- (1989) — *Denia Islámica. Arqueología y Poblamiento*, Alicante.
- BARCELÓ, M. (1993) — «Al-Mulk, el verde y el blanco. La vajilla califal omeya de Madīnat Al-Zahrā», en *La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus*, pp. 291-300, Granada.
- BAZZANA, A. (1979) — «Céramiques médiévales: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne orientale», en *Mélanges de la Casa de Velázquez*, XV, pp. 135-188.
- BAZZANA, A., LERMA, V. et alii (1983) — *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia. Catálogo*. Valencia.
- BOSCH FERRO, C. y CHINCHILLA Gómez, M. (1987) — «Formas cerámicas auxiliares: anafes, arcaduces y otras», en *II C.A.M.E.*, pp. 492-500, Madrid.
- CANO PIEDRA, C. (1990) — «Estudio sistemático de la cerámica de Madīnat Ilbīra», en *Cuadernos de la Alhambra*, n° 26, p. 25-68. Granada.
- (1996) — *La cerámica verde-manganeso de Madīnat al-Zahrā*, Granada.
- CASAMAR, M. y VALDÉS, F. (1984) — «Origen y desarrollo de la cuerda seca en la Península Ibérica y el Norte de África durante el siglo XI», en *Al-Qantara*, n° 5, p. 383-404. Madrid.
- CASTILLO GALDEANO, F. y MARTÍNEZ MADRID, R. (1993) — «Producciones cerámicas en Bayyana», en *La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus*, p. 69-116. Granada.
- DUDA, D. (1970) — *Spanish-islamische keramik aus Almeria. Vom 12 bis 15 jahrhundert*, Heidelberg.
- (1972) — «Die Frühe Spanish Islamische keramik von Almería», *Madriider Mitteilungen*, 13, 345-432.
- FERNÁNDEZ SOTELO, E. (1988) — *Ceuta medieval. Aportación al estudio de las cerámicas (siglos X-XV)*, Ceuta.
- GISBERT SANTONJA, J. A. (1990) — «Los hornos del alfar islámico de la Avenida Montgò/calle Teulada. Casco Urbano de Denia», en *Fours de Potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale. Méthodes et résultats (Colloque organisé par la Casa de Velázquez, Madrid 8-10 janvier, 1987)*, pp. 75-92, Madrid.
- GÓMEZ BECERRA, A. (1992) — *El Maraute (Motril). Un asentamiento medieval en la costa de Granada*, Ayuntamiento de Motril.
- (E.p) — «Un conjunto de cerámica califal procedente de la Catedral de Granada», *Cuadernos de la Alhambra*, Granada.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1988) — *Cerámica paleoandalusí del Sur de Alicante (siglos VII-X)*, Alicante.
- (1993) — «La cerámica paleoandalusí del sureste peninsular (Tudmīr): producción y distribución (siglos VII-X)», en *La cerámica altomedieval en el Sur de al-Andalus*, pp. 37-66, Granada.
- (1996) — «La producción de pan y aceite en ambientes domésticos. Límites y posibilidades de una aproximación etnoarqueológica», *Arqueologia Medieval*, 4, Mértola, pp. 237-254.
- IZQUIERDO BENITO, R. (1986) — «Tipología de cerámica hispanomusulmana de Vascos (Toledo)», en *II C.I.C.M.M.O.*, pp. 113-125, Madrid.
- KIRCHNER, H. (1986) — «Les safes dels estrats II i III de Shadhfilah», en *I C.A.M.E.*, pp 149-187, Zaragoza.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. Y GARCÍA GÓMEZ, E. (1980) — *El siglo XI en 1ª persona. Las «Memorias del rey Abd Allah», último rey zirí de Granada, destronado por los Almorávides (1090)*, Madrid.
- LÓPEZ LÓPEZ, M., FRESNEDA PADILLA, E., PEÑA RODRÍGUEZ, J. M., ALEMÁN AGUILERA, I., RODRÍGUEZ AGUILERA, A. y ÁLVAREZ GARCÍA, J. J. (1993) — «El Mercado Municipal de San Agustín (Granada): un modelo de evolución urbana», *IV CAME, t. II*, pp. 131-136, Alicante.
- LÓPEZ LÓPEZ, M., GÓMEZ BECERRA, A., RODRÍGUEZ AGUILERA, A., FRESNEDA, E. y PEÑA, J. M. (E.p.) — «Casa Museo de los Tiros (Granada). Excavación arqueológica de emergencia», A.A.A. 1992.
- MACÍAS, S. (1996) — *Mértola Islámica*, Lisboa.
- MALPICA CUELLO, A. (1992) — «Murallas de Granada», *Nuevos paseos por Granada y sus contornos*, pp. 68-97, Granada.
- (ed.) (1993) — *La cerámica Altomedieval en el Sur de al-Andalus*, Universidad de Granada.

- (1994) — «Granada, ciudad islámica: centro histórico y periferia urbana», *Arqueología y Territorio Medieval*, n° 1 (*Actas del Coloquio Problemas en Arqueología Medieval*, Jaén, 4 al 7 de mayo de 1993) p. 195-208, Jaén.
- MARTÍNEZ LILLO, S. (1986) — «Horno cerámico islámico n° 1 del circo romano de Toledo», *I C.A.M.E.*, t. IV, 73-93, Zaragoza.
- (1990) — «Hornos califales de Toledo» *Fours de Potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale. Méthodes et résultats* (Colloque organisé par la Casa de Velázquez, Madrid 8-10 janvier, 1987), pp. 45-62, Madrid.
- MARTINS DE MATOS, J. L. (1986) — «Céramique musulmane du sud de Portugal», *II C.I.C.M.M.O.*, pp. 149-14, Madrid.
- MILLÁN CRESPO, J.A., (1986) — «Un horno de cerámica del siglo X», en *II C.I.C.M.M.O.*, pp. 107-111, Madrid.
- MOSTALAC CARRILLO, A. (1990) — «Los hornos islámicos de Zaragoza» *Fours de Potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale. Méthodes et résultats* (Colloque organisé par la Casa de Velázquez, Madrid 8-10 janvier, 1987), pp. 63-74, Madrid.
- MOTOS GUIRAO, E. (1991) — *El poblado medieval de «El Castellón» (Montefrío, Granada). Estudio de sus materiales*, Universidad de Granada, Granada.
- (1993) — «La cerámica altomedieval de «El Castellón» (Montefrío, Granada)», *La cerámica Altomedieval en el Sur de al-Andalus*, p. 209-237, Granada.
- NAVARRO PALAZÓN, J. (1990) — «Los materiales islámicos del alfar antiguo de San Nicolás de Murcia», en *Fours de Potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentales. Méthodes et résultats* (Colloque organisé par la Casa de Velázquez, Madrid 8-10 janvier 1987), pp. 29-43, Madrid.
- (1991) — *Una casa islámica en Murcia. Estudio de su ajuar (siglo XIII)*, Murcia.
- PAVÓN MALDONADO, B. (1967) — «Notas sobre cerámica hispanomusulmana», *Al-Andalus* XXXII, 2; pp. 415-437.
- PERDIGUERO LÓPEZ, M. (1985) — «Sondeo arqueológico de urgencia en la calle Pozo del Rey n° 5 (Málaga)», *A.A.A. 1984*, pp. 229-235, Sevilla.
- POSAC MON, C. (1960) — «Datos para la arqueología musulmana de Ceuta», *Hesperis Tamuda*, I, pp. 157-164.
- (1981) — «Candiles de la Ceuta Islámica», *Actas de las Jornadas de Cultura Árabe e Islámica (1978)*, pp. 287-291, Madrid.
- PUERTAS TRICAS, R. (1989) — *La cerámica islámica de cuerda seca en la Alcazaba de Málaga*, Málaga.
- RIU RIU, M., (1986) — «Talleres y hornos de alfareros de cerámica gris en Cataluña», en *Fours de Potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale. Méthodes et résultats* (Colloque organisé par la Casa de Velázquez, Madrid 8-10 janvier, 1987), pp. 105-116, Madrid.
- ROCA ROUMENS, M., MORENO ONORATO, M^a. A. y LIZCANO PRESTEL, R. (1988) — *El Albaicín y los orígenes de la ciudad de Granada*, Granada.
- RODRÍGUEZ AGUILERA, A., (1997) — «Un centro productor urbano de cerámica postcalifal (siglo XI-XII) en Andalucía Oriental. El alfar de la Casa de los Tiros (Granada)», en *VI Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée (Aix-en-Provence, Noviembre de 1995)*, p. 367-370.
- RODRÍGUEZ ARIZA, M^a. O. (1993) — «Análisis antracológicos de excavaciones arqueológicas de la ciudad de Granada», *Actas IV Congreso de Arqueología Medieval Española (Alicante 1993)*, Tomo III, pp. 671-679, Alicante.
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1978) — *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*, Palma de Mallorca.
- (1991) — *El nombre de las cosas en al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*, Palma.
- ROSSELLÓ BORDOY, G., CAMPS, J. y CANTARELLAS, C., (1971) — «Candiles musulmanes hallados en Mallorca», *Mayurqa*, 5, pp. 133-161.
- TORRES, C. (1986) — «Um lote cerâmico de Mértola Islâmica», en *I C.A.M.E.*, IV, 193-228, Zaragoza.
- (1987) — *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Lisboa.
- ZOZAYA, J. (1980) — «Aperçu général sur la céramique espagnole», en *I C.I.C.M.M.O.*, Paris.

ESTUDO DO ARMAMENTO ISLÂMICO PROCEDENTE DA ESCAVAÇÃO NA ENCOSTA DO CASTELO E NA ALCÁÇOVA DE MÉRTOLA

LÍGIA RAFAEL*

Dadas as novas tendências do conhecimento histórico que privilegia o estudo das questões relacionadas não só com os aspectos económicos, sociais, políticos e culturais, mas também com as questões do quotidiano, da cultura material e da sua influência na sociedade, é importante enveredar por um estudo que nos proporcione um conhecimento global das sociedades e dos diversos períodos históricos. Assim, podemos encarar o estudo do armamento sob duas perspectivas: uma perspectiva arqueológica e de estudo da cultura material, uma vez que as armas são o produto de uma indústria, fruto de um desenvolvimento tecnológico, objectos de comércio e alvo de diversas influências culturais; e, numa segunda perspectiva o estudo das armas deve levar-nos a encará-las como protagonistas de fenómenos destrutivos e terríveis. A segunda perspectiva permite-nos analisar não só as questões tecnológicas, mas também questões relacionadas com a economia, com a sociedade e a cultura, com a política e com o desenvolvimento da estratégia militar. É cada vez mais importante privilegiar o estudo das sociedades passadas na sua totalidade, tentando perceber a sociedade e os seus hábitos quotidianos, onde se enquadra claramente o estudo do armamento. Através de uma arma podemos saber quais os materiais que a constituem e o tipo de produção, quais os centros que se dedicam à sua produção, se estão relacionados com importantes zonas de

exploração mineira ou não, se houve a necessidade de importar matérias-primas, quais os canais de distribuição do produto e que repercussão tinha na região onde era produzido.

Até ao momento, a maioria dos trabalhos que têm como objecto o armamento, têm como base peças de luxo, geralmente pertencentes a personagens que ocupavam um estatuto destacado na sociedade e se encontravam completamente afastados do comum dos mortais. É premente enveredar pelo estudo do armamento real, do instrumental bélico usado normalmente nos campos de batalha e por aqueles que eram os peões do jogo, aqueles que morriam e matavam. Para atingir estes objectivos é necessário dedicar algum tempo e trabalho ao levantamento e publicação dos materiais exumados de escavações arqueológicas e ao estudo de colecções particulares ou públicas.

Em relação ao armamento, neste período e no caso cristão, as fontes iconográficas e

* Campo Arqueológico de Mértola.

literárias não permitem conclusões fidedignas e realistas em relação ao tipo de armas utilizadas na época e, no que se refere ao armamento utilizado pelos exércitos muçulmanos no al-Andalus não se conhecem fontes iconográficas ou literárias contemporâneas que permitam uma identificação clara e real. No entanto, sabe-se que em termos do armamento ofensivo, desde a 2.^a metade do século XI, a lança, em combinação com a cavalaria, permitiu o desenvolvimento de novos sistemas estratégicos devido à nova forma de utilização desta arma que se sujeitava com a axila. O cavaleiro aproveita a força e agilidade proporcionada pelo seu cavalo e ambos formam um importante conjunto. A partir da 2.^a metade do século XII, o uso da lança foi aperfeiçoado: mantém-se a lança ligeiramente torcida de forma a apoiá-la no antebraço. Por outro lado, a documentação europeia, refere a utilização da besta já no século X mas o seu uso só começa a ser difundido a partir do século XI. A generalização da utilização desta arma só se verifica a partir do século XII e é comprovada através da presença de corpos especializados. A besta é uma arma portátil, composta de arco, corda e cabo, com a qual se arremessavam setas curtas; é o aperfeiçoamento do primitivo arco reforçado e montado numa coronha de madeira em que se cavara uma goteira ou ranhura para alojar e dar uma direcção mais fixa ao projectil. O arco era de madeira ou de osso. Distendida a corda, fixava-se uma posição, presa num entalhe duma roda dentada (noz), alojada na ranhura da coronha, e soltava-se ao premir o gatilho o que aumentava a eficácia da flecha. A besta era uma arma de origem cristã, rapidamente adoptada pelos muçulmanos peninsulares. Apesar da importância da besta, a partir do século XII, é também importante referir a importância dos corpos de arqueiros no

campo de batalha; este corpo de arqueiros tinha como principal arma o arco composto por palas recurvadas e reforçadas com osso.

Apesar da referida escassez de documentação em relação ao armamento islâmico, é ainda possível identificar o equipamento e as tácticas da cavalaria, o que não acontece com a infantaria. O corpo de infantaria é relegado para segundo plano devido ao escasso interesse das fontes em realçar o seu desempenho sob o ponto de vista militar. Este desinteresse estava relacionado com o baixo nível social dos seus membros e com o facto dos peões de infantaria não passarem de mero instrumento de assédio – a este corpo do exército muçulmano é aplicável a expressão «carne para canhão». Este corpo era essencialmente constituído por manejaadores de fundas, por besteiros e por arqueiros; para além destes equipamento o corpo de infantaria podia ainda socorrer-se de lanças, facas e, ocasionalmente, poderiam recorrer à protecção de um escudo.

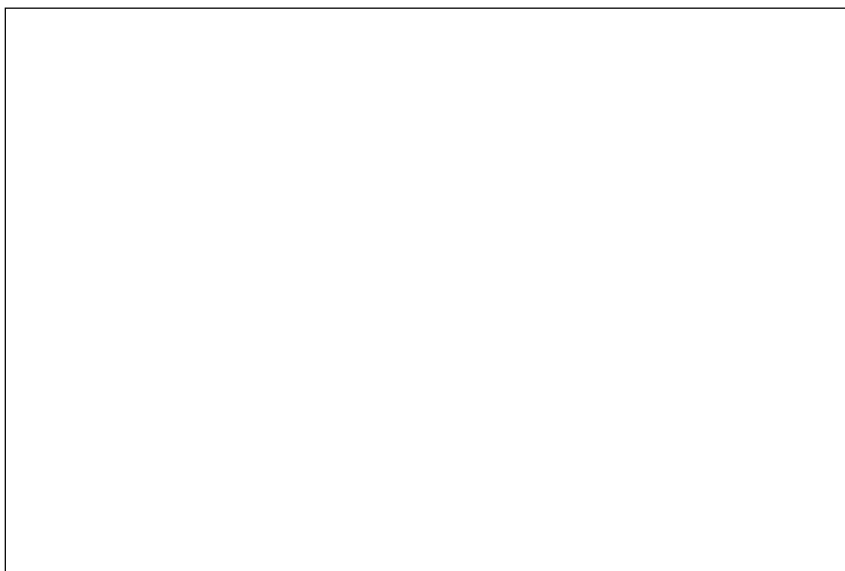


Fig. 1 — Vista parcial da escavação na alcáçova de Mértola — casas I e II.

A intervenção arqueológica na Alcáçova de Mértola foi iniciada no Verão de 1978, com o início do desentulhamento do criptopórtico. Este trabalho de escavação do criptopórtico só terminou em 1982 e pôs a descoberto um espaço subterrâneo de 32m de comprimento, 2,5 m de largura e 5,5 m de altura. Em termos estratigráficos, no criptopórtico podemos identificar uma sequência de níveis no entanto, os materiais aparecem misturados e há peças em que os fragmentos aparecem em todos os níveis. Em termos cronológicos, podemos situar os materiais provenientes do criptopórtico, entre os séculos X e o início do século XIII.

Na alcáçova foram também postas a descoberto, até ao momento, 11 casas do bairro almoada. Não se detectaram estruturas islâmicas representativas do período entre o século VIII e o século XI pelo que, não é possível comprovar com exactidão a continuidade na ocupação das estruturas do período romano. Todos os materiais islâmicos identificados na alcáçova de Mértola pertencem ao período de ocupação do bairro almoada, entre o século XII e a 1.^a metade do século XIII. As casas islâmicas identificadas correspondem às tipologias identificadas no Gharb al-Andalus. A construção deste bairro foi empreendida de raiz e compreendeu o delinear do seu traçado, a marcação de ruas e a construção de sistemas de saneamento. As habitações da Alcáçova de Mértola organizavam-se em torno de um pátio central e dispunham de idênticos compartimentos. Pela porta tinha-se acesso a um pequeno átrio o que protegia a intimidade dos olhares indiscretos. O pátio era o coração da casa e ao redor dele se orientavam todos os outros compartimentos; estes pátios eram uma peça fundamental nestas habitações uma vez que forneciam a ventilação e a iluminação à casa e, ao mesmo tempo, funcionavam como local de trabalho e de lazer. Outro compartimento importante destas habitações era o salão que servia de zona de repouso e de lazer, tinha também uma alcova, pequeno compartimento onde se dormia. São também identificáveis sistemas de saneamento e algumas das casas dispõem de latrinas. As cozinhas surgem como locais autónomos e algumas delas dividem-se em dois espaços autónomos: uma pequena dependência, com abertura para o pátio central, destinada ao armazenamento de alguns géneros alimentares antecedia a zona da cozinha onde se fazia o fogo.

Após o abandono do bairro da alcáçova foi aí implantado uma necrópole cristã que abarca o período entre o século XIV e o século XVI e cuja sepulturas interferem, com frequência, com o nível de ocupação do período islâmico. Em termos estratigráficos, podemos definir três níveis: o nível 1a que corresponde a uma camada mais superficial, de terrenos estéreis, e posterior ao cemitério cristão; o nível 1b que corresponde à camada de abandono da necrópole e às sepulturas; e o nível 1c que corresponde ao estrato de ocupação do bairro da alcáçova e às suas estruturas.

A encosta entre o *forum* e o castelo corresponde a uma área de pequenas dimensões (200 m²) e de declive bem marcado (com uma diferença de cota de 25 m entre os seus pontos superior e inferior). Esta área está parcialmente escavada pelo que não é possível fazer uma interpretação clara. No entanto, na zona junto à parede do castelo, foi escavada uma casa que segue a mesma linha estrutural das habitações da alcáçova e foi também identificada uma rua. Na área intervencionada foram encontrados muitos fragmentos de cadinhos o que leva a pensar existir aqui uma rua de ourives ou uma oficina de ourivesaria. O facto de se referir a ourivesaria e os artesãos é comprovado pelo tamanho dos cadinhos de prata o que nos reporta para a produção de pequenas peças. Podemos dividir a encosta do castelo em duas zonas distintas: uma mais plana,

junto aos muros do castelo, que será contemporânea do bairro da Alcáçova, datável do século XII e 1.^a metade do século XIII e, outra situada na zona de maior declive que não terá tido ocupação na derradeira fase da permanência muçulmana, datável do século XI, e onde se recolheram os cadinhos de fundição de prata. Na encosta verifica-se um maior espaçamento entre os enterramentos cristãos uma vez que a necrópole ocupou de preferência os terrenos mais próximos da mesquita.

Após a identificação do material existente coloca-se a questão da terminologia a utilizar. As peças estudadas foram divididas em três grandes grupos: pontas de flecha, pontas de lança e ponteiras. Dentro destes três grandes grupos foram identificados diversos tipos tendo em conta as características formais e estruturais de cada peça, a sua comparação com as restantes e a comparação com outros tipos definidos por outros autores. Cada peça é identificada a partir da sua descrição morfológica e análise do seu estado actual. Dentro das pontas de flecha estão incluídas todas as peças de pequena e média dimensão e que, pelas suas características, se podem caracterizar como pontas de flecha utilizadas juntamente com os arcos, como virotes de besta, utilizados nas besta ou balestras, cuja existência é comprovada pelas duas nozes de besta em osso, e como pontas de dardo. Dentro da tipologia de pontas de lança estão incluídas as peças que são de maiores dimensão e que dadas as suas características só poderiam ser utilizadas como lanças. As ponteiras são peças utilizadas nas extremidades das lanças ou dos dardos e actuam como meio de confirmação da eficácia do ataque sobre a vítima.

Para a definição das tipologias de pontas de flecha, pontas de lança e ponteiras, que constituem o instrumental bélico exumado da encosta do castelo e alcáçova de Mértola,

foi efectuado um levantamento exaustivo do material em ferro depositado no Campo Arqueológico de Mértola. Foram identificadas 116 peças em ferro, das quais 108 são pontas de flecha, 6 são pontas de lança e 2 são ponteiros e duas nozes de besta em osso. Analisando estes números podemos comprovar uma predominância clara da tipologia de pequenas e médias dimensões, as pontas de flecha, o que está com certeza relacionado com a difusão da besta que ocorreu no século XII. É também interessante referir que cerca de 60,2% das peças estudadas são procedentes da escavação efectuada na alcáçova de Mértola, entre 1978 e 1998; os restantes 39,8% das peças identificadas são procedentes dos contextos arqueológicos da encosta do castelo.

Em termos de descrição morfológica e da análise dos exemplares estudados, optei por definir as características das peças tal como elas se encontram actualmente, e não definir a sua forma original, sobre a qual não tenho dados precisos. Realmente parece estranho que algumas das peças apareçam com descrições onde se faz referência, por exemplo a pontas arredondadas quando isto seria ridículo em peças cujo objectivo era ferir mortalmente o inimigo.

TIPOLOGIAS DAS PONTAS DE FLECHA

Tipo I — Pontas de Flecha de cabeça piramidal, secção triangular ou quadrangular, estrutura tubular levemente cónica, e com uma abertura longitudinal (só um dos exemplares não tem abertura longitudinal) devido à colocação central de uma haste de madeira. As peças integradas neste tipo são provenientes tanto da encosta do castelo como da alcáçova de Mértola pelo que, cronologicamente, podemos situá-las entre finais do

século XI e o 1.^a metade do século XIII. No universo estudado esta tipologia é constituída por 9 exemplares o que constitui cerca de 8,3%. As dimensões dos exemplares estudados variam entre os 0,6 e os 1,4 cm de largura e os 6,2 e os 7,5 cm de comprimento. Alguns dos exemplares têm dimensões menores uma vez que não se tratam de peças inteiras mas de fragmentos. As peças identificadas neste grupo não são idênticas, apresentam algumas variações mas a estrutura formal é semelhante em todas elas. Estes exemplares poderiam ser utilizados como virotes de besta, e sua variação pode estar relacionada com a necessidade de aumentar o número de objectos e com uma execução em «série» uma vez que, só tem que ser assegurada a sua eficácia.

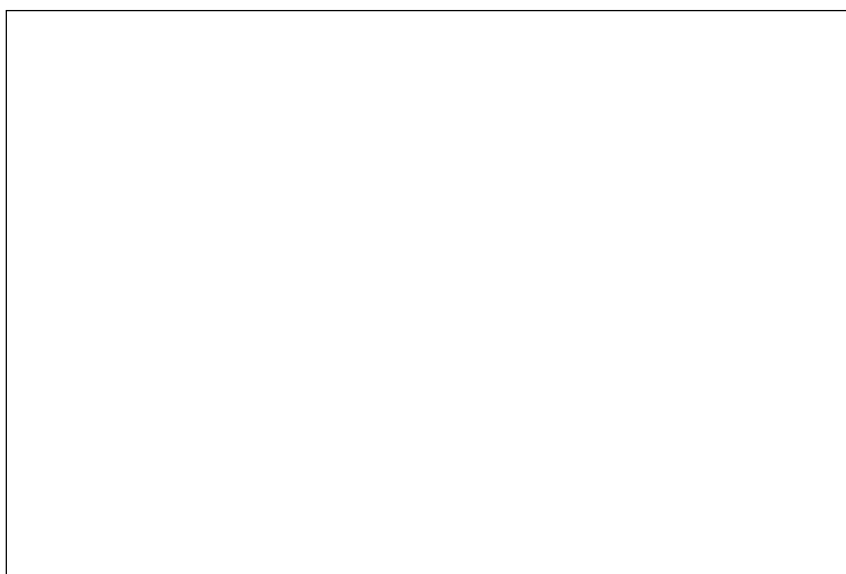


Fig. 2 — Pontas de flecha do Tipo I.

Tipo II — Pontas de Flecha de ponta piramidal, secção quadrada, traça romboidal, estrutura tubular cilíndrica e abertura longitudinal devido à fixação central de uma haste de madeira. Algumas das peças apresentam a extremidade da estrutura tubular enrolada para fora, em forma de caracol. É comum observar vestígios de madeira no interior da estrutura tubular. Este é o tipo mais predominante atingindo cerca de 37% da totalidade das peças analisadas. São procedentes tanto da encosta do castelo como da alcáçova de Mértola pelo que, cronologicamente, se podem situar entre o século XI e a 1.^a metade do século XIII. As suas dimensões variam entre os 0,7 e os 1,4 cm de largura e os 7 e os 9,8 cm de comprimento; os exemplares de menores dimensões correspondem a peças fragmentadas. As peças apresentadas neste tipo apresentam uma grande diversidade, mantendo a mesma estrutura formal básica o que, seguramente está relacionado com o seu desempenho e eficácia. Este tipo tem paralelos nos exemplares identificados por Soler del Campo 1, que as define

como pontas de flecha mas refere também que estas podem ser as antecessoras dos virotes de besta baixo medievais. Alguns exemplares apresentam uma maior largura no centro e a estrutura tubular com um diâmetro maior devido à necessidade de uma maior resistência e capacidade de impacto que está inerente ao uso da besta. No entanto é muito difícil identificar quais destas peças são pontas de flecha e quais são virotes de besta uma vez que as diferenças entre elas são quase indiferenciadas, o mais provável é que se utilizassem os dois tipos de material tanto adaptáveis ao arco como à besta. Estas pontas de flecha são conhecidas desde os Sécs. X e XI, tanto em contextos arqueológicos islâmicos como cristãos.

Tipo III — Pontas de Flecha de cabeça arredondada, onde se observa um estreitamento acentuado entre a zona de transição entre a cabeça e a estrutura tubular levemente cônica, onde se fixava centralmente a haste de madeira. Este tipo é sómente representado por dois exemplares mas de características tão distintas dos restantes que merecem uma análise particular. Os dois exemplares são procedentes da encosta do castelo e datáveis da 2.^a metade do século XII e 1.^a metade do século XIII. A largura varia entre os 1,2 e os 1,5 cm e o comprimento entre os 6 e os 7,1 cm. Este tipo não tem paralelos entre os exemplares apresentados por Soler del Campo. Penso, no entanto, poder tratar-se de virotes de besta dado o diâmetro da ponta e o alargamento da estrutura tubular, o que permitiria uma maior capacidade de impacto e eficácia.

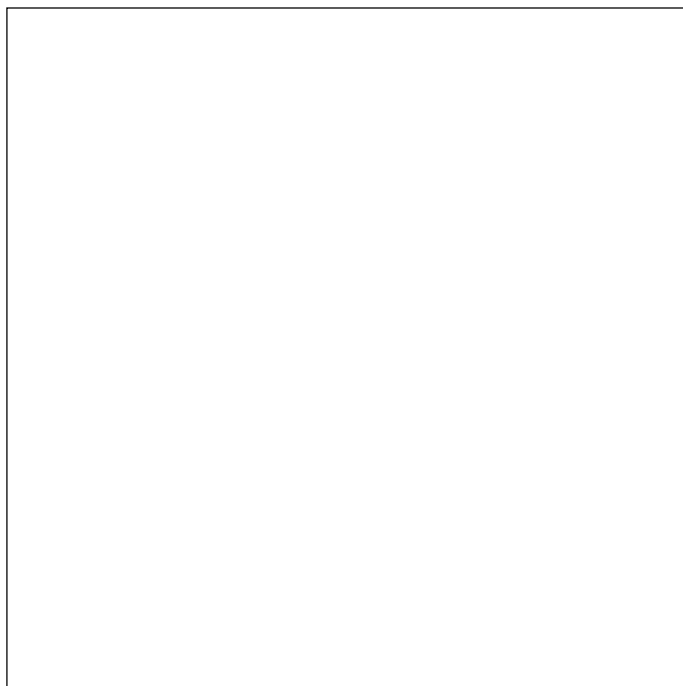


Fig. 3 — Pontas de flecha do Tipo III.

Tipo IV — Pontas de Flecha de cabeça piramidal, de pequenas e médias dimensões, secção quadrangular e estrutura tubular cilíndrica ou levemente cônica devido à fixação central de uma haste de madeira. Estes exemplares são procedentes tanto da encosta do castelo como da alcáçova de Mértola, o que os situa, cronologicamente, entre a 2.^a metade século XII e o 1.^a metade do século XIII. As dimensões variam entre uma largura máxima de 0,8 e os 1 cm, e um dos únicos exemplares completos tem 8,5 cm de comprimento. É importante referir que um dos exemplares considerados nesta tipologia apresenta umas dimensões completamente distintas das restantes peças; é uma peça de grandes dimensões – a largura máxima é de 1,8 cm e o comprimento é de 11,3 cm - mas que mantém exactamente a mesma estrutura formal que as restantes. Este exemplar está em boas condições de conservação, só apresentando o bico curvado. Talvez que esta

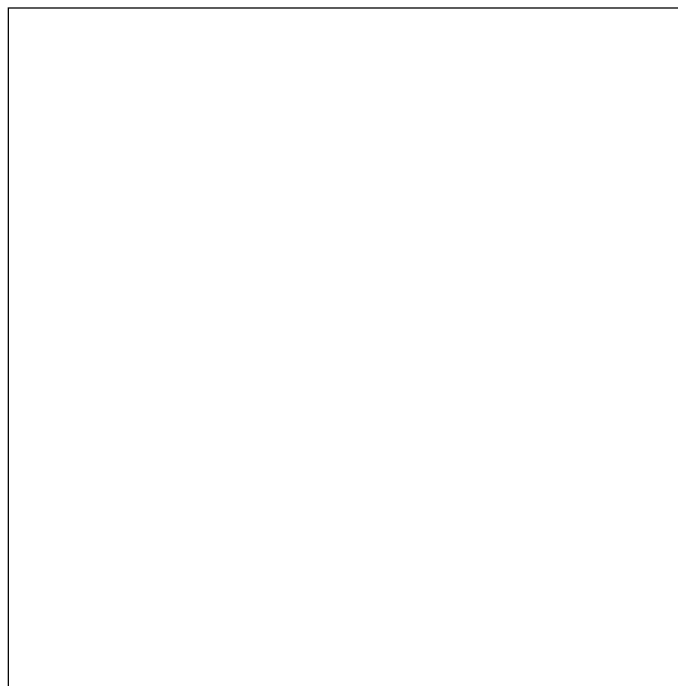


Fig. 4 — Exemplares de pontas de flecha do Tipo IV.

diferença em termos de tamanho tenha a ver com a adaptação à besta uma vez que esta exigia uma maior resistência, peso e capacidade de impacto.

Tipo V — Ponta de Flecha de cabeça triangular, achatada, estrutura tubular levemente cónica onde se fixava centralmente a haste de madeira. Este tipo é representado por um só exemplar, mas de características tão distintas dos restantes que é impossível inseri-la noutro grupo. Este exemplar é proveniente da Alcáçova de Mértola e pode ser datado do século XII. Tem 2,1 cm de largura máxima e 6,4 cm de comprimento.

Tipo VI — Pontas de Flecha piramidais, secção quadrangular e estrutura cilíndrica devido à fixação central de uma haste de madeira, alguns exemplares apresentam a ponta levemente achatada. Este tipo é o segundo mais representativo em termos do número de exemplares, representando cerca de 9,2% do total analisado. Os exemplares identificados têm dimensões que variam entre os 0,9 e os 1,8 cm de largura máxima e os 4,3 e os 9,6 de comprimento. São procedentes tanto da encosta do castelo como da alcáçova de Mértola o que me permite datá-las entre o século XI e o 1.^a metade do século XIII. O conjunto caracteriza-se por uma



Fig. 5 — Alguns exemplares de pontas de flecha do Tipo VI.

homogeneidade formal em que as variações se devem mais ao processo de degradação das peças do que a diferenças criadas deliberadamente pela mão do artesão que as executou. Após uma análise atenta destes exemplares penso não ser incorrecto pensar que estes são virotes de besta, fruto de uma evolução do armamento e correspondem à introdução e difusão da utilização da besta. Defendo esta ideia porque estes exemplares têm uma estrutura semelhante ao tipo II mas, são mais pesados, têm uma maior largura no centro e a estrutura tubular tem um maior diâmetro, o que está relacionado com a necessidade de mais resistência do material e maior capacidade de impacto.

Tipo VII — Pontas de Flecha cónica com ponta arredondada cuja traça cónica se deve à fixação central de uma haste de madeira; a estrutura tubular corresponde a toda a extensão da peça. Verifica-se a presença de vestígios de madeira em todos os exemplares deste tipo. Este tipo é constituído por três exemplares de pequenas dimensões – variam entre os 1 e 1,5 cm de largura máxima e os 4,2 e os 5,1 cm de comprimento. Em termos da proporção dimensão/peso verifica-se que estes exemplares são muito pesados em relação às dimensões que apresentam, o que também me leva a pensar tratarem-se de virotes de besta. Em termos cronológicos podem datar-se de finais do século XI e 1.^a metade do século XIII. Num dos exemplares verifica-se vestígios da presença de cobre, facto que só com análises metalográficas será explicado.

Tipo VIII — Pontas de Flecha de cabeça piramidal ou levemente piramidal, de pequenas dimensões, secção quadrangular, traça romboidal e abertura ou arranque da abertura onde se fixava centralmente uma haste de madeira. Os exemplares analisados são procedentes tanto da encosta do castelo como da alcáçova de Mértola o que, cronologicamente, nos permite datá-las entre finais do século XI e a 1.^a metade do século XIII. As dimensões variam entre os 0,7 e os 1,1 cm de largura máxima e os 4,4 e os 6,1 cm de comprimento. Dadas as características dos exemplares desta tipologia não é fácil fazer grandes considerações acerca deles, facto que também não é auxiliado pelas referências bibliográficas uma vez que os textos consultados não fazem referência a peças deste tipo.

Tipo IX — Pontas de Flecha de cabeça em forma de losango, maciças, secção rectangular, traça romboidal e uma espiga onde se fixava a haste de madeira. Na parte central de uma das peças observa-se um orifício semi-circular, e na outra oval, que seriam utilizados para uma fixação mais eficaz da haste de madeira. As dimensões variam entre os 1,9 e os 2,2 cm de largura máxima e os 5,9 e os 8,1 cm de comprimento. Os dois exemplares identificados são procedentes da alcáçova de Mértola o que permite datá-los do século XII. Estas peças são um caso interessante, tanto pela sua forma, como pela engenharia demonstrado na fixação da haste de madeira e na relação dimensão/peso, já que são mais pesadas do que a maioria dos exemplares de pontas de flecha identificados neste estudo. O facto de serem maciças aumenta o peso e provavelmente a sua eficácia em termos de capacidade de impacto.

Tipo X — Pontas de Flecha de cabeça piramidal, maciça, traça romboidal, cuja extremidade se vai achatando para permitir a fixação de uma haste de madeira. Este tipo é constituído por dois exemplares procedentes da alcáçova de Mértola o que permite datá-las do século XII. Em termos das dimensões elas variam entre os 0,9 e os 1,3 cm de largura máxima e os 5,6 e os 7,5 cm de comprimento e têm também um peso superior àquele que é comum a exemplares de Pontas de Flecha. Este facto e a forma destas pontas de flecha pode também estar relacionado com a necessidade de criar peças que dotassem os guerreiros islâmicos de uma maior eficácia no ataque. A maior eficácia é dada pelo aumento de peso, pelo aumento do diâmetro e pela capacidade de impacto, ajudado pela nova forma de impulsionar a flecha.

Tipo XI — Pontas de Flecha cónicas, com paredes pouco espessas, e estrutura tubular que corresponde a toda a extensão da peça e onde se fixava centralmente a haste de madeira. Este tipo é representado por quatro exemplares procedentes tanto da encosta do castelo como da alcáçova de Mértola o que nos permite assumir como balizas cronológicas o século XII e a 1.^a metade do século XIII. As dimensões variam entre os 1,1 e os 1,3 cm de largura máxima e os 4,4 e 5,3 cm de comprimento. Também em alguns destes exemplares se verifica a existência de pequenas concentrações de cobre o que só poderá ser percebido através de análises metalográficas. Estas são peças muito leves, de paredes pouco espessas e com uma forma que permitiria a existência de um bico afiado.

Tipo XII — Pontas de Flecha de secção quadrada, levemente piramidais, dotadas de um cubo tubular onde se fixava centralmente a haste de madeira. Esta tipologia é representada por dois exemplares, provenientes da alcáçova de Mértola e datáveis do século XII. As suas dimensões variam entre os 0,8 e os 0,9 cm e os 6,2 e 7,4 de comprimento. A suas características e a sua estrutura formal permitem-nos equipará-las aos exemplares representativos do Tipo II e têm paralelo nos exemplares apresentados por Soler del Campo 2.

Tipo XIII — Pontas de Flecha cónicas alongadas, ponta arredondada, paredes pouco espessas, secção circular e estrutura tubular cónica onde se fixava centralmente a haste de madeira. Têm baixo peso em relação ao seu comprimento e caracterizam-se por paredes pouco espessas. As suas dimensões variam entre os 0,9 e 1 cm de largura máxima e os 7,9 e 8,8 cm de comprimento. Um dos exemplares é procedente da encosta do castelo e o outro da alcáçova de Mértola. Em termos cronológicos podemos datá-las do século XII.

Tipo XIV — Ponta de Flecha quadrangular, levemente piramidal, traça romboidal e estrutura tubular onde se fixava centralmente a haste de madeira. Este tipo é representado por um único exemplar que, dadas as suas características, não pode ser incluído em nenhum dos grupos já definidos. Este exemplar tem como dimensões 0,9 cm de largura máxima e 6,3 cm de comprimento. É procedente da alcáçova de Mértola o que nos permite datar esta ponta de flecha do século XII. Apesar desta ponta de flecha apresentar um



Fig. 6 – Exemplares de pontas de flecha do Tipo XI.

estrutura formal que a diferencia dos restantes tipos parece legítimo equipará-la aos exemplares do tipo II, tanto em termos de funcionalidade como de eficácia.

Tipo XV — Pontas de Flecha levemente piramidais, de grandes dimensões, maciças, ponta arredondada e secção quadrangular onde se percebe o arranque da estrutura tubular que permitia a colocação central de uma haste de madeira. Um dos exemplares tem uma abertura longitudinal. Os três exemplares representativos deste tipo são procedentes da Alcáçova de Mértola e podem situar-se, cronologicamente, no século XII e 1.^a metade do século III. Caracterizam-se pela sua robustez e peso e pelas suas dimensões, se bem que nenhum dos três exemplares se encontre inteiro. As suas dimensões variam entre os 1,1 e 1,2 cm de largura máxima e os 8 e 8,1 cm de comprimento. As suas características em termos de robustez, dimensão e resistência podem também estar relacionadas com a difusão da utilização da besta e com a necessidade de instrumentos bélicos mais eficazes em termos de impacto.

Tipo XVI — Ponta de Flecha piramidal, de grandes dimensões, secção quadrangular, traça romboidal e curta estrutura tubular onde se fixava centralmente a haste de madeira. Esta tipologia resume-se a um exemplar, que pelas suas características, nomeadamente o seu comprimento, não se pode integrar em nenhum dos tipos identificados. Esta peça é

procedente da alcáçova de Mértola e pode datar-se da 2.^a metade do século XII a 1.^a metade do século XIII. As dimensões são 0,8 cm de largura máxima e 12,9 cm de comprimento. As suas características específicas não permitem perceber o motivo das diferenças em termos da dimensão nem em termos da função específica.

Tipo XVII — Pontas de Flecha piramidais, com ponta arredondada, estrutura tubular cilíndrica, com uma pequena abertura oval, onde se fixava centralmente a haste de madeira. Os três exemplares identificados são procedentes da alcáçova de Mértola e podem datar-se do século XII e 1.^a metade do século XIII. As suas dimensões variam entre os 1 e 1,3 cm de largura máxima e os 6,2 e 8,9 cm de comprimento.

Tipo XVIII — Pontas de Flecha de cabeça piramidal, maciças, secção quadrangular, com uma espiga que permite a fixação de uma haste de madeira. Este tipo é muito heterogéneo em termos formais, variando tanto em termos da forma como das dimensões. É composto por cinco exemplares, todos procedentes da alcáçova

de Mértola o que permite datá-los do século XII. As suas dimensões variam entre os 0,8 e os 1,9 cm de largura máxima (base da cabeça piramidal) e os 4,1 e 7,7 cm de comprimento. Soler del Campo também identifica esta tipologia de pontas de flecha e defende que dada a sua evidente funcionalidade e facilidade de construção, é certo supor que estas alcançaram uma grande difusão 3.

TIPOLOGIAS DAS PONTAS DE LANÇA

Tipo I — Ponta de Lança de grandes dimensões, folha rectangular, secção quadrangular e cabo de estrutura tubular cónica onde se fixava centralmente a haste de madeira. A folha e a secção tubular estão incompletas pelo que é fácil perceber a grande dimensão deste exemplar. Este exemplar é procedente da alcáçova de Mértola, mais propriamente do criptopórtico, pelo que o podemos datar do século XI/1.^a metade do século XII. As suas dimensões variam entre os 2 cm de largura máxima e os 28,2 cm de comprimento e um peso de 77,8 gr.

Tipo II — Ponta de Lança de folha triangular, de grandes dimensões, proeminente nervura axial e cabo de estrutura tubular cónica onde se fixava centralmente a haste de madeira. Este exemplar é procedente da alcáçova de Mértola e datável do século XII. As suas dimensões variam entre os 5 cm de largura máxima e os 30 cm de comprimento e um peso de 267,6 gr. Este tipo de pontas de lança é identificada por Soler del Campo que defende que a nervura axial e a capacidade de corte da folha aumentam a capacidade de penetração e por conseguinte o desempenho e a eficácia 4.

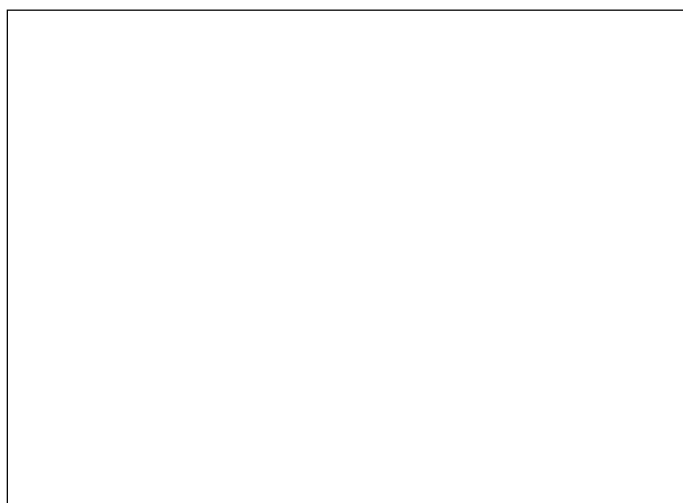


Fig. 7 – Alguns exemplares de pontas de flecha do Tipo XVIII.

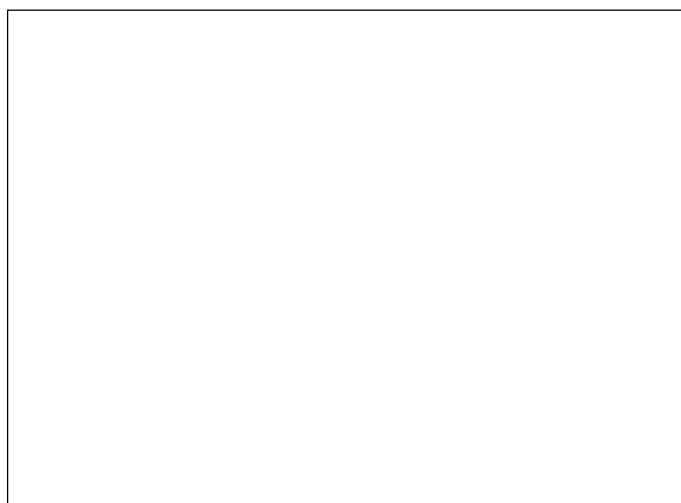


Fig. 8 – Ponta de lança do Tipo II.

Tipo III – Ponta de Lança de folha triangular, maciça, secção rectangular, levemente oval, e cabo de estrutura tubular cilíndrica de pequena extensão, onde se fixava centralmente a haste de madeira. Na abertura da zona tubular verifica-se a presença de cobre, o que só poderá ser explicado através das análises metalográficas. Este exemplar é também procedente da alcáçova de Mértola e datável do século XII. As suas dimensões variam entre os 3,1 cm de largura máxima e os 14,5 cm de comprimento, sendo o peso de 73,2 gr.

Tipo IV – Ponta de Lança de folha triangular, maciça, secção rectangular, e uma espiga onde se fixava a haste de madeira. A ponta está enrolada até formar um orifício circular que, dadas a sua perfeita execução me parece poder corresponder a uma provável reutilização da peça com funções distintas da original. Este exemplar é procedente da alcáçova de Mértola e datável da 2.^a metade do século XII/ 2.^a metade do século XIII. As suas dimensões são 2,6 cm de largura máxima, 15,2 cm de comprimento e 45,6 gr de peso.

Tipo V – Ponta de Lança de secção cilíndrica em cuja base se forma uma estrutura globular, a partir da qual arranca uma espiga onde se fixava a haste de madeira. Este exemplar não está completo sendo, no entanto, possível perceber que seria de grandes dimensões. A ponta de lança é procedente da alcáçova de Mértola, mais propriamente do criptopórtico, sendo por isso possível datá-la do século XI/ 1.^a metade do século XII. Tem como dimensões 1,8 cm de largura máxima, 14,3 cm de comprimento e 87,9 gr de peso. Esta tipologia tem semelhanças com um exemplar identificado por Soler del Campo, só que o exemplar identificado por este autor tem uma secção quadrangular e não cilíndrica 5.

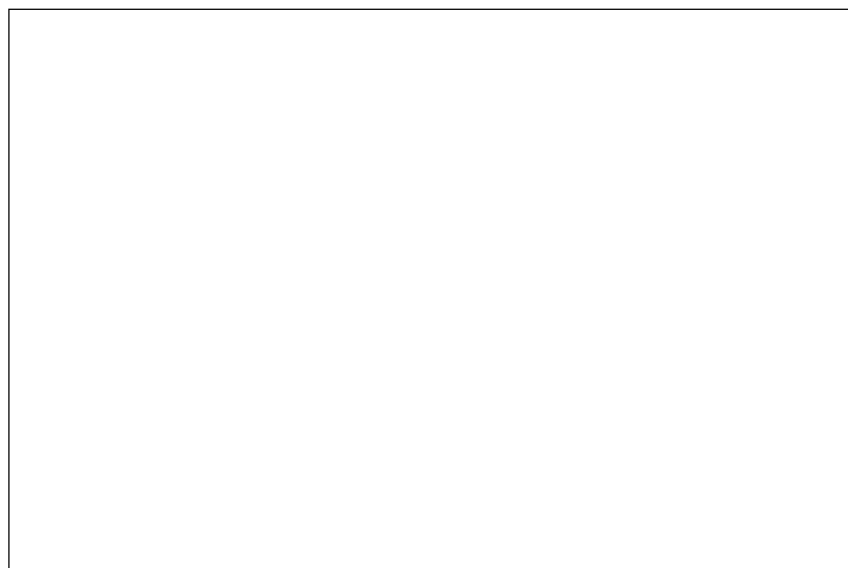


Fig. 9 – Exemplar de ponta de lança do Tipo V.

PONTEIRAS

As ponteiras eram colocadas na extremidade de madeira da ponta de lança e tinham como objectivo tornar mais eficaz o ataque. No volume de exemplares estudados foram identificadas duas ponteiras de forma cónica, com secção tubular que corresponde a toda a extensão da peça e onde se fixava centralmente uma haste de madeira. As duas peças têm forma e dimensões semelhantes, sendo a única diferença um orifício circular que se observa numa delas e que serviria para reforçar a fixação da haste de madeira. As duas ponteiras são provenientes da Alcáçova de Mértola o que cronologicamente a data do século XI e do século XII. As dimensões variam entre os 2 e os 2,6 cm de largura máxima e os 6,7 e 8,5 cm de comprimento. As paredes são pouco espessas e os dois exemplares encontram-se em mau estado de conservação, tendo sido também verificada a presença de grandes quantidades de madeira no interior destes exemplares.

NOTAS

- 1 SOLER DEL CAMPO (1995) — «Guerra y armamento hacia 1200 d.C.», in *Alarcos 95 — El fiel de la balanza*, Toledo, Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, p. 174.
- 2 SOLER DEL CAMPO, Alvaro (1995) — «Guerra y armamento hacia 1200 d.C.», in *Alarcos 95 — El fiel de la balanza*, Toledo, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, p. 174.
- 3 SOLER DEL CAMPO, Alvaro (1995) — «Guerra y armamento hacia 1200 d.C.», in *Alarcos 95 — El fiel de la balanza*, Toledo, Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, p. 173.
- 4 SOLER DEL CAMPO, Alvaro (1995) — «Guerra y armamento hacia 1200 d.C.», in *Alarcos 95 — El fiel de la balanza*, Toledo, Servicio de publicacio-

nes de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, pg. 183.

- 5 SOLER DEL CAMPO, Alvaro (1995) — «Guerra y armamento hacia 1200 d.C.», in *Alarcos 95 — El fiel de la balanza*, Toledo, Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, pg. 186.

BIBLIOGRAFIA

MACIAS, Santiago e TORRES, Cláudio (1997) — «Arqueologia islâmica em Mértola», in *Memórias Árabo-islâmica em Mértola*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 151-158.

MACIAS, Santiago, 1998) — «Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Andalus», in *Portugal Islâmico — Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, MNA, pp. 109-120.

—— (1996) — *Mértola Islâmica — Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

—— (1997) — «Resenha histórica», in *Memórias Árabo-islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 17-28.

—— (1992) — «Resenha dos factos políticos», in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. I, Cacém, Círculo de Leitores, pp. 417-437.

SOLER DEL CAMPO, Alvaro (1987) — «El armamento medieval hispano», in *Cuadernos de Investigación Medieval*, n.º 6, Madrid.

—— (1993) — «Notas sobre la evolución de los modelos de armamento adoptados en al-Andalus (Siglos X-XIV)», in *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*.

—— (1995) — «Guerra y armamento hacia 1200 d.C.», in *Alarcos — El fiel de la balanza*, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha.

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago (1997) — «A islamização do Gharb al-Andalus», in *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 29-46.

TORRES, Cláudio e SILVA, Luís Alves da (1989) — *Mértola Vila Museu*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio et alii, (1991) — *Catálogo do Núcleo do castelo — Museu de Mértola*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1991.

TORRES, Cláudio (1982) — «A alcáçova de Mértola», *Separata da Revista Arqueologia*, n.º 6, Dezembro.

—— (1979) — «Mértola — o castelo, arqueologia e ... sonhos», *Separata da Revista História e Sociedade*, n.º 4/5, Junho.

—— (1992) — «O Gharb al-Andalus», in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. I, Cacém, Círculo de Leitores, pp. 361-415.

—— (1995) — «O Gharb al-Andalus. Identidade de um território», in *Seminário Identidade, Mudança e Criatividade — A liderança do futuro*, Lisboa, Academia Militar, pp. 15-29.

—— (1998) — «O Islão do Ocidente: fenómenos de permanência e descontinuidade», in *Portugal Islâmico — Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, MNA, pp. 57-61.

—— (1992) — «Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica», in *Arqueologia Medieval*, n.º 1, Porto, Ed. Afrontamento.

RESTOS DE TESOURO DE MOEDAS ISLÂMICAS NAS IMEDIAÇÕES DE AZÓIA (SESIMBRA)

MIGUEL TELLES ANTUNES*

Palavras-chave:

Numismática islâmica — Tesouro — século VIII — Azóia — litoral da Arrábida.

INTRODUÇÃO

A propósito da elaboração de uma síntese acerca de vestígios islâmicos na área da Arrábida, põe-se o problema de inventariar os sítios correspondentes. Além dos principais, como Palmela e Sesimbra, conhecem-se outros, entre estes o da Lapa do Fumo — notável pelos sucessivos achados de moedas, inicialmente da responsabilidade do falecido arqueólogo Eduardo da Cunha Serrão, Amigo que recordamos com saudade, ulteriormente devido, em parte, a pesquisas clandestinas. Os achados incluem moedas almorávidas e, com interesse relevante, de taifas almorávidas, reinos dissidentes, menores, que surgiram no ocaso do Império almorávida ou logo após. Há espécimes cunhados em Silves e Beja.

O caso de Palmela é mais complexo. Nos arredores do Castelo, ao que nos constou na vertente Sul, apareceram conjuntos diferentes, a julgar por lotes que nas últimas duas décadas temos adquirido. Os conjuntos mais antigos são

compostos, no essencial, por dirhams do Emirado e Califado de al-Andalus, além de dirhams ou fracções do Califado fatímida. A bem dizer, não têm termo de comparação na Lapa do Fumo. Porém, há outra ocorrência interessante, como se verá.

Nos conjuntos mais modernos de Palmela, contemporâneos, ou quase, dos da Lapa do Fumo, predominam quirates almorávidas e das taifas almorávidas. Os mais antigos são de Yūsuf ibn Tāshufīn (480 a 500 AH; raríssimos) e de ʿAlī ibn Yūsuf (500 a 537 AH) (1087-1106-1142 AD). Mostram acentuados indícios de circulação. Seguem-se, pouco circulados, quirates e fracções anónimas do caudilho eborense do século XII, Ibn Wazīr (Antunes e Sidarus, 1991-1992, Quadro cronológico; Khawli, 1996), e outros. Podemos incluir aqui uma fracção de dinar do último rei aftácida de Badajoz (1^{as} taifas), ʿUmar al-Mutawakkil (?460 — 488 AH, 1067-1095 AD).

Temos também conhecimento do achado, no litoral da Arrábida, de três pequenos

* Academia das Ciências de Lisboa.
Centro de Estudos Geológicos, Departamento de Ciências da Terra, Faculdade de Ciências e Tecnologia/ 2825 — 114 Caparica, Portugal. mta@mail.fct.unl.pt

fragmentos cortados de moeda de ouro islâmica que, muito hipoteticamente, parecem de uma fracção de dinar do 1.º período de taifas (? Abádidas de Sevilha). Como na Lapa do Fumo, a ocultação de tesouros pode estar relacionada com forte instabilidade resultante das conquistas por Afonso Henriques de Lisboa (1147), Alcácer do Sal (1158) e Sesimbra (1165), entre outras.

TESOURO DE AZÓIA (SESIMBRA)

Em 16 de Dezembro de 1983 adquirimos em Lisboa, a um comerciante da Rua do Carmo que entretanto se retirou daí, duas moedas: um dirham e um dinar. Segundo pessoa de idade avançada, o Sr. Pimentel, que então colaborava em numismática com o comerciante, ambas faziam parte de um tesouro incluindo certo número de moedas de prata, com uma de ouro; proviriam de uma lapa a Norte do Cabo Espichel onde também foram achados objectos arqueológicos (um peitoral, etc.). A povoação mais próxima, no concelho de Sesimbra, é Azóia — curiosamente um nome árabe, *al-zâuia*, significando inicialmente «ermida servindo para vigilância de território do Islão» (Sidarus, 1997a, p. 260) e, mais tarde, «pequena edificação em local isolado onde vive um eremita» (Machado, 1997, p. 183).

Segundo o Sr. Pimentel, o achador teria sido um amigo de Eduardo da Cunha Serrão, devoto das antiguidades de Sesimbra e colaborador do respectivo Museu — Rafael Monteiro, que conhecíamos. Quando o abordámos a tal respeito, encontrava-se com graves problemas de saúde, com óbvias dificuldades respiratórias. Lembrava-se do tesouro. Pouco mais disse. Não nos recordamos de que tenha confirmado ter sido o achador. Para evitar fadiga exagerada, aguardámos ensejo de nova entrevista. Faleceu entretanto.

Na mesma loja, foi-nos mostrado dirham semelhante ao primeiro; a empregada pediu preço excedendo 10 vezes a cotação. Não o adquirimos.

Por outro lado, na Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra (Serrão, obra póstuma, 1994, p. 50), são apresentados excertos de carta endereçada a Eduardo da Cunha Serrão (31/3/1968) pelo Dr. Hernâni de Barros Bernardo, na qual se relata «que, em Agosto de 1939, um trabalhador rural lhe mostrou um rolo de moedas arábicas achadas perto de Azóia e os restos da lâmina de um alfange». [Seria o «peitoral» referido pelo Sr. Pimentel?]. Prossegue: «Entregaram estes achados na Câmara Municipal de Sesimbra, onde E. da Cunha Serrão, que aí os procurou, já não os viu» (*ibid.*).

Mesmo sem descartar acções clandestinas, susceptíveis de originar confusões, tudo leva a crer que as duas versões se reportam a um só achado, já que achados destes não são frequentes e que, por outro lado, nem sequer há indícios do contrário.

Eduardo Serrão, talvez baseado em informes de Rafael Monteiro, assinala esta ocorrência na Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra (*idem*) com o n.º 9, D17.

A seguinte descrição inclui resultados de análises ponderais dos elementos constituintes, realizadas pelo Prof. Dr. J. Pais com uma microsonda TRACOR acoplada a um microscópio electrónico de varrimento JEOL do Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL.

DESCRIÇÃO DOS ESPÉCIMES

A) DINAR

Dimensões: diâmetros máximo, 19.8; mínimo, 19.1 mm.

Peso: 4.28 g.

Liga: Au de toque muito elevado. Foram realizadas 2 análises com microsonda em partes diferentes da moeda. Revelaram (%) — percentagens ponderais):

Au	99.44	98.96
Fe	0.26	0.68
Cu	0.30	0.37
Ag	0.00	0.00
$\Sigma =$	100.00 %	100.01 %

As análises revelam ouro quase puro, 23.9 a 23.8 quilates; a excelente qualidade destas moedas islâmicas mostra, uma vez mais, porque (como, desde antes, o *solidus* romano ou bizantino) constituíam moeda de referência

largamente aceite, mesmo entre cristãos. A ausência de prata traduz eficácia da afinação do ouro por processos de copelação e uma política económica baseada em moeda sã, garantidamente valiosa. O cobre devia ser uma impureza menor, já que em tão baixa percentagem não conferiria a maior dureza das ligas de ouro que, em regra, justificam a sua adição. Aqui como noutros casos, o ferro pode provir dos cunhos, sobretudo se enferrujados, ou da ganga, se acaso a ocultação foi feita em objecto de ferro ou, em geral, em meio rico de ferro.

Conservação: muito boa; anverso com leve evidência de ressalto do cunho e muito fracos indícios de abrasão por circulação; reverso impecável, quase sem abrasão. Vestígios de ganga antiga, não removidos.

Legendas: caracteres cúficos, simples. Algumas letras em parte compostas por esférulas. Sem ornatos.

Anverso:

- no campo, a 1.^a parte da Profissão de Fé (*Shahada*), em 3 linhas (transcrição do árabe, *em itálico*)

لَا إِلَهَ إِلَّا اللَّهُ Não há Deus senão
 اللَّهُ وَحْدَهُ Allah único
 لَا شَرِيكَ لَهُ Não tem companheiro.

- legenda periférica, envolvida por um círculo de grânulos — Missão Profética (Corão, Verso 33 do Sura 9 — O Arrependimento —) — *Muhammad ras. .l. Allahu arsalahu bil-hudwa d al-haqq li-yuzhirahu al al-d kullihi wa-lau kariba al-mushrik. .n/* Maomé é o enviado de Allah. Foi Ele quem enviou seu Mensageiro com a Sua orientação e religião verídica para que a faça prevalecer sobre todas as outras, ainda que isso desgoste os descrentes (cf. *O Alcorão*, trad. de Mansour Challita, s/ data, pp. 96-97).

A última palavra, *mushrik. .n*, falta.

Reverso:

- no campo, em 3 linhas, a fórmula adoptada pelos Califas abácidas, a 2.^a parte da *Shahada*

Muhammad Maomé
 ras. .l. o enviado de
 Allahu Allah

- legenda periférica, também envolvida por um círculo de grânulos, ainda num único círculo (2 círculos em moedas abácidas do célebre Hārūn al-Rashīd e mais recentes) — *bi-smi-llh uriba h dh al-d sanat sab wa-sitt wa-mi'at/* Em nome de Allāh foi batido [= cunhado] este dinar [no] ano de **sete e sessenta e cem** [167 AH <> 783-784 AD].

O *bi-smi-llh* no reverso dos dinares, como neste, é um arcaísmo; o *bi-smi-llh* passou a constar do anverso (a partir de entre 207 e 214 AH <> 822-830 AD).

Não é indicado o local onde estava a oficina monetária, referida nos dinares a partir de 198 AH; no caso, certamente a capital califal, **Baghdād**.

Também não consta o nome do Califa, conforme era regra entre os primeiros Abácidas, o que se verificaria pelo menos desde al-Ma'mūn (198-218 AH <> 813-834 AD).

Pela data, o dinar foi cunhado no reinado do califa **al-Mahdī** (158-169 AH <> 775-785 AD). Os dinares dos primeiros tempos de Califado abácida foram emitidos em quantidade e tiveram grande aceitação, mesmo entre cristãos. Sobrevivem numerosos exemplares.

A presença no extremo ocidental da Europa nada tem de surpreendente; estes e outros dinares orientais chegaram, inclusivamente, ao Norte da Europa (onde foram imitados pelos reis anglo-saxónicos), à Rússia, Índia e China.

B) DIRHAM

Descrição: Moeda em parte limpa, completa.

Dimensões: diâmetros máximo, 31.0; mínimo, 30.2 mm. Disco bastante largo, pouco espesso (0.5 a 0.7 mm).

Peso: 2.58 g.

Liga: prata (Ag) de toque muito elevado. Foram realizadas 5 análises com microsonda em partes diferentes da moeda. Revelaram (% — percentagens ponderais):

Au	0.00	0.00	0.00	0.00	5.50
Fe	0.36	2.22	16.10	27.76	28.29
Cu	3.54	3.98	2.97	3.75	3.01
Ar	96.09	93.80	80.93	68.49	63.21
Σ =	99.99%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Os resultados são sobremaneira interessantes. Os teores de prata são elevadíssimos nas partes limpas, que expõem tal qual a liga. São mais fracos em áreas com alteração, constituída, sobretudo, por matéria ferruginosa bem visível. O contributo do ferro pode estar relacionado com o envólucro das peças do tesouro. Com a subida do ferro há, obviamente, empobrecimento de prata. Para o cobre, os valores percentuais são quase constantes (média, 3.45% Cu), o que significa que este elemento fazia parte da liga.

É especialmente curiosa a presença de ouro, ainda que numa só amostra. Com efeito, não é óbvio que a moeda tenha sido dourada (o que às vezes acontecia, na época). Outra hipótese seria a de ter estado muito tempo (séculos!) em contacto com moeda(s) de ouro, o que terá favorecido, mesmo em escala limitada, fenómenos de solução sólida. Deste ponto de vista, a interpretação como peças que faziam parte de um tesouro sai reforçada.

Conservação: bastante boa; disco ligeiramente estalado perto do centro; em parte limpa, com restos de ganga negra; fracos indícios de circulação; reverso, também com abrasão muito moderada. Alguns vestígios de ganga antiga.

Legendas: caracteres cúficos, nem sempre muito nítidos, porém sem prejudicar a leitura.

Anverso:

- campo, envolvido por 3 círculos com vestígios de granulação, estes separados de um círculo externo mais espesso por 5 aneletes; e com *Shahada* em 3 linhas envolvida pela legenda periférica, em forma de polígono (≈ heptágono?).
- legenda periférica, *bi-smi-llāh ≈ uriba hādhā al-dirham bil- Andalus sanat arba' wa-sittā wa-mī at/* Em nome

de Allah foi batido [= cunhado] este dirham [no] ano de **quatro e sessenta e cem** [164 AH <> 780-781 AD].

Reverso:

- campo, envolvido por 1 círculo de grânulos a separar legenda periférica disposta em círculo, envolvida por um círculo externo separado de outro, periférico, incompleto, por pequenos círculos ou aneletes mal visíveis; campo com a fórmula adoptada pelos Califas omíadas (Corão, Sura 112 — A Sinceridade) em 4 linhas:

<i>Allāh aḥad Allāh</i>	Deus é único.
<i>al-āmad lam yalid wa</i>	Deus é eterno. Não gerou e
<i>lam y. .lad wa lam yakun</i>	não foi gerado. E não tem
<i>lahu kufwan aḥad</i>	igual a Ele.

- legenda periférica, Missão Profética (Corão, Verso 33 do Sura 9, já referido).

O local onde estava a oficina monetária não foi indicado (o que era habitual) com mais rigor do que **al-Andalus**. Trata-se, decerto, da capital — Córdoba.

Não inclui o nome do emir, conforme era regra até o advento do Califado andaluz, com °Abd al-Raḥmān III (a partir de 316 AH ≈ 928 AD).

Pela data, foi emitido no reinado do primeiro emir, °Abd-al-Raḥmān I al-Dakhil (138-172 AH <> 755-789 AD), que fundou, na Península Ibérica, nova dinastia omíada, mais tarde califal, após o fim do Califado homónimo de Damasco.

A moeda em causa é o n.º 62 do Catálogo de Antonio Vives y Escudero (VIVES, 1893, reimpressão 1978, p. 9) e o n.º 55 do Catálogo de George C. Miles (MILES, 1950, p. 136).

DISCUSSÃO

Além das escassas indicações obtidas, há que ter em conta a associação de duas moedas perfeitamente compatíveis pelas datas e por outras características. De resto, a produção de dinares no al-Andalus só foi retomada após a proclamação do Califado com capital em Córdoba. Proveniências diferentes não excluem compatibilidade; tesouros em Portugal mostram frequentemente moedas de distante origem, muitas do Egipto, especialmente do Califado Fatímida, não muito mais escassas do que outras do Magrebe.

Nada parece, portanto, opor-se à hipótese de um tesouro, só que bastante mais antigo do que outros da Lapa do Fumo (o mais próximo) e Palmela. A sua

ocultação parece enquadrar-se numa situação político-militar conturbada no Ocidente do Andaluz (Sidarus, 1997b, pp. 32-33).

CONCLUSÕES

Este estudo permite concluir que:

- 1) Nas imediações de Azóia, no Concelho de Sesimbra, há um sítio que, entre outros restos, continha um tesouro incluindo moedas, sobretudo de prata mas pelo menos uma de ouro.
- 2) Devido ao contacto de umas com outras parecem ter-se verificado, no decurso dos tempos — mais de um milénio —, fenómenos circunscritos de solução sólida de Au em Ag e vice-versa, mas a presença de Ag em moedas de ouro pode não ter outro significado que o propositado empobrecimento da liga; ao contrário, ninguém adicionaria Au a ligas de Ag, e não há, também, qualquer evidência de douradura.
- 3) Portanto, sai reforçada a possibilidade de se tratar, de facto, de um tesouro.
- 4) A julgar pelos espécimes descritos (e por mais um dirham do emirado, semelhante ao que estudámos, que vimos) o tesouro deve ter sido escondido em tempos do emirado de al-Andalus, possivelmente durante o reinado de ‘Abd-er-Rahman I (138-172 AH <> 755-789 AD).
- 5) O sítio parece datar do século VIII. Certamente algo ulterior a 167 AH = 783-784 AD, é muito mais antigo do que outros tesouros islâmicos da região (século XII), ainda que possa ter paralelo — insuficientemente caracterizado — em achados nos arredores do Castelo de Palmela (ver Introdução).
- 6) Ampliámos, assim, o elenco dos sítios com material islâmico da região da Arrábida, ao qual também acrescentámos outro no litoral da Arrábida, ainda mal conhecido do ponto de vista numismático.

AGRADECIMENTOS

Testemunhamos o nosso reconhecimento a quantos contribuíram para a realização deste trabalho, em particular ao Prof. Dr. J. José Cardoso Pais, autor das análises com microsonda associada a microscópio electrónico de

varrimento (Departamento de Ciências da Terra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL), e ao Prof. Dr. Adel Sidarus pela leitura crítica do texto, elaborado na sequência de solicitação da arqueóloga Dra. Isabel Cristina Fernandes, alertada pelo Prof. Dr. J. L. Cardoso.

BIBLIOGRAFIA

- O Alcorão*, trad. de Mansour Challita, Associação Cultural Internacional Gibran, Rio de Janeiro, s/ data.
- ANTUNES, M. Telles e SIDARUS, A. (1991-1992) — «Fracção de dinar de Ibn Wazir de Évora invocando o emir almorávida Ishaq Ibn ‘Ali». *NVMMVS*, 2.^a S., XIV/ XV, Porto, S.P.N., pp. 41-49.
- KHAWLI, A. (1996) — «La famille des Banu Wazir dans le Gharb al-Andalus aux XII^e et XIII^e siècles». *Arqueologia Medieval*, 5, pp. 103-115.
- MACHADO, J. P. (1997) — *Ensaio Árabe-Portugueses*. Notícias/Editorial. Lisboa. 319 pp.
- MILES, G. C. (1950) — *The Coinage of the Umayyads of Spain*. Hispanic Numismatic Series/ Monograph Number I/ Part One. The American Numismatic Society. New York. 234 pp.
- SERRÃO, E. da C. (obra póstuma, 1994) — *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra*. Câmara Municipal de Sesimbra. 115 pp.
- SIDARUS, A. (1997a) — «Novas perspectivas sobre o Gharb Al-Ândalus no tempo de D. Afonso Henriques. D. Afonso Henriques e a sua época». 2.^o Congresso Histórico de Guimarães, *Actas do Congresso*, vol. 2, pp. 249-268.
- (1997b) — «Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (712-788)». *Arquivo de Beja*, III série, vols. 2-3, pp. 27-39. Beja.
- VIVES Y PRIETO, A. (1893, reimpressão 1978) — «Monedas de las Dinastías Árabe-Españolas». *Colección Obras Maestras de la Numismática Española*. Juan R. Cayon (Ed). Madrid. 553 pp.

INTERVENCIÓN ARQUEOLÓGICA EN EL CUARTEL DEL CARMEN, SEVILLA (1990-1994): LA CERÁMICA

ROSARIO HUARTE CAMBRA

PILAR LAFUENTE IBAÑEZ

PILAR SOMÉ MUÑOZ

INTRODUCCIÓN ¹

La investigación arqueológica en el Cuartel del Carmen fue promovida por las Consejerías de Educación y Cultura de la Junta de Andalucía con el fin de documentar en lo posible todos los datos históricos relativos al proceso evolutivo del inmueble. Se trataba de racionalizar la información y verterla adecuadamente en una correcta y respetuosa rehabilitación de lo que, hasta el siglo pasado, fuera «Casa Grande» de la orden del Carmelo en Andalucía y desde entonces Cuartel militar. Los trabajos fueron realizados por la empresa Huarte.

El análisis arqueológico realizado en el Carmen en los últimos años estuvo marcado por una visión amplia de trabajo fundamentado en primer lugar por el estudio multidisciplinar de todos los elementos históricos, artísticos, estructurales y humanos, que componían el registro. Para ello se contó con un amplio equipo de especialistas que fueron desengranando la historia del Antiguo Convento. Paralelamente se estableció un control arqueológico de las obras de restauración emprendidas, materializado en un seguimiento de las obras y en un asesoramiento continuo en las tareas de rehabilitación.

Nuestra presencia comenzó durante el año 1990, antes de que comenzaran las obras de rehabilitación, extendiéndose hasta Diciembre de 1993. Desde esa fecha hasta la actualidad se han venido controlando todas las actividades que supusieron transformación de lo preexistente.

La investigación arqueológica del inmueble se llevó a cabo mediante una triple focalización del trabajo. En primer lugar la excavación de cortes, zanjas, sondeos, etc. en el subsuelo del edificio; en segundo lugar el análisis paramental

y estructural sistemático de la actual fábrica, y por último, los diversos seguimientos de la rehabilitación. Independientemente, se ha contado con estudios documentales, antropológicos, malacológicos, geoarqueológicos, artísticos, ceramológicos, etc...

De todos ellos, el aspecto ceramológico se ha constituido como uno de los pilares esenciales de la investigación desde el punto de vista científico ya que aporta elementos tipológicos novedosos en varias fases históricas poco analizadas hasta el presente.

El cúmulo de datos aportados excede las meras necesidades de la rehabilitación, pero a cambio, el futuro Conservatorio de la Ciudad dispondrá de un compendio documental irrepetible respecto al pasado del edificio que ocupa y de sus antiguos ocupantes.

Entre otros múltiples resultados, sin duda el que ha contado con una mayor atención por parte del equipo ha sido la obtención de una secuencia histórica y constructiva que explica, remontándonos a los orígenes del solar, la evolución desde la fundación del

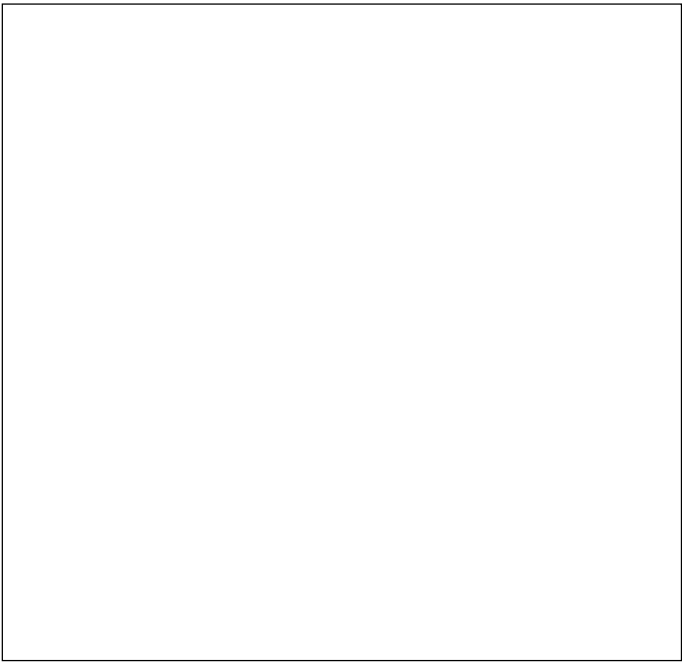


Fig. 1 — Localización de cortes arqueológicos.



Fig. 2 — Localización de los hallazgos cerámicos.

convento en 1358 hasta su abandono en 1978. Los hitos fundamentales fueron:

- Fundación del convento en 1358.
- Progresiva construcción de la iglesia y claustros hasta mediados del siglo XVI.
- Transformación total del convento desde el último tercio del siglo XVI hasta los años veinte del XVII.
- Estabilización constructiva durante los siglos XVII y XVIII.
- Saqueo y destrucción napoleónica en 1812. Expulsión de los frailes.
- Regreso de la comunidad en 1815.
- Expulsión definitiva en 1835.
- Progresiva ocupación del edificio por el ejército.
- Transformación en la segunda mitad de los años setenta del siglo XIX.
- Proceso paulatino de abandono de funciones hasta su venta en 1978.

El planteamiento y ejecución de esta fase general de estudios estuvo enmarcado dentro

de una estrategia metodológica experimental global, puesta en práctica a nivel particular en otros edificios sevillanos ².

NOTAS

- 1 Por D. Miguel Angel Tabales Rodríguez.
- 2 El sistema de acercamiento arqueológico a edificios históricos, experimentado por M.A. Tabales en las intervenciones en El Cuartel del Carmen, Monasterio de San Clemente, Convento de Santa María de los Reyes, Palacio de Conde Ibarra, etc... ha surgido como fruto de la investigación iniciada en 1990 y materializada inicialmente en la Tesis de Licenciatura: *Metodología arqueológica aplicada a la rehabilitación de edificios históricos. Intervención arqueológica en el Convento de Santa María de los Reyes*. Sevilla 1992., y está siendo desarrollado en la Tesis Doctoral: *Arqueología y Rehabilitación de edificios históricos en Sevilla*, fundamentada sobre todo en el análisis experimental a nivel global en un edificio de máxima complicación como el del Antiguo Cuartel del Carmen. Sobre el citado edificio debe consultarse: Tabales, M. A. «Intervención arqueológica de apoyo a la restauración del Cuartel del Carmen. Sevilla», *Anuario Arqueológico Andaluz*, Sevilla, 1990, así como: Tabales, M. A, Pozo, F. y Oliva, D. «Análisis Arqueológico del Cuartel del Carmen, Sevilla, 1992-1994», en *Anuario Arqueológico Andaluz*, Sevilla, 1993. El equipo arqueológico, dirigido por Tabales, M. A, Pozo, F. y Oliva, D., ha estado formado por los arqueólogos Rosario Huarte Cambra y Pilar Somé Muñoz; el antropólogo Juan Manuel Guijo Mauri; los documentalistas Yolanda Fernández Cacho y Gema M^a Rivas Jaime; los historiadores Alfonso Pleguezuelo Hernández, Fernando Quiles García, Francisco Ollero Lobato; la arqueóloga Pilar Lafuente Ibáñez; la restauradora Carmen Rumbao Aldavó; la bióloga Isabel Rodríguez Robles; la arqueóloga Ana Pajuelo Pando; los geógrafos Francisco Borja Barrera y Fernando Díaz del Olmo; y los delineantes Luis Alberto Núñez Arce (arquitecto), y Pedro Lobato Vida (arquitecto).

CERAMICA ISLAMICA EN EL CUARTEL DEL CARMEN. SEVILLA

PILAR LAFUENTE IBÁÑEZ

PRODUCCIONES DE USO DOMÉSTICO

MENAJE DE COCINA

Ollas

Las ollas son formas cerradas destinadas a la cocción lenta y prolongada de los alimentos. En nuestro yacimiento hemos registrado fragmentos pertenecientes a dos tipos.

Del primero sólo conocemos la parte superior, que muestra cuello indicado y borde exvasado con labio redondeado. La pasta es roja con desgrasante grueso mostrando una elaboración poco cuidada, en ningún caso hemos observado presencia de vedrío. La cronología de estas piezas es amplia y difícil de precisar, herederas de tipos romanos se mantienen a lo largo de los siglos islámicos, quedando hacia final de los mismos como una producción residual. [Fig. 4, nº 3]

Un segundo tipo caracteriza los yacimientos almohades en el área suroccidental de Al-Andalus. Se trata de una olla que presenta base convexa, cuerpo globular con acanaladuras, cuello bajo cilíndrico, borde invasado con labio plano y dos asas de sección circular que van del hombro a mitad de la panza. La pasta es roja con desgrasante medio, pudiendo llevar cubierta la cara interna por vedrío melado de impermeabilización. Algunos ejemplares,

tanto vidriados como sin vidriar, están decorados por trazos de pintura blanca en hombro, asas y borde [Fig. 4, nº 4]. Se han registrado ejemplares de tamaño medio y uno de grandes dimensiones. Encontramos numerosos paralelos dentro de la zona antes dicha: Jerez de la Frontera, Cádiz (FERNÁNDEZ, 1987: 455; MONTES y GONZÁLEZ, 1986: 77), Mértola, Portugal (LAFUENTE, 1996: 175-182), Setefilla, Sevilla (KIRCHNER, 1990: 122, 131, 141), Sevilla (LAFUENTE, 1993a: 153 y 1995: 290); Silves, Portugal (VARELA, 1988: 279-280).

Cazuelas

La forma *cazuela* apenas aparece en nuestro yacimiento, los fragmentos son relativamente escasos y difíciles de identificar salvo los pertenecientes a ejemplares del tipo denominado «de costilla(s)».

Las cazuelas «de costilla(s)» son formas multifuncionales ya que igual sirven para coci-



Fig. 1 — Fragmentos de tinaja (1-5).

nar los alimentos que para presentarlos a la mesa. Están realizadas en barro rojo con desgrasantes medios y cubiertas en ambas caras por vedrío melado de buena calidad. Morfológicamente se caracterizan por una base convexa que se une al cuerpo mediante una marcada arista, cuerpo de paredes rectas divergentes recorrido por una serie de nervios en sentido vertical, borde invasado y labio redondeado. [Fig. 2, nº 3]

También son muy comunes en contextos almohades del Suroeste peninsular: Alcácer do Sal, Portugal (CARVALHO y FARIA, 1993: 108); Jerez de la Frontera, Cádiz (FERNÁNDEZ, 1987: 456; MONTES y GONZÁLEZ, 1986: 78),

Mértola, Portugal (LAFUENTE, 1996: 175-182), Niebla (PÉREZ y BEDIA, 1993: 57), Saltés, Huelva (BAZZANA y CRESSIER, 1989: 61), Setefilla, Sevilla (KIRCHNER, 1990: 121), Sevilla (LAFUENTE, 1993b: 152; 1995: 290, 294 y 1996b); Silves, Portugal (VARELA, 1988: 260).

VASIJAS DE ALMACENAMIENTO Y TRANSPORTE

Tinajas

Tan sólo se han inventariado fragmentos inconexos o pertenecientes a distintas piezas por lo que no podemos precisar caracteres tipológicos. No obstante hemos determinado dos grupos:

Al primero corresponden las tinajas de almacenamiento. De gran tamaño, servían para almacenar y conservar diversos productos: aceite, grano,

Fig. 2 — Vajilla de mesa, formas abiertas (1-2-4); cazuela de costilla (3); arcaduz (5).

legumbres, etc. Su presencia queda atestiguada por una base de paredes gruesas, realizada en pasta beige con desgrasantes gruesos.

En el segundo incluimos las tinajas con decoración estampillada. Suelen ser de menor tamaño que las anteriores y su función era la de almacenar agua en el ámbito doméstico. Están realizadas en pastas beiges o anaranjadas, con desgrasante grueso y tienen cubierta de vedrío verde en su cara externa. Los motivos ornamentales son diversos: arquitectónicos, con series de arcos de herradura sobre columnas [Fig. 1, n° 4] o arcos túmidos que enmarcan motivos vegetales [Fig. 1, n° 1]; fitomorfos que incluyen flores de loto o espigas; geométricos, representados por estrellas de ocho puntas, series de líneas quebradas o bandas de rombos generalmente enmarcadas por molduras [Fig. 1, n° 2]; y epigráficos, con la repetición de la palabra al-má (el agua) en escritura nasjí [Fig. 1, n° 3]. Algunas de estas piezas tuvieron apéndices ornamentales en forma de aletas, rematados por pequeñas cabecitas zoomorfas de las que tenemos un gracioso ejemplar¹ [Fig. 1, n° 5].

La decoración estampillada aplicada a las tinajas aparece ampliamente difundida por todo Al-Andalus durante el periodo almohade. Este éxito continuará durante algunos siglos más, con piezas de gran belleza realizadas en el reino nazarí, y mostrando una notable evolución en las creaciones mudéjares.

Jarra

Con los materiales de que disponemos no se ha podido definir ningún ejemplar, ni siquiera apuntar un tipo concreto. Tan sólo señalaremos el predominio absoluto de las pastas claras, blancuzcas o beiges, general-



Fig. 3 — Formas cerradas de mesa (1-4, 8); jarra (9); miniaturas (5-7).

mente con desgrasantes finos. Morfológicamente se aprecian paredes con acanaladuras que indican cuerpos de tendencia ovoide, cuellos cilíndricos o troncocónicos y grandes asas. La decoración consiste en trazos gruesos de manganeso o de almagra — ésta con carácter excepcional — que afectan al cuerpo, borde y asas de la pieza [Fig. 3, nº 9].

Orza

Son escasos y poco significativos los fragmentos pertenecientes a esta forma, por lo que nos limitaremos a constatar su presencia.

VAJILLA DE MESA

Ataífor

El tipo de ataífor predominante en nuestro registro, viene definido por una base con alto repié anular, cuerpo de perfil quebrado con una fuerte carena, y borde engrosado al exterior. Algunos ejemplares tienen como decoración una circunferencia incisa en el fondo. Están realizados en pasta roja, con desgrasantes medios y presentan vedrío melado de buena calidad en ambas caras [Fig. 2, nºs 1, 2].

También se han inventariado algunos fragmentos de los que no podemos precisar características formales, pero que nos remiten a piezas con decoración de manganeso bajo cubierta melada, con vedrío verde muy diluído o con cubierta estannífera únicamente en cara interna.

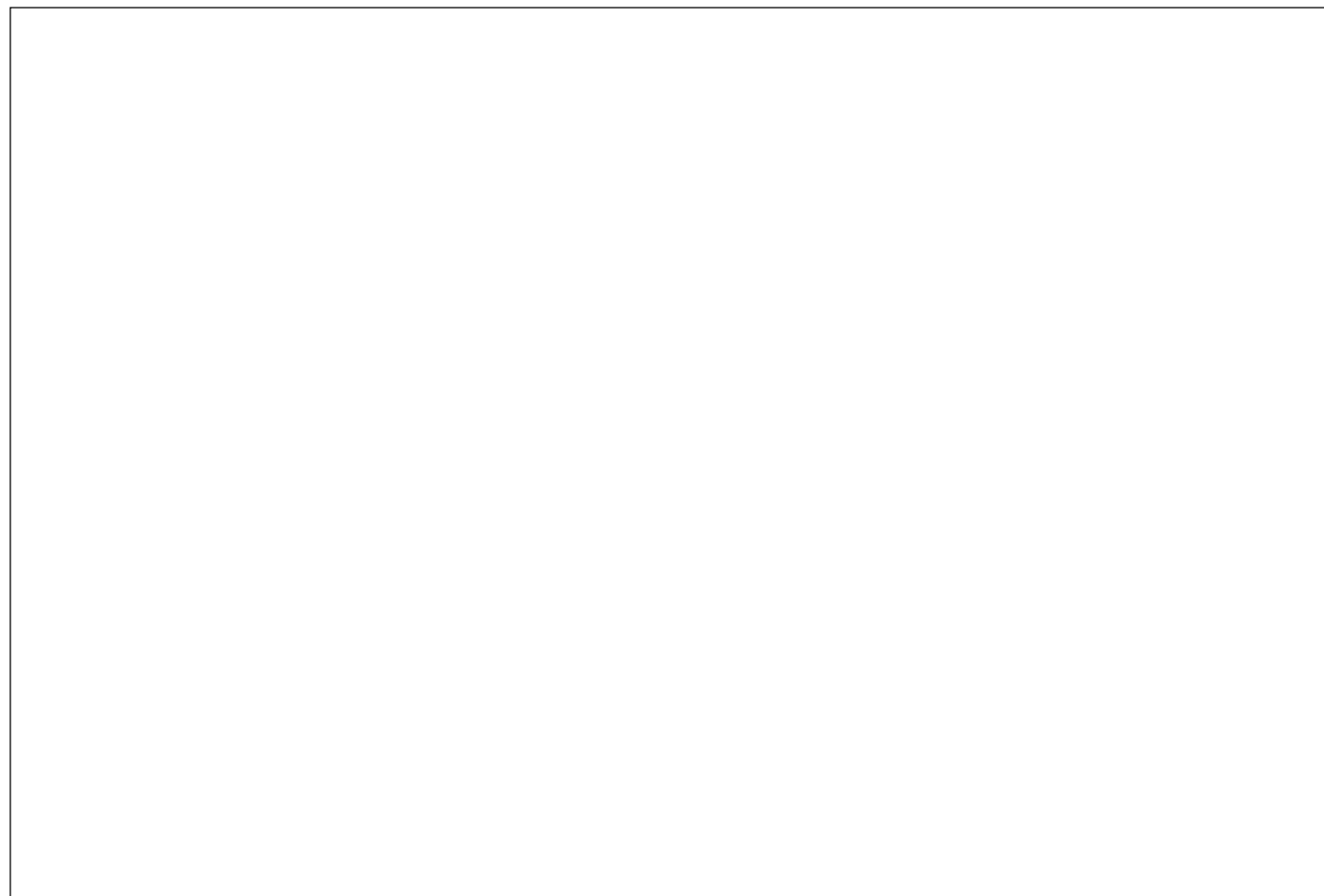


Fig. 4 — Tapaderas (1, 2); ollas (3, 4); reposaderos (5, 6).

Cuenco

Son piezas de pequeño tamaño y esmerada elaboración, que podemos considerar como pertenecientes a vajilla de lujo. Tienen base con repie anular, cuerpo de tendencia hemiesférica y paredes finas, borde indiferenciado y labio apuntado. Las pastas son cuidadas, bien decantadas, en tonos beige o rosáceos y presentan cubierta blanca estannífera en ambas caras [Fig. 2, n° 4]. Comienzan a producirse hacia finales del siglo XII y tienen su desarrollo a lo largo de la centuria siguiente, registrándose en nuestra ciudad tanto en contextos almohades como cristianos, para desaparecer en el siglo XIV. Ejemplares de similares características los encontramos en Jerez de la Frontera, Cádiz (FERNÁNDEZ, 1986; MONTES y GONZÁLEZ, 1986: 78), Murcia (NAVARRO, 1991: 162, 163) Setefilla, Sevilla (KIRCHNER, 1990: 126), Sevilla (LAFUENTE, 1993b: 155 y 1996b), Silves, Portugal (VARELA, 1988: 219).

Jarrita

Las jarritas son piezas del servicio de mesa que a su carácter funcional unen una preocupación estética lo que las convierte en objetos ornamentales soporte de variadas técnicas decorativas. Nuestro registro cerámico no nos permite restituir la forma de ningún ejemplar, por lo que nos limitaremos a señalar los aspectos técnicos o morfológicos más significativos a través de los fragmentos de que disponemos:

Están realizadas en pastas claras, de tonos beige o blanquecinos, muy bien decantadas.



Fig. 5 — Contenedores de fuego (1-3).

Las bases tienen en todos los casos repié anular de sección triangular.

Nos es imposible definir la forma del cuerpo, pero debemos indicar que algunos ejemplares tuvieron decoración a la altura del hombro, bien impresa: pequeñas estampillas con motivos circulares o radiales, o incisa en forma de comas realizadas con punta roma [Fig. 3, nº 1-3]. Esta decoración aplicada a jarritas también la encontramos en Jerez de la Frontera, Cádiz (MONTES y GONZÁLEZ, 1986: 78) y Silves, Portugal (VARELA, 1988: 273).

Por lo que respecta a la parte superior de la pieza debemos diferenciar dos tipos. El

primero presenta dos estrías en el hombro marcando el inicio de un cuello cilíndrico moldurado en su parte superior, el borde es recto con labio redondeado [Fig. 3, nº 8]. Del segundo sólo podemos decir que el cuello es más abierto hacia la boca, tiene una estría en su parte superior y termina en una moldura que da inicio a un borde recto con labio ligeramente apuntado.

Las asas presentan gran variedad formal, predominan las de sección oval y pueden ser geminadas, tener aristas o estar decoradas por apliques plásticos [Fig. 3, nº 4].

Dentro de este grupo incluimos un conjunto de miniaturas que parecen reducciones de formas antes expuestas, y cuyas características vamos a especificar sin definirnos en la polémica sobre su función: juguetes, modelos para alfareros, recipientes para contener pequeñas cantidades de un producto...,

De los cuatro ejemplares inventariados, tres pertenecen a un tipo de base plana, cuerpo de paredes divergentes con acanaladuras en la parte central, hombro marcado y cuello estrecho de tendencia troncocónica que termina en

un labio redondeado. No tienen asas, por lo que se trataría de pequeñas botellitas. Las pastas son claras, bien decantadas, con engalba de barbotina para darle uniformidad [Fig. 2, n° 6,7]. Se han registrado ejemplares de este tipo en Jerez de la Frontera, Cádiz (MONTES y GONZÁLEZ, 1987: 101), Mértola, Portugal (TORRES et alli, 1991: 531).

De la pieza restante desconocemos su base. El cuerpo tiene perfil quebrado con paredes muy abiertas hasta una marcada carena, después toma tendencia cilíndrica y termina curvándose en un hombro poco definido; el cuello es ancho y parece abrirse hacia la boca, carecemos del borde. Conserva el arranque de dos asas que pudieron ser geminadas. La pasta es anaranjada, bien decantada, y está cubierta por una engalba de barbotina clara. Como decoración presenta una arista por encima de la carena [Fig. 2, n° 5]. Un ejemplar de parecidas características procede de Jerez de la Frontera, Cádiz (MONTES y GONZÁLEZ, 1986: 78).

Jarro con pitorro vertedor

Esta pieza tiene gran tradición en el ajuar doméstico islámico. En nuestro caso sólo poseemos algunos fragmentos, realizados con pastas claras, los cuales nos remiten a un tipo que muestra cuerpo de tendencia troncocónica con acanaladuras en la parte central de la panza, y cuello bajo cilíndrico. Carecemos de información acerca de la base, asa y pitorro.

Redoma

Algunos fragmentos poco significativos testimonian la presencia de estas piezas. De entre ellos podemos destacar la parte inferior de un ejemplar que muestra base plana y paredes divergentes con acanaladuras, la pasta es grisácea por defecto de cocción y lleva cubierta melada en la cara externa.

ELEMENTOS DE USO COMPLEMENTARIO

Tapadera

La forma tapadera está representada por dos tipos claramente diferenciados:

Tapadera de base plana, cuerpo en ala y pedúnculo central. Los ejemplares son de pequeño tamaño y están realizados con pastas finas y bien decantadas, generalmente claras, aunque tampoco son infrecuentes las anaranjadas en cuyo caso van cubiertas por una engalba de barbotina clara. Cubrirían piezas finas como jarras o jarritas. Existen numerosas variantes que tan sólo se diferencian por la curvatura del ala o por el distinto engrosamiento del borde [Fig. 4, n° 1].

Tapadera de tendencia hemiesférica con asidero central. Morfológicamente se caracteriza por un cuerpo con paredes curvas divergentes, borde moldurado

con pestaña para facilitar su ajuste y un asidero central de forma troncocónica invertida. En nuestro caso disponemos de dos fragmentos que corresponden a distintos ejemplares: el primero está vidriado por ambas caras — aunque es difícil precisar el color debido al deterioro que presenta — y decorado a base de líneas incisas realizadas con punta roma [Fig. 4, n° 2]; el segundo está vidriado en verde, con un tono más claro en la cara interna, y presenta una moldura en la parte superior.

Reposadero

Disponemos de dos fragmentos. El primero corresponde a la parte inferior de un ejemplar de factura cuidada; tiene vanos excisos y decoración estampillada, ésta se desarrolla a lo largo de una banda de lacearía con un motivo que compone estrellas de ocho puntas en las que se inscriben flores octopétalas, muy similar a otros aplicados a tinajas (CARVALHO y FARIA, 1993: 109). El segundo pertenece a la parte superior de otra pieza, tiene decoración estampillada con motivos geométricos poco precisos, bajo una cubierta de vedrío verde de mala calidad. [Fig. 4, n°s 5, 6].

CONTENEDORES DE FUEGO

Candil

No se ha inventariado ningún ejemplar completo. No obstante, los fragmentos registrados nos permiten reconstruir un tipo de candil de «pie alto» con cazoleta inferior, fuste bajo, cazoleta superior con pellizco y un asa. Está realizado en pasta roja con desgrasante medio y cubierto por un vedrío melado de gran calidad [Fig. 5, n°s 2, 3]. Estos candiles se fechan a partir de finales

del siglo XII y son característicos de los yacimientos almohades por toda la geografía de Al-Andalus, también pasarán al ajuar doméstico cristiano siendo muy populares en época mudéjar.

Anafe

Con los materiales de que disponemos tan sólo hemos podido identificar partes del brasero en diferentes piezas, por lo que nos son desconocidos la parrilla y el cenicero. Pese a ello, se definen dos tipos de anafe:

Al primero corresponde un brasero de dimensiones medias, con paredes de tendencia hemiesférica acanaladas en su cara externa, y borde moldurado. Está modelado en pasta roja con desgrasante medio.

El segundo tiene brasero de cuerpo hemiesférico con acanaladuras poco marcadas, borde invadido engrosado al exterior y labio plano, destaca la presencia de pequeños apliques situados en la cara interior del borde para facilitar el apoyo [Fig. 5, nº 1].

Ambos tipos siguen produciéndose tras la conquista cristiana.

OTROS USOS DOMESTICOS

Lebrillo

Hemos identificado un único tipo, de tamaño medio. Tiene base plana cuerpo troncocónico invertido y borde engrosado al exterior. La pared de la cara interna está impermeabilizada por un bruñido no uniforme, a veces sobre una capa de almagra. Las pastas son beiges y el desgrasante medio con algunas intrusiones gruesas. Son frecuentes en época almohade, aunque ya se producían en momentos anteriores, y continúan posteriormente, coexistiendo con los tipos vidriados mudéjares.

Arcaduz

Se han registrado varios fragmentos, pero por su escasa entidad sólo podemos definir con seguridad un tipo de tamaño medio, cuerpo de tendencia cilíndrica con escotadura central y acanaladuras, cuello sinuoso y borde indicado terminado en un labio apuntado. La pasta es beige claro y el desgrasante medio [Fig. 2, nº 5].

CONSIDERACIONES FINALES

El registro cerámico procedente de las excavaciones llevadas a cabo en el Cuartel del Carmen de Sevilla presenta aspectos importantes desde el punto de vista ceramológico pese a que nos encontramos con algunos problemas para su estudio.

Estos problemas proceden fundamentalmente del carácter de la deposición — rellenos de zanjas, nivelación del terreno — y se manifiestan en que no tenemos un contexto arqueológico claro que pueda proporcionar cronologías absolutas, en la dispersión de los hallazgos con intrusiones en otros contextos, y en la excesiva fragmentación de las piezas que nos impide, en la mayoría de los casos, restituir la forma ².

Pese a todo, podemos apreciar peculiaridades formales, técnicas y decorativas que nos llevan a pensar en un conjunto homogéneo, fechable por paralelos con otros yacimientos hacia final de la etapa almohade (primera mitad del siglo XIII).

Este registro cerámico nos permite reconocer la presencia de una gran parte de las formas habituales en el ajuar doméstico de una casa islámica del siglo XIII en el área suroccidental de Al-Andalus: ollas de cuerpo globular y cuello bajo cilíndrico, cazuelas «de costillas», atafores carenados, cuencos, jarras con decoración de manganeso o de almagra, jarros con pitorro vertedor, jarritas de paredes finas, tinajas estampilladas con sus correspondientes reposaderos, candiles de pie alto, anafes...

Es de destacar que los materiales islámicos procedentes de este yacimiento guardan estrecha relación con los de otros yacimientos del área suroccidental de Al-Andalus, confirmando la unidad que, desde el punto de vista de las producciones cerámicas se observa en la zona (LAFUENTE, 1993).

NOTAS

- 1 No es frecuente el hallazgo de estos remates en los yacimientos arqueológicos aunque sí se registran aletas con la huella de haberlos tenido, tal vez su fragilidad hiciese que se perdieran mucho antes de que la tinaja fuese desechada. Recogemos algunos ejemplares en Mértola (TORRES et alli, 1996: 214); Silves (VARELA, 1993: 397).
- 2 Ver topografía de los hallazgos en el plano nº 2.

CERAMICAS BAJOMEDIEVALES DEL CUARTEL DEL CARMEN. SEVILLA

ROSARIO HUARTE CAMBRA
PILAR LAFUENTE IBÁÑEZ
PILAR SOMÉ MUÑOZ

PRODUCCIONES DE USO DOMÉSTICO

MENAJE DE COCINA

Olla

Son formas cerradas, con base convexa o plana, cuerpo globular y cuello cilíndrico, generalmente tienen dos asas. Están realizadas en pastas rojas y llevan vedrío interno de impermeabilización. No hemos podido reconstruir ningún ejemplar, ni definirlo en su totalidad, por lo que señalaremos la presencia de tres tipos atendiendo únicamente a los fragmentos de cuello inventariados:

Olla de cuello corto cilíndrico. Se observan dos variantes: una de labio redondeado y otra de labio plano engrosado al exterior, más próximo a las producciones almohades. [Fig. 1, nº 5].

Olla de cuello cilíndrico con arista. Este tipo evolucionará hasta definir las ollas típicas de época moderna [Fig. 1, nº 4].

Olla sin vidriar, con asas que parten del mismo borde de la pieza.

A mitad de camino entre la olla y el jarro, encontramos una forma de base plana o ligeramente convexa, cuerpo ovoide con una estría que recorre la parte central de la panza, cuello recto cilíndrico y un asa. Las pastas son rojas, con desgrasante medio. El interior de la pieza está totalmente vidriado mientras que en el exterior la cubierta llega, aproximadamente, hasta la línea que marca la estría. La mayoría de los ejemplares registrados presentan huellas de haber estado expuestos al fuego aunque otros carecen de ellas, lo que nos hace

pensar en la posibilidad de una doble función. Por sus características morfológicas y funcionales creemos oportuno denominar esta pieza como *puchero*, término de gran tradición que continúa utilizándose en nuestros días referido a piezas de cocina de similares características [Fig. 1, nº 6].

Cazuela

Son formas abiertas apropiadas para freír y para cocinar los alimentos de forma rápida, sometiéndolos a un fuego fuerte. En nuestro yacimiento debemos diferenciar dos tipos:

El primero es el más característico. Las pastas son rojas, poco compactas y de alto poder refractario; en su cara interna presentan cubierta melada de impermeabilización que puede chorrear al exterior. Morfológicamente se definen por una base convexa, paredes curvas divergentes y borde engrosado al exterior, moldurado para soportar una tapadera; no se aprecia en ningún caso presencia de asas. La cara externa de ciertos ejemplares



Fig. 1 — Cazuelas (1-3); ollas (4-6); tapaderas (7, 8); lebrillos (9, 10); mortero (11).

puede estar decorada por acanaladuras o por una banda de estrías realizadas con punta fina o roma. Algunos fragmentos pertenecen a piezas sin vidriar, pero son poco significativos. [Fig. 1, nº 2, 3].

El segundo es continuación de un tipo de cazuela almohade, con paredes rectas y borde con pico vertedor (LAFUENTE, 1995: 290), que servía tanto para cocinar los alimentos como para presentarlos a la mesa. Se define por tener base convexa, paredes curvas con tendencia cilíndrica y borde invasado engrosado al exterior, con un pequeño pico vertedor efectuado mediante presión digital. Realizadas en pasta

roja, están totalmente cubiertas por un vedrío melado claro de gran calidad [Fig. 1, nº 1].

VASIJAS DE ALMACENAMIENTO Y TRANSPORTE

Tinaja

Esta forma aparece representada en nuestro registro por muy pocos fragmentos. No obstante, podemos diferenciar tres tipos:

Tinaja de almacenamiento, de gran tamaño.

Tinaja decorada, posiblemente estampillada, vidriada en verde. Disponemos de dos fragmentos de la aleta de diferentes piezas, uno de los cuales presenta un motivo de orlas relleno por retículas incisas.

Pequeña tinaja decorada por bandas de estrías a peine que trazan una línea ondulada enmarcada por otras dos paralelas. Lleva engalba clara de barbotina que encubre el color anaranjado de la pasta.

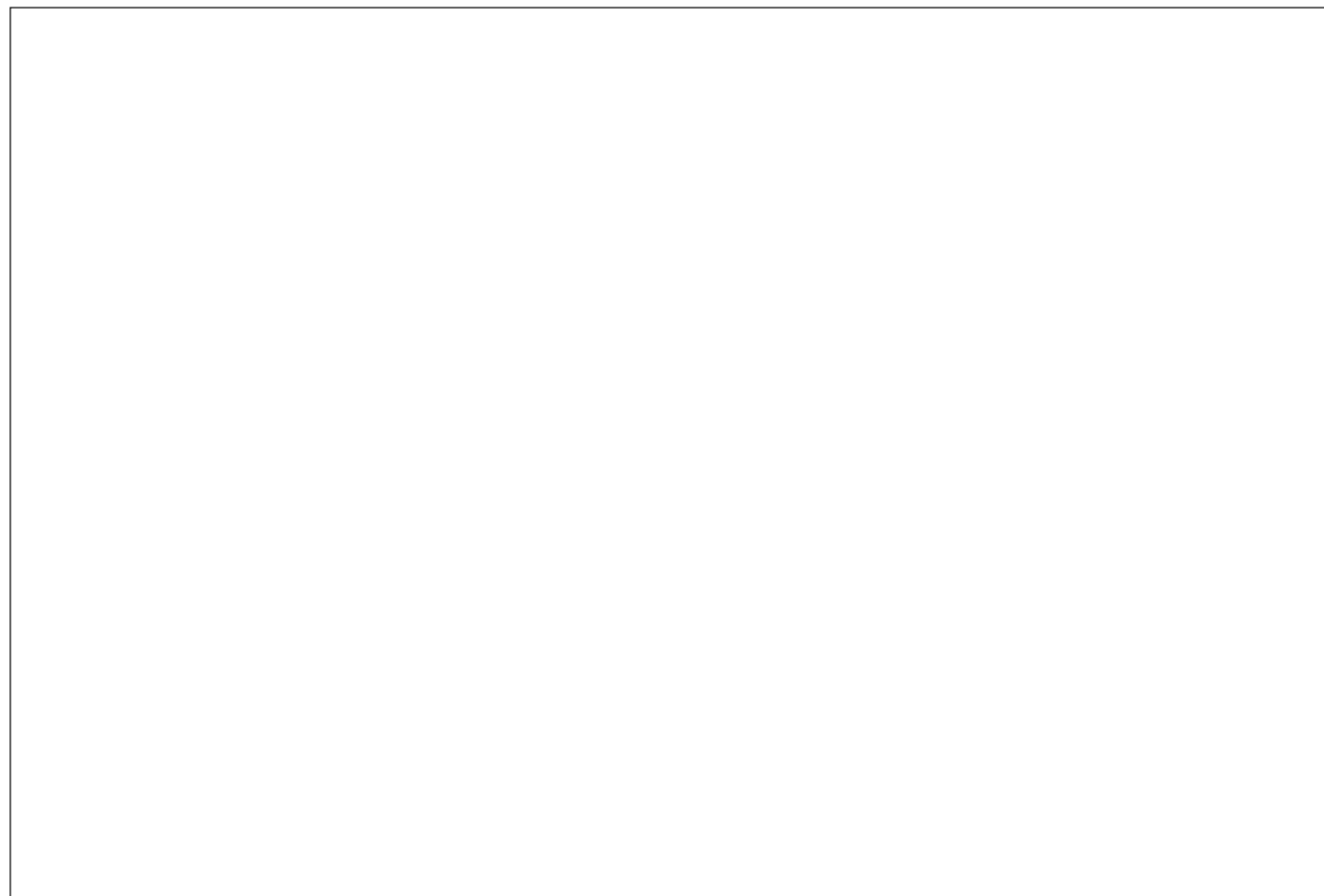


Fig. 2 — Platos (1-5).

Jarra

Sin que podamos definir tipos concretos por la excesiva fragmentación de las piezas, sí debemos señalar la presencia de ciertos elementos característicos de algunas jarras bajomedievales:

Bases con repiés anulares bajos, a veces sólo indicados.

Cuerpos de tendencia globular, algo achatados en el hombro. Las paredes suelen estar decoradas por acanaladuras, bandas de estrías a peine y, en el caso de las piezas más delicadas, por bandas de pequeñas estampillas. [Fig. 5, n° 3].

Los cuellos son altos, de tendencia cilíndrica o troncocónica, terminados en un borde engrosado al exterior que puede estar moldurado, con labio apuntado [Fig. 5, n° 2].

Las asas, generalmente rectas, van desde la mitad del cuello hasta, aproximadamente, mitad de la panza. En ejemplares de factura más cuidada aparecen las asas de torsión.

Las pastas son claras, beiges o blancuzcas, y en el caso de piezas realizadas en barro más oscuros o anaranjados la superficie aparece cubierta por una engalba clara de barbotina. Los desgrasantes son finos o medios.

Cántaro

Bajo esta denominación agrupamos aquellas piezas con base estrecha, cuerpo ovoide, boca pequeña y una o dos asas, destinados al transporte y almacenamiento de agua. Tienen pastas claras, con desgrasantes medios.

Tras el análisis de los fragmentos inventariados podemos definir un tipo de cántaro

caracterizado por una base plana, cuerpo ovoide y cuello estrecho de perfil sinuoso, más ancho hacia la boca, que termina en un borde invasado, engrosado al exterior, con labio plano. Tiene una sola asa.

Bote

Sólo fué registrado un fragmento. Muestra cuello cilíndrico de paredes curvas, borde engrosado al exterior y labio apuntado. Está cubierto por vedrío melado en ambas caras y presenta decoración de trazos de manganeso en la cara externa formando un motivo reticulado [Fig. 5, nº 7].

VAJILLA DE MESA

El servicio de mesa utilizado tras la llegada de los pobladores cristianos evidencia un cambio fundamental respecto al empleado en el periodo anterior, reflejo de unas costumbres y de una mentalidad diferentes: la aparición de piezas de uso personal — plato, escudilla — para el consumo individual de los alimentos frente a formas como los ataifores, que implicaban un consumo colectivo.

Plato

Se define por una base cóncava, que llega a convertirse en umbo en algunas variantes, paredes rectas divergentes terminadas en ala, marcada al interior por una arista; y borde indiferenciado de labio redondeado. Las pastas más frecuentes muestran tonalidades amarillentas y textura compacta. Están totalmente cubiertos por vedrío melado y decorados por trazos de manganeso en la cara interna; los motivos más frecuentes son geométricos: círculos, espirales, retículas, mientras que los vegetales estilizados: flores, roleos, son menos utilizados [Fig. 2].

Estos platos son de origen sevillano, produciéndose hallazgos por toda la ciudad, y alcanzan una notable difusión: Alcalá de Guadaira, Sevilla (LAFUENTE, 1990); Benaocaz, Cádiz (PERDIGONES y GUERRERO, 1987: 36); Silves (VARELA y VARELA, 1991: 468) llegando al Norte de África con la expansión portuguesa (REDMAN, 1986: 194) y a América tras la conquista (DEAGAN, 1987: 48).

Un caso excepcional lo constituye un ejemplar con repié anular, altas paredes rectas divergentes, arista marcando el ala y labio redondeado. Presenta cubierta blanca de estaño en su cara interna y vedrío verdoso al exterior [Fig. 2, nº 1].

Fuente

Son formas abiertas destinadas a presentar y servir los alimentos. Desde el punto de vista tipológico se aprecia una gran diversidad tanto en lo que respecta a los aspectos técnicos — tratamientos superficiales, decoración —, como a los morfológicos — algunas piezas más parecen platos o escudillas de gran tamaño. [Fig. 29, nºs 6-9]. Podemos diferenciar varios grupos:

Verde sobre blanco. Estas piezas presentan cubierta blanca de estaño en su cara interna, que puede afectar al exterior de forma parcial, y decoración trazada en verde. Están consideradas como producciones sevillanas (LÓPEZ y RUEDA, 1994; y LAFUENTE, 1996b). En nuestro registro recogemos dos tipos:

En el primero figuran las fuentes cónicas, con alto repié anular de sección triangular en la base y paredes rectas divergentes o ligeramente cóncavas; el borde viene configurado por un engrosamiento hacia el final de la pared y termina en un labio redondeado o ligeramente apuntado [Fig. 3, nº 6].

El segundo tiene base con repié anular, paredes divergentes con carena baja poco pronunciada y borde indiferenciado de labio redondeado [Fig. 3, nº 7].

Los motivos ornamentales son diversos: predominan las flores y palmetas estilizadas, organizadas a partir de un motivo central; líneas concéntricas cerca del borde, líneas paralelas, cenefas y epigrafía (o pseudoepigrafía) aparecen con menos frecuencia.

Esmalte blanco. Tan sólo se ha identificado un fragmento de la base, con alto repié anular de sección triangular y cubierta blanca de estaño únicamente en la cara interna. Tanto por sus características técnicas como formales puede estar relacionada con las producciones con decoración en verde sobre cubierta blanca.

Vidriadas. Suelen estar modeladas en pastas rojas con desgrasantes finos o medios, y totalmente cubiertas por vedrío melado. Algunas piezas combinan el vedrío melado con otro verde diluido añadiendo un factor decorativo al mero carácter funcional del tratamiento. Podemos diferenciar dos tipos.

El primero deriva del ataífor carenado islámico. Tiene base con repié anular, perfil quebrado por una fuerte carena — remarcada, a veces, por una arista —, y borde plano o engrosado al exterior.

Fig. 3 — Escudillas (1-2, 10-12); cuencos (3-5); fuentes (6-9).

Un segundo muestra repie anular bajo, de tendencia divergente, y paredes curvas divergentes muy abiertas que suelen quebrar en una leve carena.

Como caso singular, señalaremos un ejemplar profusamente decorado en su cara externa por apliques plásticos que recorren la superficie en sentido vertical. Tanto por sus aspectos técnicos como por su ornamentación parece estar relacionado con las cazuelas «de costilla» de época almohade.

Escudilla

Son formas abiertas de pequeño tamaño, de uso personal. Algunas parecen mantener la tradición islámica derivando de los cuencos almohades. [Fig. 3, nºs 1, 2, 10, 11, 12]. Podemos diferenciar varios grupos:

Verde sobre blanco. Disponemos de un sólo fragmento perteneciente a un ejemplar de reducidas dimensiones. Presenta paredes curvas con una arista que señala el borde, continuación de la pared, y termina en un labio redondeado.

La cubierta estannífera sólo afecta al interior, con algunos goterones en la cara externa. La decoración se reduce a dos líneas verdes paralelas.

Esmalte blanco. Por lo general, este tratamiento cubre totalmente el interior de la pieza mientras que en el exterior no aparece o afecta de forma parcial. Desde el punto de vista tipológico la variedad es notoria, aunque podemos señalar como característica común la base con repié anular. Las paredes, con tendencia recta divergente, suelen presentar ligeras carenas bajas, y terminar en bordes indiferenciados con labios redondeados o ligeramente apuntados.



Fig. 4 — Loza azul sobre blanco Paterna (1-6); verde manganeso Paterna (7); loza dorada Paterna (8-10).

Un caso específico lo representa la variante de borde polilobulado, tradicionalmente considerada como «salero» o «especiero».

Vidriadas. Es la escudilla más común. Se caracteriza por una base cóncava, perfil quebrado por una carena — poco definida al interior y marcada al exterior —, borde apenas indicado por un adelgazamiento en el grosor de las paredes y labio redondeado. Las pastas son amarillentas o anaranjadas, con desgrasantes de tipo medio, y ambas caras van cubiertas por un melado pajizo de buena calidad. Estas piezas, también de producción sevillana, alcanzan una gran

difusión que viene a coincidir con la de los platos melados decorados en manganeso.

Una variante formal es la llamada «escudilla de oreja» por los apéndices que, a modo de asideros, figuran en su cara externa.

Por otra parte, en los casos en que se emplea vedrío verde, éste se aplica para impermeabilizar la cara interna, mientras que la externa queda cubierta por una engalba. Piezas con repié anular y ligera carena, o bien otras que recuerdan pequeños ataifores carenados, presentan este tratamiento.

Con técnica mixta — esmalte en blanco en la cara interna y vedrío verde en la externa —, hemos registrado un ejemplar de gran tamaño. Tiene repié anular, perfil quebrado por una carena, marcada tanto al interior como al exterior, y borde redondeado.

Especial comentario merecen los hallazgos de producciones de **Paterna-Manises** [Fig. 4]. El reducido tamaño de los fragmentos no nos permite

Fig. 5 — Jarrita (1, 4-6, 9); jarra (2,3); bote (7); jarro (8); botella (10).

determinar tipologías concretas, tan sólo podemos reseñar que la totalidad de los mismos corresponden a formas abiertas: platos y escudillas. Pertenecen a los grupos denominados según J.V. Lerma (LERMA et alli., 1984) *Paterna Clásico* decorado en verde-manganeso (segunda mitad del siglo XIII — mediados del siglo XIV), *Loza Azul Clásica* (segunda mitad del siglo XIV — primera mitad del siglo XV), *Loza Azul Plena* (segunda mitad del siglo XIV-tercer cuarto del siglo XV) y *Loza Dorada* (siglos XIV-XV). El hallazgo de un asa estriada con decoración de manganeso sobre engalba blanca, nos habla de la presencia de formas cerradas (probablemente una jarra) fechables, según M. Mesquida (MESQUIDA, 1989), en el siglo XIII.

Jarrita

Son formas cerradas, con dos o más asas, utilizadas para servir o consumir líquidos. Algunas de estas piezas por su delicado tratamiento o por su

decoración, debemos considerarlas más como objetos ornamentales que como propiamente funcionales.

A partir de los fragmentos inventariados no hemos podido restituír ningún ejemplar, por lo que nos limitaremos a exponer los datos obtenidos tras su análisis.

Se diferencian tres tipos de base:

Con repié anular de sección triangular. La parte inferior del cuerpo presenta paredes rectas divergentes muy abiertas hasta una ligera carena que quiebra hacia un perfil más cerrado [Fig. 5, n° 4].

Con repié anular bajo, de sección cuadrangular. Las paredes son en su inicio

rectas divergentes, en algunos casos con acañaladuras, definiendo una tendencia ovoide [Fig. 5, n° 5].

Con repié anular indicado, a veces convertido en una simple arista. El inicio de las paredes muestra una tendencia globular [Fig. 5, n° 6].

Otros fragmentos nos remiten a un tipo de jarrita de paredes finas. Se aprecia un hombro recto, cuello troncocónico invertido, borde señalado por una línea incisa y labio redondeado. Pueden estar relacionados con bases del primer tipo.

Un caso excepcional lo constituye una jarrita, o tal vez botella, de pequeño tamaño que presenta cuello troncocónico estrecho abierto hacia la boca, borde recto marcado por una arista y terminado en un labio plano, y dos asas [Fig. 5, n° 1].

Desde el punto de vista técnico, estas piezas se caracterizan por estar modeladas en pastas claras: beiges, amarillentas o, con menos frecuencia, anaranjadas; los desgrasantes son finos, y suelen estar recubiertas de una engalba clara de barbotina que viene a uniformar su apariencia externa.

Hemos considerado como pieza ornamental una jarra típicamente mudéjar. Está vidriada en verde en su cara externa y esmaltada en blanco en la interna, y presenta decoración plástica con pequeños apliques facetados repartidos por toda la superficie. Morfológicamente se define por un cuerpo de tendencia globular y alto cuello cilíndrico terminado en un labio redondeado. No conocemos el número de asas, pero bien pudieron ser dos [Fig. 5, n° 9].

Jarro

Son formas cerradas, provistas de un asa, que desempeñan múltiples funciones siendo las principales las de transportar, servir y consumir líquidos.

Los fragmentos registrados pertenecen a un mismo tipo de pequeño tamaño modelado en pasta beige o rosácea con desgrasante fino. El interior lleva cubierta blanca estannífera mientras que el exterior está vidriado en verde de forma parcial. La base, con repié anular, marca el inicio de un cuerpo troncocónico que termina en un cuello cilíndrico de grandes dimensiones (representa más de un tercio de la totalidad de la pieza) y del que parte un asa [Fig. 5, n° 8].

Botella

Se ha inventariado un ejemplar prácticamente completo. La pasta es roja con desgrasante medio y la cubierta, melada, afecta a ambas caras. Morfológicamente presenta base con alto repié anular de sección triangular, cuerpo piriforme con una estría en la parte superior, cuello de tendencia divergente en su inicio, y un asa. Tiene un orificio intencional, de pequeño diámetro, en la parte central de la panza [Fig. 5, n° 10].

Posiblemente relacionado con la forma anteriormente descrita, aunque no perteneciente a la misma pieza, registramos un asa de sección oval unida al inicio de un cuello sinuoso que se abre hacia la boca en forma de cazoleta con pico vertedor.

ELEMENTOS DE USO COMPLEMENTARIO

Tapadera

Podemos diferenciar tres tipos:

El primero tiene base plana y pedúnculo central, paredes divergentes en ala, borde ligeramente engrosado y labio redondeado. La pasta es de color amarillento con desgrasantes medios. Ambas caras están cubiertas por una engalba beige [Fig. 1, n° 8].

El segundo se caracteriza por un cuerpo de tendencia hemiesférica con acañaladuras y asidero central. La pasta es roja con desgrasantes medios. Podría cubrir algunos anafes, especialmente aquellos que tienen el borde moldurado con una pestaña [Fig. 1, n° 7].

Por último tenemos un ejemplar de cuerpo troncocónico, borde moldurado y labio redondeado que, probablemente, debió de tener algún tipo de asidero central. La pasta es clara con desgrasante fino y está cubierta en su totalidad por vedrío de color verde.

CONTENEDORES DE FUEGO

Candil

Se han inventariado fragmentos pertenecientes a candiles de cazoleta y pellizco y a otros de pie alto, pero por su escasa entidad nos es imposible hacer más precisiones.

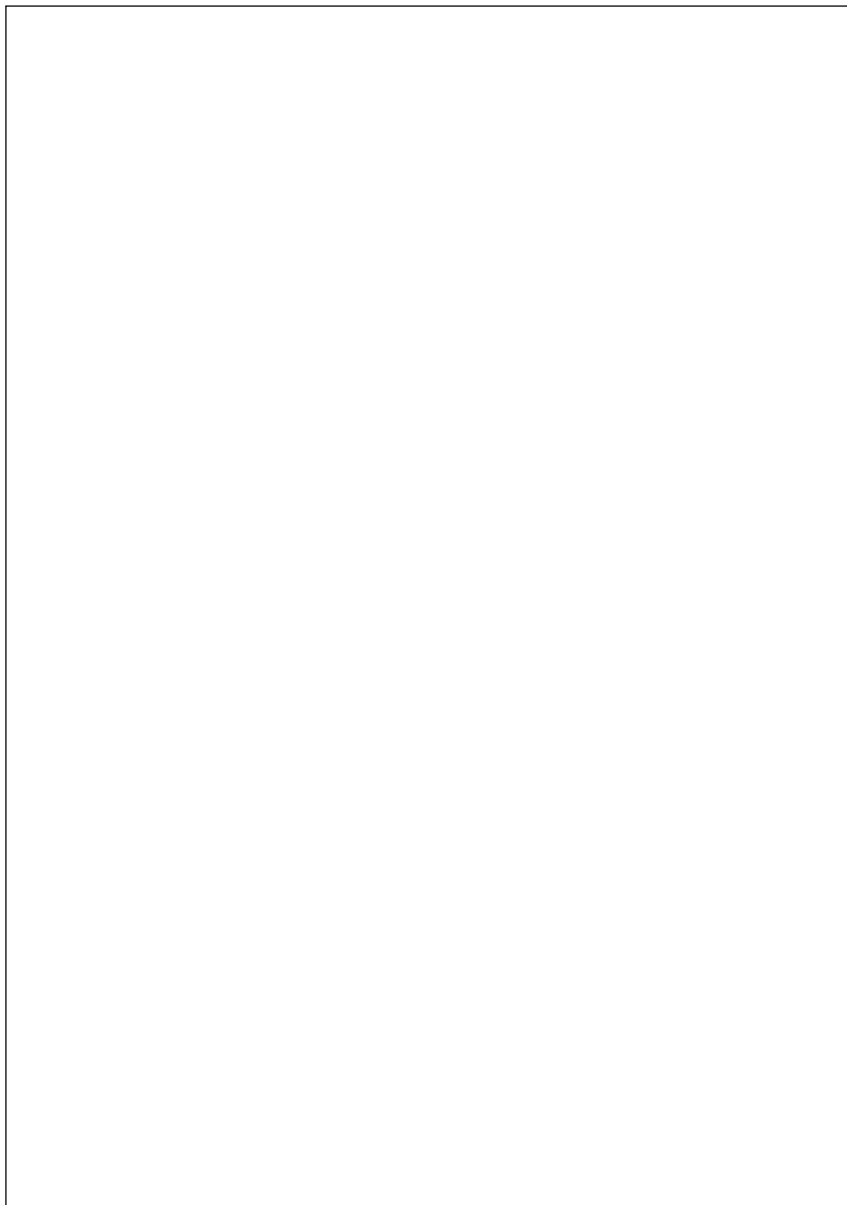


Fig. 6 — Bacines (1, 2).

Anafe

Nuestro registro cerámico tan sólo nos permite definir la parte del brasero de un tipo de anafe modelado en pasta roja con desgrasante medio, que presenta cuerpo de tendencia hemiesférica decorado en su parte superior por una banda de finas aristas, y borde invasado engrosado al exterior, con labio plano en el que aparecen pequeños apliques plásticos; las dos asas, dispuestas de forma horizontal, tienen un aspecto sinuoso [Fig. 7, n° 3]. Estas piezas

estarían relacionadas con algunos anafes de cronología almohade, concretamente con el segundo tipo analizado en el capítulo anterior¹.

OTROS USOS DOMÉSTICOS

Bacín

Con el término *bacín* conocemos dos formas cerámicas diferentes, ambas con funciones higiénicas:

En el primer caso se trata de un recipiente de base plana, cuerpo troncocónico y borde ligeramente invasado y engrosado al exterior, con labio plano. Tendría funciones profilácticas. La pasta es anaranjada con desgrasante medio y presenta engalba clara de barbotina en toda la superficie [Fig. 6, n° 2].

En segundo lugar tenemos un recipiente de base plana; cuerpo troncocónico, más abierto hacia la boca; borde en ala y dos asas. Tendría funciones evacuatorias. Los ejemplares de nuestro registro son de pequeño tamaño observándose dos variantes:

Bacines modelados en pasta anaranjada con desgrasante medio, están cubiertos por una engalba clara y aparecen sin decorar. Técnicamente se relacionan con el grupo anterior.

Bacines realizados en pasta roja con desgrasante medio. Tienen cubierta de vedrío melado en ambas caras y suelen estar decorados con motivos muy simples: banda con acanaladuras, banda con aristas, línea ondulada realizada mediante excisión. [Fig. 6, n° 1]

Debemos señalar que ambas formas aparecen asociadas en el mismo contexto arqueológico, manifestando la existencia de una relación funcional entre ellas.

Lebrillo

Son formas abiertas de base plana, paredes divergentes y borde engrosado al exterior, dedicadas a múltiples funciones domésticas. Diferenciamos dos tipos básicos, cada uno con sus correspondientes variantes.

Grandes lebrillos. Suelen tener tratamiento de impermeabilización en la cara interna que consiste en un bruñido no uniforme sobre tratamiento de almagra, o en una cubierta de vedrío melado, decorado a veces con trazos de manganeso. Las pastas son beige-anaranjadas en el primer caso y de color rojo oscuro en los ejemplares vidriados. Algunas piezas tan sólo presentan una engalba de barbotina en ambas caras. [Fig. 1, n° 10].

Lebrillo de pequeño tamaño. También podrían ser considerados como grandes cuencos o fuentes hondas, destinados a la preparación de alimentos. Las pastas son beige-amarillentas con engalba clara de barbotina en ambas caras, aunque se han registrado ejemplares realizados en pasta de color naranja intenso. Cuando tienen decoración, ésta consiste siempre en bandas de estrías a peine, generalmente en el borde y parte superior del cuerpo, con motivos rectos o curvos [Fig. 1, n° 9].

Mortero

Esta forma cerámica se caracteriza por sus gruesas paredes apropiadas para la función a la que se dedica: la mollturación. En nuestro caso tiene forma troncocónica, con aristas bajo el borde, éste aparece engrosado tanto al exterior como al interior, y en él se destaca un pequeño rehundido para facilitar el vertido. La pasta es beige con desgrasante medio [Fig. 1, n° 11].

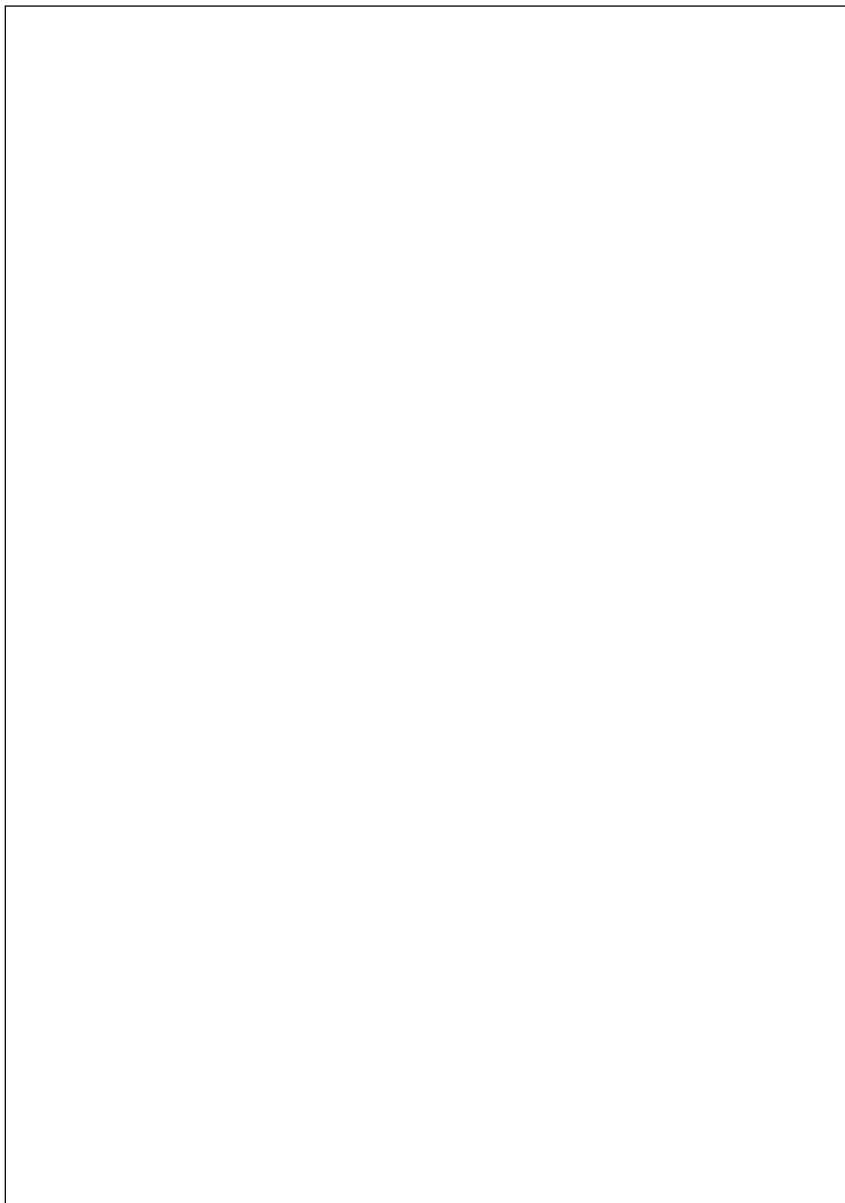


Fig. 7 — Arcaduces (1, 2); anafe (3); pesa de red (4); azulejos (5).

Arcaduz

Todos los ejemplares identificados son de reducido tamaño por lo que debemos considerarlos como pertenecientes a norias domésticas. Corresponden a dos tipos diferentes que ya se venían utilizando en época islámica:

Arcaduz con escotadura en cuello y parte central de la panza. Suelen tener paredes con acanaladuras [Fig. 7, n° 1].

Arcaduz con escotadura en el cuello y base apuntada. De factura más basta [Fig. 7, n° 2].

PRODUCCIONES DE USO AGRICOLA Y ARTESANAL

Pesa de red

Tiene forma casi esférica y está atravesada por una perforación central. La pasta es parduzca de mala calidad [Fig. 7, n° 4].

Rollo de alfar

Es una pieza cilíndrica destinada a sujetar los cacharros durante la cocción. El ejemplar registrado aparece contaminado por vedrio verde.

Azulejo

Aunque no tratamos en este trabajo las producciones cerámicas aplicadas a la arquitectura, hemos decidido incluir el fragmento de un tipo poco frecuente de azulejo, ya que presenta decoración en verde sobre blanco realizada con una técnica igual a la empleada en las fuentes². El motivo es difícil de precisar. [Fig. 7, n° 5].

CONSIDERACIONES FINALES

El conjunto de las producciones bajomedievales se encuentra disperso por todo el yacimiento. En líneas generales los materiales aparecen como intrusiones en conjuntos de cronología posterior o formando parte de revuelos. No obstante debemos señalar la existencia de paquetes cerámicos homogéneos que aportan cronologías seguras: los materiales más antiguos nos los proporciona el corte 27-B fechables en la segunda mitad del siglo XIV, el corte 27-F nos señala el periodo de transición entre el siglo XIV y el XV, y pertenecientes al siglo XV nos encontramos con varios paquetes (40-A situable en su primera mitad, 27-B y 41-B hacia mediados de la centuria, y 41-B segunda mitad del siglo). Topográficamente los hallazgos más significativos, tanto desde el punto de vista cuantitativo como cualitativo, se localizan en cortes situados en el claustro principal y zona de celdas³.

Salvo algunas piezas como pesas de red o rollos de alfar, que podemos calificar de anecdóticas, la totalidad de los materiales inventariados forman parte de ajuares domésticos observándose una amplia variedad tipológica.

Tras el análisis de las formas registradas se constata que predomina la vajilla de mesa, con piezas de uso personal, lo que significa un cambio de mentalidad frente a los hábitos de consumo islámicos. Por otra parte, las numerosas variantes que presentan las distintas piezas reflejan un proceso por el que se van definiendo las formas básicas que caracterizarán las producciones de fines de la Edad Media e inicios de la Modernidad: platos, fuentes, escudillas, ollas.

Por último, señalar que nuestro registro cerámico presenta en su conjunto grandes similitudes con los procedentes de otros puntos de la ciudad de Sevilla, destacándose el predominio de las producciones sevillanas y la presencia de algunas cerámicas importadas, fundamentalmente del Levante español (Paterna-Manises) (PLEGUEZUELO y LAFUENTE, 1995: 222-228).

NOTAS

- 1 Ver supra pag. ???.
- 2 Ver supra pag. ???.
- 3 Ver topografía de los hallazgos en el plano n° 2.

LA CERAMICA MODERNA EN EL CONVENTO DEL CARMEN (SEVILLA)

PILAR SOMÉ MUÑOZ
ROSARIO HUARTE CAMBRA

A partir de fines del siglo XV las cerámicas esmaltadas desbancan a las tradicionales producciones vidriadas. Este proceso no es rápido, efectuándose dicho cambio en los gustos de forma progresiva. Esto da lugar a la coexistencia de ambas durante un período de tiempo relativamente extenso. De igual forma dentro de las producciones esmaltadas se constata una evolución en los gustos, que afecta tanto a la morfología como a las decoraciones.

Estos cambios vienen marcados por la influencia de tradiciones de distinta índole; en un primer momento son las tradiciones bajo-medievales las que dominan el panorama cerámico, dando lugar a unos tipos bien definidos que se engloban en un grupo al que denominaremos **morisco**, hacia mediados del siglo XVI se produce una renovación dentro de las cerámicas sevillanas debido a la influencia de producciones italianas, a este nuevo grupo lo llamaremos **italianizante**¹.

Según la funcionalidad de las piezas cerámicas, éstas se engloban en diferentes

grupos, ya se empleen en el ámbito doméstico (vajilla de mesa, menaje de cocina y otros usos), o en otra clase de labor cotidiana propia de un convento.

1. USO DOMÉSTICO

1.1. VAJILLA DE MESA

La vajilla de mesa del grupo morisco presenta como formas más comunes los **platos** de paredes rectas divergentes o de tendencia curvilínea, base rehundida, presentando los ejemplares mas tempranos una arista interna en el ala y un umbo central; y las **escudillas**, de diverso tamaño, de paredes rectas quebradas por una carena, más marcada en ejemplares más tardíos, presentando base rehundida o pie anular [Fig. 1]. Las pastas son de textura granulosa y color amarillento o beige.

Las decoraciones registradas son diversas y definen series dentro de este grupo. En algunos casos son muy sencillas, como ocurre con la serie *Blanca Lisa*; denominada de este modo, por presentar sólo una cubierta de esmalte blanco en ambas caras²; encontramos su variante «de apéndices», que se caracteriza por poseer unas pequeñas aplicaciones, en forma de costillas de color verdoso dispuestas en la cara externa de las escudillas [Fig. 1, n° 13]; y su variante «blanca y verde» que consiste en la combinación de esmalte blanco y vedrío verde que divide la pieza en su mitad [Fig. 1, n°s 14, 15]. Otras series pertenecientes al grupo morisco son: *Azul* y *Morada* que presenta motivos

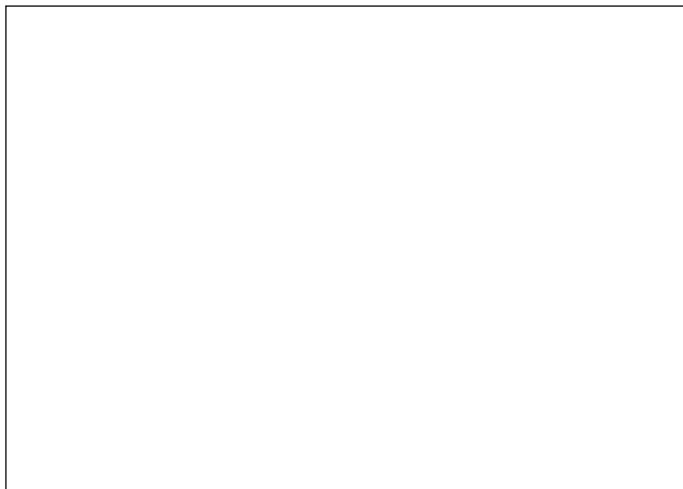


Fig. 1 — Vajilla de mesa blanca lisa y variantes: platos (1-5); escudillas (6-15); botella (16); copa (17).

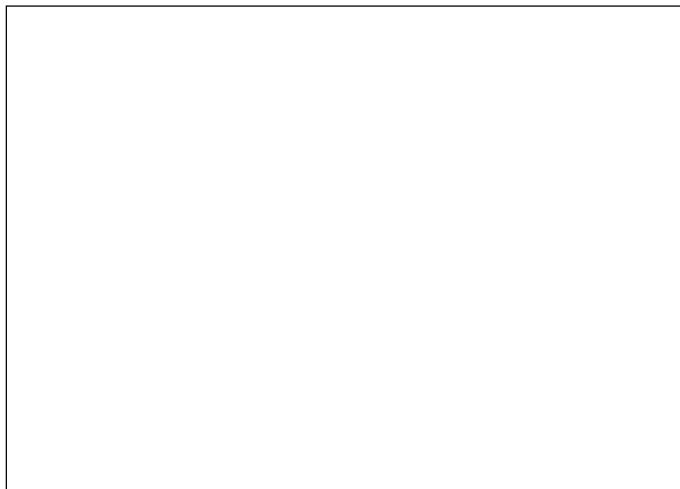


Fig. 2 — Vajilla de mesa azul y morada: escudillas (1-6); platos (7-8); fragmentos (9-12).

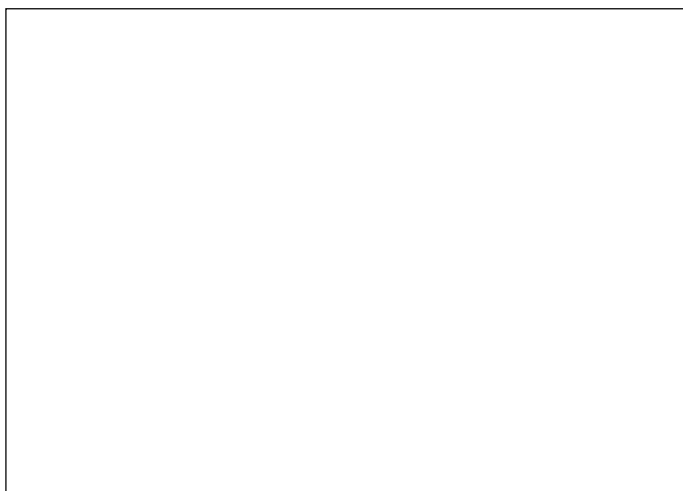


Fig. 3 — Vajilla de mesa azul sobre blanco: platos (1-3); escudillas (4-10); copas (11, 12).

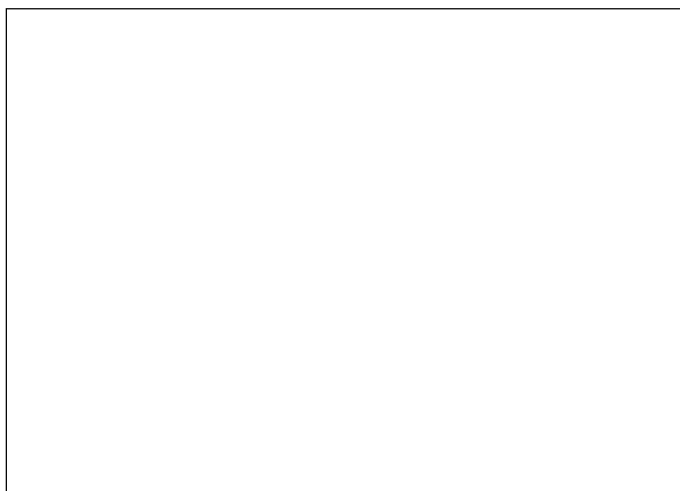


Fig. 4 — Vajilla de mesa azul sobre blanco figurativo: cuencos (1-4).

decorativos lineales, esquemáticos o florales pintados con azul cobalto y manganeso sobre un fondo blanco [Fig. 2]; y *Azul Lineal* [Fig. 3], la cual presenta las siguientes variantes según los motivos decorativos empleados:

- «Lineal temprana»: líneas concéntricas de las que sobresalen trazos a modo de pestañas.
- «Lineal paralelas»: líneas concéntricas pareadas.
- «Lineal ondulada»: líneas concéntricas paralelas que alternan con líneas onduladas, llegando en ocasiones a formar un motivo trenzado.
- «Lineal figurada»: líneas concéntricas paralelas que alternan con un motivo figurativo en el fondo de la pieza.

Estas series moriscas se encuentran habitualmente dentro de los rellenos cerámicos pertenecientes a otras excavaciones de la ciudad de Sevilla, entre ellas el Monasterio de San Clemente, el Monasterio de San Jerónimo, la Cartuja de Santa María de las Cuevas o la Casa-Palacio Miguel de Mañara (LÓPEZ, RUEDA y FERRAND, 1993). Por otro lado, también se constata la presencia de producciones sevillanas en otras ciudades peninsulares, concretamente en Silves hemos observado

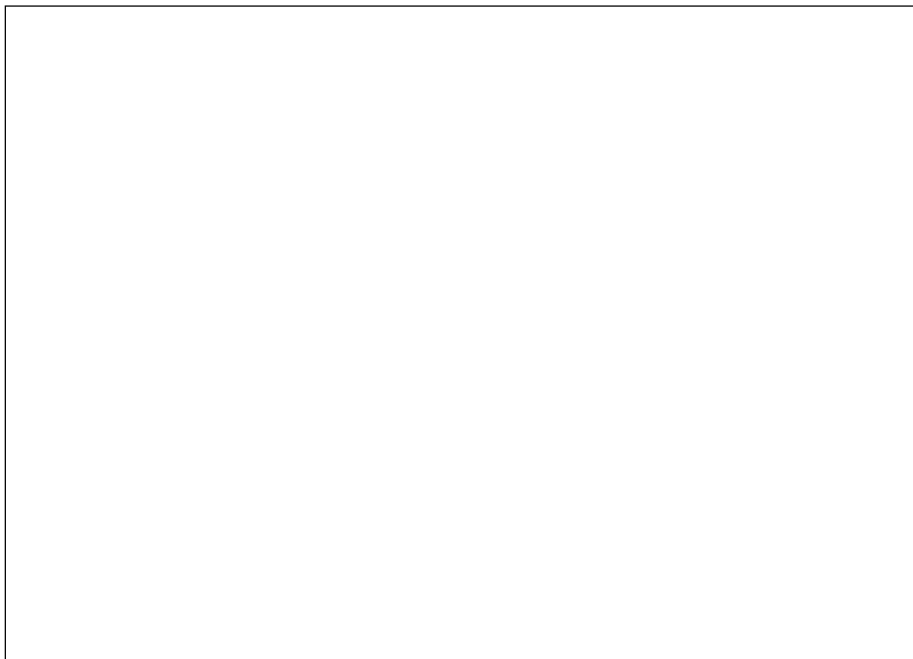


Fig. 5 — Vajilla de mesa azul sobre blanco figurativo: cuencos (1, 6).

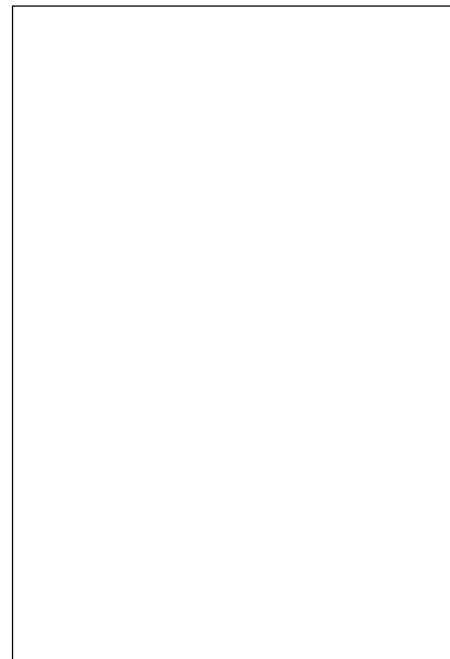


Fig. 6 — Vajilla de mesa azul sobre blanco figurativo: cuencos (1, 2).

un conjunto cerámico formado por piezas adscribibles, claramente, a diferentes series moriscas, como *Blanca lisa*, *Azul y morada*, *Azul lineal* (VARELA y VARELA, 1991), así como en los primeros asentamientos españoles en América (DEAGAN, 1987).

La vajilla de mesa se complementa con otros elementos, tales como **cuencos** de labio redondeado, paredes hemiesféricas y base cóncava, **jarras** de labio redondeado, cuello cilíndrico, cuerpo globular y base anular, y **jarros** de labio redondeado, con pico vertedor, cuerpo piriforme y base anular. Todas las piezas encontradas en éste convento están decorados en azul cobalto sobre fondo de esmalte blanco, con una gran riqueza de motivos decorativos alternando con bandas y líneas adscribiéndose por tanto a la serie *Azul Figurativo*; entre los motivos decorativos encontramos los habituales de las producciones sevillanas de la época: zomorfos (pájaros y conejos) y florales [Fig. 4].

Es de destacar, por su profusa aparición, un conjunto de piezas realizadas «ex profeso» para el convento, con un catálogo de motivos claramente religiosos [Figs. 5, 7 y 8]:

- Escudos de la Orden Carmelita (Monte Carmelo y tres estrellas), la Orden Agustina (corazón alado y báculo) y la Orden Dominica (Cinco Llagas).
- Inscripciones epigráficas con letras de carácter gótico en las que leemos IHS.
- Cruz de Caravaca, motivo que aparece exclusivamente en jarras.

Otras series moriscas aparecidas con menor profusión son *Azul Moteado* y *Azul Lisa* [Fig. 9], representadas por fragmentos de base de forma cerrada (jarra-o), y la serie *Negro lineal*, con fragmentos de cuencos y escudillas, con su variante «Lineal ondulada» [Fig. 10].

Llama la atención la presencia de botellas de pequeño tamaño con cuello estrecho, cuerpo globular y pie anular; así como de copas de cuerpo hemiesférico con pie macizo y base moldurada. Los ejemplares aparecidos pertenecen tanto a la serie *Blanca lisa* [Fig. 1, nº 17], como a la *Azul Figurativo*, estas últimas con motivos florales [Fig. 3, nºs 11 y 12].

Hacia 1550 se produce una renovación absoluta en la producción cerámica de Sevilla, impulsada por la entrada de productos procedentes de Italia, más concretamente de Liguria. Las formas varían sustancialmente perdiendo su

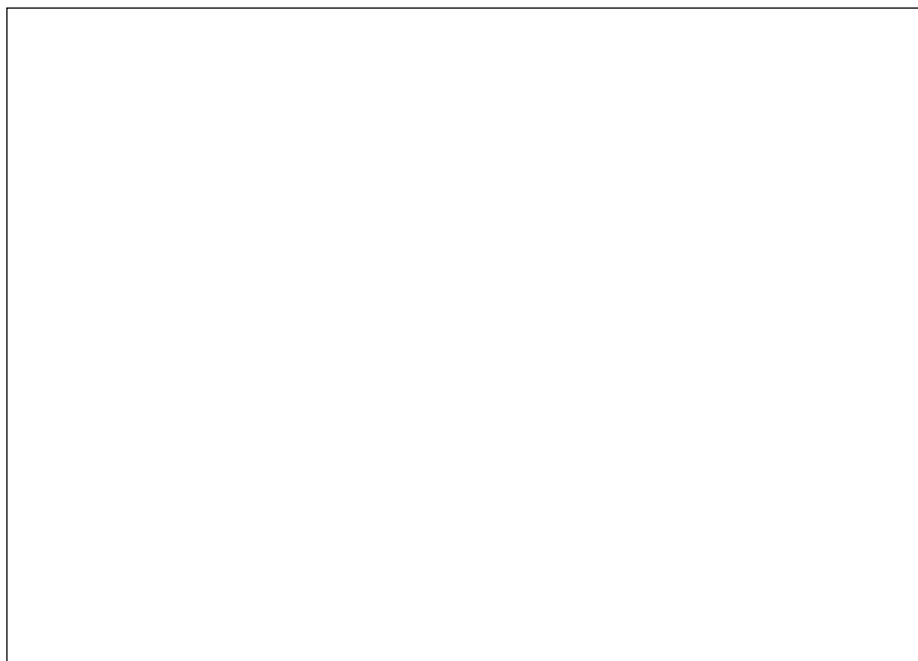


Fig. 7 — Vajilla de mesa azul sobre blanco figurativo: jarras (1-4).

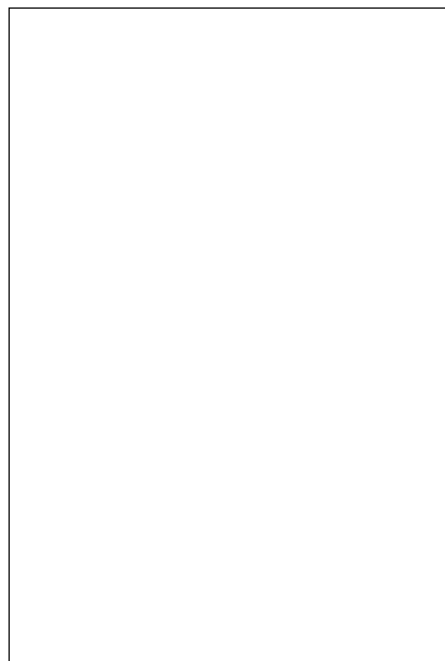


Fig. 8 — Vajilla de mesa azul sobre blanco figurativo: jarros (1, 2).

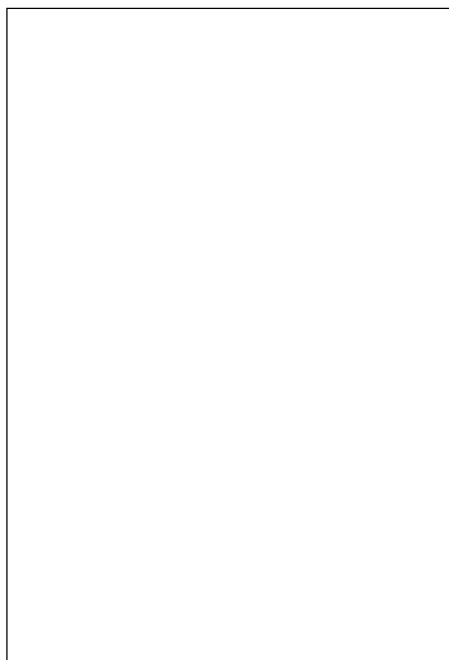


Fig. 9 — Vajilla de mesa azul lisa: formas cerradas (1-3).

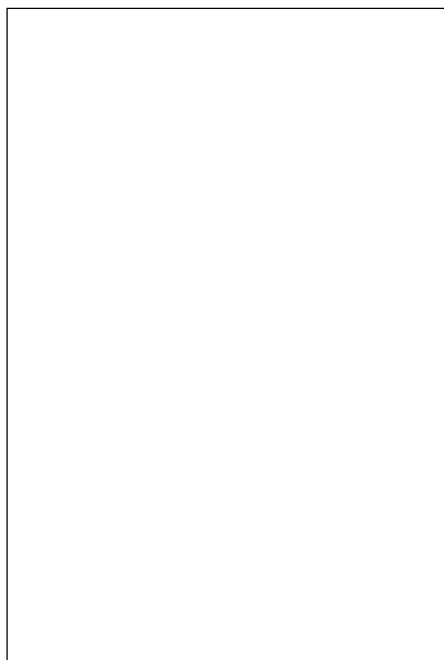


Fig. 10 — Vajilla de mesa negro sobre blanco: cuencos (1, 3); escudilla (2).

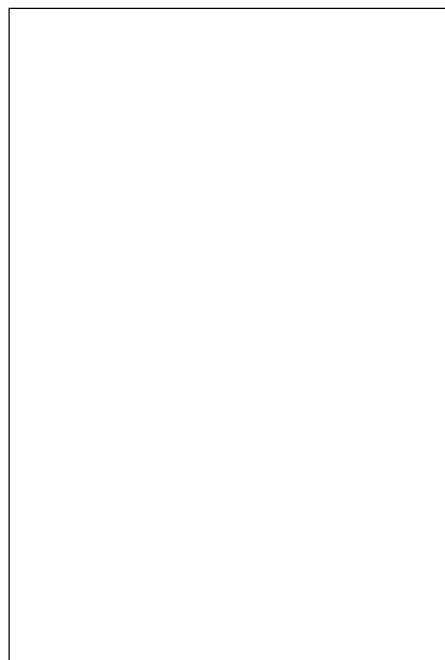


Fig. 11 — Vajilla de mesa blanca lisa: cuenco (1); escudilla de oreja (2); plato (3); jarras (4, 5).

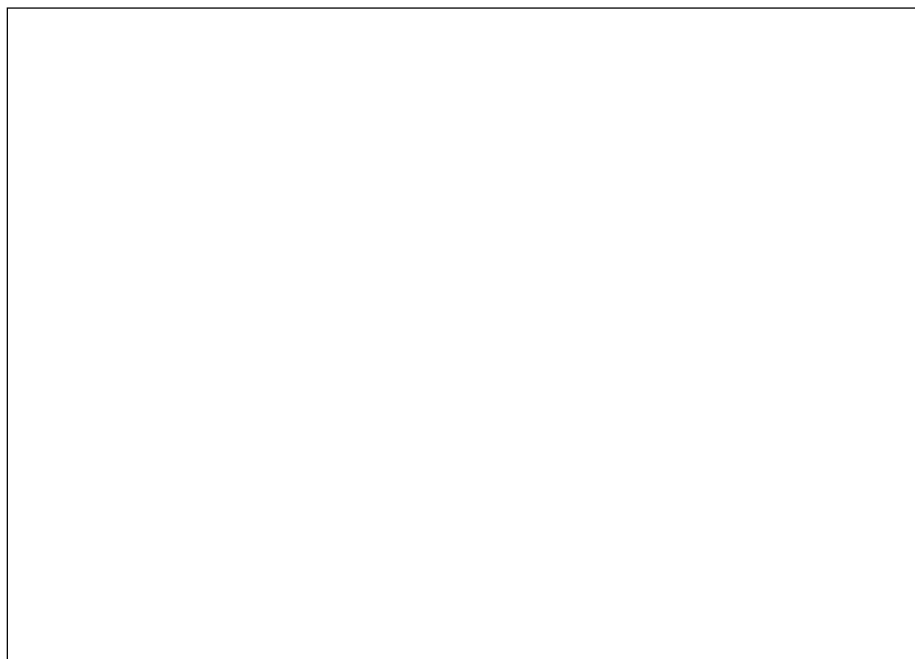


Fig. 12 — Vajilla de mesa azul sobre azul y azul sobre blanco italianizante: plato (1-3); cuenco (4, 5); fragmento (6); forma cerrada (7); plato (8, 9).

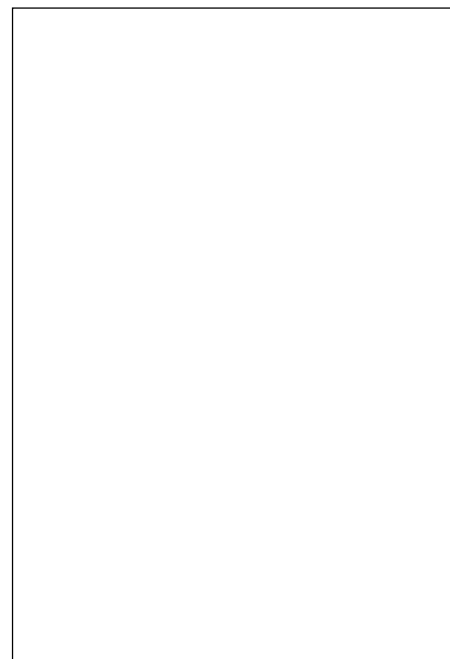


Fig. 13 — Vajilla de mesa de tradición talaverana: cuenco (1-3); fragmentos (4, 5).

aspecto anterior, las paredes son de menor grosor, los perfiles sinuosos y las bases con anillo. Las pastas siguen siendo básicamente iguales en cuanto a color y desgrasantes, pero ahora son más depuradas. No sólo cambia el aspecto morfológico, sino también la técnica de cocción. Se abandona el antiguo sistema de separación en el horno mediante atifles, pasando a usarse el sistema italiano de cocción en cajas cilíndricas, estando separadas las piezas con clavos que las sujetan por debajo del labio.

Las formas del grupo italianizante son: **platos** con ala, caveto y pie anular; **cuencos** de mediano o pequeño tamaño, paredes curvas divergentes y pie anular; **jarras** de cuello corto cóncavo, cuerpo globular, pie anular y dos asas pudiendo aparecer decoradas con impresiones [Figs. 11 y 12].

Los esmaltes empleados son de mayor calidad, además del tradicional color blanco se generaliza el empleo del azul como fondo

para la decoración. El gusto anterior por el esmalte blanco se mantiene, así continúa la serie *Blanca Lisa*, caracterizada en estos momentos por un esmalte blanco que se craquela y desprende con gran facilidad, dejando al descubierto una pasta amarillenta y poco compacta.

Otras series italianizantes son *Azul sobre Azul* la cual, a imitación de las cerámicas ligureas, emplea un fondo azul claro sobre el que se disponen los diversos motivos decorativos en un azul más oscuro. Los temas decorativos encontrados se reducen a motivos lineales, esquemáticos, florales y arquitectónicos, presentando en el exterior de los platos una sucesión de arcos entrecruzados; en ocasiones aparecen también pequeñas pincladas en tonos amarillo, naranja y/o blanco. Empleando las mismas formas y motivos decorativos se desarrolla simultáneamente la serie *Azul sobre blanco*.

Las series italianizantes alcanzan un gran desarrollo durante el siglo XVII, es muy frecuente encontrar este tipo de producciones dentro de los registros cerámicos sevillanos. Aunque en un principio se dudaba sobre su procedencia (VALOR, 1989), hoy día sabemos que se copió profusamente en los alfares sevillanos, tanto por las diferencias morfológicas y decorativas respecto a los originales italianos, como por la aparición de ejemplares defectuosos de horno.

A partir de éstos momentos a la vajilla de mesa se incorporan lozas con decoración polícroma. El principal centro productor de éstas cerámicas es

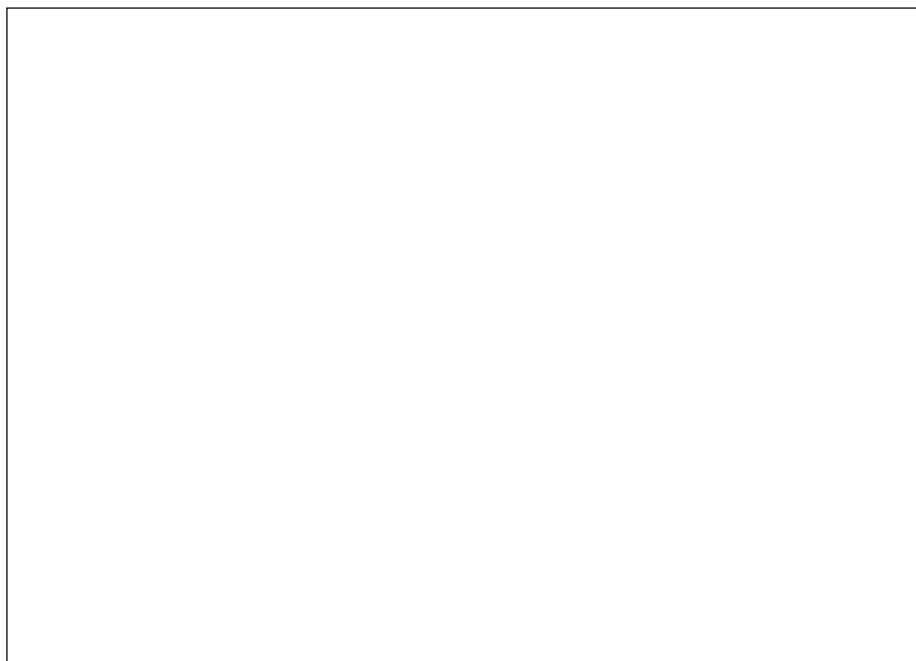


Fig. 14 — Vajilla de mesa, cerámica bizcochada: jarrita (1-6).

Talavera de la Reina; conocemos la llegada tanto de manufacturas como de artesanos procedentes de este lugar. Podemos aventurar que los alfareros locales adoptaron las nuevas tendencias decorativas aunque con modificaciones, como puede ser la eliminación del negro de manganeso. Sin embargo a través de documentos históricos, como las Tasas de precios de los productos cerámicos, sabemos que se fabricaron «... platos de Talavera contrahechos en Sevilla...», ya desde fines del XVI (GESTOSO, 1904: 306).

No obstante debemos dejar en reserva esta apreciación, puesto que no se ha constatado de manera fidedigna la pertenencia de los hallazgos a alguno de los centros productores, ya sea Talavera o Sevilla. En el Convento del Carmen, vinculados al grupo de tradición talaverana, aparecen fragmentos de pequeño tamaño en general, siendo difícil determinar el motivo decorativo, aunque sí la pertenencia a la serie *Tricolor*; esto hace aún más complicada su adscripción a un lugar concreto de producción.

Gracias a investigaciones anteriores podemos identificar cómo producciones sevillanas de tradición talaverana la serie *Bicolor*, en sus variantes «azul-naranja» y «negro-ocre». De ésta última encontramos dos piezas, una de ellas perteneciente a la serie «del Ave María» con un criptograma en el fondo de la palabra «amor» inscrito en un medallón³; el otro fragmento, también base, presenta una decoración en el interior, formado por un reticulado negro sobre un fondo rayado en color ocre y enmarcando estos motivos líneas paralelas concéntricas [Fig. 13].

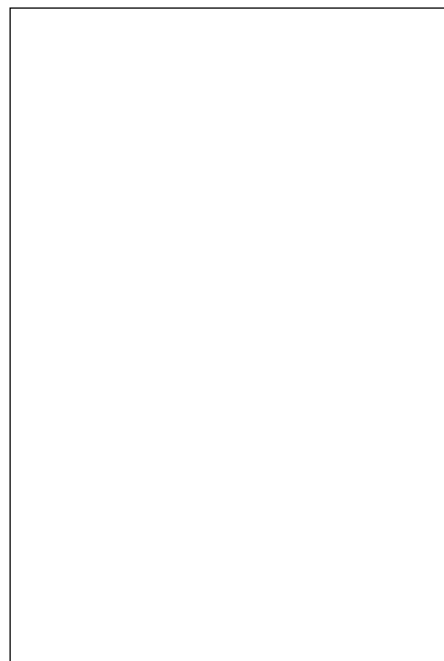


Fig. 15 — Vajilla de mesa de importación italiana: Pisa (1); Génova (2); Faenza Compendiario (3); Montelupo.

La vajilla de mesa comprende también producciones sin esmaltar, principalmente jarros y jarras de pequeñas proporciones y paredes finas con formas variadas, algunas de ellas aparecen decoradas con impresiones, las pastas varían desde el beige blanquecino hasta el anaranjado oscuro [Fig. 14]. Encontramos similitudes con un conjunto encontrado en Moura, formado también por piezas de pequeño tamaño y decoradas con gran profusión (REGO y MACÍAS, 1993)⁴.

Finalmente merece especial atención la existencia de piezas cerámicas de diversos centros productores. Podemos distinguir tres grupos:

— *Producciones italianas*. Varios son los lugares de procedencia; se constatan cerámicas polícromas y azules sobre blanco de Montelupo, estilo compendiario de Faenza, azul sobre azul de

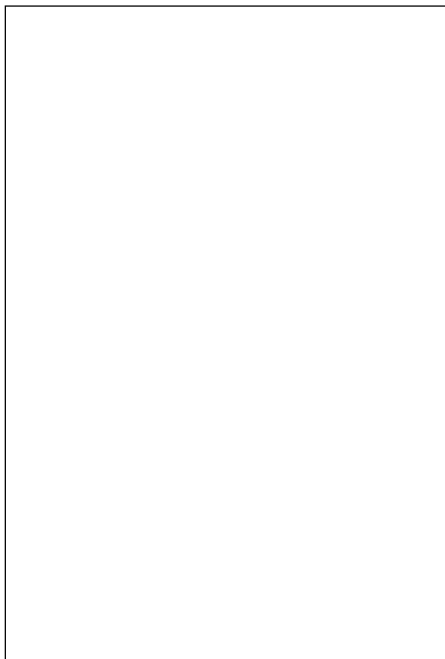


Fig. 16 — Importaciones lisboetas: platos (1-4).

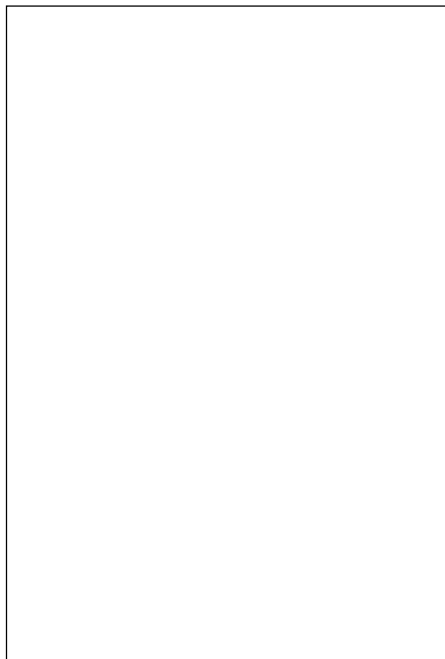


Fig. 17 — Vajilla de mesa, engobe rojo: tapadera (1, 2); formas abiertas (3-5).

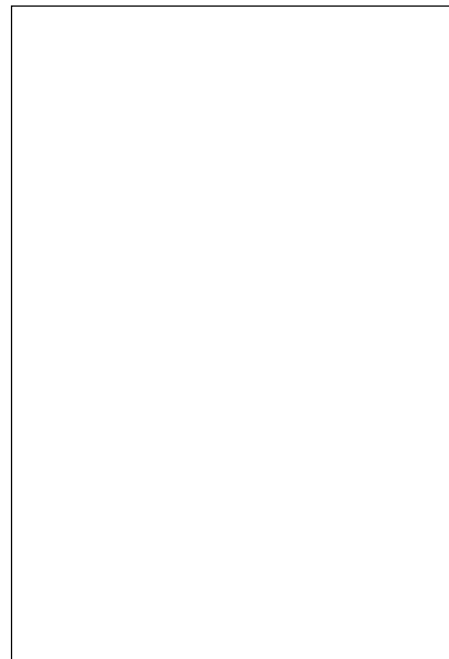


Fig. 18 — Vajilla de cocina melada: ollas (1-5).

Génova, Venecia y Sabona y Veteado y Esgrafitado de Pisa [Fig. 15].

- *Producciones portuguesas*. Procedentes de Lisboa encontramos fragmentos de platos decorados con motivos de inspiración oriental, realizados en azul cobalto sobre un fondo blanco. Esta producción se caracteriza por tener paredes muy finas y esmalte muy brillante [Fig. 16].

Cabe destacar la presencia, aunque muy fragmentada, de un conjunto de piezas que se caracterizan por tener paredes muy finas, una decoración elaborada a base de molduras e impresiones y principalmente por estar bañadas con una cubierta de engobe rojo ⁵ [Fig. 17].

- *Producciones orientales*. Encontramos fragmentos de porcelana decorada en tonos azules sobre un

fondo blanco con motivos florales y frutales. No se aprecian formas definidas.

1.2. MENAJE DE COCINA

Dentro del menaje de cocina podemos distinguir dos grupos. Por un lado los recipientes destinados a la cocción de alimentos y por otro los que sirven para guardar los comestibles.

- A) Los primeros presentan como características generales unas pastas rojizas y poco compactas, con desgrasantes gruesos, de paredes medias y con una cubierta de vedrío plumbífero melado que se aplica en el interior, chorreando en ocasiones por el exterior, y cuya función es la de impermeabilizar la pieza.

Las formas más frecuentes son **ollas**, que presentan un cuello corto cilíndrico, panza globular, base convexa y dos asas; y **cazuelas** que tienen un borde engrosado al exterior, algunos con moldura para encajar una tapadera, paredes divergentes y base convexa, en ocasiones presentan dos asas horizontales debajo del borde [Figs. 18 y 19].

Otro elemento utilizado en la cocción es el **anafe** cuya función es la de contenedor de fuego. Morfológicamente se caracteriza por un borde engrosado al interior, cuerpo bitruncocónico, base plana, dos asas en la parte superior

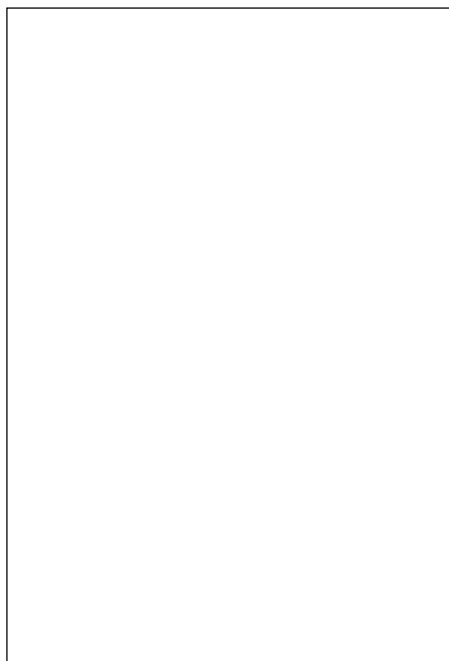


Fig. 19 — Vajilla de cocina melada: cazuela (1-4).

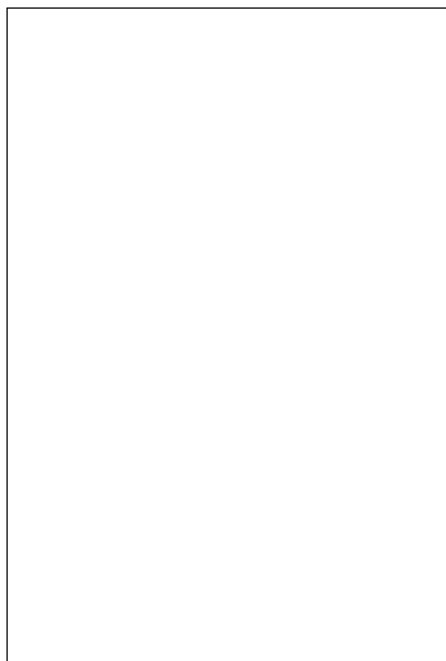


Fig. 20 — Contenedores de fuego: anafes (1, 2); candiles (3, 4).

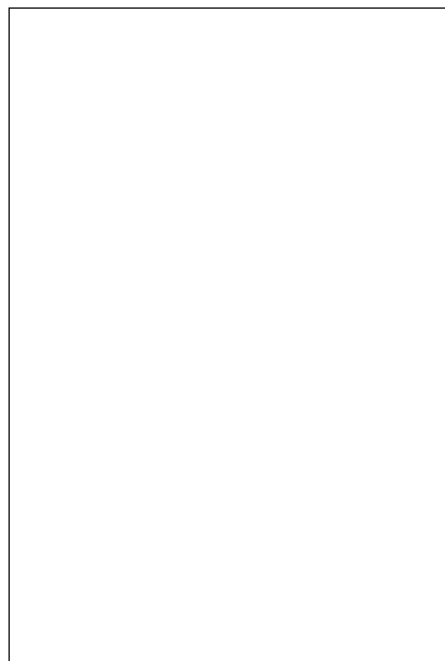


Fig. 21 — Usos domésticos: orza (1, 2); lebrillos (3, 4).

y un hueco en la inferior, con cubierta de engobe por ambas caras [Fig. 20, n^{os} 1, 2].

- B) Para el almacenamiento de alimentos, tanto líquidos como sólidos, se utilizan diversos recipientes cerámicos. La **orza** se caracteriza por un borde de sección triangular, paredes curvas convergentes, base plana y dos asas; se encuentran esmaltadas en blanco de manera total en el interior y parcialmente en el exterior, donde presenta una decoración de «dobles comas» (variante de la serie *Azul Lineal*) pintada en azul o verde. [Fig. 21, n^{os} 1, 2].

En cuanto a los **jarros** y **jarras**, formalmente presentan características similares a los empleados en la vajilla de mesa. Por regla general tienen cuello cilíndrico, cuerpo de tendencia globular y base plana o pie anular, diferenciándose según el número de asas que presenten; así el jarro tiene solamente un asa y la jarra dos. El tratamiento de superficie es diverso, pudiendo presentar un baño de vedrío plumbífero, estannífero (cubriendo el interior y buena parte del exterior) o de engobe (en la totalidad de la pieza).

Las **tinajas** poseen un cuello corto cilíndrico, cuerpo ovoide y base plana. Están cubiertas de un engobe. El tamaño es normalmente mediano, aunque también encontramos una de grandes proporciones fuera de contexto [Fig. 22].

Los **cántaros** destinados a la conservación y transporte de líquidos, formalmente presentan un borde engrosado al exterior, cuello cóncavo

(moldurado o no), cuerpo ovoide, base plana y una o dos asas que en algunos casos presentan una estampilla interpretada como marca de alfarero. Su superficie está cubierta por un baño de engobe y suele presentar acanaladuras [Fig. 23].

De manera complementaria se usan **tapaderas** que pueden ser bizcochadas con paredes rectas divergentes, base plana y pedúnculo central que sirve de asidero, o bien, en forma de pequeño platillo con pie macizo, que en ocasiones puede aparecer esmaltada en su cara externa.

1.3. OTROS USOS DOMÉSTICOS

Dentro de este apartado incluimos una serie de piezas que manteniendo un claro uso doméstico se caracterizan por su multifuncionalidad. Así pues contamos con el **lebrillo**, el cual podía utilizarse en la cocina para la preparación y almacenamiento de

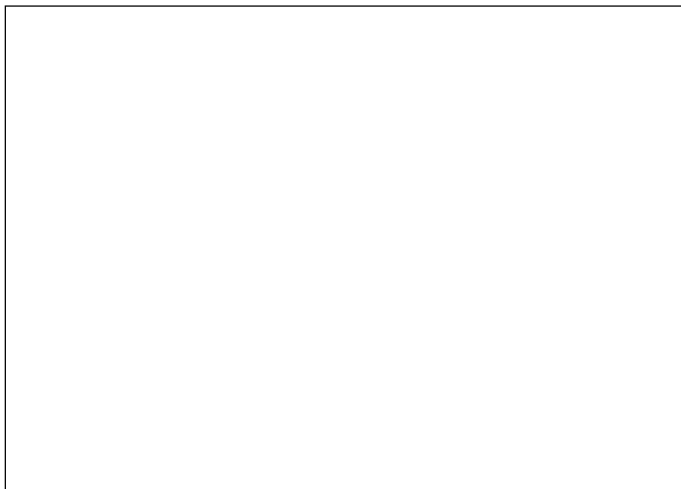


Fig. 22 — Vasijas de almacenamiento: cerámica bizcochada: tinaja (1-3).

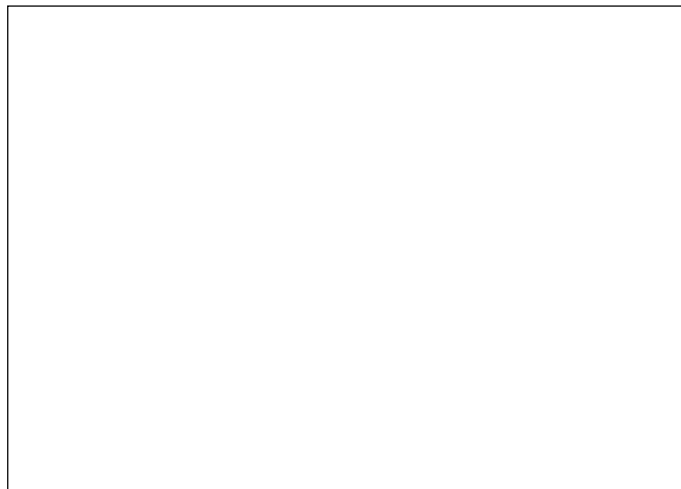


Fig. 23 — Vasijas de almacenamiento: cerámica bizcochada: cántaros (1-3).

alimentos, también estaba destinado para la higiene personal y comunitaria (lavado de ropa y utensilios). Tipológicamente hay poca variedad, presentando un borde engrosado al exterior, si presenta sección oval nos encontramos frente a ejemplares más tempranos, tendiendo a secciones cuadrangulares en momentos posteriores, paredes rectas divergentes y base plana. Respecto al tratamiento de superficie podemos distinguir:

- Lebrillos bizcochados, en ocasiones con una decoración muy elaborada a base de impresiones [Fig. 24, nº 1].
- Lebrillos con cubierta plumbífera en color verde o melado (éstos muy fragmentados) [Fig. 24, nº 2].
- Lebrillos con cubierta estannífera blanca, decorados en el interior a base de líneas paralelas y onduladas y dobles comas, motivos propios de las variantes «Lineal paralelas», «Lineal ondulada» y «Dobles comas» de las series moriscas *Azul Lineal* y *Negro Lineal* [Fig. 21, nºs 3, 4].

Otra pieza incluida en este apartado es el **mortero**, ya que aunque su función es la molturación de sólidos, se puede emplear tanto en la cocina como en la preparación de medicamentos. Formalmente presentan un borde engrosado al interior con una digitación que actúa como vertedor, paredes rectilíneas ligeramente divergentes y base plana. Aparecen piezas bizcochadas y otras vidriadas en verde con su superficie interna esmaltada en blanco [Fig. 24, nºs 4, 5].

Con un uso más específico dentro del ajuar doméstico están los **bacines**. Presentan ala corta, cuerpo troncocónico, base plana y dos asas. Los tratamientos de superficie pueden ser simplemente bizcochado, vidriado en color melado y esmaltado en color blanco; en este caso puede presentar decoración en su cara externa [Fig. 25]:

- cordones aplicados rectos u ondulados de color verdoso.
- dobles comas pintadas en color azul o negro sobre el borde (variante de la serie *Azul Lineal*).

En último lugar mencionamos los **candiles** escasamente representados y de forma muy fragmentada. Sólo se constatan candiles de cazoleta y de pie alto con el fuste moldurado, cubiertos de vedrío melado o verde y esmalte blanco [Fig. 20, nºs 3, 4].

2. USOS NO DOMÉSTICOS

Las diferentes actividades económicas desarrolladas en el convento se hallan reflejadas en la aparición de determinadas piezas de uso agrícola y

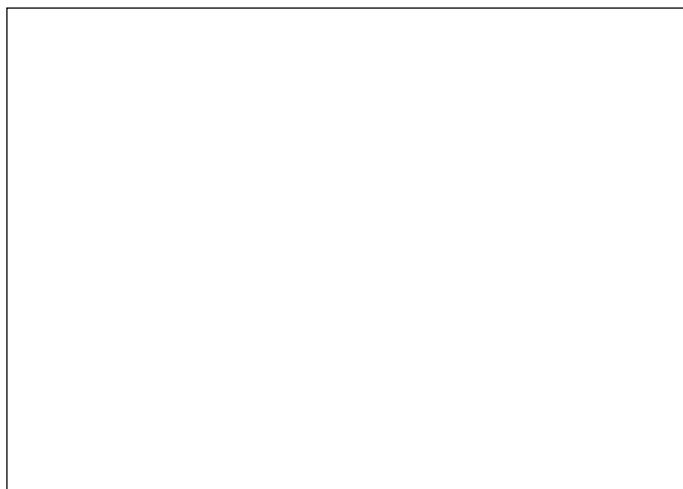


Fig. 24 — Usos domésticos: lebrillos (1-3); morteros (4-5).

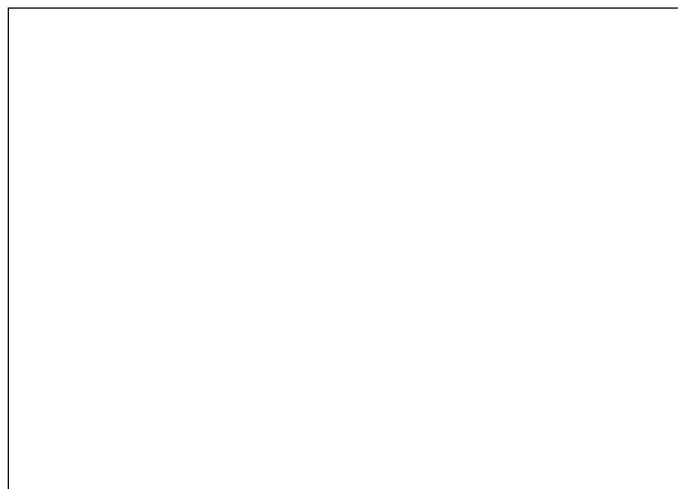


Fig. 25 — Usos domésticos: bacines (1, 5).

pesquero, como son cangilones y **pesas de red**, de las que poseemos dos ejemplares de forma ovoide [Fig. 26, n° 3].

Los **cangilones** son piezas que unidas a las norias están destinadas a la extracción de agua. Tienen borde engrosado al exterior, cuerpo bitruncocónico con acanaladuras y cubierta de engobe. Tipológicamente sufren pocas alteraciones y su pervivencia durante varios siglos hace difícil la adscripción a un período concreto [Fig. 26, n°s 1, 2].

Como objetos de uso cotidiano podemos mencionar los **tinteros**. Sólo han aparecido tres ejemplares, todos esmaltados, aunque varían tanto en forma como en decoración. Uno de ellos aparece decorado con un escudo de las Cinco Llagas (Orden Dominicana) realizados en tonos azules sobre un fondo blanco. Otro de los ejemplares, como el anterior de sección cuadrada, presenta motivos florales policromos. El último, de cuerpo cilíndrico, no presenta decoración pintada, estando esmaltado en color blanco [Fig. 27, n°s 7-9].

Cabe destacar la aparición de varios fragmentos de **albarellos**, cuya función sería la de contener productos medicinales para uso de la comunidad. Estas piezas participan de unas características comunes en cuanto a forma, siendo de borde engrosado al exterior, cuello corto cilíndrico, cuerpo levemente convexo y pie anular (decorado en ocasiones con molduras). Los restos encontrados pertenecen a diversas series como son *Azul y morada*, *Azul lisa*, *Blanca lisa* en su variante «blanca y verde» y *Azul Figurativo* [Fig. 27, n°s 1-5].

Por último habría que mencionar una pieza, que por sus características formales y estilísticas estaría destinada a un uso cultural. Se trata de un jarrito de pequeño tamaño, decorado con una cartela en la cual se inscribe la palabra «vino», identificándose con la serie tricolor de las producciones de tradición talaverana. Interpretamos su función como vinajera en la liturgia de la misa [Fig. 27, n° 6].

3. VASIJAS DE CONSTRUCCIÓN

Es de destacar la presencia de una importante cantidad de piezas cerámicas, cuyo uso original es la contención y transporte de productos agrícolas (aceite, trigo, etc.), sin embargo no podemos precisar si realizaron ésta función o fueron destinadas desde un primer momento a un uso constructivo, ya que es conocido el hecho de que las vasijas defectuosas de horno eran vendidas en grandes cantidades a los constructores como material de obra. En el convento han aparecido principalmente tanto en bóvedas, aligerando de éste modo su peso, como en suelos, actuando como aislante de la humedad⁶.

El único tipo registrado es la **botija**, sus características formales son similares, aunque con variaciones de tamaño, presentan todas ellas un borde anular engrosado, unido directamente a un cuerpo de tendencia ovoide o alargado y base convexa. Generalmente están cubiertas de engobe por ambas caras, aunque en ocasiones presenta su superficie interna vidriada en color verde [Figs. 28 y 29].

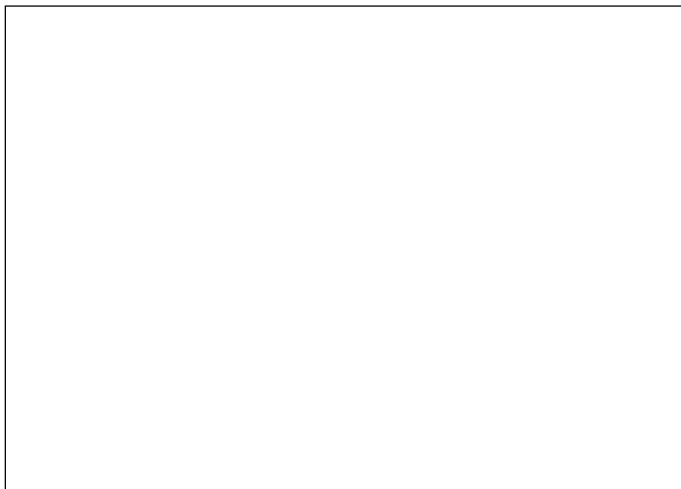


Fig. 26 — Uso no doméstico: canjilones (1, 2); pesa de red (3).

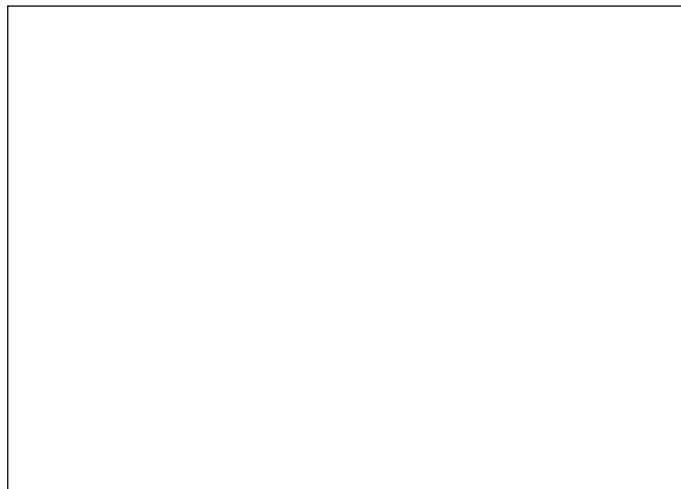


Fig. 27 — Usos no domésticos: albarellos (1, 5); vinajera (6); tinteros (7, 9).

CONCLUSIONES

En líneas generales, las producciones del convento siguen de manera bastante fidedigna la evolución de las cerámicas fabricadas en los alfares de Sevilla ya constatada en otras excavaciones, tales como el Monasterio de San Clemente, la Casa-Palacio de Miguel Mañara, etc.

Como se reseña en el análisis cerámico anteriormente expuesto, el fin del siglo XV inicia la época de las lozas esmaltadas, que evolucionarán llegando a constituir el grueso de la vajilla de mesa de siglos venideros.

Toda la vajilla de uso doméstico de los siglos XVI y XVII se halla profusamente representada en los rellenos de todo el edificio, tanto las producciones de tradición morisca como las posteriores italianizantes, hay que señalar que no se produce un desplazamiento brusco de unas producciones por otras, sino que conviven en el mercado aproximadamente hasta mediados del siglo XVII.

Para el estudio de las cerámicas modernas nos hemos centrado en el corte 41-B unidad

931, el cual aporta un relleno homogéneo de carácter detrítico con gran cantidad de materiales cerámicos, de una cronología bien delimitada que corresponde a las reformas efectuadas durante los últimos años del siglo XVI llegando al primer tercio del siglo XVII. La estancia 41 se sitúa al este del Claustro norte, y pertenece a la zona del noviciado, concretamente a las celdas.

Dentro de las vajillas de uso doméstico comprobamos que las de mesa presentan un mayor volumen, destacando de entre ellas las piezas de tradición morisca. De manera especial es la serie *Blanca lisa* la más abundante, ya que se caracteriza por ser muy funcional y de fácil adquisición. Su pervivencia es muy dilatada, iniciándose la producción a finales del siglo XV y manteniéndose hasta finales del XVII.

Otro tipo bien representado dentro del grupo morisco es la decorada en azul sobre blanco. La serie *Azul lineal* junto con sus variantes aparece registrada; sin embargo es la serie *Azul Figurativa* la que representa una mayor proporción. Su producción se inicia a fines del siglo XVI llegando a abarcar al menos hasta mediados del siglo XVII. Es de destacar el hecho de que buena parte de los motivos decorativos son de índole religiosa, lo que nos lleva a la conclusión de que serían piezas encargadas por el convento y que no formarían parte de las producciones habituales del mercado.

La vajilla de mesa de tradición italiana presenta por el contrario un volumen bastante menor, hecho que se constata también en el registro general del convento. Pero esto no nos debe hacer pensar que la producción no fuese abundante dentro del conjunto de materiales del edificio, sino que su escasa presencia en los niveles es debida al fin de las reformas constructivas a principios del XVII, con lo que no queda reflejado el dominio que adquieren estas producciones durante todo el siglo ⁷.

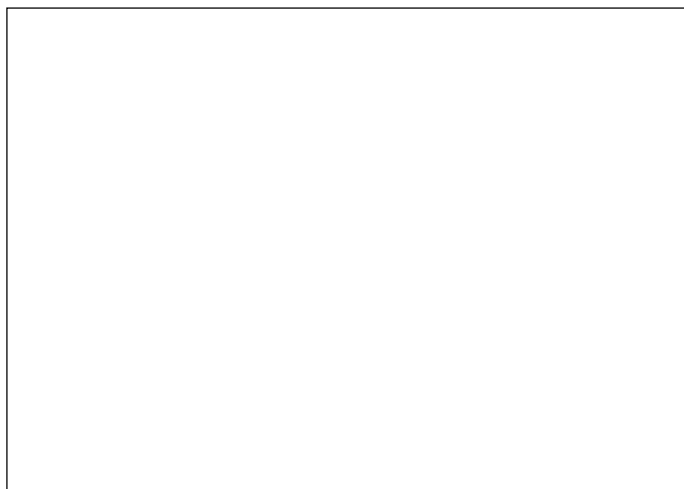


Fig. 28 — Vasijas de construcción: ánforas de descarga (1-3).

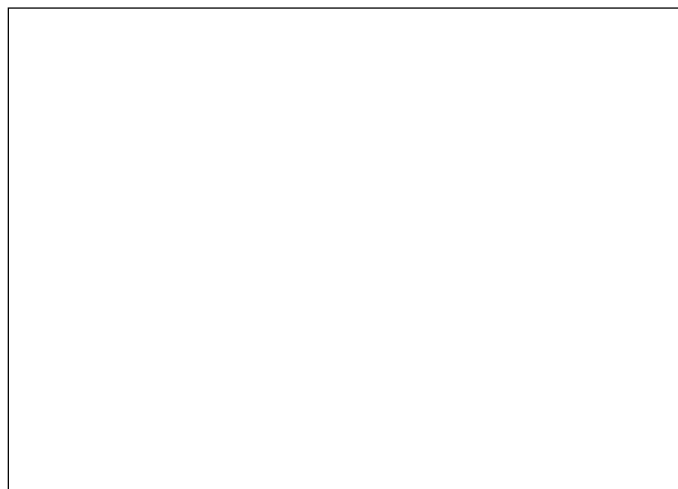


Fig. 29 — Vasijas de construcción: ánforas de descarga (1, 2).

Siguiendo el esquema general de otras colecciones están presentes aquí piezas importadas, aunque los fragmentos son escasos se puede hablar de diferentes lugares de procedencia europeos y asiáticos. El auge económico que vive Sevilla durante el siglo XVI favorece el gusto por una cerámica más elaborada y lujosa. Así mismo el hecho de que Sevilla posea el monopolio comercial con América facilita la llegada de todas estas producciones.

La ausencia de obras y remodelaciones constructivas de importancia desde las primeras décadas del siglo XVII hasta mediados del siglo XIX, da lugar a un vacío importante en el estudio cerámico. Este hecho hace difícil la identificación de piezas que por sus características formales y estilísticas pertenecen de manera clara a este período; aunque es posible que dentro de rellenos de época posterior aparezcan lozas correspondientes al siglo XVIII, que por su carácter netamente popular se mantengan sin apenas transformaciones y pervivan durante el XIX.

NOTAS

1 Clasificación según PLEGUEZUELO, A., OJEDA, R., SOMÉ, P., HUARTE. — «Cerámicas de la Edad Moderna 1450-1632». *Intervención Arqueológica en el Real Monasterio de San Clemente*. E.p.

- 2 En ocasiones esta serie puede presentar piezas cuyo esmalte tiene un tono rosado o verdoso, ello se debe a una menor o mayor cantidad de estaño en la composición del esmalte.
- 3 Esta misma serie conocida por «AVE MARÍA» se encuentra presente en otros yacimientos sevillanos como son Casa-Palacio Miguel de Mañara (LÓPEZ, RUEDA y FERRAND, 1993: 313-314) y Conde de Ibarra nº 18 (Memoria Arqueológica).
- 4 Estas piezas de factura delicada, aparecen representadas en cuadros de la época, concretamente señalamos el conocido *Bodegón* de Zurbarán.
- 5 ALMEIDA: 152.
- 6 Un estudio más pormenorizado de la cerámica sevillana de edad moderna, empleada en bóvedas de edificios, puede consultarse en AMORES y CHISVERT, 1993.
- 7 Las producciones de tradición italianizante han aparecido en gran cantidad en diversos yacimientos sevillanos como El Monasterio de San Clemente.

LA CERAMICA CONTEMPORANEA EN EL CUARTEL DEL CARMEN (SEVILLA)

ROSARIO HUARTE CAMBRA
PILAR SOMÉ MUÑOZ

LA CERÁMICA CONTEMPORANEA EN EL CUARTEL DEL CARMEN (SEVILLA)

Rosario Huarte Cambra
Pilar Somé Muñoz

Hasta fechas relativamente recientes, los materiales de época contemporánea no han sido considerados como objetos de estudio arqueológico, siendo en la mayoría de las ocasiones, desechados sin más. Ésta es una de las razones por la cual no abundan trabajos sobre las producciones cerámicas de este momento histórico. No debemos olvidar que la loza contemporánea es heredera de las tradiciones anteriores y puente hacia las producciones actuales, en las cuales se perciben similitudes muy notables. Con este artículo pretendemos otorgar la importancia que merecen estas variadísimas producciones y aportar una base para posteriores estudios.

Para facilitar esta primera incursión en el conocimiento de las lozas de época contemporánea, hemos realizado una

clasificación del material cerámico hallado en los rellenos del Cuartel del Carmen. La metodología empleada es sencilla, se ha procedido a dividir la cerámica en tres grandes grupos principales, basándonos en su funcionalidad dentro del ámbito doméstico, *vajilla de mesa* que se emplea para la presentación y servicio de la comida, *menaje de cocina* utilizado para la cocción y elaboración de los alimentos y *otros usos domésticos* que engloba diversas piezas que se caracterizan por su multifuncionalidad o por no ajustarse su función a los otros dos grupos.

Dentro de estos apartados, a su vez, hemos diferenciado el material según la técnica de fabricación empleada: las realizadas en talleres alfareros, a torno y decoradas a mano se han denominado **loza popular** y las elaboradas en fábricas, a máquina y decoradas con técnicas de estampación reciben el nombre de **loza industrial**.

En último lugar se ha clasificado el material desde un punto de vista estrictamente morfológico para empezar a dar cuerpo a una terminología cerámica.

1. VAJILLA DE MESA

A. LOZA POPULAR

La cerámica popular presenta en Andalucía una gran riqueza que se refleja tanto en el elevado número de alfares existentes así como en las diversas

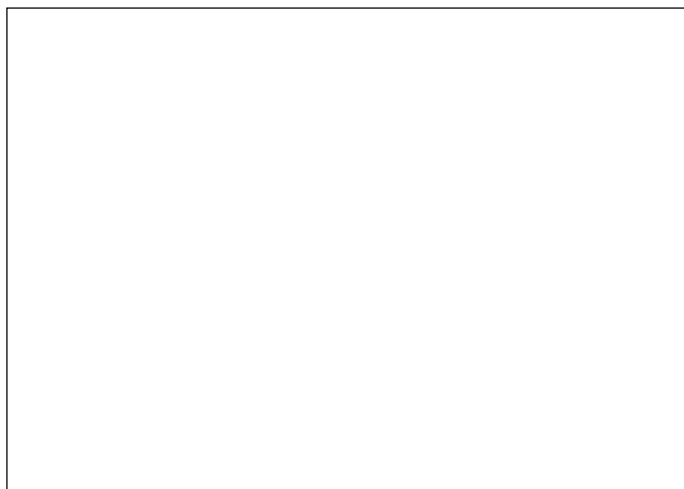


Fig. 1 — Vajilla de mesa. Loza popular: platos (1-5).

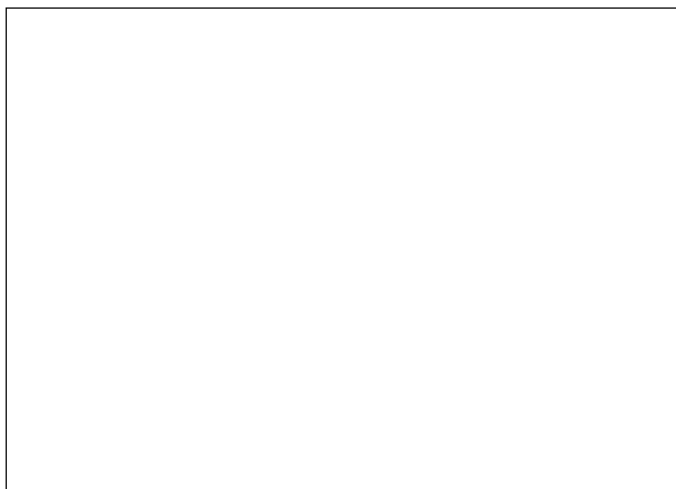


Fig. 2 — Vajilla de mesa. Loza popular: platos (1-4).

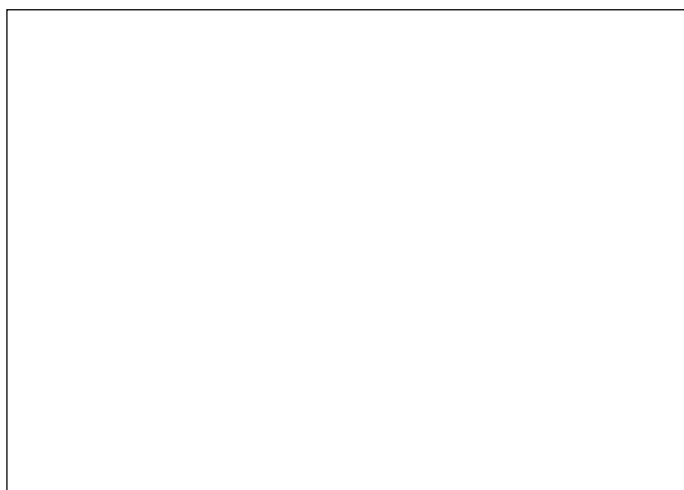


Fig. 3 — Vajilla de mesa. Loza popular: fluentes (1-2); cuencos (3-4).

técnicas y producciones. En la ciudad de Sevilla el principal centro productor de este tipo de loza se localiza en Triana. Sus producciones cerámicas se caracterizan por poseer pastas de color amarillento y textura poco homogénea, con paredes de grosor medio y desgrasante fino, con una cubierta estannífera de tono generalmente blanquecino. Suelen presentar decoración pintada, empleándose en su ejecución diversas técnicas, entre ellas, a pincel, con muñequilla o con plantilla, apareciendo en ocasiones dos de estos métodos combinados en la misma pieza.

Los temas empleados son de muy diversa índole, se pueden apreciar motivos lineales, trenzados, vegetales y florales, la gama de colores empleada está constituida por el azul, el negro, el naranja, el verde y el amarillo, pudiendo aparecer combinados dos o más colores. Destaca un motivo conocido como

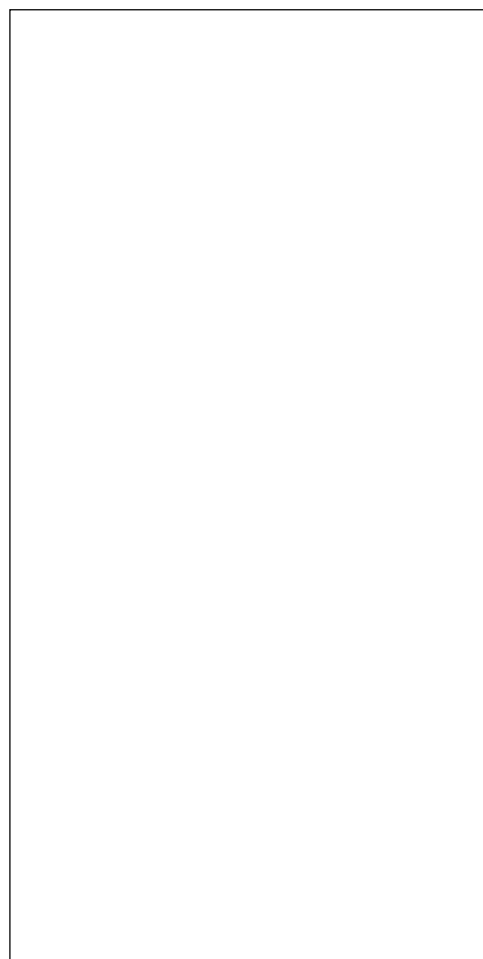


Fig. 4 — Vajilla de mesa. Loza popular: lebrillos (1-3).

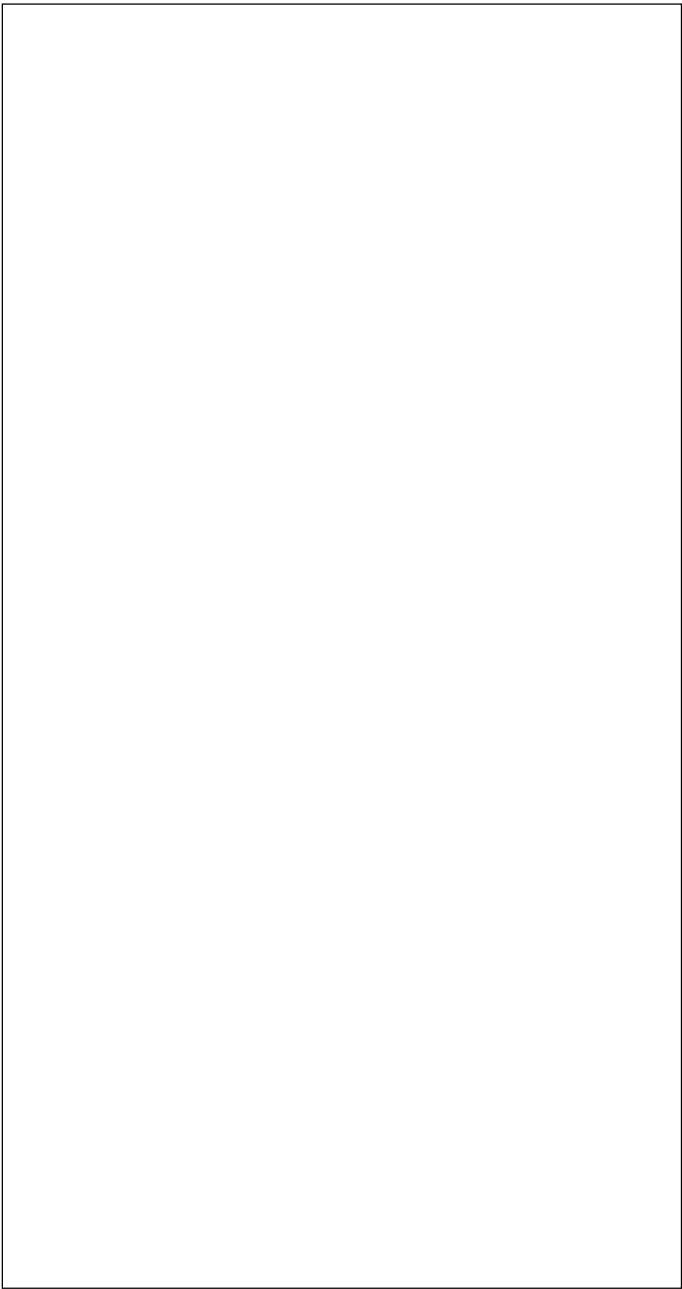


Fig. 5 — Vajilla de mesa. Loza popular: platos de Manises (1-3); Salvatierra (4).

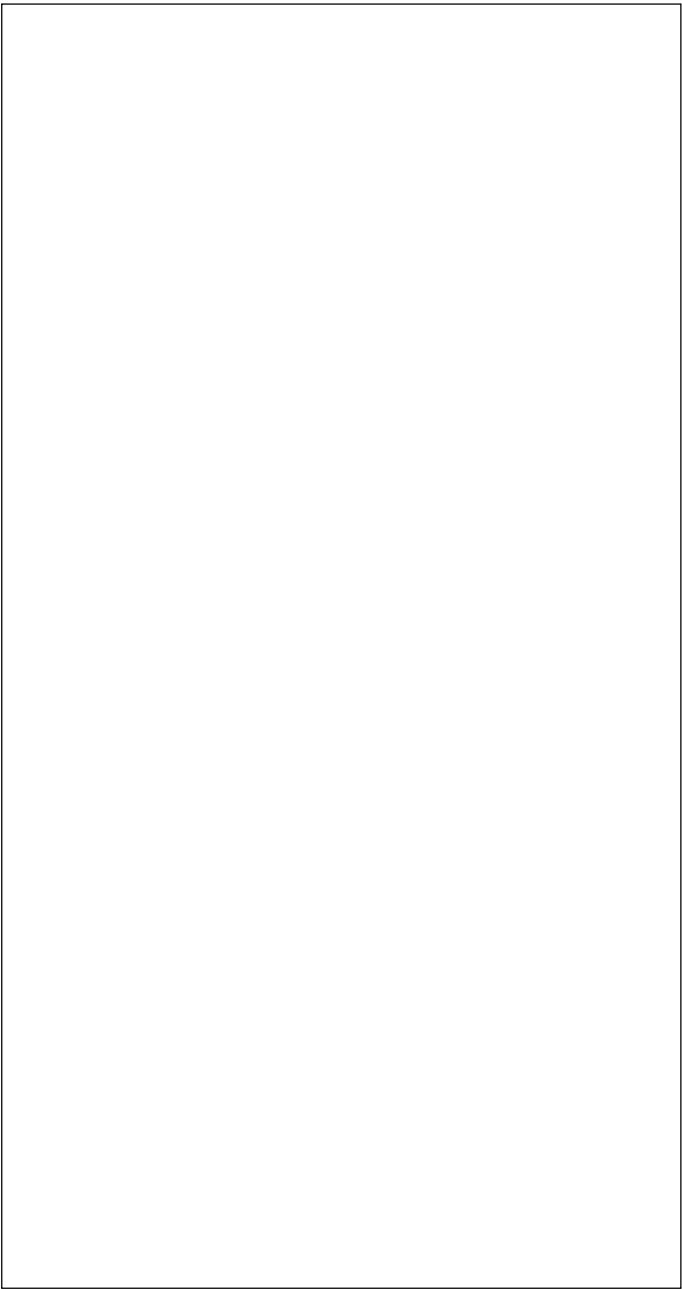


Fig. 6 — Vajilla de mesa. Loza industrial: platos (1-2); cuenco (3); tazas (4-5).

«puntilla de Berain» [Fig. 1, nº 2] tomado de las producciones alcoreñas del segundo tercio del siglo XVIII (1725-1748) pero que se mantiene vigente hasta el siglo XIX en producciones sevillanas.

Las formas más frecuentes son: **platos** de labio redondeado, paredes rectas divergentes con leve inflexión interna y base rehundida. Los motivos decorativos se disponen en el fondo y en la cara interna de la pared formando una guirnalda [Figs. 1 y 2]. Uno de los ejemplares de plato, concretamente el nº 1 de la figura 1, podría tener una cronología ligeramente anterior (fines del siglo

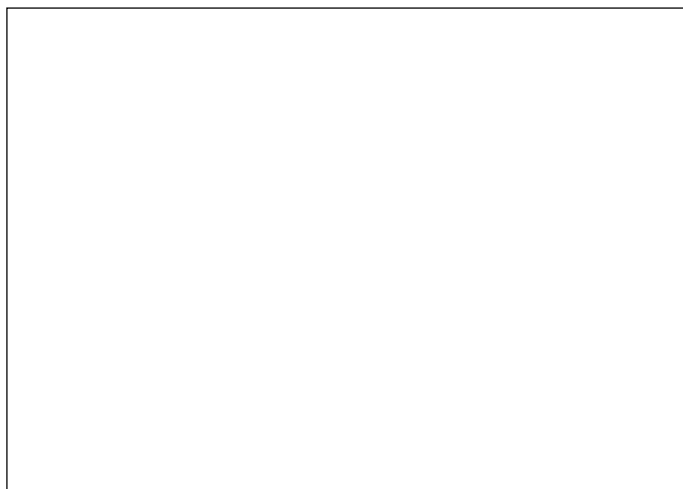


Fig. 7 — Vajilla de mesa. Loza industrial: platos decorados (1-4).

XVIII), se puede observar la pervivencia del ala y caveto, aún bien diferenciados y la base va perdiendo el repié anular de momentos anteriores para dar lugar a la base rehundida de los demás ejemplares. Presenta una decoración de motivos de influencia oriental en color azul sobre un esmalte blanco encuadrable dentro de la serie *de ala segmentada*¹.

Fuentes hondas de borde engrosado, en ocasiones moldurado, paredes rectas divergentes y base rehundida. Tanto los motivos como las técnicas de decoración son similares a los de la forma anterior. Este tipo de pieza lo encontramos también con sólo una cubierta de engobe [Fig. 3].

Tazones o cuencos de labio redondeado, paredes curvas y pie anular, también con baño de esmalte sobre el que se dispone una decoración similar a la de las formas anteriormente citadas, aunque hay que señalar la aparición en una de las piezas de alternancia de decoración bícroma en su cara interna y policroma en la externa [Fig. 3].

Lebrillos de pequeño tamaño con borde engrosado al exterior de sección cuadrada, paredes rectas divergentes y base plana. Aparecen con decoración policroma vegetal o bien con bandas y trenzas de color verde sobre fondo blanco. Estos últimos se encuentran en gran cantidad, destacando la aparición de marcas realizadas sobre la pieza por los usuarios para distinguirlas en el manejo diario [Fig. 4].

La vajilla de mesa se completa con una serie de producciones realizadas, durante el siglo XIX, en otros centros alfareros peninsulares como Manises y Salvatierra de los Barros.

La loza popular valenciana, adquiere una gran difusión exportándose a distintos puntos de la Península, aunque ahora su mercado se centre en las clases populares. Su fabricación no es exclusiva de los hornos de Manises, otros centros levantinos de la época son Onda y Ribesalbes; pero su fama

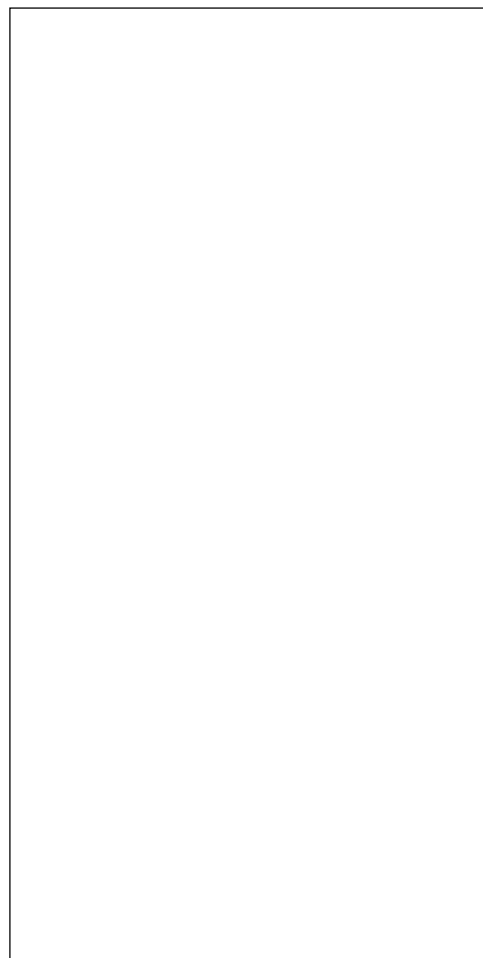


Fig. 8 — Menaje de cocina: olla (1); cazuelas (2-3).

determina el que se dé el nombre de loza de Manises a casi todas las producciones valencianas (SOLER, 1985). Los fragmentos hallados en el Cuartel del Carmen se caracterizan por tener unas pastas de tono rosado propio de la zona levantina, de textura compacta, con unos desgrasantes finos y paredes de grosor medio. Aparecen cubiertos con un esmalte brillante de color blanco lechoso de buena calidad, sobre el cual se pinta con colores azules, naranjas, negros, verdes y amarillos. Los temas decorativos son variados, aunque abundan los de carácter floral y vegetal; encontramos además otro de los motivos decorativos característico de las

producciones de Manises, concretamente el «kiosco», representación de un pabellón de estilo chinesco cuyo dibujo se repite principalmente en los platos del siglo XIX. La única forma reconocible que poseemos es el plato con ala cóncava que puede presentarse con base plana o con pie anular [Fig. 5]. Podemos pensar por las características de estilo de estas piezas que pudieron ser empleadas tanto para el servicio de mesa, como con un carácter meramente ornamental.

También están presentes producciones de otros centros alfareros como Salvatierra de los Barros, de donde procede una base de forma cerrada y pasta rojiza que presenta una decoración, consistente en roleos y palmetas, bruñida sobre la pieza [Fig. 5].

B. LOZA INDUSTRIAL

Incluimos en este grupo aquellas lozas realizadas con técnicas industriales, de ellas sólo están presentes en el yacimiento las correspondientes a las fábricas de Pickman y Sargadelos.

En 1841 se funda la fábrica de cerámicas de La Cartuja de Sevilla para competir con las lozas inglesas que dominaban un sector del mercado. Se caracterizan básicamente por unas pastas blancas, debidas al empleo de caolín, y por utilizar un sistema de decoración consistente en la estampación de los motivos bajo una cubierta de vedrío transparente. El procedimiento de estampar la loza se llevó a cabo por primera vez en Inglaterra a mediados del siglo XVIII; consiste en grabar el motivo en una plancha de cobre, la cual una vez tintada se impresiona sobre un papel fino, que a su vez se aplica a la pieza bizcochada que absorbe el color, finalmente se da a la pieza una cubierta de vedrío transparente y

pasa al horno para la última cocción. El proceso de moldeado consta de dos técnicas; en el caso de los platos y piezas planas se moldea directamente a máquina, mientras que para la realización de piezas huecas se emplean moldes de escayola dónde se vierte pasta líquida, la cual se solidifica dando lugar a la forma deseada. En ambos casos, una vez moldeadas las piezas, se repasan y pulen.

Los fragmentos aparecidos en el Cuartel del Carmen son relativamente escasos, no pudiendo ser datados con seguridad ya que los sellos de fábrica, en caso de aparecer, no están completos y la mayoría de las series decorativas se repiten hasta hoy día de manera constante.

Están presentes tanto «lozas blancas» sin decorar, como estampadas. Las formas más habituales son platos con ala, tazas, cuencos, etc. con variedad de tamaños [Fig. 6].

Los motivos decorativos, copiados en gran parte de los creados por los ingleses, o al menos inspirados en ellos, junto con los colores son los tradicionales que aún hoy encontramos, guirnalda de motivos geométricos y florales junto a paisajes reales o fantásticos, en colores azul, negro, verde, marrón y rosa. Además aparecen otros motivos menos frecuentes a base de bandas o líneas en tonos naranja y amarillo.

Merecen mención aparte las producciones de encargo realizadas para el cuartel. Estas están decoradas con motivos heráldicos que aluden al regimiento alojado en el edificio; también están presentes motivos epigráficos referentes a usos concretos a los que estarían destinadas las piezas, como pueden ser *comedor de sargentos* o *comedor de tropa* [Fig. 7].

Perteneciente a la fábrica de loza de Sargadelos sólo constatamos un ejemplar fragmentado de plato con ala, decorado en el fondo, en color verde, mostrando un paisaje idílico con un gran jarrón en primer término, en el ala se dispone una guirnalda de flores y pequeños jarrones.

2. MENAJE DE COCINA

Las piezas empleadas en la cocción de alimentos presentan como características generales, unas pastas rojizas y poco compactas, con desgrasantes gruesos, de paredes medias y con una cubierta de vedrío plumbífero melado que se aplica en el interior, chorreando en ocasiones por el exterior, y cuya función es la de impermeabilizar la pieza.

Las formas habituales son ollas y cazuelas [Fig. 8], hay que señalar la pervivencia de las características formales de ésta vajilla debido a su funcionalidad, aunque en menor proporción que en momentos anteriores, ya que van siendo sustituidas progresivamente por utensilios metálicos.

Las **ollas** poseen un cuello corto cilíndrico, panza globular, base convexa y dos asas; las **cazuelas** en líneas generales poseen un borde engrosado

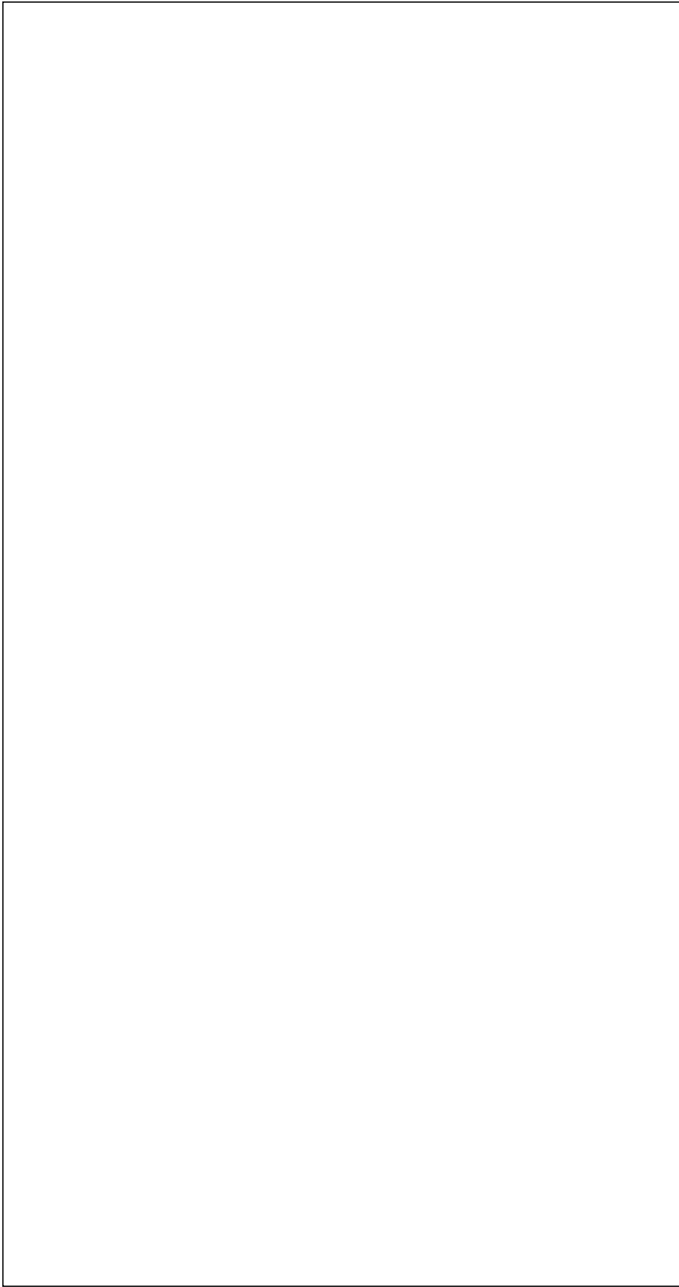


Fig. 9 — Menaje de cocina: orzas (1-2); forma abierta (3).

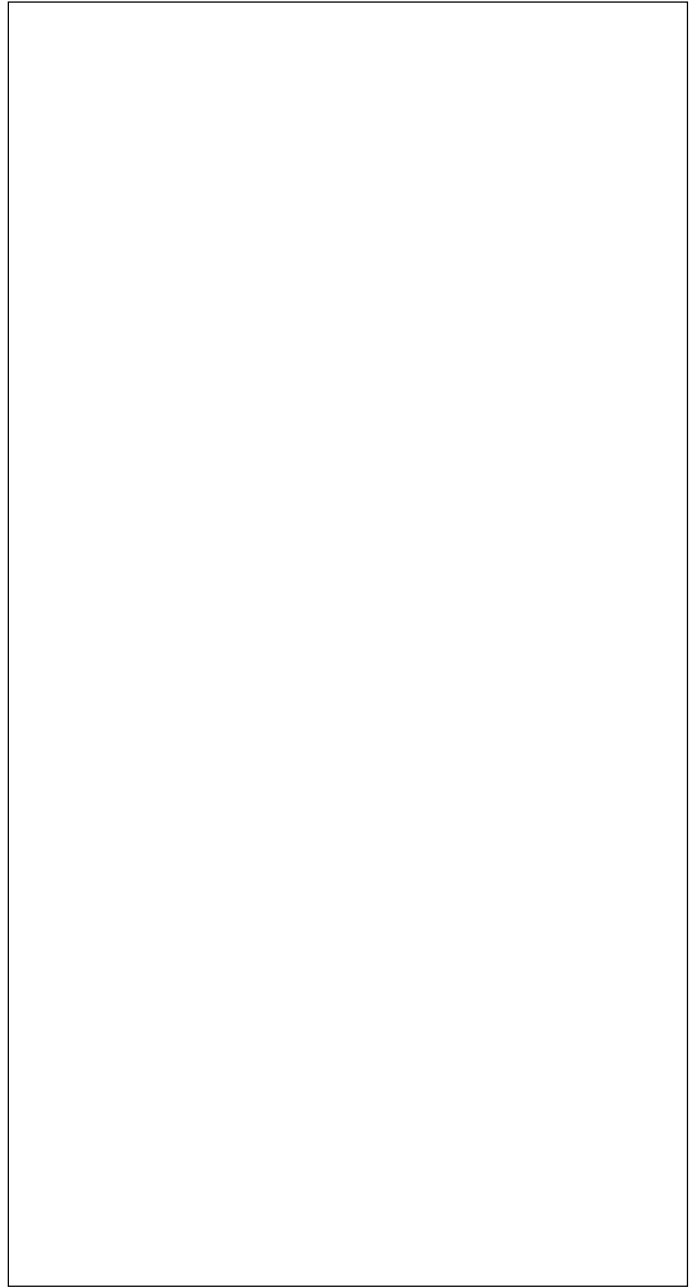


Fig. 10 — Usos domésticos: bacines (1-2).

al exterior, paredes divergentes y base convexa, en ocasiones presentan dos asas.

Para el almacenamiento de productos se utilizan formas ya conocidas, como la **orza** [Fig. 9], que se caracteriza por un borde de sección triangular, paredes curvas convergentes, base plana y dos asas, cubierta de un esmalte verde, además de **jarros** y **jarras** de diverso tamaño que también pueden

mostrar este tratamiento. Formalmente presentan cuello cilíndrico, cuerpo de tendencia globular y base plana o con pie anular, diferenciándose según el número de asas que tengan; así el jarro tiene solamente un asa y la jarra dos o más.

Otra de las formas usadas es el **bote** de cuerpo cilíndrico y base plana, que aparece decorado con bandas verdes y cadenetas negras sobre fondo blanco. Encontramos fragmentos de gres, generalmente pertenecientes a botellas destinadas a la contención de bebidas.

3. OTROS USOS DOMÉSTICOS

De nuevo incluimos en este apartado una serie de piezas que se emplean con diferentes usos dentro del ámbito doméstico. Todas las piezas registradas pertenecen a talleres trianeros y participan de sus características formales y estéticas.

Así pues contamos con el **lebrillo**, el cual podía utilizarse en la cocina para la preparación y almacenamiento de alimentos. Tipologicamente mantienen su forma habitual, borde engrosado, paredes rectas divergentes y base plana, variando en su decoración. Además de las tradicionales piezas meladas, encontramos piezas policromas pintadas en colores verde, azul, amarillo y negro con motivos geométricos, florales y zoomorfos; también aparecen decorados con la técnica de estampación mediante plantilla, presentando un motivo de carácter costumbrista [Figs. 11 y 12]. Debemos mencionar también unos lebrillos de gran tamaño, cubiertos de vedrío melado en el interior, con un orificio en la base para el desagüe, lo cual nos indica un uso específicamente higiénico.

Los **bacines** mantienen en general su forma anterior, base plana, paredes divergentes, cuerpo troncocónico y borde con ala, aunque desaparecen las asas y su tamaño es mayor. Se decoran en su superficie externa a base de líneas, bandas, cadenetas y motivos figurativos, en color amarillo, azul, verde y negro, y suelen presentar en el borde comas azules [Figs. 10 y 11].

CONSIDERACIONES FINALES

Para finalizar esta presentación de los materiales cerámicos del Cuartel del Carmen, haremos unas breves reflexiones.

En el conjunto de los materiales, podemos observar un gran volumen de vajilla de mesa, principalmente platos y fuentes hondas, todos ellos decorados, la inmensa mayoría procedentes de los alfares de loza popular emplazados en Triana. En menor cantidad encontramos loza industrial, principalmente de la fábrica de Pickman, y loza popular cuyo origen se sitúa en Manises. Complementando la colección cerámica perteneciente a este momento tenemos otras producciones trianeras, como son los lebrillos y los bacines.

Debido a la gran profusión de la vajilla de mesa de carácter popular podríamos decir que ésta era usada en el vivir diario del cuartel, principalmente por el conjunto de la tropa, hecho que se corrobora con el siguiente ejemplo: se han encontrado en gran cantidad unos lebrillos de pequeño tamaño, decorados con bandas y una trenza en color verde sobre un fondo blanco, que presentan una amplia gama de marcas, principalmente de aspecto geométrico (cruces, cuadrados, líneas, etc.) que señalarían el uso de un único propietario. Por otro lado la vajilla de mesa de tipo industrial es más escasa, por ser en sus primeros momentos un artículo de lujo, no obstante a medida que el siglo transcurre las producciones aumentan su número. El propio cuartel, realiza encargos a la fábrica Pickman de vajillas destinadas a un uso específico (comedor, hospital) o simplemente decoradas con el escudo del regimiento.

Cronológicamente es complicado establecer unos límites

que nos enmarquen estas cerámicas, la loza popular pervive con sus características morfológicas y estilísticas, es decir, se mantiene su repertorio de formas y se siguen decorando con las mismas técnicas y motivos; incluso hoy día, el mercado ofrece producciones de esta clase. La loza industrial fabricada en Pickman sufre un proceso similar, es decir, se repiten muchos de sus modelos apenas sin variaciones importantes hasta nuestros días.

Es probable que las producciones sevillanas de loza popular se inicien a partir del siglo XVIII manteniendo sus características durante el siglo XIX. Sin embargo, a través de los datos cronológicos aportados por la excavación todo el material presentado en este estudio se podría encuadrar durante todo el siglo XIX, concretamente desde 1835 fecha de la expulsión definitiva de los religiosos e inicio de las remodelaciones militares, dato reafirmado también por la incorporación de las lozas industriales a partir de 1841, y principios del siglo XX.

Conviene puntualizar que a medida que avanza el siglo las producciones cerámicas van siendo sustituidas progresivamente por piezas fabricadas en otros materiales. Este sería el caso, por ejemplo, de la disminución constante de las tradicionales piezas utilizadas, en el menaje de cocina, para la cocción de alimentos por recipientes metálicos de mayor capacidad y resistencia; lo mismo ocurriría con otros objetos como platos, jarros, etc.

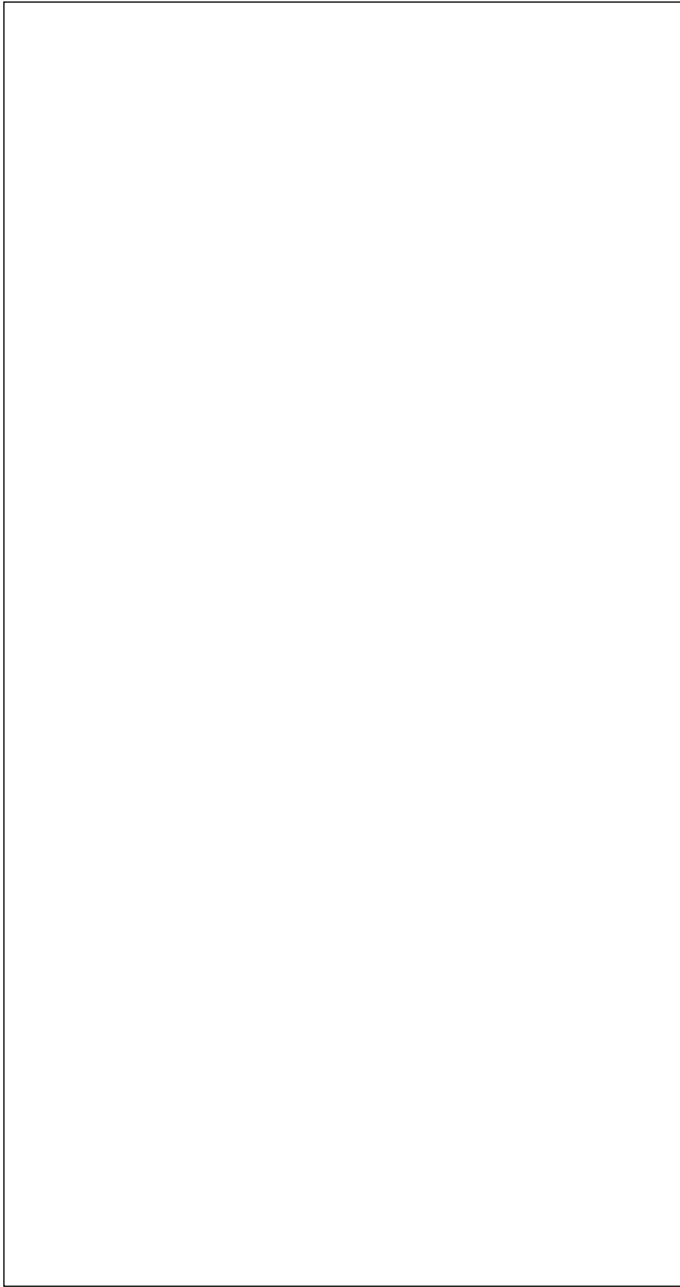


Fig. 11 — Usos domésticos: bacín (1); lebrillo (2).

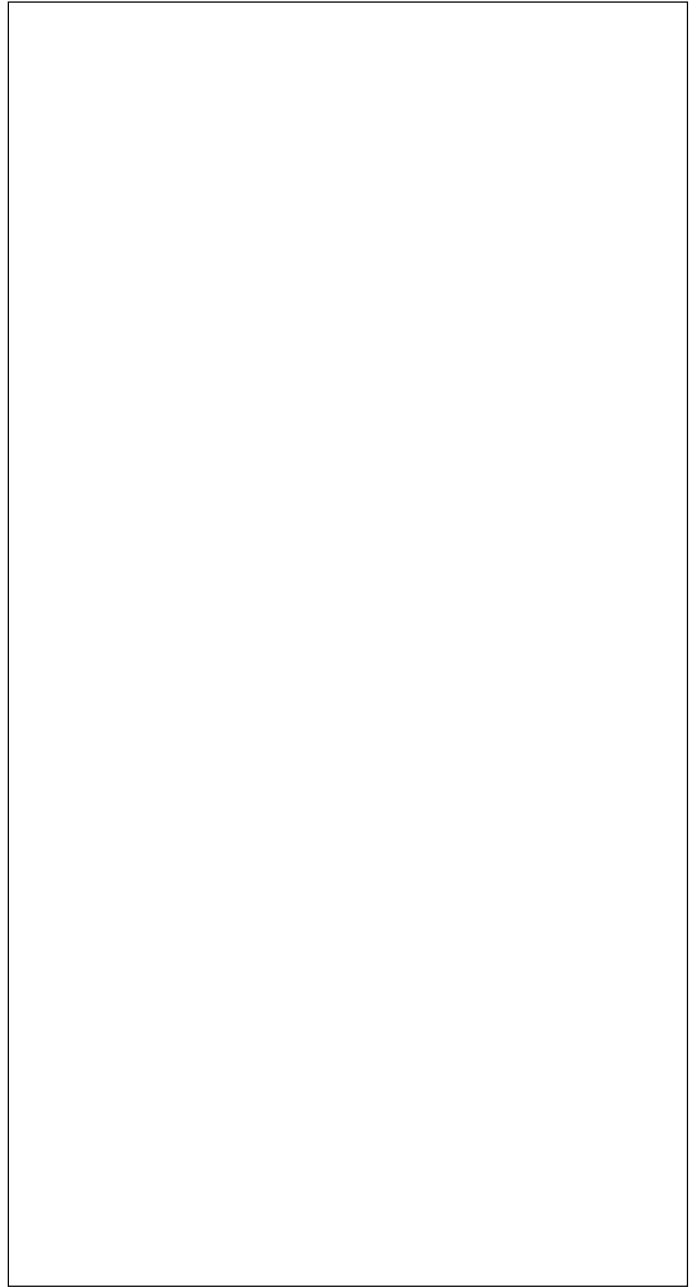


Fig. 12 — Usos domésticos: lebrillos (1-2).

NOTAS

- 1 En los últimos años, las producciones cerámicas que caracterizan el siglo XVIII, han empezado a ser objeto de estudio, podemos ver ejemplares completos, tanto de esta serie como de otras características de este siglo en PLEGUEZUELO, 1996.
- 2 PLEGUEZUELO, 1996.

BIBLIOGRAFÍA

Cerámica medieval

AGUADO VILLALBA, J. (1991) — *Tinajas medievales españolas. Islámicas y Mudéjares*. Madrid.

- BAZZANA, A.; CRESSIER, P. (1989) — *Shaltish/Saltés (Huelva): une ville médiévale d'Al-Andalus*. Madrid.
- BRANCO CORREIA, F. (1991) — «Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja». *Actas IV C.I.C.M.M.O. Mértola*. 373-385.
- CARVALHO, A. R.; FARIA, J. C. (1993) — «Cerâmicas muçulmanas do museu municipal de Alcácer do Sal». A.M. 3. Porto. 101-111.
- CATARINO, H. (1993) — «O castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica». A. M. 3. Porto. 73-87.
- COLLANTES DE TERÁN, F.; ZOZAYA, L. (1972) — «Excavaciones en el palacio almohade de la Buhayra (Sevilla). N.A.H. 1. *Arqueología*. Madrid.
- CRESSIER, P. *et alii*. (1991) — «La cerámica tardeoalmohade y los orígenes de la cerámica nasri». *Actas IV C.I.C.M.M.O. Mértola*. 215-246.
- DEAGAN, K. (1987) — *Artifacts of the spanish colonies of Florida and the Caribbean 1500-1800*. Washington.
- GESTOSO Y PÉREZ, J. (1904) — *Historia de los Barros vidriados sevillanos*. Sevilla.
- GISBERT, J. A.; BRUGUERA, V.; BOLUFER, J. (1992) — *La cerámica de Daniya — Dénia — Alfares y ajuares domésticos del los siglos XII y XIII*. Valencia.
- FERNANDEZ SOTELO, E. (1988) — *Ceuta medieval. Aportación al estudio de las cerámicas (S. X-XV). III Cerámica común*. Ceuta.
- FERNANDEZ GABALDON, S. (1986) — «Aproximación al estudio de un lote de cerámica de vedrío blanco en Jerez de la Frontera (calle de la Encarnación)». *Actas I C.A.M.E. Zaragoza*. IV, 343-362.
- (1987) — «El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera). Bases para la sistematización de la cerámica almohade en el S.O. peninsular». *Al-Qantara VII*. Madrid. 449-474.
- KHAWLI, A. (1993) — «Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento de mértola islâmica». A. M., 2. Porto. 63-78.
- (1993a) — «Arcos estampilhados da cerâmica islâmica de Mértola». A. M., 3. Porto. 133-145.
- KIRCHNER, H. (1990) — *Étude des céramiques islamiques de Shadhfilah (Setefilla, Lora del Río, Sevilla)*. Lyon.
- LAFUENTE IBAÑEZ, P. (1990) — «Análisis de materiales. Cerámica medieval». *Excavaciones arqueológicas. Castillo de Alcalá de Guadaira. Campaña 1989*. Memoria arqueológica. Sevilla.
- (1993a) — «La cerámica islámica en el area suroccidental de Andalucía. Estado de la cuestión». *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva. 565-583.
- (1993b) — «La cerámica islámica de la Casa de Mañara». *Casa palacio de Miguel de Mañara. Restauración*. Sevilla. 151-161.
- (1995) — «La cerámica almohade en Sevilla». *El último siglo de la Sevilla islámica 1147-1248*. Salamanca. 285-301.
- (1996a) — «La cocción de los alimentos. Aproximación al menaje de cocina en una casa islámica (s. XIII)». A. M., 4. Porto. 175-182.
- (1996b) — «Ceramica medieval». *Intervención arqueológica en el Real Monasterio de San Clemente. Sevilla*. Sevilla. E.p.
- LERMA, J. V. *et alii*. (1992) — *La loza gótico mudéjar en la ciudad de Valencia*. Valencia.
- (1984) — «Sistematización de la loza gótico-mudéjar de Paterna/Manises». *Actas C.I.C.M.M.O. III. Siena/Faenza*. 183-203.
- LÓPEZ TORRES, P.; RUEDA GALÁN, M. (1994) — «Cerámica sevillana blanca y verde (siglos XIV-XV)». *Actas C.A.M.E. IV. Alicante*. 861-867.
- MESQUIDA GARCIA, M. (1989) — *La cerámica de Paterna en el siglo XIII*. Paterna.
- MONTES MACHUCA, C. (1988) — «Algunas cerámicas estampilladas de Jerez de la Frontera (Cádiz)». *Estudios de Historia y de Arqueología medievales VII-VIII*. Cádiz. 175-195.
- GONZALEZ RODRIGUEZ, R. (1987) — «Excavaciones arqueológicas de urgencia en el casco urbano de Jerez de la Frontera (c\ Barranco, 10)». A.A.A./1986. Sevilla. III 23-32.
- (1987) — «Excavaciones arqueológicas en el casco urbano de Jerez. Año 1987. c\ Larga, 21-25 y c\ Lancería, 3-7». A.A.A./1987. Sevilla. III 99-108.
- NAVARRO PALAZON, J. (1991) — *Una casa islámica en Murcia. Estudio de su ajuar (Siglo XIII)*. Murcia.
- PEREZ MACÍAS, J. A.; BEDIA, J. (1993) — «Un lote de cerámica islámica de Niebla». A. M., 2. Porto. 55-62.
- PEREZ PLAZA, A.; TABALES RODRIGUEZ, M. A. (1993) — Intervención arqueológica. San Leandro 8D. 1991-1992. Memoria arqueológica. Sevilla.
- PERDIGONES, L.; GUERRERO MISA, L. J. (1987) — «Excavaciones de urgencia en Archite (Benaocaz, Cádiz), 1985. A.A.A./1985. Sevilla. III 34-39.
- PLEGUEZUELO, A.; LAFUENTE, P. (1995) — «Ceramics from Western Andalusia (1200-1650)». *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles*. BAR International Series 610. Oxford. 217-244.
- PLEGUEZUELO, A.; HUARTE, R.; SOME, P. (1996) — «Ceramica de la Edad Moderna. 1450-1632». *Intervención arqueológica en el Real Monasterio de San Clemente. Sevilla*. Sevilla. E.p.
- REDMAN, C. L. (1996) — *Qsar es-Seghir. An Archaeological View of Medieval Live*. New York.
- TORRES, C. *et alii*. (1991) — «Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade». *Actas IV C.I.C.M.M.O. Mértola*. 497-536.
- TORRES, C. (1987) — *Cerâmica islâmica potuguesa*. Mértola.
- (1996) — «Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica». A. M., 4. Porto. 203-217.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (1985) — *La alcazaba de Badajoz. I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y testar de la Puerta del Pilar*. Madrid.
- VARELA GOMES, M.; VARELA GOMES, R. (1991) — «Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço-cisterna de Silves». *Actas IV C.C.M.M.O. Lisboa*. 457-490.
- VARELA GOMES, R. (1988) — «Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves». *Xelb 1*. Silves.
- (1991) — «Cerâmicas almoadas do castelo de Silves». *Actas IV C.I.C.M.M.O. Mértola*. 387-403.

Cerámica moderna y contemporánea

- AINAUD DE LASARTE, F. (1954) — «Cerámica y Vidrio». *Ars hispaniae*, tomo X. Madrid.
- ALMEIDA, M. (1995) — «O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa». *Actas das 1.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pos-Medieval*. Porto. 151-161.
- AMORES, F.; CHISVERT, N. (1993) — «Tipología de la cerámica común bajo-medieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII): I, La loza quebrada de relleno de bóvedas». *SPAL* nº 2. Sevilla.
- DEAGAN, K. (1987) — *Artifacts of the spanish colonies of Florida and the Caribbean 1500-1800*. Washington.
- GESTOSO Y PÉREZ, J. (1904) — *Historia de los barros vidriados sevillanos*. Sevilla.
- GONZÁLEZ MARTÍ, M. (1933) — *Cerámica española*. Barcelona.
- (1962) — «Cerámica popular valenciana. Vajillas idílicas». *Separata Anales del Centro de Cultura Valenciana*. Valencia.
- LÓPEZ TORRES, P. *et alii*. (1993) — «La loza cristiana de la casa mudéjar». *Casa palacio de Miguel de Mañara. Restauración*. Sevilla. 208-212.
- (1993a) — «La vajilla de cerámica». *Casa palacio de Miguel de Mañara. Restauración*. Sevilla. 268-271.
- (1993b) — «La vajilla de cerámica». *Casa palacio de Miguel de Mañara. Restauración*. Sevilla. 310-315.
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, T. *Catálogo de cerámica*. Museo de Ávila.
- MAESTRE DE LEÓN, B. (1993) «El ajuar doméstico de los marqueses de Paterna». *Casa palacio de Miguel de Mañara. Restauración*. Sevilla. 378-380.
- (1993) — *La Cartuja de Sevilla: fábrica de cerámica*. Sevilla.
- MARTÍNEZ CAVIRÓ, B. (1978) — *Cerámica española en el instituto Valencia de don Juan*. Madrid.
- OLIVA, D; POZO, F; TABALES, M. A. *et alii*. (1993) — *Intervención Histórico-Arqueológica en el Cuartel del Carmen. Sevilla 1990-1993*. Memoria Arqueológica.
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, A. (1985) — *Cerámicas de Triana. Siglos XVI-XIX*. Granada.
- (1992) — «Talavera y Sevilla: entre la colaboración y la competencia». *Laboratorio de Arte*, 5. Sevilla. 275-293.
- (1996) — *Cerámicas de Triana. Colección Carranza*. Sevilla.
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, A., HUARTE, R., SOMÉ, P y OJEDA, R. — «Las cerámicas de la Edad Moderna». *Intervención Arqueológica en el Real Monasterio de San Clemente*. E.p.
- PLEGUEZUELO, A.; LAFUENTE, P. (1995) — «Ceramics from Western Andalusia (1200-1650)». *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles*. BAR International Series 610. Oxford. 217-244.

- REGO, M.; MACÍAS, S. (1993) — «Cerâmicas do século XVII do Convento de Santa Clara (Moura)». *A. M.*, 3. Porto. 147-159.
- SOLER, M^a P., (1985) — *Museo Nacional de cerámica y artes suntuarias González Martí. Palacio de dos Aguas. Valencia*. Ministerio de Cultura. D.G.B.A.A. Madrid.
- TABALES, M. A., SOMÉ, P., HUARTE, R., (1992) — «Estudio ceramológico» *Intervención arqueológica en el convento de Santa María de Los Reyes*. Memoria Arqueológica.
- VALOR, M. (1989) — «Noticia sobre el hallazgo de cerámica genovesa en Sevilla (siglos XVI-XVII)». *Separata de Presencia Italiana en Andalucía*. Sevilla.
- VARELA, M.; VARELA, R. (1991) — «Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-cisterna de Silves». *Actas IV C.I.C.M.M.O. Mértola*. 457-490.
- VVAA. (1989) — *La historia hecha cerámica. La Cartuja*. Sevilla.

ABREVIATURAS

- | | |
|--------------|--|
| A.A.A. | Anuario Arqueológico de Andalucía. |
| A.M. | Arqueología Medieval. |
| C.A.M.E. | Congreso de Arqueología Medieval Española. |
| C.I.C.M.M.O. | Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental. |
| N.A.H. | Noticiario Arqueológico Hispánico. |

NOTÍCIA

SOBRE AS PEÇAS PEDRADAS DO GALEÃO «SAN DIEGO» (1600)*

OLINDA SARDINHA**

As peças de cerâmica pedrada que se apresentam integram parte do espólio do galeão espanhol «San Diego» que, a 14 de Dezembro de 1600, após uma investida com a nau holandesa «Mauritius», naufragou nos mares do arquipélago das Filipinas.

Os resultados das escavações subaquáticas realizadas ao longo de alguns meses de 1992 e 1993, perto do lugar do naufrágio, na ilha Fortuna, fizeram «reviver» cerca de 6000 objectos, actualmente propriedade da República das Filipinas, os quais transmitem um viver quotidiano muito bem caracterizado, como se documenta na publicação colectiva franco-filipina subordinada ao título *San Diego — un trésor sous mer*. Parte deste vasto acervo pôde ser vista entre 15 de Setembro de 1994 e 8 de Janeiro de 1995, em Paris, na «Grande Halle de la Villette» e ainda em 1995, entre o mês de Maio e o de Outubro, numa exposição que teve lugar em Madrid na «Fundación Central Hispano», ocasião em que esse trabalho colectivo, apareceu vertido para o castelhano sob o título *El San Diego — un tesoro bajo el mar*.

* Este texto reproduz na íntegra a comunicação apresentada no colóquio «História da Cerâmica Portuguesa Moderna» que decorreu nas Caldas da Rainha, nos dias 23, 24 e 25 de Fevereiro de 1996.

Diversas circunstâncias não permitiram até à data a publicação das actas deste colóquio. Agradeço à *Arqueologia Medieval* a inicitativa da sua publicação.

** Museu Nacional de Arqueologia (Mosteiro dos Jerónimos) — Praça do Império — 1400 Lisboa.

Através da leitura das publicações referidas, destaca-se um conjunto de objectos cerâmicos pedrados, constituído por uma lamparina (n.º de inventário 216) e três taças, com os n.ºs de inventário 555, 1522 e 2510.

Perante a possibilidade de ser efectuada uma observação directa destas peças, o estudo deste pequeno núcleo concretizou-se nos dias 13, 14 e 16 de Outubro, durante a fase inicial de desmontagem da exposição que figurou em Madrid.

Pode-se afirmar que as quinze peças pedradas expostas em Madrid, integradas em vitrinas, onde também figuravam outros objectos alusivos à olaria das Filipinas, possuem alguns aspectos comuns entre si, tais como: a incrustação com pequenos fragmentos, na sua maioria de porcelana, a delimitação das áreas incrustadas à superfície externa dos objectos, a construção por modelação e a aplicação, em planos verticais, das asas, com uma de cada lado.

No entanto, possuem características que as distinguem umas das outras, levando a subdividi-las em quatro grupos, que se especificam:

- 1.º — uma lamparina, com duas asas de cesta cruzadas, e duas pegas;
- 2.º — onze taças, de bordo boleado e bojo de forma esférica;
- 3.º — duas taças, de bojo com corte transversal de forma sub-elíptica;
- 4.º — uma taça, de bordo ondulado e bojo de forma esférica.

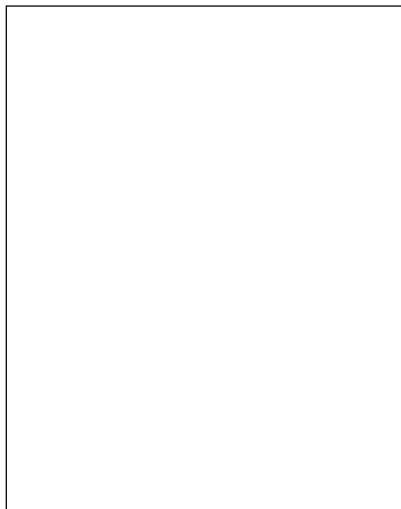


Fig. 1 — Lamparina.



Fig. 2 — Lamparina, pormenor.

CATÁLOGO *

1 — DESIGNAÇÃO: Lamparina (figuras 1 e 2)

N.º DE INVENTÁRIO: 216

DATAÇÃO: Cerca de 1600 **

DIMENSÕES: *Altura*: 20cm

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Pé esbo-tenado, restauro no bojo, bordo e parte de uma das asas; fundo interno escurecido pelo uso; riscos no bojo

DIRECTOR DA ESCAVAÇÃO: Franck Goddio

PROPRIETÁRIO: República das Filipinas

«PEDRAS»: *Apuramento*: de calibres diferentes, misturadas. *Incrustação*: na espessura das paredes

ÁREAS INCRUSTADAS: Superfície externa do bojo, no lábio do bordo e na superfície externa das asas

MOTIVOS: «*Pedra*» *isolada*: no remate das asas, com a forma de botão-zinho. *Fiadas verticais*: no bojo: 6: (5+4+4 / 3+4+3). Total: 23; «*vestígios*»: 3. *Fiada horizontal*: no lábio do bordo: interrompida pelo arranque das asas e parte restaurada. Total: 11: (4+7); «*vestígios*»: 5. *Faixas verticais*: nas asas: constituídas por três grupos de fiadas em cada asa que, quando se encontram no remate formam uma circunferência

TÉCNICAS DE DECORAÇÃO ASSOCIADAS: *Picotado*: nas asas: alternando com as fiadas dos pequenos fragmentos incrustados que constituem as faixas. *Polimento*: vestígio nas asas, bico e orifício junto à mecha

OBSERVAÇÕES: Dos 88 elementos incrustados, 17 estão calcinados, devido ao uso do objecto. «*Vestígios*»: no bojo (3); no bordo (5); nas asas (8).

* Antes de apresentar o catálogo dos objectos cerâmicos, para compreensão das respectivas fichas, especificam-se alguns conceitos incluídos num modelo de ficha elaborada e gentilmente cedida por Eugénio Lapa Carneiro, classificação e critérios que se especificam:

Pedras. Apuramento: definição: «Acto de joeirar e escolher as pedrinhas segundo as suas dimensões» (Carneiro, 1989, p. 5). Estas podem ter calibres diferentes, e terem sido misturadas; do mesmo calibre ou de calibres diferentes e terem sido escolhidas.

A incrustação pode verificar-se: na espessura das paredes (superfície externa, interna ou em ambas as superfícies do objecto) ou em acrescentos de pasta (relevos acrescentados).

Menciona-se, também, o termo «*vestígio*» assim como alguns aspectos relativos à quantidade de elementos incrustados:

«*Vestígios*»- marcas deixadas por fragmentos de porcelana ou de pedra, que já não se encontram no lugar onde foram embutidos.

Quantidade de elementos incrustados: no primeiro objecto que se apresenta (n.º de inventário 216), no item «*Motivos*» mencionam-se seis fiadas verticais no bojo (5+4+4 / 3+4+3); os algarismos representam os fragmentos embutidos em cada fiada, e o sinal / faz a transição para as fiadas da outra superfície do objecto.

** Este item e os relativos a «*Director de escavação*» e «*Proprietário*» são mencionados apenas na ficha deste conjunto de objectos.

Apresenta o fundo interno muito enegrecido. As pegas e as asas cruzadas permitiam um fácil manuseamento, transporte e suspensão do objecto, características que, acrescidas da composição decorativa dos fragmentos embutidos asas, tornavam esta lamparina um objecto com uma marca muito pessoal.

BIBLIOGRAFIA: CARRÉ, Dominique; DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck (dirs.) — *Le San Diego: un trésor sous la mer*, Réunion des Musées Nationaux, 1994, pp. 166 e 254, il. DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck (dirs.) — *El San Diego: un tesoro bajo el mar*; CEPESA, Madrid, 1995, pp. 176 e 265, il. TORRE, Amalia de la — *Potteries of the period. A preliminary analysis of potteries retrieved from the San Diego shipwreck*. In *Saga of the San Diego*. Philippines. Concerned Citizens of the National Museum, Inc., 1993, p. 36, fig. 12.

2 — DESIGNAÇÃO: Taças (figura 3)

N.º DE INVENTÁRIO: 1522 e 3404

DIMENSÕES: N.º de inventário 1522: *altura*: 10,5cm; *diâmetro máximo*: 7,5cm. N.º de inventário 3404: *altura* 11cm; *diâmetro máximo*: 8cm

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: N.º de inventário 3404: bordo e base esborcelados

«PEDRAS»: *Apuramento*: de calibres diferentes, misturadas. *Incrustação*: na espessura das paredes e acrescentos de pasta

ÁREAS INCRUSTADAS: Superfície externa do bojo e nos relevos acrescentados com a forma de «sobrancelha»

MOTIVOS: N.º de inventário 1522: «*Pedra*» *isolada*: *no bojo*: possivelmente mal colocada; devia fazer parte de uma fiada vertical. *Fiadas horizontais*:

no bojo: 4: (8+7 / 8+7). Total: 30. *Fiadas verticais*: *no bojo*: 4: (3+2 / 2+2). Total: 9. *Relevos acrescentados*: *no bojo*: 2: (3 / 3). Total: 6

N.º de inventário 3404: *Fiadas horizontais*: *no bojo*: 2: (14 / 12). Total: 26. *Fiadas verticais*: *no bojo*: 6: (9+8+9 / 9+8+7). Total: 50; «*vestígios*»: 3. *Relevos acrescentados*: *no bojo*: 2: (6 / 5). Total: 11; «*vestígio*»: 1

TÉCNICAS DE DECORAÇÃO ASSOCIADAS: *Relevos acrescentados*: 2, em forma de «sobrancelha», no bojo, já referidos. *Polimento*: interior da boca, no bordo, nas asas e nas áreas do bojo que não possuem incisões e incrustações. *Amolgadelas*: áreas do bojo onde surge polimento e onde não existem elementos incrustados. *Incisões*: espinhados e reticulados

OBSERVAÇÕES: n.º de inventário 1522: 46 fragmentos de porcelana. Não apresenta «*vestígios*». Os fragmentos de maior calibre encontram-se nos relevos acrescentados. De todas as quinze peças observadas, é a que apresenta maior diferença de calibre entre os pequenos fragmentos e maior irregularidade quanto à disposição dos mesmos na superfície externa. N.º de inventário 3404: 87 elementos incrustados; «*vestígios*»: 4. Das onze taças incluídas neste grupo, todas são diferentes no que respeita à disposição das fiadas verticais ou/e horizontais, assim como às áreas que apresentam polimento, ligeiras amolgadelas e incisões.

BIBLIOGRAFIA: N.º de inventário 1522: CARRÉ, Dominique; DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck (dirs.) — *Le San Diego: un trésor sous la mer*, Réunion des Musées Nationaux, 1994, pp. 253 e 255, il. DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck, (dirs.) — *El San Diego: un tesoro bajo el mar*; CEPESA, Madrid, 1995, pp. 263 e 265, il.

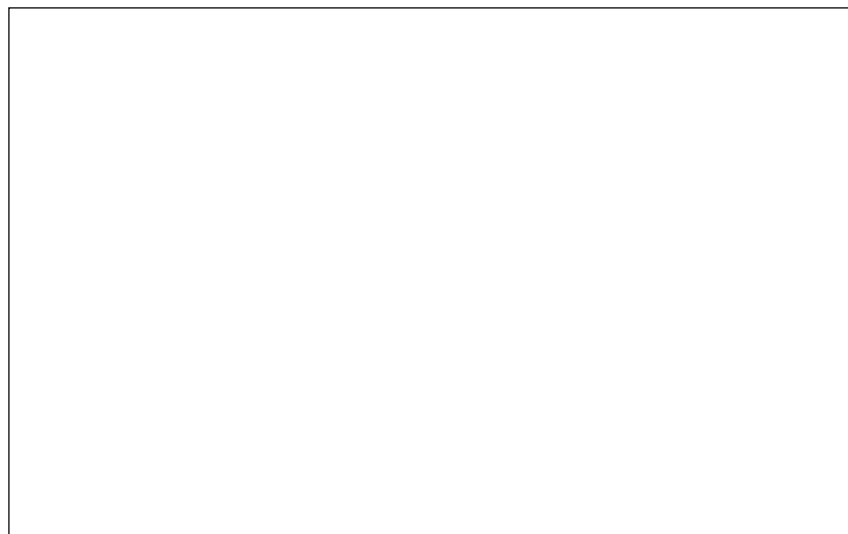


Fig. 3 — Taças.

3 — DESIGNAÇÃO: Taças (figura 4)

N.^{os} DE INVENTÁRIO: 554 e 2510

DIMENSÕES: N.^o de inventário 554: *altura*: 11,5; *diâmetro máximo*: 10,5cm. N.^o de inventário 2510: *altura*: 9,7cm; *diâmetro máximo*: 9cm

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: N.^o de inventário 554: bordo ligeiramente esborcelado, coloração amarelo torrado em alguns partes do bojo. N.^o de inventário 2510: concreções no interior do recipiente

«PEDRAS». *Apuramento*: de calibres diferentes, misturadas. *Incrustação*: na espessura das paredes. *Área incrustada*: superfície externa do bojo

MOTIVOS: *Fiadas verticais*: no bojo: n.^o de inventário 554: 4: (5+5 / 5+6). Total: 21; n.^o de inventário 2510: 4: (6+7 / 8+7). Total: 28

TÉCNICAS DE DECORAÇÃO ASSOCIADAS: N.^o de inventário 554: *Polimento*: vestígios no interior da boca e junto a uma das asas. *Amolgadelas*: nas áreas do bojo que não apresentam incisões e elementos incrustados. *Incisões*: espinhados paralelos e reticulados. N.^o de inventário 2510: *Polimento*: interior da boca e nas áreas não incrustadas e incisas. *Amolgadelas*: nas áreas do bojo que não apresentam incisões e elementos incrustados. *Incisões*: reticulados e espinhados; estes, à semelhança da taça anterior servem de moldura às fiadas verticais

OBSERVAÇÕES: N.^o de inventário 554: Coloração amarelo torrado impossibilitou a identificação de sete elementos embutidos. Total de fragmentos incrustados: 21. Não apresenta «vestígios». N.^o de inventário 2510: Total de pequenos fragmentos incrustados: 28. Não apresenta «vestígios».

Do conjunto dos quinze objectos, é o de melhor feitura, sobretudo se tivermos em conta o relativo cuidado na selecção dos fragmentos que foram embutidos na sua superfície externa.

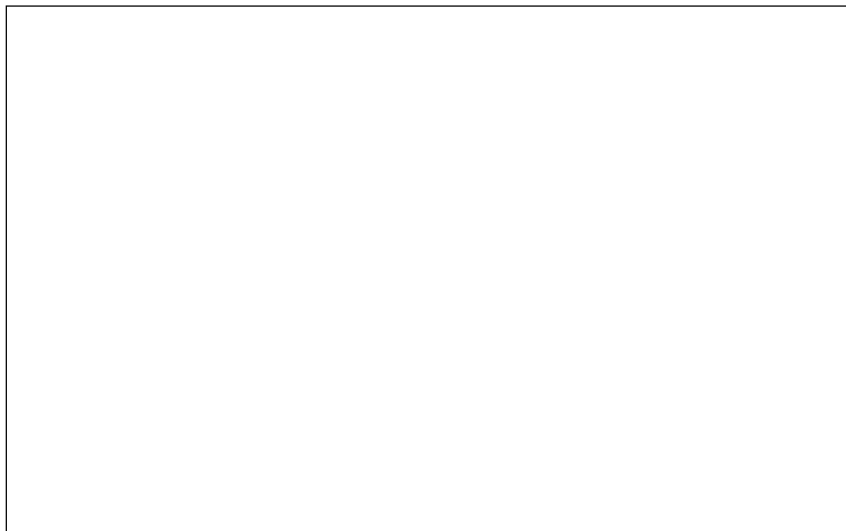


Fig. 4 — Taças.

Na superfície interna são visíveis os «negativos» deixados pela colocação dos pequenos fragmentos

BIBLIOGRAFIA: N.^o de inventário 2510: CARRÉ, Dominique; DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck (dirs.) — Le San Diego: un trésor sous la mer, Réunion des Musées Nationaux, 1994, p. 173 e 255, il. DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck (dirs.) — El San Diego: un tesoro bajo el mar; CEPESA, Madrid, 1995, p.183 e 263, il.

4 — DESIGNAÇÃO: Taça (figura 5)

N.^o DE INVENTÁRIO: 2314



Fig. 5 — Taça.

DIMENSÕES: *Altura*: 11cm. *Diâmetro da base*: 6cm.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Colagem no bojo e pé; intervenção de restauro numa pequena área do bordo; bordo e base esborcelados

«PEDRAS»: *Apuramento*: de calibres diferentes, misturadas. *Incrustação*: em acrescentos de pasta. *Área incrustada*: superfície externa do bojo

MOTIVOS: *Relevos acrescentados*: quatro com a forma de «pequeno botão»: 1.^o (4): «vestígios»: 4, entre os quais um se encontrava ao centro do «pequeno botão»; 2.^o: «vestígios»: 2; 3.^o (3); «vestígios»: 3; 4.^o (1); «vestígios»: 3.

TÉCNICAS DE DECORAÇÃO ASSOCIADAS: *Polimento*: vestígios na superfície interna, parte do bordo e superfície externa do bojo

OBSERVAÇÕES: Total: (8); «vestígios»: 12. Único objecto observado que não exhibe elementos incrustados na espessura das paredes, incisões, ou amolgadelas no bojo. O diminuto calibre de dois dos elementos embutidos impossibilitou a identificação da sua natureza. Revela, no interior do recipiente, indícios muito visíveis dos dedos do oleiro.

Quanto à identificação do tipo de incrustações e após exame minucioso, pode-se concluir que a sua quase totalidade é constituída por pequenos fragmentos de porcelana, alguns com vestígios de azul na pintura.

Em termos quantitativos assinala-se que, nos quinze objectos expostos, foram contados 808 elementos incrustados, número a que haveria de acrescentar-se os 76 que desapareceram, seja porque «saltaram» antes ou durante o processo de cozedura, seja porque caíram durante o período de vida útil das peças, seja ainda porque se perderam mais tarde, após o afundamento do navio mas cujas marcas de fixação ou «vestígios» na pasta cerâmica se mantiveram. Do total dos elementos incrustados, 54 apresentam concreções e coloração de amarelo e outros nove podem também ser de porcelana, mas dado o seu diminuto calibre permanecem como dúvidas na sua identificação.

Em face aos dados que puderam ser reunidos por contacto directo diligenciou-se ainda no mês de Outubro, junto a Monique Crick, técnica do Musée National des Arts Asiatiques (Musée Guimet), em Paris, responsável pelas peças de barro filipinas, obter informações detalhadas de que se destacam:

- a caracterização dos restantes nove elementos incrustados, que não puderam ser identificados;
- a percentagem das peças com incrustações, relativamente ao número total das peças do «San Diego», assim como às peças de barro da mesma colecção;
- a natureza das concreções que também aparecem nos pequenos fragmentos de porcelana;
- as conclusões obtidas através das análises das pastas de cerâmica, caso tenham sido realizadas.

Lamentavelmente as informações pretendidas não chegaram em tempo útil para serem aproveitadas para esclarecimento destas questões que, não obstante poderem parecer de menor interesse, se afiguram de grande importância para o tipo de análise que está a ser desenvolvida.

Segundo a investigadora filipina Amalia de la Torre, técnica do Museu Nacional de Manila e autora do texto *Terres cuites philippines*, traduzido para castelhano sob o título *El barro cocido*, incluído nas publicações anteriormente referidas, este pequeno conjunto reúne as únicas peças inteiras

deste tipo, encontradas até hoje nas Filipinas. Acerca da produção destes objectos informa que «estas lozas parecen haber sido hechas por encargo o producidas para el mercado local de una ciudad en la que prevalecia la influencia europea...» (Torre, 1995, p. 265). Menciona que o tipo de acabamento nas superfícies internas destes objectos é diferente do que se apresenta nos fragmentos incrustados com porcelana encontrados em sondagens arqueológicas realizadas em Santa Ana e Ayuntamiento (Manila).

Informações relativas à cronologia destes fragmentos e de outros materiais procedentes destas sondagens remetem-nos para dois períodos de ocupação, a saber:

- um relativo a um período hispânico tardio
- e um outro que pode corresponder a um período imediatamente anterior ou imediatamente posterior ao contacto com os espanhóis.

Até hoje, não foram obtidas respostas que conferissem uma maior precisão cronológica, — sendo necessária, neste caso (escavações em Santa Ana e Ayuntamiento), a publicação de dados precisos relativos à estratigrafia —, informações fundamentais para esclarecer se este tipo de peças existia localmente antes da chegada dos europeus, ou somente após o estabelecimento destes.

Parece ser oportuno revelar que a produção artística manifestada nestas quinze peças, é constituída exclusivamente por fiadas verticais, horizontais, faixas verticais ou por pequenos fragmentos incrustados em relevos acrescentados, e, somente na superfície externa dos objectos, assim como a sua associação a outras técnicas decorativas — como é o caso das incisões e

ligeiras amolgadelas — apresentam, sem sombra de dúvida, a mesma composição decorativa de algumas das peças que, até hoje, foram encontradas, em escavações arqueológicas em Portugal. No entanto, verificam-se entre estas e aquelas diferenças de pequena importância, de que se destaca o tipo de matéria-prima incrustada e o facto de terem sido executadas por modelação.

Vejamos agora o caso português. Em Portugal, a mais antiga referência, até hoje, por nós conhecida, relativa a peças de cerâmica pedrada decorativa provém de escavações arqueológicas realizadas na Mata da Machada, Barreiro, no início dos anos 80, sob a orientação científica de Cláudio Torres. Nesta intervenção arqueológica só foi escavado parte de um dos vários fornos cerâmicos, que teve a sua actividade entre 1450 e 1530.

De entre o numeroso e importante material cerâmico exumado da parte escavada deste forno de olaria — panelas, malgas, tigelas, copos, barris, candeias, formas para depuração de açúcar, — destacam-se uma pequena tampa e um fragmento de pé de vaso, que apresentam incrustações com pequenos fragmentos de quartzo.

CATÁLOGO

5 — DESIGNAÇÃO: Tampa (figura 6)

N.º DE INVENTÁRIO: M.M.81.M.S.

DATAÇÃO: último quartel do séc. XV — 1.^a metade do séc. XVI *

DIMENSÕES: *Diâmetro:* 6,7cm.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: incompleta; intervenção de restauro em cerca de metade do objecto

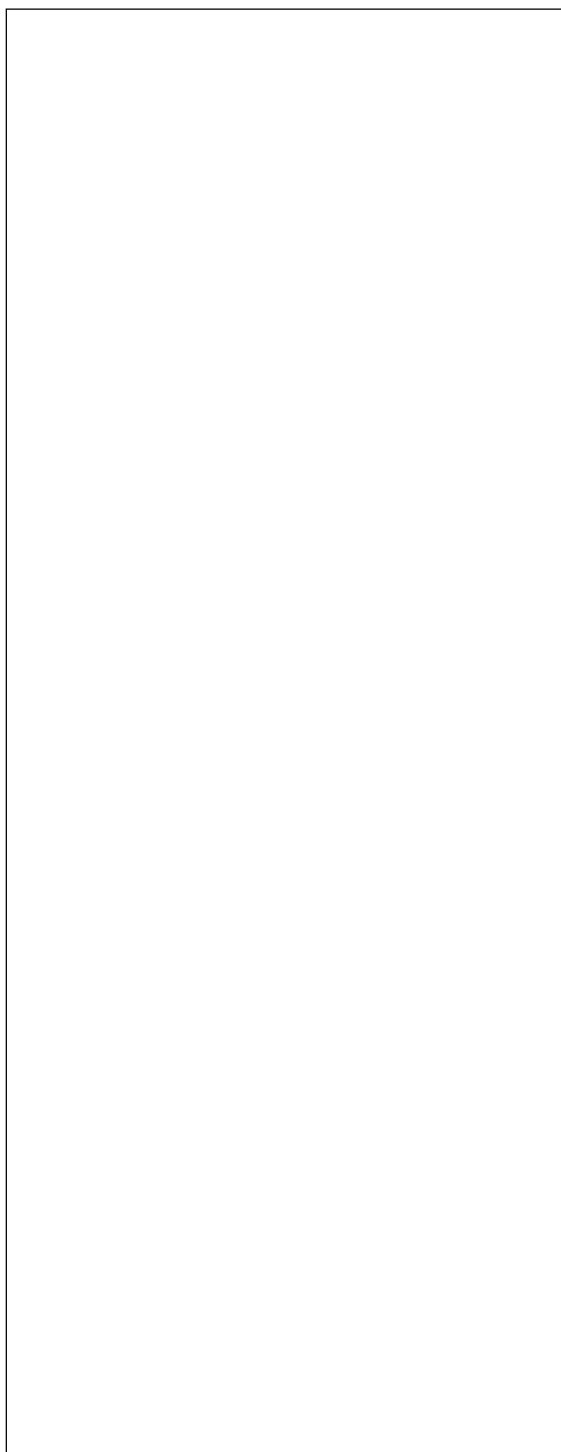


Fig. 6 — Tampa.

LOCAL DE FABRICO: Mata da Machada, Palhais, Barreiro

PROVENIÊNCIA: Mata da Machada, Palhais, Barreiro

DIRECTOR DE ESCAVAÇÃO: Cláudio Torres

PROPRIETÁRIO: Câmara Municipal do Barreiro

COR: vermelha alaranjada; 2,5YR6/6 (Munsell)

PEDRAS: *Apuramento:* de calibres diferentes, escolhidas. *Incrustação:* na espessura das paredes. *Área pedrada:* superfície externa

MOTIVOS: *Pedras isoladas:* (1): no remate, sendo a pedra de maior calibre. Junto ao remate: (1): fazia parte de um motivo constituído, possivelmente, por mais três fragmentos, motivo hoje inexistente devido à fractura da peça. *Fiadas horizontais:* 2: (20), «vestígios»: 5; (23). *Circunferência:* que circunda a pedra do remate. Total: 17; «vestígio»: 1. *Motivos indeterminados:* dois com

* Este item e os relativos a «Local de fabrico», «Proveniência», «Director de escavação» e «Proprietário» são mencionados apenas nesta ficha de objecto.

quatro pedras cada um; o terceiro, hoje, só apresenta um elemento pedrado, já especificado como «pedra isolada». (4) + (4) + (1). Total: 9

TÉCNICAS DE DECORAÇÃO ASSOCIADAS: *Engobe*: em ambas as superfícies do objecto. *Impressões*: «unhadas» com levantamento de escama. *Incisões*: algumas formando reticulados

OBSERVAÇÕES: Total de fragmentos incrustados: 70; «vestígios»: 9. As fiadas horizontais, caso o objecto estivesse completo, formariam duas circunferências. A colocação dos motivos decorativos pedrados e outros que lhe estão associados, também obedece a um propósito muito bem definido e a uma feitura muito cuidada. Assim:

- a pedra do remate é intencionalmente a que apresenta maior calibre;
- uma circunferência com dezassete pedrinhas envolve a pedra do remate da tampa;



Fig. 7 — Pé de vaso não identificado, fragmento.

- na área junto ao remate, os pequenos fragmentos de quartzo designados «motivos indeterminados», alternam com os elementos reticulados, constituindo uma composição singela e equilibrada;
- as impressões preenchem o espaço delimitado pelas duas fiadas horizontais.

Assim, a disposição dos motivos referidos associada à data de fabrico desta pequena tampa, leva-nos à conclusão de que estamos perante um objecto de muito boa execução.

BIBLIOGRAFIA: CARNEIRO, Eugénio Lapa — Empedrado: Técnica de decoração cerâmica, Museu de Olaria, Barcelos, 1989, p. 12, il. TORRES, Cláudio — A cintura industrial da Lisboa de quatrocentos. Uma abordagem arqueológica. In 1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV: Jornadas de História Medieval, História e Crítica, Lisboa, 1985, p. 294, figura 3.

6 — DESIGNAÇÃO DA REGIÃO ANATÓMICA: pé de vaso não identificado, fragmento (figura 7)

N.º DE INVENTÁRIO: M.M.81.C51A

COR: vermelha alaranjada; 2,5YR5/8 (Munsell)

PEDRAS: *Apuramento*: de calibres diferentes, misturadas. *Incrustação*: na espessura das paredes

ÁREA PEDRADA: superfície interna, na nasença do bojo

MOTIVOS: *Fiada*: caso estivesse completa teria a forma de circunferência. Total de fragmentos de quartzo: 12

TÉCNICAS DE DECORAÇÃO ASSOCIADAS: *Engobe*: superfície interna da nasença do bojo, área onde se encontram os pequenos fragmentos incrustados. *Brunido*: superfície ex-

terna e interna do pé. *Incisões*: fundo interno sob a forma de «espinha»

OBSERVAÇÕES: A fiada, caso estivesse completa, formaria uma circunferência. Das dezassete peças observadas é a única que oferece elementos embutidos na sua superfície interna.

Segundo informação pessoal e recente de Cláudio Torres, e tendo em conta o restante espólio associado (sobretudo as moedas), estas peças podem ser datadas de um período compreendido entre o último quartel do século XV (*maxime*) e 1^a metade do século XVI.

Outras peças pedradas, também portuguesas, datadas entre os séculos XVI a XVIII, têm sido objecto do estudo que estamos a realizar.

Algumas delas, pertencentes a colecções de instituições diversas, não apresentam qualquer indicação de proveniência e cronologia. No caso concreto das peças do Museu Nacional de Arqueologia, provenientes de uma escavação efectuada em 1897, no convento de Santa Ana, em Lisboa, a sua provável cronologia — séculos XVII-XVIII — é-nos deduzida pela datação dos objectos de faiança (no total de sessenta e quatro) a ela associadas.

Outras há que nos têm sido gentilmente cedidas para estudo pelos arqueólogos responsáveis pelas escavações onde se obtiveram, sendo na sua quase totalidade provenientes de depósitos de entulhos antigos ou de camadas datáveis que, segundo informação dos mesmos, possuem contextos dos séculos XVII ou/e XVIII.

A selecção de peças pedradas efectuada até hoje, requereu autênticas «escavações» muito morosas entre os materiais cerâmicos das épocas medieval e moderna, que, apesar de lavados, identificados e acondicionados em sacos de plástico, permanecem na sua quase totalidade por estudar. Esta situação sugere uma observação sobre a importância de

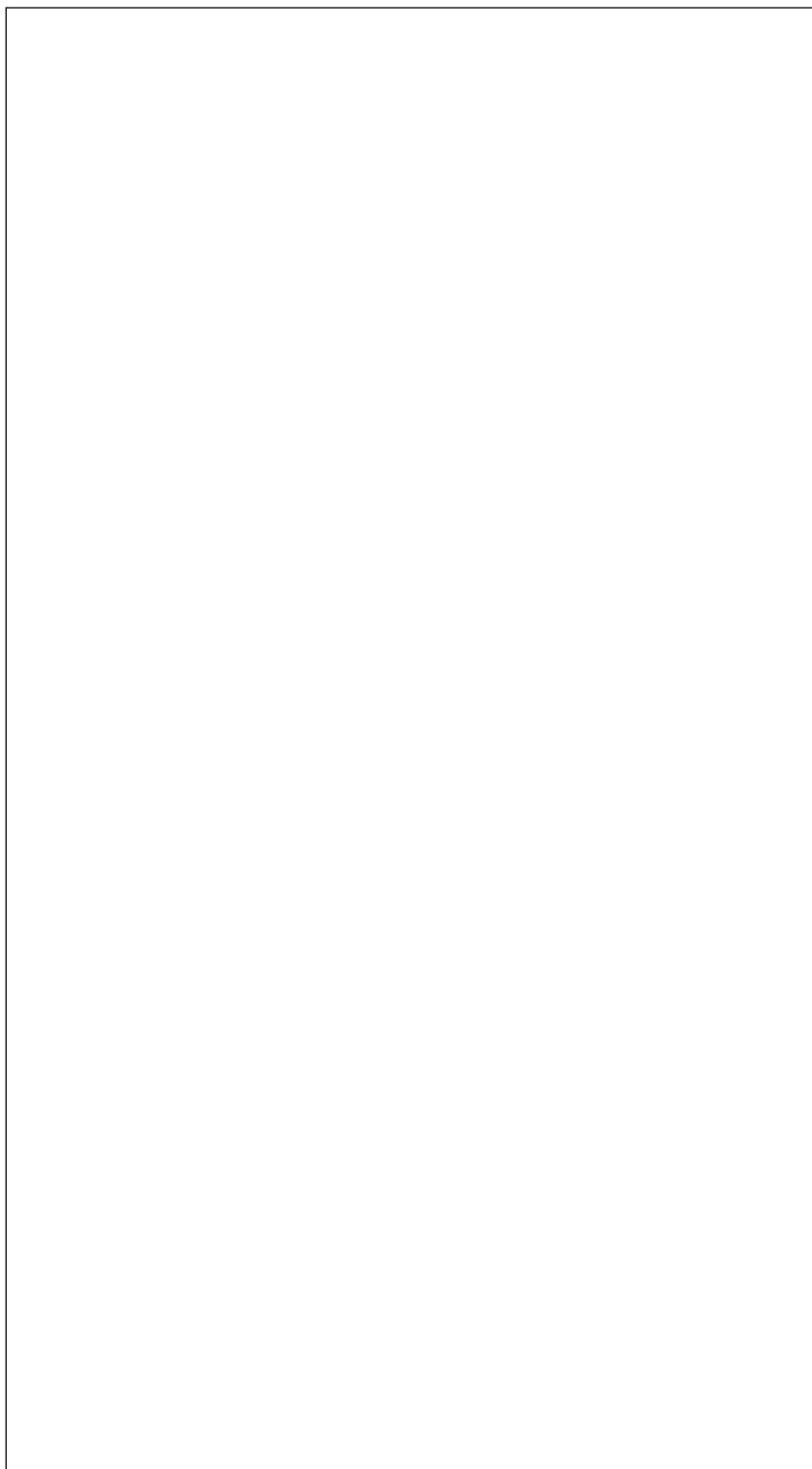


Fig. 8 — Mapa de distribuição dos achados pedrados em Portugal continental, anteriores ao século XIX.

sensibilizar os arqueólogos para a necessidade de um trabalho de equipa, sobretudo com os etnoceramólogos. Estes, conhecedores das formas e técnicas utilizadas na cerâmica actual — como é o caso da técnica decorativa do empedrado que ainda se pratica nos centros oleiros de Estremoz e Nisa — podem mais facilmente efectuar estudos no sentido da identificação de formas e da elaboração de tipologias, que tenham como resultado final a obtenção de sequências até à actualidade.

Finalmente, para concluir a referência às peças portuguesas, importa assinalar que elas têm sido encontradas em escavações arqueológicas, tanto no continente, como nas ilhas adjacentes, como ainda nos territórios ultramarinos, e que todas elas apresentam incrustações com pequenos fragmentos de quartzo. Que seja do nosso conhecimento existem ocorrências deste tipo no Porto, Tomar, Abrantes, Santarém, Torres Vedras, Lisboa, Cascais, Sintra, Almada, Barreiro, Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo, Évora, Vila Viçosa, Beja, Moura e Silves. Assim como no Funchal, em Cabo Verde e em Macau.

A esta geografia de achados pode não corresponder uma geografia de produção. No mesmo caso estão as peças pedradas encontradas no Funchal, em Cabo Verde e em Macau.

Retomando os aspectos cronológicos, serão de mencionar as referências literárias mais antigas sobre peças pedradas portuguesas, que nos remetem para o início do século XVI, citada por Carolina Michælis de Vasconcelos, em *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, e por Eugénio Lapa Carneiro em «Empedrado: Técnica de decoração cerâmica» que a baliza entre o segundo e terceiro quartel desse século. No caso das peças da Mata da Machada, como foi assinalado, pode também admitir-se uma cronologia um pouco mais antiga, isto é, de finais do século XV.

Para concluir interessaria relacionar os achados nas Filipinas, com que se iniciou este texto, com a realidade observada em território português, assim como em todo o nosso antigo Ultramar. Assim:

- 1) Os achados do galeão «San Diego» são datáveis, pelo menos, do ano de 1600. As referências relativas aos outros fragmentos que apresentam o mesmo tipo de incrustação, serão datáveis, conforme referido, de um momento mal determinado.
- 2) Os mais antigos achados portugueses, são, provavelmente, de uma cronologia compreendida entre o último quartel do século XV e 1ª metade do século XVI, sem igualmente poderem ser mais precisos, embora haja sempre a forte hipótese de termos produção de pedrado em Portugal, desde o princípio do último quartel do século XV.
- 3) Daqui emergem três possíveis interpretações:
 - a) As cerâmicas encontradas nas Filipinas resultam de uma imitação de técnica decorativa inicialmente desenvolvida, pelo menos, em Portugal; apenas com a diferença de se terem trocado as pedrinhas

de quartzo por pequenos fragmentos, na quase totalidade, de porcelana.

- b) O movimento de imitação terá sido em sentido inverso: criação deste tipo de técnica no Oriente e sua difusão para a Europa, também por via das navegações marítimas;
- c) Finalmente, as duas situações são inteiramente independentes, não passando a similitude da técnica decorativa utilizada, de um mero fenómeno de convergência cultural.

Hoje em dia, não dispomos ainda de elementos de prova que nos habilitem a optar por qualquer destas hipóteses. A nossa investigação apenas permitiu considerar razoáveis todas as três, se bem que a terceira se afigure demasiado improvável. Dizemos isto, pelo menos, até agora, porque a primeira destas hipóteses era admitida pela investigadora filipina Maria Amalia de la Torre nas publicações atrás mencionadas. Esperemos que datações mais rigorosas de achados portugueses e das Filipinas se venham a obter, que se ache na documentação bibliográfica e iconográfica quatrocentista e quinhentista, referências inequívocas que permitam num futuro próximo esclarecer definitivamente esta questão, de grande importância para o melhor conhecimento das raízes culturais de duas regiões geograficamente tão afastadas entre si — e que, parecem, afinal, tão próximas.

Lisboa, Abril de 1996.

AGRADECIMENTOS

Eugénio Lapa Carneiro, Luís Coelho, Jean-Yves Blot, Cláudio Torres e Cidália Duarte
National Museum. Manila: Gabriel Casal e Amalia de la Torre

Fondation Elf e Zoé Housez
Musée National des Arts Asiatiques e Jean-
-Paul Desroches
Fundación Central Hispano e Rosario López
Câmara Municipal do Barreiro e Rosalina
Carmona

Manuel Luís Real, Paulino Dórdio Gomes e
Ricardo Teixeira, Salette da Ponte, Maria
Ramalho, Catarina Viegas, Alexandra Gaspar,
Clementino Amaro, António Dias Diogo,
Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues,
Cristina Garcia, Luís Barros, António Cavaleiro
Paixão e João Faria, Rafael Alfenim, Rui
Parreira, Ana Gonçalves, Susana Correia,
Miguel Rego e Santiago Macias, Mário Varela
Gomes e Rosa Varela Gomes.

FOTOS

Joaquín Cortés Noriega (figuras 1 a 5).
José Pessoa, Arquivo Nacional de Foto-
grafia (figuras 6 e 7).

DESENHOS

Severino Rodrigues (figuras 6 e 7).

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Isabel G. de (1984-1986) — *Estudo da coleção de faiança do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa. 2 volumes. (Texto dactilografado).
- BEYER, Henry O. (1946) — Manila Ware. *University of the Philippines Bulletin*, nº 1. Manila, Bureau of Printing.
- CARNEIRO, Eugénio Lapa (1989) — *Empedrado: Técnica de decoração cerâmica*, Museu de Olaria, Barcelos.
- CARRÉ, Dominique; DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck, dirs. (1994) — *Le San Diego: un trésor sous la mer*, Réunion des Musées Nationaux.
- DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck, dirs. (1995) — *El San Diego: un tesoro bajo el mar*, CEPESA, Madrid.
- PARVAUX, Solange (1968) — *La Céramique populaire du Haut-Alentejo*, Presses Universitaires de France, Paris.
- TORRES, Amalia de la (1993) — Potteries of the period. A preliminary analysis of potteries retrieved from the San Diego shipwreck. In *Saga of the San Diego*. Philippines. Concerned Citizens for the National Museum, Inc., p. 31-37.
- TORRES, Cláudio (1985) — A cintura industrial da Lisboa de quatrocentos. Uma abordagem arqueológica. In *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV: Jornadas de História Medieval*, História e Crítica, Lisboa, pp. 293-296.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1921) — *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

TIPOLOGIA E CRONOLOGIA DE CERÂMICAS DOS SÉCULOS XVI, XVII E XIX ENCONTRADAS EM CASCAIS*

GUILHERME CARDOSO**

SEVERINO RODRIGUES**

INTRODUÇÃO

Centro consumidor por excelência, o concelho de Cascais não tem produção de cerâmica para uso doméstico no vasto período que medeia os séculos XVI e o XX. Toda a sua produção cerâmica estava vocacionada para o fabrico de telha e tijolo¹, que não chega para suprir as necessidades, quando elas se fazem sentir em períodos de crise, como foi o caso do terremoto de 1755, que obrigou a grandes reconstruções dos edifícios da vila, levando o Marquês de Pombal a decretar a isenção de impostos sobre este tipo de materiais que vinham de fora do concelho.

É quebrada esta tradição com o estabelecimento do barrista José Pedro da Cruz Leiria, na Rua do Arco, em Cascais, por volta de 1880². A sua presença na vila deve-se, certamente, por arrastamento de toda uma possível clientela que então por hábito costumava acompanhar o rei D. Luís I quando este passava férias no palácio da Cidadela de Cascais, durante o final do Verão.

A partir da década de 70, já deste século, com o desenvolvimento da tecnologia dos fornos eléctricos nota-se o aparecimento de pequenas unidades

manufactureiras, vocacionadas para o fabrico de azulejos e cerâmica artística. A difusão das modernas técnicas de produção de cerâmica permitiram também elas o aparecimento de um grupo cada vez maior de artistas urbanos que se dedicam, em suas casas ou em pequenas oficinas, ao fabrico dos mais diversos utensílios e peças artísticas como forma de ocupar os seus tempos livres ou integrar a sua produção dentro de uma economia complementar.

ORIGEM DAS CERÂMICAS APRESENTADAS

O nosso estudo é baseado em recolhas de objectos de barro provenientes de diversos centros oleiros nacionais e do Sul da Espanha, deixando para futuros trabalhos outras peças que recolhemos em Cascais e que têm origem noutros centros europeus e asiáticos que, por uma razão ou outra, acabaram por chegar ao concelho e por cá ficar.

* Este estudo só foi possível graças a um subsídio atribuído, em 1995, pela Junta de Freguesia de Cascais, entidade a quem manifestamos o nosso reconhecimento. Sobre este tema efectuámos uma comunicação apresentada no *Colóquio da cerâmica portuguesa moderna*, Caldas da Rainha, Fevereiro de 1996.

** Associação Cultural de Cascais.

Sempre demos mais atenção à cerâmica comum de origem regional, por ser aquela que mais abunda nas escavações arqueológicas que temos efectuado, devido à proximidade dos produtores e ao tipo de consumo a que se destinam, o doméstico, mas não descuramos o estudo das cerâmicas «finas», por serem aquelas que, até ao momento, foram mais estudadas por outros investigadores e onde encontramos associadas referências para datações que, por analogia, vão servir para datar com mais precisão as cerâmicas por nós estudadas.

O período mais aprofundado é, sem dúvida, o compreendido entre os inícios de Quinhentos e o primeiro quartel do século seguinte, não por ser aquele que por investigação tenhamos escolhido mas por ser, até ao momento, desta época a quase totalidade dos fragmentos recolhidos. As razões para tal prendem-se com os locais escavados que têm a ver com o projecto de investigação arqueológica da evolução da malha urbana da vila, desenvolvido por arqueólogos da Associação Cultural de Cascais e do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais³.

Outra causa foi o grande aumento demográfico, da vila, durante o século XVI e inícios do XVII, cuja pressão urbanística levou ao aumento da construção. Zonas inicialmente livres de edificações são utilizadas como vazadouros de lixo que lentamente vão ser cobertos por novas habitações. Em finais de Quinhentos, as posturas camarárias passam a incluir normas rigorosas com coimas para quem não cumprir a obrigação de lançar os lixos fora, em certos pontos da vila. Esses locais ficavam nos limites urbanos e a quase totalidade dos dejectos, eram, então, lançados ao mar.

Os raros materiais existentes datáveis dos séculos seguintes encontram-se confinados a uma paupérrima camada de abandono, pós-

terramoto de 1 de Novembro de 1755 ou a pequenas bolsas, normalmente montureiras ocasionais, que se observam por toda a vila.

Fora dela fomos encontrar, aqui e ali, outros locais que nos têm proporcionado recolhas de cerâmica deste período e que nos servem, também elas, para aferir os nossos estudos, como é o caso da azenha da Atrozela da Adroana, Casal do Geraldo⁴, Capela de N.ª S.ª da Conceição da Abóboda, Bom Sucesso, etc.

LOCAIS DE RECOLHA

Beco dos Inválidos

Trata-se de um local situado no meio do centro histórico da vila, na Rua dos Inválidos, n.º 59, que foi sondado em quatro pontos diferentes, aproveitando a abertura de caboucos para colocação de pilares de betão.

As cerâmicas aqui referidas foram recolhidas todas no mesmo quadrado. Encontravam-se amontoadas e revolvidas, numa antiga montureira, por cima de uma antiga calçada. Tantas as moedas como os fragmentos, de peças de cerâmica importadas da Itália, Espanha e Alemanha apontam para um período compreendido entre o segundo e o terceiro quartel do século XVI (reinados de D. João III e de D. Sebastião).

Musical

Em 1988, sondou-se o rés-do-chão do n.º 14 da Rua Visconde da Luz, no momento em que a Sociedade Musical de Cascais se transferia do imóvel para novas instalações e aí se procedia a obras de reconstrução. Os dois quadrados abertos evidenciavam um entulhamento do local, no reinado de D. Sebastião, para conquistar terrenos à margem direita da Ribeira das Vinhas. As peças recolhidas datam, essencialmente, dos inícios de século XVI até inícios do último quartel de Quinhentos.

Convento de N.ª S.ª da Piedade

Sondagens efectuadas, nos começos de 1996, na ala sul das Casas Velhas do Gandarinha (antigo Convento de N.ª S.ª da Piedade), sitas, na Avenida Humberto II de Itália, em Cascais, permitiram a identificação de uma vala aberta nos finais de Quinhentos e fechada no primeiro quartel de Seiscentos.

No seu interior recolheu-se um conjunto de peças datáveis de 1600 a 1625.

Rua Marques Leal Pancada

Durante obras de conservação realizadas no prédio n.º 20 da referida rua, foram descobertas, em uma bolsa existente por baixo do piso do rés-do-chão, peças datáveis dos finais do século XIX.

Capela de N.ª S.ª da Conceição da Abóboda

Por ocasião de obras realizadas no pátio entre o antigo poço quinhentista e a capela, foram recolhidos vários fragmentos de cerâmica dos séculos XVII e XVIII, ao que nos parece atirados para o local como lixo.

Não acompanhamos os trabalhos, pelo que não sabemos se teria sido possível detectar alguma estratigrafia. A peça que apresentamos, um pequeno defumador de faiança, pode considerar-se de fabrico português do segundo ou terceiro quartel de Seiscentos.

Largo 5 de Outubro

As obras para colocar novas tubagens para esgotos, em 1984, na baixa de Cascais, colocaram à mostra uma série de bolsas e alicerces de edifícios anteriores ao terramoto de 1 de Novembro de 1755. Numa dessas bolsas encontravam-se materiais do primeiro e do segundo quartel do século XVII.

Palácio dos Condes da Guarda

Este palácio, actual edifício dos Paços do Concelho, sofreu uma pequena intervenção arqueológica, no seu rés-do-chão, em 1992, aproveitando obras de remodelação então em curso.

Na estratigrafia colocada à mostra existia uma pequena bolsa com entulhos de obras e lixos domésticos do reinado de D. Sebastião. Separámos algumas peças que apresentamos nesta comunicação.

Azenha de Atrozela

Na pequena povoação de Atrozela, na freguesia de Alcabideche, existe uma antiga azenha onde, durante as obras de restauro e conservação efectuadas em 1990, foi descoberto, no interior da parede sul da sala das mós, um pequeno jarro. Pelo tipo de peça e pelo acabamento, incluímo-la nas produções do século XIX.

TIPOLOGIA E CRONOLOGIA DAS CERÂMICAS

Reinados de D. João III e D. Sebastião (1528 a 1578)

Estratos selados, datados através de moedas dos reinados de D. João III e de seu neto D. Sebastião, permitem-nos ter uma cronologia absoluta fiável, já confirmada em diversos pontos da vila através de escavações arqueológicas.

Dentro deste período encontram-se os testos com o n.º 2 a 6, sendo todos do mesmo tipo, de bordo boleado, já sem a habitual barbela que perdurou em

formas mais arcaicas até aos inícios de Quinhentos.

Tanto as saladeiras como os alguidares (n.ºs 7 a 14) encontram-se dentro deste período. São formas que perduram longamente no tempo para além deste período e que se encontram pouco estudadas. Numa postura camarária de Cascais, de 7 de Junho de 1598, sobre a taxa de louça, este tipo de peça encontra-se referenciado como sendo tigela, sendo as maiores «tigelas de convento para peixe».

Dentro do vasto conjunto de fragmentos que temos de painéis apresentamos cinco peças que nos definem três tipos distintos. O tipo 1 corresponde aos n.ºs 16 e 17, um tipo arcaico que nos aparece em Cascais desde o século XIV⁵. Ao segundo tipo correspondem os n.ºs 18 e 19: inicia a sua presença em estratos dos finais do século XV. Por sua vez, o 3.º tipo é representado na boca n.º 15 e é o menos comum dos três encontrados.

Os pratos de barro não vidrado (n.ºs 20 a 26), de forma cónica aberta, são cerâmicas comuns de ir à mesa que nos aparecem nos finais da Idade Média. As peças apresentadas só têm acabamento torneado na base e engobe na face interna; há, no entanto, outros pratos com brunido interno.

As pequenas tigelas *de ir à mesa* (n.ºs 27 a 29), como são designadas nas posturas referidas, poucas diferenças possuem entre elas e fazem parte de um tipo que perdura em centros oleiros actuais, como, por exemplo, o de S. Pedro do Corval, em Reguengos de Monsaraz.

As frigideiras (n.ºs 30 e 31) bem como os tachos (n.ºs 32 e 33) fazem parte do habitual conjunto de trem de cozinha das donas de casa deste período. São recipientes munidos de pegas triangulares ou asas horizontais. Nas posturas de 1598 não aparecem referidas mas existem referências a papeiras de cabo.

Nos fogareiros (n.ºs 34 a 41) aparecem-nos dois tipos diferentes: o tipo 1 (n.ºs 34 e 35) caracteriza-se por uma boca com lábio recto seguido de uma faixa lisa ou decorada abaixo do bordo; o tipo 2 (n.ºs 36 e 37) tem a boca reentrante seguida de carena. Ambos podem ter pequenas aplicações no lábio para assentamento das vasilhas e permitir uma melhor circulação do ar. Na construção do fogareiro existem três maneiras distintas de construir a grelha: a primeira é a aplicação de uma bolacha no estrangulamento entre o contentor de fogo e o pé, depois de a peça ter sido levantada (n.º 37); o segundo processo é através da junção de uma vasilha invertida sob o contentor de fogo (n.º 39); e o terceiro processo utiliza a ligação de um recipiente sobre o pé (n.º 40). A grelha era construída, no barro fresco, abrindo aberturas rectangulares na bolacha, com uma lâmina, para permitir a passagem do ar e das cinzas.

As pequenas bilhas de boca trilobada (n.ºs 42 e 43) são recipientes para azeite ou vinagre, sendo a primeira vidrada a verde. São peças que perdurarão até ao século XIX, de que temos exemplo na n.º 81. Aparecem citadas nas posturas de 1598 como «almotolias».

Dentro do grupo das bilhas temos as infusas (n.ºs 44 a 50) para ir buscar água ao poço ou ao chafariz. De boca larga, para melhor receberem as águas vertidas pelos baldes dos poços ou da bica do chafariz. São formas que se mantêm durante bastante tempo. O pé está coberto de areia siliciosa, aplicada sobre a roda antes de se colocar a pela, com o fim de facilitar a descolagem após a secagem.

Os bacios ou bispotes (n.ºs 51 e 52), guardados debaixo da cama ou a um canto do quarto cobertos com um tampo de madeira, fazem parte do quotidiano quinhentista. Peças realizadas com um certo cuidado; são, muitas vezes, vidradas, como é o caso da n.º 52, para poderem serem vistas e transportadas pela rua sem dar mau aspecto.

Nas mesas mais ricas eram colocadas as peças de melhor qualidade, como é o caso das malgas e pratos vidrados (n.ºs 53 a 64 e 67 a 69), sendo muitas delas importadas, de Sevilha, como deve ser o caso da n.º 55 e da n.º 60, se bem que, durante este período, já se fabricasse na cidade de Lisboa esta louça. Curiosamente, este tipo de recipientes só se mantém em Cascais até aos finais de Quinhentos, sendo substituído então pela faiança portuguesa de melhor qualidade a imitar a porcelana chinesa. Os godés (n.ºs 58 e 59) são peças raras para as quais não conhecemos uma utilização concreta. Apareceram objectos semelhantes numa escavação realizada na Casa Galdo, em Valladolid, e os arqueólogos pensam tratar-se de peças de brincar ou para levar à mesa as especiarias⁶ ou o sal.

O prato com o n.º 62 é de barro vermelho vidrado a verde, de fabrico regional e perdurará até, pelo menos, ao primeiro quartel de Seiscentos.

Os afamados púcaros portugueses (n.ºs 70 e 71) encontram-se em toda a parte e merecerão um artigo só por si, mas não quisemos deixar de apresentar duas formas relativamente comuns: a de bojo achatado e de bordo alto (n.º 70), para decantar as impurezas, e outra mais bojuda (n.º 71). O primeiro foi exumado num estrato já do primeiro quartel do século XVII, mas esta forma encontra-se registada noutros estratos mais antigos da vila.

A acompanhar os púcaros encontram-se os pires (n.ºs 72 e 73). São peças raras e normalmente profusamente decoradas.

O fragmento de mealheiro (n.º 75) atesta a importância das pequenas poupanças e o incentivo que, muitas vezes, era inculcido nos mais jovens para serem comidos nos gastos. Este tipo de poupança só era viável caso existisse abundância de numismas de pequeno valor facial e uma relativa confiança nas pessoas que tivessem acesso aos mealheiros. Nas referidas posturas de 1598, há a indicação de preços para dois tamanhos de mealheiros, o que atesta a sua procura.

Os potes (n.ºs 76 e 78) para guardar mezinhas, compotas, mel e outras conservas encontram-se presentes nos estratos deste período e do século seguinte através da forma do n.º 76. São peças normalmente vidradas a verde e a melado, mas também aparecem sem vidro.

Curiosas e raras são as figurinhas modeladas (n.ºs 83 a 86, fotos 5 e 6) representando animais e pessoas em tudo semelhantes aos bonecos atribuídos à Maria dos Cacos, que viveu no século passado nas Caldas da Rainha. Não temos dúvidas quanto ao período das peças que apresentamos e a razão mais lógica para a sua presença é a existência de bonequeiros em centros oleiros (até ao momento por estudar), como é o caso do de Alenquer, que fabricou ocarinas em forma de cavalos marinhos, nos meados do século XVI.

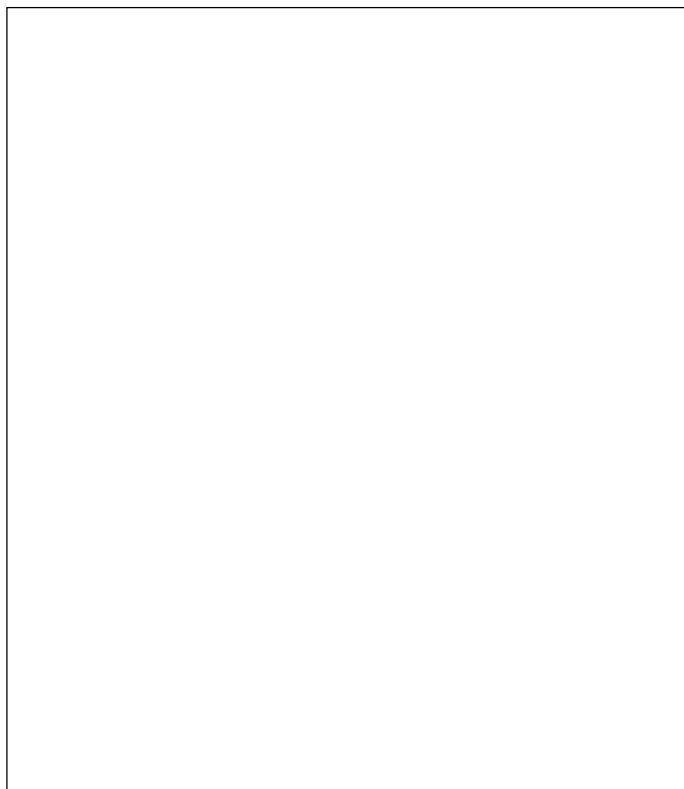
Não é despendiêda a ideia de que, quando os cascalenses se deslocavam a Alenquer, para tratar de assuntos relacionados com a justiça — pois Cascais pertencia à sua comarca — poderiam trazer como prenda e lembrança um boneco para as crianças.

Século XVII

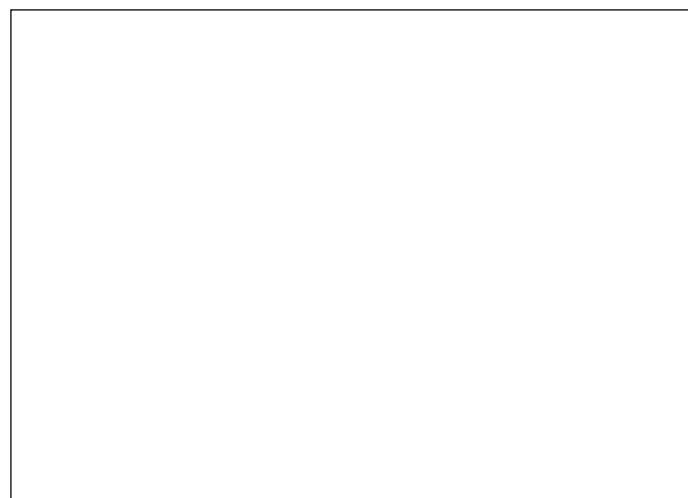
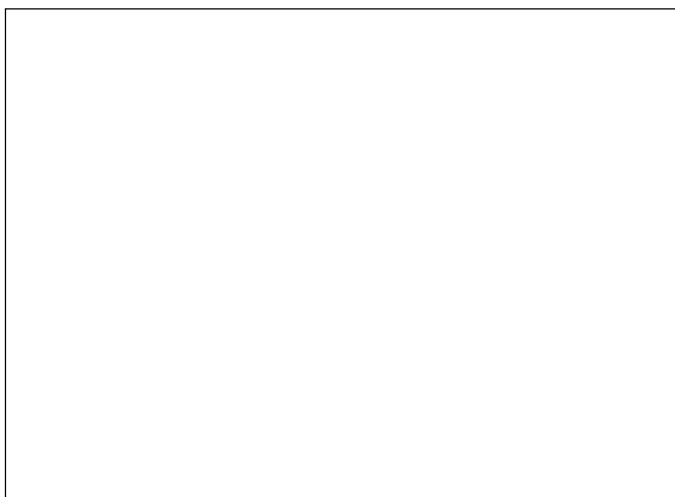
Como já dissemos, muitas das peças que se encontravam em estratos anteriores continuaram a perdurar neste século, mas a sua maior variação

verifica-se nas faianças, que passam a ser produzidas em Portugal e deixam de ser importadas de Itália, Espanha e Holanda.

Do primeiro quartel deste século são os dois pequenos pratos de faiança azul e branca decorados com motivos vegetalistas (n.º 65, fotos 1 e 2) e zoomórficos (n.º 66, fotos 3 e 4), que mostram perfis completamente diferentes dos fabricados anteriormente e que perdurarão até à actualidade. Estas peças apareceram num contexto que englobava o



Fotos 1 e 2 — Prato de faiança portuguesa, 1600-1625. Antigo convento de N.ª S.ª da Piedade, Cascais.



Fotos 3 e 4 — Prato de faiança portuguesa, 1600-1625. Antigo convento de N.ª S.ª da Piedade, Cascais.

pote n.º 76, o testo de púcaro (n.º 1) e o púcaro com o n.º 70, para além de outras peças. Em Amesterdão foram recolhidos pratos idênticos em estratos também eles datados deste período⁷.

O pequeno defumador de faiança, decorado a azul e manganês sobre vidro branco, pode incluir-se no segundo e no terceiro quartel desse século. Existe um outro fragmento de defumador, não vidrado, dos meados do século XVI, encontrado em sondagens na vila de Cascais, o que leva a pensar que possa ser uma peça utilizada habitualmente para tirar maus cheiros de casas e igrejas e que a sua frequência entre os achados não seja maior devido a poder ser substituído facilmente por fogareiros a carvão.

Século XIX

Um conjunto de três púcaros (n.ºs 78 a 80), encontrados dentro de um buraco conjuntamente com outro tipo de peças deste século, mostra o mesmo tipo de forma em diversos tamanhos como se se tratasse de medidas de volume. A corroborar esta ideia uma delas está desgastada no bordo e no bojo oposto à asa (n.º 79).

A parte inferior de uma pequena almotolia (n.º 81) vidrada a verde comprova, como já o dissemos anteriormente, a vida deste tipo de peças.

NOTAS

- 1 São diversas as referências a fornos de telha e tijolo no concelho (Malveira e Manique) nas posturas camarárias de Quinhentos e já neste século existiram fornos na Quinta do Marquês, em Alcabideche, de que existe um anúncio dos seus produtos, no *Jornal de Cascais*, de 10 de Janeiro de 1930, anunciando a venda de telha e tijolo. Uma outra fábrica, de materiais de cons-

trução, com forno de túnel, terminou a sua laboração nos inícios da década de 70, nas Fiskas, em Alcoitão.

- 2 Queirós, 1948, pp. 311 e 312.
- 3 Vide João Cabral, Guilherme Cardoso e José d'Encarnação (1994).
- 4 Vide Guilherme Cardoso e José d'Encarnação (1990).
- 5 Cardoso e Rodrigues, 1991, p. 576.
- 6 Moreda Blanco *et alii*, 1991, p. 254.
- 7 Calado e Baart, 1990, p. 33.

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, João, CARDOSO, Guilherme, e ENCARNÇÃO, José d' (1994) — «Cascais: um projecto de investigação em Arqueologia Urbana», *Bracara Augusta*, vol. XLV, Braga, pp. 151-160.
- CALADO, Rafael Salinas, e BAART, Jean (1987) — «Faiança Portuguesa 1600-1660», Lisboa-Amesterdão.
- CARDOSO, Guilherme (1986) — «Escavações eventuais na vila de Cascais», *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 3, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985), Lisboa, pp. 49-53.
- CARDOSO, Guilherme, e ENCARNÇÃO, José d' (1990) — «Uma sondagem de emergência no Casal de Geraldo – Estoril, Cascais», *Arquivo de Cascais*, Cascais, 9, pp. 45-62.
- CARDOSO, Guilherme, e RODRIGUES, Severino (1991) — «Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontrados em Cascais», *Actas do IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, pp. 575-585.
- CARVALHO, António Rafael, e FERNANDES, Isabel Cristina F. (1992) — «Cerâmicas esmaltadas e vidradas dos sécs. XV e XVI, provenientes do Castelo de Sesimbra», *Sesimbra Cultural*, n.º 2, Dezembro, Sesimbra, pp. 15-21.
- GOMES, João José Fernandes (1986) — «Encosta do castelo de Alenquer», *Informação Arqueológica*, n.º 6, Lisboa, p. 54.
- GOMES, Mário Varela, e GOMES, Rosa Varela (1991) — «Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do poço-cisterna de Silves», *Actas do IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, pp. 457-490.
- MOITA, Irisalva (1964-1965) — «Hospital Real de Todos-os-Santos», *Revista Municipal de Lisboa*, 101/102, pp. 77-100; 104/105, pp. 26-103.
- MOREDA, Javier Blanco, FERNÁNDEZ, Alejandro Nanclores, e MARTÍN, Miguel A. Montes (1991) — «Excavación de la Casa Galdo. Valladolid», *Arqueología Urbana en Valladolid*, Valladolid, pp. 231-292.
- Munsell Soil Color Chart, Gisco, Denver, 1992.
- QUEIRÓS, José (1948) — *Cerâmica Portuguesa*, vol. I, Lisboa.
- REGO, Miguel, e MACIAS, Santiago (1995) — «Cerâmicas do século XVII do Convento de St.ª Clara (Moura)», *Arqueologia Medieval*, 3, Porto, pp. 147-159.
- RIBEIRO, Margarida (1984) — «Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI», *Cadernos de Etnologia*, n.º 1, Montemor-o-Novo.
- SABROSA, Armando (1994) — «Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana», *Al-madan*, II série, 3, pp. 38-44.
- SABROSA, Armando, e SANTO, Paulo Espírito (1992) — «Almada Medieval/Moderna: um projecto de investigação», *Al-madan*, II série, 1, pp. 5-12.
- SABROSA, Armando, e SANTOS, Vítor Manuel (1993) — «Cerâmica comum de silos medievais, Rua Henrique Nogueira – Almada», *Al-madan*, II série, 2, pp. 116-122.
- TORRES, Cláudio (s.d.) — «Um Forno Cerâmico dos Séculos XV e XVI na Cintura Industrial de Lisboa, Mata da Machada – Barreiro», Câmara Municipal do Barreiro.

CATÁLOGO

1 — Testo de púcaro. Fragmento de aba larga, de lábio boleado, base plana. Barro castanho (Munsell 7.5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite finíssima e óxido de ferro vermelho escuro.
Pasta de grão médio, dura e foliácea.
Diâmetro 8 cm; altura 0,8 cm.
Proveniência: Convento de N.ª S.ª da Piedade.

2 — Testo. Fragmento de aba larga, bordo afilado, base plana e pega central em forma pitorra.
Barro vermelho (Munsell 2.5YR 4/6). Impurezas constituídas por moscovite.
Pasta de grão médio, dura.
Diâmetro 11,1 cm; altura 1,7 cm.
Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 240/1211.90.

3 — Testo. Fragmento de aba larga descaído, bordo boleado, base plana e pega central em forma de pitorra.
Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.
Pasta de grão médio, dura.
Diâmetro 12,3 cm; altura 2,2 cm.
Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 748.90.

4 — Testo. Fragmento de aba larga, bordo boleado, base plana e pega central em forma de pitorra.
Barro castanho avermelhado (Munsell 5YR 4/4). Impurezas constituídas por moscovite e quartzo leitoso fino.
Pasta de grão médio e dura.
Diâmetro 14 cm, altura 2,8 cm.
Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 184.90.

5 — Testo. Fragmento de aba descaída, bordo afilado, base plana e pega central em forma de pitorra.
Barro vermelho (Munsell 2.5YR 4/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso fino e óxido de ferro vermelho escuro fino.
Pasta de grão médio, dura, foliácea.
Diâmetro 17 cm, altura 2,9 cm.
Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 143. 90.

6 — Testo. Fragmento de aba larga descaída, base plana e pega central em forma de pitorra.
Barro laranja.
Pasta de grão médio e dura.
Proveniência: Musical, n.º MC 801 QII. 88.

7 — Saladeira. Fragmento de bordo em aba estreita, bojo troncocónico. Interior vidrado, plumbífero amarelo esverdeado e manchado no lábio inferior externo a verde.
Barro vermelho (Munsell 2.5 YR 4/8). Impurezas contituídas por moscovite, quartzo leitoso fino, defumado, e óxido de ferro vermelho escuro.
Pasta de grão médio e dura.
Diâmetro 23 cm.
Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1143. 90.

8 — Saladeira. Fragmento de lábio em voluta, paredes troncocónicas ligeiramente curvas, fundo plano com cobertura de areira. Interior com vidrado plumbífero verde amarelado, sobre engobe castanho muito pálido (Munsell 10YR 8/3).
Barro vermelho (Munsell 2.5YR 4/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.
Pasta de grão médio e dura, arenosa.
Diâmetro 29 cm.
Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 309//1445/1474. 90.

9 — Alguidar. Fragmento com lábio em voluta, corpo troncocônico e fundo plano. Acabamento no interior a brunido.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura, foliácea e com bolhas de ar.

Diâmetro 40 cm; altura 11,8 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1443. 90.

10 — Alguidar. Fragmento com lábio em voluta curta espessada. Vidrado plumbífero melado esverdeado, no interior.

Barro vermelho (2 Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, e calcário.

Pasta de grão médio, dura com bolhas e fendas de ar.

Diâmetro 36 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 539.90.

11 — Alguidar. Fragmento de lábio espessado em pérola triangular. Corpo troncocônico. Vidrado plumbífero melado, no interior.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8), parede exterior acinzentada. Impurezas constituídas por moscovite e raros grãos de quartzo.

Pasta de grão médio, dura e com bolhas e fendas de ar.

Diâmetro 60 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1072.90.

12 — Alguidar. Fragmento com lábio perolado exterior. Corpo troncocônico de paredes convexas e base plana coberta de areia. Apresenta engobe rosa pálido. Vidrado plumbífero amarelo no interior e verde em parte da parede exterior.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso, óxido de ferro vermelho escuro e calcário.

Pasta de grão médio, dura, foliácea e com bolhas e fendas de ar.

Diâmetro 52 cm; altura 11,4 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1479.90.

13 — Alguidar. Fragmento com lábio em voluta, corpo troncocônico e fundo plano de bolacha com areia na base.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, óxido de ferro vermelho escuro e calcário.

Pasta de grão médio, dura e foliácea.

Diâmetro 42 cm; altura 10,8 cm.

Proveniência: Largo 5 de Outubro, n.º HB 142. 84.

14 — Alguidar. Fragmento com lábio em voluta, corpo troncocônico aberto de paredes côncavas e base plana. Apresenta como decoração a marca de impressão de duas cordas no lábio exterior e uma nervura na parede interna junto ao bordo. Vidrado plumbífero verde, no interior. Tem dois orifícios, um com 7 e outro com 8 milímetros de diâmetro, para gatos de ferro.

Barro rosa (Munsell 7.5YR 8/3). Impurezas constituídas por óxido de ferro vermelho escuro e calcário.

Pasta de grão médio, dura, arenosa e com bolhas e fendas de ar.

Diâmetro 78 cm; altura 13,7 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1478. 90.

15 — Panela. Fragmento com lábio em fita, espessado no bordo interior, sem colo e bojo ovóide.

Barro vermelho (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, óxido de ferro vermelho escuro e calcário.

Pasta de grão médio, dura e com fendas de ar.

Diâmetro da boca 12,1 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 181.90.

16 — Panela. Fragmento, com lábio em aba, colo alto convexo com nervura na ligação com o lábio, e bojo ovoide.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo hialino, leitoso e defumado, e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro da boca 14,2 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1415.90.

17 — Panela. Fragmento de lábio em aba, colo alto convexo e bojo ovóide.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio e dura.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1198.90.

18 — Panela. Fragmento de panela pequena com bordo em aba quadrangular curta, colo curto e bojo esferoidal.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, óxido de ferro vermelho escuro e castanho escuro.

Pasta de grão médio, dura e foliácea.

Diâmetro da boca 9,6 cm; do bojo 11,4 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 307.90.

19 — Panela. Fragmento com lábio quadrangular, colo curto convexo, bojo oval. Tem duas asas verticais em fita de secção oval.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, óxido de ferro vermelho escuro, elementos máficos e calcário.

Pasta de grão médio, dura e foliácea.

Diâmetro da boca 9,6 cm; do bojo 14,3 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1028.90.

20 — Prato cónico. Grande fragmento decorado com quatro incisões ponteadas a punção cónico rodado, no fundo interno, e uma cruz incisa, delimitada por quatro pontos nos extremos das hastes e outros quatro pontos entre elas, na parte superior interna. Pé anelar.

Barro vermelho amarelado (Munsell 5YR 5/6) manchado de cinzento. Impurezas constituídas por moscovite, biotite, quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro e alguns grãos de calcário.

Pasta de grão médio.

Diâmetro 26 cm; altura 6,3 cm.

Proveniência: Musical, n.º MC 671 QII .88.

21 — Prato cónico. Fragmento com bordo recto espessado. Engobe vermelho na parede interior.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e calcário.

Pasta de grão médio, dura com fendas de ar.

Diâmetro 20 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1486.90.

22 — Prato cónico. Fragmento com bordo de aba vertical afilada.

Barro cinzento (Munsell 7/N7) com manchas castanhas. Impurezas constituídas por moscovite e quartzo leitoso fino.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro 22 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1526.90

23 — Prato cónico. Fragmento com bordo em voluta acentuada boleada. Corpo exterior com acabamento torneado.

Barro castanho avermelhado escuro (Munsell 5YR 3/2), com parede externa alaranjada. Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso fino e óxido de ferro castanho escuro.

Pasta de grão médio, dura e arenosa.

Diâmetro 22 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 907.90.

24 — Prato cónico. Fragmento com bordo em voluta boleada. Corpo exterior com acabamento a torno. Vestígios internos de engobe vermelho.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo defumado e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura e arenosa.

Diâmetro 25 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1062.90.

25 — Prato cónico. Fragmento com bordo abatido espesso. Acabamento a torno junto à base.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro 25 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1130.90.

26 — Prato cónico. Fragmento de fundo com pé anelar. Acabamento a torno na base.

Barro castanho avermelhado (Munsell 5YR 4/4), manchado de vermelho e negro. Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso, defumado, óxido de ferro castanho escuro e calcário.

Pasta de grão médio, dura e foliácea.

Diâmetro do pé 7,1 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 843.90.

27-Tigela. Fragmento de bordo perolado com canelura a vincar o lábio, corpo em calote e base de bolacha. Brunida no interior.

Barro laranja.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro 16 cm; altura 5,3 cm.

Proveniência: Musical, n.º MC 812 QII.88.

28 — Tigela. Fragmento de bordo perolado com canelurar exterior a vincar o lábio, corpo em calote e base em bolacha. Interiormente engobada a vermelho (Munsell 2.5YR 5/6).

Barro vermelho (Munsell 2.5 YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso, defumado, óxido de ferro vermelho escuro e calcário.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro 16 cm; altura 5,8 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 503.90.

29 — Tigela. Fragmento de bordo perolado com canelura a vincar o lábio, corpo em calote, base em bolacha com ressalto na ligação com o bojo.

Barro vermelho (Munsell 2YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, fino quartzo defumado, óxido de ferro castanho e vermelho.

Pasta de grão médio, dura e foliácea.

Diâmetro 23 cm; altura 5,3 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1012. 90.

30 — Frigideira ou padeira. Fragmento com bordo ligeiramente espessado, duas caneluras abaixo do lábio, paredes divergentes, fundo côncavo. Asas horizontais de secção em fita com nervura central ligam abaixo do lábio. Acabamento brunido no fundo e torneado na base.

Barro vermelho (Munsell 10YR 5/6) e cerne negro. Impurezas constituídas por moscovite.

Pasta de grão médio, dura e arenosa.

Diâmetro 20 cm; altura 4,2 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 946.90.

31 — Frigideira ou padeira. Fragmento com lábio em pequena voluta seguido de duas caneluras sobre corpo baixo de paredes divergentes e fundo côncavo. Acabamento a brunido no bordo e fundo e torneado na base.

Barro vermelho (Munsell 10YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura e arenosa.

Diâmetro 20 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 882.90.

32 — Tacho. Fragmento com lábio perolado reentrante, carena na ligação com o corpo, decorado com pequena nervura seguida de canelura. Pegas triangulares a ligarem abaixo da nervura.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, biotite, finos grãos de quartzo leitoso e defumado, e calcário.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro da boca 22,6 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 883.90.

33 — Tacho. Fragmento de bordo introvertido perolado, lábio com pequeno ressalto, bojo troncocônico invertido, fundo ligeiramente concavo. Pegas triangulares. Acabamento a brunido no bordo e fundo e torneado na base.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso fino e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura e foliácea.

Diâmetro 18 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 583.90.

34 — Fogareiro. Fragmento de bordo em aba triangular, seguida de faixa decorada com incisão ondulada contínua, separada por uma nervura do bojo em calote. Asa horizontal em fita, de secção oval, ligando abaixo do lábio.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso finíssimo, óxido de ferro vermelho.

Pasta de grão médio, dura e foliácea. Diâmetro 25 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1012. 90.

35 — Fogareiro. Fragmento com bordo direito espessado interiormente, aba estreita para reforço abaixo da boca e aplicações cónicas sobre o bordo para

assentamento dos recipientes de cozinha. Apresenta engobe branco sujo na parede exterior.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite e calcário.

Pasta de grão médio, dura e compacta.

Diâmetro 20,4 cm.

Proveniência: Beco do Inválidos, n.º BIV 1500.90.

36 — Fogareiro. Fragmento com lábio reentrante de bordo perolado, fazendo carena na ligação com contentor de fogo cónico, apresentando uma pequena canelura logo abaixo da carena de onde nascem duas asas de fita.

Barro laranja.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro da boca 20 cm.

Proveniência: Musical, n.º MC 790.88.QII.

37 — Fogareiro. Fragmento com lábio reentrante, bordo espessado com ressalto exterior sobre carena. Contentor de fogo de paredes troncocónicas. No bordo apresenta aplicações piramidais para assentamento dos recipientes.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8) com a parede exterior acinzentada. Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura, foliácea e com fendas de ar.

Diâmetro 20,4 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 964.90.

38 — Fogareiro. Fragmento de bojo com grelha de bolacha e parte superior da boca de ar.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e calcário.

Pasta de grão médio e dura.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 129.90.

39 — Fogareiro. Fragmento de bojo com grelha obtida através de recipiente invertido colado sobre corpo tronco-cónico e com parte superior de abertura da boca de ar.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro fino.

Pasta de grão médio, dura e com bolhas de ar.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1429.90.

40 — Fogareiro. Fragmento de bojo com grelha obtida através do fundo do recipiente superior colado sobre cilindro, e abertura superior de ar.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado.

Pasta de grão médio e dura.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 128.90.

41 — Fogareiro. Fragmento de pé ligeiramente tronco-cónico, decorado com uma canelura junto à parte inferior, que é plana e coberta com areia na base.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 4/6). Impurezas constituídas por moscovite, raros e finos grãos de quartzo leitoso, óxido de ferro vermelho escuro e calcário.

Pasta de grão médio, dura e foliácea.

Diâmetro da base 16 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 735.90.

42 — Almotolia. Fragmento com bordo boleado, boca trilobada, colo cilíndrico decorado com nervuras roscadas, ombro descaído, bojo ovóide com nervura junto ao pé. Vidrado plumbífero verde no exterior.

Barro cinzento escuro a castanho escuro. Impurezas constituídas por moscovite e quartzo leitoso.

Pasta de grão médio, dura e com fendas de ar.

Diâmetro: da boca 4,3 cm; bojo 14,3 cm. Altura 22,6 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 437.90.

43 — Almotolia. Fragmento com bordo boleado, boca trilobada, colo cónico decorado com nervuras roscadas, ombro descaído com uma nervura na ligação com o bojo.

Barro laranja (Munsell 5YR 6/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso, óxido de ferro vermelho escuro e castanho escuro.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro: da boca 4,1 cm; do bojo 10 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 925.90.

44 — Infusa. Fragmento com bordo triangular, lábio alto ligeiramente reentrante, colo concavo com três nervuras na parte superior.

Pasta vermelha (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, e de óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio e dura. Diâmetro da boca 9,7 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1108.90.

45 — Infusa. Fragmento com lábio espessado exteriormente de forma triangular, colo convexo estrangulado a meio, com três suaves caneluras abaixo do lábio.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8) com manchas acinzentadas na parede exterior. Impurezas constituídas por moscovite e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro da boca 12 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1074.90.

46 — Infusa. Fragmento com lábio em aba espessa ligeiramente descaída, colo troncocónico com quatro caneluras em escada.

Pasta vermelha (Munsell 2.5 YR 4/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado.

Pasta de grão médio, dura, foliácea e com bolhas de ar.

Diâmetro da boca 11,8 cm.

Proveniência: Musical, n.º MC.183.88.QI.

47 — Infusa. Fragmento com lábio em aba direita espessada com bordo chanfrado, colo troncocónico decorado com quatro caneluras.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite e calcário.

Pasta de grão médio, dura e com bolhas de ar.

Diâmetro da boca 12,4 cm.

Proveniência: Musical, n.º MC.298.88.QI.

48 — Infusa. Fragmento com boca afunilada, lábio espessado em fita triangular, colo troncoconico com caneluras na parte superior.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura e com bolhas de ar.

Diâmetro da boca 13 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1422.90.

49 — Bilha. Fragmento inferior de bojo troncocónico ligeiramente convexo. Pé de bolacha com areia na base.

Barro vermelho (Munsell 2.5 YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, biotite, quartzo leitoso e defumado, e calcário.

Pasta de grão médio, dura e com bolhas de ar.

Diâmetro da base 8,1 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 912.90.

50 — Bilha. Fragmento inferior com bojo ovóide, pé cilíndrico largo, base plana com areia.

Barro vermelho (Munsell 5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura, com bolhas e fendas de ar.

Diâmetro da base 10,9 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1369.90.

51 — Bispote. Fragmento com lábio em aba, bordo espessado e corpo cilíndrico. Asas em fita bilobada, a ligar ao lábio.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso e defumado, e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro da boca 26,5 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1494.90.

52 — Bispote. Fragmento com lábio em aba, bordo espessado, corpo cilíndrico ligeiramente convexo, base plana. Uma canelura na parte superior do corpo e outra no inferior. Vidro plumbífero melado no interior e verde no exterior.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite e quartzo leitoso.

Pasta de grão médio, dura e com bolhas de ar.

Diâmetro: da boca 16,3 cm; do bojo 13,5 cm; do pé 12,8 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1344.90.

53 — Malga carenada. Fragmento de bordo boleado direito, carena de ângulo obtuso e pé anelar. Vidrado estanhífero com brilho ceroso.

Barro castanho muito pálido (Munsell 10YR 8/3).

Pasta de grão fino muito depurada, mole e com bolhas de ar.

Diâmetro 15 cm; altura 6,4 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1330.90.

54 — Malga carenada. Fragmento de bordo boleado, carena alta e pé anelar. Vidrado plumbífero amarelado e raiado de melado.

Barro castanho muito pálido (Munsell 10YR 8/3).

Impurezas constituídas por finos grãos de quartzo leitoso.

Pasta de grão médio, mole, arenosa, com fendas e bolhas de ar.

Diâmetro 16 cm; altura 5,3 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 432.90.

55 — Malga carenada. Fragmento com bordo boleado, côncava, carena de ângulo obtuso. Vidrado estanhífero mate e espesso. Decorada internamente a azul, com três bandas na parte superior e arabescos, no fundo.

Barro amarelo pálido (Munsell 2.5YR 8/2). Impurezas constituídas por óxidos de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão fino, mole e com bolhas de ar.

Diâmetro 18,2 cm; altura 7,4 cm.

Proveniência: Musical, n.º MC 793.88.QII.

56 — Malga carenada. Fragmento com carena baixa e pé anelar. Vidrado plumbífero melado.

Barro laranja (Munsell 5YR 5/8). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso fino e grãos finos de óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura e foliácea.

Diâmetro da carena 16 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1541.90.

57 — Escudela de orelhas. Fragmento com bordo boleado, corpo em calote e pegas triangulares, com recorte ondulado, a sair de junto do lábio. Vidrado estanhífero mate.

Barro castanho muito pálido (Munsell 10YR 8/3). Impurezas constituídas por finas inclusões de óxido de ferro castanho.

Pasta de grão fino e mole.

Diâmetro 14 cm.

Proveniência: Palácio dos Condes da Guarda.

58 — Godé de faiança. Fragmento com bordo triangular, recipiente de fundo baixo côncavo, paredes exteriores oblíquas, pequeno pé de base plana. Vidrado estanhífero brilhante, espesso, no interior e lábio.

Barro róseo (Munsell 7.5YR 8/4). Impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso, rosa, defumado e óxido de ferro vermelho claro e escuro.

Pasta de grão médio, dura e arenosa.

Diâmetro 8 cm; altura 2,1 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 978.90.

59 — Godé de faiança. Fragmento com bordo triangular, recipiente de fundo baixo côncavo, parede exterior oblíqua, pequeno pé de base plana. Vidrado estanhífero brilhante internamente com espessa camada.

Barro castanho muito pálido (Munsell 10YR 8/3). Impurezas constituídas por grãos de quartzo leitoso, róseo e óxido de ferro vermelho e negro.

Pasta de grão médio, dura, arenosa e com bolhas de ar.

Diâmetro 8 cm; altura 1,8 cm.

Proveniência: Palácio dos Condes da Guarda.

60 — Prato de faiança. Fragmento com bordo boleado extrovertido, linhas curvas abertas com onfalo no fundo. Vidrado estanhífero brilhante. Decorado internamente com bandas azuis, duas no bordo e outras duas junto à nervura que antecede o fundo.

Barro amarelo pálido (Munsell 2.5YR 8/3).

Pasta de grão fino, mole e com fendas de ar. Diâmetro 21 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 989.90.

61 — Prato de faiança. Fragmento com bordo afilado, corpo concavo, fundo com onfalo rodeado por uma nervura concentrica. Base vasada concava. Vidro

estanhífero espesso de meio brilho, apresentando «craquelé» a destacar-se da chacota.

Barro amarelo pálido (Munsell 2.5YR 8/3).

Pasta de grão médio, pouco dura e com bolhas e fendas de ar.

Diâmetro 19,2 cm; altura 4,5 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1306.90.

62 — Prato. Fragmento com bordo boleado, corpo aberto em voluta suave, com duas caneluras junto ao lábio e fundo com uma pequena depressão circular. Pé vasado de secção triangular e fundo exterior cónico. Vidrado plumbífero verde manchado de amarelo no interior e lábio.

Barro vermelho amarelado (Munsell 5YR 6/6). Impurezas constituídas por grãos de quartzo leitoso.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro 21,2 cm; altura 4,5 cm.

Proveniência: Convento de N.ª S.ª da Piedade.

63 — Prato de faiança. Fragmento com bordo de aba curta, corpo côncavo sobre pé ligeiramente vasado. Vidrado estanhífero de brilho ceroso e com bolhas de ar.

Barro laranja (Munsell 5YR 7/6). Impurezas constituídas por raros e finos grãos de óxido de ferro vermelhos.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro 19 cm; altura 4,5 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 942.90.

64 — Prato de faiança. Fragmento com bordo em aba curta, paredes divergentes, fundo concavo e pé anelar. Vidrado estanhífero pastoso, brilhante, com bolhas de ar e manchas arroxeadas nas zonas mais finas do vidrado.

Barro amarelo pálido (Munsell 2.5YR 8/4). Impurezas constituídas por quartzo leitoso fino e óxido de ferro castanho escuro.

Pasta de grão médio, dura e com fendas de ar.

Diâmetro 19 cm; altura 4,5 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1466.90.

65 — Prato de faiança. Fragmento com aba larga, recipiente concavo e pé anelar. Vidrado estanhífero brilhante. Decorado a azul, tendo no fundo representado um motivo floral. Na inferior da aba é decorado com linhas curvas paralelas.

Barro amarelo pálido (Munsell 2.5YR 8/3). Impurezas constituídas por quartzo leitoso e óxido de ferro castanho escuro.

Pasta de grão fino e mole.

Diâmetro 15 cm; altura 2,2 cm.

Proveniência: Convento de N.ª S.ª da Piedade.

66 — Prato de faiança. Fragmento com aba larga, recipiente côncavo com pé anelar. Vidrado estanhífero brilhante. Decorado a azul tendo no fundo representado um coelho. Na parte inferior da aba é decorado com linhas curvas paralelas.

Barro castanho muito pálido (Munsell 10YR 8/3). Impurezas constituídas por quartzo leitoso, defumado, e óxido de ferro castanho escuro.

Pasta de grão fino, mole e com fendas de ar.

Diâmetro 15 cm; altura 1,8 cm.

Proveniência: Convento de N.ª S.ª da Piedade.

67 — Tigela em faiança. Fragmento com bordo boleado extrovertido em voluta, corpo em calote e pé anelar. Vidrado estanhífero de brilho ceroso.

Barro róseo (Munsell 7.5YR 8/4). Impurezas constituídas por grãos de quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura e com fendas.

Diâmetro 12,5 cm; altura 6 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1326.90.

68 — Tigela. Lábio em voluta de bordo boleado, corpo em calote e pé anelar. Vidrado plumbífero melado esverdeado salpicado de castanho escuro.

Barro vermelho manchado de cinzento.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro 14,8 cm; altura 8 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 928.90.

69 — Tigela vidrada. Bordo boleado, corpo em calote sobre pé anelar. Vidrado plumbífero esverdeado sobre engobe branco.

Barro vermelho com manchas acinzentadas escuras no exterior (Munsell 2.5YR 5/6). Impurezas constituídas por moscovite finíssima e raros grãos de quartzo rosa.

Pasta de grão médio, dura e compacta.

Diâmetro 11,5 cm; altura 4,5 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 342.90.

70 — Púcaro de uma asa. Bordo fino boleado, colo alto ligeiramente troncocônico invertido, ressalto na ligação com o bojo oval achatado, e pequeno pé reentrante. Barro castanho avermelhado (Munsell 5YR 4/4). Impurezas constituídas por biotite, quartzo leitoso, hialino e óxido de ferro negro.

Pasta fina, mole e foliácea.

Diâmetro da boca 8,2 cm; altura 8,2 cm.

Proveniência: Convento de N.ª S.ª da Piedade.

71 — Púcaro. Fragmento inferior de bojo esférico e pequeno pé plano. Engobado exteriormente a vermelho (Munsell 2.5YR 5/6).

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por finíssimas partículas de moscovite, quartzo leitoso e abundante óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão fino e dura.

Diâmetro da base 3,6 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1095.90.

72 — Pires de púcaro. Fragmento de lábio em aba canelada em escada com decoração constituída por grupos de incisões radiais no bordo.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/6). Impurezas constituídas por finíssimas partículas de moscovite, quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta fina, muito dura e com bolhas de ar.

Diâmetro 16,5 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 376.90.

73 — Pires de púcaro. Fragmento recipiente baixo de fundo plano, de lábio em aba ondulada com caneluras. Engobado internamente a vermelho escuro.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 4/6). impurezas constituídas por moscovite, quartzo leitoso, óxido de ferro vermelho escuro e calcário.

Pasta fina e dura.

Diâmetro 15,1 cm; altura 2,6 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 308.90.

74 — Defumador de faiança. Com bordo boleado, contentor de fogo, cilíndrico, estrangulando com o pé troncocónico, base plana, boca de ar rectangular e grelha de bolacha com aberturas rectangulares feitas com lâmina. Asas pequenas de secção oval, arrancando do bordo e ligando na altura da grelha. Vidrado estanhífero brilhante, decorado com motivos florais, volutas e um pássaro dentro de cartela, a azul, cobalto e manganês.

Barro branco (Munsell 2.5YR 8/1).

Pasta de grão fino e dura. Impurezas constituídas por óxido de ferro vermelho escuro.

Diâmetro 10,2 cm; altura 8,8 cm.

Proveniência: Capela de N.ª S.ª da Conceição da Abóboda.

75 — Mealheiro. Fragmento com pitorra no topo, capela cónica com abertura para moedas.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/8). Impurezas constituídas por finas partículas de moscovite, quartzo leitoso e óxido de ferro castanho escuro.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1338.90.

76 — Pote vidrado. Bordo triangular, colo cilíndrico com duas nervuras, bojo ovoide com estrangulamento na junção com o pé em bolacha de bordos chanfrados. Duas pequenas asas horizontais de secção oval que arrancam da parte superior do bojo. Vidrado plumbífero verde exteriormente e amarelo no interior. Acabamento medíocre.

Barro vermelho. Impurezas constituídas por moscovite fina e óxido de ferro castanho.

Pasta de grão médio, dura.

Diâmetro 12,5 cm, altura 13,7 cm.

Proveniência: Convento de N.ª S.ª da Piedade.

77 — Pote vidrado. Fragmento com boca larga, bordo boleado, colo curto afunilado e bojo esférico. Vidrado plumbífero amarelado, no interior e colo, dando uma cor acastanhada escura a imitar o vidrado da loiça de grés.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/6), com manchas acinzentadas escuras na parede exterior. Impurezas constituídas por quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura e compacta.

Diâmetro da boca 13,9 cm.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 381. 90.

78 — Púcaro. Bordo boleado, colo curto troncocónico, bojo bicónico com carena a meio e pé plano. Asa em fita a ligar ao lábio e na carena do bojo.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/6) com manchas esbranquiçadas e acinzentadas. Impurezas constituídas por finíssimas partículas de moscovite, óxido de ferro castanho escuro, elementos máficos e calcário.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro: boca 7,2 cm; bojo 9,8 cm; pé 4,1cm. Altura 8,7 cm.

Proveniência: Rua Marques Leal Pancada, n.º PQ.3.93.

79 — Púcaro. Bordo perolado, colo curto côncavo, bojo ovóide e pé plano. Tinha asa em fita que ligava ao lábio e a meio do bojo.

Barro vermelho (Munsell 2.5YR 5/6). Impurezas constituídas por quartzo leitoso, óxido de ferro vermelho escuro e castanho escuro, e alguns elementos máficos.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro: bojo 11,8 cm; pé 5,5 cm. Altura 10,6 cm.

Proveniência: Rua Marques Leal Pancada, n.º PQ.2.93.

80 — Púcaro. De grandes dimensões, apresenta o bordo boleado, colo cilíndrico, bojo bicónico com carena a meio e fundo plano. Asa em fita a ligar ao lábio e à carena do bojo.

Barro vermelho claro (Munsell 2.5 YR 6/6). Impurezas constituídas por finas partículas de moscovite, quartzo leitoso, óxido de ferro vermelho escuro e castanho escuro.

Pasta de grão médio e dura.

Diâmetro: boca 9,1 cm; bojo 12,8 cm; pé 6,2 cm.

Altura 12,4 cm.

Proveniência: Rua Marques Leal Pancada, n.º PQ.1.93.

81 — Almotolia. Parte inferior de bojo ovóide, pé em bolacha saliente ao bojo com arestas chanfradas. Apresenta uma canelura um pouco acima do meio do bojo, arranque de asa em fita marcada a meio do bojo. Vidrado plumbífero verde.

Barro rosa (Munsell 5YR 8/4). Impurezas constituídas por quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão médio, dura e arenosa.

Diâmetro: bojo 8,4 cm; pé 6,4 cm.

Proveniência: Azenha da Atrozela.

82 — Boneco. Fragmento de cabeça de cavalo modelada. Vidrado plumbífero verde.

Barro branco rosado (Munsell 7.5YR 8/2). Impurezas constituídas por moscovite.

Pasta de grão fino e dura.

Proveniência: Palácio dos Condes da Guarda.

83 — Boneco. Fragmento de cabeça modelada de homem barbado. Vidrado plumbífero verde.

Barro laranja rosado (Munsell 7.5YR 8/3).

Pasta de grão fino, dura e com bolhas de ar.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 13131.90.

84 — Bonecos. Fragmento de conjunto de figuras modeladas, vendo-se uma mão sobre a cabeça de um cão. Vidrado plumbífero verde.

Barro rosa (Munsell 7.5YR8/2). Impurezas constituídas por óxido de ferro castanho escuro.

Pasta de grão fino, dura com fendas de ar.

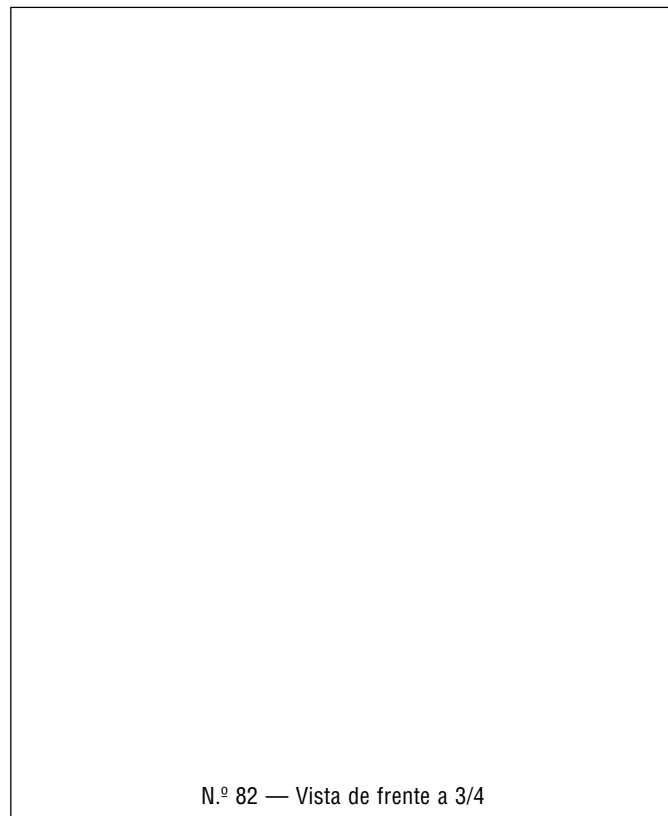
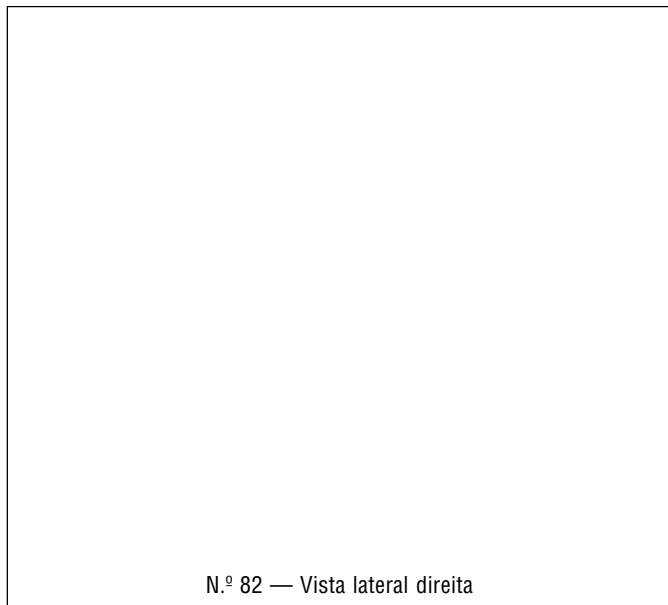
Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1314.90.

85 — Boneco. Fragmento de corpo de animal modelado. vidrado plumbífero verde.

Barro rosa (Munsell 7.5YR 8/3). Impurezas constituídas por moscovite finíssima, quartzo leitoso e óxido de ferro vermelho escuro.

Pasta de grão fino, dura e com bolhas de ar.

Proveniência: Beco dos Inválidos, n.º BIV 1315.90.



Fotos 5 e 6 — Boneco de barro vidrado a verde, representando uma cabeça de cavalo. Antigo palácio dos Condes da Guarda, Cascais.

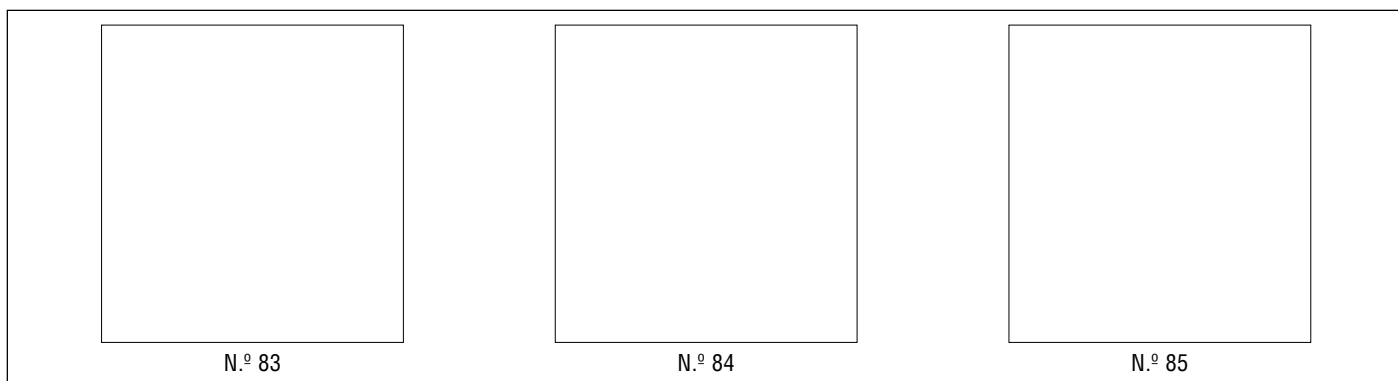


Foto 7 — Bonecos de barro vidrado a verde, representando uma cabeça humana (n.º 83), uma mão sobre a cabeça de um cão (n.º 84) e o corpo de um animal (n.º 85). Beco dos Inválidos, Cascais.

AZENHAS E MOINHOS NO ALGARVE. SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIII E SÉCULO XIV

TERESA REBELO DA SILVA*

Após a conquista cristã do Algarve, é evidente o interesse da Coroa em reservar para si as principais moendas da região, as quais são claramente especificadas nos respectivos forais outorgados por D. Afonso III e D. Dinis. Dois tipos de sistemas moageiros são distinguidos nesses forais, assim como na documentação régia da segunda metade do século XIII e século XIV. Tratam-se das *azenhas* e *moinhos*, as quais, por si, não esgotam, no entanto, os processos de moagem existentes neste período. Na realidade, as mós manuais, referidas nas *Actas das Vereações de Loulé de 1403*¹, associadas à farinação de trigo e ao fabrico de pão de primeira qualidade², deveriam ser amplamente divulgadas, escapando, todavia, à identificação na grande maioria da documentação. Por outro lado, é só no século XV que nos surgem as primeiras referências a moinhos de vento, o que não é de surpreender, uma vez que, embora difundidos na Península Ibérica desde o século XII, são-no, todavia, de forma vagarosa, sendo ainda raros no século XIV³.

Tipologicamente, os estudiosos consideram duas variedades de moinhos hidráulicos: os moinhos de roda horizontal — de rodízio ou de rodete — e as azenhas de roda vertical — de propulsão superior (de copos), média ou inferior. A difusão do rodete nos moinhos do Algarve data, provavelmente, do século XIX⁴. Relativamente aos moinhos de rodízio, não atendendo a especificidades técnicas que não cabem neste estudo⁵, podem ser de rios ou

ribeiras ou, no segundo caso, de maré. As azenhas distinguem-se «conforme a água cai de alto sobre a roda, ou a meia altura desta, ou impulsiona-a correndo por baixo dela»⁶.

Os numerosos estudos realizados sobre tecnologia medieval não conseguem resolver muitas das questões que se colocam relativamente às moendas hidráulicas⁷. Entre elas, alguns dos problemas difíceis de resolver prendem-se com a origem, difusão e correspondência dos termos *moinho* e *azinha* e o tipo de sistema de moagem a que dizem respeito — de roda horizontal ou vertical. Um e outro eram conhecidos e utilizados na Idade Média os quais, segundo Joseph Needham, surgem relacionados, o primeiro com o «molinillo», e o de roda vertical com a nora ou com a roda hidráulica, sendo assim mais provável encontrar uma maior difusão de azenhas em regiões de maior influência Árabe. Todavia, estas relações e evoluções históricas estão longe de ser perfeitamente

* Bolseira PRAXIS.

compreendidas. De facto, como refere Haudricourt, seria lógico pensar que a nora, conhecida desde os últimos séculos antes da nossa era no Próximo Oriente Mediterrânico e em outras regiões da Ásia e África, tivesse conduzido à invenção do moinho hidráulico de roda vertical. No entanto, tudo parece indicar que nas regiões onde a nora surge mais precocemente, é o moinho de roda horizontal que primeiro vai aparecer. A invenção do de roda vertical é posterior ou, no máximo, contemporânea, parecendo ter uma origem italiana ou, talvez, helenística⁸.

Etimologicamente os termos *moinho* e *azenha* parecem indicar, respectivamente uma difusão romana e uma árabe dos dois sistemas de moagem. De facto, tanto Alberto Sampaio, como Orlando Ribeiro e Oliveira Marques consideraram que enquanto o moinho teria sido difundido na Península Ibérica pelos Romanos, a azenha divulgou-se em Portugal durante o domínio muçulmano⁹. Alberto Sampaio explica assim a maior presença de moinhos no Norte do País e de azenhas no Sul.

A questão da correspondência entre os termos *moinho* e *azenha* e o sistema a que dizem respeito é igualmente difícil de resolver. Em Portugal, em discordância com a posição de Viterbo, segundo a qual os termos em causa diziam respeito a idêntico sistema de farinação, Oliveira Marques adianta que tal facto «parece não corresponder à verdade. Sempre na documentação deparámos com distinção nítida entre umas e outras. É vulgar os textos falarem de “moinhos e azenhas”, o que prova que distinguíam os dois tipos»¹⁰.

Como refere Thomas Glick, apesar da afirmação dogmática de Gautier-Dalché que declarara que moinhos e azenhas eram idênticos — posição esta que foi seguida por muitos historiadores —, alguns estudos recentes, ultrapassando esta posição, trou-

xeram novos dados para a compreensão do problema. Entre estes, destacamos o estudo de Villar Garcia sobre a Estremadura castelhano-leonesa, em que o autor assinala em nota, como curiosidade, uma distinta distribuição dos moinhos e azenhas. Enquanto os primeiros se encontram difundidos pela rede hidrográfica secundária ou terciária, as azenhas estão edificadas nos grandes rios¹¹ — «el Duero y sus afluentes principales, respondiendo, por los restos que conocemos en la actualidad a auténticos complejos molineros, cuyo costo es evidentemente superior a los primeros, puesto que exige el control y regulación de las grandes corrientes fluviales»¹².

Segundo Thomas Glick, na Europa Medieval, a «lógica del crecimiento económico sugiere una secuencia de desarrollo tecnológico mediante la cual los molinos verticales sucedieron cronológicamente a los horizontales»¹³. Segundo o autor, os moinhos de roda horizontal, de menor complexidade, não obrigam a grandes investimentos para a sua construção e manutenção. Pelo contrário, os de roda vertical, de instalações mais vultuosas, estão associados à feudalização e ao monopólio senhorial dos instrumentos de moagem¹⁴. No entanto, esta tendência evolutiva não implica que em determinadas regiões os pequenos moinhos de roda horizontal não se mantenham amplamente generalizados.

A importância da posse de instrumentos de moagem está bem expressa, não só nas disposições dos forais de D. Afonso III e de D. Dinis, mas também na preocupação com o aforamento das moendas existentes ou dos edifícios a construir de novo. Os documentos disponíveis, embora não nos ofereçam um conhecimento exaustivo de todos os actos régios relativos ao espaço em estudo, permitem-nos observar o interesse do soberano relativamente aos sistemas de moagem nessa região.

É de assinalar, em primeiro lugar, que é no reinado de D. Dinis que surgem a maioria das referências à construção de novas moendas¹⁵. Na verdade, no conjunto da documentação régia de meados do século XIII aos finais de XIV relativa à edificação de sistemas moageiros, cerca de 90% data do último quartel de trezentos e primeiro da centúria seguinte. Por outro lado, a preocupação com a construção de novos edifícios prende-se de modo quase exclusivo ao Algarve Oriental — correspondendo a mais de 80% dos actos régios — destacando-se a vila e termo de Faro e, fundamentalmente, a vila e termo de Tavira. Por último, relativamente às moendas construídas de novo, cerca de 80% dizem respeito a novas azenhas e somente os restantes 20% a novos moinhos.

Em Tavira, por foral a Coroa reserva para si as azenhas da ponte e os moinhos da Asseca¹⁶. A primeira referência à construção de uma nova *azenha* data de 1268. É construída no esteiro, onde entram as naus para a vila¹⁷. Entre 1281 e 1293 edificam-se quatro novas *azenhas*, agora na porta ou ponte de Tavira pagando ao rei a metade do que renderem. A documentação indica

igualmente que já existiam neste local pelo menos duas outras *azenhas* ¹⁸. Todavia, no primeiro quartel do século XIV estas moendas deixam de ser referidas na documentação e são construídas quatro novas *azenhas*, na foz de Tavira, no esteiro, agora pagando o quarto, havendo referência à existência de duas outras no mesmo local ¹⁹. No mesmo período é edificado uma outra *azenha*, em Vale de Caranguejos, «como parte com o esteiro que vem de contra o almargem» ²⁰.

No termo de Tavira, na Asseca, localiza-se o reguengo. Aqui, como referimos, a Coroa também se interessa pelos *moinhos*, sendo reservados para o rei, por foral, todos os construídos na Ribeira da Asseca ²¹. Em 1281 D. Dinis permite a construção de dois *moinhos* nesta Ribeira, edificados entre os do rei, desde que estes não sejam prejudicados ²².

Em Faro, a Coroa reserva somente para si as *azenhas* ²³. A primeira referência a uma nova *azenha* data de 1273, momento em que é permitido a um particular construir uma *azenha* no esteiro, mediante o pagamento da metade ²⁴. No reinado de D. Dinis edificam-se quatro novas *azenhas* em Faro, referindo-se explicitamente que uma delas se situa nos esteiros do mar e outra «onde aportam os baixéis» ²⁵. Finalmente, em 1329, constroem-se uma nova *azenha*, também nos esteiros do mar ²⁶. Se nenhuma destas *azenhas* deixou de funcionar, podemos considerar, com o apoio das referências da documentação à existência de outras *azenhas*, que neste período funcionam, pelo menos, em Faro sete *azenhas* ²⁷.

Relativamente a Loulé, por foral, o rei só se preocupa em reservar para si os *moinhos* de Quarteira ²⁸. Estes, edificados no reguengo, são referidos desde 1293 ²⁹ e durante o reinado de D. Dinis há a indicação da construção de três novos *moinhos* e da existência, pelo menos de cinco, no total. Também nas salinas de Loulé, reservadas igualmente por foral, o rei permite a construção de uma *azenha*, ao lado das que aí possui ³⁰.

No que diz respeito a Alcoutim, em 1316 constroem-se uma *azenha*, no esteiro ³¹.

A questão das moendas de Silves e seu termo é mais complicada, uma vez que a documentação dos séculos XIII e XIV poucas referências lhes dedica ³². Por foral, o rei reserva para si «todos os moinhos do rio Arade e Reguengo de Lagoa e “Rogel”» ³³. Para além disso são escassas as outras informações. Em 1273 refere-se a doação de uma *azenha* em Odelouca, com condição de esta ser feita na dita «sessega» ³⁴; no reinado de D. Dinis há a indicação da construção de uma outra *azenha* no mesmo local e de duas outras no termo de Silves ³⁵. Em relação às moendas de água doce que D. Manuel reservará para si no Foral Novo — as da Porta, do Crespo, da Torre e da Prata — eles são só referidas na documentação nos finais de XIV (1384) e século XV ³⁶. Por seu lado, os *moinhos* e *azenhas* referidos no *Livro do Almojarifado de Silves* escapam cronologicamente a este estudo. E, como nos indica M. Fátima Botão, a «documentação é omissa quanto à localização precisa destes instrumentos

de produção e nada nos permite, com rigor, concluir quais as moendas movidas a água salgada e quais as que são movidas a água doce» ³⁷. Exceptuam-se algumas indicações, como continua a autora, como a da *azenha* aforada em 1376, na Ribeira de Estombar, junto «a malhada do mar» ³⁸, ou de outra, aforada em 1478, que sai do rio de Boina e «vay contra a varalha» ³⁹, ou a da *azenha* de Alvor, indicada no *Livro do Almojarifado de Silves*, junto às salinas que, como refere a autora «é, muito provavelmente, a que figura na planta seiscentista de Alexandre Massay e para o qual já Romero de Magalhães chamou a atenção» ⁴⁰.

Em relação às restantes vilas e termos do Algarve, com excepção de Castro Marim não há qualquer indicação relativamente à existência ou construção de novas moendas. Embora o rei as possa ter reservado por foral, como é o caso de Aljezur, onde o rei retém metade das moendas de água doce e de água salgada ⁴¹, nenhuma outra informação foi possível encontrar na documentação régia do período aqui tratado.

Em Castro Marim, onde estão reservados para a Coroa os *moinhos* e *azenhas* ⁴², a primeira referência que surge relativamente à construção de uma *azenha* no esteiro, mediante o pagamento da metade, data de 1289 ⁴³. Esta foi, no ano seguinte, vendida à Coroa ⁴⁴ e é possivelmente a única que persiste em 1375, momento em que os habitantes da vila pedem ao rei autorização para construírem outras, uma vez que a *azenha* de Castro Marim não é suficiente ⁴⁵.

Relativamente a esta *azenha*, afirma Fernando Castelo Branco: «Um documento de 1290 refere-se a uma “acenha que nos hauemos em castro marym a soo dicto castello em o esteyro”. Se considerarmos que nos meados do século XV, como adiante

Um rodízio em plena laboração.
A água saía com grande pressão
através do estreito canal que era a sétia.

Corte esquemático de um moinho de rodízio.

Fig. 1 — Segundo Luís Filipe Rosa Santos, *Os Moinhos de Maré da Ria Formosa*, pp. 22 e 23.

documentaremos, se denominavam azenhas os moinhos de maré, a sua localização numa zona na qual se faz sentir a maré e onde seria bastante difícil construir-se um engenho movido pela água do rio do que pela maré, a circunstância de ainda hoje existirem no local moinhos desse género, somos levados a admitir que esta “acenha” que já existia no século XIII era possivelmente um engenho movido pela chamada hulha verde»⁴⁶. O autor coloca a hipótese de esta *azenha* ser o moinho de maré que está representada no *Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*. Embora não haja uma certeza sobre esta hipótese, uma vez que, em 1503 a Ordem de Cristo detém cinco «moinhos» de dois e três engenhos⁴⁷, seguramente todos de rodízio⁴⁸ e movidos pela maré, na vila e termo de Castro Marim, a afirmação de Fernando Castelo Branco sobre o emprego do termo *azenha* para denominar os moinhos de maré pode ser alargada à quase exclusividade das *azenhas* referidas na documentação. Na realidade, neste período e nesta região, o termo *azenha* é utilizado quase exclusivamente para indicar a existência ou a construção de moendas num «esteiro», na «foz», nas «salinas», na «malhada do mar», ... isto é, em locais onde chega o mar.

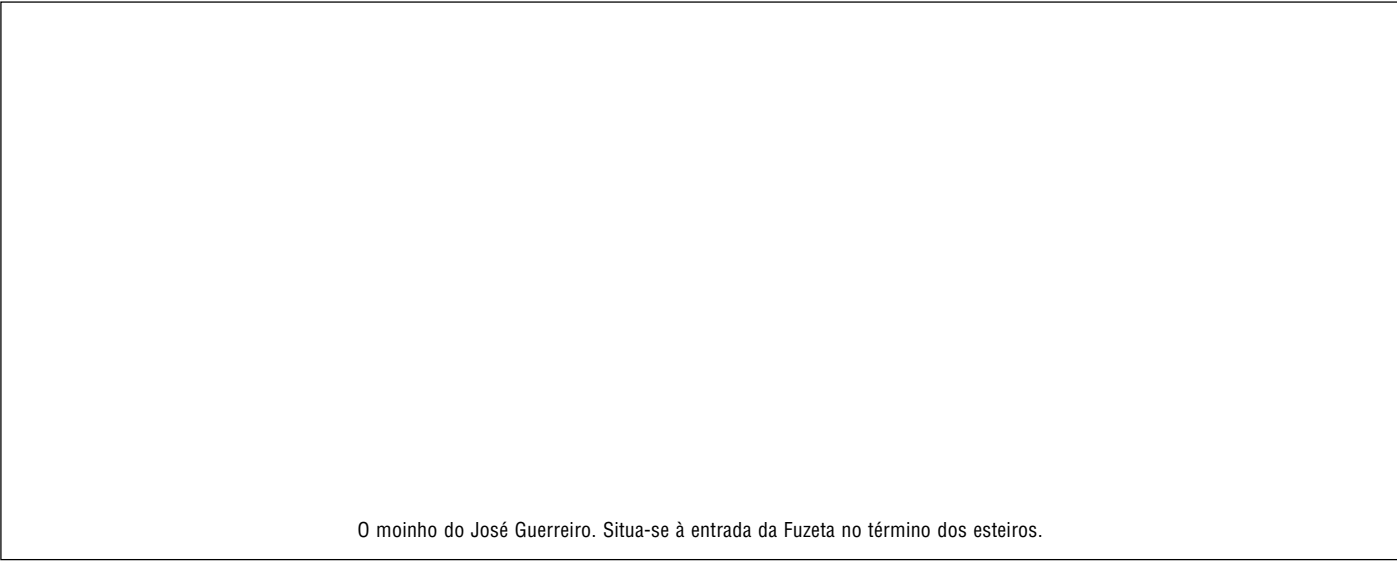
Assim, estamos necessariamente em presença não de azenhas, de sistemas de roda vertical, mas de moinhos de maré, de roda horizontal.

Referindo-se às afirmações do autor atrás citado, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira observam: «É certo que, como veremos, no Livro das Fortalezas de Duarte Darmas, dá-se o nome de *acenha* a um moinho que é certamente um moinho de maré — portanto, em rigor tipológico, um moinho de roda horizontal —. Mas tal pode explicar-se pelo facto de, para lá dessa caracterização esquemática, os moinhos de maré apresentarem aspectos que os colocam num género especial, muito diferente dos habituais moinhos de rodízio»⁴⁹.

Como indica Fernando Castelo Branco, os moinhos de maré encontram-se fundamentalmente no Sul do País, onde existem menos cursos de água e

QUADRO I — Moendas construídas de novo

Local	Moenda	N.º	Localização	Característica
Tavira	Azenha	1	esteiro	Ág. Salgada
	Azenha	4	porta/ponte	Ág. Salgada
	Azenha	4	esteiro	Ág. Salgada
	Azenha	1	Vale Carang. - esteiro	Ág. Salgada
	Moinho	2	Rib ^a Asseca - reguengo	Ág. Doce
Faro	Azenha	6	esteiro	Ág. Salgada
Loulé	Moinho	3	Reguengo Quarteira	Ág. Doce
	Azenha	1	Salinas	Ág. Salgada
Alcoutim	Azenha	1	esteiro	Ág. Salgada
Silves	Azenha	2	Rib ^a Odelouca	?
	Azenha	2	termo Silves	?
Castro Marim	Azenha	1	esteiro	Ág. Salgada



O moinho do José Guerreiro. Situa-se à entrada da Fuzeta no término dos esteiros.

Fig. 2 — Segundo Luís Filipe Rosa Santos, *Os Moinhos de Maré da Ria Formosa*, p. 121. As referências que o autor encontrou relativamente a este moinho datam dos finais do século XVIII ou inícios do século XIX.

melhores condições naturais para a sua edificação. Na realidade, estas moendas, accionadas pela maré, «localizam-se assim forçosamente perto da orla marítima, em terrenos planos ou alagadiços, onde o desnível entre a praia-mar e a baixa-mar é muito sensível»⁵⁰. É o que acontece com as *azenhas* construídas no termo de Tavira e Faro, que como se viu correspondem a mais de 80% das moendas edificadas de novo durante o reinado de D. Dinis, assim como com a construída nas salinas de Loulé e no esteiro de Castro Marim. Elas beneficiam das condições naturais da Ria Formosa, a qual se estende «desde a Ribeira de Almargem, no limite Este do concelho de Loulé, até à Manta Rota, no concelho de Vila Real de Santo António»⁵¹, abrangendo, assim, os termos medievais das vilas de Loulé, Faro, Tavira e Castro Marim. Desde cedo associada à pesca artesanal e extracção de sal, a ria Formosa apresenta igualmente características óptimas para o funcionamento de moinhos de maré. «De facto, a ria possuía condições propícias à instalação daquele tipo de engenho maremotriz. As marés, devido à protecção oferecida pelo extenso cordão arenoso que limita a ria a sul, sucediam-se de uma forma suave e a ondulação não se apresentava como um obstáculo à construção de edifícios ribeirinhos. Por outro lado, a morfologia dos canais por onde as águas circulam, apresentava configurações que facilitavam enormemente a construção dos reservatórios que retinham as águas após as enchentes»⁵². Pela sua localização, os moinhos de maré, embora só possam moer algumas horas por dia, têm a vantagem de funcionarem todo o ano, escapando, assim, às oscilações climáticas sazonais ou mesmo anuais.

A documentação régia relativa aos *moinhos* indica uma distribuição espacial que se aproxima das observações de Villar Garcia. Também no Algarve, tal

como na Estremadura castelhano-leonesa, os *moinhos* encontram-se edificados em cursos de água secundários ou terciários. Ao contrário das *azenhas*, os *moinhos* estão sujeitos a paragens sazonais ou mesmo por períodos que se prolongam para lá das estações mais secas. Esta situação é evidente no Algarve, cujo clima propicia grandes secas, não havendo, por vezes, possibilidade de pôr as moendas a trabalhar, porque os rios ou ribeiras não têm caudal suficiente. Entre as inúmeras indicações desta situação referimos aqui a afirmação de um particular, em 1398, que diz ter reparado os moinhos que traz na Asseca, os quais reparou porque há muito tempo que não moíam por falta de água, devido à grandes secas que se tinham feito sentir⁵³. Pelo contrário não se encontra praticamente nenhuma indicação de *azenhas* que não trabalhem por falta de água. Fátima Botão indica que há numerosas indicações, no termo de Silves, a *azenhas* que, ao longo dos séculos XIV e XV deixaram de funcionar e se encontram em ruínas. A tratarem-se de

moinhos de maré, este facto poderá ser explicado, pensamos, em primeiro lugar pelo assoreamento do Rio Arade; por outro lado, o abandono e consequente degradação destas azenhas pode estar relacionado com a recessão demográfica a que esta cidade esteve sujeita ao longo dos séculos que se seguem à reconquista cristã.

Necessitando de instalações complexas, fundamentalmente para a construção de uma represa, os moinhos de maré «só são rentáveis se albergarem várias moendas que laborem ao mesmo tempo». É isso que acontece em Faro e Tavira, onde são edificadas várias *azenhas* em locais muito próximos, eventualmente funcionando com represas comuns. Embora cronologicamente fora do âmbito deste trabalho é essa a situação que encontramos nos moinhos da Ordem da Cristo, da comenda de Castro Marim, já atrás mencionados, onde se descrevem cinco «assentamentos» de moinhos, pertencentes à referida Ordem assim como o foro que cada um deles paga.

Nos rios e ribeiros podem igualmente funcionar vários moinhos, accionados por uma mesma levada. É necessário, todavia, que estes se encontrem em cursos de água volumosos ou de acentuado declive⁵⁵. Nos reguengos, o rei refere-se variadas vezes «aos moinhos», indicando a existência de dois ou mais no local, eventualmente accionados por uma mesma levada. No entanto, no aforamento de moinhos na Ribeira da Asseca, D. Dinis não deixa de observar, ao permitir a construções de dois moinhos, situados acima e abaixo dos que o rei aí possui, que estes podem ser edificadas desde que não prejudiquem os moinhos do rei.

Uma característica evidente em relação às *azenhas*, é a da sua autonomia em relação às terras de cultivo. Tanto a documentação régia relacionada com o aforamento ou doação de *moinhos* como aquela que, não dizendo directamente respeito a esta questão, se refere a *moinhos*, a propósito de confrontações, limites, etc., sugerem uma íntima ligação entre eles e as terras de cultivo. A documentação refere «os moinhos do reguengo», «terra de cultivo e moinho» ..., deixando a impressão de complementariedade entre moagem e cultivo ou mesmo, um aproveitamento conjunto da água para rega e para moagem. Complementariedade que pode implicar, no entanto, uma opção primordial — a do aproveitamento da água para moagem em detrimento do regadio. Sugestivo, parece-nos, é a contenda que transparece em 1408 quando um mouro forro de Loulé solicita à Câmara que lhe seja permitida a utilização da água da «ribeira de Cagauay» para regar a sua horta e ferragiais. Refere o dito mouro que anteriormente era costume tal acontecer, mas que nesse momento «nom ousava a tomar a dicta auga com temor dos donos dos moynhos que som poderosos».

QUADRO II — Moinhos em Castro Marim – Ordem de Cristo – Visitação de 1503

Local	Casas	Dimensões*		Observações
		Compr.	Largura	
Arrabalde – Ribeira, esteiro	1ª	7 m	7,35 m	
	2ª	11,55 m	7,7 m	Tem «duas pedras de moer com dous rodizios»
Marchena «moye com o esteiro que saye pera o rio da carrasqueira»	1	11,2 m	5,6 m	«tem dous engenhos de moer e dous feridos»
Esteiro da Junqueira	1ª + 2ª	14 m	5,6 m	«tem dous engenhos de dous feridos.
Ribeiro que vem das choças	1	8,4 m	6,3 m	«tem dous engenhos de dous feridos.»
«Junto do cais e moye com o esteiro de Moor Vaaz»	1ª	12,1 m	4,4 m	«tem tres engenhos com tres feridos»
	2ª	4,4 m	2,2 m ?	«estaa por acabar»

* No documento, as dimensões são apresentadas em côvados e varas⁵⁴.

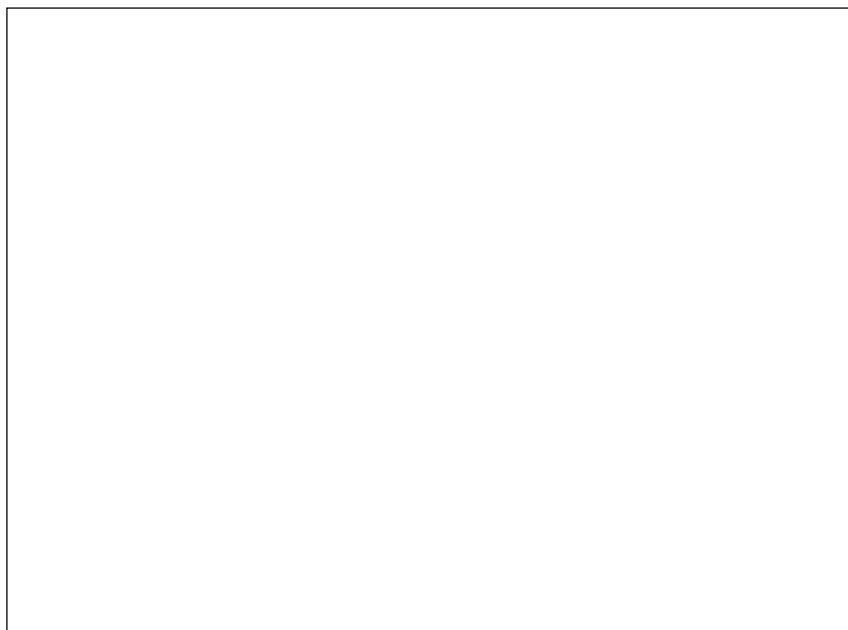


Fig. 3 — Castro Marim, *Livro das Fortalezas*, de Duarte Darmas. À esquerda, em baixo, um moinho de maré.

Foi-lhe autorizado utilizar a água da ribeira somente aos domingos, visto que nesse dia os moinhos não moíam⁵⁶. As conclusões de Miquel Barceló sobre a diferença das relações espaciais entre as funções moagem e irrigação nas sociedades muçulmana e cristã poderão, porventura, aplicar-se a este estudo. Segundo o autor, no «al-Andalus, el molino se encuentra al final del sistema, totalmente alejado de la fuente de agua. En la Cataluña fuertemente feudalizada, por el contrario, las prioridades están invertidas. Aquí los molinos están los más cerca posible de la corriente de agua. El *subtus rego* lleva el agua para regar los campos situados debajo sólo después de accionado el molino»⁵⁷.

Alguns documentos fazem referência ao local onde as moendas se vão localizar — as «sessegas» ou «assessegas» — referindo-se, no caso específico da documentação aqui estudada, sempre a *azenhas*. Não há, no entanto, uma relação específica entre os termos referidos e a construção exclusiva de *azenhas*. A título de exemplo, alguns «documentos dos séculos X e XI que compõem o volume dos *Diplomata et Chartae dos Portugaliae Monumenta Historica*», referem-se as «sesegas, sessecas, sesigas, etc.» indicando «as bases onde seriam edificados» moinhos⁵⁸.

De acordo com a revisão efectuada por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, o termo «sessega», com as suas variantes, pode indicar, em primeiro lugar, o local para construção de moendas. Segundo

Viterbo, a palavra «sessega» indica qualquer assento ou planície». Du Cange, considera que o termo provém de «sedes», indicando assim uma área determinada. Para Alberto Sampaio, no entanto, o termo indica o local onde está o moinho, enquanto que Alexandre Herculano considera que a pala-vra se restringe ao «terreno à borda de um ribeiro ou rio, próprio para construir azenhas». Outros autores, como Jorge Dias, acentuam a ideia de «sessega» não respeitar necessariamente só a moinhos⁵⁹.

Na documentação neste trabalho estudada, os termos referidos indicam, deste modo e em primeiro lugar, um local para construção de *azenhas*, ou seja, moinhos de maré. No entanto, a opção pela utilização dos termos «uma assessega velha de azenha ...», «sessegas que foram azenhas ...», em vez de «um esteiro para construir uma azenha ...», «um lugar para construir uma azenha ...», indica, parece-nos, a existência de anteriores edifícios de moagem. Neste sentido, estes termos estariam de acordo com a definição apresentada por José Pedro Machado em relação ao termo «sésica»: «Direito de renovar, em terreno alheio, a plantação de uma árvore ou a construção de um moinho, direito pertencente a quem nesse terreno tivera árvore ou moinho que deixara de existir»⁶⁰. Assim, a doação de uma «sessega» referir-se-ia a um espaço onde anteriormente já tinha funcionado uma moenda e onde permaneceriam vestígios de antigos edifícios de moagem ou de instalações para retenção da água. No caso exclusivo da documentação aqui estudada, esta ideia pode fazer sentido, podendo-se colocar a hipótese de o termo «sessega» se referir a um local onde já anteriormente tinha existido uma *azenha*, enquanto que os termos «lugar», «esteiro» indicariam um local para construção de moendas onde não haveria vestígios de anterior-

res construções. Como se pode observar no Quadro III, o termo «sessega» e suas variantes surge na documentação régia desde tempos muito remotos. Assim, a verificar-se esta hipótese, tal permitiria localizar a existência de *azenhas*, isto é, moinhos de maré, em períodos anteriores aos da documentação, podendo-se mesmo recuar ao período anterior ao da reconquista cristã.

A monopolização e apropriação dos moinhos de maré por parte do senhor é, segundo Rivals, uma expressão clara da feudalização⁶². É evidente, no Algarve medieval, o interesse do soberano pelos moinhos de água salgada, reservando-os para a Coroa nos primeiros forais que outorgou às suas vilas e termos. Passados cerca de dois séculos e meio, o interesse preferencial por estas moendas é bem patente, como o demonstram os Forais Novos de D. Manuel (veja-se o Quadro IV) onde se exceptuam praticamente todas as moendas de água doce. O clima e as secas a que os rios e ribeiras interiores estão sujeitos podem explicar, em grande medida, este facto. Mas, possivelmente, outros aspectos, como a maior ou menor complexidade de uns e outros sistemas de moagem, assim como a função que assumem na relação cultivo-transformação podem justificar a opção preferencial pelos moinhos de maré.

Estes, denominados *azenhas* na documentação da segunda metade do século XIII e século XIV⁶³, constituídos por instalações complexas e dispendiosas, surgem autonomamente às terras de cultivo, não existindo, deste modo, uma rivalidade ou opção primordial entre o aproveitamento hidráulico para moagem ou para irrigação. É possível que os moinhos de maré, documentados no Algarve desde o reinado de D. Afonso III, remontem ao período muçulmano. As indicações sobre as «sessegas velhas que foram moinhos», «sessegas velhas» ..., sugerem

QUADRO III — Referências a «sessegas»⁶¹

	Faro	Et omnes sedes ueteres que fuerunt de azenijs pro ad faciendum ibi azenias
1268	Tavira	Do ... unam sessegam de azenia que uocatur azenia noua ... faciatis azeniam in supra dicta sessega
1273	Faro	Do ... illam sessegam de azenia ueteri que est in esteyro de faarom ... quod faciatis unam azeniam in dicta sessega
1282	Silves	Do ... hunam sessegam cuisdam azenia que est in termino de Silue in loco que dicitur Udilouca ... quod uos faciatis ibi azeniam
1293	Silves	dou hua mha sessega d acenha que hey em Silue ... que façam hy hua acenha
1294	Faro	dou ... a mha seeda uelha da azenha que esta nos steyros do mar ... que eles façam hi hua azenha.
1294	Faro	dou ... hua mha assessega da azenha que hey en termeho de faarom hu aportham os bayxees que el faça hi logo hua azenhya
1294	Faro	dou ... a mha sessega uelha em que façades hua acenha a qual sessega e apres da Orta do alcaide mouro forro de santa maria de ffaarom
1323	Tavira	dou ... hua assessega em que faça açenha em val de trageyos como parte comho esteiro ... que ... faça logo no dicto logo hua açenha.
1323	Faro	«Afforo ... hua assessega en que faça hua açenha ou duas ou hua casa no esteiro do mar ... a qual açenha ou açenhas el deue logo de ffazer em hua casa no dicto esteiro
1326	Loulé	Dou ... uma assessega en que faça uma azenha a cabo das minhas salinas de Loulé.

esta hipótese. Resta saber, entre muitos outros aspectos, de que forma se integravam no sistema agrícola-tecnológico e social da época⁶⁴.

Com excepção de alguns moinhos, grande parte edificados nos reguengos (alguns dos quais vão mesmo deixar de interessar à Coroa, como os da Asseca ou os de Quarteira)⁶⁵, a construção e posse dos moinhos era livre em todos os cursos de água doce. Embora estes escapam à grande maioria da documentação, é-nos sugerida uma ampla difusão destes moinhos pelos rios e ribeiras do Algarve. Em íntima ligação com as terras de cultivo, eles apresentam-se, porventura, adaptando as palavras de Miquel Barceló, no «início do sistema» — o aproveitamento dos recursos hídricos prende-se primordialmente à moagem dos cereais e só em seguida, à irrigação das culturas.

Do quadro apresentado, fica-nos a ideia da distribuição de moinhos por cursos de água secundários e terciários e de moinhos de maré nos locais de água salgada. Ficam assim por mencionar os sistemas de moagem que tipologicamente se definem como *azenhas* — sistemas de roda vertical, os quais é difícil de aceitar que não se encontrassem nesta região. Resta-nos, por isso, não deixar de observar que se todos os moinhos de maré — representando a grande maioria das referências documentais — são denominados *azenhas*, o

QUADRO IV — Forais de D. Manuel⁶⁶ (Referência a moendas)

Local	Referências
Silves	«são nossos e da coroa de nossos regnos todollos moynhos e moendas dagoa salguada da dita cydade e seu termo. E portanto njnhumuma pessoa fara njnhuuma moenda na dita agoa salguada sem nossa licença e consentimento e pagando a nos e a nossos soçessores o direito e foro que se connosco comçertarem. E este mesmo direito temos e assy se comprira e fara em todallas moendas dagoa doce que sam feitos ou se fizerem nas terras dos nossos reguemgos. E as outras moendas dagoa doce que nom estiverem nos ditos Reguemgos nom pagarão a nos foro alguum Salvo os moynhos da porta E os do cresso e os da torre e os da prata Os quaas logo no dito forall antijgo foram feitos e Reservados pera nos. E levarão de maquya em cada huuma das ditas moendas de xiiij alqueires huum sem mais levarem outra njnhuuma cousa»
Vila Nova	«... como silves tirando que ... nom tem moendas daguoa doce»
Lagos	«... outro tanto no pam e moendas como villa nova»
Faro	«... em tudo como silves tirando os moynhos dagoa doce»
Loulé	«...como silves tirando os moinhos dagoa doce»
Tavira	Segue o de Silves
Castro Marim	Segue o de Silves
Albufeira	«... tal como em silves ... e nam tem moendas doces»
Aljezur	«O Foral dalJazur tirando o capitulo particullar das moendas he tal como sylves e ho capittolo he este E assy pello dito foral foram reservadas pera a coroa de nossos regnos ametade das moendas dagoa que se na dita villa fizessem pollo quall a nos pertence ametade de todallas ditas moendas das quaaes soamente se ora pagara aquillo que atee ora sempre estiveram em posse de pagar E das moendas que daquy avante novamente se fizerem pagarão ametade como no dito foral era contheudo ou aquillo que se concertarem com as pessoas que os ditos direitos hy tem ou tiverem.»
Alcoutim	«que os fornos da dita villa sam do senhorio. E assy as moendas que hy tem de cada hum dos quaes levava os direitos que ate quy levou sem mais poder acreçentar njnhuma cousa ...»

inverso não é necessariamente obrigatório. Esporadicamente, surgem na documentação informações que não se «encaixam» satisfatoriamente no quadro descrito. São as «*azenhas* de Odelouca» que eventualmente não serão movidas por água salgada, as «*azenhas* do Crespo», que, mais tarde, D. Manuel incluirá dentro dos locais de Silves que moem com água doce, uma «*azinha* na Asseca», um ou outro local em que se refere que se podem construir «*azenhas* ou *moinhos*». São poucas as referências documentais que não associam as *azenhas* às moendas de água salgada. Mas elas existem e a tentativa da explicação deste facto, assim como de resolução de muitas dúvidas que ainda se mantêm deverá, em estudos futuros, ser levada em consideração.

NOTAS

- 1 ACML, *Actas das Vereações de Loulé de 1403*, fl. 35v. Nestas é referido que na vila há muitas mós de braço mas que os seus donos abusam no respeitante ao preço pela sua utilização.
- 2 Encontramos somente referências ao tabelamento do preço da moagem de trigo em mós manuais, enquanto que no caso de moinhos ou azenhas se refere o preço pela farinação de trigo ou outro cereal (ACML, *Actas das Vereações de Loulé de 1403*, fl. 35v-36).
- 3 A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão cerealífera durante a Idade Média*, pp. 195-196.
- 4 Luís Filipe Rosa Santos, *Moinhos de Maré da Ria Formosa*, p. 25
- 5 Veja-se, de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. I — Moinhos de Água e Azenhas*.
- 6 Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, p. 100.
- 7 Veja-se Thomas F. Glick, *Tecnologia, ciencia y cultura en la España medieval*, pp. 43-55.
- 8 André-Georges Haudricourt, *La technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques*, pp. 200-202.
- 9 Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 85; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura*, p. 193.
- 10 *Op. cit.*, p. 194.
- 11 Referido por Thomas Glick, *op. cit.*, p. 46.
- 12 Citado por Thomas Glick, *op. cit.*, p. 46 (Luis Miguel Villar García, *La Extremadura castellano-leonesa*, Valladolid, 1986, p. 335, nota 123).
- 13 *Op. cit.*, p. 49.
- 14 Como observa C. Parain, «Ce sont les moulins relativement puissants des régions pleinement féodalisées qui ont permis des utilisations industrielles qui se répandirent, puis, avec l'invention de la came, se diversifièrent peu à peu». (Parain, «Évolution des techniques agricoles au Moyen Age», *Outils, ethnies et développement historique*, p. 319). De facto, embora fora do âmbito deste estudo, cabe aqui assinalar a relação entre a difusão de moinhos de roda vertical e o desenvolvimento das indústrias urbanas (Thomas Glick, *op. cit.*, p. 55).
- 15 Consideram-se, neste estudo, unicamente as referências a novas moendas, não se tomando em

- consideração algumas referências relativas a moendas já existentes.
- 16 *Portugaliae Monumenta Historica (...), Leges et Consuetudines*, p. 738.
 - 17 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, L^a 1, fl. 86v.
 - 18 ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 1, fl. 30v; L^a 2, fls. 46-46v e 66v.
 - 19 ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 4, fls. 25v, 79v, 99v e 101v.
 - 20 ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 4, fl. 93v.
 - 21 *Portugaliae Monumenta Historica (...), Leges et Consuetudines*, p. 738.
 - 22 ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 1, fl. 34v.
 - 23 *Portugaliae Monumenta Historica (...), Leges et Consuetudines*, p. 737.
 - 24 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, L^o 1, fl. 76v.
 - 25 ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 2, fls. 71, 79v, 86v; L^o 4, fl. 98.
 - 26 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, p. 150.
 - 27 Nota 19 e nota 20, *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 1, fls. 32 e 32v.
 - 28 *Portugaliae Monumenta Historica (...), Leges et Consuetudines*, p. 736.
 - 29 ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 2, fl. 53.
 - 30 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, pp. 53-54.
 - 31 Em 1467 afirma-se que foram construídos moinhos num esteiro de Alcoutim, chamado Amarela, e que não podiam ser feitos sem licença do rei «por soer no lugar do salguado do mar». ANTT, *Leitura Nova, Místicos*, L^o 1, fl. 68v-69.
 - 32 A inexistência de numerosas referências relativamente a moendas de Silves não significa desinteresse por parte do monarca. Pelo contrário, pode mesmo indicar a vontade em as reservar para a Coroa, não as alienando.
 - 33 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, L^o 1, fl. 82v. M. Fátima Botão, *Silves. Capital de um reino medievo*, p. 62.
 - 34 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, L^o 1, fl. 76v.
 - 35 ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 1, fl. 44v; L^o 2, fl. 65v.
 - 36 M. Fátima Botão, *op. cit.*, p. 62 e pp. 76-77, notas 21-25.
 - 37 *Ibidem*, p. 63.
 - 38 ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, L^a 1, fl. 186v; M. Fátima Botão, *op. cit.*, p. 63 e p. 77, nota 27.
 - 39 Referido por M. Fátima Botão, *op. cit.*, p. 63 e p. 77, nota 28 (ANTT, *Guadiana*, L^o 4, fl. 108-109).
 - 40 M. Fátima Botão, *op. cit.*, pp. 63 e p. 77, nota 30. Veja-se a descrição deste moinho em J. Romero de Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, pp. 59-60.
 - 41 ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, L^o 1, fl. 28.
 - 42 *Portugaliae Monumenta Historica (...), Leges et Consuetudines*, p. 734.
 - 43 ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, L^o 1, fl. 258.
 - 44 ANTT, *Leitura Nova, Direitos Reais*, L^o 2, fl. 184v-185; Gaveta 12, Maço 13, doc. 5.
 - 45 ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, L^o 1, fl. 44v.
 - 46 Fernando Castelo Branco, «Moinhos de Maré em Portugal», *Panorama*, 4^a série, 14, Lisboa, 1965, pp. 49-50.
 - 47 ANTT, *Ordem de Cristo, Tombo da Comenda da vila de Castro Marim*, 1509, fls. 84-85 (a visitação foi efectuada em 1503).
 - 48 Relativamente a um dos «moinhos», refere-se: «...E a casa segunda em que estam duas pedras de moer com dous Rodizios leua de longo xvj couados e meyo e onze de largo. Moye con a agua do dicto esteiro...». *Ibidem*, fl. 84. No que respeita aos restantes, embora sejam descritos pormenorizadamente, não se indicam os rodizios.
 - 49 *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, p. 82.
 - 50 *Ibidem*, p. 82.
 - 51 Luís Filipe Rosa Santos, *Os moinhos de maré da Ria Formosa*, p. 11.
 - 52 *Ibidem*, pp. 11-12.
 - 53 ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, L^o 5, fl. 54 e L^o 6, fl. 169v. Também J. Romero de Magalhães chama a atenção para este aspecto, referindo-se a vários testemunhos da documentação do século XVI que confirmam a impossibilidade de funcionamento de alguns moinhos nas estações mais secas. (*Op. cit.*, pp. 60-61).
 - 54 Marques, A. H. de Oliveira, «Pesos e medidas», *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, pp. 67-72.
 - 55 Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, pp. 144 e 147.
 - 56 *Actas da Vereações de Loulé*, vol. I, p. 15.
 - 57 Thomas F. Glick, *op. cit.*, p. 55, referindo-se às afirmações de Miquel Barceló, em «La arqueologia extensiva y el estudio de la creación del espacio rural», in Barceló *et al.*, *Arqueologia medieval. En las afueras del «medievalismo»*, 1988, pp. 195-274.
 - 58 A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, p. 193.
 - 59 *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, p. 78, nota 239.
 - 60 *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 6, p. 52.
 - 61 *Portugaliae Monumenta Historica (...), Leges et Consuetudines*, p. 737; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, L^o 1, fl. 89v e 126v; *Chancelaria de D. Dinis*, L^o 1, fl. 44v, L^o 2, fl. 65v, 71, 79v e 86v, L^o 4, fl. 93v e 98; *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, pp. 53-54.
 - 62 Referido por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, p. 82.
 - 63 Nos finais do século XV os moinhos de maré deixam, em grande parte dos casos, de serem referidos como *azenhas*, passando a ser denominados *moendas* ou *moinhos*. Em 1502 D. Manuel afora uns moinhos em Faro. A este propósito afirma: «E que o dicto Senhor queria saber se desta moenda se suya pagar o quarto ou foro. E que em comprimento da dicta carta mandara perante sy viir o tombo das propriedades deste Regno do Algarbe. E achara que as dictas moendas antigamente foram *azenhas* bravas ...», ou seja, pensamos, *azenhas* movidas pela maré. (ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, L^o 1, fl. 289-289v).
 - 64 Como salienta Haudricourt, a estrutura e transformação de um utensílio só podem ser compreendidas no contexto do desenvolvimento geral das técnicas em que participa. André-Georges Haudricourt, *La technologie science humaine. Recherches d'histoire et*

d'ethnologie des techniques, pp. 37-46 e 57-126. C. Parain, «Évolution des techniques agricoles au Moyen Age», *Outils, ethnies et développement historique*, p. 307. Pensamos retomar esta questão em posteriores trabalhos.

65 Ver Quadro IV.

66 *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve. Livro dos Forais da comarca de Entre Tejo e Odiana*, ed. por Luis Fernando de Carvalho Dias, pp. 19, 20, 24, 25, 26 e 160.

BIBLIOGRAFIA

I. Fontes

Fontes manuscritas

ACML

Actas das Vereações de Loulé de 1403.

ANTT

Chancelaria de D. Afonso III, L° 1.

Chancelaria de D. Dinis, L° 1, 2 e 4.

Chancelaria D. Fernando, L° 1.

Chancelaria D. João I, L° 1 e 2.

Chancelaria D. Duarte, L° 1.

Leitura Nova, Guadiana, L° 1, 2, 4, 5 e 6.

Leitura Nova, Místicos, L° 1.

Leitura Nova, Direitos Reais, L° 2.

Gaveta 12, Maço, 13, doc. 15.

Ordem de Cristo. Tombo da Comenda da vila de Castro Marim, 1509.

Fontes impressas

Actas das Vereações de Loulé, vol. I, ed. preparada e prefaciada por Humberto Baquero Moreno. Leitura paleográfica, transcrição e índices de Luís Miguel Duarte e João Alberto Machado, Loulé, 1984.

Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV, vol. I (1325-1336), Lisboa, 1990.

Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve. Livro dos Forais da comarca de Entre Tejo e Odiana, ed. por Luis Fernando de Carvalho Dias, Lisboa, 1965.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum., Leges et Consuetudines, Lisboa, 1856.

II. Estudos

BOTÃO, M. Fátima (1992) — *Silves. Capital de um reino Medieval*, Silves.

BRANCO, Fernando Castelo (1965) — «Moinhos de Maré em Portugal», *Panorama*, 4ª série, 14, Lisboa.

DIAS, Jorge — «*Moulins Portugais*», separata da *Revista de Etnografia*, n.º 6.

DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando (1959) — *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atas-fonas. I — Moinhos de Água e Azenhas*, Porto.

GLICK, Thomas F. (1992) — *Tecnología, ciencia y cultura en la España medieval*, Madrid.

HAUDRICOURT, André-Georges (1987) — *La technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques*, Paris.

MAGALHÃES, J. Romero de (1970) — *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa.

MACHADO, José Pedro (1991) — *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 6, Lisboa, p. 52.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1978) — *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed., Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira, «Pesos e medidas», *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol V, Porto, 1985, pp. 67-72.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim (1983) — *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, Lisboa.

PARAIN, Charles (1979) — «Évolution des techniques agricoles au Moyen Age», *Outils, ethnies et développement historique*, Paris.

RIBEIRO, Orlando (1987) — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed, Lisboa, .

SANTOS, Luís Filipe Rosa (1992) — *Moinhos de Maré da Ria Formosa*, Quarteira.

SOBRE O PÃO MEDIEVAL MINHOTO: O TESTEMUNHO DAS INQUIRIÇÕES DE 1258

IRIA GONÇALVES*

Analisar as actas das inquirições mandadas realizar por D. Afonso III, em 1258, na parte norte do seu reino, é tarefa que, principalmente a partir da sua — tão lenta ¹! — publicação, tem tentado a grande maioria de quantos, em Portugal, se têm preocupado com o estudo das temáticas medievais. E a todas elas têm respondido de forma mais ou menos clara, mais ou menos sibilina, consoante as interrogações que lhe foram sendo postas, a maneira como essas questões foram sendo formuladas e, naturalmente, a capacidade do investigador para ouvir, interpretar e utilizar as respostas dadas. Mas poucos terão sido os casos em que só o silêncio resultou de uma adequada pesquisa. A riqueza informativa daquelas fontes é incomensurável. Difícil, por vezes muito difícil de penetrar, mas, ainda assim, imensa. Naturalmente, muitas questões ficam sempre em aberto, lacunas mais ou menos importantes por preencher, a necessitarem de informações oriundas de várias outras proveniências para serem, ao menos, abordadas. Mas é sempre com proveito que se retoma a sua leitura, que se repensam os seus dizeres.

Interrogá-las-ei, desta vez, sobre o pão que se comia no Entre Douro e Minho. Na altura em que foram redigidas, mas, talvez mais ainda, em épocas anteriores, quando se colonizaram aquelas terras. Mas que perduraram, que se mantiveram bem vivas na memória das gentes, a mostrarem-se, ao longo dos tempos, activas e funcionais ².

É certo que sendo a documentação em análise um levantamento dos interesses régios na região, os ensinamentos que nos transmitem e nomeadamente os que têm a ver com a vida material das populações, respeitam àquelas freguesias — àqueles casais — onde o rei detinha esses interesses. No caso presente, o pão, os cereais, só foram lembrados naquelas freguesias — naqueles casais — onde o rei tinha direito a cobrar uma parte deles.

Começam aqui alguns dos problemas levantados a um melhor conhecimento do tema que agora me proponho abordar. Se só acerca desses lugares temos informações, isto equivale a dizer que podemos conhecer relativamente bem as freguesias reguengas, saber alguma coisa acerca daquelas em que o rei possuía um ou outro casal, umas quantas leiras de terra, ou recebia foros de camponeses detentores de alódios, mas tudo — ou quase — ignoramos acerca das terras imunes, dos coutos e das honras que grandes

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

proprietários — e é o caso, significativo entre todos, da Sé de Braga³ — ou mais ou menos modestos senhores — e muitos havia, no senhorial Entre Douro e Minho⁴ — detinham com maior ou menor legitimidade.

Por outro lado — e isto é importante para uma mais correcta leitura dos mapas que acompanham o trabalho —, as informações recolhidas foram sempre reportadas à sede de freguesia. Dificilmente poderiam ser cartografadas de forma mais minuciosa, dada a extensão do espaço abrangido, a exuberância toponímica e sobretudo a extrema dificuldade da sua localização⁵. Deste modo a representação cartográfica das informações acompanha, nos seus traços gerais, a distribuição das paróquias, adensando-se ou aligeirando-se consoante as suas malhas se apresentavam mais ou menos apertadas.

I. OS CEREAIS CULTIVADOS

Como em toda a Europa ocidental, também no nosso País os cereais eram cultivados por toda a parte. Os europeus da Idade Média não sabiam subsistir sem eles⁶; os aldeãos portugueses continuaram, até ao presente, a ser grandes comedores de pão⁷. Em parte alguma podia descurar-se a lavoura do grão. Retomando o que Orlando Ribeiro deixou dito para o Portugal contemporâneo, podemos afirmar que, já em meados do século XIII, «o cereal acompanhava por toda a parte as instalações humanas»⁸. Assim acontecia, pois, no Entre Douro e Minho. Mas que cereais eram esses que aí se cultivavam? As informações a tal respeito são bem menos explícitas do que queríamos.

Já vimos como só a propriedade régia foi contemplada no inquérito em estudo. Mas, mesmo aí, nem sempre as respostas que

encontramos são aquelas que gostaríamos de obter. Tanto nos espaços onde o rei possuía grandes domínios como naqueles outros em que apenas algumas courelas lhe pertenciam, só à porção a ele devida se fazia referência. Como, aliás, é lógico. No maior número dos casos ao monarca cabia uma parte alíquota da colheita e esta podia ser igual para todos os grãos, ou diferente consoante se tratasse de cereais de Inverno ou de Primavera, ou, ainda, consoante o cultivo se efectuasse no monte ou nas terras chãs. Nesses casos raramente as plantas em causa foram especificadas, cobertas todas pela designação genérica de «pão», algumas vezes substituída por essas outras, um pouco menos abrangentes, de «segunda» ou de «outono»⁹. Mas, englobando o primeiro daqueles termos todos os cereais com a única excepção do trigo, e o segundo as sementeiras de Outono, isto é, quase todos os trigos e centeios — só com a exclusão dos tremeses — e ainda algumas cevadas, continuam a ser suficientemente latos para muito dificultarem a sua utilização. Resta, no entanto, um bom número de referências aproveitáveis, se não muito grande, pelo menos disperso por todo o espaço em estudo, de modo a permitir-nos uma visão de conjunto.

A estas informações, provenientes do cânon devido ao soberano, juntam-se outras mais, e ainda em maior número, respeitantes às miunças a pagar pelos mesmos cultivadores ou aos foros a solver pelos pequenos proprietários alodiais, sobre quem o rei já havia estendido a obrigatoriedade de pagamento de direitos senhoriais¹⁰. Aí mencionam-se com frequência foros pagos em trigo, em centeiro, em milho, ou em pão confeccionado a partir de algum desses cereais. Em tais circunstâncias é evidente que o grão em causa se cultivava no lugar. Mas o cereal exigido ao camponês podia, sobretudo neste caso, ser escolha do senhor, independentemente da importância que revestia, em termos quantitativos, na composição da colheita cerealífera. Por sua vez, velhos costumes estabelecidos, agindo de forma alargada a algum espaço relativamente grande e englobando várias freguesias, podiam ajudar, aqui ou ali, a compor uma ou outra mancha cartográfica, que caso contrário dificilmente poderia ser explicada.

Tendo em atenção estas considerações, vejamos o que é possível adiantar sobre o assunto¹¹.

1. O trigo

De entre todos os cereais produzidos, o trigo foi sempre o mais apreciado. Era não só o que proporcionava um pão mais branco, mais saboroso e nutritivo, aquele que preferiam as aristocracias e todos quantos podiam obtê-lo, mas ainda porque era o único, entre todos os grãos panificáveis, considerado suficientemente digno de, pela hóstia, ser consagrado a Deus¹². Era este um dado cultural importante.

Gerês e Cabril, bem como da serra de Arga, domínios da mata e dos animais bravios ¹⁷. As referências ao trigo afastam-se também do vale do Minho, mas possivelmente, aqui, por uma tendência, que já outros autores notaram, para o silêncio sobre as produções agrícolas ¹⁸, que nesta região sobretudo é manifesta.

Pelo contrário, o cereal nobre aproximava-se, mais do que qualquer um dos outros, do litoral, a sugerir até, em anos de abundância, a saída de alguma parte da colheita, facilmente escoada através dos rios e dos numerosos portos, fluviais e costeiros ¹⁹, rumo talvez apenas ao Porto, talvez a Lisboa, ou, quem sabe, um pouco mais longe. De todos os cereais era o trigo o mais compensador em termos de mercado. Justificava o facto que se lhe proporcionasse alguma circulação, ainda à custa, para o produtor, de um pão menos apetecível, mas a que ele estava, desde sempre, habituado.

Mas se o camponês podia prescindir do trigo colhido na sua seara, o mesmo não actontecia com o cidadão de algumas possibilidades económicas. Por isso nós vemos o trigo aproximar-se também das cidades, com um destaque especial para Guimarães que, como sabemos, desempenhava uma função económica muito importante a nível regional ²⁰. Aliás, de acordo com as fontes em estudo, poderia parecer que Braga seria a única cidade que não veria o trigo aproximar-se das suas imediações ²¹, mas o facto deve-se, não à ausência daquela planta, mas ao vazio de informações, provocado, como já disse, pelo enorme couto da Sé, amplamente espalhado a toda a volta da cidade.

A pequena mancha, muito compacta, que os elementos encontrados desenharam à volta de Celorico de Basto, essa é que não seria

Em toda a parte se cultivava algum trigo, até mesmo nas terras pouco propícias à sua agricultura, ao menos para o pão diferente e festivo, para a solução dos foros exigidos pelo senhor.

No nosso País, se em todo o Sul ele foi a cultura cerealífera dominante ¹³, chegando mesmo, como nos campos de Beja, a excluir todas as outras gramíneas, com excepção da cevada ¹⁴, no Entre Douro e Minho a primazia, em termos quantitativos, ia para outros cereais que não ele ¹⁵. Cultivava-se, no entanto, com alguma generalidade por todo o espaço em análise ¹⁶, embora, naturalmente, se afastasse com decisão das terras altas e inóspitas da Peneda,

tanto provocada pela povoação, que não passaria, na época, de um pequeno núcleo, nem sequer pela qualidade dos terrenos, mas sim por um costume que, abrangendo o julgado, multiplicava, em cada freguesia, a referência ao cereal nobre. Aliás, esse espaço era equitativamente partilhado com o centeio ²².

2. O centeio

Em toda a Idade Média e mesmo até épocas muito posteriores ²³ e em largas zonas da Europa ²⁴, o centeio partilhou muito estreitamente com o trigo a função de alimentar os homens. Com efeito, o centeio é, depois do trigo, o cereal mais nutritivo e mais facilmente panificável e algumas das suas qualidades fenológicas e ecológicas ²⁵ tornam-no preferível a este. É uma planta que suporta bem o frio e não é exigente no que se refere à qualidade do solo ²⁶, acompanhando, em regra, a colonização das terras altas. Além disso, pode esperar-se dele produtividade superior à do trigo e, com um ciclo vegetativo mais curto, amadurece mais cedo e assim acode, com maior precocidade, a colmatar as carências alimentares, sazonalmente instaladas na época imediatamente anterior à ceifa. Quando a provisão do ano anterior já foi consumida, é importante que a nova colheita se não faça esperar ²⁷.

Talvez devido a este conjunto de qualidades, que o tornavam de grande utilidade para o camponês que tinha como ambição máxima, no campo gastronómico, «matar a fome», o seu cultivo, a avaliar pelas informações em análise, estava amplamente generalizado em todo o Entre Douro e Minho ²⁸. Foi ele o cereal mencionado em maior número de freguesias. Talvez por isso era ao centeio que se dava, por vezes, a

designação de «messe» ²⁹, a significar com este termo toda a seara e a sua promessa de fartura para o decurso do ano ou, pelo menos, de uma boa parte do ano ³⁰. Mais significativamente ainda, «messe», por sua vez, podia designar todo o cereal. No lugar de Parada, freguesia de S. Martinho de Bougado, o rei tinha direito a receber um moio de pão, «scilicet, messis» ³¹.

A distribuição do centeio pelo espaço em estudo, apresentando algumas manchas muito compactas e de certo modo características ³², merece alguns comentários, sobretudo pelas ausências. Não a Norte, nas terras municipais de Melgaço e Monção, ou nas senhoriais de Valadares e Cerveira, porque aí, como

disse, é a informação que escasseia, mas sim no litoral, em toda a orla marítima e nas imediações das cidades, com destaque para Guimarães e o Porto. Um e outro destes espaços, ocupados pelo trigo de uma forma muito significativa, como deixei dito, parecem dificultar a coexistência de ambos os cereais, ao menos de forma a surgirem com protagonismo semelhante na documentação em análise. Dir-se-ia que o litoral e as cidades, ao fomentarem, com a sua procura mais requintada, a produção de um cereal mais rico, levaram o rei a apropriar-se da situação, exigindo nele os foros através dos quais apreendemos a sua presença.

3. O milho

O milho cultivado na Idade Média com vista a uma preparação alimentar, e nomeadamente à panificação, era o milho alvo ou miúdo, componente, como o trigo, o centeio, a cevada e outros cereais ainda, do antigo património agrário do espaço mediterrânico ³³. Se mais tarde o mais se lhe veio sobrepor, ocupando o seu espaço no cultivo e na linguagem, fenómeno que se verificou tanto no nosso País ³⁴ como em outros lugares ³⁵, neste meado do século XIII aquela época estava ainda muito longínqua ³⁶.

O milho era em todo o Entre Douro e Minho um cereal muito cultivado. Encontrando aqui, nos seus verões quentes e húmidos, boas condições de desenvolvimento, ocupava sobretudo os vales dos rios, de onde, mais tarde, foi desalojado pelo mais ³⁷. Espulso para as terras mais altas, aí continuou a ser cultivado até ao nosso século ³⁸. Se as fontes em análise nos mostram uma cultura disseminada mas pouco compacta, não formando manchas significativas, penso que foi mais devido ao menor apreço em que este cereal era tido, face ao trigo ou mesmo ao centeio, para a alimentação humana, o que o afastava, mais do que os outros, dos foros exigidos pelo senhor ³⁹. Era quase só quando se tratava de cânones parciais que ele se encontrava presente nos escritos da época. Não assim no terreno. Estudos carpológicos recentes mostraram, para outros lugares, uma presença medieval do milho muito mais importante do que seríamos levados a admitir a partir do único testemunho das fontes escritas ⁴⁰. Aliás, a grande capacidade de conservação deste cereal, que pode manter-se durante vários anos em boas condições, desde que correctamente armazenado ⁴¹, deve ter contribuído em grande parte para a difusão do seu cultivo.

4. O painço

Tradicionalmente ligado ao milho pelo nome — milho painço, se lhe chama — pelos métodos culturais e por necessidades agrológicas, eles são no entanto cereais diferentes e desde sempre utilizados para fins diversos ⁴².

Pouco importante esta planta e cultivada sobretudo para os animais e para a utilização da palha ⁴³, poucas vezes a documentação fez incidir sobre ela a sua luz. Mais ainda que o milho, o diminuto interesse que o senhor lhe tributava fazia com que fosse votado ao esquecimento. Poucas referências expressas lhe foram dadas na documentação em análise ⁴⁴.

Em contrapartida, porém, o povo atribuía-lhe algum protagonismo, utilizando-o como referência para designar vários locais, espalhados por todo o Entre Douro e Minho. Topónimos como Painçal, Painçais ⁴⁵, encontram-se dispersos por toda a parte, a atestar, por um lado, a presença efectiva do cereal, presença continuada em anos sucessivos, pois só desse modo podia enraizar-se no local, a conferir-lhe uma identidade própria; por outro, que o papel por ele desempenhado na composição da paisagem agrária era suficientemente marcante para chamar a atenção do camponês, de modo a que ele o escolhesse, de entre todos os elementos que constituíam o quadro paisagístico, para designar o local. Na verdade, de entre todos os cereais, o painço foi o único que conseguiu um protagonismo relativamente importante na toponímia da região ⁴⁶.

Assim olhado, penso que lhe deve ser atribuída uma importância superior àquela que a diminuta representação cartográfica poderia sugerir ⁴⁷. Aliás, ainda em finais do século XIX e não obstante a fortíssima implantação que o maís aqui tinha alcançado, o painço marcava uma presença bem visível ⁴⁸.

5. A cevada

De entre todos os cereais cultivados, a cevada foi talvez aquele que conheceu uma mais ampla difusão a nível europeu ⁴⁹, facto para o qual não foram indiferentes algumas das suas características ecológicas, como a pouca exigência em termos de terrenos e a resistência às mudanças climáticas ⁵⁰.

Só na Europa setentrional ela cedia o passo à aveia, embora a sua coexistência se encontrasse bastante generalizada.

terra, como sejam, por exemplo, boa parte do Entre Lima e Minho — excepção feita ao vale daquele primeiro rio e ao litoral — e em todo o espaço delimitado pelo Ave, o Vizela e o Sousa. Ao contrário e fazendo jus às suas capacidades de resistência e frugalidade, avantajava-se, mais do que os outros, para os lados da serra do Barroso; foi o único documentado nas agruras de Castro Laboreiro ⁵⁴.

6. A aveia

Planta forte e rústica, fácil de cultivar, a aveia é o menos exigente dos cereais ⁵⁵. Todavia, não suporta os Invernos rigorosos do Norte europeu — por isso é cultivada como cereal de Primavera — e do mesmo modo também não aguenta os verões quentes e secos ⁵⁶, o que na Idade Média a afastava do Mediterrâneo, onde era substituída pela cevada, essa, sim, resistente à característica *secura estival* desta região ⁵⁷. Entre nós ela não podia ser muito cultivada e quando o foi escolheu as áreas de verões mais frescos e húmidos, o que a levava precisamente para o Norte minhoto e de todo a afastava do Sul alentejano ⁵⁸. Ao contrário do que passou a acontecer em épocas recentes ⁵⁹. Com efeito, no Portugal da Idade Média e tanto quanto as investigações até agora realizadas o permitem saber, a aveia não se aventurou a sul dos campos do Mondego ⁶⁰ ou das encostas da Estrela ⁶¹, pelo menos com uma afirmação clara de presença ⁶².

Todavia, nem no Entre Douro e Minho o seu cultivo tinha relevância. As informações encontradas são demasiado poucas para que a agricultura da aveia pudesse ter expressão com algum significado. Ainda mesmo considerando o pouco apreço que lhe era dado, inclusive para consumo animal, em região onde a cevada a substituída com vantagem.

Produzida em larga escala nos anos de colheita normal, com vista à alimentação de cavalos e muares ⁵¹, configurava-se assim, no dizer de Massimo Montanari, mais ainda do que o trigo, como cultivo senhorial ⁵² e dava consistência ao axioma segundo o qual «sem colheita de cevada não há guerra» ⁵³, repetido ainda em épocas muito posteriores àquela a que me estou reportando.

No Entre Douro e Minho, a cevada, embora produzida com alguma generalidade, estava longe dos valores atingidos pelo centeio, pelo trigo, pelo milho. Foi, inclusive, ignorada pelas actas do inquérito régio em largos pedaços da

Estava, no entanto, espalhada por todo o espaço em estudo, desde o Minho até ao Douro, em pontos todos eles bem afastados uns dos outros e representando, cada um deles, uma freguesia isolada entre as suas vizinhas. E dispersando-se por outros tantos julgados: Fraião⁶³, Neiva⁶⁴, Geraz do Lima⁶⁵, Celorico⁶⁶, Guimarães⁶⁷, Gondomar⁶⁸, Maia⁶⁹. Uma representação insignificante, mas geograficamente alargada⁷⁰.

7. O pouco sobre as variedades cultivadas

Foram aqueles todos os cereais de que se encontrou notícia. Sob cada uma das designações empregadas cultivavam-se, sem dúvida, diferentes variedades de plantas. A Europa medieval conheceu um grande número delas⁷¹. No nosso País, aqui e ali, também têm sido encontradas referências a algumas delas⁷². Era impossível que no Entre Douro e Minho de Duzentos isso não acontecesse. Mas o mutismo das fontes é quase sempre muito grande. Nestas, é quase total. Quase.

Tratando-se de uma região toda ela de verões frescos e húmidos, como já por diversas vezes lembrei, é lógico que as variedades tremeseas, semeadas na Primavera, de crescimento mais rápido e ciclo vegetativo mais curto⁷³, aqui fossem cultivadas nestes meados do século XIII. Aliás, seriam antes a secura e os calores do Sul que as afastariam.

De uma forma clara e explícita, estas variedades não nos são oferecidas, mas a referência à «estivada» que nos aparece em algumas freguesias designando cereais, mas nitidamente separados dos restantes, não significará, precisamente, essa variedade cujo ciclo vegetativo se desenvolve, todo ele, durante os meses estivais?

As informações são lacónicas. Vejamos alguns exemplos: na freguesia de St^a Eulália

de Truite, julgado de Pena da Rainha, «dam de centeo et d estivada tertia»⁷⁴; em S. Tiago de Pias e S. João da Portela, no mesmo julgado, diz-se de igual modo: «dam tertia de centeo et d estivada»⁷⁵; na freguesia de S. Salvador, julgado de Nóbrega, ficou dito: «de milo et de centeo, et d estivada... dam tertia, et d estivada de messe dam quarta»⁷⁶.

Muito pouco, como resultado. Fique a sugestão. E fique a panorâmica de momento possível.

II. OS PÃES CONSUMIDOS

Como seria lógico esperar, as informações sobre os pães que se confeccionavam e consumiam no Entre Douro e Minho de Duzentos são todas elas muito breves, lacónicas, na maior parte dos casos indirectas, por vezes até bastante sibilinas. Para muitos dos aspectos que gostaríamos de conhecer, não obteremos, mesmo, qualquer resposta. É o caso, por exemplo, de quase todas as questões relativas ao fabrico: paneiração, taxa de extracção de farinha, amassadura, fermentação, proporção dos ingredientes, tendedura. Mas restam ainda vários assuntos a que é possível dar algumas respostas.

1. Os cereais panificados

De entre os cereais atrás mencionados, apenas o centeio, o trigo e em menor escala o milho, nos aparecem, na fonte em análise, sujeitos à panificação. Mas convém, antes de aceitarmos o facto, fazer algumas considerações sobre o pão na Idade Média e as atitudes do europeu dessa época perante ele.

Não obstante ser a carne o alimento mais valorizado pelo Ocidente medieval, a sua base alimentar foi sempre o pão. Comer pão foi, antes de mais, um acto cultural. E que radicava em ancestrais costumes, sublimados e reforçados pelas tradições cristãs, tão importantes, tão vivas, tão actantes, numa Europa que era, ela própria, a «Cristandade». O pão, já atrás o lembrei a propósito do trigo, podia transformar-se no Corpo de Cristo, que era, Ele mesmo, o «Pão da Vida». A liturgia e os textos cristãos abundam em imagens do pão. A celebração eucarística era chamada, nos primeiros tempos do cristianismo, a «fracção do pão». Não admira, por isso, que sobre ele se tenha constituído o modelo cultural de base do sistema alimentar medieval⁷⁷. Não admira também que a fome se instalasse com a falta de cereais, ainda mesmo que outros alimentos abundassem. Ser obrigado a comê-los sem pão era a fome⁷⁸. E este esquema estava tão fortemente enraizado entre o povo, que ainda no século XVIII se encontrava em plena actualidade⁷⁹.

Assim sendo e sabendo nós que as crises frumentárias foram tão frequentes durante a Idade Média⁸⁰, todos os cereais podiam ser objecto de panificação,

até os menos adequados a este tratamento e no nosso País, de entre as gramíneas mais geralmente cultivadas, a cevada é o mais difícil, dada a sua pobreza em glúten e a pouca elasticidade que apresenta, o que impede a massa de levedar correctamente⁸¹. Aliás, quando as carências frumentárias se tornavam mais agudas, muitos outros produtos além dos cereais entravam na panificação, começando pelas leguminosas e continuando pelas castanhas⁸², as bolotas⁸³, as raízes, as bagas, toda a série de produtos que podiam chegar aos consumos aberrantes⁸⁴.

É, pois, muito difícil pensar que sobretudo a cevada, mas também a aveia, o painço, não fossem panificados na região, até mesmo em anos de colheita normal. Claro que fica sempre ressalvada a sua utilização sob a forma de papas, de sopas, ou de qualquer outra pasta mais consistente⁸⁵, mas que fossem banidos da panificação e ainda que o resultado final não passasse de uma bolacha mais ou menos delgada, não parece provável. Aliás, em relação à cevada, há testemunhos vários, provenientes de diversos lugares e épocas, que no-la dão a conhecer, estreme, sob a forma de pão⁸⁶. A começar, inclusive, pela Bíblia. Os pães multiplicados por Jesus junto ao mar da Galileia, eram de cevada⁸⁷. Claro que isto não podia deixar de ter algum impacto na Europa do tempo.

Mas, como disse, a documentação em estudo não nos mostra todos os cereais panificados. De acordo com as informações nela colhidas, o centeio era o cereal mais utilizado no fabrico do pão, para o que a mesma predominância na agricultura, desde logo aponta. Com efeito, entre as freguesias onde nos são dados a conhecer alguns pães concretos, confeccionados a partir de alguns cereais concretos, 68,3% indica-nos o centeio. Pães de centeio destinados ao pagamento do foro régio⁸⁸ ou à refeição do rico-homem⁸⁹, mas semelhantes àqueles que habitualmente eram consumidos em casa do camponês: «quales facit rusticus in domo sua»⁹⁰. Na verdade, num Entre Douro e Minho mais adequado ao cultivo do centeio, com baixo índice de urbanização, este cereal tinha que ser o mais largamente consumido.

Naturalmente, também as menções ao «pão trigo» têm alguma expressividade. Em 26,7% das paróquias atrás referidas foi deixado um registo a atestar o seu consumo. Algum dele destinado ao rei⁹¹, ao tributo régio⁹², outro à mesa do senhor da terra⁹³, ou mesmo ao mordomo⁹⁴.

Sobretudo pão de elites, no Norte do País⁹⁵, o trigo só teria maior expressão como consumo urbano. Por isso se fala, na freguesia de S. Paio de Figueiredo, nos pães de trigo de Guimarães⁹⁶.

O outro cereal panificado era o milho. Já atrás deixei dito. Mas a sua relevância era diminuta. Em termos quantitativos — só em 8,3%⁹⁷ das freguesias atrás apontadas se registou o pão de milho, a boroa; em termos qualitativos — aparece sempre ligado a um consumo menos exigente. Por vezes ficou dito que era um pão de serviçais, enquanto, eventualmente na mesma altura, outras pessoas tinham à sua disposição pães confeccionados com farinhas diferen-

tes⁹⁸; de quando em quando aparecia como substituto do centeio e em caso de falta deste⁹⁹, ou era mesmo destinado aos cães. Por exemplo em Sta Marinha de Arcozelo, julgado de Ponte de Lima, num dos casais que compunham essa freguesia, «fazem as boronas para os caes d el Rey, quando lis dam o milio»¹⁰⁰ e em Sta Cristina de Algosó, julgado de Penafiel de Bastuço, pagava-se «milio ad opus canem»¹⁰¹.

Aliás, a alimentação dos cães a partir de pão confeccionado com farinha de milho era, na época, comum a outras regiões¹⁰². O pão era considerado o melhor alimento para aqueles animais¹⁰³ e o milho era um grão de menor apreço para o sustento humano.

2. O silêncio sobre pães de mistura

Todos os cereais, de acordo com as informações disponíveis, seriam panificados estreme. Nada nos permite concluir, ou sequer sugerir, que em algumas das massas estariam misturas de farinha. Nem sequer a tão habitual entre o trigo e o centeio, de tão longa e generalizada tradição, por vezes efectuada já no campo, pela sementeira de ambos os grãos em conjunto.

É óbvio que os camponeses minhotos conheciam os tão comuns pães meados, terçados ou até quartados, feitos, portanto, com amálgama de farinhas diferentes; é óbvio que as mulheres os confeccionavam. Todas o faziam. Mas aqui eram os pães devidos ao rei, por vezes ao rico-homem, aos mordomos, que mereceram referência. Queriam-se, por certo, bem especificados. A mistura de farinhas diversas podia dar origem a manipulações que, em última análise, contribuísem para uma menor e indesejada qualidade do produto final.

Em inquérito anterior a este, os pães de mistura fizeram ainda algumas tímidas aparições entre os foros pagos ao rei. As poucas décadas que decorreram entre ambos foram suficientes para os fazer desaparecer.

3. Os tipos de pão

Confeccionados em centeio ou trigo, os pães podiam ser diferentes e receber, por isso, nomes diferentes. A par daqueles que ficaram indicados apenas pela designação genérica de «pão», sabemos que se consumiam as fogaças, as mondas, as regueifas, para lá das já mencionadas boroas. Outros, como os ázimos e talvez as filhós, só como raridade se mostraram nesta documentação. Mas existiam, consumiam-se.

Foram as fogaças os pães que com maior exuberância se nos apresentaram. Matéria do tributo a pagar ao rei, era um pão algo diferente do habitual, confeccionado especificamente para a circunstância. Mas, cobrado com tanta generalidade, tinha que ser bem conhecido de todos. Era pedido aos camponeses na sua forma própria, de pão confeccionado, mas, talvez para evitar alguma possível deterioração, o seu pagamento foi muitas vezes substituído pelo cereal a utilizar¹⁰⁴, ou até por dinheiro¹⁰⁵.

Tratava-se, como vários autores já têm dito, de um pão conhecido desde épocas bastante recuadas, cozido sob as cinzas ou no rescaldo, e por isso resultando todo ele mole, falta de ter podido ganhar côdea¹⁰⁶. Podiam ser confeccionadas, estas fogaças, com farinhas de trigo ou centeio, embora no Entre Douro e Minho predominassem as últimas. De uma maneira geral, eram pães que resultavam, obviamente, delgados, ao menos em relação ao tamanho e embora entre nós isso

não seja explícito, sabemos que em outros lugares elas podiam ser, inclusive, fracamente fermentadas¹⁰⁷. Talvez porque, com muito ou pouco crescente, nunca resultariam elevadas.

Eram sempre pães grandes, por vezes muito grandes¹⁰⁸. E deviam ser apreciados. É talvez interessante lembrar que, apesar de a igreja de S. Miguel de Silves, no julgado de Lousada, ter sido fundada por herdeiros, o mordomo do rico-homem da terra se arrogava o direito de aí entrar e aí comer. E então o abade «fuit ad Mianam Dopnam Tarasiam¹⁰⁹ et fecit ei servicium, et misit se et Ecclesiam in comenda sua, et promisit sibi anuatim unam fugaciam quod

defenderet eum et suam Ecclesiam ab omni foro regali» ¹¹⁰. Não foi explicitado o «serviço» feito a D. Teresa e sabemos apenas que a partir daí os seus descendentes passaram a apresentar clérigo à igreja, junto com os herdadore. Mas a fogaça prometida, lembrada tantos anos passados, teve, com certeza, algum protagonismo na oferta.

Muito menos documentadas que as fogaças, mas, ainda assim, presentes com alguma expressividade, estavam as mondas. Eram pães sensivelmente mais pequenos que aquelas ¹¹¹ e quando a documentação nos permite saber que cereal entrava na sua composição — e isso aconteceu na maior parte dos casos — foi sempre o centeio. Sabemos também que eram habitualmente consumidos pelos camponeses ¹¹².

É provável que outros pães de centeio cujo conhecimento a documentação nos proporcionou, mas sem designação específica, fossem mondas ou muito semelhantes a elas ¹¹³.

Aqui e ali, sempre a Sul do Cávado, podemos saber de algumas regueifas que se fabricavam na região. Poucas, no entanto ¹¹⁴. E pouco explicitamente apresentadas, o que não permite avançar muito no conhecimento destes pães. Na verdade, outros autores que se têm debruçado sobre o assunto, também se têm limitado quase apenas a deixar reconhecida a sua existência e, eventualmente, uma avaliação do seu peso ¹¹⁵. Devia, no entanto, ser um produto de boa qualidade, talvez um pão mais cuidado. O facto de os monarcas, como outras pessoas da sua família, incluírem, entre o pessoal que os servia, a par de padeiros, regueifeiros ¹¹⁶, inculca isso mesmo. Como também o facto de ser escolhido entre todos, a acompanhar um capão assado, por alguém como o rei Ramiro que, logicamente, conheceria os melhores e mais apreciados alimentos de que, na altura, se podia dispor ¹¹⁷.

Embora em textos semelhantes a este que me serve de base, mas anteriores a ele — as actas do inquérito de 1220 — a regueifa possa ser apresentada como um pão de milho ¹¹⁸, em 1258 só em uma ocasião nos ficou dito qual o cereal utilizado na sua confecção, mas esse cereal foi o trigo ¹¹⁹.

A propósito da regueifa é curioso lembrar, tal como fiz atrás, sobre a fogaça, e relativamente à paróquia de S. Miguel de Silves, que numa outra vizinha desta — S. Salvador de Avela, no mesmo julgado — se repetiu situação semelhante, quanto à igreja e à atitude do mordomo do rico-homem perante ela. A reacção do abade foi também semelhante. Só que este se dirigiu a D. Egas Moniz, «et miset se et ipsam Ecclesiam in sua comenda quod defenderet eum et ipsam Ecclesiam ab omni foro regali», mediante a promessa da oferta anual de doze regueifas, além de outros víveres ¹²⁰.

Outros pães mais raros fizeram, como atrás deixei dito, algumas esporádicas aparições. Em S. João de Vilar, no julgado de Valdevez, faziam-se pães

ázimos ¹²¹. Naturalmente também em outros lugares de que não nos chegou notícia, mas por certo com pouca frequência, a exemplo do que acontecia fora do País ¹²². Parece que não seriam pães muito apreciados, mas o Ocidente cristão tinha, por força, de conhecê-los, inclusive a partir da tradição judaica, onde eles desempenhavam, como é sabido, um importante papel litúrgico.

Também só esporadicamente citado — na freguesia de S. Faustino, julgado de Guimarães — aquilo que podemos pensar seria um pão do tipo dos chamados «bolo do caco», «bolo do tijolo», «bolo da laje», ainda actualmente confeccionados em Trás-os-Montes, nas ilhas e talvez ainda em outros lugares ¹²³, ou, mais provavelmente, um pão frito ou simplesmente aspergido com azeite ¹²⁴. Num caso como no outro ele seria cozido numa sertã e, se introduzida a massa em gordura previamente aquecida, teríamos qualquer coisa de semelhante a algumas das nossas actuais filhós. É esta, creio, a interpretação mais correcta, até porque o termo utilizado para o designar aponta para aqueles bolos. A propósito da freguesia citada, diz-se que o rei possuía aí seis casais que lhe pagavam, entre várias outras coisas, «singulas sarta-ginatas de foloos» ¹²⁵. Sendo assim estas gulo-seimas (?) seriam feitas com pequenos troços de massa, dado que podiam cozer na sertã, de cada vez, vários pedaços, ou, pelos menos, mais de que um.

4. Pães pequenos, pães grandes, pães enormes

A Idade Média confeccionava, como se sabe, pães de muito diferentes tamanhos, embora nunca tão pequenos como os nossos pães individuais. Sobre aqueles que se con-

sumiam nas cidades, têm sido escritas muitas páginas. Sendo o pão um alimento tão importante para o sustento humano, tendo os responsáveis cidadãos tantas preocupações com o correcto abastecimento das suas urbes, é natural que muitas vezes essas preocupações respeitassem ao pão e dessem origem à implementação de múltiplos normativos sobre as variadas facetas que o assunto podia revestir, muitos dos quais chegaram até nós. Faziam-se, inclusive, os chamados «ensaios de pão», destinados a saber qual o peso de cada unidade saída de um alqueire de cereal, de acordo com o preço deste, e sendo imutável aquele que o consumidor iria pagar pelo pão posto à venda.

Esses ensaios ficaram, por vezes, muito minuciosamente registados em todos os passos seguidos na confecção dos diferentes pães, desde o transporte do grão para o moinho até à saída do forno do produto final¹²⁶. Embora não haja notícia de qualquer registo deste tipo para o nosso País, os que se conhecem para outros lugares são importante referência para fazermos ideia de como seria, que peso teria o nosso pão urbano¹²⁷. Mas o dos camponeses, aquele que por toda a parte as mulheres fabricavam para a família, esse é muito mais difícil de apreender, é menos conhecido, pouco sabemos a seu respeito. É preciso coligir todas as informações disponíveis e tentar, a partir delas, chegar a algumas conclusões, ainda que parcelares e provisórias.

Uma das notícias que com alguma frequência nos é dada pelas fontes em análise, diz respeito ao número de pães que se podiam confeccionar a partir de um alqueire ou outra medida de cereal, trigo, centeio ou milho. E é tudo, relativamente à grandeza dos pães.

Para começar, somos de imediato confrontados com uma dificuldade enorme: a

equivalência das medidas em que os valores nos são apresentados. Essas medidas são o alqueire, o almude e a teiga, mas cada uma delas podia revestir valores diferentes, mais ou menos distanciados entre si. Num espaço relativamente alargado como o Entre Douro e Minho, vários padrões coexistiam, uns ao lado dos outros, sobrepondo-se, entrecruzando-se, vizinhando sempre. Era a medida de Ponte, de Barcelos, de Braga, de Guimarães, de Rates; era a medida velha e a medida nova; era a medida reguenga e quantas outras, expressas e não expressas¹²⁸.

Dado o percurso que os nossos padrões seguiram, as tentativas de uniformização — infrutíferas — que sofreram, nem sequer os mapas elaborados aquando da conversão de todos eles ao sistema métrico decimal nos permitem ter uma ideia segura do que seriam estas medidas e cada uma delas, em meados do século XIII. São precisos ainda muitos estudos sérios, baseados em investigações aprofundadas, para que tais assuntos se comecem a esclarecer.

Por ora, teremos que ficar pelos valores aproximados. Usarei aqueles que Costa Lobo nos deu como médios para o espaço que estou a tratar, na certeza de que haverá sempre desvios, mas que nos manteremos não muito afastados da realidade. Assim, atribuirei a capacidade de dezoito litros ao alqueire e de vinte e quatro ao almude¹²⁹. A teiga, que podia ter capacidades ainda mais díspares que as outras mediads, considerá-la-ei dupla do alqueire, de acordo com a equivalência que tinha no julgado de Faria¹³⁰ — trinta e seis litros.

Importam também algumas palavras sobre o peso específico dos cereais. Este era, na Idade Média, ligeiramente inferior ao actual, variando de acordo com a qualidade da colheita e, portanto, baixando um pouco nos anos maus. Na falta de outros índices mais próximos, no espaço e mesmo no tempo, utilizarei os valores de 0,7 para o trigo e 0,68 para o centeio, possíveis a partir dos que Geoges Comet foi deixando registados no seu trabalho que tenho vindo a citar¹³¹. Resultarão assim, para as medidas atrás indicadas, os pesos de 12,6, 16,8 e 25,2 kg para o trigo; de 12,24, 16,32 e 24,48 kg para o centeio.

Sobre a densidade da farinha há menor número de informações. Reterei a de 0,42, dada pelo mesmo autor¹³².

Todo o cereal era limpo na eira antes da sua recolha e armazenamento. Levado ao moinho, era aí de novo limpo, com mais cuidado, e sofria algumas perdas, na ordem dos 3%¹³³, sensivelmente igual para o trigo e para o centeio. Só depois o grão era moído.

O processo de moagem, a maior ou menor perfeição com que o trabalho era executado, resultava muito importante. Nele influíam a habilidade do moleiro, a maneira como ele regulava a distância entre as mós, como fazia deslizar a mó volante sobre a jazente, o próprio estado em que elas se encontravam, uma vez que, desgastando-se com facilidade, precisavam de constantes reparações. As próprias águas que moviam o engenho podiam alterar a qualidade da moedura, quando por qualquer motivo o seu curso se alterava, provocando sobressaltos

e desajustes no movimento da máquina. Mesmo em circunstâncias normais, a moagem medieval era assaz rudimentar.

Deste modo, a extracção de farelos era grande, entre os 18% e os 30 % para trigo, um pouco mais para o centeio ¹³⁴.

Nos casos em que se pretendia um pão alvo, a farinha era peneirada a uma taxa de 50%, por vezes menos ainda ¹³⁵. Os camponeses, todavia, comiam um pão integral ou quase, e assim, para lá da extracção do farelo, tudo seria aproveitado na amassadura. Podemos por isso considerar, neste caso, uma taxa de extracção na ordem dos 75% para o trigo, dos 72% ou um pouco menos para o centeio, que corresponde, «grosso modo», a 72% e 69% do cereal em princípio medido, respectivamente para o trigo e para o centeio. Entre estes valores, todos eram possíveis. Acima destes, muitos outros, nos anos de fome.

Chegada a hora de amassar, teríamos assim, provenientes das medidas de cereal acima apontadas, farinhas trigas que pesariam entre os 9 e os 18 kg e centeias com pesos entre 8,5 e 17 kg, aproximadamente ¹³⁶, ou, para os pães mais finos, de perto de 6 a 12 kg para o trigo, pouco mais de 5,5 a 11,5 kg para o centeio ¹³⁷.

A esta farinha havia que juntar água, fermento e sal. Os pães medievais eram mais densos, mais compactos, mais pesados do que os nossos. Levavam menos água, e tanta menos quanto maior fosse a qualidade pretendida, embora, naturalmente, a quantidade a juntar fosse variável e dependesse muito do tipo de farinha. Françoise Desportes considera que o peso da água devia rondar a metade do da farinha ¹³⁸. De lembrar ainda a pequena porção de fermento, que, segundo a mesma autora, andaria pelos 2,5%, 3% ¹³⁹. O conjunto seria ainda acrescido pela junção do sal ¹⁴⁰.

Teríamos assim massas cujos pesos estariam aumentados de 53%, aproximadamente. Daqui se tenderiam os pães — ou o pão — que durante a cozedura perderiam uma percentagem mais ou menos considerável do seu peso, de acordo com o respectivo tamanho e quantidade de água que tivesse entrado na amassadura, percentagem que continuaria a aumentar até ao completo arrefecimento.

Tendo em conta estes considerandos, vejamos como teriam hipótese de ficar alguns dos pães.

De entre os mais pequenos de que temos notícia, encontram-se uns pães que nos foram apresentados a partir de farinhas já moidas.

Nas paróquias de St^a. Maria de Carreço e de S. Salvador de Átrio (Viana do Castelo), no julgado de Ponte de Lima, a propósito de vários casais diz-se que pagavam, por ocasião de algumas festas relegiosas, «senas cacifeiras de farina in pam... et fazem xij. destas cacifeiras j. alqueire de Ponte» ¹⁴¹.

De acordo com o valor acima apresentado para a densidade da farinha, cada uma daquelas cacifeiras pesaria 630g. Transformada em massa, o seu

peso aumentaria para 960g, mas após a cozedura no forno perderia à volta de 14% ¹⁴². Quedar-se-ia, portanto, pelos 830g. Próximos destes, uns outros que nos foram ditos como de «viiiij. panes in alqueire» ¹⁴³. Aplicando a este elemento os valores acima referidos, obteríamos uma massa integral, correspondente a cada um dos pães, cujo peso orçaria por 1 kg ou 940 g, conforme fossem confeccionados com trigo ou centeio. Após a cocção, ficariam reduzidos a 860 ou 809 g, respectivamente.

Se se haviam trabalhado com massas finas, com farinhas obtidas a partir de um baixo teor de extracção, então teríamos pães bem mais pequenos, os menores de todos, na ordem dos 566 e 550 g, respectivamente para o trigo e para o centeio ¹⁴⁴. Ou talvez menos, dado que, sendo menores e feitos de uma massa mais leve, perderiam uma maior percentagem do seu peso, talvez à volta dos 17 ou 18%. Poderiam assim pesar qualquer coisa como 540 ou 524 g.

Foram estes os pães «pequenos» que a fonte em análise nos proporcionou. Não exagerados para o que se praticava no campo, para o que cada camponesa fabricava com vista ao consumo familiar. Aquilo que se tem dito sobre o assunto, as representações que se conhecem levar-nos-iam talvez a pensar em tamanhos mais pequenos. Mas devemos considerar que é sobretudo o pão urbano que nós conhecemos ¹⁴⁵ e esse obedecia a outras lógicas: dos preços, dos lucros a obter por cada um dos intervenientes no processo, do poder de compra dos consumidores, da abundância ou escassez da oferta do próprio pão ou dos cereais, etc. Aliás, ainda em 1812, em Paris, se faziam cálculos com base num pão de 2 kg ¹⁴⁶.

As mondas, sempre centeias, como disse, eram um pouco maiores do que os pães acima

analisados, embora pudessem ter tamanhos assaz diferentes: da massa confeccionada a partir de um alqueire de cereal, podiam extrair-se três ¹⁴⁷, quatro ¹⁴⁸ ou seis mondas ¹⁴⁹. Eram aquilo a que talvez possamos chamar pães médios.

Sabemos por outro lado, e também já o deixei dito atrás, que estas mondas seriam semelhantes àquelas que os próprios camponeses consumiam em suas casas. Considerei que elas seriam feitas, em regra, a partir de farinhas obtidas à maior taxa de extracção. Nesse caso, o seu peso variaria entre os 2,4 e 1,2 kg ¹⁵⁰.

As boroas, que sabemos se fabricavam no Norte do País, deviam corresponder a um sexto do alqueire ¹⁵¹, tal como as mondas de maior tamanho. Por falta de elementos relativamente ao milho, é-nos difícil saber como seriam estas boroas. É provável, todavia, que tanto em peso como em volume, não fossem muito diferentes das mondas confeccionadas com igual quantidade de centeio.

Maiores do que todos os atrás mencionados, as fogaças, mas essas, sim, muito maiores. Como em outros lugares acontecia, não deviam ser alimento quotidiano, mas antes um pão de circunstância, feito em dias determinados e para entregar ao senhor ¹⁵². Aparecem-nos confeccionadas em tamanhos muito diferentes, mas nunca com menos de 2,6 kg e, considerando neste caso uma fogaça centeia, feita com farinha finamente peneirada. A base do seu fabrico seria meio alqueire de cereal ¹⁵³. Para lá destas, fogaças havia feitas de um alqueire, um almude, uma teiga, mesmo três almudes de cereal ¹⁵⁴, esta última apenas em centeio. A considerarmos o enormíssimo pão feito com uma massa quase integral, teríamos de lhe atribuir um peso superior a 30 kg, tanto mais que as perdas por evaporação seriam baixas, não só

devido ao modo de cozedura como ao grande volume da massa ¹⁵⁵. Seriam talvez impraticáveis. Mesmo considerando para este valor de ponta uma baixa extracção de farinha, o pão daí resultante andaria pelos 20 kg. Mais consentâneo com outros encontrados em diversos lugares, também descomunais, com os seus 15 kg, por exemplo ¹⁵⁶.

Todavia, diversos outros valores nos foram facultados, menos exuberantes que aqueles. Fogaças desde os três aos quinze quilos, com grande quantidade de hipóteses intermédias, tanto para as farinhas de trigo como para as de centeio, mas mais numerosas para estas últimas ¹⁵⁷.

Quanto às regueifas, não ficou registada qualquer informação possível de ser usada no sentido em que tenho vindo a utilizar estas últimas. O mesmo deverá dizer-se para os pães ázimos.

*
* *

Foi a panorâmica possível, sobre o assunto que me propus abordar e a partir da documentação que para isso elegi. Panorâmica parcelar, como não podia deixar de ser, valorizando as exigências do senhor, o rei, secundarizando as vivências do homem comum, o camponês. É esta uma fatalidade demasiado vulgar para ser estranhada.

NOTAS

- 1 As actas das inquirições gerais, constitutivas da secção *Inquisitiones dos Portugaliae Monumenta Historica* (que passarei a citar por *P.M.H., Inq.*), começaram a ser publicadas com o texto do inquérito de Afonso II, de 1220, em 1888. Os resultados da última das cinco alçadas nomeadas por Afonso III só apareceu ao público em 1975. Todas as de D. Dinis continuam, infelizmente, inéditas.
- 2 Tentei ilustrar o que acabo de dizer em artigo velho já de alguns anos e em que procurei mostrar como poderia por-se em movimento todo um complexo mecanismo destinado a preencher as diversas necessidades de um rei e a sua corte a deslocarem-se por aquelas terras, nas vetustas eras em que os senhores ainda deambulavam pelos seus domínios a consumir, nos diversos locais, o produto das respectivas rendas, mecanismo na altura já obsoleto, mas muito nitidamente presente na memória de todos. E ainda em pleno funcionamento, no que diz respeito aos pagamentos a efectuar e aos serviços a prestar, embora, neste meado de século XIII, já desenraizados do primitivo contexto que ditara a sua criação (cf. «Alguns aspectos da visita régia ao Entre Cávado e Minho, no século XIII», *Estudos Medievais*, vol. 10, 1993, pp. 33-57).
- 3 Todo o julgado de Braga é, nestas inquirições, um grande vazio de informação.
- 4 Cf. por todos José Mattoso, *A identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, vol. I, *Oposição*, Lisboa, 1985.
- 5 Até mesmo as sedes de freguesia são, muitas vezes, difíceis de localizar. O Entre Douro e Minho teve uma rede paroquial que em alguns pontos atingiu, na Idade Média, uma grande densidade, e foi sendo posteriormente aligeirada pela supressão de algumas

- freguesias, incorporadas em outras suas vizinhas. São estas que principalmente causam dificuldades, por vezes insuperáveis. No caso deste trabalho, houve quatro freguesias que não foi possível identificar, pelo que os dados a elas respeitantes se encontram ausentes dos mapas elaborados.
- 6 Cf. o que digo adiante.
 - 7 Orlando Ribeiro diz-nos, de forma magistral, como os nossos camponeses são frugais nas suas refeições, frugalidade sustentada pelo pão, acompanhado, a avivar sabores, com algumas azeitonas, um pedaço de queijo ou uma sardinha assada («Sur quelques traits de la campagne portugaise», *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, p. 12).
 - 8 *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2ª ed., Lisboa, 1963, p. 68.
 - 9 O termo «pão», aplicado a todos os cereais, é por demais comum para ser objecto de comentários. A designação de «outono», menos usual (cf. *P.M.H., Inq.*, pp. 298-300, 639, 1471-1472, 1473, 1477-1478, por exemplo), é, como disse, menos abrangente, mas, ainda assim, designando a grande maioria dos trigos e dos centeios — com excepção dos tremeses — e ainda algumas cevadas, é suficientemente lato para muito dificultar a sua utilização. O designativo «segunda» é também muitíssimo usual.
 - 10 José Mattoso, *ob. cit.*, vol. II, *Composição*, Lisboa, 1985, pp. 69-71.
 - 11 Cf. uma panorâmica geral sobre o assunto em A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed., Lisboa, 1987, pp. 63-66.
 - 12 Cf. Georges Comet, *Le paysan et son outil. Essai d'histoire technique des céréales (France, VIII^e-XV^e siècle)*, Roma, 1992, pp. 210, 215; Steven Laurence Kaplan, *Le meilleur pain du monde. Les boulangers de Paris au XVIII^e siècle*, trad. de Pierre-Emmanuel Dauzat, Paris, 1996, p. 55.
 - 13 Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*, dissert. dactil., F. C. S. H. da U. N. L., Lisboa, 1991, pp. 48-51; Maria Teresa Nesbitt Rebelo da Silva Maltez, *Os recursos alimentares no Algarve oriental (século XIV)*, dissert. dactil., F. C. S. H. da U. N. L., Lisboa, 1993, pp. 31-32; Maria Ângela da Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995, p. 349.
 - 14 Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, *ob. cit.*, p. 51.
 - 15 Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos. «As vilas do Norte de Portugal»*, pref. de Maria José Trindade, vol. I, Lisboa, 1979, p. 85.
 - 16 O que A. H. de Oliveira Marques já tinha observado: *ob. cit.*, p. 63.
 - 17 Cf. o respectivo mapa.
 - 18 Amélia Aguiar Andrade (*Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval*, dissert. dactil., F. C. S. H., da U. N. L., Lisboa, 1994, p. 264) considera o trigo como a presença mais assídua entre os cereais.
 - 19 Sobre os portos do Entre Douro e Minho e a navegabilidade dos seus rios, facilitadora de circulações e transportes, cf. Fernando Castelo-Branco, «Alguns aspectos da evolução do litoral português», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. LXXV, 1957, pp. 337-354; id., «Do tráfego fluvial e da sua importância na economia portuguesa», *ib.* vol. LXXVI, 1958, pp. 39-66; Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à história de Portugal. Estudo crítico*, Lisboa, 1977, pp. 98-100, 133; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dirig. pelo mesmo e Joel Serrão, Lisboa, 1985, pp. 128-130; Ana Maria Pereira Ferreira, *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385-1481)*, Lisboa, 1983, p. 51.
 - 20 Maria da Conceição Falcão Ferreira (*Guimarães: «duas vilas, um só povo». Estudo de história urbana (1250-1389)*, dissert. dactil., Universidade do Minho, 3 vols., Braga, 1997), mostra bem a importância desta cidade a nível regional e mesmo nacional. Veja-se, da mesma autora, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, 1989, sobretudo pp. 162-198.
 - 21 Cf. o conjunto de mapas que acompanham este trabalho e onde se verifica como, próximo de Braga, as informações nunca existem.
 - 22 Cf. os mapas onde se encontram cartografadas as referências a ambos os cereais.
 - 23 A nível europeu e mesmo mundial, a regressão do centeiro só começou em finais do século XVIII (Georges Comet, *ob. cit.*, p. 244).
 - 24 Com excepção da zona mediterrânica, onde o trigo foi sempre dominante, como já referi, relativamente a Portugal.
 - 25 Cf. Maria Eugénia S. de A. Moreira-Lopes e colab., *Vegetação de Portugal*, vol. II, *Plantas cultivadas*, Lisboa, 1981, p. 36.
 - 26 Sobre este assunto pode ver-se, com algum desenvolvimento, Georges Comet, *ob. cit.*, pp. 244-248. Podem ver-se também: Artur Castilho, «O centeiro», sep. de *Manual enciclopédico do agricultor português*, Porto, 1947, pp. 19-20; A. H. de Oliveira Marques, «O centeiro», *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. I, Lisboa, 1963, pp. 252-253; Massimo Montanari, *El ambre y la abundancia. Historia y cultura de la alimentación en Europa*, trad. de Juan Vivanco, Barcelona, 1993, p. 39.
 - 27 Os nossos camponeses, pelo menos os do interior, guardam até à actualidade a memória das fomes primaveris, consubstanciada em vários aforismos, como por exemplo: «Fome de Maio e frio de Abril, sempre veio e há-de vir», ou esse outro, exactamente na mesma linha: «A velha que bem sabia, guardou o maior taleigo para Maio e o maior madeiro para Abril».
 - 28 O centeiro foi individualizado em 183 freguesias, o trigo em 146 e o milho em 128. Os outros cereais só mais raramente assomaram à documentação.
 - 29 Foi sobretruído no julgado da Maia que este termo se utilizou e penso não haver dúvida acerca da sua sinonímia com o centeiro. Vejamos alguns exemplos: na vila de Módivas, freguesia de St^e Estêvão de Martinhais, tinha o rei direito a um quarto do trigo, do milho e da messe (*P.M.H., Inq.*, p. 486); ali perto, em S. Salvador de Módivas, alguns casais pagavam três búzeos de pão: um terço do trigo e igual porção de milho e de messe (*ib.*, pp. 9, 487); em Rebordões, freguesia de Águas Santas, uma quaira de trigo, duas e meia de milho, igual porção de messe (*ib.*, p. 505), em S. Pedro de Avintes, o pagamento de seis teigas de pão era feito na base de duas teigas de messe, o mesmo de milho e de trigo (*ib.*, p. 525).

A não ser que queiramos considerar messe igual a cevada — o que não faria muito sentido sobretudo aqui, no Entre Douro e Minho, onde ela era menos cultivada — só nos resta equipará-la a centeio.

- 30 Também A. H. de Oliveira Marques considera sinónimas aquelas duas palavras (*ob. cit.*, p. 83). Luís Carlos Amaral equipara messe a milho e centeio (*S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV. Estudo de gestão agrária*, Lisboa, 1994, p. 115). Não creio que no Entre Douro e Minho possa assim ser entendido. Para lá dos exemplos que aponte na nota anterior, posso lembrar mais alguns: na freguesia de S. Salvador da Macieira pagavam-se quatro teigas de milho e messe (*P.M.H., Inq.*, p. 490); em St^a Cristina do Coronado, sete quairas de milho e messe (*ib.*, p. 509); em St^a Maria de Campanhã, a eiradiga devida ao rei constava de quatro quairas de milho e messe (*ib.*, p. 519); em S. Salvador de Fânzeres, determinados casais pagavam um búzio de milho ou messe (*ib.*, p. 523).
- 31 *P.M.H., Inq.*, p. 500.
- 32 Cf. o mapa respectivo.
- 33 Orlando Ribeiro, «O Milho, a vida rural e a expansão portuguesa», *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, p. 193.
- 34 Maria Olímpia da Rocha Gil, que pretendia estudar a introdução do milho em Portugal, deparou-se precisamente, entre outras dificuldades, com a indecisão de linguagem, tão forte em todas as fontes consultadas (*Arroteias do vale do Mondego durante o século XVI. Ensaio de história agrária*, Lisboa, 1965, p. 11).
- 35 Georges Comet, *ob. cit.*, p. 280.
- 36 Embora Vitorino Magalhães Godinho tenha defendido a origem guineense do milho e a sua entrada em Portugal por meados do século XV («O milho mais. Origem e difusão», *Revista de Economia*, vol. XV, 1963, pp. 33-38), a opinião mais corrente inclina-se para a proveniência americana e a sua chegada à Europa em finais do mesmo século (Carlos da Cunha Coutinho, «Origem e aclimação do milho em Portugal. Alguns aspectos da vida rural portuguesa antes e depois da introdução do milho nas nossas províncias», sep. de *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, Lisboa, 1917; Orlando Ribeiro, «A cultura do milho e a disseminação do povoamento», *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*,

Lisboa, 1991, pp. 191-192; *id.*, «O milho, a vida rural e a expansão portuguesa», *ib.*, pp. 193-202.

- 37 Sob este aspecto é muito significativo o mapa publicado por Hermann Lautensach, «A utilização do solo», *Geografia de Portugal*, por Hermann Lautensach, Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, vol. IV, *A vida económica e social*, Lisboa, 1991, p. 971.
 - 38 Orlando Ribeiro, «As regiões geográficas», *ib.*, p. 1248.
 - 39 Já tive, há tempo, ocasião de me referir a este assunto da não correspondência entre o foro a pagar ao senhor e a produção agrícola efectiva. Para lá remeto o leitor: *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 76.
 - 40 Georges Comet, *ob. cit.*, p. 275.
 - 41 Fernand Braudel, *Civilização material e capitalismo. Séculos XV-XVIII*, trad. de Maria Antonieta Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa-Rio de Janeiro, 1970, p. 88.
 - 43 Alberto Sampaio, *ob. cit.*, p. 85; Orlando Ribeiro, «O milho, a vida rural e a expansão portuguesa», *cit.*, pp. 193-194.
 - 44 Por isso A. H. de Oliveira Marques minimizou, talvez com um pouco de exagero, a pequenez da sua cultura no Entre Douro e Minho (*ob. cit.*, p. 66).
 - 45 *P.M.H., Inq.*, pp. 400, 554-555, 587-588, 632-635, 647-648, 668, 1463-1464, são alguns exemplos.
 - 46 Também deparamos, aqui e ali, com alguns lugares designados Trigal ou Trigais (*ib.*, pp. 385-386, 596-597, 1452-1453, 1489-1491) e pouco mais.
 - 47 Cf. o mapa respectivo.
 - 48 Alberto Sampaio, «O Minho rural e industrial», *Estudos históricos e económicos*, vol. II, Lisboa, 1979, p. 191.
 - 49 Georges Comet, *ob. cit.*, p. 256.
 - 50 Maria Eugénia S. de A. Moreira-Lopes e colab., *ob. cit.*, p. 40. Cf. também Charles Parain, «La evolución de la técnica agrícola», *Historia económica de Europa desde la decadencia del Imperio romano*, dirig. por J. H. Clapham e Eileen Power, vol. I, *La vida agraria en la Edad Media*, trad. de Andrés Sánchez Arbós, Madrid, S. d., p. 182.
 - 51 Tem sido afirmado por vários autores. Cf., por exemplo: Artur Castilho «A cevada», sep. de *Manual enciclopédico do agricultor português*, Porto, 1947, p. 151; Charles Parain, *ob. cit.*, p. 182; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 227; *id.*, «Cevada», *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. I, Lisboa, 1963, p. 560; Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 89; Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age. De la fin l'Empire romain au XVI^e siècle*, vol. II de *L'agriculture à travers les ages*, dirig. por Emile Savoy, Paris, 1950, p. 322; Iria Gonçalves, «Viajar na Idade Média: através da Península em meados do século XIV», *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, 1988, pp. 165 e 175; Massimo Montanari, *Alimentazione e cultura nel Medioevo*, Roma-Bari, 1988, pp. 132-133; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais de Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 135-136; Maria Angela da Rocha Beirante, *ob. cit.*, p. 349; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais de Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 242-243; Luís Carlos Amaral, *ob. cit.*, p. 158.
- A própria documentação que tenho vindo a compulsar também nos apresenta a cevada nessa vertente. Cf. *P.M.H., Inq.*, pp. 633, 635, 636, 639, entre outras,
- 52 Massimo Montanari, *ob. cit.*, p. 133.
 - 53 Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 89.
 - 54 Cf. o mapa respectivo.
 - 55 Georges Comet, *ob. cit.*, p. 272.
 - 56 *ib.*, p. 270.
 - 57 A aveia desempenhava, na Europa Setentrional, o mesmo papel que o Sul mediterrâneo reservava à cevada, isto é, alimentação dos animais, em especial dos cavalos, para lá, claro, do consumo humano. Podem ver-se, sobre o assunto: Charles Parain, *ob. cit.*, p. 183; Georges Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*

- (France, Angleterre, Empire, IX^o-XV^o siècles). *Essai de synthèse et perspectives de recherches*, vol. I, Paris, 1962, p. 174; Roger Grand e Raymond Delatouche, *ob. cit.*, p. 323; Artur Castilho, «A aveia», sep. de *Manual enciclopédico do agricultor português*, Porto, 1946, p. 91; Hugues Neveux, «Déclin et reprise: la fluctuation biséculaire», *Histoire de la France rurale*, dirig. por Georges Duby e Armand Wallon, t. II, *L'âge classique des paysans. 1340-1789*, dirig. por Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, 1975, p. 116; Georges Comet, *ob. cit.*, p. 267.
- 58 Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, *ob. cit.*, p. 51.
- 59 Cf. o mapa publicado no trabalho de Herman Lautensach, «A utilização do solo», cit., p. 971.
- 60 Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, vol. I, p. 136.
- 61 Maria Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média*, Cascais, 1998, p. 30.
- 62 A sugestão de aveia encontrada por A. H. de Oliveira Marques (*Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 83) e por mim própria (*O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 75), para os campos de Óbidos, não passa, por isso mesmo, de uma sugestão, que carece de ser confirmada.
- 63 Freguesia de Antas (*P.M.H., Inq.*, p. 356).
- 64 S. Cláudio de Curvos (*ib.*, p. 311).
- 65 S. Pedro de Daião (*ib.*, p. 327).
- 66 Sta Maria de Borba (da Montanha) (*ib.*, pp. 641-645).
- 67 Só no julgado de Guimarães, aliás o maior de todos, em número de paróquias, a aveia foi atestada em mais do que uma delas: em Sta Cristina de Entre Ambas Aves (*ib.*, pp. 702-703) e em Sta Maria de Silvares (*ib.*, pp. 718-720).
- 68 S. Cosmado (*ib.*, pp. 519-522).
- 69 S. Pedro de Fajozes (*ib.*, p. 487).
- 70 Dado o exíguo número de informações, não julguei necessário fazer acompanhar a implantação deste cereal com uma representação cartográfica, como fiz para os outros.
- 71 Cf. por todos Geoges Comet, *ob. cit.*, pp. 199-293. Este autor trata com grande desenvolvimento todos os cereais cultivados, fixando-se de uma maneira especial sobre os que a Idade Média conheceu, mas alargando por vezes o seu estudo até ao período pré-histórico, ou trazendo-o até aos nossos dias.
- 72 A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 81-86; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 72-74; Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, vol. I, pp. 131-133, Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 239-243.
- 73 Artur Castilho, «O trigo», sep. de *Manual enciclopédico do agricultor português*, Porto, 1950, p. 253.
- 74 *P.M.H., Inq.*, p. 370
- 75 *ib.*, pp. 371, 373.
- 76 *ib.*, p. 415.
- 77 Sobre este assunto cf. Massimo Montanari, *ob. cit.*, pp. 124-137; id., *El ambre y la abundancia*, pp. 26-28; id., «El papel del Mediterráneo en la definición de los modelos alimentarios de la Edad Media: ¿espacio cultural o mar fronterizo?», *La alimentación mediterránea. Historia, cultura, nutrición*, ed. por F. Xavier Medina, pról. de Francisco Grande Covián, Barcelona, 1996, pp. 75-76; J. Daniel Simeón Riera, *El cicle dels cereals. Del gra al pa*, València, 1989, pp. 33-37.
- 78 Massimo Montanari, *Alimentazione e cultura nel Medioevo*, p. 127, entre muitos outros autores que se referiram a este assunto.
- 79 Steven Laurence Kaplan, *ob. cit.*, p. 47.
- 80 Sobre este ponto pode ver-se por todos, relativamente à Europa, Wilhelm Abel, *Crises agraires en Europe (XI^o-XX^o siècles)*, Paris 1973. Para Portugal, consulte-se A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura*, pp. 38-45.
- 81 Massimo Montanari, *ob. cit.*, p. 47.
- 82 A castanha, em todos os lugares onde a sua presença se manifestasse, era utilizada como sucedâneo do pão. No Entre Douro e Minho, onde o castanheiro proliferava, ela seria por certo muito consumida (cf. Iria Gonçalves, «A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das inquirições de 1258», *2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 6, *História local I. Idade Média, séculos XIII-XV – Época Contemporânea*, Guimarães, 1996, pp. 9-10). Sobre o consumo da castanha na Idade Média, é interessante, além de vários outros trabalhos, o artigo de Giovanni Cherubini, «La “Civiltà” del castagno in Italia alla fine del Medioevo», *Archeologia Medievale*, vol. VIII, 1981, pp. 247-280.
- 83 A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, Lisboa, 1964, p. 15; Salvador Dias Arnaut, «A arte de comer em Portugal na Idade Média», int. hist. a *O «Livro de Cozinha» da infanta D. Maria de Portugal*, [Coimbra], 1967, p. XXIX.
- 84 Lucie Bolens, «Pain quotidien et pain de disette dans l’Espagne musulmane», *Agronomes andalous du Moyen Age*, Genebra 1981, pp. 264-278; Massimo Montanari, *El ambre y la abundancia*, pp. 55-56; Teresa Vinyoles y Vidal, «Alimentació i ritmo del temps a Catalunya a la Baixa Edat Mitjana», *1.ª col. Loqui d’història de l’alimentació a la Corona d’Aragó, Edat Mitjana*, Llérida, 1995, pp. 121-122; Teresa Castro Martínez, *La alimentación en las crónicas castellanas bajomedievales*, Granada, 1996, pp. 204-206, entre outros. As nossas crónicas relatam também vários destes consumos, sobretudo por ocasião de assédios a cidades. O seu estudo não foi ainda feito, embora algumas referências tenham já sido deixadas em vários trabalhos.
- 85 A utilização dos cereais de segunda sob a forma de papas e de outras preparações culinárias mais ou menos próximas, foi muito comum em todo o Ocidente. Cf., por exemplo: Marc Bloch, «Les aliments de l’ancienne France», *Pour une histoire de l’alimentation*, recueil de travaux présentés par Jean-Jacques Hémardinquier, Paris, 1960, p. 233; Orlando Ribeiro, «Milho», *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, p. 58; Christopher Dyer, «Les régimes alimentaires en Angleterre. XIII^{ème}-XV^{ème} siècle», *Manger et boire au Moyen Age*, Actes

du colloque de Nice (15-17 Octobre 1982), t. 2, *Cuisine, manières de table, régimes alimentaires*, Nice, 1984, p. 267; Pierre Riché, *La vie quotidienne dans l'Empire carolingien*, Paris, 1973, p. 209; Gérard Rippe, «Il combattimento di pane e polenta», *Campagnes médiévales: l'homme et son espace*, Etudes offerts a Robert Fossier, trab. reunidos por Elisabeth Mornet, Paris, 1995, p. 89; Massimo Montanari, *ob. cit.*, pp. 132-133; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 16; Georges Comet, *ob. cit.*, p. 277.

86 Massimo Montanari, *ob. cit.*, p. 134; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 15; Pascual Martínez Sopena e M^a José Carbajo Serrano, «L'alimentation des paysans castillans du XI^e au XIII^e siècle d'après les "fueros"», *Manger et boire au moyen Age*, Actes du Colloque de Nice (15-17 octobre 1982), t. I, *Aliments et société*, Nice, 1984, p. 337.

87 Jo. 6, 9.

88 *P.M.H. Inq.*, pp. 325, 356, 661, 666, 668, 1511. Na freguesia de S. Gens, julgado de Prado, diz-se, por exemplo, que na quintã de Boleiros «fazem o pam centeo al Rey e sum quites de todo foro» (*ib.*, p. 294).

89 Na freguesia de St^a Maria de Covas, julgado de Nóbrega, a igreja devia dar «ao Ricomem... quando novamente vem aa terra, iiij. mondas centeas... et ij. frangos et j. alqueire de vino» (*ib.*, p. 410); na de S. Tiago de Sampriz, ainda no mesmo julgado e ainda a igreja, dava «ao Ricomem, cada que vem de casa d el Rey, una vez no ano iiij. mondas de j. alqueire de centeo et j. alqueire de vino...», (*ib.*, p. 410).

90 *ib.*, pp. 1444, 1457.

91 *ib.*, pp. 295, 338.

92 *ib.*, pp. 310, 394, 395, 579, 635, 652, 685, 695, 712, 732, 1432, 1483, entre outras.

93 *ib.*, p. 295.

94 *ib.*, pp. 636, 639.

95 No Sul do País o pão de trigo era de consumo corrente para todos. cf. o que atrás deixei dito sobre o cultivo deste cereal.

96 *P.M.H. Inq.*, p. 1483.

97 A soma das percentagens que fui apresentando ultrapassa os 100%. Deve-se isso ao facto de que em uma ou outra das freguesias de referência se mencionou mais do que uma qualidade de pão.

98 *P.M.H. Inq.*, pp. 396, 636.

99 *ib.*, p. 333.

100 *ib.*, p. 339.

101 *ib.*, p. 1469.

102 Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 75.

103 Era a opinião de experimentados monteiros como o nosso D. João I («Libro de Monteria», *Obras dos Príncipes de Avis*, int. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, 1981, cap. XII, pp. 40-42) ou de Gaston Fébus, conde de Foi e de Béarn (Pierre Tucoo-Chala, «L'art de la pédagogie dans le livre de la Chasse de Gaston Fébus», *La chasse au moyen Age*, Nice, 1981, p. 24).

104 Quando em algumas freguesias temos ocasião de saber a quantidade de cereal que devia entrar na confecção das fogaças e ao mesmo tempo aquele que veio substituí-las, verificamos que é a mesma quantidade. Uns quantos exemplos bastarão. Em S. Paio de Carvalheira, julgado de Bouro, determinados casais pagavam «senas teeigas de centeo per midida de Bracara pro fugazas», outros «senas fugazas de senas teeigas de centeo per midida de Bracara» (*P.M.H. Inq.*, pp. 415-416); outro tanto acontecia em S. Tiago de Chamoim (*ib.*, pp. 417-418), St^a Marinha de Vasdosende (*ib.*, pp. 420-421) e Sta Marinha de Vilar (*ib.*, pp. 423-424), todas do mesmo julgado. Em S. Paio de Figueiredo, julgado de Guimarães, ficou também dito que alguns casais pagavam «singulas taligas de centeno pro fugaciis» e um outro «j. fugacia centena d j. taliga» (*ib.*, pp. 1483-1484). Em St^a André de Friande, julgado de Penafiel de Sousa, eram, de dois casais, «duas duas fugacias de centeno de singulos almudes», ou «j. almude de centeno pro fugacia» (*ib.*, pp. 1502-1503).

105 Era sobretudo no julgado de Cerveira que este costume sa encontrava generalizado, variando a quantidade de metálico de uns para outros casais (*ib.*, pp. 350-356).

106 A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 15; A. M. Bautier, «Pain et pâtisserie dans les textes médiévaux latins antérieurs au XIII^e siècle», *Manger et boire au Moyen Age*, Actes du Colloque de Nice (15-17 octobre 1982), t. I, *Aliments et société*, Nice, 1984, p. 40; Georges Comet, *ob. cit.*, pp. 480-481.

107 A. M. Bautier, *ob. cit.*, p. 40.

108 *ib.* Adiante voltarei a este assunto.

109 D. Teresa Afonso, segunda mulher de D. Egas Moniz de Ribadouro (cf. *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, ed. crítica por José Mattoso, vol. II/1, Lisboa, 1980, 16A3, 22D9).

110 *P.M.H. Inq.*, p. 542.

111 Salvador Dias Arnaut, baseando-se em Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, classifica as mondas de pães «pequeninos» (*ob. cit.*, p. XXVII).

112 *P.M.H. Inq.*, pp. 1444, 1457.

113 *ib.*, pp. 294, 636, 661, 664, 666, 668, 1511.

114 Cf. o mapa respectivo, onde foram cartografados os tipos de pão.

115 É o caso de Maria Helena da Cruz Coelho, «Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos», *Revista de história económica e social*, nº 12, 1983, p. 92, ou Luís Carlos Amaral, *ob. cit.*, p. 128.

116 Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Linda-a-Velha, 1995, p. 25; Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, pp. XXV-XXVI.

117 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crítica por José Mattoso, vol. II/1, 21A1. Também utilizado por Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, p. XXV.

118 *P.M.H. Inq.*, p. 108.

119 *ib.*, p. 635.

120 *ib.*, p. 543.

121 *ib.*, p. 396.

122 Georges Comet, *ob. cit.*, pp. 480-481; A. M. Bautier, *ob. cit.*, p. 38; Prim Bertran, «La alimentación de los pobres de Lérida en el año 1338», *Manger et boire au Moyen Age*, Actes du colloque de Nice (15-17 octobre 1982), t. 1, *Aliments et société*, Nice, 1984, p. 362.

- 123 Sobre estes bolos, cf., por exemplo, Rui de Sousa Martins, «A cerâmica de produção doméstica na ilha das Flores», *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Actas do Colóquio, Horta, 1995, pp. 493-510.
- 124 Cf., por exemplo, Georges Comet, *ob. cit.*, p. 481; A. M. Bautier, *ob. cit.*, p. 41.
- 125 *P.M.H., Inq.*, p. 685.
- 126 Alguns desses textos foram já trabalhados. Podem ver-se: Charles Samaran, «Un essai de pain à l'abbaye de Saint-Denis au XIV^e siècle», *Bulletin Philologique et Historique* (1968), vol. I, *Les problèmes de l'alimentation*, 1972, pp. 437-438; Georges Comet, *ob. cit.*, pp. 462-478. Este autor analisa vários ensaios de pão.
- 127 Para Portugal consulte-se A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 200-201.
- 128 É significativo o exemplo, referido ao Alto Minho, que Gama Barros nos apresenta: *Historia da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2^a ed. dirig. por Torquato de Sousa Soares, vol. X, Lisboa, s.d., p. 42.
- 129 A. de Sousa Silva Costa Lobo, *A Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903, p. 271.
- 130 Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, vol. X, p. 42.
- 131 Georges Comet, *ob. cit.*, pp. 457-498.
- 132 *Ib.*, p. 477.
- 133 *Ib.*, p. 460. Em documentação que tenho em estudo, proveniente do mosteiro de Alcobça, as perdas previstas nesta segunda alimpa no moinho não se afastavam deste valor.
- 134 *Ib.*, p. 460; Françoise Desportes, *Le pain au Moyen Age*, s. l., 1987, p. 53. Reterei mais uma vez valores aproximados aos médios: 25% para o trigo, 28% para o centeio.
- 135 Bartolomé Bennassar e Joseph Goy, «Contribution à l'histoire de la consommation alimentaire du XIV^e au XIX^e siècle», *Annales, E.S.C.*, 30^e ano, 1975, p. 419; Maurice Aymard, «Pour l'histoire de l'alimentation: quelques remarques de méthode», *ib.*, p. 437; Georges Comet, *ob. cit.* p. 471.
- 136 Se quisermos contas com todo o rigor, obteremos 9,07, 12,09 e 18,14 kg para o trigo; 8,44, 11,26 e 16,89 kg para o centeio.
- 137 Números rigorosos, a partir das percentagens apontadas: 5,92, 7,89 e 11,84 kg para o trigo; 5,75, 7,67 e 11,5 kg para o centeio.
- 138 *Ob. cit.*, p. 56.
- 139 *Ib.*, p. 54.
- 140 Em França, por exemplo, o pão medieval não era salgado (*ib.*, pp. 56-57; Georges Comet, *ob. cit.*, pp. 485-486). Entre nós o problema não tem sido levantado, talvez por se considerar a presença do sal como um dado adquirido. Nas fontes em análise existe apenas uma referência à salgação e mesmo essa não é concludente. Na freguesia de St^a Marinha de Arcozelo, no julgado de Ponte de Lima, havia quatro casais com a obrigatoriedade de fazerem o pão de trigo para o rei, mas deviam dar-lhes «sal de que salguem esse pam» (*P.M.H., Inq.*, p. 338). Fique registada a menção, que talvez possa, junta a outros elementos, vir a tornar-se mais significativa.
- 141 *P.M.H., Inq.*, pp. 328-330. Na freguesia de St^a Cristina de Afife, no julgado de Ponte de Lima, impendia sobre alguns camponeses a mesma obrigatoriedade (*ib.*, p. 327), mas, da forma como ela se encontra expressa, não se depreende, com tanta clareza, que cada uma daquelas cacifeiras deve dar origem a um pão.
- 142 Considerei as perdas apresentadas por Françoise Desportes, *ob. cit.*, p. 60. Esta autora tem a vantagem de ter trabalhado com vários e diferentes valores, de que nos dá as médias. Os riscos de maximização ou minimização dos quantitativos são assim menores.
- 143 *P.M.H., Inq.*, p. 396. Trata-se da freguesia de S. Martinho de Soajo, no julgado de Valdevez.
- 144 Entre nós tem-se considerado, pelo menos para a Idade Média, que a boa qualidade e finura do pão dependiam apenas do cereal em que era confeccionado. Pão de boa qualidade, pão «alvo», pensa-se, era de trigo. Se em relação a este último assim era, também é verdade que muito pão mais ou menos escuro tinha como matéria-prima a farinha triga, mais ou menos integral, e um pão de centeio, feito com «flor de farinha», resultava fino e de boa qualidade. Penso, proximamente, retomar com mais desenvolvimento este assunto.
- 145 Lembrarei mais uma vez, para Portugal, o trabalho de A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 200. Podem ver-se muitas dessas representações, embora não portuguesas, em Françoise Desportes, *ob. cit.*, *passim*, ou em Perrine Mane, «Images de panification au Moyen Age», *La preparation alimentaire des céréales*, ed. por François Ségaut e Dominique Fournier, Estrasburgo, 1991, pp. 51-68.
- 146 Georges Comet, *ob. cit.*, p. 483.
- 147 *P.M.H., Inq.*, p. 395.
- 148 *Ib.*, pp. 410, 412.
- 149 *Ib.*, p. 334. Também se fala de mondas de doze em teiga (*ib.*, p. 412), o que corresponde, nas equivalências aqui usadas, às de seis em alqueire.
- 150 Com um valor intermédio de 1,82 kg.
- 151 *P.M.H. Inq.*, pp. 332-333, 390.
- 152 É nesta situação que ele nos aparece sempre, mas pode sê-lo devido à especificidade da fonte. Para outros lugares, cf, Françoise Desportes, *ob. cit.*, p. 91; A. M. Bautier, *ob. cit.*, p. 40. Esta última autora também encontrou fogaças muito grandes.
- 153 *P.M.H. Inq.*, p. 1432.
- 154 *Ib.*, pp. 1499, 1500, 1507, para este último valor.
- 155 Os pães grandes, na ordem dos seis quilos, mesmo cozidos em forno, apenas perderiam na operação 10% do seu peso (Georges Comet, *ob. cit.*, p. 471).
- 156 *Ib.*, p. 478.
- 157 Podem ver-se alguns exemplos em *P.M.H., Inq.*, pp. 310, 357, 358, 364, 368, 390, 393, 395, 418, 420, 579, 650, 1457, 1484, 1497, 1500, 1503, entre outras.

FUENTES OLVIDADAS PARA LA HISTORIA DE LA ALIMENTACIÓN BAJOMEDIEVAL: CRÓNICAS, LIBROS DE VIAJE Y BIOGRAFÍAS

TERESA DE CASTRO MARTINEZ*

Hace ya bastantes años, con el ímpetu que caracteriza a todos los jóvenes que inician su investigación, nos pusimos en contacto con una amplia bibliografía sobre la entonces pujante «historia de la alimentación». Nos llamó a atención la amplia panoplia de trabajos dedicados al tema, pero al mismo tiempo la marginación de las fuentes narrativas, en especial la cronística, en la mayoría de ellos. En efecto, los historiadores pioneros dedicados tanto al ámbito andalusí como al cristiano peninsular, aunque en ocasiones utilizan la información contenida en este tipo de fuente, rara vez se detienen a exponer la metodología con la que afrontar el estudio de la alimentación¹ y, cuando lo hacen, casi ninguna resalta el valor documental de los géneros aquí analizados, o lo hacen de manera secundaria, limitándose otros a usar de manera lineal las noticias que éstas contienen. Veamos unos ejemplos como botón de muestra:

- Benito Sánchez Alonso (Sánchez Alonso, 1941), autor de la única obra dedicada al estudio de la historiografía española de los diferentes períodos históricos, nada dice sobre los límites y virtudes de nuestras fuentes para su uso histórico y/o geográfico.
- Evariste Lévi-Provençal (Lévi-Provençal, 1965), enumera las fuentes disponibles y la información que proporcionan, pero todos los datos que da sobre los géneros que nos interesan son muy generales. En cuanto a la alimentación, se sirve sobre todo de tratados de *ṭabākh*, poesía burlesca,

tratados de cocina, manuales de agricultura, mencionando rara vez una crónica.

- E. Ashtor (Ashtor, 1968), realizó un artículo basado en la consulta de libros de viaje, de geografía, de cocina, etc., y aunque no efectúa un análisis de sus posibilidades de uso, en la práctica es un ejemplo claro de cómo afrontar un trabajo de este tipo.
- Rachel Arié (Arié, 1974-1975 y 1982: 365-387), a pesar de emplear ampliamente algunas crónicas y libros de viaje, nada dice a nivel metodológico o de interpretación, y cuando estudia la historiografía hispanomusulmana repite el esquema expositivo clásico de géneros, autores y obras.
- Manuel Espadas Burgos, dedica un apartado a la utilización de las fuentes, mencionando aquéllas literarias (libros de viajes, memorias, literatura costumbrista, etc.), de las que dice que constituyen un caudal nada desaprovechable

* Investigadora de la Universidad de Granada (Espnha).

de información, aunque complementario, para obtener una visión de los niveles y hábitos alimentarios de la época, pues *«quizá por haber sido precisamente la fuente más utilizada y la que con menos rigor científico se puede aplicar a la investigación del tema, la consideramos fuente muy secundaria y sólo con valor ilustrativo y comprobador o ratificador de los resultados obtenidos en la investigación sobre fuentes más directas y primarias»* (Espadas Burgos, 1975: 150-151)

- María del Carmen Carlé (Carlé, 1977) explotó al máximo la documentación disponible sobre la alimentación bajomedieval en estos años, incluida la cronística, pero no dedica ningún epígrafe al análisis de ella ni a las aproximaciones que permite.
- Massimo Montanari (Montanari, 1981: 35-36) ha echado mano de las crónicas, y en general de las fuentes narrativas, a lo largo de toda su producción historiográfica. Es uno de los pocos historiadores que se ha detenido a examinar las características de la información que éstas contienen, ofreciendo algunos consejos metodológicos e incidiendo también en el hecho de que la vía más factible de aproximación es la de las estructuras ideológicas y mentales.
- Giuliano Pinto (Pinto, 1981: 43 Y 46), en su artículo sobre las fuentes bajomedievales para la historia de la alimentación cita esporádicamente las crónicas, centrándose en particular en el análisis de la documentación concreta existente.
- Expiración García Sánchez, en la monografía consagrada al examen de las fuentes para el estudio de la alimentación hispanomusulmana (García

Sánchez, 1986), no cita. En un artículo más reciente (García Sánchez, 1996: 219-220) indica que las fuentes histórico-geográficas son complementarias respecto a las agrícolas, aunque a veces ayudan a fijar la geografía agrícola y a aportar algunos datos sobre la localización de determinados productos; presta especial atención a los tratados de *Isba* ya que son prácticamente los únicos que permiten acercarse al estudio de la alimentación andalusí, afirmación explicable por el enfoque dietético-bromatológico de la autora.

- Miguel Ángel Ladero Quesada (Ladero, 1985: 213) es uno de los historiadores más receptivos frente a este tipo de historiografía: cita las crónicas castellanas del XV, ofreciendo algunas consideraciones sobre la información que pueden proporcionar, mencionando igualmente la escasez de trabajos que se han realizado a partir de ellas. Elude la aproximación metodológica, pero también lo hace con el resto de fuentes referidas.
- Diversos trabajos dedicados a la agricultura andalusí se sirven casi exclusivamente de estas fuentes pero de una forma esencialmente descriptiva (La Chica, 1971; Roldán, 1987; Carabaza, 1992)

Está claro que muchas de estas obras son el resultado de una etapa en la que los estudios alimentarios se centraban en temas como el abastecimiento, en aspectos bromatológicos y médico-dietéticos, en épocas históricas para las que no existe cronística, o en la descripción de los productos y platos consumidos. Pero de otro lado tenemos aquellos trabajos que, no participando de este interés, mantienen los prejuicios y el olvido de autores anteriores o bien utilizan estas fuentes de una forma literal.

Con el pasar del tiempo, a pesar de contar con un sinfín de investigaciones en curso y con un volumen de artículos y libros que rebasa cualquier cuantificación, son escasos los que han prestado atención a este aspecto metodológico del tema. Obviamente, la multitud de aportaciones existentes dedican siempre un análisis a las fuentes específicas en las que se basan, y otras proponen ejemplos de aproximación que tienen como punto de partida campos como la Arqueología, la Etnología, la Antropología, etc. Dado que los estudios sobre la alimentación española bajomedieval han progresado mucho y en diferentes vías, y que nosotros venimos trabajando desde hace varios años sobre este tipo de fuentes, hemos pensado que no estaría fuera de lugar dedicar unas líneas a mostrar que, al contrario de lo que podría pensarse, éstas tienen características específicas y definitorias propias y que ofrecen un campo abonado para cualquiera que se proponga trabajarlo.

Esta intervención, más que resumir las conclusiones obtenidas en los escasos trabajos que nuestra pluma ha sido capaz de producir, tratará de explicar los motivos de la selección de las fuentes utilizadas así como el uso que hemos hecho de ellas, exponiendo el enfoque elegido y el aparato conceptual en el que nos apoyamos.

1. ¿POR QUÉ LAS CRÓNICAS?

Para contestar a esta simple pregunta debemos explicar que, a diferencia de los historiadores que preceden a nuestra generación — los de los años 50-70 de una parte y los de los años 70-90 de otra — no nos ha influido la polarización historiográfica y del uso de las fuentes que ambas etapas generaron. Como ya dijimos en otro sitio, renegamos de la posición parcial de todos ellos: a los primeros les reprochamos la lectura lineal y tendenciosa, atenta fundamentalmente a la historia evenemencial típica de la historiografía franquista, que acudía a ella con fines de justificación política; a los segundos achacamos el olvido, el ostracismo, resultado de un período de reacción violenta contra todo aquello que tuviera que ver con las líneas de investigación del pasado. Por todo ello, creímos interesante retomar una fuente altamente ideologizada y leerla sin prejuicios para ver qué información podía proporcionarnos sobre la alimentación ². Debemos matizar que con el término cronística incluimos en realidad diferentes géneros historiográficos de tipo narrativo: las crónicas propiamente dichas, los libros de viaje y algunas biografías.

2. CRONOLOGÍA Y ÁMBITOS DE ESTUDIO

Las obras escogidas pertenecen a los siglos XIII al XV, correspondientes al reino de Castilla y al-Andalus. Mientras las primeras participan de las peculiaridades de un mismo período, las musulmanas representan a dos distintos. Ello hay que tenerlo en cuenta, pues, aún aceptando la resistencia al cambio de las costumbres alimentarias, en estos siglos existen significativas novedades.

3. EL PORQUÉ DE UN ESTUDIO COMPARATIVO ENTRE CASTÉLLA Y AL-ANDALUS

- A) Porque la mayoría de los estudios sobre la población castellana e hispanomusulmana se han dedicado al examen de aspectos institucionales, económicos y culturales de cada una de ellas separadamente, pero no encontramos ninguno que se detenga en profundidad a comparar uno cualquiera de ellos en ambos mundos.
- B) Porque eso que por comodidad llamaremos «Historia de las Mentalidades», tan en boga en los últimos tiempos en el ámbito de la alimentación, no parece haber sido explotada adecuadamente. Así, la abstracción o subjetividad que acompaña esta línea investigadora ha permitido incursiones un tanto imaginativas o cuando menos poco documentadas. Nosotros pensamos que es mucho más útil evidenciar las imágenes que una determinada sociedad tiene de sí misma y de los otros, labor aún por hacer ¹⁰.

- C) Porque todavía en estos días descubrimos una versión romántica en la que la España medieval aparenta ser un lugar idílico en el que cristianos, musulmanes y judíos viven armónicamente. Nada más lejos de la realidad. La historia medieval peninsular es el marco de una lucha continuada de todos contra todos, con excepcionales períodos de convivencia e intercambios pacíficos. Lejos de las controversias historiográficas al respecto (aquéllas continuistas y aquéllas filoárabes, superadas hace años en gran medida gracias a la obra de Pierre Guichard), los trabajos de la alimentación medieval adolecen a veces de una aproximación moderna, en el sentido de que reproducen muchos esquemas ya descartados en otros campos. De este modo, podemos afirmar que, también en este sector del medievalismo, hay espacio para la historia evenemencial o *historia-déco*. Una rápida ojeada a las comunicaciones presentadas en la mayoría de los congresos celebrados en los últimos 5 años son un ejemplo palpable.

A ello hay que unir que en España los estudios medievales se hallan divididos entre los departamentos de historia medieval y estudios semíticos, por lo que rara vez las dos sociedades son analizadas conjuntamente: acurrucados en sus pequeñas parcelas nos ofrecen un panorama en el que casi resignados debemos aceptar que Castilla y al-Andalus eran tan extrañas entre sí como lo son Australia y España. Creemos que se pueden hacer extensivos a ambos ámbitos las palabras dedicadas por Serafín Fanjul en el prólogo al libro de

viaje de León el Africano, a comentar las deficiencias investigadoras del arabismo español: «*La Descripción que aquí ofrecemos no sólo intenta cubrir uno de los numerosos vanos que con tanto orgullo, cual nuevo yelmo de Mambrino, luce el arabismo español; también patentiza la necesidad imperiosa de salir de las metodologías (es decir, la carencia de ellas) habituales entre los arabistas y comprender que, si sólo sabemos del Mundo Árabe, ni de Mundo Árabe sabemos. Con frecuencia se habla de interdisciplinariedad, compartismo o de esa cursi pero inexistente figura del «trabajo en equipo»; sin embargo, muy poco se lleva a término en tales direcciones y el resultado es, con no menor reiteración, la comisión de errores de bulto fruto de ignorar la obviedad de que la sociedad árabe no cayó del cielo, ni es un caso aparte en el conjunto de las sociedades humanas, sino una más entre ellas, con sus peculiaridades y matices, pero una más»* (Fanjul, 1995: 9-10).

D) A primera vista parece un sinsentido pensar que el código alimentario y la alimentación en general de dos espacios esencialmente diferentes sean parecidos o siquiera similares. A nivel general esto es cierto, pero tenemos también que tener en cuenta que hablamos de dos sociedades que conviven en un espacio físico particular: el de la Península Ibérica, y Mediterráneo. Por lo demás, nos movemos en un área heredera de la Antigüedad: los musulmanes (como ha evidenciado magníficamente Lucie Bolens) recibieron directamente la cultura grecolatina pasada por el tamiz

de Oriente, mientras que ellos mismos las transmitieron al resto del Occidente Medieval (ejs. claros son la farmacia, la dietética y sobre todo la medicina).

4. ¿QUÉ TIPO DE INFORMACIÓN OFRECEN Y POR QUÉ ENFOQUE DECANTARSE?

Lo primero que llama la atención es la abundancia de información que contienen, pero nos parece demasiado fácil e incompleto abrir una crónica y limitarnos a copiar los alimentos allí enumerados, catalogar los platos recogidos o los banquetes relatados. Cualquiera podría hacerlo. No son pocas las veces en la que nos hemos quedado sorprendidos por el hecho de que personas con poca preparación histórica o cultural muestren un conocimiento importante de los alimentos consumidos en eso que ellos continúan denominando Siglos Oscuros.

Pensamos entonces que el aspecto cultural, simbólico y «mental» era la vía más interesante. Por supuesto ello nos ha exigido, como señalaremos más tarde, no sólo un examen de los datos existentes, sino también una exégesis anterior de las características que presentan las respectivas crónicas, para entender sus límites³, prejuicios y rasgos intrínsecos y extrínsecos⁴. No es este el foro adecuado para afrontar una discusión sobre cuáles son las similitudes y diferencias de ambas e iniciar un examen comparativo detallado⁵. En cualquier caso, el hecho fundamental que no hay que perder de vista es que las dos historiografías contienen, en líneas generales, indicaciones análogas:

- *Cronística*: habla de la alimentación del conjunto de la población en los años normales y en los de carestía, entendiéndose la relación enfermedad-alimentación. Pero aparecen sobre todo los productos y platos utilizados, las preferencias y actitudes hacia la alimentación propia y la de otros grupos humanos, que conforman el código alimentario de la clase social a la que encarnan los narradores.
- *Libros de Viaje*: la sorpresa o su ausencia se convierte en base de conocimiento histórico, haciendo posible definir los hábitos alimentarios reales, colectivos, de clase y personales imperantes en un ámbito cronológico concreto⁶.
- *Biografía*: permite dilucidar los ideales personales dominantes en una época y verificar si existen comportamientos alimentarios ideales, y si son respetados o no⁷.

Todas estas obras poseen dos niveles de lectura: el «mental» y el que hace referencia al consumo real, aunque dependiendo del tema tratado prima uno u otro. Veamos a continuación cómo afrontar ambos⁸.

5. EL CÓDIGO ALIMENTARIO

Bajo este término pretendemos evidenciar todos aquellos sentimientos, actitudes, opiniones, rechazos y preferencias que los hombres y las sociedades de ciertos períodos y lugares muestran hacia determinados alimentos o comportamientos alimentarios⁹. Estas «opiniones» pocas veces son explícitas, por lo que descubrirlas supone un esfuerzo de reflexión y análisis histórico

Ello plantea una cuestión fundamental: ¿cómo proceder para que la reconstrucción del código alimentario no se convierta en una simple elaboración fantástica? Somos conscientes del riesgo que un trabajo de este tipo supone, pues la lectura lineal de la información es una tentación a veces difícilmente controlable, por lo que la exégesis de las fuentes es la base de partida imprescindible. Luego, nosotros hemos optado por un examen a dos niveles.

A) *Análisis textual*. Hemos actuado como si de un comentario de texto gigantesco se tratase, teniendo como base de partida el conocimiento general de las características de la etapa considerada.

B) *Aplicación de lo que podríamos denominar una aproximación etnoantropológica/semiótica*, mediante la cual hemos analizado, organizado y categorizado los datos, valiéndonos de diferentes métodos de «encuesta»:

- Recoger las *afirmaciones manifiestas*: aunque siempre tienen el riesgo de ser tendenciosas, ellas son el referente-guía elemental a partir del cual iniciar cualquier estudio. Es como si pusiéramos un micrófono ante el narrador y le pidiéramos que diera su opinión o visión sobre la alimentación de la época.
- Evidenciar las *asociaciones y las oposiciones alimentarias* (de alimentos y comportamientos) que aparecen en los textos.
- Ver las *relaciones causa-efecto* establecidas entre unos consumos y/o comportamientos alimentarios y otros.
- Valerse de las noticias que proporciona *la visión del otro*, esto es de aquéllas que se obtienen a partir de la proyección de la entidad alimentaria propia que se produce al juzgar a otra persona, pueblo, cultura o religión.
- Deducir de la descripción de los consumos y comportamientos alimentarios de los *épocas de crisis* (carestías o hambrunas), cuáles eran aquéllos normales y los de los grupos de población amplios — incluidas las clases sociales más populares — que de otra manera son extremadamente difíciles de rastrear en este tipo de historiografía.
- La *comparación entre alimentos* permite instaurar una jerarquía entre las diferentes categorías alimentarias y verificar cuáles son los más

estimados, los menos valorados y por qué.

- Las *cualidades asociadas a determinados productos o actitudes* suelen ser indicativas de si éstos son apreciados por sí mismos o en relación a otros, diciéndonos igualmente cuáles son los atributos más exaltados y los que menos.
- A través de la *interpretación en negativo de los testimonios positivos y viceversa* conseguimos información adicional, a menudo la única que podemos sonsacar. Un ejemplo claro lo tenemos en el caso de las referencias a los alimentos consumidos por los «pobres».
- Estudio de las indicaciones recogidas sobre *prescripciones dietéticas religiosas*, ya que, aparte de comprobar si éstas se cumplen o no, nos ponen al corriente de los elementos ligados a la alimentación que más resistencia presentan al cambio y aquéllos que tenían un papel lúdico o festivo más importante.
- Dilucidar a partir de los episodios del género *maravillas* si la influencia de la Antigüedad en las descripciones o percepciones alimentarias sigue vigente o si ésta permanece como un tópico incorporado al género geográfico. De este modo, contaremos con otro indicio de la fiabilidad del resto de los comentarios efectuados.
- A veces eso que nuestros mayores llaman *sentido común, en la acepción gramsciana*, es lo que consiente dar un significado a la gran cantidad de noticias, a veces aparentemente inconexas, con las que nos encontramos.

Estos datos se comparan y se completan con los que nos proporcionan fuentes de otro tipo. Con todo ello podemos hacernos una idea aproximada de cuál debía ser el código alimentario de las clases nobles.

6. LA ALIMENTACIÓN REAL: PRODUCCIÓN Y CONSUMO

Si nos centramos en el aspecto material de la alimentación la aportación de la cronística no es menos interesante, y puede servir sobre todo para encontrar puntos de referencia que confrontar o unir a los obtenidos en otro tipo de fuentes, o bien para corroborar o matizar los ya existentes en lo tocante a otras cuestiones. Pensamos que las noticias que contienen permiten acceder al tema de manera indirecta: a través del análisis de las indicaciones sobre el medio físico (en especial sobre los cultivos y la explotación de los recursos vegetales y animales), de la organización del poblamiento y de las redes comerciales se puede reconstruir de manera bastante aproximada cómo debía ser esta alimentación, a nivel general por lo menos.

Volvemos de nuevo a enfrentarnos con el problema de la interpretación tal cual de las noticias, por lo que aquí, más que en el caso anterior, es indispensable acudir a otra clase de estudios y de fuentes. En palabras de Massimo Montanari: *«partire dalle risorser e dalla produzione, filtrate attraverso la realtà dei rapporti sociali, per dedurne, se non dei dati di consumo effettivo, almeno dei livelli di disponibilità. Una scelta che presuppone lo stretto legame esistente fra alimentazione e rapporti di produzione: (...). L'alimentazione, quindi, como prodotto di una realtà strutturale, come struttura essa stessa: non semplice «somma» di alimenti, ma «sistema», «regime» alimentare, entro un sistema econo-*

mico-sociale che ne determina la specificità» (Montanari, 1981: 31). Y ello con todos los matices posibles, porque en la baja Edad Media, a diferencia de lo que ocurría en los primeros siglos medievales, la función del mercado no es tan marginal y mucho menos en el caso musulmán. Y este conocimiento de la estructura del que habla el profesor italiano debe por fuerza venir de otro tipo de trabajos, de todo aquello que tenga que ver con la organización agrícola (espacial y humana) y comercial.

Por lo demás, la elaboración de glosarios de alimentos, recetas, productos o utensilios de cocina/mesa es un instrumento muy útil por diferentes motivos. Primero porque la sistematización de todas las noticias obtenidas ayudará a la realización de un corpus documental sobre cada producto (primera mención, localización, usos, procedencia, formas de consumo, etc.) que servirá para llevar a cabo otro tipo de trabajos en el marco de historia de la cocina o de la gastronomía, por poner sólo dos casos. Asimismo, consentirá efectuar un «mapa» de los alimentos y de los platos habituales y extraordinarios en los mundos árabe y cristiano medievales peninsulares, punto de referencia básico para averiguar si se produjeron interferencias o influencias alimentarias entre ambas sociedades, y si estos elementos son sólo típicos de un determinado ámbito espacial o por el contrario participan de elementos culturales comunes.

Ejemplo de otro tipo de utilización lo tenemos en el libro de Andrew Watson, en el que intenta explicar la difusión de nuevas plantas y técnicas agrícolas desde Oriente al Occidente Musulmán, primero, y luego desde este último al Mundo Cristiano, en los primeros siglos del Islam (Watson, 1983). Por último, y sin ánimo de ser exhaustivos, contamos con una línea de investigación propuesta por Guillermo Roselló para el caso de la cerámica andalusí que se sirve de los datos facilitados por distintas fuentes escritas, combinándolas con los proporcionados por los hallazgos arqueológicos, con el fin de estructurar el proceso evolutivo del utillaje doméstico, teniendo de este modo un punto de partida y un límite para establecer cuándo y cómo se fabricaban determinadas formas cerámicas, y se usaban en la vida diaria (Roselló, 1991, 1994, 1996).

7. ...FINALMENTE A TEORÍA

En un trabajo anterior indicábamos que a pesar de dedicarnos a la «historia de la alimentación» no somos partidarios de la parcelación del conocimiento histórico en compartimentos estanco y que al dedicarnos fundamentalmente a evidenciar el código alimentario de una determinada población no olvidábamos el aspecto primero, el que la alimentación sirve sobre todo para satisfacer las necesidades materiales, orgánicas, del cuerpo humano (De Castro, 1996a: 11). Debemos añadir que aunque nos dediquemos a un tipo de fuente no demos primacía ideológica sobre otras: sólo constatamos una opción personal, no una toma de partida ciega. La historia de la alimentación no es un agarradero al que

asirse para estar de moda, para salir de una crisis personal, o un cajón de sastre en el que todo cabe. Estas dos bases de partida se apoyan en un aparato ideológico (Materialismo Histórico e Historia Social) que ya esbozamos en el libro antes mencionado.

Todavía creemos que el Materialismo Histórico sigue siendo, mal que le pese a muchos, un instrumento válido de conocimiento e interpretación histórico, incluso si es un «movimiento histórico» que se considera ya superado o pasado de moda. Pero, se trata de una herramienta cognoscitiva no el conocimiento deificado: es la lupa con la que ver más y mejor puntos concretos de la realidad. *El Capital* de Marx no es la Biblia, ni Marx San Pedro que abra las puertas de la investigación. Aunque se asuman las desvirtuaciones y los abusos del pasado, sin participar de ellos, opinamos que hay que retomar los principios originales que lo conformaron. Obviamente, se acepta cierto grado de tendenciosidad, o mejor de subjetividad, por parte de aquellos que se sirven de este instrumento, pero ello es consustancial a la labor misma del historiador e inevitable en cualquier posicionamiento. Esta actitud no está en contraposición con que la objetividad que debe presidir el trabajo del historiador, ya que ésta se plasma en el rigor metodológico con el que se afronta el material con el que se efectúa la investigación.

Con todo, al contrario de los historiadores españoles gestados en el período 1950-1975, «hijos» de la guerra y de la dictadura, que encontraron en el Marxismo un arma combativa de primer orden a nivel político e histórico, no pensamos que sea indispensable adoptar posturas extremas o apasionadas frente a temas que en su momento fueron controvertidos¹¹. El bagaje ideológico y metodológico que ellos nos transmitieron encontraron un *humus* receptivo pero, falto de la pasión inherente en ellos, se asimiló de una manera quizás más natural, menos traumática. Se trata, quizás, de un Materialismo paradójicamente más utópico y más pegado a la realidad: más utópico porque es más un instrumento de interpretación o explicación de la realidad y de la Historia que de cambio político, y más real porque se parte de la base de que las escasas y reales capacidades transformadoras del mundo en el que vivimos.

El medievalismo hispánico en general (aunque cualquier generalización conlleva sus propios riesgos, y siempre hay dignas o dignísimas excepciones) sigue teniendo pendiente la asignatura de responder a muchas cuestiones que la Historia Medieval nos plantea. Y ello no puede achacarse de forma un tanto repetitiva al tema de las fuentes porque es verdad que éstas son hasta cierto punto determinantes, pero también lo son las impostaciones que sobre ellas hacen los historiadores. Y si no hay respuestas ¿para qué sirve la reflexión histórica? Por ello, creemos que todo vale cuando se trata de hacer historia, de historiar, aun cuando la Historia no se haga sino que nos haga a nosotros: la arqueología, la antropología, los documentos, la toponimia, el arte, la iconografía, la música, el pensamiento político y filosófico, las técnicas, la «ciencia», la

máquina del tiempo, la lectura criptográfica de los datos... todo ello sirve si se utiliza de una forma coherente¹².

Sostenemos que la crisis de la Historia no se debe a la ausencia de herramientas con las que trabajar, sino a que se opta por un tipo de ellas y no por otras no sólo a nivel práctico, sino incluso ideológico. Esa discusión bizantina, que de vez en cuando reaparece en algunos foros, sobre cuáles son las fuentes básicas de conocimiento histórico si la arqueología o los documentos escritos nos deja a los jóvenes investigadores un tanto estupefactos ¿Por qué tenemos que elegir si podemos optar por las dos, o por más? No es menos cierto que no somos «superhistoriadores» y que la utópica visión del historiador que usa todo tipo de fuentes sobrepasa nuestras mismas capacidades; pero no hablamos de sueños sino de empresas factibles: lo único imposible es aquello que escapa a la capacidad humana. No menos orientales esas disputas sobre terminología, reflejo de la sociedad nominalista en la que vivimos, la cual otorga a veces demasiado rigor a términos que no tienen significado alguno, o, al contrario se dedican a discutir aquéllos que son obvios para todos. La demagogia esconde, como siempre, la ausencia de argumentos para expresar una forma concreta de ver el mundo o de cuestionárselo.

Terminaremos con unas breves palabras de Josep Fontana que resumen, mejor de lo que lo haríamos nosotros, nuestro posicionamiento frente a cualquier investigación histórica: «*Pienso que somos muchos los que consideramos necesario recuperar el sentido de globalidad*», y continúa más adelante «*“Globalización”, o sea, voluntad de recoger los fragmentos de una historia troceada para reconstruir una visión unitaria del hombre en todas sus dimensiones, desde su alimentación hasta sus sueños, con el fin de*

superar las consecuencias del fraccionamiento cientifista que no está conduciendo a investigar minucias carentes de relevancia fuera del ámbito estricto de la profesión, y a publicar los resultados en revistas y monografías que sólo leen otros miembros de la "tribu"» (Fontana, 1992: 114 y 123).

NOTAS

- 1 Excepciones las encontramos en las contribuciones de Montanari, 1981 y Pinto, 1981; Ladero, 1985; García Sánchez, 1986; y Conde, 1988, si bien se dedica a la documentación de archivo altomedieval.
- 2 Nos remitimos a De Castro, 1996: 9-10 y 59-61.
- 3 El más evidente es que se trata de fuentes escritas, patrocinadas y dirigidas por miembros de la nobleza, por lo que, aunque a veces encontramos referencias a grupos sociales urbanos o campesinos, éstas deben tomarse con precaución al ser una elaboración efectuada por un grupo social ajeno.
- 4 «El historiador es hijo de su tiempo, y en su ejercicio intelectual, refleja directa o indirectamente, consciente o inconscientemente, muchos de los esquemas mentales de la fase histórica que le ha tocado vivir. Por ello, no puede realizarse ninguna investigación sobre una historiografía determinada sin tener en cuenta cuáles son los condicionantes que los hombres que la hicieron sufrieron durante sus vidas. Y ello es necesario para poder interpretar la información disponible sobre el asunto que nos ocupa»: De Castro, 1996b, p. 592.
- 5 En nuestros últimos trabajos hemos apuntado provisionalmente algunos elementos de análisis. Véanse De Castro 1996b y 1996c.
- 6 Sobre este género estamos llevando a cabo en la actualidad un estudio en el que intentaremos evidenciar de una manera clara y exhaustiva cómo la *Rihla*, o libro de viaje, y los *Al-Masalik wa-l-Mamalik*, o libros de los itinerarios y los reinos, pueden ofrecer una información riquísima sobre la alimentación.
- 7 De los tres géneros que analizamos éste es, no cabe duda, el más olvidado. Y no tenemos noticia de que esté siendo objeto de estudio monográfico para el tema de la alimentación. En el caso del

mundo andalusí los datos que ofrece son mucho más ricos, pues, a diferencia de la biografías castellanas está mucho más diversificado en tipos de hombres y es más fácil deducir cuál era la alimentación de grupos sociales ajenos a la aristocracia.

- 8 Las consideraciones que efectuamos en los puntos siguientes creemos que son válidas no sólo para el tema de la alimentación y, con las pertinentes adaptaciones, pueden servir para afrontar otros argumentos.
- 9 Queremos llamar la atención sobre un hecho. La limitación que supone dedicarnos al código alimentario de la nobleza podría inducir a pensar que existe otro totalmente distinto para los miembros de las clases populares. Todo lo contrario. Nos parece evidente que el código alimentario del conjunto de los hombres del Medievo (sea el castellano sea el andalusí) participa de elementos comunes que vendrían determinados por factores económicos, culturales, religiosos, antropológicos, etc. de tipo general. Pero al mismo tiempo, otros componentes derivados de los beneficios que les otorgaba la pertenencia a una clase económica y socialmente privilegiada configuraron aquello que de específico tenía el código de la aristocracia. Los grupos menos favorecidos, a pesar de poseer también características alimentarias particulares, no pudieron elaborar ningún código pues no tenían los medios para hacerlo siendo los condicionantes económicos y culturales los fundamentales.
- 10 Que sepamos, en este sentido sólo existe un trabajo de la década de los 80 realizado también a partir de las crónicas medievales cristianas y musulmanas pero a nivel general: Barkai, 1984.
- 11 Ese Marxismo combativo, revolucionario y subversivo, que podríamos calificar de «pleistocénico», era más un elemento de oposición que de creación, pues una ideología tomada como instrumento de resistencia pierde su razón de ser cuando el elemento contra el que lucha ya no existe: caído el régimen, muerta la ideología. De ahí, pensamos, que la reflexión histórica marxista haya tenido tan pocos cultivadores desde el año 1975. Una rara y feliz excepción es la figura del historiador catalán Josep Fontana, que ha sido el único en analizar, criticar y proponer alternativas a los valores y direcciones de la llamada vieja escuela y uno de los pocos en recordar que el Materialismo Histórico no siempre ha sido estalinista ni monolítico.
- 12 No queremos pasar por alto mencionar el hecho de que cada una de estas fuentes requiere una metodología de trabajo y de interpretación diversa, si bien ello no afecta a la información final que están en grado de ofrecernos: no es lo mismo la que proporciona una crónica que la que se desprende de los hallazgos arqueológicos o la observación antropológica, pero todo ello es a fin de cuentas material histórico.

BIBLIOGRAFÍA

- ARIÉ, R. (1974-1975) — «Remarques sur l'alimentation des musulmans d'Espagne au cours de bas Moyen Âge», *Cuadernos de Estudios Medievales*, II-III, pp. 299-312.
- (1982) — *La España Musulmana*. Vol. III de la *Historia de España*, dirigida por Manuel Tuñón de Lara. Barcelona. Ed. Labor. 1982.
- ASHTOR, E. (1968) — «Essai sur l'alimentation des diverses classes sociales dans l'Orient Médiévale», *Annales E.S.C.*, XXIII/II, pp. 1017-1053.
- BARKAI, R. (1984) — *Cristianos y Musulmanes en la España Medieval (El Enemigo en el Espejo)*. Madrid. Rialp.
- BOLENS, L. (1990) — *La Cuisine Andalouse, un Art de Vivre. XI-XIII Siècles*. París. Albin Michel.
- CARLÉ, M. C. (1977) — «Alimentación y abastecimiento», *Cuadernos de Historia de España*, 4 (LXI-LXII), pp. 246-341.
- CARABAZA BRAVO, J. M. (1992) — «La producción agrícola en el Suroeste andalusí», *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, XXVIII, pp. 83-95.

- CONDE I DELGADO DE MOLINA, R. (1988) — «Fonts per a l'estudi del consum alimentari en els temps medievals: Fonts de l'Arxiv de la Corona d'Aragó», en *Alimentació i Societat a la Catalunya Medieval*. Barcelona. IMF, pp. 27-50.
- DE CASTRO MARTÍNEZ, T. (1996) — *La Alimentación en las Crónicas Castellanas Bajomedievales*. Granada. Universidad de Granada.
- (1996b) — «La alimentación en la Cronística almohade y nazarí. Acerca del consumo del vino», en *XIV Jornades d'Estudis Baleàrics: La Mediterrània, Àrea de Convergència de Sistemes Alimentaris (segles V-XVIII)*. Palma de Mallorca. Institut d'Estudis Baleàrics, pp. 33-65.
- (1996c) — «La alimentación castellana e hispanomusulmana bajomedieval. ¿Dos códigos opuestos?», *Estudios de Historia y de Arqueología Medievales*, XI, pp. 591-614.
- ESPADAS BURGOS, M. (1975) — «El tema del hambre y la alimentación en la historiografía española. Fuentes y problemas metodológicos (ss. XVIII-XX)», en *Actas de las Primeras Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Históricas*. Santiago de Compostela. Universidad de Santiago-Fundación Juan March, IV, pp. 139-151.
- FANJUL, S. (1995) — «Prólogo», en LEÓN AFRICANO, Juan: *Descripción General del África y de las Cosas Peregrinas que Allí Hay*. Barcelona. Sierra Nevada 95-El Legado Andalusi-Lunwerk Editores S. A.
- FONTANA, J. (1992) — *La Historia después del Fin de la Historia*. Barcelona. Crítica.
- GARCÍA SÁNCHEZ, E. (1986) — «Fuentes para el estudio de la alimentación en la Andalucía islámica», en *Actas del XII Congreso de la Unión Europea de Arabistas e Islamólogos*. Madrid. S. E., pp. 269-288.
- (1996) — «La alimentación popular urbana en al-Andalus», *Arqueología Medieval (Formas de habitar et alimentaço no Sul da Peninsula Ibérica)*, 4, pp. 219-235.
- LA CHICA GARRIDO, M. (1971) — «Cultivos árabes en España», *Ligarzas*, 3, pp. 157-168.
- LADERO QUESADA, M. A. (1985) — «La alimentación en la España medieval. Estado de las investigaciones», *Hispania*, XLV, 159, pp. 211-220.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1965) — *La España Musulmana hasta la Caída del Califato de Córdoba (711--1031)*. Vol. V de la *Historia de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal. Madrid. Espasa Calpe, espec. pp. 131-136 y 271-272.
- MONTANARI, M. (1981) — «Storia, alimentazione e storia dell'alimentazione. Le fonti scritte altomedievali», *Archeologia Medievale*, VIII, pp. 25-37.
- PINTO, G. (1981) — «Le fonti documentarie bassomedievali», *Archeologia Medievale*, VIII, pp. 39-58.
- ROLDÁN, F. y DÍAZ, P. (1987) — «La agricultura andalusí», *Historia* 16, XII, 130, pp. 43-50.
- ROSSELLÓ-BORDOY, G. (1991) — *El Nombre de las Cosas en Al-Andalus: una Propuesta de Terminología Cerámica*. Palma de Mallorca. Museo de Mallorca-Societat Arqueològica Lul·liana.
- (1994) — «Arqueología e información textual: el utillaje en la cocina andalusí», en MARÍN, M. y WAINES, D. (Ed.) — *La Alimentación en las Culturas Islámicas*. Madrid. Agencia Española de Cooperación Internacional, pp. 37-87.
- (1996) — «Cerámica y alimentación andalusí: pervivencias en Mallorca», en *Arqueología Medieval (Formas de habitar et alimentaço no Sul da Peninsula Ibérica)*, 4, pp. 193-202.
- SÁNCHEZ ALONSO, B. (1941) — *Historia de la Historiografía Española*. Madrid. C.S.I.C.
- WATSON, A. E. (1983) — *Agricultural Innovation in the Early Islamic World. The Diffusion of Crops and Farming Techniques, 700-1100*. Cambridge. Cambridge University Press.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA MINA DE S. DOMINGOS — O RELATÓRIO DO GEÓLOGO CARLOS RIBEIRO

JORGE CUSTÓDIO*

A mina de pirite da Serra de S. Domingos começou a ser falada nos círculos técnico-científicos a partir de 1850. A importância económica do cobre crescera desde os meados do século XVIII, directamente relacionada com o surto da industrialização inglesa (Minas de Cornwall) e o aumento da prospecção de minas de cobre e de pirite, nomeadamente na Itália (Agardo), na Alemanha (Rammelsberg), na Suécia (Falun) e em Espanha (Rio Tinto, na Província de Huelva). No primeiro quartel do século XIX, com o desenvolvimento da indústria textil, a produção de ácido sulfúrico cresce, estimulando a mineração da pirite complexa, onde se podia obter o enxofre necessário à fabricação do ácido sulfúrico.

Em 1850, os interesses franceses e ingleses na Península Ibérica pressionavam a mutação dos métodos de mineração usados até então, tentando enquadrá-los numa perspectiva capitalista, mais moderna. Inicialmente instalaram-se nas Minas del Alosno (Tharsis) e depois em Rio Tinto, substituindo aqui as empresas ainda tradicionais que as exploravam desde 1725. Das Minas de Tharsis, com início de laboração em 1853, saíram mineiros para Portugal, numa corrida que se iniciara já em 1846. Em Aljustrel estabeleceram-se primeiramente espanhóis, em S. Domingos, Aljustrel e Grândola piemonteses (1854-55) em nome de Ernest Deligny (1819-1891).

O pedido de concessões das minas de Cabeço da Vinha, na Courela da Volta Falsa; do Serro das Minas; da Serra de S. Domingos; de Aljustrel e da Caveira chegam à Repartição de Minas, do Ministério de Obras Públicas e Minas em 1856. O Conselho de Minas resolveu então enviar em missão geológica o capitão de artilharia, Carlos Ribeiro (1813-1882), secretário do referido Conselho. Dessa missão resultaram três relatórios, dois inéditos, datados de 1854 e de 1857¹, sobre os jazigos de massa piritosa que constituem documentos preciosos para o estudo das respectivas minas e, eventualmente, uma das primeiras análises geológico-mineiras de carácter científico sobre os minérios de cada uma delas. Os relatórios arquivados no Instituto Geológico e Mineiro, intitulam-se respectivamente:

1º) «Relatório sobre a Mina de Cobre em Aljustrel», datado de 8 de Setembro de 1854²;

* Técnico Superior do IPPAR. Director do Projecto de Candidatura de Santarém a Património Mundial.

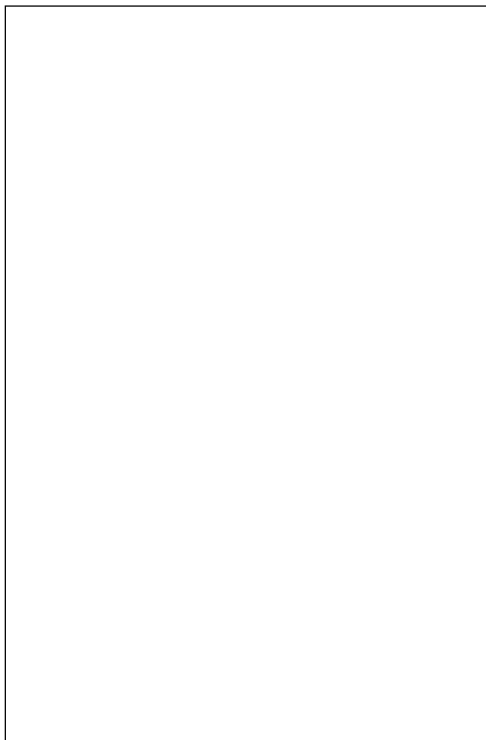


Fig. 1 — Carlos Ribeiro (1813-1882).

- 2º) «Mina de Cobre da Serra de S. Domingos no Conselho de Mertola», datado da Serra de S. Domingos, 12 de Agosto de 1857;
- 3º) «Mina de Cobre do Cabeço da Vinha», de 22 de Agosto de 1857³.

Quem era, pois, Carlos Ribeiro, o enviado do Governo ao Alentejo, entre Fevereiro e Agosto de 1857 e autor dos relatórios referidos?

Segundo Paul Choffat, «Carlos Ribeiro appartient à ce petit groupe d'hommes qui doivent tout à eux-mêmes et qui sont parvenus aux hauteurs de la science grâce à énergie et à leur désir de connaître»⁴.

Liberal convicto, lutador nas linhas de Lisboa contra o exército miguelista, a sua formação militar apetrechou-o para a dedicação à ciência e à técnica. Os seus conhe-

cimentos de metalurgia e minas adquiriu-os nas oficinas do industrial José Vitorino Damásio, sendo muito conhecido nos meios de engenharia de minas por altura da criação do Ministério de Obras Públicas e Minas, obra do ministério regenerador de Fontes Pereira de Melo.

Os estudos técnicos-práticos, alicerçados numa ampla cultura teórica, fizeram dele um eminente geólogo, contribuindo para a transformação da geologia de ciência especulativa em ciência de observação meticulosa, facto que veio a reflectir-se em todos os domínios em que trabalhou.

A sua experiência mineira iniciou-se em 1848, trabalhando nas minas de carvão do Cabo Mondego. Os seus primeiros estudos sobre as prospecções de carvão foram publicadas no *Quarterly Journal*, da Sociedade Geológica de Londres⁵, em 1853, já então trabalhava na Sessão de Minas do Ministério de Obras Públicas (1852).

As suas funções públicas e o seu enorme prestígio técnico permitiram-lhe exercer uma grande influência no mundo mineiro estimulando as pesquisas, orientando trabalhos e estudando ou fazendo estudar as realidades mineiras portuguesas, incentivando, inclusive, o estabelecimento de indústrias relacionadas com a exploração do subsolo.

Mais tarde colaborou na Carta Geológica de Portugal (1862) e em comissões para a resolução de problemas fulcrais da cultura material (arborização e abastecimento de água a Lisboa), aspecto que contribuirá para o seu interesse pelos estudos arqueológicos, onde deixou o seu nome vinculado a teses que tiveram a fama na Europa contemporânea⁶. A aplicação dos métodos geológicos à arqueologia fez dele um pioneiro internacional da arqueologia pré-histórica e valeu-lhe a consagração como principal organizador do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, que teve lugar em Lisboa, em 1880.

Inicialmente ocupado com estudos sobre o carvão de S. Pedro da Cova, do Cabo Mondego e de Leiria e com as minas e a metalurgia do ferro em Portugal — associação indispensável para o estabelecimento de altos fornos no nosso país —, Carlos Ribeiro manifesta todavia uma maior vastidão de aptidões científicas. Os estudos sobre o carvão e o ferro balisam-se entre 1853 e 1858. Mas o seu envolvimento no Conselho de Minas, não o deixam descansado. No período mais consequente da actividade de prospecção do cobre, elabora os relatórios acima referidos e, mais tarde, vê publicado os estudos sobre as Minas de Aljustrel (datados de 1854). Manifesta igualmente interesses especiais sobre as minas de chumbo, de que se conhecem estudos⁷.

O Relatório sobre a mina da Serra de S. Domingos, que abaixo publicamos, com o seu grande valor geológico, revela um cientista em campo, desperto pelo desenvolvimento da mineração em Portugal e cónscio da necessidade de estimular as iniciativas, quer através dos seus serviços, quer pela compreensão das condições da iniciativa privada, única condição da viabilização económica, em época de industrialização acelerada. Mas a sua formação de geólogo de

minas não se ofusca nas descrições sistemáticas e rigorosas da observação. Vai mais além. Introduz aqui, como noutros textos da mesma natureza, as referências históricas e arqueológicas necessárias que são usadas no sentido prático e não especulativo.

Evidentemente que a parte mais importante do relatório consiste na descrição formal e material do jazigo de S. Domingos, envolvendo as questões físicas e geológicas, mas também a interpretação da formação histórico-geológica da reserva mineral. A sua experiência mineira confere-lhe autoridade para falar sobre as antigas explorações, que julga bem documentadas pelos elementos deixados pelos povos antigos no «chapéu de ferro», como também sobre o modo de exploração a implementar pelos futuros concessionários.

Interpretando de forma consequente a sua missão, a análise da jazida de S. Domingos e das suas características geo-morfológicas servem-lhe para o objectivo principal: informar o governo dos limites adequados à autorização legislativa de propriedade e exploração, facto que é acompanhado por uma planta, por ele igualmente assinada.

A importância histórica deste documento reside não só na anterioridade cronológica dos inícios da lavra, como também no conjunto de informações que nos permitem ver, de modo diferente, a Mina de S. Domingos.

Na realidade, o início dos trabalhos de mineração modernos em S. Domingos é anterior aos primeiros meses de 1859. Quando Carlos Ribeiro redige o Relatório já a lavra tinha começado há mais de uma ano. Sabe-se hoje que assim foi e que, em 1854, Nicolas Biava pedia autorização à Câmara de Mértola para iniciar esses trabalhos. Carlos Ribeiro dá-nos mesmo o número de poços modernos já abertos e em funcionamento em 1857 (doze) e a profundidade que atingiram os trabalhos subterrâneos (30 metros, menos dez do que a altura máxima da Serra).

Muito embora Carlos Ribeiro nunca mencione o nome dos concessionários, ele sabe distinguir aqueles que mineravam em S. Domingos dos verdadeiros interessados, os capitalistas de Tharsis. Em 1857, separa os interesses destes dos primeiros, em função do próximo arrendamento da mina, situação que não foi sempre clara ao Estado português, preso aos legalismos do diploma legislativo de 1852. A sua presença vários meses no Alentejo permitiram-lhe apreciar os diferentes cenários da exploração, os meios humanos e técnicos que iriam ser postos em movimento por altura da concessão. Curiosamente essa concessão viria depois do início da lavra, o que de facto não constituía problema de maior para o Estado Liberal.

Por outro lado, Carlos Ribeiro soube integrar S. Domingos do ponto de vista geológico, mineiro e histórico, na faixa piritosa ibérica, olhando a mina de um patamar cultural de certo modo pioneiro no seu tempo. No entanto, o facto da mina estar em início de lavra e ainda seguindo os passos dos mineiros da Antiguidade, permite-nos ter dela uma primeira imagem, cuja leitura se torna reveladora da morfologia do terreno, das características geográficas e geológicas,

da especificidade dos vestígios arqueológicos, aspectos completamente subvertidos uns anos depois, quando se praticou o método de desmonte a céu aberto.

A formação científica e geológica de Carlos Ribeiro vem à superfície quando descreve as rochas estéreis e as de contacto com o minério, quando analisa a ocorrência dos principais minérios simples ou compostos e pressupõe a existência de outros ainda não revelados. Mas não se limita a descrever. Faz paralelos e analogias, confrontando situações da mesma região metalífera e de outras regiões na Província de Huelva e do país. Assim surgem a nossos olhos os tufaceos e os diversos tipos de xistos da região e ainda os grauwaques, as quartzites, os pórfiros, as diorites, os jaspes, as rochas porcelanizadas, a sílica, o óxido de ferro; os enquadramentos geológicos da massa piritosa compacta e altamente complexa. É nela que residia o interesse económico, pois os empresários pretendiam explorar as pirites cúpricas e férnicas para obtenção do cobre e do enxofre. Depois ainda outros minérios, mais ocasionais como o «cobre sulfurado», a cuvilina, o «cobre gres», a blenda, talvez mesmo o arsénico e o níquel, como noutros casos da faixa piritosa ibérica. Carlos Ribeiro sente ainda a necessidade de equacionar o valor mineral da pirite de S. Domingos e de calcular o tempo necessário ao esgotamento da reserva, face à configuração da jazida, tal como a pôde observar.

Finalmente propõe soluções que julga serem mais adequadas no cenário de um estabelecimento em grande. Sugere um canal subterrâneo entre a Mina e o Guadiana (em vez de uma linha de caminho-de-ferro), as fábricas metalúrgicas em Vila Real de Santo António, a arborização da Serra para usufruto da madeira, como material de construção e como combustível e o represamento das

águas par servirem à lixiviação e cementação do cobre, tal como já se usava em Rio Tinto.

O relatório manuscrito de Carlos Ribeiro é um documento autógrafo, rasurado, revelando um função dirigida à missão de que fora encarregado, podendo considerar-se um documento de trabalho para servir e fundamentar os pareceres do Conselho de Minas e as decisões do Estado. Do ponto de vista diplomático são dez grandes fólhos de papel com marca de água ALMASSO LOUZÃA, com vinte folhas numeradas, frente e verso, escritos ao alto até metade da página, à excepção da última.

O referido Relatório foi enviado por Carlos Ribeiro ao Visconde da Luz, Presidente do Conselho de Obras Públicas e Minas, acompanhando um ofício que diz o seguinte:

Illo. Exmo. Sr. Visconde da Luz

Tenho a honra de remetter a V. Exc. o Relatório da Mina de Cobre da Serra de S. Domingos no Concelho de Mertola, Districto Administrativo de Beja, contendo o reconhecimento que fui fazer à mesma Mina por ordem do Governo.

Deus Guarde a V^a Exc. 22 de Setembro de 1857

Carlos Ribeiro

Em 26 de Setembro o Conselho de Obras Públicas e Minas reúne e elabora o parecer favorável à concessão de S. Domingos. A 6 de Outubro ordena que se expeça portaria concedendo ao requerente, Nicolas Biava, natural de Traverselha, no Piemonte e residente na Mina do Alosna, os direitos de descobridor legal da Mina de Cobre da Serra de S. Domingos. A 7 de Outubro é passada a Portaria, assinada por Carlos Bento da Silva. É publicada no *Diário do Governo*, n.º 238, de 9 de Outubro de 1857 (p. 1327). Legaliza-se assim uma exploração mineira iniciada uns anos antes.

RELATÓRIO:

Mina de Cobre da Serra de S. Domingos no Conselho de Mertola⁸

Um dos jazigos metallíferos da Peninsula Hispanica, o mais vasto, e o mais notavel pelo complexo de seus caracteres peculiares, é sem duvida aquella a que pertencem as minas de cobre de Rio Tinto e de Alosno em Hespanha, Serra de S. Domingos, Aljustrel, e Grandola em Portugal.

Conhecido e trabalhado este jazigo pelos fenicios, e depois pelos romanos, como o prova a authenticidade de muitos despojos da industria destes celebres povos, que juntamente com diversas medalhas se teem encontrado em Rio tinto, Tharsis, etc é aos grandes trabalhos por eles executados /fol.1/ e ás immensas extensões superficiaes occupadas por infinitas colinas d'escorias, que os povos modernos devem o conhecimento desta grande zona metallífera atravessando as provincias de Huelva, e do Alemtejo, n'uma extensão de 35 a 40 legoas.

O viajante que percorrer os pontos desta vasta zona onde existem os antigos trabalhos, e interrogar a forma e character, a posição e extensão das excavações; a natureza e posição, [segundo a sua posição]⁹ das escorias; a formação recente dos extractos tufaceos nos leitos dos arroios contiguos ás excavações; e os restos da industria humana que com frequência se encontram nas excavações e na superficie do sólo adjacente, não /fol.1vº/ só ficará surpreendido da immensa actividade industrial e da [sua] illustrada civilização (daquelles povos)¹⁰ mas conhecerá que todos (os trabalhos) das minas estabelecidas sobre esta grande zona pararão com a queda do império romano, e como que a um mesmo signal: e, consequencia das invasões, das guerras, do fanatismo, e da ignorancia, succederão-se as gerações umas ás outras desde aquella epocha historica até aos tempos modernos, sem que as expressivas e vehementes denuncias da existencia deste grande jazigo, e os irrefragaveis testemunhos do grande beneficio que déra a sua lavra [áquelles antigos povos] lhes despertassem a attenção e a cubiça.

Foi no meado do seculo pas/fol.2/sado que pela primeira vez, e depois de 13 seculos d'abandono, que em Rio tinto se estabelecerão os primeiros trabalhos para o aproveitamento do cobre, e com taes auspicios, que desde então teem continuado sempre n'uma rapida progressão; e hoje augmentados e desenvolvidos em mui larga escala, tornou-se depois d' Almaden o primeiro estabelecimento metallurgico de Hespanha. Ainda assim, não obstante este exemplo vivo e frisante decorreo um seculo sem que fossem explorados os trabalhos antigos dos outros pontos da zona, e foi só (agora)¹¹ que o signal d'alarme (se ouviu)¹², e que comessou a lavra e a exploração das minas de Caleños, Sant'elmo, Tharsis, Vuelta falsa na /fol.2vº/ provincia de Huelva; e em Portugal se estabelecerão as explorações d'Aljustrel, e de S. Domingos.

Como seja porem o objecto principal desta memoria dar conta das condições do jazigo na serra de S. Domingos, restringirei a esta localidade (a descripção que passo a fazer)¹³.

A mina de cobre da serra de S. Domingos no Conselho de Mertola demora a 17 Kilometros a E NE desta Villa, e a 3 kilometros recolhida da margem direita da ribeira da Chança que limita a fronteira Hespanhola. O jazigo aflora em uma pequena montanha denominada serra de S. Domingos disposta de O NO a E SE na extensão de 800,0 m.: é limitada a poente pelo valle por onde corre o ribeiro do Pego da sarna, e /fol.3/ ao Nascente por uma depressão do sólo onde está practicado o

caminho que vai da Corte do Pinto para Santanna: do lado do Norte descahe muito rapidamente para um barranco que a separa da montanha de Valle de Cambas, e pelo Sul estende-se com uma aba muito menos inclinada até ao correjo do Valle de Chabocaes que lhe fica a uns 400,0 m. de distancia, e a separa da montanha longitudinal conhecida pelo nome de serra de Chabocaes.

Deste modo a serra de S. Domingos apresenta-se isolada por todos os lados n'uma posição analoga á das crateras d'elevação, tendo na sua parte mais culminante uns 100,0 m. de largura /fol.3vº/ e quarenta d'altura media sobre os pontos mais baixos do terreno adjacente; mostrando d' uma maneira evidente que foi levantada pela força impulsiva da massa metallifera que forma o seu nucleo.

As rochas da localidade constão de schistos sub luzentes, schistos argilosos e talco-sos, grauwake e quartzites pertencentes a duas formações diferentes, mas contemporaneas e d'antiga data. Os porphyros e as diorites afflorão tambem em diferentes pontos modificando consideravelmente as rochas schistosas com especialidade os porphyros que se appresentão com mais frequencia e (relações) ¹⁴ mais directas e definidas com o jazigo metallifero: o character porem das rochas envol/fol.4/ventes do jazigo apresenta uma consideravel differença comparado com o das rochas das mesmas formações situadas a pouca distancia. Ali uma parte dos schistos estão reduzidos a jaspes de côres variadas e a rochas procelanizadas segundo predomina a silex ou a argila, e passando umas e outras rochas d'aspecto terroso mais ou menos incoherentes com cores branca e amarelada; outra parte tornou-se porphyroide de côr avinhada, mas conservando a structura schistoide ainda que não bem definida; outra porção contemporanea do jazigo converteo-se n'um schisto brechiforme com grossos fragmentos de grauwake branco listrado em gradelem, e fragmentos de shisto argiloso e magneniano; uma ou/fol.4vº/tra apresenta-se com côres clara e avermelhada embebidas de ferro suroxidado, e atravessado por venulos ou laminas de ferro hematitico; vê-se ainda do lado do Norte, e formando por este lado o

Fig. 2 — Fotocópia da 1.^a página do Relatório de Carlos Ribeiro.

costado do jazigo uma lamina ou placa mui possante com o aspecto de conglomerado composto de fragmentos de diversas grandezas de rochas quartzo-argilo-ferruginosas, predominando porem (diversas) massas reniformes, umas de jaspe verde e amarelo escuro muito ferrifero com fragmentos de quartzo e d'outras rochas, simulando os caracteres de tufo, outras de ferro oligistico passando a quartzo jaspe, e todos ligados por uma pasta vermelha ferruginosa. As quartzites schistoides, ou antes os schistos muito endurecidos, é outro acidente /fol.5/ mineralogico que se dá nas rochas envolventes, mas em pontos já algumas centenas de metros afastados do jazigo, como por exemplo no Cabeço das Bicadas, no Serro do Valle de Cambas, e n'outros sitios. Finalmente junto á massa metallifera, (pela parte) mais septentrional, e encostado ao minério, mostra-se um schisto cinzento anegrado aluminifero (do qual já ouvi dizer que era betuminifero) identico a outro que também se encontra semelhantemente disposto na mina de Tharsis.

Esta profunda alteração nos caracteres das rochas, não se dá em mais parte alguma senão na contiguidade dos affloramentos metalliferos: todavia as rochas que ocupão a zona d'acção das erupções metal/fol.5vº/ífera manifestão uma alteração mais ou menos pronunciada na (sua) dureza [das outras rochas], umas passando a quartzites, outras perdendo a sua côr e structura, e passando a rochas maciças averdoengadas; outras em fim apresentando-se infiltradas d'óxido de ferro e abundante silica.

A parte envolvida pelas rochas profundamente metamorphicas de que acabei de dar noticia, é a pyrite de ferro e cobre que constituem a parte util do jazigo, mas a qual não se manifesta á superficie do sólo (com excepção de um affloramento que vi em um pequeno poço em S. João do Deserto; onde a pyrite está á superficie, do sólo) se não por uma rocha de character argiloso em parte pouco coherente muito /fol.6/ vermelha pela superabundancia do peróxido de ferro; ou por largos affloramentos deste mesmo oxido, mais ou menos impuro, e pelo ferro hematitico.

No sentido do comprimento, ou da direcção ha dois affloramentos de desigual extensão superficial, e que passarei a indicar. O que está ao Poente manifesta-se na margem direita do ribeiro do Pego da Sarna, apresentando á superficie do sólo um affloramento de massa ferruginosa de 60,0 m. de largo por uns 30 e tantos de comprido: esta massa posto não ter sido ainda explorada, não deixa com tudo a menor duvida de que representa uma porção maior ou menor de pyrite ferrica e cuprica: para o Nascente é o perlongamento deste affloramento representado na /fol.6vº/ extensão de uns 200,0 m. por uma larga massa de jaspes e de schistos procelanizados e ferruginosos, que denuncião bem a continuidade subterranea da massa metallifera naquelle sentido.

O affloramento do Nascente é incomparavelmente muito mais importante: a parte visivel, contínua, e bem definida á superficie do sólo, e onde os antigos estabeleceram os seus trabalhos de lavra, conta 600,0 m. de comprimento: os indícios porém do perlongamento do jazigo continuam até á encosta do Cabeço dos Bicados onde se veem ainda dois poços romanos, e se descobre no desentulho o schisto cinzento anegrado alumnífero que encosta á parte metallifera do jazigo; e se não são tão desenvolvidos como na par/fol.7/te central, garantem com tudo a continuidade subterranea do jazigo neste sentido a maior ou menor profundidade de modo que se medir-mos a extensão em direcção occupada por estes affloramentos ter-se-á um comprimento total de 1.100,0 m.

Pelo que toca á largura maxima occupada pelo jazigo, compreendendo a parte util e a esteril, é de 300,0 m. tomada na parte central.

Nesta largura observão-se trez massas paralellas á direcção geral do jazigo tendo todas os mesmos caracteres mineralogicos, e achando-se afastadas a segunda entre 10 e 35,0 m. da mais septentrional, e a terceira ou mais meridional, afastada da segunda entre 30 e 35,0 m.: porem as larguras par/fol.7vº/ciais de cada um dos affloramentos, com especialidade as do 2a e da 3a massa, são muito variaveis e dificeis d'estabelecer uma media, o que até certo ponto não é de necessidade principal; tanto mais porque é fácil de compreender que estas massas não podem ser distinctas; e ao contrario todas as razões e factos levão a supôr que as rochas que occupam os intervalos das trez massas são, conjunctamente com os costados das mesmas massas, cunhas estereis que interrompem a parte metallifera do jazigo até uma certa extensão em profundidade; e só podem ser concideradas estas cunhas para o objecto (dos trabalhos) d(e)¹⁵ lavra. A parte util do jazigo, e que seria mais importante conhecer, não está porem explora/fol.8/da ainda de modo a poder formar-se um juizo aproximado da sua possança em um qualquer ponto do mesmo jazigo; o que se tem podido averiguar pelos póços antigos e ultimamente retomados, é que a parte puramente metallifera da massa mais setentrional, tem uma largura ou possança conhecida de 25,0 m. no poço nº 1, e 40,0 m., entre os poços nº 5 e Sta. Barbara, sem que ainda se tenha tocado os costados ou salbandas em ambos os lados do jazigo, (em toda a extensão longitudinal do jazigo)¹⁶, e ficando para o Norte do poço de Sta. Barbara, quarenta e tantos metros [de jazigo] ainda não explorado, mas onde os antigos tiveram trabalhos de lavra; de modo que no sitio denominado Curral do Concelho, não será mara/fol.8vº/vilha se a parte superficial do minerio apresentar (na massa septentrional) uma possança de 60 a 70,0 m. [na massa septentrional].

A forma do jazigo, a sua estrutura e composição offerecem uma diferença tal dos jazigos regulares que se distinguem á primeira vista. Com effeito examinando a disposição das camadas envolventes reconhece-se que do lado septentrional estão levantadas de 60 a 80,0 m. para N. NE, e que as do lado opposto e correspondentes

á massa do lado do Norte, inclinão com iguaes angulos par o S. SO. affectando d'ambos os lados uma ligeira curvatura em forma d'abobada cujo feixe, ou linha sinclinica desapareceu no acto da erupção, ou pela denudação, ou pelos trabalhos de lavra antiga; e que os tópes destas camadas afastadas /fol.9/ de perto de 100,0 m. na parte central daquela massa, juntão-se a Nascente e a Poente nos extremos dos affloramentos do jazigo, formando assim uma brecha, ou um rasgamento na parte superficial do sólo, como se tivesse sido aberto pela immersão de uma massa que na parte superior tivesse a forma de um meio ellipsoide alongado: e na verdade a immersão da massa metallifera actua mechanicamente do interior para a superficie sobre as rochas envolventes d'um modo inteiramente semelhante aquelle por que se manifestão as erupções centraes das rochas troppicas; como o demonstra a disposição do accidente que affecta as camadas envolventes encurvadas em forma d'abbobada sobre a massa /fol.9v/ metallifera, como já observei [: fenomeno que se nota em]. Em Tharsis, [em] S. Domingos, e em Aljustrel (reproduz-se este fenomeno de um modo absolutamente identico). A analogia entre a erupção destas massas metalliferas, e aquella das massas tropicaes torna-se mais notavel e significativa comparando os fenomenos de stuctura das rochas emmergidas e envolventes em ambas as cathogorias: assim n'uma erupção dioritica que atravessa as camadas sedimentares observa-se a rocha envolvente mais proxima da rocha ignea infiltrada da substancia desta ultima rocha, e com a sua stuctura alterada no contacto; infiltração que diminue com a distância, [e] bem assim a alteração da stuctura: semelhantemente se observa em S. Domingos, Tharsis, Vuelta falsa, etc, onde a rocha envolvente /fol.10/conservando a sua stuctura schistoide, começa a carregar-se de pyrite, até que proximo da massa metallifera tem perdido aquella stuctura e tomado a stuctura prismatica convertendo-se em pyrite ferrica e cuprica propriamente dita até que o nucleo da massa oferece uma (estructura) inteiramente maciça semelhante á das rochas igneas, isto é, uma divisão polyedrica ou prismatica de forma irregular [sem uma cristalização] e que pode ser desmontada ou lavrada do mesmo modo porque se lavra uma pedreira de granito, como esta acontecendo actualmente em Tharsis onde 1.800 operarios trabalhando a ceo aberto arrancão structu/fol.10v/ra por fachas ou placas, não ha gangas interpostas na parte metallizada, (não ha cristalisações), não ha nada em fim disperte a mais remota idea d'um filão. Se se examina a composição do minerio, não se deixa menos ver quanto este jazigo se afasta do commum dos outros jazigos metalliferos: aqui não aparece um cristal, uma massa pura de qualquer dos sulfuretos metallicos, ou uma distribuição destes sulfuretos n'um (sic) certa ordem e em certos lugares; a pyrite de ferro é a parte integrante do jazigo, e n'ella está distribuido o cobre em proporções variadas de 1 a 4, e tambem 10, e mesmo 30 %, mas o mais commum é de 2 a 6 %: a maior proporção do cobre está no estado pyritoso de mistura com a pyrite ferrica; mas aparece também /fol.11/o cobre sulfurado, a cuvilina, o cobre gres, e o oxido negro de cobre, mas n'um ou n'outro ponto, e sem importancia industrial: a silica que nas outras especies de jazigos se mostra cristalizada e em massas separadas formando a matriz ou ganga da parte util dos minerios, aqui está dissiminada pela pyrite, perceptível unicamente nas reacções – o arsenico e o nickel teem sido encontrados pelos chimicos empregados nas minas de Vuelta falça e de Tharsis, e muito provavelmente devem estas substancias tambem existir no jazigo de S. Domingos, mas não se sabe ainda o estado em que aquellas substancias se apresentam na massa pyritosa: em fim a blenda mostra-se com frequencia mas implantada em lamelas nas /fol.11v/ superficies das fendas de estalado da pyrite, mostrando assim

não só ter sido o ultimo sulfureto emmitido (?), mas ter-se insinuado e cristalizado posteriormente á formação e ao resfriamento da massa metallifera do jazigo, unica substancia com apparencia de cristalização que aqui se observa.

Se se comparão os caracteres fisicos do minerio entre as minas de S. Domingos, Vuelta falça, e Tharsis, com relação á provavel riqueza do mesmo minerio em cobre, reco-nhece-se que em S. Domingos ha muito maior quantidade de pyrite corada em um negro azulado nas fendas de retracção, côr que com frequencia mancha o interior da pyrite, do que nas outras duas minas; coincidindo este fenomeno com uma contextura gra/fol.12/nular de grão fino, e de uma côr de pyrite mais escura do que outra pyrite que não está revestida de inducto anegrado; e como é esta a parte do minerio que segundo as analyses em Vuelta falça, dá mais percentagem, poder-se-á crêr que a mina de S. Domingos leva vantagem ás duas outras nomeadas, ao menos na região superior do jazigo.

Para completar a resumida idea dos factos mais notaveis que respeita a este jazigo, acrescentarei que no Valle do Pego da Sarna ha uns stractos de 1 a 2,0 m. de possança de conglomerados formados de fragmentos de rochas schistosas da localidade ligadas por uma pasta de preoxido de ferro, evidentemente devido á dissolução da substancia ferruginosa /fol.12v/da parte superior do jazigo; extractos que igualmente s' apresentação não só nos jazigos destas grandes zonas das Provincias de Huelva e Alemtejo, como em Rio tinto, Tharsis, S. Domingos, Aljustrel, Grandola, etc., mas tambem na Beira alta em um jazigo analogo nos sitios do Pintor e Pindello no Concelho d' Oliveira d'Azemeis [como outros muitos que se encontrão no centro e Sul do Alemtejo, e na Provincia de Alemtejo e os quais fizerão (?) com os por-phyros e as diorites um importantissimo papel na determinação do accidentado relevo do Sul da Provincia Hispanica].

Sóbe a cincoenta o numero de pôços que os antigos abrirão sobre o jazigo da Serra de S. Domingos, e quasi todos praticados na massa mais septentrional: estes pôços

atravessão uma /fol.13/ massa vermelha ferruginosa que cobre o minerio, d'espessura ainda não bem determinada, mas que excede a 10,0 m.; e tão consistente é esta rocha que não obstante a idade de 15 a 20 seculos que teem os póços, não se reconhece desmoronamento algum nas suas paredes.

Estes póços, em geral de um metro quadrado de secção pouco mais, forão abertos em toda a extensão do jazigo do Poente a Nascente, e a maior parte d'elles aos lados do mesmo jazigo ou encostados ás rochas que servem de salbandas; e por via de regra não se vê um poço que não tenha (outro) mui proximo, ou afastado quando muito entre 1 a 2,0 m.

Os novos trabalhos d'exploração encetados ha pouco mais d'um anno, embora tenham sido feitos com gran/fol.13vº/de vigor empregando 50 operários diarios, ainda não puderão pôr a descoberto grande numero de galerias, e mostrar qual foi a extensão da antiga lavra. O que se mostra já é que a lavra fez-se em um só andar por galerias e pilares, e que os vazios erão cheios com terras levadas do exterior, as quais segundo creio erão extrai-das da rocha vermelha esteril que forma o afloramento do jazigo, não só por serem as mais próximas, como por que só assim é que se podem explicar os grandes córtes e excavações a ceo aberto feitos na mencionada rocha esteril. Pode porem supor-se que essa lavra foi muito desenvolvida para justificar a presença dos grandes volumes de escorias que cobrem as superficies adjacentes. No entanto a este mesmo ni/fol.14/vel deixarão os antigos grandes porções de jazigo util, e proporcionalmente muito rico.

Doze são os póços que se teem desentulhado, até ao encontro do minério e das galerias antigas, á profundidade de 30 e 33,0 m. da superficie de sólo, e por onde se tem conhecido que a antiga lavra não descêo alem desta profundidade, e a qual se acha ao nivel do barranco que serve de leito ao Ribeiro do Pego ad Sarna que passa proximo do jazigo, sendo para este barranco para onde se fazia o esgoto dos trabalhos por uma galeria que communica para o exterior sobre um pequeno barranco que conflúe com o do Ribeiro do Pego da Sarna.

O projecto d'exploração adoptado pelo interessado, é comunicar os pó/fol.14vº/ ços nºs. 4 e 5, S. Carlos e Sta. Barbara no Curral do Conselho por meio de galerias abertas na parte virgem da massa metallifera, e preparar assim um campo de lavra. Creio porem que este pro-jecto será modificado no futuro, e (se) seguirá aquelle (da lavra em ceo aberto) que já está adoptado para a Mina de Tharsis na provincia de Huelva, tanto por serem os mesmos interessados e os mesmos engenheiros nestas duas minas, como por que as condições dos dois jazigos são muito semelhantes. Desta forma aproveitar-se-á o integral de todo o minerio [cujo volume] até 100,0 m. de profundidade, 60,0 m. de possança media, e 600,0 m. de extensão, (o que dará) ¹⁷ um volume de 3.600.000,0 mc ¹⁸, ou 172.800.000 quintaes metricos, admitindo a gravidade especifica de 4,8. E para fazer o es/fol.15/coamento desta enorme escavação poder-se-á comunicar desde o começo da lavra por meio de um poço vertical e uma galeria subterranea com a ribeira da Chança, que passa a 3 Kil. pouco mais ou menos ao Nascente, e a um nivel mais baixo, maior de 100,0 m. E supondo uma extracção diaria de 5000 qq. metricos durará esta parte da região superior do jazigo 90 a 100 annos. Devendo porem advertir-se que os caracteres exteriores das massas metalliferas indicam uma possança muito maior, uma extensão linear também superior á que acima tomei, (tanto mais) que a hypothese da continuidade em profundidade dos jazigos desta natureza e a dos jazigos de contacto, ainda não foi impugnada pelos factos, não obstante as grandes profundidades a que /fol.15vº/ se tem descido com os trabalhos de lavra.

A communicação deste jazigo com o Guadiana, abaixo de Mertola, por meio d'uma galeria tunnel de 12 a 15 Kil. seria d'uma incalculavel vantagem, por que alem de servir o jazigo á profundidade de 200,0 m. pelo menos, e de ser um meio prompto que poria o minerio em communicação directa com o Oceano por intermedio do Guadiana, e estabelecendo um canal de navegação no tunnel entre o jazigo e aquelle rio, atravessava uma zona de terreno metallifero, onde com muita probabilidade encontraria, entre outros jazigos, os filões plumbiferos do Chumbeiro, Picon(tos) etc., e que podia immediatamente lavar nas melhores condições possiveis: mas será industrial e commercialmente possivel e /fol.16/ prudente praticar uma semelhante obra, tendo de cortar rochas d'uma extrema dureza e em grandes extensões, como parecem os grauwwakes e schistos endurecidos infiltrados de diorite, e tão refractarios como esta rocha ? De certo que não serão os actuais interessados que se prestem a abdicar uma parte dos grandes lucros que estas minas devem dar, em proveito dos futuros interessados, uma vez que possam montar o estabelecimento em condições economicas diferentes: um carril de ferro de 20 Kilometros que communique a mina de S. Domingos com o Guadiana abaixo de Mertola, e a galeria de desagüe de 3 Kilometros sobre o Chança, talvez resolvão a questão de uma maneira mais economica, pelo menos /fol.16vº/ para os primeiros periodos de lavra.

Pelo que respeita ao tratamento do minerio, isto é a calcinação ao ar livre, que como se sabe é feita em Rio tinto com o matto e o proprio enchofre da pyrite; para esta opperação pode o concessionario da mina fazer a aquisição dos terrenos precisos para crear os mattos necessarios, que os ha ali em abundancia e por baixo preço; e estabelecer os tanques de lavagem e de cimentação nas proximidades do local da mina aproveitando as aguas dos arroios proximos, e fazendo a exploração das que faltarem para soccorrer no estio o entretenimento destas opperações. Os produtos deste primeiro tratamento podem ser commerciados, ou então beneficiados em Va. Real de Santo Antonio no Algarve, onde poderão mon/fol.17/tar-se os fornos de tratamento dos mattos e de refinação, podendo ali, por ser um porto de mar,

receber o carvão mineral necessário para estas operações, o que aliás não ha no local da mina, nem tão pouco aguas para as forças motrizes que é necessário empregar para vento de 20 fornos pelo menos, movimento de maquinas etc.

Dos 5.000 quintaes metricos d' extracção diaria, poder-se á obter o minimo 2 % de cobre fino, o que dará 10.000 Kilogrammos de cobre diarios; orçando o preço deste cobre no mercado a 400 Rs. por Kilog. será o valor da extracção diaria 4.000\$000 Rs., ou 1.440.000\$000 Rs. annuaes.

Se supozermos os gastos da lavra, extracção, calcinação, e mais benefi/fol.17vº/cio; maquinas, caminhos, transportes, administração, e giro do capital em 1.000.000\$000 Rs. annuaes, ficará um liquido de 440.000\$000 Rs. annuaes; e par a renda que o Estado deve perceber, supondo um liquido de 600 contos de reis, livre de despesas de transporte, d'administração, juro do capital etc., deverá o importe de 5 % subir a proximo de trinta contos de reis.

A lavra desta mina pode montar-se regularmente com uma somma até á quantia de 40.000\$000 Rs., (lembrando-nos que ella é immediatamte prudente), circunscrevendo os limites da lavra a uma extensão pequena, e fazendo-se a condução do minerio ustulado as costas de cavalgaduras para embarcar em Mertola; alargando porem as dimensões do estabelecimento aquella somma pode ir até 400 con/fol.18/tos, os quaes dentro em pouco devem ser amortizados com a rapida produção de minerio.

Uma das obrigações que deve impôr-se à concessão desta mina, é o estabelecimento e conservação d'uma floresta que não só assegure as lenhas, e madeiras para a ustulação do minério, construção de máquinas e aparelhos, e entivação, mas que produzão o combustível que se julge necessário á redução do minério, na suposição que era tratado no local e com o combustível vegetal (e para o uso domestico da população mineira). Se o produto destas florestas não for todo consumido no estabelecimento, encontrará útil e mui vantajoso emprego nas outras industrias, logo que a facilidade de comunicação reduza os preços do transporte, e de S. Domingos para Mertola se conclua o caminho que á a /fol.18vº/ fazer por conta da empresa.

Terminarei propondo para esta mina a seguinte demarcação.

Do cume do serro do Pego da sarna marcado na planta com a letra **A**, tire-se uma linha recta para o alto do serro do Valle de Cambas marcado com a letra **B**; una-se este ponto com o ponto **C** situado no alto do cabeço dos Bicados, e daqui tire-se uma linha recta para o Alto de Chabocaes marcado na Planta com a letra **D**; junte-se este ponto por recta com o Alto do Valle da Matta marcado com a letra **E**; e d'aqui tire-se outra recta para o signal que está na montanha da Herdade da Careta marcado na planta com a letra **F**; juntando este ponto por uma recta com o ponto de parte da **A**, ter-se-á um polygono de seis lados que compreenderá o espa/fol.19//ço que deve reservar-se para esta concessão.

Lisboa 12 de Agosto de 1857 §

Carlos Ribeiro

//fol.19vº//

[Seguem-se as duas Plantas — original e cópia]



Fig. 3 — Fotocópia da assinatura do referido engenheiro.

NOTAS

- 1 Um ofício enviado a Carlos Ribeiro, datado de 14 de Fevereiro de 1857, esclarece um pouco a missão que este geólogo foi incumbido, embora refira apenas o caso da Mina do Cabeço da Vinha, junto ao Rio Chança. Arquivo do Instituto Geológico e Mineiro, Pasta nº 11, vol. I.
- 2 Este Relatório foi editado nos «Documentos ácerca das Minas de Aljustrel concedidas em 9 de Fevereiro de 1867 pelo Governo Portuguez à Companhia de Mineração Transtagana», em apêndice ao relatório de gerência de 1866 da *Companhia de Mineração Transtagana*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1867, pp. 24-29. Este documento foi republicado em Ruy Freire d'Andrade, «Documentos inéditos para a história das Minas de Aljustrel no século XIX», em *Arquivo de Beja*, vol. XXIII-XIV, Anos de 1966-67, pp. 339-342.
- 3 Chamava-se Serro do Ouro, freguesia de Corte Pinto. Aqui o jazigo tinha 300 metros de comprimento por 80 a 10 de largura, descendo até ao alveo da Ribeira de Chança, voltando a reaparecer na Mina da Vuelta Falsa, em funcionamento, em 1857. Carlos Ribeiro, no seu *Relatório* refere a identificação de nove poços romanos e escórias. Os homens de Nicolas Biava, que aí se tinham estabelecido, desentulharam até 25 metros de profundidade.
- 4 Paul Choffat, «Notice nécrologique sur Carlos Ribeiro», Extrait du *Bulletin de la Société Géologique de France*, 3e série, T. XI, séance du 29 de mars 1883, p. 321. Ver também J. F. Nery Delgado, *Elogio Histórico do General Carlos Ribeiro*, Lisboa, 1905 (com publicação de um retrato) e Afonso do Paço, «Carlos Ribeiro», *Dicionário da História de Portugal*, vol. III, Porto, Liv. Figueirinhas, 1974, pp. 642-3.
- 5 *On the carboniferous and silurian formation of the neighbourhood of Bussaco in Portugal*, with notes by D. Sharpe, Salter, Rupert Jones and Bunbury, vol. IX, London, 1853, p. 136 e ss.



Fig. 4 — Planta dos limites e área da concessão. 12 de Agosto de 1857.

6 Referimo-nos às teses dos terrenos terciários da Ota, ao Homosimius Ribeiroi, fabricante de eólitos em sílex, objecto de comunicações de Carlos Ribeiro nos Congresso se Bruxelas e de Paris, respectivamente de 1872 e de 1878.

7 *Memoria sobre o grande filão metalífero que passa ao nascente d'Albergaria a Velha e Oliveira de Azemeis* (1856), Lisboa, 1859; *Memorias sobre as minas de chumbo de San-Miguel d'Ache e Segura e Castello da Ribeira das Caldeiras* (1857), Lisboa, 1859.

8 Arquivo do Instituto Geológico e Mineiro — Mina de S. Domingos. Procº 11 — vol. I

9 As palavras entre parêntesis [] encontram-se rasuradas no documento original.

10 As palavras entre parêntesis () foram intercaladas no texto original pelo autor.

11 Em vez de [ontem].

12 Em vez de [foi ouvido].

13 Em vez de [as minhas observações].

14 Em vez de [razões].

15 Em vez de [mineral de].

16 Em vez de [uma extensão em direcção de 520,0 m.]

17 Em vez de [produzirá].

18 M3.

SECÇÃO DE MINAS.

TENDO requerido Nicoláo Biavaque, nos termos do Decreto com força de lei de 31 de Dezembro de 1852, se lhe passasse certidão dos direitos de descobridor de uma mina de cobre, sita na Serra de S. Domingos, concelho de Mertola, districto administrativo de Beja:

Vistos os documentos, por onde se prova que o requerente satisfaz a todos os quesitos do artigo 12.º do citado Decreto:

Visto o relatório do Capitão Carlos Ribeiro, que, por ordem do Governo, examinou a posição do jazigo, e verificou a existência do deposito, como determina o artigo 13.º do mesmo Decreto:

Vista a consulta a este respeito havida do Conselho de Obras Publicas e Minas, a qual considera o requerente legalmente habilitado na qualidade de descobridor da mina, de que se tracta: Ha por bem Sua Magestade EL-REI, Conformando-Se com a mencionada consulta, Declarar:

1.º Que o supplicante é reconhecido como proprietario legal da descoberta da mina de cobre, sita na Serra de S. Domingos, concelho de Mertola, districto administrativo de Beja, cuja posição se acha topographicamente designada na planta que por cópia acompanha a presente Portaria.

2.º Que os limites da demarcação provisoria da referida mina, notados na planta junta com traços de côr vermelha, formam um polygono de seis lados, cujos angulos estão situados nas localidades denominadas Serro do Pego da Sarna, Serro do Valle de Cambos, Cabeço dos Bicados, Alto de Chobocaes, Alto do Valle da Matta, e Signal da Herdade da Careta.

3.º Que, nos termos do artigo 14.º do citado Decreto, são concedidos ao supplicante seis mezes, contados desta data, para organizar uma companhia, ou mostrar que tem os fundos necessarios para a lavra; na intelligencia de que, não se habilitando nestes termos e dentro daquelle prazo improrogavel, será a concessão desta mina posta a concurso, na conformidade da Lei.

4.º Que pelo presente diploma são conferidos ao supplicante, para todos os effeitos legais, segundo as disposições do predito artigo 13.º, os direitos que lhe competem como descobridor da mencionada mina.

O que tudo se communica ao supplicante, para seu conhecimento e mais effeitos, ficando obrigado a apresentar neste Ministerio certidão de haver feito registrar na respectiva Camara municipal a presente Portaria, sem o que não terá inteira validade. Paço, em 7 de Outubro de 1857. = *Carlos Bento da Silva*.

LA CASA RURALE NEL TERRITORIO DI MÉRTOLA. STUDIO TIPOLOGICO

ILARIA AGOSTINI*

DANIELE VANNETIELLO*

Nel presente scritto ci proponiamo di analizzare l'architettura del territorio di Mértola nelle sue componenti tipologiche e costruttive.

Ma prima di far questo è bene verificare quali siano le fonti cui attingere per avere una prima visione organica dell'architettura rurale portoghese.

- La ricerca *Arquitetura Popular em Portugal*, pubblicata nel 1961 dal Sindacato Nazionale degli Architetti, rimane il punto di riferimento fondamentale per chi voglia affrontare il tema dell'architettura tradizionale portoghese¹. Lavoro conosciuto anche all'estero e circondato da un'aura ormai mitica, ebbe il merito di indagare a tappeto il mondo dell'architettura popolare portoghese, pur presupponendo successivi approfondimenti alla scala regionale e sub regionale. Redatto da architetti impegnati nel rinnovamento della cultura architettonica di allora, ebbe un taglio fortemente "operativo", non di rado privilegiando gli aspetti più suggestivi del mondo che analizzava.

Il fatto poi che in quest'opera il territorio di Mértola non sia stato trattato omogeneamente, e cioè sia stato presentato a cavallo tra due zone di indagine — Alentejo e Algarve —, non ha giovato alla conoscenza del patrimonio architettonico della regione in esame.

- Uno studio di grande interesse è la ricerca che Veiga de Oliveira, Galhano e Pereira pubblicarono nel 1969: *Construções primitivas em Portugal*, un magistrale contributo proveniente da ambiente etnologico alla conoscenza dell'architettura minore portoghese². Indagine metodica sugli annessi della casa rurale, sui ripari temporanei, sulle tecniche minimali, ha il pregio di aver documentato la parte più fragile del patrimonio costruito prima del suo abbandono e della sua successiva, progressiva scomparsa.

- Fonte che non ha goduto della fortuna dei lavori sopra citati ma che risulta di molto valore per l'accuratezza e la profondità dell'analisi, nonché per la data di pubblicazione che precede di vent'anni l'*Inquérito* del Sindacato degli architetti, è la ricerca che l'Istituto superiore di agronomia condusse negli anni '40 e che il regime ostacolò fino

* Architetti, Dipartimento di Urbanistica e Pianificazione del Territorio, Università degli Studi di Firenze. I disegni sono degli autori.

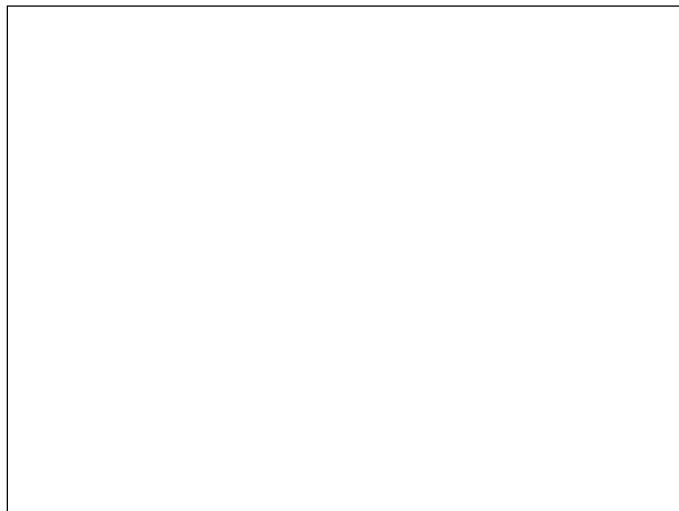


Fig. 1 — Gruppo di case ad una falda a Fernandes. I muri di *taipa* «são mais sensíveis que a pedra e o tijolo à pressão da cobertura e têm tendência a abaular-se. A correcção obtém-se passando um fio de ferro à parede com um gato ou sustendo-a, nos ângulos, por gigantes exteriores. Este elemento, sempre ausente nas casas de pedra, é um dos aspectos mais característicos e aparentes da construção do Sul, usado às vezes com perfeito sentido arquitectónico» (O. Ribeiro).

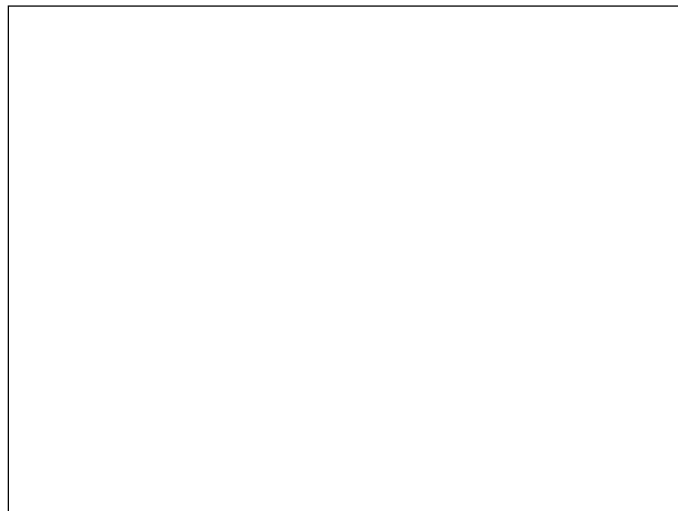


Fig. 2 — Case a Corte Gafo de Baixo. Le basse facciate sono raramente semplici superfici bucate da porte e finestre: si arricchiscono invece di volumi come scalini, panche, *fornaihas*, *gigantes*.

ad impedirne la pubblicazione. Previsto in tre volumi, dell'*Inquérito à habitação rural* ne uscirono solo due: il primo, nel 1943, *A habitação rural das províncias do norte de Portugal*, e il secondo, nel 1947, *A habitação rural nas províncias da Beira*. Del terzo volume riguardante Ribatejo, Estremadura, Alentejo e Algarve esiste una sola copia, la cui recente parziale pubblicazione fa sperare in una sua prossima edizione completa³.

Documenti molto concreti, le monografie di abitazioni rurali allegate ritraggono con precisione non solo l'architettura e l'arredo, ma anche la famiglia, le sue condizioni di lavoro, le entrate familiari annuali, il riscaldamento e l'illuminazione della casa.

— Orlando Ribeiro, infine, indaga nel 1961 le complesse matrici culturali di tecniche costruttive spesso riduttiva-

mente interpretate. *A civilização do barro no Sul de Portugal*⁴ rimane una illustrazione magistrale dei rapporti esistenti tra il luogo e la costruzione in terra nel Sud del Portogallo. Il merito principale del saggio, crediamo, è quello di sgombrare il campo dal determinismo che già Vidal de la Blache stigmatizza: «On s'exposerait à de fréquentes erreurs en faisant de la nature du sol la règle exclusive des types de construction»⁵.

Una caratteristica del territorio di Mértola è l'esclusività dell'insediamento concentrato. Le cause storiche dell'assenza dell'abitato disperso, legate anche alla presenza del latifondo, non sono il tema di questo scritto. Resta il fatto che non troveremo, se non raramente, la casa rurale isolata, così che l'attenzione dovrà concentrarsi sul nucleo rurale in cui risiede il piccolo e medio proprietario terriero, l'artigiano, e il multiforme universo del lavoratore dei campi.

Visitando uno dei paesi che punteggiano il territorio, noteremo schiere di case più o meno lunghe formare il nucleo centrale e più antico dell'aggregato. A seconda della topografia, queste schiere si disporranno in modo isorientato seguendo una linea di crinale, dando così all'insediamento una conformazione allungata, oppure si orienteranno secondo direzioni diverse, occupando il terreno pianeggiante in modo omogeneo così da formare un insediamento dal confine approssimativamente circolare.

Nei due casi la logica di crescita della casa non è diversa.

Possiamo ipotizzare che la cellula base, costruita per più ragioni in un punto elevato anche leggermente sul terreno circostante (per controllare meglio l'intorno, ma anche per occupare le creste improduttive e lasciare liberi alla coltivazione i terreni migliori), dopo aver assunto la forma quadrangolare da una arcaica prima formulazione circolare, cominci ad essere aggregata ad altre cellule secondo la direzione del crinale.

L'abitazione che ne deriva, una teoria di stanze aggregate su una linea, oltre un certo limite diventa di scarso rendimento: a questo punto si "raddoppia" l'organismo costruendo alle spalle della prima una seconda serie di cellule. Per far questo si utilizza il muro di colmo esistente, divenuto così anche muro di spina, e si coprono i nuovi vani con una falda dall'inclinazione opposta alla precedente. Si ottiene in questo modo un edificio più o meno lungo, a due falde, simmetrico sulla linea di colmo.

In una fase di eventuale accrescimento successivo si arriva ad un corpo quadruplo aggiungendo un'altra serie di cellule ai due lati dell'edificio e prolungando la falda del tetto

Fig. 3 — Processo tipologico. Intendiamo con "processo tipologico" la successione attraverso il tempo dei tipi edilizi (concetti di casa) vigenti in una stessa area culturale. È quindi la mutazione scalare del concetto di casa nello stesso luogo al variare del tempo: da matrici elementari (casa monocellulare) a derivazioni complesse. Va chiarito che sul territorio esiste la testimonianza di ognuna di queste fasi dell'evoluzione tipologica: esistono cioè edifici "cristallizzati" nello schema adottato al momento della loro costruzione.

A. tipo arcaico, a pianta circolare; B. tipo matrice monocellulare; C. aggregazione di più cellule su una linea: abitazione a corpo semplice; D. raddoppio della situazione precedente: edificio a corpo doppio ma con funzione ancora dividente del muro di spina; E. uso di tutta la profondità della costruzione e codificazione del tipo più recente: abitazione a corpo doppio, a pianta quadrata, con quattro stanze, coperta con tetto a due falde, che si configura in forma autonoma in G; F. aggiunta di altre due file di vani: edificio a corpo quadruplo e abitazione coperta da una sola falda; G. ultima codificazione tradizionale del tipo: casa isolata che si trova nella fascia esterna dei paesi e che presenta le stesse caratteristiche del tipo E.

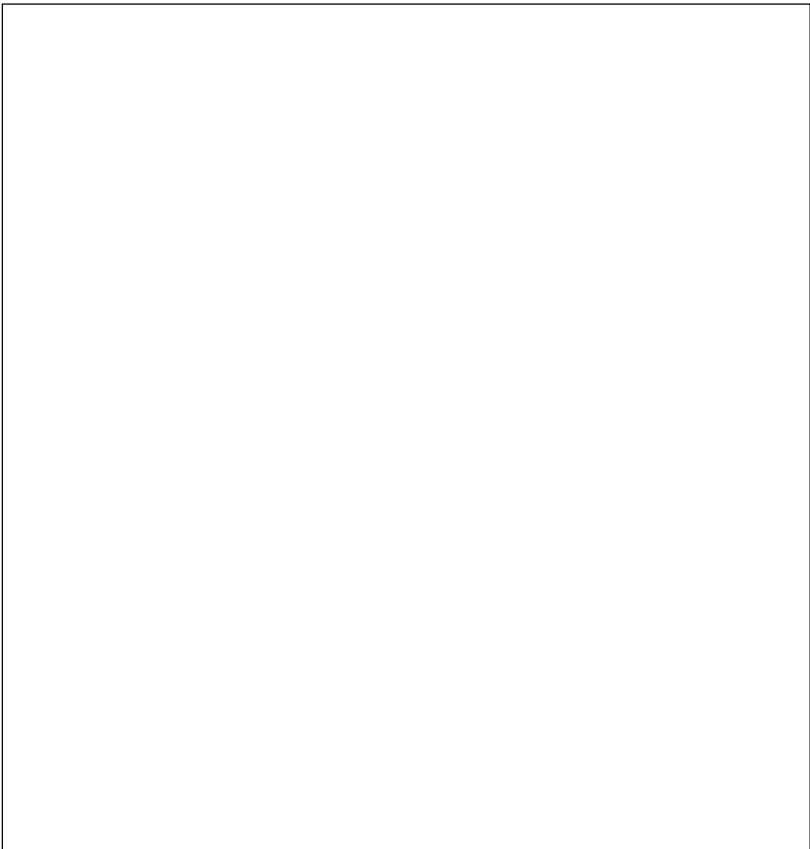


Fig. 4 — Schema di distribuzione dei materiali da costruzione. Nella zona a Nord del cancello e nel Margem esquerda si riscontra un uso esclusivo della taipa. Gli allineamenti delle creste quarzitiche separano, sebbene non con una linea netta, il mondo della terra dal mondo della pietra.

fino ad ottenere le basse ed ampie coperture che caratterizzano gli insediamenti che stiamo analizzando.

Va sottolineato che la possibilità di ampliare il tetto fino a coprire la nuova serie di vani con la stessa falda è data dal porsi il corpo centrale della casa su una linea di crinale. Questa maggiore elevazione consente di impostare le cellule esterne ad una quota più bassa e di ottenere lo schema tipico in cui alcuni gradini separano il vano più interno da quello più esterno e questo dalla quota di campagna.

Nell'ultima fase illustrata si formalizza il tipo edilizio, cioè l'idea di casa ⁶, rimasto in

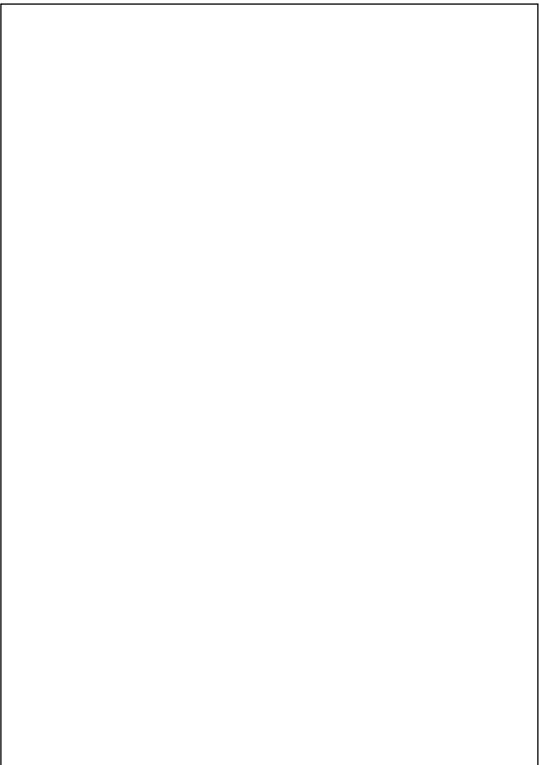


Fig. 5 — Amendoeira da Serra. Casa a corpo semplice coperta ad una falda. In tempi relativamente recenti è stata aggiunta una cellula in linea con le precedenti, confermando lo schema iniziale. La stanza alla destra di chi entra veniva utilizzata fino allo scorso anno senza un passaggio interno: utilizzazione coerente con l'idea della casa come somma di cellule indipendenti.

vigore fino a tempi recenti: si tratta del risultato di accorpamenti e trasformazioni successive che portano alla casa a pianta quadrata formata da quattro vani con divisione paritetica tra “zona giorno” e “zona notte” ⁷. L'abitazione tipica è composta quindi dalla sala di entrata con funzione anche di sala da pranzo, la quale dà accesso alla cucina e alle due camere da letto normalmente in posizione più interna ⁸.

La localizzazione della casa nell'ambito del “tessuto”, cioè della schiera di case ⁹, è variabile.

In edifici a corpo quadruplo questa tende ad occupare metà della costruzione considerata trasversalmente, e cioè ad essere coperta solo da uno dei due spioventi del tetto. In edifici a corpo doppio la casa occupa invece tutta la profondità disponibile ed è così coperta con tetto a due spioventi.

È quest'ultima formulazione che viene adottata per la costruzione *ex novo* delle case del ceto medio (medi proprietari terrieri, artigiani) in un periodo che

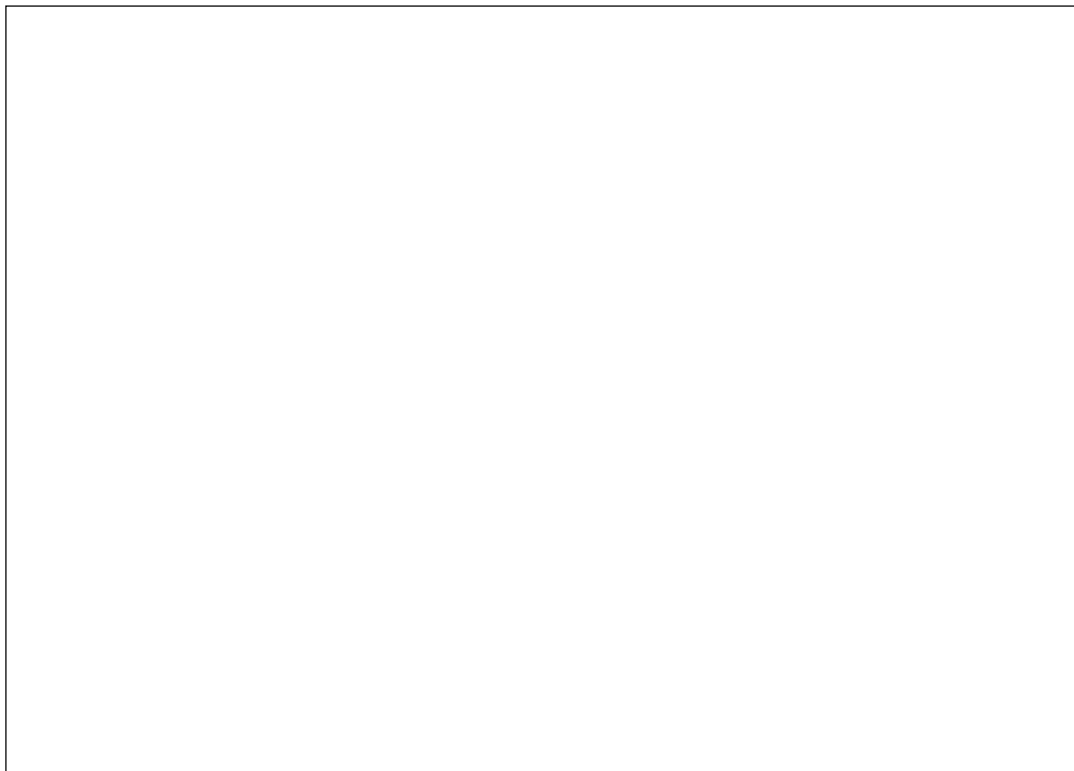


Fig. 6 — Monte Alto (Fernandes). Casa costruita all'inizio del '900 in taipa secondo il tipo descritto sopra con lettera G: "casa isolata a quattro stanze". Queste stanze, che qui costituiscono la "zona notte", sono la parte più "segreta" della casa: gli ospiti vengono ricevuti nella cucina, cui si accede attraversando il *quintal*, e che fino a qualche decennio fa era utilizzata come stalla dell'asino.

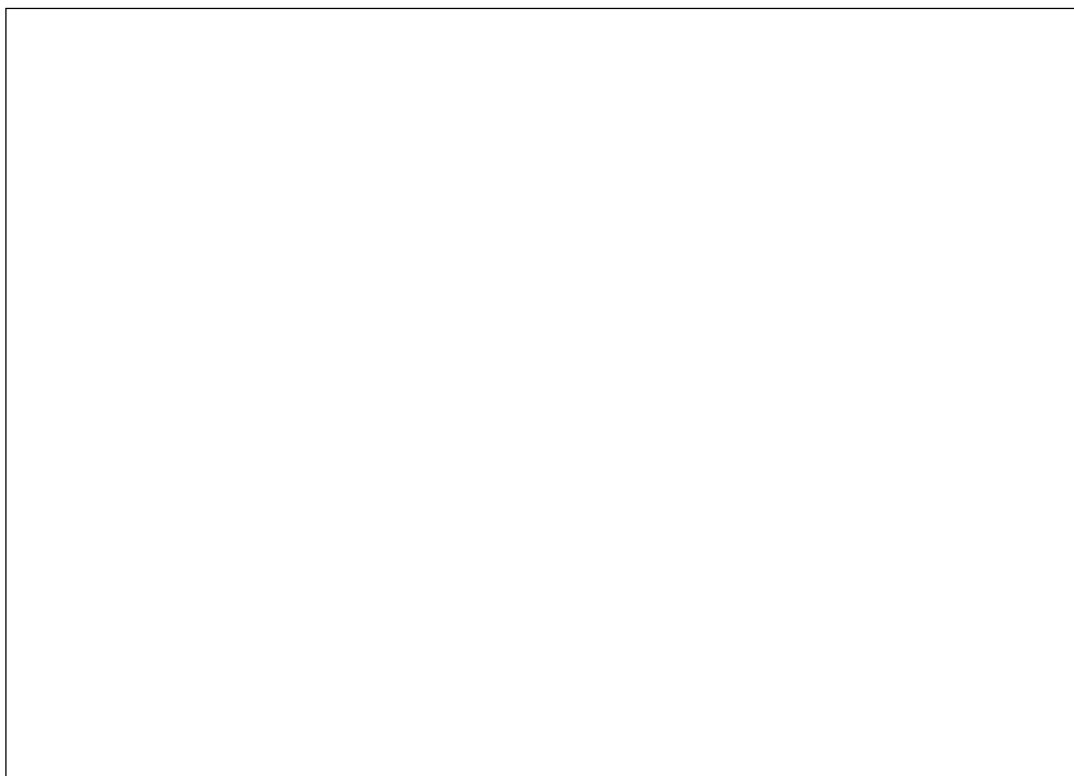


Fig. 7 — Corte Gafo de Cima. Classi sociali medio-alte importano nel mondo rurale modelli abitativi legati all'ambiente urbano. È da considerarsi tale il vano distributivo, estraneo alla tradizione del luogo, rappresentato nel disegno. Si ritrovano puntualmente nel territorio di Mértola edifici di questo tipo che ripetono identiche dimensioni, particolari costruttivi, decorazioni, come fossero frutto di uno stesso progetto o addirittura delle stesse maestranze.

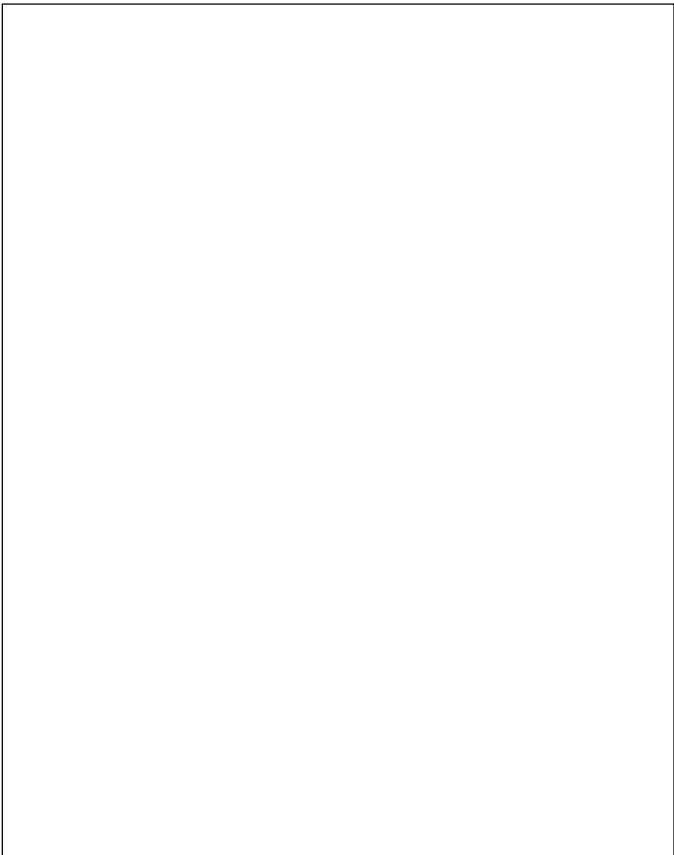


Fig. 8 — La costruzione in *taipa* «consiste em bater a malho, dentro de uma espécie de caixa de madeira, sem fundo (taipal), uma mistura de barro com pedriça, apanhada muita vez ao lado dos muros que se estão levantando» (O. Ribeiro).

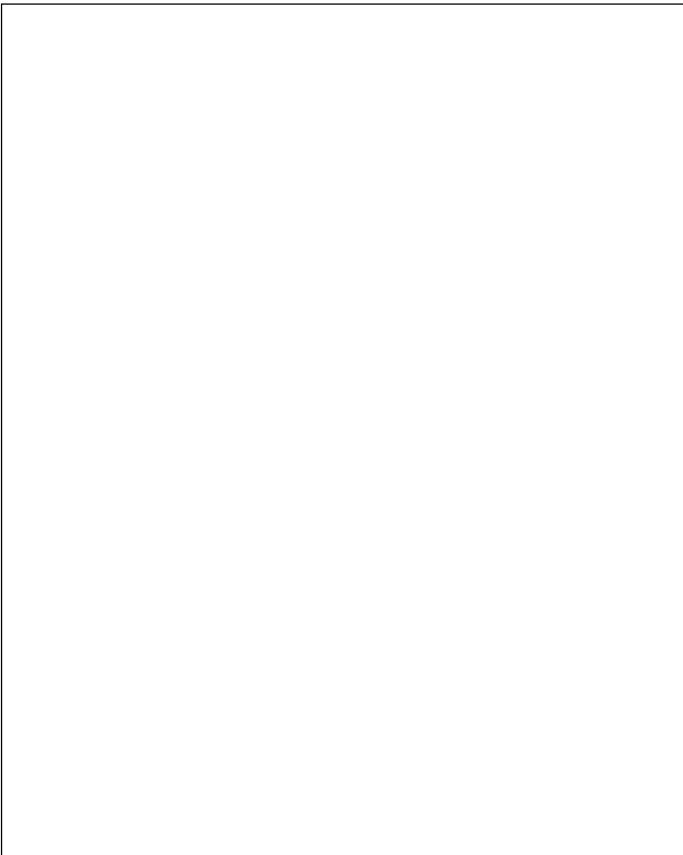


Fig. 9 — Monte Alto (Fernandes). Serratura della porta di accesso alla casa. Maniglie e serrature sembrano essere l'element più debole del patrimonio architettonico: a causa della loro facile sostituibilità costituiscono un aspetto della conoscenza tecnica tradizionale che si sta perdendo.

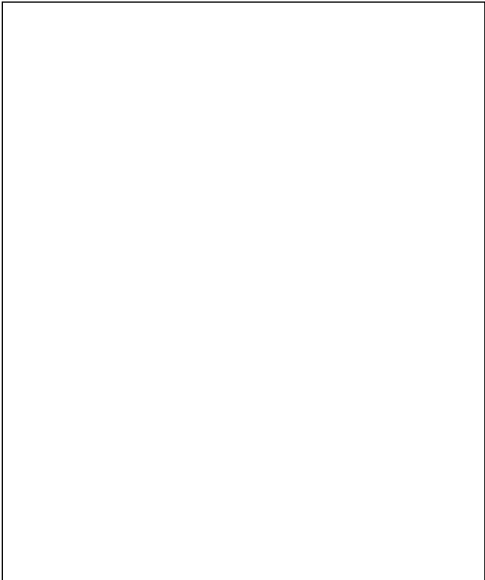


Fig. 10 — Vargens. La finestra è elemento raro, quasi simbolo di ricchezza. Il modello originario non prevede il vetro, ma solamente due scuri di legno. Anche nelle case più ricche non tutte le stanze hanno una finestra: in questo caso l'illuminazione si ottiene attraverso la "telha de vidro" e l'areazione è assicurata dalla permeabilità all'aria della copertura.



Fig. 11 — Mesquita. Porta di un annesso all'abitazione. I cardini, ottenuti da rami curvi di Azinheira (*Quercus rotundifolia*), fanno perno in alloggiamenti praticati direttamente nella soglia e nell'architrave di scisto.

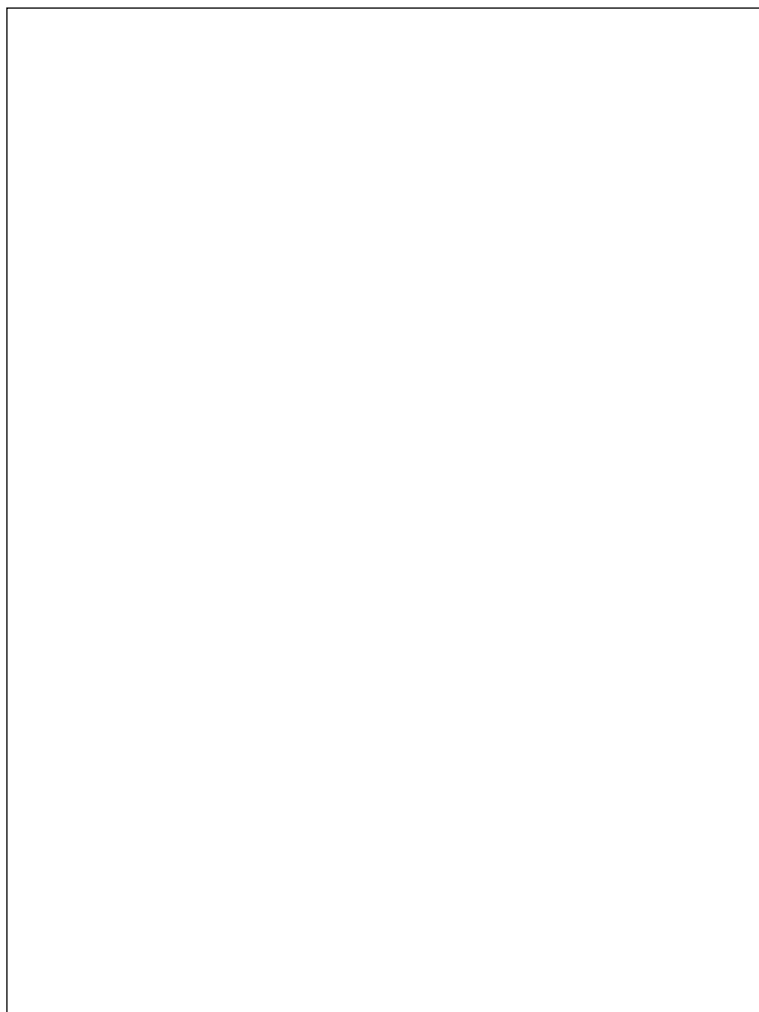


Fig. 12 — Vasco Rodrigues. Fornalha. «Muito comum nesta região é o aparecimento da fornalha exterior, adoçada à fachada e junto da entrada, ou ainda desligada da construção como os fornos. Aqui, cozinham no Verão, dado as temperaturas elevadas atingidas no tempo quente» (AA.VV., *Arquitectura popular em Portugal*).

possiamo indicare negli ultimi due secoli. Queste abitazioni si incontrano frequentemente in una fascia esterna dell'insediamento, a testimonianza di una loro più recente edificazione¹⁰. A pianta quadrata molto regolare, con quattro vani dalle dimensioni pressoché identiche, coperte con tetto a due falde monordite che si appoggiano sul muro di spina e su quelli d'ambito, costituiscono l'ultima formulazione spontanea del tipo prima dell'introduzione di elementi importati dal mondo urbano¹¹.

Va chiarito che sul territorio esiste la testimonianza di ognuna di queste fasi dell'evoluzione tipologica: per fare alcuni esempi, si va dalla cellula primitiva

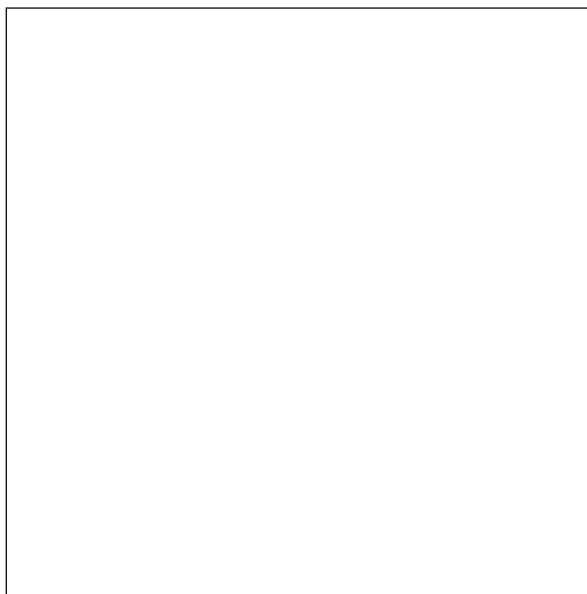


Fig. 13 — Monte Gois. La presenza del camino si è incrementata nell'ultimo secolo. Laddove questo è assente il fuoco viene fatto sul pavimento ed il fumo si disperde tra le tegole. In corrispondenza della lareira le canne su cui tradizionalmente vengono posate le tegole si diradano. L'assenza di un luogo predisposto per la cucina (camino) crea minori vincoli alla dinamicità interna alla casa.

circolare presente ad Álamo; alla cellula quadrata isolata, al centro di Casa Velha; alle lunghe schiere a corpo semplice coperte ad unica falda di A Dos Grandes; alle schiere a corpo doppio o quadruplo con tetto a due falde frequenti su tutto il territorio; alle case isolate a quattro stanze di Monte Alto, di Vargens, di Corte Gafo.

La costruzione in terra cruda nel sud del Portogallo è stata abbondantemente indagata e non sembra opportuno affrontare l'argomento in questa sede. È necessario invece sottolineare come il territorio di Mértola si trovi a cavallo della linea che separa l'area di esclusivo uso della *taipa* da quella, legata alla Serra Algarvia, in cui la pietra rappresenta l'unico materiale da costruzione.

Tale linea, che va approssimativamente da Nord Ovest a Sud Est, è segnata con una

certa esattezza dal fiume Guadiana nel tratto a valle di Mértola, mentre dalla città in poi si flette ed ha direzione più decisamente Est-Ovest. Va detto però che ad Ovest di Mértola questo confine è lontano dall'essere rappresentato da una retta, configurandosi piuttosto come una linea serpeggiante dall'andamento inatteso. Si assiste infatti ad una compenetrazione delle due aree tale da determinare, ad esempio, in due insediamenti distanti solo qualche chilometro l'uno dall'altro, come Ledo e Namorados, l'uso predominante della *taipa* nel primo e della pietra nel secondo. Non si tratta tanto, quindi, dello sfumare progressivo di una tecnica nell'altra con una zona di compresenza, ma di uno sfumare "per punti": infatti, pur esistendo casi "ibridi", i paesi sono preferibilmente costruiti utilizzando uno solo dei due materiali disponibili.

Di passaggio va detto che il cambiamento del materiale e della tecnica costruttiva non sembra comportare trasformazioni sensibili nella casa: non cambia il tipo edilizio, non cambiano le decorazioni, non cambia la grandezza delle aperture, le proporzioni dei vani, l'inclinazione del tetto. Nell'area della pietra esiste semmai la tendenza, appena percepibile peraltro, a costruire muri curvi: spiegabile per una maggiore duttilità del materiale e forse anche per il sotterraneo permanere dell'arcaico modello della casa circolare.

Se il confine spaziale tra le due aree non è netto, il contrario sembra potersi dire per quello temporale. È convinzione popolare, almeno nella parte Sud del territorio, che la *taipa* sia una tecnica recente venuta a sovrapporsi alla tradizione antica della costruzione in pietra. Benché qui entri in gioco anche la dimensione simbolica della pietra, non ci sentiamo di ribattere questa idea, in parte effettivamente verificabile sul campo.

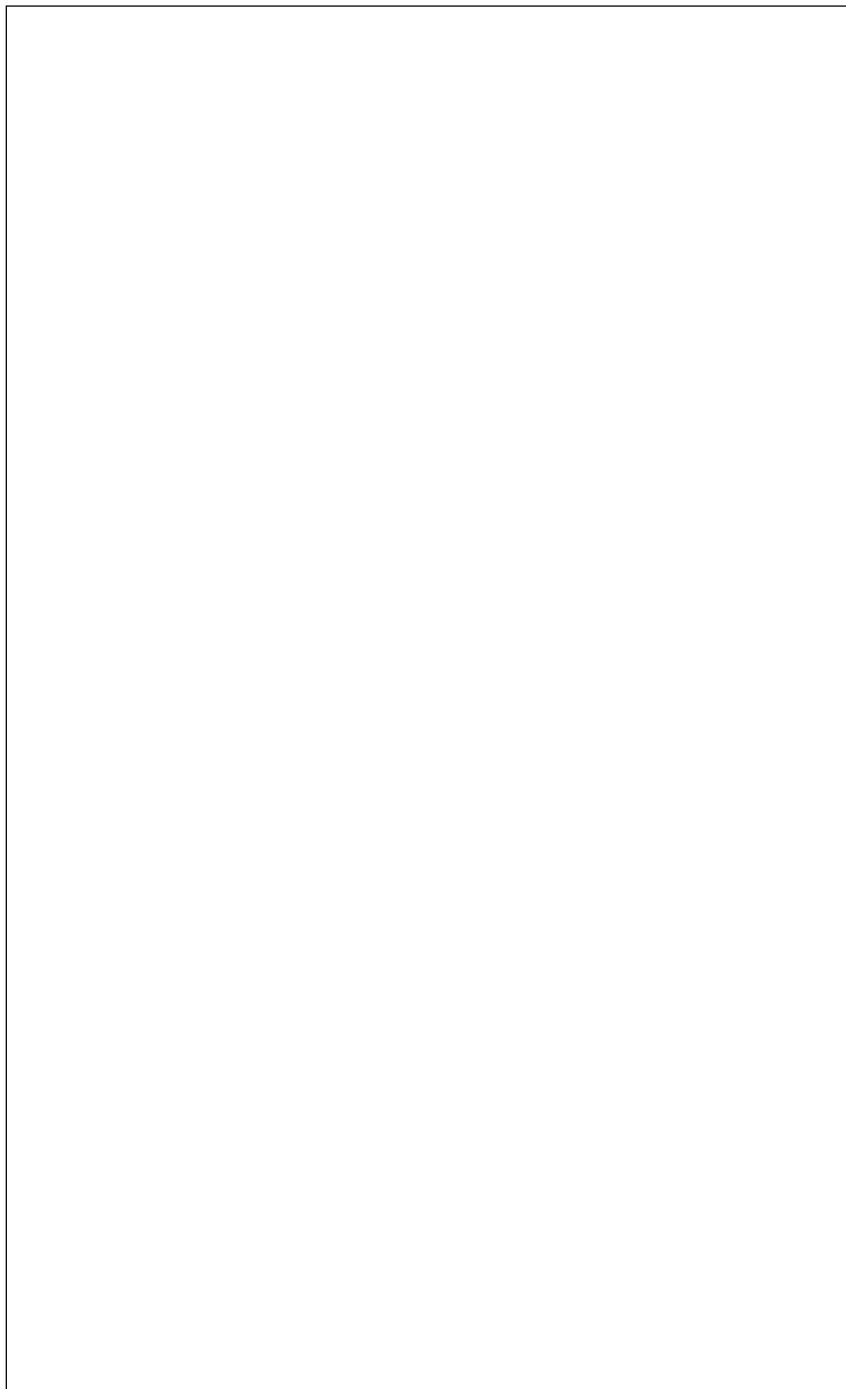


Fig. 14 — Mértola. La casa si adatta alla forma del terreno: le stanze sono spesso collegate da gradini che superano il dislivello esistente. L'oggetto del disegno ha i caratteri tipici delle cucine del luogo: il *poial* su cui trovano posto la brocche per conservare l'acqua e gli *alguidares*; un piccolo camino ricavato nello spessore del muro; qualche elemento di arredo alle pareti; Il pavimento in lastre di scisto e una forte presenza cromatica (pareti ocre con zoccolo bianco). La tenda divide la cucina dalla dispensa.

Paesi come Simões o Vargens, costruiti prevalentemente in pietra, trovano gli unici episodi di costruzione in *taipa* nelle ultime case tradizionali realizzate, che sono poi quelle descritte sopra come “case isolate a quattro stanze”, le quali prediligono, con poche eccezioni, la *taipa*.

Le ragioni di questa scelta possono essere molteplici: una maggiore velocità costruttiva e quindi una minore spesa per la mano d'opera; una maggiore precisione e regolarità nella costruzione del muro assicurata dall'uso della cassaforma; la codificazione tarda del tipo comprendente, diversamente che in precedenza, anche la tecnica costruttiva; e forse l'attribuzione, in tempi relativamente recenti, di un valore maggiore alla casa dai lisci muri di *taipa* rispetto alla sua omologa costruita con la solida ma scabrosa e rustica pietra¹².

NOTAS

- 1 AA.VV., *Arquitetura popular em Portugal*, Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa 1961.
- 2 E. VEIGA DE OLIVEIRA, F. GALHANO, B. PEREIRA, *Construções primitivas em Portugal*, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa 1969.
- 3 E. LIMA BASTO (a cura di), *Inquérito à habitação rural*, Instituto Superior de Agronomia — Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 1943-1947. La parziale pubblicazione del terzo volume citato è in C. SILVA, *Recordando o «Inquérito à habitação rural»*, in AA.VV., *Estudos em homenagem à Ernesto Veiga de Oliveira*, INIC, Lisboa 1989, pp. 755-90. Dobbiamo la segnalazione al dott. Pedro Prista, che qui ringraziamo.
- 4 Si tratta di uno dei tre saggi contenuti in O. RIBEIRO, *Geografia e civilização*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa 1961. Gli altri due sono: *A civilização do granito no Norte de Portugal e Açoteias de Olhão e telhados de Tavira (Influências orientais na arquitetura urbana)*.
- 5 P. VIDAL DE LA BLACHE, *Principes de géographie humaine* (ed. orig. 1922), Utz, Paris 1995, p. 173.
- 6 Ci riferiamo ai concetti elaborati da Saverio Muratori a partire dagli anni '50 e portati avanti dalla sua scuola. Cfr. ad esempio S. MURATORI, *Studi per una operante storia urbana di Venezia*, Istituto poligrafico dello Stato, Roma 1959, e G. CANIGGIA, *Strutture dello spazio antropico*, Uniedit, Firenze 1976. Dello stesso Caniggia, la voce *Tipo* del *Dizionario Enciclopedico di Architettura e di Urbanistica*, Roma 1968.
- 7 È significativo, per indicare quanto sia radicato questo schema, che in portoghese la camera si chiami “quarto”.
- 8 Si tratta dello schema che si inverte nelle condizioni di tessuto e di crescita ottimali; è chiaro quindi che tutte le varianti sono possibili: determinate dalla posizione incongrua

all'interno del tessuto, dalla configurazione del terreno, da una aggregazione della casa dovuta a eredità, etc. Ne risulta una situazione «dinamica»: nella successione delle generazioni le cellule si aggregano in modo diverso per divisioni o accrescimenti ereditari; di conseguenza è condizione normale abitare in case separate, addirittura sotto tetti diversi, con grande mobilità degli abitanti all'interno del paese. Il nomadismo interno alla casa si riflette ad esempio nel grande numero di porte *entaipadas*, aperte per collegare *casas* che in un certo momento si sono trovate ad essere parte della stessa casa, e tamponate in seguito ad un nuovo frazionamento; oppure nella grande mobilità delle *lareiras* di cui i proprietari della casa ancora conservano la memoria.

- 9 Che qui il “tessuto” sia la “casa” è spiegato anche dallo spostamento semantico per cui “casa” oltre a significare abitazione, indica la generica stanza.
- 10 Si mantiene molto spesso la memoria dell'atto costruttivo e di chi costruì la casa.
- 11 È da considerarsi tale ad esempio il vano distributivo, estraneo alla tradizione del luogo, presente in molte case di “lavrador” o in quelle del tutto simili di artigiani dal livello sociale medio-alto (come il fabbro o il maniscalco). Si tratta di un corridoio-atrio, baricentrico rispetto alla casa e ortogonale al muro di spina, che occupa tutta la profondità dell'edificio con accessi alle due estremità, e che distribuisce i quattro vani della casa. Elemento caratteristico è l'apertura ad arco, spesso decorata con bassorilievi nell'intonaco, che viene realizzata per oltrepassare il muro di spina.
- 12 Quest'ultima ipotesi sembrerebbe confermata dall'essere le case di “lavrador” frequentemente costruite in *taipa*: talvolta sono casi isolati nel mondo di pietra che li circonda, come si può vedere, ad esempio, a Simões.

LA COLECCIÓN ANTROPOLÓGICA DEL CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA (S. II-XVI)

RECONSTRUIR LA SOCIEDAD Y LOS MODOS DE VIDA A PARTIR DEL REGISTRO FUNERARIO*

ALICIA CANDÓN MORALES**

La actual villa de Mértola fue una gran urbe pre-romana y romana, que vivió su esplendor durante el período islámico. El relevante papel histórico que le tocó desempeñar se apoyaba en tres pilares: su estatuto de plaza fuerte inexpugnable, su carácter de ciudad portuaria, abierta a la llegada de nuevas gentes e ideas, y su ubicación en una rica área minera. Tras la «Reconquista» la ciudad se resintió dramáticamente de los cambios introducidos en la estrategia de defensa del reino portugués. La situación se agravó al quedar excluida de las nuevas vías del tráfico comercial y con el cierre de buena parte de las minas próximas. La decadencia no tardó en llegar y alcanzó nuestro siglo. En ese proceso, Mértola vivió ciertos períodos de recuperación, pero fueron breves y dependientes de coyunturas económicas nacionales pasajeras. Si el declinar trajo un importante descenso demográfico a partir del s. XVI, éste último ha sido, paradójicamente, un factor decisivo del reciente despertar de la zona, al favorecer la conservación de su patrimonio arqueológico, convertido hoy en uno de sus principales motores de desarrollo. Esas *antiguidades* ya fueron objeto de los pioneros estudios de Estácio da Veiga a fines del siglo XIX¹. Su testigo sería recogido, hace unos veinte años, por el Dr. Cláudio Torres

y su inicial equipo de colaboradores; poco después nacería una de las más prestigiosas instituciones dedicadas a la investigación histórica en Portugal: el Campo Arqueológico de Mértola.

Si las estructuras o el material cerámico sacados a la luz desde entonces han merecido numerosos estudios y un reconocimiento internacional, apenas hay constancia bibliográfica² de la existencia de la Colección Antropológica del C.A.M., pese a su excepcionalidad en Portugal y todo el Suroeste Peninsular. Los esqueletos proceden de las excavaciones desarrolladas en cuatro de las necrópolis que Mértola tuvo a lo largo de su historia (Fig. 1).

En 1995 iniciamos un amplio proyecto acerca de la sociedad y los modos de vida en Mértola desde comienzos del primer milenio, apoyado en el análisis del registro funerario. En una primera fase, era imprescindible, reorganizar y catalogar todo el material y su documentación, concentrarlo en un sólo

* Este trabajo forma parte del proyecto «Poblamiento Histórico en el Bajo Alentejo: El Registro Funerario de Mértola», desarrollado desde Octubre de 1995 gracias a una beca de la Fundación Calouste Gulbenkian.

** Investigadora del Fundación Calouste Gulbenkian en el Campo Arqueológico de Mértola.



Figura 1 — Mértola. Necrópolis excavadas por el C.A.M. (a partir de Lopes y Boiça, 1993)

espacio y crear, junto a él, un pequeño laboratorio antropológico donde poder trabajar dentro de las instalaciones del Campo Arqueológico (Fig. 2).

Quisiéramos que este proyecto sirviera de impulso definitivo para el estudio sistemático de la Colección, cuyo contenido y proceso de formación aprovechamos para dar a conocer desde aquí. Su tamaño y amplitud cronológica permiten observar la evolución sufrida por la población local a lo largo de unos quince siglos. Por ello, y por la posibilidad contrastar los resultados obtenidos con datos actuales, constituye un material ideal para quienes entendemos la Historia como *proceso*. Por primera vez, las cuatro series esqueléticas se tratan como una unidad, lo que no contradice el que hayan

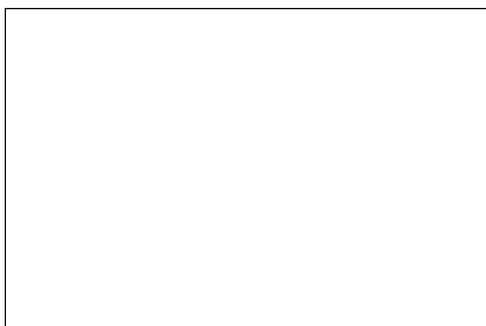


Figura 2 — El nuevo depósito y laboratorio antropológico del C.A.M.

sido diseñadas, al mismo tiempo, actuaciones específicas para cada una de ellas, en atención a sus características y propias necesidades.

Aunque los informes antropológicos «de encargo» suelen dejar traslucir una visión del hombre físico como algo estático y atemporal, ajeno a factores socioeconómicos o ambientales, un análisis adecuado de la morfología ósea y sus variaciones podría ayudarnos a captar las relaciones hombre-medio y hombre-hombre vigentes en la Mértola contemporánea a cada una de las series e ir delimitando los procesos de transición, las pervivencias y continuidades, las contradicciones y rupturas. El registro arqueológico de las sepulturas, por su notable calidad y homogeneidad, ofrece múltiples posibilidades de acercamiento a esa intrínseca carga histórica que conservan los restos óseos y que está aún por explotar.

El método seguido recoge técnicas de diversas ciencias y las pone al servicio de un ejercicio comprometido de la Historia. Para evitar caer en una erudicción elitista, ajena a la realidad, procuramos no dejar de lado la búsqueda de vías para que la población se beneficie del estudio de «sus antepasados». Tal empeño de analizar el pasado sin olvidar el presente encuentra su mejor estímulo en el propio Campo Arqueológico de Mértola, que, desde sus inicios, ha venido desarrollando con éxito proyectos con una fuerte carga de compromiso social.

POSIBILIDADES DE ANÁLISIS DEL REGISTRO FUNERARIO

El acercamiento al registro funerario debe hacerse respaldado por una teoría que nos guíe en la localización de problemas y en el planteamiento de hipótesis de trabajo, al tiempo que nos ayude a escoger el método más adecuado para obtener nuestros datos y ponerlas a prueba. A partir del estudio este registro, podemos obtener información, tanto sobre el mundo de los muertos, las prácticas funerarias y la ideología que las produce, como sobre el mundo de los vivos; primero, sobre la vida de los individuos conservados y, a través de ellos, sobre la sociedad de su tiempo y sus modos de vida. Aunque los estudios de casos individuales excepcionales, pudieran quedarse en lo descriptivo al aportar poco a esa interpretación, no dejan de tener interés como ilustración de ciertas prácticas o como contribución a la historia de determinadas enfermedades.

Reconocimiento e interpretación de los gestos funerarios

Un problema que debe preocupar al arqueólogo es la relación entre las diferentes prácticas funerarias, sus vestigios materiales y su formación y transformación en el registro arqueológico³. Dentro del análisis de la sepultura, el primer objetivo es restituir la posición original del cadáver en el interior de

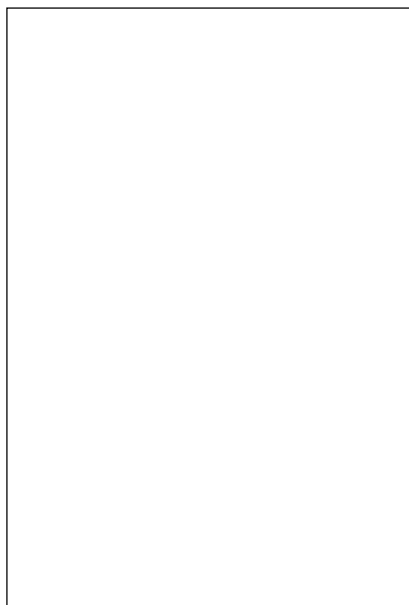


Figura 3 — Cementerio bajomedieval de la Alcáçova. Sepultura 360.

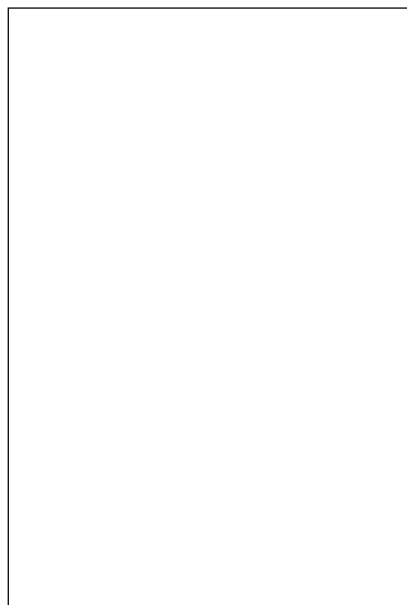


Figura 4 — Necrópolis paleocristiana del Rossio do Carmo. Sepultura 25 F.

la tumba, lo que exige estar familiarizado con la anatomía esquelética, los movimientos naturales del cuerpo y los fenómenos vinculados a la putrefacción. Especial atención debe merecer la rotación que presente la cabeza, que puede responder a prácticas rituales, o bien a la dislocación *postmortem* de la columna cervical. Un segundo objetivo es la restitución de la arquitectura funeraria a partir de las observaciones osteológicas. Es decir, llegar a saber si el cadáver, recubierto de sedimento en el momento de su hallazgo, se descompuso en un espacio colmatado (fosa abierta en la tierra y sin cobertura) o abierto (ataúd, sarcófago).

La sepultura 360 (Fig. 3) de la necrópolis bajomedieval es un caso claro de colmatación progresiva del espacio liberado por la descomposición de las partes blandas del cadáver. El esternón, los diminutos huesos de pies y manos, las rótulas, el púbis, todo mantiene su posición anatómica original.

En la fig. 4, tenemos, sin embargo, un ejemplo del segundo tipo, procedente de la necrópolis paleocristiana, donde la desconexión anatómica es generalizada: los fémures han rotado lateralmente, han caído las rótulas y la sínfisis pubiana aparece totalmente separada. En este caso, el espacio creado entre las paredes, el fondo de la sepultura y las lajas que la cubrían no llegó nunca a estar lleno de tierra, por lo que el movimiento de los huesos ha sido mayor de lo habitual. Algún pequeño roedor puede ser el responsable de la anómala localización de ciertos huesos, como una vértebra a la altura de las rodillas o de una costilla junto a la tibia derecha. Observando únicamente la fotografía, nos cabe la duda de si sería el mismo fenómeno el que provocó la extraña posición de la cabeza,

o, más probablemente, la descomposición de un elemento, como un cojín, que la mantendría originalmente elevada. No se encontraron clavos que pudieran delatar la existencia de un ataúd. Tenemos constancia de que esta sepultura fue reutilizada. Que el cuerpo no se enterrara tras ser depositado en la sepultura facilitaría la manipulación de los restos ya descarnados cuando hubieran de retirarse para dejar sitio a otro nuevo cadáver. Su sólida estructura parece estar pensada para acoger a muchos de ellos, ya que sin duda, por la posición que ocupaba, no pocos desearían reposar en esta tumba.

El reconocimiento y valoración de los procesos que afectan a la conservación de los huesos es fundamental para poder deducir el estado del esqueleto en el momento de la muerte. En las sepulturas de Mértola es frecuente encontrar conchas de *Caecilioides acicula*, el molusco «antropófago» por excelencia. Pero son dos los principales responsables del estado en que aparecen los huesos: los ácidos segregados por raíces de las plantas, que provocan la disolución de su parte mineral, y la acidez del suelo que crea un medio en que los esqueletos tienden a desaparecer sin dejar huella. La importancia del registro de campo se hace evidente tras comprobar una y otra vez que incluso los huesos aparentemente bien conservados, se encuentran atravesados por raíces de todo tamaño, y totalmente desmineralizados. Al extraerlos se deshacen entre las manos, por lo que debe maximizarse la recogida de información antes de llegar a ese momento.

Reconstruir la sociedad y los modos de vida

Sin pretender entrar aquí en un discurso teórico, en profundidad acerca de cuál debe

ser el objeto de la Arqueología entiendo que el arqueólogo debe ser, ante todo, un historiador. Que las evidencias materiales que maneje sean restos esqueléticos y no «cacharros» podría quedar en pura anécdota. No obstante, tales restos presentan ciertas peculiaridades, como es el hecho de que, debidamente analizados, permitan captar datos acerca de la diferenciación interna de una comunidad que sólo una compleja labor de contextualización de la necrópolis de que proceden permitiría atisbar.

Se ha definido la necrópolis como un sistema ideológico generado por los vivos utilizando a los muertos.

Las prácticas funerarias actúan por tanto como instrumentos de la ideología, de forma que la posible lectura social de un cementerio basada tan sólo en el análisis de las estructuras sepulcrales o el ajuar puede estar falseada y retratar, no la sociedad real del momento, sino la imagen que esa sociedad quiso dar de sí misma. Sería, por tanto, un error intentar trasplantar mecánicamente al mundo de los vivos esquemas de organización detectados en el mundo de los muertos. Para comprender los esquemas ideológicos que presidieron la conformación una necrópolis, es necesario contextualizar sincrónica y diacrónicamente las relaciones socio-económicas los engendraron.

En los restos óseos son rastreables, no obstante, ciertos marcadores de estatus social que difícilmente puede enmascarar práctica ideológica alguna. Una diferente proporción de ciertos elementos químicos en los huesos revela diferencias en la dieta que pueden ser también sociales; el desarrollo de determinados músculos, que las zonas del hueso en que se insertaban dejan adivinar, puede relacionarse con ciertas actividades físicas o profesionales, asociadas a determinados estamentos sociales; además existen

algunas patologías óseas, como las vinculadas a la obesidad, que sólo suelen registrarse en los segmentos más elevados de la sociedad, en tanto que otras serían, por el contrario, indicativas de situaciones de penuria económica, desnutrición, falta de higiene y no acceso a cuidados médicos. Valgan estos ejemplos para mostrar cómo a través del análisis antropológico individual puede llegar a hacerse una lectura bastante fiable de la posición de ciertos individuos en la sociedad de su tiempo, diferente en algún caso de la que la sepultura o el ajuar permitirían deducir. Con frecuencia, también el comportamiento observado en el registro arqueológico contradice el testimonio que nos llega a través de las fuentes escritas.

Poner en relación la distribución espacial de las variantes tipológicas de sepulturas y piezas de ajuar, con la de las variables sexo, edad, número de individuos por sepultura, patologías o posición del cadáver, permite ir conociendo aspectos diferentes de la organización interna del cementerio y del ritual. Añadiendo el registro de rasgos epigenéticos podemos llegar, incluso, a delimitar áreas o sepulcros en los que sólo se enterraban personas de la misma familia.

Para hablar del modo de vida de la comunidad en estudio⁴, de la que sólo podemos analizar una parte cuya representatividad sería muy difícil determinar, es necesario contar con una muestra antropológica que se encuentre en buen estado de conservación y cuyo tamaño permita que los resultados puedan ser confrontados con los de otras poblaciones cercanas en el tiempo y el espacio. Pese a las limitaciones que implican este tipo de investigaciones, podríamos así comenzar a hablar de composición por edad y sexo, natalidad, mortalidad o esperanza de vida al nacer, de estado de salud general y hábitos higiénicos, de dieta y factores de presión ambiental, o de tipo de actividades físicas dominantes. Con el concepto «modo de vida» aludimos al complejo de actividades que caracteriza al grupo humano en estudio y que constituye la base de su existencia⁵. Consideramos que se trata de un término adecuado para el nivel de análisis, concreto y práctico, de nuestra investigación en Mértola, como reflejo de una «praxis del Modo de Producción»⁶.

LA BASE: EL REGISTRO ANTROPOLÓGICO DE CAMPO

En ocasiones, la labor del C.A.M. se ha visto dificultada por carencias infraestructurales, habitualmente resueltas con grandes dosis de imaginación y sentido práctico. Lamentablemente, estas limitaciones lograron impedir la continuidad de ciertas iniciativas pioneras, como la creación en su seno, ya en 1981, de un grupo interdisciplinar dedicado específicamente a la aplicación de la Antropología Física a la Arqueología⁷. A partir de un diálogo continuo entre las dos disciplinas desde el momento de la excavación, se pretendía caracterizar morfológica, demográfica y patológicamente a las poblaciones de Mértola, además de estudiar el funcionamiento de las necrópolis en cuanto a organización

espacial y prácticas funerarias. Lo temprano de la experiencia se ve reforzado por el hecho de haberse puesto en práctica precisamente en las necrópolis medievales de Mértola; en Portugal, el desarrollo y valoración general del análisis de esqueletos medievales sólo se ha producido en los años 90⁸. Poco a poco, la falta de fondos y la dispersión del equipo fueron dejando aquel ambicioso proyecto en puntuales colaboraciones individuales. Quedó, sin embargo, su gran aportación: una metodología de excavación y registro de sepulturas que respondía a una moderna valoración de los restos óseos como material arqueológico y fuente histórica.

Aunque la mayor parte de los arqueólogos están ya convencidos de la necesidad de hacer analizar los esqueletos extraídos en sus excavaciones, muchos de ellos ignoran aún hasta qué punto puede perderse información, no recuperable, en el trayecto que va desde la localización de los restos hasta las manos del especialista. Un registro de calidad no sólo consigue preservar los datos conscientemente registrados, sino que salva también muchos otros no

considerados en su momento por los excavadores. Así, un análisis metódico de las fotografías y dibujos de sepultura del C.A.M., permite observar aún las posiciones relativas que mantenían los huesos entre sí y detectar, de este modo, cuáles fueron los gestos asociados a la deposición del cadáver, su posición original, las alteraciones introducidas por los diferentes fenómenos tafonómicos, cómo se recubrió o si hubo una manipulación posterior de los restos. El objeto de análisis (micro-espacial) pasa a ser aquí la sepultura y no sólo el individuo. Del mismo modo puede trasladarse ese diálogo entre Arqueología y Antropología a otro nivel superior, el de la

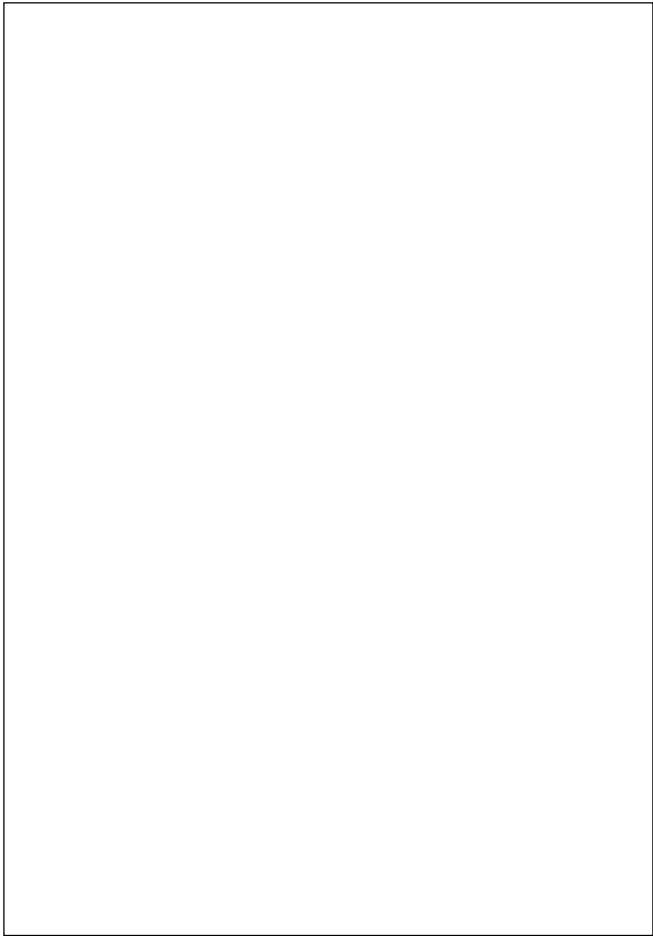


Figura 5 — Antigua ficha de sepultura del C.A.M.

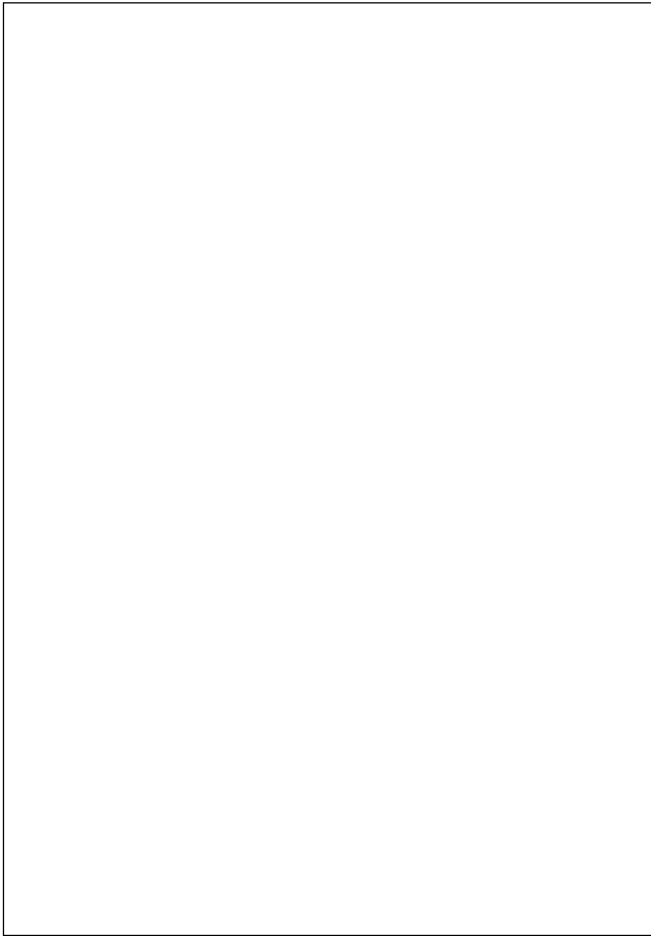


Figura 6 — Nueva ficha de sepultura del C.A.M.

necrópolis, tal y como veremos al hablar de la serie paleocristiana. Logramos, en definitiva, ir más allá de esos informes de laboratorio, que, al describir a los individuos estudiados, nos ofrecen una imagen estática del ser humano, al margen de la Historia. En cualquier caso, el arqueólogo siempre debería retomar los datos de su excavación para reinterpretarlos a la luz de esos resultados, y no limitarse a incluir el informe en un apéndice para «ciencias auxiliares», como si ello elevara automáticamente la calidad científica de su trabajo.

Para realizar un registro exhaustivo de una sepultura, gráfico y escrito, e incluyendo medidas y diagnósticos *in situ*, no son necesarios grandes conocimientos, pero sería deseable que en todo equipo que abordara la excavación de una necrópolis existiera al menos una persona que contara con ellos. Como esto no es siempre posible, las fichas de campo deben ser intuitivas, al tiempo que acoten el margen de subjetividad para que la información recogida sea homogénea. Un pequeño manual de referencia que explique someramente cómo cumplimentarla puede ayudar a que las diferentes personas que asuman esa responsabilidad sigan unas normas comunes.

La ficha de sepultura del C.A.M. (Fig. 5) fue muy innovadora en su tiempo y ha permitido conservar una vasta cantidad de datos preciosos para todo investigador que se acerque a la colección. Sin embargo, era demasiado abierta, y exigía una formación antropológica de cierta profundidad, lo que ha derivado en vacíos recurrentes; el ejemplo más claro está en el apartado de patologías, que prácticamente nunca se rellenaba. La nueva ficha de sepultura se ha diseñado tomándola como base, para no introducir una ruptura drástica dentro del registro de la Colección, pero está pensada para recoger más información *in situ*, aunque no se sepa mucho de Antropología Física (Fig. 6).

Ya hemos comenzado a utilizarla y la mejora resulta significativa: alguien ajeno a la materia puede dejar constancia de las cosas que le llaman la atención (como una osteítis deformante o una gonoartrosis), aunque ni siquiera sepa de qué se trata o cómo se llama; al mismo tiempo, se produce un proceso de aprendizaje continuo a partir de la ficha, que nos enseña qué se tiene que observar y qué datos pueden extraerse de ahí.

EL MATERIAL: LA COLECCIÓN ANTROPOLÓGICA DEL C.A.M.

La Colección Antropológica del C.A.M. está constituida por cuatro series esqueléticas, que acostumbramos a etiquetar como romana, paleocristiana, islámica y bajomedieval⁹. Sabemos que el número de sepulturas excavadas se acerca ya al millar, aunque no resulta fácil calcular con exactitud su tamaño actual en términos de individuos. Frente a los esqueletos que faltan por problemas de conservación, nos encontramos con cierta frecuencia la reutilización con reducción de restos, así como algún caso de enterramiento doble e, incluso, múltiple (incluyendo no adultos); estas prácticas elevarían el número de esqueletos por encima del de sepulturas. Se trata, en todo caso, de varias centenas de individuos, cantidad que la actividad ininterrumpida en la necrópolis bajomedieval se encarga continuamente de aumentar.

Puesto que nuestra investigación acaba de iniciarse, son pocos los resultados que podemos aún ofrecer. No obstante, será interesante repasar las características de cada una de las series, haciendo una breve mención de lo que las fuentes nos dicen acerca de las actitudes ante la muerte dominantes en la Mértola del momento. Se apuntarán también las actuaciones puestas en marcha y las que se pretenden iniciar en el futuro.

La serie romana de la necrópolis de Achada de S. Sebastião

Es conocido que en el mundo romano no se toleraba la promiscuidad entre la vida y la muerte, por lo que la ciudad intramuros quedaba reservada a los vivos y los alrededores a los muertos. En los primeros siglos de nuestra era, llegando desde el Norte por una variante de la vía que unía *Pax Julia* con *Mirtilis*, se dejaba a la izquierda una de las necrópolis de la ciudad, que conocemos como *Achada de S. Sebastião*. Corresponde a una etapa de transición en cuanto a rituales funerarios, debido a las importantes transformaciones socioeconómicas que está sufriendo el Imperio, y que tienen su reflejo en un cambio de las mentalidades. Aunque el ritual primitivo de Roma había sido la inhumación, desde el siglo IV a.C. comienza a convivir con la incineración. El fuego, además de considerarse purificador, estaba muy vinculado al culto de los dioses familiares de origen etrusco. Tras siglos de total predominio, desde

TABLA 1 — Características generales de la serie romana (91-92)

NECRÓPOLIS: ACHADA DE S SEBASTIÃO (ASS)	
Campañas de excavación	91-92. Excavaciones en curso.
Cronología de la necrópolis	Larga ocupación. Material fundamentalmente de los siglos III-IV, cuando se abandona.
Ubicación de la necrópolis	Extramuros, junto a margen derecha del Guadiana, a lo largo de variante de la vía <i>Mirtilis - Pax Julia</i> .
Nº de sepulturas excavadas	183; sólo 30 contenían restos óseos, muy deteriorados.
Nº de sepulturas en el CAM	19
Ritual Funerario	Inhumación individual. Se constatan ataúdes de madera.
Tipo de Sepultura	Fosas rectangulares, abiertas en el afloramiento de pizarra, cubiertas con lajas atravesadas. Variantes: – perímetro más trapezoidal con paredes internas regularizadas o reforzadas con ladrillos o mampostería – lajas de cierre: apoyo sobre el suelo, o sobre rebordes excavados en cota inferior. Casos especiales: cubierta de téglas o fondo cubierto con ladrillos rectangulares.
Ajuar funerario	Parquedad. Cerámica común, restos de ánforas. En relleno, mármol no trabajado y opus signinum.
Orientación de la sepultura	Cabeza hacia el Noroeste.
Posición del cuerpo	Decúbito supino, miembros superiores a lo largo del cuerpo y manos en pronación (palmas hacia el suelo).

principios o mediados del II d.C. la práctica incineradora entra en un declive que acaba con su desaparición, ya en el siglo IV d.C.¹⁰. Esta evolución general admitiría, naturalmente, matices locales.

En Mértola existen referencias de la existencia de una necrópolis romana de incineración anterior, pero no ha sido excavada por el C.A.M. La necrópolis de *Achada de S. Sebastião*, ya cristianizada, responde al recuperado ritual de la inhumación. Fue objeto de una intervención arqueológica de urgencia entre 1991 y 1992, que proporcionó la información sintetizada en la tabla 1¹¹.

La pobreza de las tumbas, su parquedad en el ajuar o la ausencia de lápidas, son características habituales en las necrópolis bajoimperiales. Ya desde antes se ha iniciado un proceso de eliminación de la costumbre de depositar ajuar junto al fallecido. A la vez, la lápida va perdiendo la importancia que tuvo en el pasado. Aparece una mayor preocupación por el más allá que se aleja de aquellos intentos de dejar bien sentado quien reposaba en una sepultura y cuales habían sido sus logros terrenales. Estas nuevas tendencias están en la raíz del Cristianismo primitivo y desembocarán en el anonimato dominante de las sepulturas medievales. Fue precisamente la nueva religión la responsable del abandono de esta necrópolis, que aunque parece haber perdurado hasta el s.V, iría decreciendo en importancia frente al cementerio de la basílica funeraria levantada en una plataforma adyacente.

El estado de conservación de los restos óseos de esta serie es pésimo. La acción cíclica de las riadas y la impermeabilidad del suelo han provocado la destrucción de la mayor parte de los cuerpos, siendo grandes las dificultades para extraer información de los restantes. No obstante, confiamos en aumentar nuestro conocimiento de los modos de vida en la Mértola romana con el análisis en curso de la muestra ósea que pudo llegar al laboratorio, y con un riguroso registro antropológico *in situ* del nuevo material que pueda aparecer

con motivo de la reapertura de la excavación. Si el material lo permite, está pensado exponer de forma pedagógica aquellos restos óseos que presenten especial interés. Para ello contaremos con el espacio museológico de la *Ermida de S. Sebastião*, situado junto a lo que resta de la necrópolis romana.

La serie paleocristiana del Rossio do Carmo

La intervención arqueológica del C.A.M. en las dos necrópolis superpuestas del *Rossio do Carmo*, paleocristiana e islámica, fue pionera en Portugal por cubrir, sin aparente solución de continuidad, el trascendental período comprendido entre los siglos V y XIII. Las excavaciones desarrolladas en Mértola indican que la llegada del Islam no supuso una ruptura importante con los modos de vida del período anterior. En apoyo de esa continuidad se argumenta la existencia de una aparente fase intermedia en las prácticas funerarias, ajena a las estrictas imposiciones rituales de la nueva religión¹². En la misma dirección apunta un reciente análisis de la

TABLA 2 — Características generales de la serie paleocristiana

NECRÓPOLIS: ROSSIO DO CARMO (RC/PC)	
Campañas de excavación	80-92
Cronología de la necrópolis	Mediados del s. V a principios del s. VIII
Ubicación de la necrópolis	Extramuros, junto a la gran vía Norte-Sur que seguía en dirección a Beja (<i>Pax Julia</i>)
Nº de sepulturas excavadas	65
Nº de sepulturas en el CAM	35
Ritual Funerario	Inhumación
Tipo de Sepultura	Fosa excavada en la roca, cubierta por lajas de pizarra. Podía ir revestida interior y exteriormente por <i>opus signinum</i> . Los enterramientos más importantes se completaban con una lápida epigrafiada en mármol. La argamasa que cubría las sepulturas exteriores situadas junto a la entrada norte aparece decorada con teselas. No se detectan ataúdes.
Ajuar funerario	Escasos datos; algún lacrimario de tradición pagana y material fuera de contexto.
Orientación de la sepultura	Cabeza hacia el Oeste. Alguna excepción provocada por la falta de espacio.
Posición del cuerpo	Decúbito supino, con los brazos normalmente a lo largo del cuerpo.

presencia/ausencia de cierto número de rasgos epigenéticos en restos craneales de ambas series¹³. Los esqueletos, debidamente contextualizados, podrían ayudarnos a aclarar cómo se produjo esa transición del mundo tardorromano al andalusí.

La importancia económica de Mértola no parece que se viera afectada por la caída del Imperio, ya que continuó manteniendo sus contactos comerciales con el Norte de Africa y el Oriente Mediterráneo. Mercaderes de origen griego y judío se asentaban en la urbe atraídos por su prosperidad en unos años en que el Cristianismo era ya la nueva religión oficial. Sus primeros seguidores comenzarían utilizando las necrópolis romanas ubicadas a los lados de las vías que salían de la ciudad, contagiados del temor a la vecindad de los cadáveres. Probablemente, sus sepulturas convivirían al principio con las de los paganos, para, más tarde, concentrarse en determinadas zonas de las necrópolis. Sin embargo, pronto se despierta la atracción por el espacio eclesial como lugar preferente de enterramiento¹⁴. Así se hace patente en la basílica suburbial que

se erige en Mértola a mediados del siglo V, en la ladera rocosa del *Rossio do Carmo*, junto a la gran vía N-S que seguía en dirección hacia Beja¹⁵. Fue localizada en 1877 por el arqueólogo Estácio de Veiga; a lo largo de varias campañas de excavaciones, el C.A.M. consiguió sacar a la luz parte de su estructura arquitectónica, datada entre los siglos V y VIII, con sepulturas en su interior y en los terrenos de alrededor¹⁶. De este espacio funerario, cuyas características se resumen en la tabla 2, procede la serie paleocristiana.

Sobre las ruinas de la nave norte de la Basílica se levantó en 1992 uno de los museos de la villa de Mértola. Según sus excavadores el yacimiento se halla hoy agotado en lo que se refiere al exterior del edificio. Sin embargo, en su interior permanecen intactas algunas sepulturas paleocristianas, susceptibles de ser excavadas al detalle en el futuro, con técnicas más rigurosas que las actuales.

Al igual que solía suceder en las contemporáneas basílicas de los mártires (no sabemos si ésta guardaba algún tipo de reliquia, aunque sería muy probable), se acotó una superficie en torno al templo como cementerio. Ello no impediría el deseo de hacerse sepultar en el interior de la iglesia, *ad sanctos*, para tenerlos como intercesores ante Dios el día del Juicio Final, aunque puede ser que ello fuera privilegio, al menos en un primer momento, de ciertas clases elevadas o próximas al clero¹⁷. En el siglo VI las autoridades eclesíásticas deciden prohibir estos enterramientos y en el conocido canon XVIII del Concilio de Braga (561) declaran:

«(...)que no se dé sepultura dentro de las basílicas de los santos a los cuerpos de los difuntos, sino que si es preciso, fuera, alrededor de los muros de la iglesia, hasta el presente no está prohibido, pues si hasta ahora algunas ciudades conservan fuertemente ese privilegio que en modo alguno se entierre el cadáver de ningún difunto dentro del recinto de sus muros, ¿cuánto más debe exigir esto mismo la reverencia de los venerables mártires?»¹⁸.

Se sucederían las prohibiciones conciliares, pero, aunque existen posiciones encontradas acerca de si se cumplieron o no, lo cierto es que en Mértola la práctica parece haber perdurado hasta el siglo VII.

Los primeros resultados antropológicos referentes a una muestra de las dos series del *Rossio do Carmo* han sido presentados recientemente ¹⁹. Aquí sólo haremos mención de las posibilidades que ofrece el cruce de tales datos con otros de tipo arqueológico dentro de un acercamiento al ritual funerario y la organización interna de las necrópolis. La falta de un ajuar que analizar nos priva de contar con uno de los más tradicionales criterios de diferenciación social. La tipología de la tumba tampoco aporta demasiada información en este sentido, ya que al individuo mejor situado, sus creencias cristianas podían llevarle a pedir ser enterrado envuelto en un humilde sudario, en una simple fosa excavada en la tierra. Pero la situación socioeconómica es uno de los principales condicionantes de la salud, y tanto hoy como en el pasado existen «males de pobres» y «males de ricos». Probablemente, el esqueleto de ese

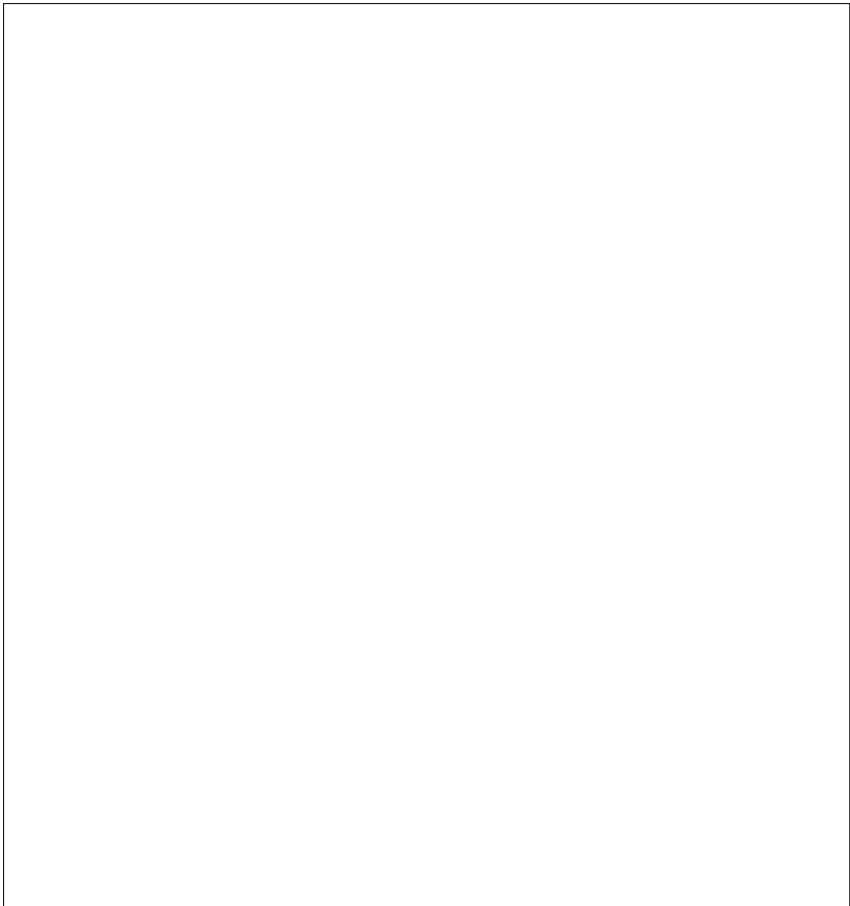


Figura 7 — Distribución espacial de las sepulturas paleocristianas analizadas (reelaborado a partir de Macías, 1993).

TABLA 3 — RC/PC. Diagnósticos básicos y distribución espacial de la muestra analizada (Candón *et al.*, en prensa).

Nº Sep	Nº Individuos	Edad	Sexo
JUNTO A PUERTA NORTE			
25F	2	Adulto Maduro	Masculino
		Adulto	Sexo no determinado
26F	1	Infantil I	Sexo no determinado
27F	1	Adulto Maduro	Masculino
28F	1	Adulto Joven	Masculino
EXTERIOR NORTE			
150	1	Adulto Joven	Femenino
163	6	Infantil I	Sexo no determinado
		Infantil II	Sexo no determinado
		Adulto Joven	Masculino
		Adulto Maduro	Masculino
		Adulto Maduro	Femenino
		Adulto Maduro	Sexo no determinado
14F	1	Adulto Maduro	Femenino
15F	2	Infantil I	Sexo no determinado
		Infantil I	Sexo no determinado
NAVE NORTE			
16F	1	Adulto	Sexo no determinado
17F	2	Adulto Maduro	Femenino
		Adulto Senil	Masculino
18F	2	Adulto Joven	Femenino
		Adulto	Masculino
19F	5	Infantil I	Sexo no determinado
		Preadulto	Femenino
		Adulto Joven	Femenino
		Adulto Maduro	Masculino
		Adulto Maduro	Femenino
21F	3	Preadulto	Masculino
		Adulto Joven	Sexo no determinado
		Adulto Maduro	Masculino
23F	2	Adulto Maduro	Masculino
		Adulto Joven	Femenino
49F	2	Infantil II	Sexo no determinado
		Adulto Joven	Sexo no determinado
NAVE CENTRAL			
50F	1	Infantil I	Sexo no determinado
61F	1	Adulto	Masculino
PÓRTICO SUR			
3F	1	Adulto Senil	Masculino
32F	1	Adulto Joven	Masculino
33F	3	Adulto Maduro	Masculino
		Adulto Maduro	Masculino
		Adulto Maduro	Femenino
34F	2	Preadulto	Masculino
		Adulto Maduro	Masculino
35F	3	Infantil I	Sexo no determinado
		Infantil I	Sexo no determinado
		Infantil I	Sexo no determinado
37F	2	Infantil I	Femenino
		Infantil I	Sexo no determinado
39F	2	Adulto Joven	Masculino
		Adulto	Masculino
40F	2	Adulto Maduro	Masculino
		Adulto Maduro	Femenino
45F	8	Infantil I	Sexo no determinado
		Infantil I	Sexo no determinado
		Preadulto	Femenino
		Adulto Joven	Femenino
		Adulto	Masculino
		Adulto	Masculino
		Adulto	Masculino
		Adulto	Femenino
46F	1	Adulto Maduro	Masculino
47F	1	Adulto Senil	Masculino
EXTERIOR SUR			
41F	1	Adulto	Femenino
42F	1	Adulto Joven	Masculino

individuo nos hablaría de una vida sin grandes esfuerzos físicos, con una alimentación buena o, tal vez, excesiva y desequilibrada. Es curioso comprobar cómo en la muestra paleocristiana se repiten los casos de artrosis en las rodillas, habituales en las personas obesas, o aparecen asociaciones de artrosis con alteraciones, que pueden ser debidas a la gota, en las articulaciones metacarpofalángicas, y entre el tarso, metatarso y las falanges de los dedos de los pies. También podrían hacernos pensar que estamos ante una porción acomodada de la sociedad ciertos problemas en la articulación coxofemoral, con la monta a caballo como posible causa.

Otro tipo de acercamiento partiría de la observación de la distribución espacial del número mínimo de individuos contabilizados y su probable edad y sexo (Fig. 7 y Tabla 3).

De las 30 sepulturas paleocristianas analizadas (Fig. 8), sólo 14 (46,6%) tienen restos de un sólo esqueleto. En las 16 restantes (53,3%), se detecta un uso sucesivo por hasta por ocho individuos. De los ocupantes que precedieron al definitivo tan sólo quedan un número variable de restos, acumulados al pie, debajo o en torno a él.

Aunque, como hemos mencionado, en Mértola no se respetaron, o sólo tardíamente, las prohibiciones de enterrar dentro de la iglesia, cabe pensar que el suelo de las tres naves acabaría colmatado en relativamente poco tiempo. Posteriormente, los enterramientos allí se convertirían, con seguridad, en una gran manifestación de prestigio sólo permitida a unos pocos escogidos. Surgirían entonces nuevas áreas privilegiadas de enterramiento, fácilmente identificables por el aprovechamiento máximo del espacio, la reutilización frecuente de las tumbas, con prácticas de reducción, o la superposición de sepulturas. La mayor atracción parecen haberla ejercido las puertas y los pórticos.

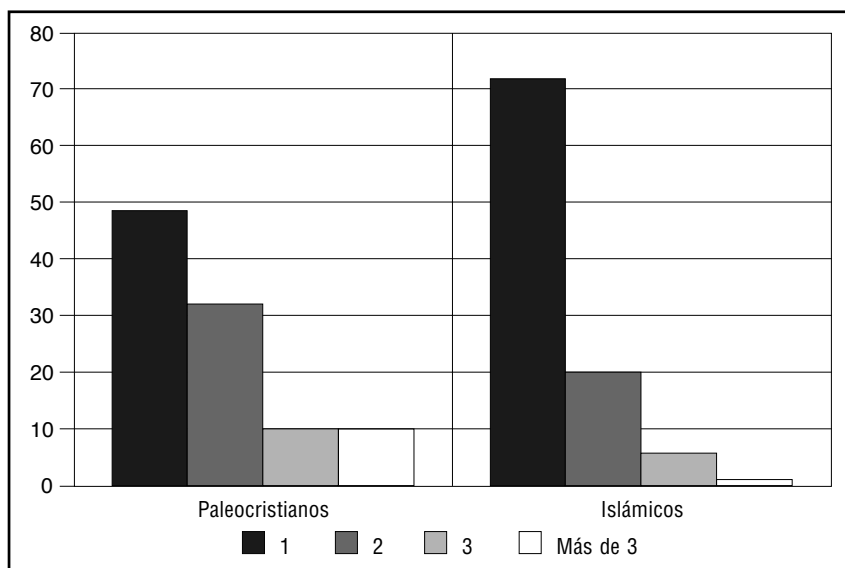


Fig. 8 — Rossio do Carmo. Número de individuos por sepultura

Así, en las diez tumbas del pórtico sur de la basílica (donde podría existir una entrada al templo) se concentraban los restos de veinticinco individuos. El derecho de ciertas familias de estatus destacado a enterrarse en esas zonas privilegiadas, puesto de relieve por la epigrafía, se confirma mediante el análisis antropológico. Ciertas variantes anatómicas óseas, transmitidas genéticamente, se repiten en individuos enterrados en la misma sepultura (37F: probables hermanos) o en sepulturas próximas (junto a la entrada norte) También podemos hacer esa lectura a partir de la presencia de niños en zonas selectas de enterramiento (50F: nave central), sólo explicable por su pertenencia a clanes con acceso a lugares que llevaban aparejado el prestigio social.

En cuanto a la distribución sexual de las sepulturas, sólo hemos detectado tres que contuvieran únicamente restos femeninos (14F 41F,150); las tres, individuales y en el exterior de la iglesia; entendemos que fuera de las mencionadas áreas privilegiadas. El resto de los esqueletos femeninos aparecieron en tumbas donde había también restos masculinos, esquema que se repite cuatro veces en la nave norte y tres más en el pórtico. Las sepulturas únicamente masculinas, se elevan a nueve: siete de ellas individuales y las dos restantes, dobles. Sólo la de un adulto joven (42F) se encuentra fuera de las áreas preferentes: nave central, puerta norte y pórtico.

El análisis comparado de la información epigráfica y antropológica contribuirá al conocimiento de esa sociedad que comenzamos a entrever. También está planificado el estudio de nuevas sepulturas, lo que permitirá ampliar la representatividad de las muestras y poner a prueba nuestras actuales hipótesis de trabajo respecto a los fenómenos de continuidad/ruptura que llevó consigo la islamización de Mértola.

TABLA 4 — Características generales de la serie islámica.

NECRÓPOLIS: ROSSIO DO CARMO (RC/ISL)	
Campañas de excavación	80-90
Cronología de la necrópolis	Desde el s. VIII hasta la Reconquista de la ciudad en el s. XIII
Ubicación de la necrópolis	Extramuros, junto a la gran vía Norte-Sur que seguía en dirección a Beja (<i>Pax Julia</i>)
Nº de sepulturas excavadas	225
Nº de sepulturas en el CAM	68
Ritual Funerario	Inhumación. El cuerpo descansaba directamente sobre la tierra, separado de ella, como máximo, por un simple sudario.
Tipo de Sepultura	De transición: abierta en la roca y cubierta con lajas de piedra, con presencia de piedras, e incluso argamasa, para regularizar o delimitar la fosa, al modo cristiano. Definitiva: fosas estrechas y poco profundas, sin obra alguna y cubiertas con lajas. Se constata el uso de lápidas epigrafiadas.
Ajuar funerario	No aparece.
Orientación de la sepultura	De transición: cabeza hacia el Suroeste. Definitiva: cabeza hacia el Sur.
Posición del cuerpo	Decúbito lateral derecho, piernas ligeramente flexionadas y manos en la zona púbica.

La serie islámica del Rossio do Carmo

Hasta el siglo XIII, el área de influencia de Beja estuvo organizada desde un punto de vista económico, en función del eje que la unía a Mértola: la gran ciudad y su puerto. Pese a esa posición relevante como puerto fluvial abastecedor de toda su región, *Martula* debió de desempeñar un papel discreto en lo político mientras se mantuvo ligada al Califato de Córdoba. Fue tras la caída del régimen cordobés cuando vino su época de máximo esplendor. A partir del siglo XI, con la disgregación política de los Reinos de Taifas y la decadencia creciente de Beja, en favor de Évora, Mértola incluso asume esporádicamente la capital regional. Bajo el mando de *Ibn Qasi* se revela contra el dominio almorávide y vive un período de independencia. Sus condiciones naturales de defensa y sus imponentes murallas convirtieron la ciudad un lugar clave para hacer frente al avance irresistible de la Reconquista. Se ha calculado que en esos años de apogeo su población estaría entre los 1000 y los 2000 habitantes, próxima a otras ciudades importantes del Garb al-Andaluz.

La zona del *Rossio do Carmo* siguió siendo utilizada como necrópolis en el período islámico: a comienzos del siglo VIII, la población ya islamizada de Mértola comienza a enterrarse en su *maqbara*, situada en la misma zona donde se encontraba la basílica, ya abandonada y destruida (Tabla 4).

TABLA 5 — RC/ISL. Diagnósticos básicos de la muestra analizada (Candón *et al.*, en prensa).

Nº Sep	Nº Individuos	Edad	Sexo
9 F	1	Adulto Maduro	Femenino
31 F	1	Infantil I	Sexo no determinado
101	1	Adulto	Sexo no determinado
104	2	Infantil II Adulto	Sexo no determinado Femenino
105	2	Infantil II Adulto	Sexo no determinado Femenino
106	1	Adulto	Femenino
107	1	Adulto	Femenino
108	1	Adulto	Masculino
109	1	Adulto	Masculino
110	1	Adulto Maduro	Masculino
111	1	Adulto	Sexo no determinado
112	1	Adulto Maduro	Masculino
114	1	Adulto Joven	Masculino
115	1	Adulto	Femenino
116	1	Preadulto	Sexo no determinado
117	1	Adulto	Sexo no determinado
120	3	Adulto Maduro Adulto Adulto	Masculino Masculino Femenino
121	1	Adulto	Masculino
122	2	Adulto Joven Adulto	Masculino Masculino
125	1	Adulto	Masculino
126	1	Adulto Maduro	Masculino
127	3	Infantil I Infantil II Adulto Joven	Sexo no determinado Masculino Femenino
128	1	Infantil I	Femenino
129	3	Infantil II Adulto Joven Adulto	Sexo no determinado Masculino Masculino
130	1	Adulto	Masculino
131	4	Infantil I Infantil II Adulto Adulto	Sexo no determinado Sexo no determinado Masculino Masculino
132	1	Infantil I	Sexo no determinado
133	2	Infantil II Adulto	Sexo no determinado Masculino
136	1	Adulto Maduro	Femenino
138	1	Infantil I	Sexo no determinado
140	1	Adulto Joven	Masculino
141	2	Adulto Joven Adulto	Masculino Sexo no determinado
142	1	Adulto Maduro	Masculino
144	1	Adulto Joven	Masculino
145	1	Adulto Maduro	Masculino
146	1	Preadulto	Femenino
147	1	Adulto	Masculino
149	1	Infantil II	Sexo no determinado
151	1	Adulto Joven	Masculino
153	1	Adulto Maduro	Femenino
154	1	Adulto Joven	Femenino
157	2	Infantil I Adulto	Sexo no determinado Masculino
158	1	Adulto	Masculino
159	1	Adulto Joven	Masculino
161	2	Infantil II Preadulto	Masculino Sexo no determinado
162	1	Infantil II	Sexo no determinado
164	2	Adulto Maduro Adulto	Femenino Masculino
165	1	Adulto Maduro	Femenino
166	1	Adulto	Masculino
167	2	Infantil II Adulto Joven	Sexo no determinado Masculino
168	1	Adulto Joven	Femenino
169	2	Infantil I Adulto Joven	Sexo no determinado Femenino

A pesar del cambio en los rituales funerarios, existe una continuidad con respecto a la tradición clásica de localización de las necrópolis: extramuros, siguiendo la vía que iba hacia Beja. Pero, de acuerdo con la prescripción coránica, el musulmán es sepultado directamente en la tierra, con sólo con un sudario como envoltura. El cadáver siempre aparece en decúbito lateral derecho, con la cabeza hacia el Sur-Sureste y la cara mirando hacia la Meca.

No tenemos constancia de la existencia de elemento alguno que polarizara o articulara internamente la necrópolis islámica de Mértola (Tabla 5).

Frente a lo que ocurría en el cementerio paleocristiano, aquí, como cabía esperar, el enterramiento individual es el dominante (Fig. 8), con 38 casos (73,07%). En diez ocasiones (19,23%) se han detectado restos de dos individuos, aunque sospechamos que algunos de esos casos, como alguno de los cuatro restantes, en los que se contabilizaron hasta cuatro individuos, puede ser producto de la mezcla de material de sepulturas superpuestas. Nos basamos en los dibujos de los propios excavadores. Cuando el enterramiento es doble, suele responder al esquema de adulto, femenino o masculino, con niño. Cuando la sepultura infantil es individual, suele haber una femenina próxima. Uno de los esqueletos analizados correspondía a un feto ya plenamente formado. La fotografía de la sepultura permite apreciar que se encontraba aún en el vientre de la madre cuando murió.

La serie cristiana bajomedieval de la Alcáçova

Tras la Reconquista se inician unos años difíciles en que la disminución de los efectivos poblacionales de Mértola llega a tal punto,

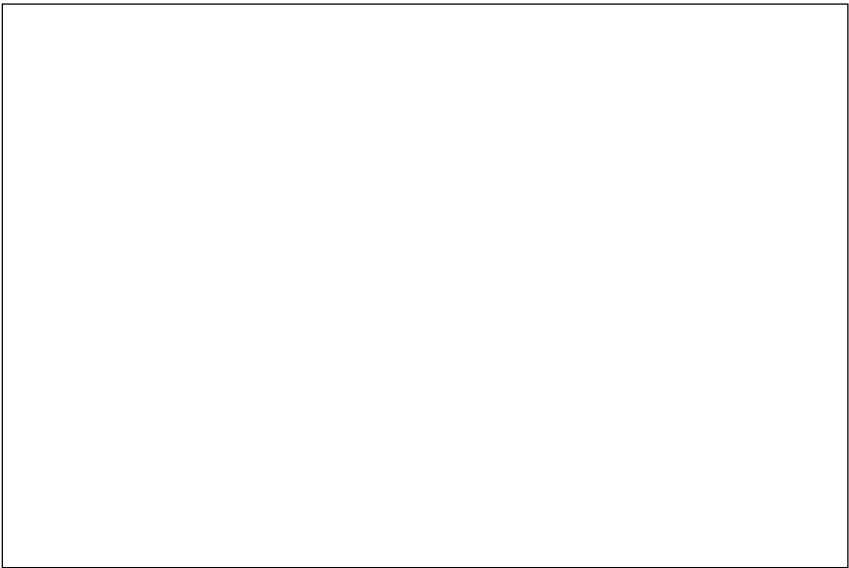


Fig. 9 — Mértola a principios del siglo XVI, según Duarte D'Armas (tomado de Macias, 1996: 25)

que el rey D. Alfonso V, se ve obligado a dictar medidas para fijar nuevas gentes a la villa y garantizar su defensa²⁰. Las posteriores recuperaciones demográficas son moderadas y breves, normalmente en momentos en que la ciudad, pese a haber perdido su valor estratégico, puede hacer valer de nuevo su secular tradición portuaria. Como puede observarse en los dibujos de Duarte D'Armas²¹ de principios del siglo XVI (Fig. 9), la población pasa a ocupar exclusivamente la parte baja de la villa, junto al río.

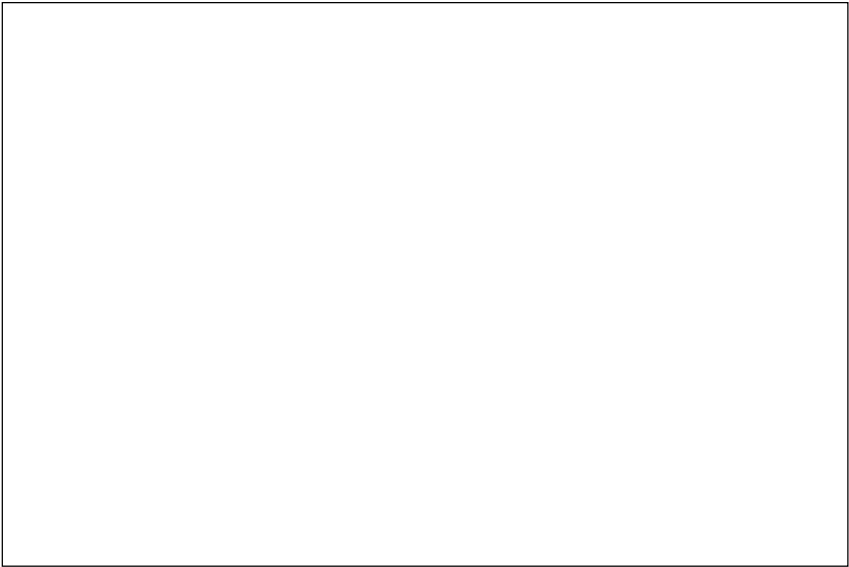


Fig. 10 — Mértola, según Duarte D'Armas. Detalle. (tomado de Macias, 1996: 25)

En la parte alta, se adapta al culto cristiano la antigua mezquita, ahora Iglesia de Santa María o *Igreja Matriz*, propiedad de la Orden de Santiago. En la zona anexa al edificio entra en funcionamiento a partir de principios del siglo XIV el nuevo cementerio (Fig.10), sobre las ruinas de la antigua área residencial almohade y limitado por la muralla que defendía el lado norte de la villa.

La ruptura general con los modos de vida anteriores se hace evidente: la ciudad de los muertos «derriba» las murallas y se instala en el interior de la de los vivos.

A la desaparición de la prohibición inmemorial de enterrar dentro del recinto urbano debió ayudar no poco la toma de conciencia por parte del clero de las ventajas de dar cobijo a los difuntos, especialmente, a los más adinerados. La zona interior de la iglesia pasa a estar al acceso no sólo de los cargos eclesiásticos, sino también de aquellos que pudieran permitirse pagar el precio de una tumba situada en ese espacio privilegiado ²².

En el relato de una de las inspecciones periódicas que traían a Mértola a los *visitadores* de la Orden de Santiago, quedan recogidos numerosos pormenores acerca de la gestión económica de las sepulturas de su propiedad. El precio de las que se situaban dentro del edificio debía de estar al alcance de pocos, porque muchos acabaron por renunciar a ellas y los ingresos del clero se redujeron. Fue necesario rebajarlo:

«E decraramos que na detremjñaçam sobre o dinheiro das sepulturas / posto que o costume fose pagarem huum marco de prata / porque esta comtia era grande pera a gemte desta terra que he prove E por jso se nom lancaua dentro na igreja njnguem / No que a fabrica perdía / prouemos a jsto E mandamos que quem elleger sepultura na dita jgreja pague oitoçentos reaes (...)» ²³.

La sepultura podía ser reutilizada por el padre, los hijos o los nietos del fallecido, aunque únicamente por ellos. El precio era menor si se pretendía usarla una sola vez ²⁴. El pago se podía hacer en vida o por testamento, aunque parece que no eran infrecuentes los retrasos, por lo que se llega a instar a la autoridad eclesiástica local a exigir parte del dinero por adelantado.

«(...) Mandamos que daquy por diamte (...) o prior nam dee covas demtro da dita ygreja a nenhũa pessoa ate que primeiramente lhe \ ponha E / dee penhor ²⁵ *dos ditos oytocentos reaes (...)»* ²⁶.

Cada lunes no festivo era costumbre que el prior y los clérigos, tras la misa, recorrieran el interior de la iglesia y el cementerio llevando una cruz, a modo de cortejo fúnebre, orando por los difuntos y lanzando agua bendita sobre las tumbas.

La intervención del C.A.M. no ha contemplado aún la excavación de ninguna de estas sepulturas privilegiadas, cuya ubicación delatan las lápidas epigrafiadas. Por mencionar alguna de sus posibilidades, sería interesante poder contrastar la información acerca del difunto recogida en el epígrafe, con la obtenida mediante un análisis antropológico. Además podrían ponerse a prueba técnicas para la detección de relaciones familiares entre individuos, ante el probable hallazgo de restos de anteriores utilizadores, y constatar la validez de los indicadores que solemos usar para hablar del estatus social del individuo en vida. Es curioso constatar cómo, por la situación que ocupan estas sepulturas en un espacio como la iglesia de pueblo, tal intervención sería aún hoy en día considerada, poco más o menos, una profanación. No olvidemos que se trata de sepulturas contemporáneas de las que hace muchos años la población ve excavar con beneplácito.

TABLA 6 — Características generales de la serie bajomedieval

NECRÓPOLIS: ALCÁÇOVA (CAM)	
Campañas de excavación	78 -96. Excavaciones en curso.
Cronología de la necrópolis	XIV-XVI.
Ubicación de la necrópolis	Intramuros sobre las ruinas del barrio almohade y junto a la Iglesia Matriz, de la que dependía.
Nº de sepulturas excavadas	572
Nº de sepulturas en el CAM	286
Ritual Funerario	Inhumación individual con reutilizaciones. Enterramientos dobles (sobre todo, adulto + no adulto).
Tipo de Sepultura	Fosa. Lajas de pizarra o ladrillos revistiendo las paredes y/o marcando marcando al cabecera.
Ajuar funerario	No aparece.
Orientación de la sepultura	O-E (dominante); SO-NE (frecuente). Alguna sepultura infantil S-N (¿no bautizados?).
Posición del cuerpo	Decúbito supino. Casos aislados de mujeres en decúbito ventral (¿brujas?). Brazos junto al cuerpo o cruzados, con las manos sobre el pubis o entrelazadas sobre el abdomen.

Volviendo al cementerio donde reposó el grueso de la población, la excavación ininterrumpida a lo largo del año en la zona, donde se superponen estructuras de diversas cronologías, asegura el levantamiento periódico de un buen número de esqueletos que acrecientan la serie bajomedieval. Pese a tratarse de un período de retroceso demográfico, de allí procede la serie más extensa de la colección antropológica. Su prolongada utilización ha permitido localizar y excavar cerca de 600 sepulturas, y no parece que haya perspectivas de que el yacimiento se vaya a agotar. Sus características básicas se resumen en la tabla 6.

La no construcción en el área de la *Alcáçova*, ha facilitado una buena conservación de las tumbas; los esqueletos, sin embargo, se encuentran muy desmineralizados tanto por la acidez del terreno, como por la acción de las raíces que los atraviesan; ello exige afinar en el registro antropológico *in situ*, uno de los campos en que estamos trabajando actualmente.

Hace tiempo que este espacio sirve como yacimiento-escuela para muchos estudiantes. Pretendemos enriquecer sus posibilidades como tal, utilizándolo a modo de laboratorio de Antropología de Campo, tanto para el personal técnico de la excavación, como para quienes realicen allí prácticas. Por otra parte, aunque el estudio sistemático de la totalidad de la serie es, por el momento, materialmente imposible, las fichas de campo facilitan la selección de casos individuales cuyo análisis podría resultar interesante. Es el caso de los esqueletos que presentan patologías actualmente en estudio por especialistas del área de la salud, como ciertas enfermedades de origen genético. Ya se han iniciado contactos para abrir una línea de investigación en este sentido, cuyos resultados pueden beneficiar

a medio o largo plazo a la población local, dado que se ha comprobado la recurrente aparición en la zona de casos con cuadros similares a los detectados en el material medieval. Otro tema interesante a tratar es el de las mujeres enterradas fuera de la norma cristiana, en decúbito ventral, como si se les pretendiera negar así el derecho a la vida eterna. Según sus excavadores, una de ellas podría haber tenido las manos atadas a la espalda e, incluso parece que pudieran habérselas cortado. ¿Ajusticiamiento en relación con temas de brujería?, ¿con un delito civil?. Se impone un análisis próximo al de tipo forense, que tal vez permita deducir aún algo de lo que pasó. Tal vez alguna clave se encuentre en la documentación sobre la actividad del tribunal de la Santa Inquisición en el Alentejo. Desconocemos el tratamiento funerario dado a los cadáveres de aquellos acusados que no superaban las sesiones de tortura.

UNAS PALABRAS FINALES

Como puede comprobarse, son pocos los resultados que aquí se presentan. Nos parece prioritario divulgar la existencia del riquísimo filón que es la colección osteológica del C.A.M. Este trabajo pretende ser también una modesta invitación para que construyamos proyectos interdisciplinarios novedosos, fronterizos entre ciencias, que multipliquen las facetas analizables de nuestros datos y enriquezcan nuestra visión del pasado.

Con el inicio del estudio sistemático de esta colección aspiramos a dinamizar el panorama de la investigación antropológica en el Suroeste Peninsular. Existe una coordinación entre nuestra labor en Mértola y la que paralelamente desarrollan el Dr. Guijo²⁷ y otros miembros de su equipo en diferentes puntos de Andalucía Occidental. La inexistencia de la especialidad en las universidades del área, a uno y otro lado de la frontera, no puede seguir impidiéndonos avanzar en el conocimiento de las poblaciones que nos antecedieron y de las que somos, en cierto modo, fruto. Acabamos de comenzar y hay mucho por hacer.

AGRADECIMIENTOS

Debo mucho de lo aquí tratado a las enseñanzas de un excelente arqueólogo, el Dr. Juan Manuel Guijo, a quien agradezco su generosidad y constante apoyo. Los posibles errores de interpretación deben achacarse a mi escasa experiencia investigadora en solitario, sin la segura red de sus consejos.

Quisiera añadir mi reconocimiento a las personas vinculadas al C.A.M. que supieron diseñar y/o mantener durante casi dos décadas un buen sistema de documentación de sepulturas, responsable de que la Colección Antropológica tenga hoy tanto que decirnos, y no sólo sobre el pasado.

NOTAS

- 1 VEIGA, 1880.
- 2 Tan sólo conocemos tres publicaciones que incluyan resultados de un examen antropológico del material óseo: TORRES *et al.*, 1987, McMILLAN, 1997 y CANDÓN, A. *et al.* (en prensa); es posible que exista algún artículo más de J. C. OLIVEIRA, que estudió, *in situ* y en laboratorio, muchas de las sepulturas de las primeras campañas. Lamentablemente, su trabajo permanece inédito.
- 3 CHAPMAN, 1988: 198.
- 4 CERRILLO, 1989.
- 5 Según definición de Sanoja y Vargas, miembros del grupo de Arqueología Social Latinoamericana. ALCINA, 1986: 108.
- 6 Según definición de Veloz. ALCINA, 1986: 108.
- 7 MENDES *et al.*, 1986 y OLIVEIRA, 1986.
- 8 CUNHA, 1997: 61.
- 9 Existe otra pequeña serie del siglo XVIII, que no hemos incluido en este trabajo por no proceder de Mértola, sino de *Corte do Pinto*.
- 10 VOLLMER, 1995.
- 11 LOPES *et al.*, 1993.
- 12 MACIAS, 1992: 426.
- 13 McMILLAN, 1997.
- 14 BANGO, 1992: 94.
- 15 TORRES, 1995.
- 16 MACIAS, 1993.
- 17 Algunas de las lápidas del período paleocristiano procedentes de Mértola hacen referencia a una parte de la jerarquía religiosa: tres presbíteros, un posible subdiácono, un portero, una religiosa y un primer cantor.
- 18 VIVES, 1963: 75.
- 19 CANDÓN *et al.*, en prensa.
- 20 MATEUS 1995: 56.
- 21 *Libro das Fortalezas de Duarte Darmas*, editado por Almeida, 1943.
- 22 MARQUES 1987: 212.
- 23 *Visitação de 1515. Fl. 122*. BARROS *et al.*, 1996: 109.
- 24 *Visitação de 1565. Fl. 29*. BARROS *et al.*, 1996: 401.
- 25 *Penhor*: señal, prenda, garantía.
- 26 *Visitação de 1515. Fl. 39v*. BARROS *et al.*, 1996: 156.
- 27 Como becario de Patrimonio de la Junta de Andalucía en el Departamento de Medicina Legal de la Universidad de Sevilla, el Dr. Guijo coordinaba un equipo especializado en la excavación y análisis del registro funerario, del que formé parte desde sus inicios. Bajo su dirección realizamos en 1994 el estudio del material óseo del *Rosssio do Carmo* (CANDÓN *et al.*, en prensa) que sirvió de punto de partida para mi trabajo actual.

BIBLIOGRAFÍA

La bibliografía antropológica que sustenta algunos de los resultados aquí presentados aparece recogida con mayor detalle en CANDÓN, A. *et al.* (en prensa).

- AAVV (1992) — *Actas del I Congreso Nacional de Paleopatología. Enfermedad y Muerte en el Pasado*, San Sebastián 1991, Munibe, Suplemento 8, San Sebastián.
- AAVV (1993) — *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.

- ALCINA FRANCH, J. (1986) — *Arqueología Antropológica*, Akal, Madrid.
- BANGO TORVISO, I. G. (1992) — «El espacio para enterramientos privilegiados en la arquitectura medieval española», *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte (U.A.M.)*, vol. IV.
- BARROS, Maria de F. de, BOIÇA, J. y GABRIEL, C. (1996) — «As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As Visitações e os Tombos da Ordem de Santiago 1482-1607», *Estudos e fontes para a história local*, 2, Campo Arqueológico de Mértola.
- BAUD, Ch.-A. (1982) — «La taphonomie, la transformation des os après la mort», *Histoire et Archéologie*, nº 97, Dijon, pp. 33-35.
- BOIÇA J. y MATEUS, R. (1994) — «Museu de Mértola. Núcleo da Porta da Ribeira/Igreja da Misericórdia», *Actas do II Encontro de Portoalegre 1994*, Lisboa.
- CANDÓN, A.; GUIJO, J. M.; PECERO, J. C.; LÓPEZ, I.; OTERO, G.M. y GASENT, R. (en prensa) — «El Registro Funerario de Mértola, Portugal (siglos III-XVI). Análisis Preliminar de las Necrópolis Paleocristiana e Islámica del Rossio do Carmo», in *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste*, Faro, 1996.
- CERRILLO, E. (1989) — «El mundo funerario y religioso en época visigoda», *Actas del III Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. I, Universidad de Oviedo, pp. 89-110.
- CUNHA, E. (1997) — «Populações medievais portuguesas (séculos XI-XV). A perspectiva Paleobiológica», *Arqueologia Medieval*, 5, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Porto, pp. 57- 81.
- CHAPMAN, R. (1987) — «Mortuary practices: society, theory building and archaeology», *Death, decay and reconstruction. Approaches to archaeology and forensic science*. Manchester University Press, Manchester, pp. 198-213.
- DUDAY, H.; COURTAUD, P.; CRUBEZY, E.; SELLIER, P. y TILLIER, A. M. (1990) — «L'Anthropologie de Terrain: reconnaissance et interpretation des gestes funeraires», *Bull. et Mém. de la Soc. d'Ant. de Paris*, n.s. 2.3, pp. 29-50.
- ISCAN, M. Y.; KENNEDY, K. A. R. (eds.) (1989) — *Reconstruction of Life from the Skeleton*, Alan R. Liss, New York.
- LOPES, V. y BOIÇA, J. (1993) — «A Necrópole e Ermida de Achada de S. Sebastião de Mértola», in *Arqueologia Medieval*, 2, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Porto, pp. 17-29.

- MACIAS, S. (1992) — «A basílica paleocristã e as necrópoles paleocristã e islâmica de Mértola: aspectos e problemas», in *XXXIX Corso di cultura sull'arte ravennate e bizantina*, Ravenna, Edizione del Girasole, pp. 401-434.
- (1993) — «Um espaço funerário», in *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 31-62.
- (1996) — *Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.
- McMILLAN, G. P. (1997) — «A preliminary analysis of the paleochristian and islamic cemeteries of Rossio do Carmo, Mértola, Portugal», *Arqueologia Medieval*, 5, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Porto, pp. 13-22.
- MARQUES, A. H. (1987) — *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*, Sá da Costa, Lisboa.
- MATEUS, R. (1995) — *Recuperação e conservação em zonas históricas. Contribuições metodológicas para a investigação geo-histórica associada ao planeamento urbano. Mértola, um caso de estudo*. (tesis de mestrado presentada en la universidad de Evora).
- MENDES, J. y OLIVEIRA, J. C. (1986) — «A Arqueologia, a Antropologia e a Paleoantropologia, Ciências interdisciplinares – A propósito dos achados de Mértola», *Arquivo de Beja*, vol. III, 2ª serie: *1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja*, Beja.
- OLIVEIRA, J. C. (1986) — «A Antropologia Física aplicada à Arqueologia – a experiência do Campo Arqueológico de Mértola», *Arquivo de Beja*, vol. III, 2ª serie: *1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja*, Beja, pp. 245-252.
- SAUNDERS, S. R. y KATZENBERG, M. A. (eds.) (1992) — *Skeletal Biology of Past Peoples: Research Methods*, Wiley-Liss, New York.
- TORRES, C. y OLIVEIRA, J. C. (1987) — «O criptopórtico-cisterna da Alcáçova de Mértola», *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, 19-24 Enero 1987, Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid, pp. 617-626.
- TORRES, C. (1992) — «O povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica», *Arqueologia Medieval*, 1, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Porto, pp. 189-202.
- VILLALAIN, J. D. et al (eds.) (1996) — *Actas del II Congreso Nacional de Paleopatología*, Valencia, 1993, Asociación Española de Paleopatología, Valencia.
- VEIGA, Sebastião Estacio da (1880) — *Memorias das Antiguidades de Mértola*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- VIVES, J. (ed.) (1963) — *Concilios Visigóticos e Hispanorromanos*, Barcelona-Madrid.
- VOLLMER, A. et al. (1995) — «Nuevas consideraciones sobre las variaciones en el ritual funerario romano (s. I-III d.C.)», *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, Vigo, 1993, pp. 367-372.